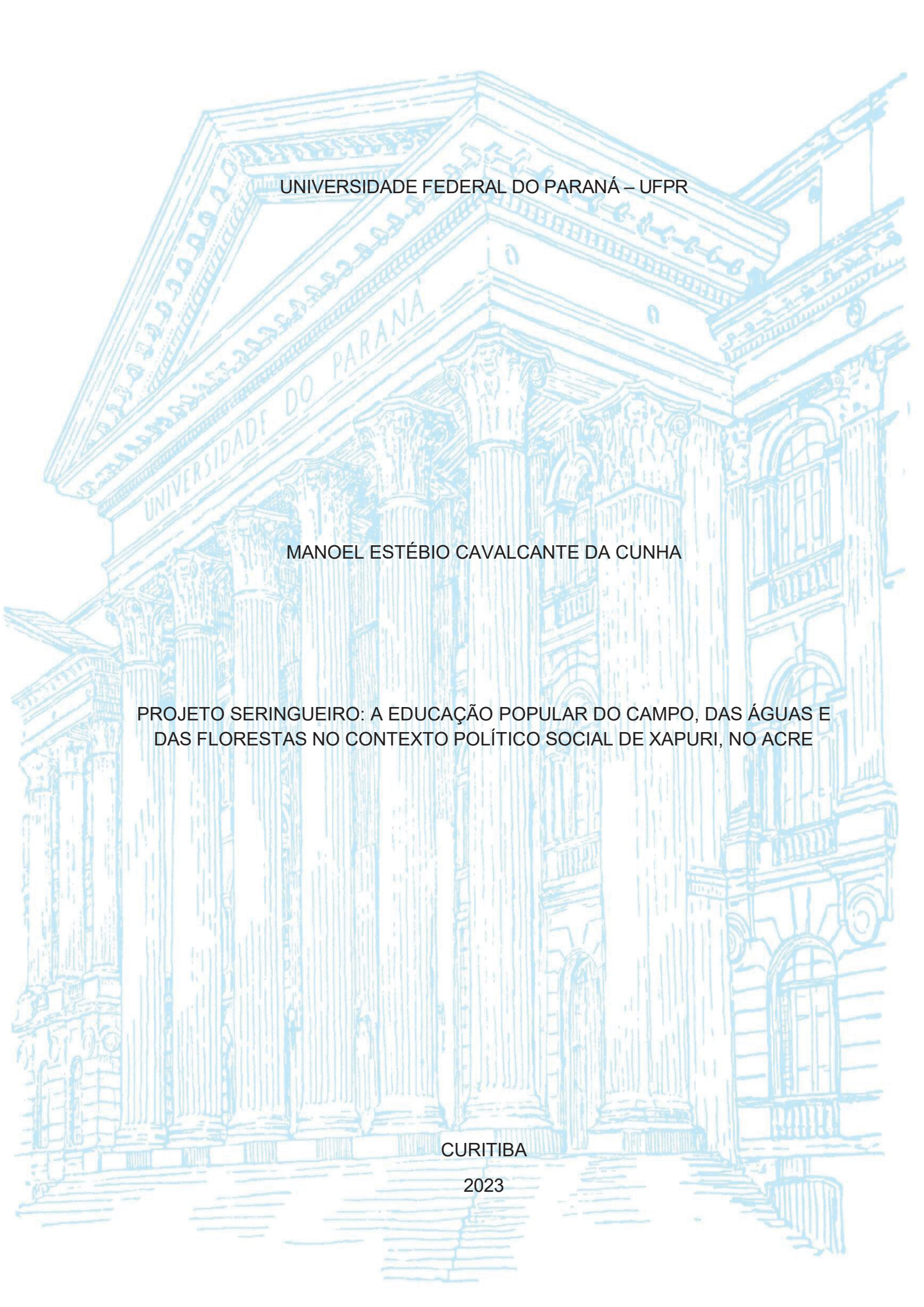




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

MANOEL ESTÉBIO CAVALCANTE DA CUNHA

PROJETO SERINGUEIRO: A EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO, DAS ÁGUAS E  
DAS FLORESTAS NO CONTEXTO POLÍTICO SOCIAL DE XAPURI, NO ACRE

CURITIBA

2023

MANOEL ESTÉBIO CAVALCANTE DA CUNHA

PROJETO SERINGUEIRO: A EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO, DAS ÁGUAS E  
DAS FLORESTAS NO CONTEXTO POLÍTICO SOCIAL DE XAPURI, NO ACRE

Tese apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação, Linha de Diversidade, desigualdade e diferença em Educação do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Fátima Schwendler.

Linha de Pesquisa: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Cunha, Manoel Estébio Cavalcante da.

Projeto seringueiro : a educação popular do campo, das águas e das florestas no contexto político social de Xapuri, no Acre / Manoel Estébio Cavalcante da Cunha – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Sônia Fátima *Schwendler*

1. Seringueiros – Acre. 2. Reserva Extrativista Chico Mendes (AC). 3. Escolas florestais. I. Schwendler, Sônia Fátima. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **MANOEL ESTÉBIO CAVALCANTE DA CUNHA** intitulada: **PROJETO SERINGUEIRO: A EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS NO CONTEXTO POLÍTICO SOCIAL DE XAPURI, NO ACRE**, sob orientação da Profa. Dra. SONIA FÁTIMA SCHWENDLER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Junho de 2023.

Assinatura Eletrônica  
30/06/2023 15:06:51.0  
SONIA FÁTIMA SCHWENDLER  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
30/06/2023 14:40:44.0  
CAROLINA DOS ANJOS DE BORBA  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
30/06/2023 19:49:56.0  
MARCOS GEHRKE  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE )

Assinatura Eletrônica  
04/07/2023 18:06:06.0  
JOSÉ DOURADO DE SOUZA  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE)

Assinatura Eletrônica  
30/06/2023 16:53:06.0  
JACO CESAR PICCOLI  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE)



## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado em primeiro lugar a todos os pioneiros e a todas as pioneiras das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas que a partir dos anos de 1970 se organizaram para resistir contra o avanço da fronteira pecuária e da barbárie do capital na Amazônia. Em especial dedico às memórias de Francisco Alves Mendes Filho (Chico Mendes), de Alzira Marinho, de dom *Moacir Grechi*, e dos padres *Etorre Turrine*, Otávio Destro e *Claudio Avallone*, expoentes da Teologia da Libertação no Acre. Não posso esquecer e deixar de dedicar este trabalho à memória do militante humanista *Abrahin Farhat*. Dedico também a todas e a todos que continuam firmes na resistência, acreditando em uma sociedade melhor, mais justa, mais equitativa do ponto de vista econômico e mais sustentável do ponto de vista ecológico e ambiental, e assim mantendo acesa a centelha da resistência, apesar das adversidades da atual conjuntura.

Dedico de forma especial a meus genitores: Meu pai Manoel Alves da Cunha (in memória), que me ensinou o amor pela natureza e pelo trabalho, e a minha mãe Ester Cavalcante da Cunha, que mesmo analfabeta moldou no meu espírito o amor pela leitura e a dedicação aos estudos;

Às minhas filhas Thainá, Sami, Adilena, *Madija* e Luna. A Meu filho Amon e minhas queridas e amadas netas Alícia, Mariah, Laura e Agnes.

## AGRADECIMENTOS

Em todo o processo de construção desta pesquisa uma certeza sempre me acompanhou: não conseguiria sozinho! Por isso agradeço a muitos e muitas lutadoras e lutadores que contribuíram para que fosse possível a sua realização. A lista desses sujeitos é extensa. Nominarei alguns/algumas representando a todos/as, mesmo sabendo que cometerei injustiças pelas omissões, uma vez que é quase impossível nominar a todos e a todas, por isso antecipo minhas desculpas desde já aos que eu possa ter omitido.

Em primeiro lugar sou muito grato àqueles e àquelas que me interpelaram acerca do problema que investiguei neste trabalho, pois sem esse *insight* esta tese não teria sido realizada com essa temática de pesquisa.

Mesmo correndo o perigo de cometer injustiças, quero escrever aqui os nomes dos lutadores Sebastião Marinho (Sabá), Raimundo Mendes de Barros (Raimundão), Simplício Pereira de Araújo, Djalcir Ferreira (Pingo), Ademir Rodrigues, Pedro Teles de Carvalho, Antônio Mendes (Duda). Nomino também as lutadoras Antônia Pereira Vieira (Antônia do Lé), Maria de Nazaré Maia de Moraes (Miúda), Irene Pereira da Silva, Mauricília Leão (Cila), Alexandrina Guadêncio (Alexandra) e Rita Severino de Souza.

Esses guerreiros e guerreiras, bem como centenas de outros e outras muito me auxiliaram nas lides em prol do extrativismo e da educação popular das florestas e das águas amazônicas, alguns, algumas desde o início dos anos de 1980 e outras e outros foram se incorporando no curso das lutas.

Agradeço à grande lutadora Dercy Teles de Carvalho Cunha que continua na militância firme e consequente, e mesmo com o refluxo das lutas dos extrativistas no Acre, continua demonstrando muita coragem e coerência na defesa das “velhas” bandeiras das(os) extrativistas;

À Alcinélia Moreira de Souza que em diferentes momentos, desde a minha graduação, contribuiu com a minha jornada acadêmica;

À Mariazinha Maia pela valiosa contribuição na coleta de parte dos dados, quando a epidemia de COVID me impediu o deslocamento para a RESEX Chico Mendes;

À Cezilda Maia e ao seu esposo Francisco das Chagas Gomes da Silva (Neto) pela confirmação e esclarecimentos de informações e dados relativos ao PAE Cachoeira e suas adjacências e também pela cessão de fotos;

Aos colegas Hélio (o mineiro), Adeylson (o paraense) e Sérgio (o gaúcho/tchê) que propiciaram momentos de estudos, leituras e escrita, permeados com lazer, num clima de animada descontração no convívio durante a nossa estada em Curitiba para cursar parte dos créditos do doutorado;

À Marilene Nascimento, mulher forte de origem camponesa. Sou muito grato pelo muito que me ajudou em momentos fundamentais da elaboração deste trabalho.

À minha querida esposa Maria Nilva pela paciência e apoio, garantindo a tranquilidade necessária para que eu pudesse me dedicar com afinco aos estudos durante a parte final da escrita desta tese, bem como pelo seu auxílio durante a pesquisa de campo na RESEX Chico Mendes;

Ao professor José Dourado diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da minha querida Universidade Federal do Acre (UFAC) que não mediu esforços para oferecer as condições necessárias para eu concluir esta tese;

À minha orientadora professora Sônia Fátima *Schwendler* que me fez aprofundar o interesse pelas lutas e pela educação do campo;

Aos membros da banca, por suas generosas e valiosas observações e contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

## RESUMO

A presente tese examinou a história e a importância do Projeto Seringueiro e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, analisando os impactos gerados com o encerramento das atividades dessas instituições para as comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes e do Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, conhecido como Reserva Cachoeira. A pesquisa foi realizada por meio de metodologia qualitativa. Os dados de campo foram obtidos por meio da história oral temática, com a coleta de narrativas de histórias de vida de sujeitos que participaram de eventos ligados à trajetória do Projeto Seringueiro. Foram entrevistados 38 (trinta e oito) sujeitos no total, sendo 24 (vinte e quatro) homens e 14 (quatorze) mulheres. Esses sujeitos desempenharam diversos papéis, tais como professora e professor, agentes de Comunidades Eclesiais de Base, militantes dos Movimentos Populares e sindical, técnicos do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri e do Conselho Nacional de Seringueiros, atuando na educação escolar, na formação de agentes populares de saúde, em projetos de implantação de sistemas agroflorestais ou de açudes, de núcleos cooperativos, ou de Associação de Moradores da Reserva Extrativista ou do Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes, alunos e alunas, ou pais e mães de discentes das escolas do Projeto Seringueiro. Outra base da pesquisa foi a análise de bibliografia especializada selecionada em livros, artigos científicos, dissertações, teses e matérias jornalísticas. Os dados obtidos na pesquisa de campo permitiram inferir que: 1) Os interlocutores da pesquisa reconhecem a importância do Projeto Seringueiro como instrumento que ajudou na implantação de um modelo de Educação Escolar voltado para a realidade específica do ambiente sociogeográfico do extrativismo e que isso contribuiu para o fortalecimento das lutas populares que levaram à conquista e a implantação da Reserva Extrativista Chico Mendes e do Projeto de Assentamento Extrativista do seringal Cachoeira; 2) Também reconhecem que o fim do Projeto Seringueiro, além dos prejuízos causados no campo específico da Educação Escolar, comprometeu a formação política de quadros dos movimentos populares, bem como a assessoria a outras frentes de atuação político social. Os dados coletados na pesquisa de campo, bem como aqueles constantes na bibliografia consultada, apontaram variadas causas que levaram ao fim do Projeto Seringueiro.

Palavras-chave: Projeto Seringueiro; Reserva Extrativista; Projeto de Assentamento Extrativista, Movimento de Seringueiro; Governo da Floresta.



## **ABSTRACT**

This thesis examined the history and importance of the Rubber Tapper Project and the Amazon Workers Center, analyzing the impacts generated by the closure of these institutions' activities for the communities of the Chico Mendes Extractive Reserve and the Chico Mendes Extractive Settlement Project, known as Waterfall Reserve. The research was carried out using a qualitative methodology. Field data were obtained through thematic oral history, with the collection of life story narratives of subjects who participated in events linked to the trajectory of the Rubber Tapper Project. A total of 38 (thirty-eight) subjects were interviewed, 24 (twenty-four) men and 14 (fourteen) women. These subjects played different roles, such as teacher and teacher, agents of Base Ecclesiastical Communities, militants of Popular Movements and trade unions, technicians of the Amazon Workers Center, the Agroextrativist Cooperative of Xapuri and the National Council of Rubber Tappers, acting in school education, in the training of popular health agents, in projects for the implementation of agroforestry systems or dams, cooperative centers, or the Association of Residents of the Extractive Reserve or the Chico Mendes Extractive Settlement Project, male and female students, or fathers and mothers of students from the Rubber Tapper Project schools. Another basis of the research was the analysis of specialized bibliography selected in books, scientific articles, dissertations, theses and journalistic articles. The data obtained in the field research made it possible to conclude that: 1) The research interlocutors recognize the importance of the Rubber Tappers Project as an instrument that helped in the implementation of a School Education model focused on the specific reality of the sociogeographic environment of extractivism and that this contributed to the strengthening of popular struggles that led to the conquest and implementation of the Chico Mendes Extractive Reserve and the Extractive Settlement Project in the Cachoeira rubber plantation; 2) They recognize that the end of the Rubber Tapper Project, in addition to the damage caused in the specific field of School Education, compromised the political training of people from popular movements, as well as the assistance to other fronts of social political action. The data collected in the field research, as well as those contained in the bibliography consulted, pointed to various causes that led to the end of the Rubber Tappers Project.

**Keywords:** Rubber tapper Project; Extractive reserve; Extractive Settlement Project, Rubber tapper Movement; Forest Government.

## LISTA DE FIGURAS

| Nº de Ordem  | Ilustração                                                                                                                                                                                                                                           | Página |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| Figura 01    | Mapa do Acre apresentando a Regional Alto Acre.<br>Fonte: <a href="http://sit.mda.gov.br/mapa.php">http://sit.mda.gov.br/mapa.php</a>                                                                                                                | 35     |
| Figuras a 04 | Professores, técnicos e alunos fazendo exercícios com o multiquadros. Fonte A Lição da Samaúma: Formação de Professores da Floresta                                                                                                                  | 48     |
| Figura 05    | Delegação Acreana que participou da fundação da CUT em 1983. A foto foi feita na sede regional do Partido dos Trabalhadores (PT) em Rio Branco.<br>Fonte: Comitê Chico Mendes.                                                                       | 67     |
| Figura 06    | Capa da Cartilha Poronga usada pelo MEB/AM em Carauari. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                                                                      | 67     |
| Figura 07    | Capa da Cartilha O Ribeirinho Fonte: Fabrício Valentim da Silva 2021.                                                                                                                                                                                | 67     |
| Figura 08    | Página da Cartilha O Ribeirinho usada pelo MEB/AM em Carauari. Fonte: Fabrício Valentim da Silva. 2021.                                                                                                                                              | 67     |
| Figura 09    | Mapa de los Grupos <i>Etnolingüísticos en el Cerro de La Sal</i> Selva Central Peruana. Época Colonial.<br>Fonte: <i>La sal de los cerro de Varese</i> .                                                                                             | 107    |
| Figura 10    | Mapa dos municípios do Acre. Fonte: <a href="http://sit.mda.gov.br/mapa.php">http://sit.mda.gov.br/mapa.php</a>                                                                                                                                      | 130    |
| Figura 11    | Mapa das Microrregiões do Acre. Fonte: <a href="http://sit.mda.gov.br/mapa.php">http://sit.mda.gov.br/mapa.php</a>                                                                                                                                   | 130    |
| Figura 12    | Tapiri no meio da floresta. Fonte: Páginas históricas do Acre no <i>Facebook</i> .                                                                                                                                                                   | 133    |
| Figura 13    | Corte da seringueira no padrão regular aceito. Fonte: Site do IEA – Instituto de Estudos Amazônicos: <a href="https://institutoestudosamazonicos.org.br/uma-seringueira-de-pe/">https://institutoestudosamazonicos.org.br/uma-seringueira-de-pe/</a> | 142    |
| Figura 14    | Corte da seringueira no padrão espinha de peixe. Fonte: Site da CONAFER – Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais.                                                                                       | 142    |
| Figura 15    | Transporte de pélas de borracha pelo rio Acre em 1949. Fonte: Acervo do Fotógrafo Araújo.                                                                                                                                                            | 145    |
| Figura 16    | Cartaz criado pelo artista suíço <i>Jean-Pierre Chabloz</i> . Fonte: Jornal da UNIAMP. N.º 12 – 15 a 21 de outubro de 2012.                                                                                                                          | 150    |
| Figura 17    | Reunião de Comunidade Eclesial de Base. Site CEB's. Fonte: <a href="https://portaldascebs.org.br/">https://portaldascebs.org.br/</a>                                                                                                                 | 157    |
| Figura 18    | Reunião de Comunidade Eclesial de Base. Site CEB's. Fonte: <a href="https://portaldascebs.org.br/">https://portaldascebs.org.br/</a>                                                                                                                 | 157    |
| Figura 19    | Quadro A senhora pecuária visitando uma colocação de seringa. Obra do multiartista seringueiro acreano Hélio Melo. Fonte:                                                                                                                            | 163    |

<https://www.portalentretextos.com.br/post/a-poetica-do-seringal>

|                |                                                                                                                                                                                     |     |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 20      | Capa do Jornal O Varadouro de Dez de 1979. Fonte: O Varadouro <i>on line</i> .                                                                                                      | 168 |
| Figura 21      | Mapa do PAE Chico Mendes – Seringal Cachoeira. Fonte: Stone 2003.                                                                                                                   | 179 |
| Figura 22      | Mapa da RESEX Chico Mendes no contexto da Amazônia. Fonte: Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE. | 180 |
| Figura 23      | Armazém abandonado da CAEX. Localizado no Seringal Albrácia na RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do Autor.                                                                          | 182 |
| Figura 24      | Armazém abandonado da CAEX. Localizado no Seringal Palmari RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do Autor                                                                               | 182 |
| Figura 25      | Armazém abandonado da CAEX. Localizado no Seringal Equador, entorno do PAE Cachoeira. Fonte: Acervo de Francisco das Chagas (Neto).                                                 | 182 |
| Figura 26      | Ramal da Pimenteira que dá acesso à RESEX Chico Mendes. Fonte: acervo do Autor                                                                                                      | 183 |
| Figura 27      | Antiga colocação transformada em fazenda. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                   | 183 |
| Figura 28      | Sistema Agroflorestal do senhor Vânio. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                      | 184 |
| Figura 29      | Sistema Agroflorestal do senhor Vânio. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                      | 184 |
| Figura 30      | Plantação de feijão no SAF do senhor Vânio. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                 | 185 |
| Figura 31      | Plantação de mandioca no SAF do senhor Vânio. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                               | 185 |
| Figura 32      | Carteira sindical de Wilson Pinheiro. Fonte: Comitê Wilson Pinheiro                                                                                                                 | 188 |
| Figura 33      | Casa da colocação Já com fome onde funcionou a primeira escola do Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do CTA                                                                         | 189 |
| Figura 34      | Primeira turma de educandos e educandas do Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do CTA                                                                                                | 189 |
| Figura 35      | O autor numa casa na aldeia Boca do Lago, da etnia <i>Yaminawa</i> . Casa construída em paxiúba com as paredes forradas com páginas de revistas. Fonte: Acervo do autor             | 190 |
| Figura 36      | Foto de uma Poronga. Fonte: Acervo do CTA                                                                                                                                           | 196 |
| Figura 37      | Conjunto Didático Poronga. Fonte: Acervo do autor                                                                                                                                   | 197 |
| Figura 38 e 39 | Páginas da Cartilha Poronga com a palavra geradora PACA. Fonte: Acervo do autor                                                                                                     | 197 |
| Figura 40      | Página da Cartilha Poronga com a palavra geradora PACA                                                                                                                              | 198 |
| Figura 41      | Casa e escola ribeirinha no rio Purus                                                                                                                                               | 200 |
| Figura 42      | Cartilha <i>Kulina</i> . Fonte: Acervo do autor                                                                                                                                     | 201 |

|                 |    |                                                                                                                                           |     |
|-----------------|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura          | 43 | Gramática da língua <i>Kulina</i> . Fonte: Acervo do autor.                                                                               | 201 |
| Figura          | 44 | Cartaz do I Encontro Nacional de Seringueiros.<br>Fonte: Acervo Instituto de Estudos da Amazônia (IEA)                                    | 220 |
| Figura          | 45 | Escola no modelo arquitetônico desenvolvido pelo Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do professor Pingo.                                   | 228 |
| Figura          | 46 | Livro Mapinguari Comedor de Carne. Fonte: Acervo do autor.                                                                                | 229 |
| Figura          | 47 | Mala de Leitura e acervo de livros infanto-juvenil.<br>Fonte: Acervo do prof. Ademir Rodrigues.                                           | 231 |
| Figura          | 48 | Mala de Leitura ilustrada pela professora Conda e seus alunos. Fonte: Acervo do prof. Ademir Rodrigues.                                   | 231 |
| Figura          | 49 | Capas de livros produzidos pelos alunos do Programa Mala de Leitura. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                         | 232 |
| Figura          | 50 | Página de livros produzidos pelos discentes do Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do professor Pingo                                      | 232 |
| Figura<br>e 52  | 51 | Páginas de livros produzidos pelos discentes do Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do professor Pingo                                     | 233 |
| Figura          | 53 | Italianos a caminho de escolas no seringal. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                  | 239 |
| Figuras<br>e 55 | 54 | Italianos no curso do Projeto Seringueiro em Xapuri no ano de 2001. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                          | 240 |
| Figuras<br>a 58 | 56 | Técnico, professora, alunos e alunas em intercâmbio na Itália no ano de 2001. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                | 241 |
| Figuras<br>e 60 | 59 | Antiga escola do Projeto Seringueiro. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                        | 241 |
| Figura          | 61 | Escola construída com recurso da <i>Millimonde</i> . Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                         | 242 |
| Figura<br>a 65  | 62 | Intercâmbio de artesanato comunitário com alunos/as e professores/as. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                        | 247 |
| Figura          | 66 | Escola São Francisco no seringal Guanabara, RESEX Chico Mendes no município de Brasília.<br>Foto de autoria do fotógrafo Carlos Carvalho. | 250 |
| Figuras<br>a 69 | 67 | Capa e páginas da Cartilha de Matemática para Pós-alfabetização nas escolas da floresta. Fonte: Acervo do autor.                          | 265 |
| Figuras<br>e 71 | 70 | Capa e páginas da Cartilha Geografia para Pós-alfabetização das escolas da floresta. Fonte: Acervo do autor.                              | 265 |
| Figuras         | 72 | Página da Cartilha Geografia para Pós- alfabetização das escolas da floresta. Fonte: Acervo do autor.                                     | 266 |
| Figura          | 73 | Escola Joaquim Mendes. No seringal Equador. Está fechada. Fonte: Acervo do Sr. Francisco das Chagas Gomes da Silva (Neto).                | 269 |

|               |                                                                                                                                                                                    |     |
|---------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 74     | Escola Jesus Matias. Colocação Pimenteira. Está fechada. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                   | 271 |
| Figura 75     | Sede da Associação de Moradores do PAE Cachoeira abandonada. Fonte: Acervo do Sr. Francisco das Chagas Gomes da Silva (Neto).                                                      | 272 |
| Figura 76     | Escola pioneira do PAE Cachoeira criada pelo Projeto Seringueiro em 1986. Fonte: Acervo do Sr. Francisco das Chagas Gomes da Silva (Neto).                                         | 273 |
| Figura 77     | Infraestrutura de fazenda na RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                           | 273 |
| Figura 78     | Atividade de manejo pecuário na RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                        | 273 |
| Figuras a 81  | Alunos/as das Escolas do Projeto Seringueiro se direcionando às aulas quando o Projeto Seringueiro mantinha pequenas escolas próximas às suas casas. Fonte: Acervo do prof. Pingo. | 276 |
| Figura 82     | Motos de alunos/as da RESEX Chico Mendes e de professores/as da cidade que lecionam na escola União. Fonte: Acervo do autor.                                                       | 278 |
| Figuras e 84  | Alunos/as trabalhando dentro das salas de aulas. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                                                      | 278 |
| Figura 85     | Alunos/as trabalhando fora das salas de aulas. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                                                        | 280 |
| Figura 86     | Trabalho fora da sala de aula. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                                                                        | 281 |
| Figura 87     | Horta doméstica numa colocação de seringa na RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                           | 282 |
| Figura e 89   | Imagens de deslocamentos de membros da equipe técnica para supervisão às escolas. Fonte: Acervo do prof. Pingo                                                                     | 283 |
| Figura 90     | Pélas de borracha e sapatos de seringa. Fonte: Páginas históricas do Acre no <i>Facebook</i> .                                                                                     | 285 |
| Figuras e 92  | Imagens da Escola Belo Horizonte na Semitumba, RESEX Chico Mendes. Transporte escolar. Fonte: Acervo do autor.                                                                     | 288 |
| Figuras a 96  | Centro de treinamento da Pimenteira. Fonte: Acervo do autor da tese e do professor Jurivan Cavalcante.                                                                             | 291 |
| Figuras a 100 | Centro de treinamento da Pimenteira. Fonte: Acervo do autor da tese e do professor Jurivan Cavalcante.                                                                             | 292 |
| Figura 101    | Foto da Escola Ivair Higino na RESEX Chico Mendes. Está desativada. Fonte: Acervo do autor.                                                                                        | 294 |
| Figura 102    | Escola União Seringal. Floresta RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                        | 295 |
| Figura 103    | Transporte escolar na escola União Seringal Floresta RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                   | 294 |
| Figuras a 106 | Fotos do SAF do senhor Antônio Mendes (Duda) no PAE Cachoeira. Fotos do senhor Duda.                                                                                               | 301 |
| Figura 107    | Escola da Fazendinha e o transporte escolar no PAE Cachoeira. Foto de Francisco das Chagas (Neto)                                                                                  | 302 |
| Figura 108    | Cartaz do Julgamento dos assassinos de Chico                                                                                                                                       | 305 |



|                  |                                                                                                                                                                                                           |     |
|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|                  | Mendes. Fonte: Acervo do Comitê Chico Mendes.                                                                                                                                                             |     |
| Figura 109       | Raimundo Mendes de Barros (Raimundão) discursa na abertura do II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta em Rio Branco/AC 1989. Fonte: Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) | 309 |
| Figura 110       | Bandeira do Acre no Calçadão da Gameleira. Fonte: Assecon/Acre.                                                                                                                                           | 318 |
| Figura 111       | Escritório e barracão administrativo e de comercialização de madeiras do manejo no PAE Porto Dias. Foto de Marli Rodrigues.                                                                               | 329 |
| Figura 112       | Casa dos técnicos e engenheiros florestais que trabalhavam no manejo madeireiro no PAE Porto Dias. Foto de Marli Rodrigues.                                                                               | 329 |
| Figura 113       | Caminhão transportando árvores cortadas na floresta amazônica. Foto de Vicente Sampaio/Imaflora.                                                                                                          | 336 |
| Figura 114       | Igreja Adventista do Sétimo Dia edificada na Colocação Fazendinha no PAE Cachoeira. Foto de Francisco das                                                                                                 | 341 |
| Figura 115       | Igreja Assembleia de Deus no Seringal Palmari na colocação Cumaru 2 na RESEX Chico Mendes. Fonte: Acervo do autor.                                                                                        | 345 |
| Figura 116 e 117 | Carnê de controle de dízimo da igreja Assembleia de Deus. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                         | 345 |
| Figura 118       | Senhor Tião do Daú gerente da COOPERXAPURI. Foto de autoria de Maria Nilva.                                                                                                                               | 349 |
| Figura 119       | O autor mostrando um sapato com solado de borracha extraída na RESEX Chico Mendes. Fabricado pela indústria verde Francesa. Foto de autoria de Maria Nilva.                                               | 349 |
| Figura 120       | Máquina agrícola em exposição na Expoacre 2022. Fonte: catálogo do fabricante.                                                                                                                            | 356 |
| Figura 121 e 122 | Máquinas agrícolas em exposição na Expoacre 2022. Fonte: catálogo do fabricante.                                                                                                                          | 357 |
| Figura 123       | Muro do prédio do CTA em Rio Branco. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                                              | 359 |
| Figura 124       | Escritório abandonado do CTA em Rio Branco. Fonte: Acervo do autor.                                                                                                                                       | 360 |
| Figura 125       | Copa, Refeitório, Biblioteca e Centro de Treinamento abandonados do CTA em Rio Branco. Fonte: Acervo do autor.                                                                                            | 360 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.  
ACS – Agente Comunitário de Saúde.  
ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa.  
ADUFAC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre.  
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil.  
AMOPREB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Brasiléia.  
AMOPRECARB – Associação de Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes em Rio Branco e Capixaba.  
AMOPRESEMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes Em Sena Madureira.  
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Xapuri.  
ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional.  
ASSECOM – Assessoria de Comunicação Social.  
BANACRE – Banco do Estado do Acre.  
BASA – Banco da Amazônia S.A.  
BB – Banco do Brasil.  
BFW – *Brot für die Welt*/Pão para o mundo.  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.  
CAEX – Cooperativa Agroextrativista de Xapuri.  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.  
CATP – Contratos de Alienação de Terras Públicas.  
CCC – Comando de Caça aos Comunistas.  
CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos.  
CDDHEP – Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre.  
CEB – Comunidade Eclesial de Base.  
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação.  
CEDOP – Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia.  
CEEI – Coordenação de Educação Escolar Indígena.  
CEF – Caixa Econômica Federal.  
CEFFA's – Centros Familiares de Formação por Alternância.  
CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americana.  
CFDPI – Curso de Formação Docente Para Indígenas.  
CGPEC – Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo.  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário.  
CIMMYT – *International Maize and Wheat Improvement Center*/Centro Internacional da Melhoria do Milho e do Trigo.  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.  
CNPT – Centro Nacional das Populações Tradicionais.  
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros/ Conselho Nacional das Populações Extrativistas.  
CONAQ – Comissão Nacional Quilombola.  
CONSED – Conselho dos Secretários Estaduais de Educação.  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

COOPERACRE – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre.  
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários.  
CPC – Central de Produção e Consumo.  
CSN – Conselho de Segurança Nacional.  
CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia.  
CVP – Cernambi Virgem Prensado.  
DNI – Departamento Nacional de Imigração.  
DPECIRER – Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para Relações Étnico-Raciais.  
EIA – Estudo de Impacto Ambiental.  
RIMA –Relatório de Impacto Ambiental.  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.  
EMC – Educação Moral e Cívica.  
ENS – Encontro Nacional dos Seringueiros.  
EUA – Estados Unidos da América.  
FADISE – Faculdade Diocesana São José.  
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante.  
FDRHCD – Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto.  
FETACRE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre.  
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.  
FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil.  
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.  
FNDE – Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.  
FPIJ – Fraternidade dos Pequenos Irmãos de Jesus.  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.  
FUNDESCOLA – Fundo de Fortalecimento da Escola.  
FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Acre.  
GTNTA – Grupo Terra Norte de Teatro Amador.  
IARC – *International Center for Agricultural Research*/Centro de Pesquisas Agrícolas Internacionais.  
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.  
IBBY – International Board on Books for Young People - Conselho Internacional de Livros para Jovens.  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.  
IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.  
JOCUM – Jovens Com Uma Missão.  
IMAFLOA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola.  
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia.  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.  
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.  
IRRI – *International Rice Research Institute*/Instituto de Investigação Internacional do Arroz.  
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens.  
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro.  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.  
MEB – Movimento de Educação de Base.  
MEC – Ministério da Educação e Cultura.  
MFC – Manejo Florestal Comunitário.  
MINC – Ministério da Cultura.  
MMA – Ministério do Meio Ambiente.  
NARI – Núcleo Agrícola Rural Integrado.  
NOVIB – *Nederlandse Organisatie Voor Internationale Bijstand*/Organização Holandesa para assistência Internacional.  
OFM-CAP– Ordem dos Frades Menores Capuchinhos.  
OPAN – Operação Padre Anchieta.  
OMS – Organização Mundial da Saúde.  
OSM – Ordem dos Servos de Maria.  
OSPB – Organização Social e Política Brasileira.  
OXFAM – *Oxford Family*/Família de Orford.  
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido.  
PAE – Projeto de Assentamento Extrativista.  
PARFOR – Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica.  
PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola.  
PDS – Partido Democrático Social.  
PESACRE – Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre.  
PFL – Partido da Frente Liberal.  
PJ – Pastoral da Juventude.  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.  
PMFS – Plano de Manejo Florestal Sustentável.  
PNJ – Parque Nacional do Jaú.  
PNLDC – Programa Nacional do Livro Didático do Campo.  
PP – Partido Popular.  
PPP – Projeto Político Pedagógico.  
PROFIR – Programa de Formação Especial de Professores para Educação Básica da Zona Rural.  
PROIFES – Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior.  
PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício.  
PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura.  
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo.  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.  
PROUNI – Programa Universidade para Todos.  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.  
PT – Partido dos Trabalhadores.  
PUC – Pontifícia Universidade Católica.  
RESAB – Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro.  
RESEX – Reserva Extrativista.  
SAAEC – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará.  
SAF – Sistema Agroflorestal.  
SAMS – Secretaria de Apoio aos Movimentos Sociais.  
SAVA – Superintendência de Abastecimento de Trabalhadores para a Amazônia.  
SCJ – Congregação do Sagrado Coração de Jesus.  
SDA – Secretária de Desenvolvimento Agrário.

SEAPROF/AC – Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre.

SEB – Secretaria de Educação Básica.

SEC – Secretaria de Educação e Cultura.

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEE – Secretaria de Estado de Educação.

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre.

SEME – Secretaria Municipal de Educação.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SENTA – Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

SEPPIR – Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

SESU – Secretaria de Educação Superior.

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SINICOM – Sindicato Nacional da Construção Pesada.

SINPRODF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

SMA – Secretaria Municipal de Agricultura.

SNJ – Secretaria Nacional da Juventude.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

SSP – Secretaria de Segurança Pública.

STRX – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

STTRX – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri.

SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública.

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso.

UC – Unidade de Conservação.

UFAC – Universidade Federal do Acre.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

UNB – Universidade de Brasília.

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação.

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas.

UNILAB – Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira.

UNINORTE – Centro Universitário do Norte.

WWF – *World Wildlife Fund*/Fundo Mundial para a Vida Selvagem.

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal.

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                                                           |            |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                   | <b>21</b>  |
| 1.1      | Contexto e problema de pesquisa .....                                                                                                                     | 21         |
| 1.2      | Relevância do tema/problema e da escolha dos territórios .....                                                                                            | 41         |
| 1.3      | Revisão da Literatura sobre o Projeto Seringueiro .....                                                                                                   | 44         |
| 1.4      | Referenciais teórico-metodológicos .....                                                                                                                  | 49         |
| 1.5      | Estrutura da tese .....                                                                                                                                   | 52         |
| <b>2</b> | <b>AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA .....</b>                                                                                                     | <b>54</b>  |
| 2.1      | Memorial .....                                                                                                                                            | 55         |
| 2.2      | A metodologia da pesquisa .....                                                                                                                           | 71         |
| 2.3      | Os interlocutores (sujeitos) da pesquisa .....                                                                                                            | 74         |
| <b>3</b> | <b>OS POVOAMENTOS DO TERRITÓRIO SUL – AMAZÔNICO, O NASCIMENTO DA CATEGORIA SERINGUEIRO E AS RESISTÊNCIAS CONTRA AS OPRESSÕES .....</b>                    | <b>99</b>  |
| 3.1      | O primeiro povoamento do território Sul-amazônico .....                                                                                                   | 100        |
| 3.2      | A constituição do território federal do Acre: A vitória da territorialidade do capital .....                                                              | 107        |
| 3.3      | A Igreja Católica e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no apoio às lutas dos seringueiros e Seringueiras .....                      | 149        |
| 3.4      | A construção do movimento de resistência dos seringueiros do Acre: o caso de Xapuri .....                                                                 | 161        |
| 3.5      | A conquista das Reservas Extrativistas (RESEX's) e dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's) .....                                                | 174        |
| <b>4</b> | <b>A CONSTRUÇÃO DO PROJETO SERINGUEIRO E DO CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA .....</b>                                                                | <b>186</b> |
| 4.1      | A construção do Projeto Seringueiro no contexto das lutas dos extrativistas e das extrativistas contra os latifundiários no início dos anos de 1980 ..... | 186        |
| 4.2      | História da construção do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA) .....                                                                                | 214        |
| 4.3      | A situação atual da Educação no contexto dos territórios da Resex e do Pae Chico Mendes .....                                                             | 266        |
| 4.4      | O fechamento de Escolas. A criação de escolas polos e a adoção de transporte escolar .....                                                                | 268        |
| <b>5</b> | <b>A TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO VERDE PARA O AGRONEGÓCIO NOS TERRITÓRIOS DA RESEX E DO PAE CHICO MENDES NO MOMENTO ATUAL .....</b>                          | <b>307</b> |
| 5.1      | A introdução do Capitalismo verde nas áreas protegidas da RESEX e do PAE Chico Mendes no seringal Cachoeira .....                                         | 308        |



|          |                                                                                             |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.2      | A situação atual dos trabalhadores e das trabalhadoras na RESEX e do PAE Chico Mendes ..... | 327        |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                           | <b>361</b> |
| <b>7</b> | <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                                                     | <b>370</b> |
| <b>8</b> | <b>APÊNDICES .....</b>                                                                      | <b>396</b> |

## ASPIRAÇÃO

Hoje eu quero um poema transparente,  
semelhante à lágrima  
que iludiu meus olhos desatentos.

Um poema capaz de coragem,  
desses que podem ser ouvidos na chuva,  
na greve, ao fim  
da batalha perdida.

Um poema capaz de resistir  
como o granito ao vento,  
como o homem resiste  
se o aço lhe alcança o ombro.

Um poema capaz de liberdade,  
capaz de falar nesta hora noturna  
quando todos dormem,  
e o silêncio oficial amordaçou  
as cantigas do meu povo.

Pedro Terra, 1973

## 1 – INTRODUÇÃO

A construção da identidade seringueira não estava dada a priori: ela foi sendo tecida nos embates concretos que os seringueiros se viram obrigados a travar nas circunstâncias singularíssimas dos anos setenta/oitenta (tempo) nas regiões do vale do rio Acre, ao longo das BR's 364 e 317, no estado do Acre (Gonçalves, 1999, p. 71).

### 1.1 Contexto e problema de pesquisa

A presente tese versa sobre o Projeto Seringueiro e por extensão trata também acerca do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), Organização Não Governamental (ONG), que foi a entidade criada para ser a proponente das atividades desenvolvidas pelo Projeto Seringueiro. Essa ONG atuava para viabilizar a captação e a gestão dos recursos que financiavam as atividades do Projeto Seringueiro. E este implantou a primeira experiência de educação popular desenvolvida no Acre, concebido e dirigido pelo movimento de trabalhadoras e das trabalhadoras extrativistas por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR). Segundo Silva o Projeto Seringueiro, com a Cartilha Poronga

foi uma experiência educacional que buscava uma educação de adultos que desenvolvesse uma alfabetização capaz de transformar a vida do educando para que ele se tornasse socialmente e economicamente emancipado por meio da educação, alfabetização e capacitação política. (Silva<sup>1</sup>, 2021, p. 1)

Não obstante o Projeto Seringueiro ter sido a primeira experiência de Educação Popular do Estado do Acre, na Amazônia, nos Estados do Amazonas e do Pará desde o início dos anos de 1960 se registrava a presença do Movimento de Educação de Base (MEB), cuja concepção tinha como base a metodologia de educação popular. Essa instituição foi criada pela iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1961, por meio do Decreto nº 50.370, que possibilitou firmar um convênio com o governo federal. Pelo convênio se viabilizou o acesso da população rural a educação escolar pelo sistema de aulas radiofônicas em diversas dioceses, prelazias<sup>1</sup> e paróquias da igreja católica do país. No Amazonas, o MEB foi introduzido primeiramente no município de Tefé. Sua implantação foi articulada pelo então bispo

---

<sup>1</sup> Segundo definição do Direito Canônico a Prelazia ou Prelatura “é uma porção do povo de Deus, circunscrita territorialmente, cujo cuidado pastoral, em virtude de circunstâncias especiais, é confiado a um Prelado, que a governa como seu pastor próprio, à maneira de Bispo diocesano”. (Código de direito canônico 2007 p.95)

da prelazia, Dom Joaquim de *Lange* no ano de 1963. Posteriormente foi implantado no município de Parintins, dez anos depois, em 1973 pela iniciativa do bispo Dom *Arcangelo Cerqua*, que conheceu o projeto do MEB no Nordeste.

No Estado do Pará o MEB iniciou suas atividades no município de Santarém em meados de 1964, quando o bispo Dom *Thiago Ryan* assumiu a Prelazia do Baixo Amazonas.

Com a implantação do Programa de Educação Escolar do Projeto Seringueiro em 1981, numa conjuntura de embates dos seringueiros contra os latifundiários, ampliou-se o espectro de possibilidades para a militância, formação e participação dos seringueiros e seringueiras nas lutas em favor da preservação da estrutura e da cultura material e imaterial de base extrativista no município de Xapuri, onde o programa foi criado. A escola implantada tinha um caráter bastante avançado. Ela seguia os pressupostos políticos e metodológicos da educação libertadora formulada por Paulo Freire. Nas aulas eram estimuladas discussões políticas por meio da decodificação das palavras geradoras sistematizadas por ocasião da pesquisa do universo vocabular dos seringueiros e das seringueiras.

Em sua gênese o Projeto Seringueiro apresentava muitas semelhanças com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se constituía e se construía no Sul do país, capitaneado pelo movimento dos camponeses e das camponesas da agricultura familiar, expropriados de suas pequenas propriedades pelo latifúndio que iniciava a implantação de monoculturas visando à exportação de *commodities* agrícolas. A luta travada pelo MST era e é em prol de uma Reforma Agrária Radical. Esta, para ser completa deve conter um projeto de educação próprio e autônomo dos agricultores e das agricultoras, contemplando os interesses e as especificidades da sociedade que o MST vislumbra construir.

Até a criação do Projeto Seringueiro os meios e as alternativas de participação em eventos educativos se davam basicamente na militância no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica. Minha afirmativa de que os movimentos populares tem caráter educativo se dá porque na qualidade de educador popular tenho a convicção de que o ato educativo não se realiza apenas na escola. Perfilho este entendimento com muitos teóricos da educação, sobretudo os da educação popular e revolucionária. Registro a minha convergência teórica, política e metodológica acerca dessa temática com intelectuais do campo do marxismo. Cito abaixo *Vladimir Lênin*, que sobre isso escreveu o

seguinte:

La conciencia de las masas obreras no puede ser una verdadera conciencia de clase si los obreros no aprenden — basándose en hechos y acontecimientos políticos concretos y, además, actuales sin falta — a observar a cada una de las otras clases sociales en todas las manifestaciones de su vida intelectual, moral y política; si no aprenden a hacer un análisis materialista y una apreciación materialista de todos los aspectos de la actividad y la vida de todas las clases, sectores y grupos de la población. (Lênin 2010, p. 104).

Portanto, para o educador popular a produção e apreensão de saberes se dá em todos os espaços em que ocorre a luta de classes. *Gohn* escreveu o seguinte:

espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. Há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tanto para os membros da sociedade civil, como para a sociedade mais geral, e também para os órgãos públicos envolvidos – quando há negociações, diálogos ou confrontos. (*Gohn*, 2011, p. 333)

O objetivo desta tese foi analisar a história e a importância do CTA/Projeto Seringueiro e os impactos gerados com o encerramento de suas atividades para as comunidades da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes e do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Chico Mendes, no seringal Cachoeira, bem como para os movimentos populares que apoiavam e auxiliavam nas mobilizações e nas lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas. Em meados dos anos 1970 até meados dos anos de 1990, estes e estas exerciam protagonismo nos embates contra os latifundiários, os quais pretendiam transformar territórios florestais amazônicos em pastagens para gado bovino e posteriormente realizar a extração predatória de madeiras de lei. Atualmente, predomina no seio do agronegócio acreano os projetos para a implantação de monocultura da soja.

De forma específica esta pesquisa buscou: (a) avaliar a contribuição do CTA/Projeto Seringueiro para o avanço e para o fortalecimento do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas da RESEX Chico Mendes e do PAE Cachoeira; (b) examinar os impactos causados ao movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas da RESEX Chico Mendes e do PAE Cachoeira com o fim do CTA/Projeto Seringueiro; (c) contribuir com o debate teórico e metodológico acerca da participação do CTA/Projeto Seringueiro nas lutas e mobilizações do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas da RESEX Chico Mendes e do PAE Cachoeira.

Na gênese dos fatos que motivaram a escolha do objeto desta pesquisa, está a interpelação feita a mim por sujeitos remanescentes dos movimentos populares

ligados à RESEX Chico Mendes e ao PAE Cachoeira, no ano de 2017, quando eu desenvolvia Projeto de Extensão juntamente com o professor Moisés Silveira Lobão do curso de Engenharia Florestal, com discentes dos Cursos de Engenharia Florestal, Geografia, Biologia e Jornalismo.

Vale o esclarecimento de que o termo sujeito empregado nesta tese, desde o ponto de vista do referencial teórico do materialismo histórico-dialético, é entendido como sendo a “subjetividade socialmente produzida, operando numa formação social determinada, sob o crivo de um determinado tempo histórico e no âmbito de um campo cultural”. (SILVEIRA, 2022, p. 104) Chagas escreve o seguinte acerca da subjetividade para o materialismo:

Ao longo de sua obra, Marx desenvolve elementos constitutivos para se entender a subjetividade humana, como: 1. a subjetividade não como autônoma, abstrata; 2. a subjetividade não como dada naturalmente, imediatamente ao indivíduo; 3. a subjetividade como construída historicamente; e 4. a importância da presença da subjetividade na construção, na transformação, na apreensão e na interpretação cognitiva do real, da realidade. E, para compreender a subjetividade no âmbito da sociedade capitalista, Marx nos dá, entre outros, diversos conceitos, como: ilusão, trabalho, estranhamento, “base” e “superestrutura”, ideologia, ocultação, inversão e fetichismo da mercadoria. (Chagas, 2013, p. 4)

Os sujeitos que me interpelaram manifestaram muito incômodo com o enfraquecimento e o declínio dos movimentos populares e sindicais que atuavam na defesa e na proposição de alternativas para os impasses vividos pelos coletivos de extrativistas desde meados dos anos de 1970.

O problema investigado nesta tese se traduz nas seguintes interrogações:

1. Como e por que se deu o enfraquecimento e, por fim, o encerramento das atividades do CTA/Projeto Seringueiro?

2. Em quê o enfraquecimento/encerramento das atividades do CTA/Projeto Seringueiro contribuiu para o impasse e o quase fenecimento dos movimentos populares que foram tão fecundos e aguerridos a partir de meados dos anos de 1970 até meados dos anos de 1990?

A análise desses problemas reveste esta pesquisa de especial relevância social e acadêmica, haja vista que este trabalho constitui um esforço para facilitar a compreensão de um fenômeno das lutas populares e sindicais que foram de crucial importância para uma categoria social: os extrativistas do município de Xapuri! Esta categoria, por cerca de três décadas se constituiu como protagonista de lutas que legaram conquistas essenciais para a preservação da Amazônia e do modo social,



ecológico e econômico de vida dos seringueiros. Essas conquistas geraram reflexos em outras regiões do país e até internacionalmente, uma vez que as lutas desenvolvidas em favor da preservação do ambiente amazônico pelos seringueiros e as seringueiras de Xapuri foram consideradas modelares para as lutas que se travam noutra paragens do nosso planeta em favor da conservação ambiental.

Os seringueiros e as seringueiras da Amazônia viveram desde a implantação do extrativismo gomífero em meados do século XIX aos meados dos anos de 1970 do século XX, em estado de servidão econômica, política e social. Isso se dava porque, segundo Martins, 1990, p. 32, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo”.

Uma série de eventos políticos e sociais desencadeados a partir da implantação da ditadura empresarial-militar no ano de 1964 elevou os seringueiros e as seringueiras do Acre, em específico os/as do município de Xapuri, à condição de vanguarda, de protagonista no combate aos pecuaristas e latifundiários que, financiados pelos governos ditatoriais, pretendiam devastar e desflorestar a Amazônia em benefício da implantação da pecuária extensiva e da extração de madeiras nobre, com prioridade no abate de árvores de mogno que alcançava elevados valores na balança de exportação.

Nesta tese denominarei como ditadura empresarial-militar ao regime implantado pelo golpe político desferido em 1.º de abril de 1964 por militares e empresários brasileiros reacionários, associados aos interesses de grandes empresas multinacionais, que se instalaram e apresentavam proeminência econômica no final do período de Juscelino Kubitschek e durante a administração de Jânio Quadros. Esses setores contavam com o apoio explícito do governo dos Estados Unidos da América (EUA). Silva descreve a forma como o embaixador norte-americano *Lincoln Gordon* auxiliado pelo adido militar *Vernon Walters* participaram das conspirações para incentivar os golpistas na implantação da ditadura empresarial-militar em 31 de março de 1964. Ele escreve o seguinte:

*Gordon* recebe autorização de *Kennedy* para organizar a conspiração e mostra-se também a importância de outro agente, o Coronel *Vernon Walters*, que serviu na embaixada dos EUA como adido militar, fazendo a ponte com militares para fins de conspiração. De acordo com a narrativa, é de *Walters* a indicação de Castelo Branco como indivíduo liberal e admirador dos EUA. De maneira que, com financiamento de políticos opositores a Goulart, produção de propaganda por meio de filmes, conspiração direta com militares, tudo de acordo com documentos da Embaixada dos Estados Unidos e da Casa Branca. Parece realmente muito difícil não argumentar que os Estados Unidos teriam realizado uma

intervenção direta, até pelo fato de terem organizado uma esquadra para isso. (Silva 2, 2021, p. 76)

A coalizão que articulou e desferiu o golpe contra o povo brasileiro foi constituída por militares e empresários de diferentes setores do capitalismo nacional e multinacional. Existe ampla documentação demonstrando que o golpe foi orquestrado por militares de alto escalão das forças armadas, juntamente com civis do ramo empresarial brasileiro e estrangeiro, com o apoio explícito do governo norte-americano, conforme demonstrado na citação acima.

Exemplificando e fortalecendo o argumento que corrobora como e porque houve a participação de empresas multinacionais na preparação do golpe de 1964, citarei *Dreifuss* que escreveu o seguinte, referindo-se aos anos que antecederam aquele evento golpista:

Os interesses multinacionais e associados cresceram rápida e estavelmente, estimulados pela política de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Por volta de 1960 tais interesses haviam se tornado a força socioeconômica dominante. Ao mesmo tempo em que esse processo ocorria, um novo conjunto de agentes sócio-políticos aparecia na economia e na política brasileiras. Esses agentes formaram um aparelho civil militar modernizante responsável pelos assuntos relativos à produção e administração política do bloco econômico multinacional e associado. Essa estrutura de poder político de classe do bloco multinacional e associado era corporificada numa *intelligentsia*, empresarial. Esses agentes sociais modernizantes-conservadores, todos eles verdadeiros intelectuais orgânicos do novo bloco de formação, eram: a) diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesse associados, muitos deles com qualificação profissional; b) administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecno-burocracia; c) oficiais militares. Os interesses multinacionais recebiam também o apoio político de seus próprios governos, assim como a assistência dada às companhias multinacionais e interesses associados no Brasil por organizações apolíticas das classes dominantes dos países-base. (*Dreifuss*, 1981, p. 71).

Portanto, empresas brasileiras e multinacionais financiaram todas as etapas do golpe empresarial-militar e deram sustentação ao regime autoritário durante todo o tempo em que este perdurou. Citemos um exemplo de uma dessas empresas multinacionais, o da FIAT que é uma multinacional italiana.

O relatório final do Projeto intitulado *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura*, apurou que a FIAT mantinha controle ostensivo sobre seus trabalhadores e suas trabalhadoras, por meio de vigilância particular, em articulação com forças de repressão do Estado, tanto no espaço fabril como residencial e sindical. O relatório revela que

foi possível constatar que por intermédio deste sistema de vigilância, a Fiat proporcionou não só informações diretas acerca da vida pessoal, social e

política de seus trabalhadores e trabalhadoras – ferindo seus direitos de intimidade, da vida privada, da honra e imagem, mas também a possibilidade de gozo pleno de seus direitos políticos, como o de organização, reunião e sindicalização –, como afetou amplas parcelas da população na região em que se instalou. Tais práticas se deram por meio de prepostos da empresa, bem como por policiais da P2, que atuavam sistematicamente dentro da empresa, na forma como revelam documentos de órgãos de repressão do Estado. (*Osmo et al*, 2023, p. 140).

Os golpistas de 1964 ligados às facções dos militares, capitaneados pelos oficiais gerais do exército, com a colaboração das outras duas forças federais armadas, a marinha e a aeronáutica, não teriam tido sucesso sem o auxílio de grupos empresariais civis. Estes empresários, além do suporte financeiro, mobilizaram parte significativa da sociedade civil para fortalecer e legitimar a ditadura imposta por esses agentes reacionários. Estes grupos eram constituídos por representantes conservadores da igreja católica, como a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE); representantes da grande mídia, com a participação dos mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, como os Diários Associados, a Folha de São Paulo, o Estado de S. Paulo o Jornal da Tarde, o Jornal do Brasil, o Correio do Povo, do Rio Grande do Sul, O Globo, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho. Aliás, com a ascensão do regime empresarial-militar as organizações Globo se tornaram o maior grupo de comunicação social de massas do país.

Atualmente, no âmbito das disputas políticas se verifica uma verdadeira guerra de desinformações, predominando o fenômeno das *Fake News*. Este se caracteriza pela disseminação de informações falsas. Mas ele não é um fenômeno novo. Nos anos que precederam e posteriormente à decretação do golpe empresarial-militar, essa prática já ocorria, e fazia parte da intensa disputa ideológica que se travava para viabilizar a arquitetura e a manutenção do golpe. Cito abaixo outro exemplo emprestado de *Dreifuss*:

Eram também "feitas" em *O Globo* notícias sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento e reproduzidas como informação fatural. Dessas notícias, uma que provocou um grande impacto na opinião pública foi que a União Soviética importaria a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo todas as formas de pressões internas e externas para aquele fim. (*Dreifuss* 1981, p. 233)

Dentre os grupos golpistas houve a participação de entidades sindicais patronais no financiamento e gestão do golpe e do regime empresarial-militar que se instalou no Brasil e que dominou de forma autoritária os destinos do país por 21 anos.

Dentre estes grupos foram muito ativos o Sindicato Nacional da Construção Pesada (SINICOM) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Outro setor da sociedade civil que teve participação proeminente foi o dos intelectuais conservadores, como os que se organizavam em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (o complexo IPES/IBAD).

Todos estes, e outros grupos empresariais formaram a matriz e a vanguarda civil do golpe de 1964. Eles conferiram legitimidade ao regime autoritário, participando ativamente na gestão desde 1964 até 1985, quando se deu o fim do regime empresarial-militar.

Refiramo-nos agora a RESEX's e PAE's. Até meados da década de 1980 esses entes fundiário-sociais não existiam e a discussão acerca da criação desses entes estava restrita aos seringueiros e seringueiras de Xapuri, que estavam formulando a ideia para a sua criação. Portanto, RESEX's e PAE's não constavam na legislação brasileira enquanto Unidades de Conservação e de ocupação para o uso humano, e se tornaram propostas bastante inovadoras.

Os movimentos sindical e popular de seringueiros e seringueiras desde o início dos anos de 1980 discutiam a formulação de alternativas para continuarem ocupando a floresta, explorando-a de maneira equilibrada e com segurança fundiária, que lhes permitissem viver e explorar o ambiente florestal sem o perigo de um jagunço de fazendeiro ou um policial corrompido pelo fazendeiro lhes molestassem e às suas famílias com ameaças de morte. Esses eventos eram recorrentes, e muitas vezes se concretizaram sem que os executores de tais atos criminosos extremos, e ainda menos os mandantes, responsáveis por assassinatos de líderes seringueiros fossem julgados e punidos.

A formulação da ideia de RESEX foi apresentada para o Brasil e para o mundo em 1985, por ocasião da realização do *I Encontro Nacional de Seringueiros*, ocorrido em Brasília dos dias 11 a 17 de outubro. Naquele mesmo evento também fora criado o *Conselho Nacional dos Seringueiros* (CNS).

A luta empreendida pelo movimento de seringueiros e seringueiras alcançou vitória significativa com a criação dos primeiros PAE's em 1987 e as primeiras RESEX's em 1990. Estas, juntamente com as Florestas Nacionais (FLONAS), passaram a ser constituídas como Unidades de Conservação (UC) de Uso Direto.

As FLONAS inspiraram a criação das RESEX's, porque elas foram pioneiras

em estabelecer em seus objetivos a defesa do uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e da pesquisa científica, com ênfase na pesquisa de métodos de exploração sustentável de florestas nativas. Aliás, essa inspiração em objetivos da FLONA está explicitada no primeiro Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, que ao referir-se a novas intervenções na floresta esclarece que “Produtos da floresta como: frutos, óleos, essências, serão extraídos para consumo dos moradores, e sua comercialização só poderá ser feita mediante estudo que assegure a capacidade de produção sustentável”. (Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, 1995, p. 25/26).

Elencarei abaixo as principais ações e atividades desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro ao longo de suas existências.

1) No campo da educação escolar:

1. a) Formulou modelo de educação didático-pedagógico voltado para a realidade específica do ambiente sociogeográfico do extrativismo. Fazia parte deste modelo didático-pedagógico os seguintes itens:

1. a.a) Projeto Político-Pedagógico com base no modelo de educação libertadora de Paulo Freire;

1. a.b) Plano de capacitação de professores e professoras dos seringais, com uma estratégia para a realização de cursos presenciais e assessorias às comunidades escolares;

1. a.c) Elaboração de materiais didáticos;

1. a.d) Desenho de planta arquitetônica de escola adequada ao modelo pedagógico e ecológico do ambiente extrativista;

1. a.e) Elaboração de planos e convênios com a Secretaria Estadual de Educação (SEC), visando a contratação de professores e professoras, bem como a construção de escolas, o fornecimento de merenda escolar, de materiais didáticos, equipamentos e insumos necessários ao funcionamento das escolas.

2) No campo da saúde:

2. a) Desenvolveu uma proposta de atendimento de Saúde Comunitária voltada para a realidade específica do ambiente sociogeográfico do extrativismo, que se constituía dos seguintes pontos:

2. b) Plano de capacitação de agentes comunitários de saúde dos seringais;

2. c) Pesquisas para valorizar as alternativas populares de preservação da saúde e cura de doenças, notadamente pelo uso de fitoterápicos, com ênfase na utilização de plantas da floresta;

2. d) Edição de materiais educativos para a divulgação dos meios de prevenção e cura, bem como para instruções voltadas para a atuação dos agentes populares de saúde;

2. e) Planos e convênios com a Secretaria de Saúde, visando a contratação de agentes comunitários de saúde, construção de postos comunitários de saúde e fornecimento de medicação e de equipamentos necessários a atenção básica dos seringueiros e seringueiras das comunidades atendidas pelo projeto.

3) No campo do desenvolvimento comunitário:

3. a) Formulou modelo de desenvolvimento comunitário estimulando a criação de Centrais de Produção e Consumo (CPC) voltadas à comercialização de produtos extrativistas e aquisição direta de mercadorias de consumo e de subsistência para abastecer os seringueiros e as seringueiras sócios das CPC's;

3. b) Elaborou planos de convênios com entidades de cooperação nacional e internacional visando financiamentos para a aquisição de mercadorias, animais para tração, equipamentos e capital de giro;

3. c) Construiu plano de capacitação para a formação dos gerentes das CPC's;

3.d) Desenvolveu modelos para a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) e construção de açudes.

4) No campo da assessoria sindical:

4. a) Formulou modelo de capacitação de diretores e delegados sindicais;

4. b) Elaborou cursos de formação de diretores e delegados sindicais;

4. c) Planejou e executou convênios com entidades de cooperação nacional e internacional visando à aquisição de recursos para custear a edição de materiais de formação, cursos de capacitação e reuniões nas delegacias sindicais de base<sup>2</sup> e;

4. d) Elaborou e editou materiais para subsidiar os cursos de formação política de diretores e delegados sindicais.

O CTA/Projeto Seringueiro nasce, portanto como uma pedagogia insubmissa a qual pode ser pensada enquanto

escenario político-pedagógico que se construye como parte de las luchas de resistencia y liberación de los pueblos que articulan su quehacer político-social en los que la educación ocupa en lugar central para el

---

<sup>2</sup> Delegacia sindical é o núcleo de base do sindicato que reúne os associados e as associadas de um determinado território. No caso do Acre, cuja territorialização é organizada por seringais, algumas delegacias são formadas pelos associados e associadas de um único seringal, quando estes são grandes. Mas existiam delegacias que agregam mais de um seringal quando estes são pequenos e contíguos. Nas delegacias os associados aprofundam estudos de textos políticos produzidos pelo STR de Xapuri ou por aliados como a CONTAG, CPT, CUT, MST e outros.



fortalecimiento de un sujeto histórico y para el reconocimiento de sus procesos e identidad cultural. (Sollano, 2015, p. 24)

A finalidade dos planos, projetos e convênios que o CTA/Projeto Seringueiro estabeleceu com diversas entidades de cooperação nacional e internacional era dar viabilização e sustentação financeira e também visibilidade social e política às ações e lutas desenvolvidas nas bases dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas.

Ao longo de sua existência o CTA/Projeto Seringueiro realizou parcerias e convênios com entidades da administração pública federal, tais como o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Ministério da Cultura (MINC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA); e entidades da administração estadual, tais como a Secretaria de Educação do Estado do Acre (SEC), a Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto (FDRHCD), conhecida como Fundação Cultural do Acre; a entidade religiosa ecumênica brasileira Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), que é uma organização composta por seis igrejas cristãs protestantes. Ela foi fundada em 1973 em Salvador, na Bahia. Sua missão é a defesa dos direitos humanos.

O CTA/Projeto Seringueiro também realizou parcerias com instituições internacionais, como a *Oxford Family* (OXFAM), que se define como “instituição de caridade internacional e que se concentra no combate à pobreza e no empoderamento de indivíduos pobres em todo o mundo”; a *Misereor* que desenvolve a obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento, a entidade mantém compromisso com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina; a *Brot für die Welt* (Pão para o Mundo). Esta é uma organização das Igrejas protestantes regionais e livres da Alemanha. Ela tem por objetivo “alcançar um mundo sem fome, sem pobreza e sem injustiça, no qual todas as pessoas possam ter uma vida digna”; a *Nederlandse Organisatie Voor Internationale Bijstan* (NOVIB). Esta é uma organização holandesa para a ajuda internacional. Esta instituição define a sua missão como a defesa dos interesses dos países em desenvolvimento e seus grupos sociais vulneráveis. Todos os convênios com essas entidades visavam dar sustentabilidade financeira às atividades desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro.

Dentre os primeiros convênios realizados com entidades públicas do Estado do Acre, o dos mais importantes foi um assinado com a SEC em 1992. Esse convênio viabilizou a realização de concurso para o ingresso de professoras e professores por

meio de provas específicas para candidatos e candidatas oriundos do ambiente sociogeográfico do extrativismo, onde predominava a oralidade<sup>3</sup>. Por este mesmo convênio se viabilizou a construção de escolas e o fornecimento de materiais e merenda escolar.

Convergente com o setor de Educação do MST, que fomentou a criação da Educação do Campo, o CTA/Projeto Seringueiro defendia que a educação escolar é uma obrigação do Estado e um direito do cidadão. Que a educação destinada aos cidadãos deve ser de qualidade e adequada as suas realidades, que deve ter Plano Político Pedagógico desenvolvido pela comunidade, e que atenda as suas especificidades e demandas reais, respeitando a cultura em que estejam inseridas e garantindo-se a participação e o controle comunitários.

O encerramento das atividades desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro está no centro das investigações do problema que orientou a pesquisa desta tese. Para auxiliar na investigação dessa problemática propusemos algumas hipóteses, dentre as quais destacamos as que escrevemos abaixo.

- a) As lutas sociais dos extrativistas motivaram o nascimento do CTA/Projeto Seringueiro;
- b) A formação política e social dos quadros dirigentes do movimento social era prioridade quando surgiu o CTA/Projeto Seringueiro;
- c) O movimento de seringueiros foi capturado pelo governo da floresta num ato deliberado em que se implantou o modelo de educação rural;
- d) O movimento social não alcançou maturidade suficiente para manter autonomia em relação aos desafios que se colocaram a partir da estabilidade fundiária conseguida com a decretação das RESEX's e dos PAE's;
- e) O modelo de liderança formado ao longo dos anos propiciou a centralidade das decisões na pessoa de líderes carismáticos;
- f) O aparecimento de instituições com perfis técnicos e a adaptação do

---

<sup>3</sup> No sistema tradicional do seringal dirigido pelos patrões, a oralidade era suficiente tanto para as demandas comunicativas quanto estéticas e artísticas. Os cantores e compositores populares dos seringais, bem como os recitadores de poemas de cordel, de suas autorias ou de autoria de terceiros, gozavam de grandes prestígios. Mas os tempos advindos com os novos donos da terra demandavam o domínio da leitura e da escrita. A educação de base freireana reconhecia e valorizava a oralidade em seus processos de ensino e aprendizagem, aliás, a base do método é exatamente a oralidade, pois o processo de aprender a escrever e ler a palavra se inicia pela decodificação do tema gerador, e isso é feito por uma ampla e acalorada discussão oral.

CTA/Projeto Seringueiro ao Manejo Madeireiro enfraqueceu o movimento social e;

- g) A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder municipal em Xapuri, e aos poderes estadual e federal, transferiu para o âmbito do governo demandas que antes eram atendidas pelos movimentos populares.

Para a realização da pesquisa de campo selecionei frações dos territórios da RESEX Chico Mendes em Xapuri e do PAE Chico Mendes no seringal Cachoeira no município de Epitaciolândia. No recorte desses territórios foram selecionadas comunidades dos seringais Floresta e Albrácia, na RESEX onde se localizam as escolas União e Belo Horizonte, respectivamente nas colocações<sup>4</sup> Rio Branco e Semitumba; e no seringal Cachoeira, a pesquisa foi realizada na área do entorno da colocação Fazendinha onde se localiza a escola Esperança do Povo.

Importante fazer aqui um registro de que todas as colocações têm um nome. O seringueiro segue um padrão para denominar o seu local de trabalho e moradia. Geralmente ele dá um nome ligado ao lugar origem, de onde nasceu, ou de onde procede seus antepassados do Nordeste. Há muitas colocações com nomes de municípios nordestinos, sobretudo cearenses, como Canindé, Pentecostes, Quixadá, Morada Nova, Baturité etc. Existem colocações com nomes indígenas, como Itapissuma e Jubaia, ambas pertencentes ao léxico Tupi-Guarani, significando respectivamente “pedra negra”, derivada de Ita, que significa pedra, e de xuma que significa negra; e Jubaia que significa pouso agradável.

Vale a observação de que no Acre não existem etnias falantes de línguas pertencentes as famílias linguísticas do tronco Tupi. As línguas faladas pelas etnias presentes no Estado pertencem a três famílias linguísticas, sendo elas a *Pano*, a *Arawak* e a *Arawa*. Os nomes com origem em palavras das línguas Tupi foram trazidos pelos migrantes do Nordeste, onde existem etnias falantes de família linguísticas do tronco Tupi. Itapissuma, por exemplo, é o nome de um município do Estado de Pernambuco.

Também existem colocações cujos nomes refletem o bom humor dos

---

<sup>4</sup> A colocação é a unidade de produção e residência do seringueiro. É constituída pela casa de moradia, pelas estradas de seringa, pelo roçado com plantações de legumes, frutas e verduras de subsistência: mandioca, milho, arroz, feijão, banana, maxixe, quiabo, jerimum, tabaco e outros, e um pequeno campo para criação de algumas vacas e bois, cavalos, porcos e pequenos animais, sobretudo aves, como galinhas comuns, galinhas d'Angola e patos.

seringueiros, como Cabelo da Cuia, Já Com Fome, Cachorra Magra etc. E algumas identificam a condição de localização geográfica do lugar, como por exemplo: Ôco do Mundo, significando que a colocação está situada em local muito ermo e distante.

Conforme pontuei acima, o CTA/Projeto Seringueiro foi uma experiência de Educação Popular com um espectro de atuação que ia da educação escolar à saúde comunitária, a organização de centrais de compra e vendas de mercadorias e produtos extrativistas, o incentivo ao trabalho com Sistemas Agroflorestais (SAF's)<sup>5</sup> e a formação política e sindical. O Projeto emergiu, se concretizou e contribuiu com a resistência nas lutas dos extrativistas contra os latifundiários que aportaram na Amazônia a partir de meados dos anos de 1960, e no Acre em particular, a partir de meados dos anos de 1970. O surgimento do CTA/Projeto Seringueiro foi estimulado pelas ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STR), atualmente Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Xapuri (STTRX), em defesa dos seringueiros e das seringueiras.

O Estado do Acre, onde floresceram estas lutas e experiências inovadoras de educação e saúde comunitária, de cooperativismo e de criação dos PAE's e das RESEX's, está localizado no extremo sudoeste da região Norte da Amazônia brasileira. Possui área territorial de 164.173.431 km<sup>2</sup> e população de 906.876 habitantes, apresentando densidade de 4,47 hab./km<sup>2</sup>. Faz divisa com os Estados do Amazonas e com uma pequena faixa de Rondônia, a leste. Faz ainda fronteira com dois países: o Peru, em toda a porção oeste, e a Bolívia, a sudeste.

O município de Xapuri tem uma extensão territorial de 5.347,3 km, possui população de 19.866 e apresenta uma densidade demográfica de 3,01 hab./km.<sup>6</sup> Dados atualizados constantes no relatório Leis e Práticas de Regularização Fundiária no Estado do Acre, da série de publicações do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), apresentam as seguintes informações:

Por exemplo, pode haver casos de títulos de terra emitidos, mas cuja informação espacial de localização não foi disponibilizada nas fontes consultadas. Em 43% dessa área sem destinação (ou 12% do estado) ... Devido à ausência de informações públicas sobre a situação fundiária desses imóveis (se posse ou titulado), não os consideramos como imóveis privados (titulados), pois é possível que muitos sejam ocupações em terra

<sup>5</sup> Pelo sistema de SAF's se estimulam plantios consorciados de plantas domesticadas com espécies florestais. No Acre se adotou o chamado sistema multiestrato, ou agro floresta. Este sistema se caracteriza pelo consórcio de espécies perenes com outras espécies vegetais, formando diversos estratos verticais, em que nos extratos baixos se cultivam as hortaliças de ciclo rápido.

<sup>6</sup> Informações disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/.html>>. Acesso em 17/09/2021.

pública sem titulação. Já em 54% dessa área (ou 15,5% do estado) não encontramos dados sobre processos de destinação. (Almeida, 2021, p.9)

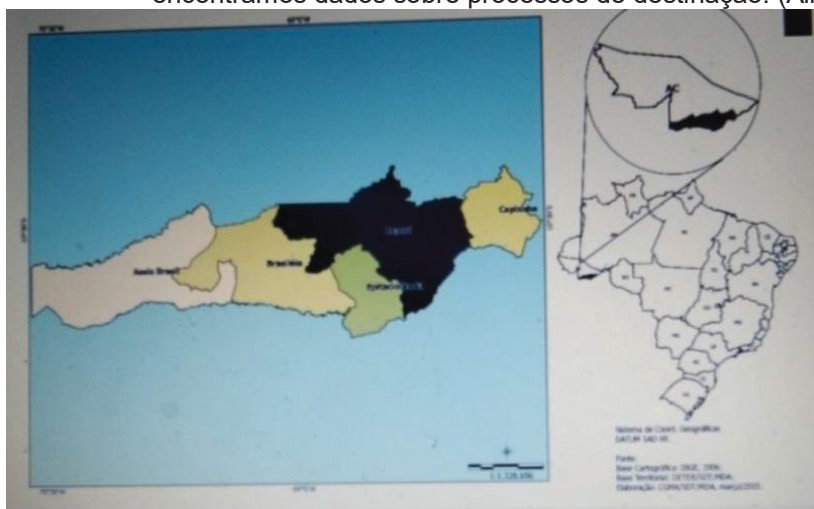


Figura 01 – Mapa da do Acre e da Regional do Alto Acre onde está localizado o município de Xapuri (marcado em preto no mapa).

A partir da instalação da ditadura empresarial-militar em 1964, passou-se a vender a ideia de uma Amazônia despovoada, um imenso vazio demográfico, e os propagandistas do regime difundiram a ideia de assentar numa terra sem povo um povo sem terra, criando o jargão “integrar para não entregar!” Por meio dessa política fundiária, partes significativas do território do Estado do Acre apareciam nos planejamentos estratégicos do governo federal como áreas destinadas à expansão da fronteira agrícola, portanto, parte desse território deveria ser destinada ao assentamento de famílias oriundas de outras regiões do país, onde se operava àquela época o desmonte da pequena propriedade em favor da concentração fundiária, visando à implantação das monoculturas desenvolvidas pelo agronegócio, como soja, fumo, suinocultura e avicultura destinadas à exportação. A outra parte do território acreano, a maior parte, aliás, estava destinada aos grandes projetos de desenvolvimento de base capitalista predatório, com centralidade na implantação da pecuária bovina extensiva.

No bojo dessa efervescência política que caracterizou o Acre a partir de meados dos anos de 1970 um grupo de militantes sociais que não eram trabalhadores e nem trabalhadoras extrativistas, por meio da discussão em encontros com os membros da diretoria do sindicato, juntamente com delegados e delegadas sindicais do STRX na sede social urbana e em delegacias sindicais de base, com centralidade na delegacia do seringal Nazaré, iniciaram discussão para criar uma escola destinada aos trabalhadores e às trabalhadoras extrativistas adultos/as.

Nas delegacias sindicais também se discutiam problemas do interesse local

imediatos e se traçavam estratégias para a superação dos graves problemas aos quais os seringueiros e as seringueiras estavam submetidos/as, como a falta de atendimento à educação escolar, ausência de atendimento de saúde, falta de política de preços justos para os produtos extrativistas e a carestia das mercadorias que necessitavam consumir. Não era incomum as delegacias sindicais serem também os espaços de socialização das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e nelas acontecerem celebrações do evangelho, como os fiéis católicos se referiam àqueles eventos religiosos.

Na delegacia sindical do seringal Nazaré, que concentrava associadas e associados que viviam também nos seringais Tupá e São Pedro, foi sistematizada a proposta de uma escola laboratório para atender inicialmente adultos da região abrangida por aqueles seringais. Essa sistematização foi realizada pelo coletivo de homens e mulheres que atuavam naquela delegacia sindical, juntamente com o casal Ronaldo e Marlete Oliveira e a antropóloga *Mary Allegratti*, que eram agentes externos do seringal, mas, no caso do casal, este fora incorporado ao ambiente extrativista, indo morar naquele território.

Naquele contexto político social do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a educação escolar que o Projeto Seringueiro passou a desenvolver ajudou a quebrar paradigmas que reforçavam o caráter carismático dos líderes masculinos, e a ideia que embora não estivesse explícita, sugeria que o homem era mais apto para desenvolver as funções na liderança dos movimentos populares.

Até o advento do CTA/Projeto Seringueiro as mulheres que exerciam função de delegadas sindicais eram raras, dava para contar nos dedos das mãos, e elas sofriam muitos preconceitos machistas. Por uma questão de justiça e reconhecimento nominarei as pioneiras: Dercy Teles, Antônia Clóvis, Edite Ferreira, Maria Cancão e Maria Buiú. Somente essa última militante sindical não ingressou no magistério como professora/monitora de uma das escolas organizadas pelo Projeto Seringueiro.

Do ponto de vista da educação escolar, os paradigmas do Projeto Seringueiro confrontavam a educação escolar oficial vigente em algumas poucas escolas existentes em territórios rurais do Estado do Acre.

Quando ocorria de ter escolas em ambientes rurais, as escolas sempre estavam localizadas no entorno próximo das sedes municipais, numa distância nunca superior a oito quilômetros, que poderiam ser percorridos por via rodoviária ou fluvial,



como eram os casos das comunidades da colônia Aquidaban<sup>7</sup> e do seringal Novo Catete<sup>8</sup>, no município de Xapuri.

O diferencial da educação escolar proposta pelo Projeto Seringueiro com a educação escolar tradicional disseminada pelas secretarias municipal e estadual de educação, se dava porque aquela seguia o método Paulo Freire. Utilizo o termo método conforme exposto pelo professor *Ernani de Fiori* no prefácio de *Pedagogia do Oprimido*, que escreveu que:

O método Paulo Freire não ensina a repetir palavras, não se restringe a desenvolver a capacidade de pensá-las segundo as exigências lógicas do discurso abstrato; simplesmente coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra. (*Fiori*, 1987, p. 8).

A educação libertadora de Paulo Freire questiona aquilo que ele denominava de educação bancária, sendo esta definida como um processo escolar em que se considera o ato educativo como um ato de depositar “saberes” na cabeça dos educandos que nada sabem e cujos cérebros são vazios. A esse modelo de educação bancária Paulo Freire opunha uma educação dialógica, problematizadora e libertadora. Eis como ele coloca as oposições entre esses dois modelos educativos:

Para o “educador-bancário”, na sua antidialogicidade, a pergunta, obviamente, não é a propósito do conteúdo do diálogo, que para ele não existe, mas a respeito do programa sobre o qual dissertará a seus alunos. E a esta pergunta responderá ele mesmo, organizando seu programa. Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, mas a revolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada. A educação autêntica, repitamos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. (Freire, 1987, p 53-54).

As poucas escolas rurais existentes no Acre na década de 1980 tinham dentre as suas características, o reforço do poder magistral, que dava supremacia ao professor e à professora no ato educativo, além de oferecer um conteúdo desligado da realidade objetiva dos educandos e das educandas. As escolas rurais, segundo Ribeiro, têm as seguintes características:

Quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação

<sup>7</sup> A colônia Aquidaban era uma área de agricultura familiar situada a cinco quilômetros da sede urbana do município de Xapuri. Ela constituía o cinturão verde destinado à produzir hortifrúti para o consumo dos moradores da cidade. Ela é ligada à cidade de Xapuri por meio da Estrada do Entroncamento, atualmente denominada Estrada da Borracha. Esta estrada liga Xapuri à BR 317, permitindo o deslocamento para a capital e outros municípios do Estado.

<sup>8</sup> Parte do seringal Novo Catete está localizada às margens do Rio Acre a uma distância de seis quilômetros da sede do município de Xapuri. O professor da escola dessa comunidade residia na cidade e se deslocava até lá em um barco tracionado por um motor de rabeta.

na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam. Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais. (Ribeiro, 2012, pp. 295-296).

Isso ocorre, dentre outros motivos, porque a classe burguesa organiza a educação escolar, no formato que Paulo Freire denomina de A para B, isto é, uma educação para a classe trabalhadora, visando a sua subordinação, adestrando-a na lógica de funcionamento do capitalismo. Por essa lógica, a sociedade se divide em duas classes: a trabalhadora, que produz a riqueza material, e a classe burguesa que detém o poder econômico e os meios de produção da riqueza material e da difusão de sua ideologia, que é a ideologia dominante na sociedade capitalista. Por deter esses meios, a classe dominante se apropria dos bens produzidos pela classe trabalhadora. Portanto, a burguesia sempre organizará uma educação escolar destinada aos filhos e às filhas da classe trabalhadora, empobrecida e esvaziada de conteúdos críticos, com um caráter tecnicista, e apenas visando garantir minimamente o ingresso no mundo do trabalho em empregos cada vez mais depreciados e depreciantes do corpo e do espírito dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A modalidade de Educação Rural não assume compromisso com a formação integral dos camponeses e das camponesas, nem dos povos indígenas e nem dos povos das águas e das florestas. Ela não capacita para o protagonismo dos educandos e educandas com a finalidade de promover o seu desenvolvimento socioeconômico e cultural, seguindo suas lógicas de vida e de desenvolvimento sustentável. Isso se dá, dentre outros motivos, porque para o capital, o campo é tido como um ambiente de transição.

Os camponeses e as camponesas vivem em eterno processo da proletarianização, constituindo-se como exército de reserva de trabalhadores e trabalhadoras, subempregados/as ou desempregados/as para baratear os custos de produção do capital e potencializar a extração de mais-valia absoluta, isto é, extrair o máximo de lucros por meio da exploração da força de trabalho do camponês e da camponesa.

A metodologia Libertadora de Paulo Freire adotada nas escolas do Projeto Seringueiro reforçava o processo de conscientização e auxiliava na resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras no enfrentamento aos fazendeiros e latifundiários

que contavam com a conivência de agentes governamentais, sobretudo policiais civis e militares e oficiais de cartórios responsáveis pela expedição de títulos fundiários, em suas ações criminosas contra os extrativistas. Segundo a Transparência Internacional – Brasil:

Para viabilizar a grilagem, pecuaristas, sojeiros, madeireiros, empresários locais, investidores imobiliários e demais agentes que podem atuar como líderes de organizações criminosas, **articulam uma série de profissionais** para operacionalizar seus esquemas, escapar das sanções e lucrar com o crime. **Isso pode incluir funcionários públicos corruptos,** advogados, cartorários, juízes, agrimensores, “empreendedores” do desmatamento, policiais e pistoleiros, bem como laranjas e testas-de-ferro, para dissimular os verdadeiros beneficiários dos crimes. (Grilagem de terras, 2021, p. 9. Grifos meus)

Estes fazendeiros/latifundiários tinham por objetivo destruir o modelo agroextrativista de uso múltiplo e sustentável da floresta. Este modelo foi desenvolvido durante quase um século pelas populações seringueiras oriundas do Nordeste brasileiro, majoritariamente do Estado do Ceará. Esses nordestinos contaram com o auxílio das populações autóctones da Amazônia para construir o modelo autossustentável de desenvolvimento. Essas populações eram constituídas por diversas etnias indígenas. Antes da invasão das terras que hoje se constituíram no território do Estado do Acre, se calcula que viviam cerca de uma centena ou mais de etnias indígenas, atualmente elas estão reduzidas a somente 16 (dezesseis).

Em face da dialética que caracteriza a história e cuja centralidade é a luta de classes, até meados dos anos de 1990 as lutas dos extrativistas contra seus algozes apresentou o seu maior vigor, legando importantes conquistas para os extrativistas no presente. Mas a partir dos anos de 2000 o movimento entrou em colapso.

Como exemplos de vitórias das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, podemos elencar a formulação e a decretação das RESEX's e dos PAE's, a criação da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), a criação da Usina de Beneficiamento de Castanha, a construção de uma fábrica de preservativos e a expansão das escolas do Projeto Seringueiro para outros municípios onde existe a RESEX e outras unidades de uso direto, como a FLONA do Macauã no município de Sena Madureira no Estado do Acre e o Parque Nacional de Anavilhanas, em Novo Airão, no Estado do Amazonas, e a Floresta Estadual do Antimari no Acre.

Todavia, em outro movimento histórico dialético, os latifundiários reagiram e o agronegócio, centrado na pecuária, na extração de madeiras e em iniciativas para a implantação da monocultura da soja, no presente momento está dominando as

agendas econômica, ecológica, social, cultural e política do Acre. Essa hegemonia do agronegócio atenta contra as conquistas pretéritas dos movimentos sindical e popular, sobremaneira com tentativas de fracionamento e revogação dos decretos que criaram os PAE's e RESEX's. Há um Projeto de Lei tramitando no Congresso Nacional visando à subtração de parte desses territórios para destinar à pecuária, sendo que atualmente essa atividade já é praticada de maneira ilegal nessas áreas protegidas, configurando um estado de derrota do movimento popular dos seringueiros.

Todavia, concordando com *Konder*, que na obra *A derrota da Dialética*, 2009, p. 253 escreve que “Por dura que seja, no entanto, uma derrota é apenas uma derrota: não é a morte. E as derrotas da dialética podem sempre vir a ser, dialeticamente, aproveitadas pelos dialéticos”. O autor conclui que “A derrota nos desafia a nos revitalizarmos e pode dar uma preciosa ocasião para nos renovarmos...” (*Konder, op. cit.*)

Portanto, no contexto da luta de classes o agronegócio conseguiu colocar em xeque e se sobrepor ao projeto de capitalismo verde imposto e implantado pela antiga gestão petista no governo do Estado do Acre. Essa gestão perdurou por 20 anos, entre 1998 a 2018.

O projeto de capitalismo verde defendido pelo governo do Acre, autodenominado Governo da Floresta, incluía a venda de crédito de carbono<sup>9</sup>, o manejo madeireiro, a implantação de agroindústrias visando à criação intensiva de frangos, suínos e peixes para abastecer o mercado externo, sobretudo a exportação para a China. Para tal finalidade o governo federal, que na época tinha o PT à frente, defendeu a construção de uma ferrovia financiada pelo capital chinês, cujo traçado previa um trajeto iniciado em Cuiabá ligando até Lima. A ideia dessa ferrovia era acessar portos no Oceano Pacífico no Peru. O governo do Acre chegou a asfaltar um trecho de 110 Km da BR 317 entre os municípios de Brasiléia e Assis Brasil, tendo construído uma ponte internacional sobre o rio Acre. Esta ponte permite o acesso à localidade de *Iñapari* que fica na província de *Tahuamanu*, na região do departamento de *Madre de Dios* no Peru, localizada na tríplice fronteira formada, pela Bolívia, Peru e Brasil, a chamada fronteira *BOLPEBRA*.

No bojo das realizações do agronegócio, ele também suplantou o antigo projeto

---

<sup>9</sup> O conceito de crédito de carbono surgiu a partir do Protocolo de *Kioto* em 1997 e o seu objetivo é a diminuição dos gases de efeito estufa, que é dos mais importantes vetores para diversos problemas ambientais associados às mudanças climáticas.

de desenvolvimento socioeconômico de pecuarização imposto pelos governos da ditadura empresarial-militar. Mas o mais trágico para os movimentos sindical e popular é que o agronegócio também suplantou as alternativas de desenvolvimento socioeconômico formuladas pelos extrativistas, que tinha como base o uso múltiplo e sustentável da floresta.

## 1.2 Relevância do tema/problema e da escolha dos territórios

Conforme já referido nesta introdução a escolha do objeto de pesquisa desta tese se deveu a uma interpelação de sujeitos que tem ligações diretas ou indiretas com os territórios da RESEX Chico Mendes e com o PAE Chico Mendes nos municípios de Xapuri e Etipaciolândia, com recorte na comunidade Cachoeira onde se localiza a Escola Esperança do Povo e as comunidade Rio Branco e Semitumba onde se localizam as escolas União e Belo Horizonte. A escolha desses territórios se deveu, dentre outros motivos, pelo fato de que foram os sujeitos desses territórios que me interpelaram. Outro motivo da escolha desses territórios, é que apesar de todos os simbolismos que essas comunidades guardam para o movimento popular e sindical de seringueiros e seringueiras do Acre, foram elas que serviram de laboratório para a implantação do modelo econômico, político e social de Capitalismo Verde, e foram em suas escolas que o Governo da Floresta primeiro permutou o modelo de educação do CTA/Projeto Seringueiro pelo modelo de educação rural que orienta as escolas do sistema oficial localizadas no campo, tendo inclusive desarticulado as pequenas localizadas nesses territórios e transformado as pioneiras escolas União e Belo Horizonte na RESEX e a Esperança do Povo, na Cachoeira, em escolas pólos.

Vale uma observação no que diz respeito às escolas, pontuando que seus nomes foram inspirados majoritariamente pela Teologia da Libertação, com nomes de santas e santos da devoção de pessoas das comunidades. Existem também nomes de escolas em homenagem a líderes martirizados nas lutas dos movimentos populares e sindical de trabalhadores e trabalhadoras extrativistas em defesa da floresta e do modo de vida baseado no extrativismo.

A comunidade da colocação Fazendinha, na qual está localizada a escola Esperança do Povo é ocupada há decênios pela família Mendes. Essa colocação foi comandada por mais de meio século pelo casal Joaquim Alves Mendes, o seu Quincas

Mendes e sua esposa dona Cecília<sup>10</sup>, tios de Chico Mendes. Existe uma pequena escola que homenageia o senhor Joaquim Mendes, mas ela se encontra fechada em função da política adotada pela Secretaria Estadual de Educação de fortalecendo de grandes escolas. Estas se tornam escolas núcleos, nas quais se concentram as matrículas de alunos e alunas de um território extenso. Os discentes são deslocados/as por meio de sistema de transporte para essas escolas núcleos. Conforme afirmamos acima, a escola Esperança do Povo se tornou uma escola núcleo, concentrando tanto os educandos e as educandas do PAE Cachoeira, quanto aqueles e aquelas que residem nos seringais circunvizinhos, como o Nova Esperança, o Equador, o São José e o São Miguel.

A escola foi criada em 1986, quando se deu o segundo movimento de expansão das escolas do Projeto Seringueiro, o primeiro ocorreu em 1983, quando os pioneiros educadores se constituíram em equipe técnica e passaram a formar professores/as/monitores/as<sup>11</sup> dos seringais. Quer dizer, ela foi implantada no calor das lutas e mobilizações do movimento de seringueiros e seringueiras em favor da preservação da floresta e do modo de vida tradicional dos povos extrativistas.

Essa comunidade está ligada à fatídica história do assassinato do Chico Mendes. O ódio dos latifundiários contra o líder dos extrativistas e das extrativistas se aprofundou por conta do empate<sup>12</sup> ocorrido no seringal Cachoeira em 1988 e que o Chico coordenou, impedindo que o fazendeiro Darly Alves, julgado e condenado junto com o filho Darcy Alves, réu confesso do assassinato, convertesse parte do seringal Cachoeira em pastagem para o gado bovino.

Foi nessa histórica comunidade, na colocação Fazendinha, que o governo do Estado na gestão petista implantou uma experiência piloto de exploração madeireira, coordenada por familiares do Chico Mendes. Eles foram assalariados pelo governo

---

<sup>10</sup> O casal Mendes já faleceu. Dona Cecília há nove anos e o seu Quincas há 31 anos, mas a colocação Fazendinha ainda pertence aos herdeiros do casal, que são primos e primas de Chico Mendes.

<sup>11</sup> No Acre os agentes de pastoral das comunidades eclesiais de base eram denominados de monitores/as. Os professores e professoras das escolas do Projeto Seringueiro, por influência das CEB's receberam esse nome.

<sup>12</sup> Os Empates eram ações não violentas empreendidas pelos seringueiros e seringueiras para impedir que os latifundiários destruam a floresta, convertendo-a em pastagens para bois. A estratégia consistia na mobilização de grandes contingentes de seringueiros com suas famílias, esposas, filhos e filhas, incluindo as crianças que se colocavam entre a floresta e os peões com as motosserras, de forma que se eles continuassem com os trabalhos de derrubada das grandes árvores, implicaria no esmagamento dessas pessoas inocentes. Como muito desses peões eram ex seringueiros em trabalho sazonal, eles acabavam se comovendo e paralisando as atividades. As mulheres desempenhavam papel ativo e muito importante nos Empates.



para fazer às vezes de relações públicas desse projeto que sempre foi rejeitado pelos extrativistas em razão de seu caráter ambientalmente predatório, e social e economicamente injusto.

A comunidade da escola União também reúne as mesmas características que motivaram a escolha da comunidade da Fazendinha, onde se localiza a escola Esperança do Povo. A escola União foi implantada em 1983, no primeiro movimento de expansão do Projeto Seringueiro. O dono da colocação Rio Branco onde se encontra a escola, é o líder político e sindical daquela região, o senhor Raimundo Mendes de Barros, o Raimundão. Ele também é primo de Chico Mendes, e também era assalariado pelo governo do Estado para fazer a defesa do projeto de manejo/extração madeireira defendido durante a gestão do PT, no bojo de um projeto de capitalismo verde. Portanto, na colocação Fazendinha, assim como na colocação Rio Branco havia projetos de manejo madeireiro implantados com o apoio do Governo da Floresta, assim como nas duas escolas dessas comunidades se operou a permuta do modelo de educação popular de viés freireano pelo modelo de escola tradicional, com base no modelo metodológico de educação rural.

Reputamos esta pesquisa, e a tese que dela resultou como inovadoras. Em primeiro lugar por revelar o protagonismo de sujeitos seringueiros e seringueiras de comunidades extrativistas na história de luta e resistência contra os latifundiários e na construção do CTA/Projeto Seringueiro; e, segundo, por expor as consequências que a interrupção dessa experiência inédita em Educação Popular no Acre causou aos extrativistas e às extrativistas dos municípios de Xapuri e Epitaciolândia.

A pesquisa revelou que a interrupção do CTA/Projeto Seringueiro foi um processo que teve início em meados dos anos de 1990, e se completou com o encerramento de suas atividades institucionais no ano de 2007. Nenhum pesquisador ainda se voltou para analisar este evento tão marcante para os movimentos sindical e popular dos extrativistas do Vale do Acre e Purus no Estado do Acre.

Esta pesquisa é relevante, portanto, pelo fato de analisar o movimento histórico-dialético que elevou e posteriormente causou o refluxo dos movimentos popular e sindical dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, focando no caso do CTA/Projeto Seringueiro, que foi um modelo de Educação inovador de caráter libertário que teve uma existência de 26 anos.

O Projeto Seringueiro surgiu no ano de 1981, vinculado ao movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, e em sua linha de educação escolar

desenvolveu inovações em termos metodológicos, criando escolas adaptadas à realidade socioeconômica e cultural dos territórios amazônicos.

Do terceiro ao quinto ano de existência do Projeto Seringueiro, as escolas se expandiram para dezenas de seringais em diferentes municípios do Acre e para dois municípios do Estado do Amazonas: Carauari, no Médio Juruá e Barcelos no Baixo Rio Negro. (Ver relação das escolas em apêndice).

Ao longo da existência do Projeto Seringueiro houve poucos trabalhos de pesquisa acadêmica tendo-o como objeto. Esta tese é a segunda que o tem como temática, e é a primeira que analisa os impactos de sua insolvência.

### 1.3 Revisão da Literatura sobre o Projeto Seringueiro

No percurso para esta revisão passamos por alguns percalços, sendo os mais marcantes o fato de ao colocarmos apenas o descritor Projeto Seringueiro, tanto no portal de periódicos da CAPES, quanto no Google Acadêmico, aparecer apenas a Tese do professor José Dourado de Souza intitulada *Entre Lutas, Porongas e Letras a Escola vai ao Seringal (Re) Colocações do Projeto Seringueiro*.

E quando acrescentamos ao descritor Projeto Seringueiro o nome Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), apareceram muitos trabalhos, mas a maioria não tinha ligação com as atividades de educação escolar desenvolvidas pelo Projeto Seringueiro, haja vista que o CTA, desenvolveu também muitas iniciativas em outros âmbitos, como o de manejo florestal de uso múltiplo, de saúde de desenvolvimento comunitário e outros.

Abrimos vários desses trabalhos e selecionamos os que reputamos pertinentes às atividades desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro no campo da educação escolar. Ao final de nossa consulta foram selecionadas quatro teses apresentadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na Universidade de Campinas (Unicamp), na Universidade de Brasília (UNB) e na Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP).

Dessas quatro teses apenas a do professor José Dourado, defendida na UFMG tem o Projeto Seringueiro como objeto de pesquisa. As outras três não tem o Projeto Seringueiro como objeto de pesquisa, mas abordam interfaces que dialogam, analisam e interagem com ações de educação escolar que foram desenvolvidas pelo Projeto Seringueiro.

Além da tese do professor José Dourado, que tem o Projeto Seringueiro como objeto de investigação, encontrei duas dissertações, uma intitulada *O papel do Projeto de Educação Popular na mobilização de uma comunidade rural: Um estudo de caso com seringueiros do Acre, Brasil*, de autoria de Constance Elaine Campebell, apresentada na Universidade da Flórida em 1990. Esta tem o Projeto Seringueiro como objeto de pesquisa.

Outra dissertação que encontramos foi a de Francisca das Chagas Souza da Silva, intitulada *Uma escola da Floresta: O lugar da Tecnologia Educacional na Proposta pedagógica do CTA*, defendida em 1998, na Universidade Federal da Paraíba.

Os trabalhos que selecionamos apresentam as seguintes abordagens:

O artigo *Movimento social dos povos da floresta amazônica* de Beatriz Maria Soares Pontes, analisa a trajetória peculiar dos seringueiros e das seringueiras do Acre, reconstitui a liderança de Chico Mendes e as diferentes etapas de construção do movimento popular e da política pública de criação de Reservas Extrativistas, colocando o papel e a relevância do Projeto Seringueiro e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, para a implantação da RESEX Chico Mendes.

O artigo *A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros* de Mary Helena Allegretti, faz uma análise da trajetória peculiar dos seringueiros e seringueiras do Acre que, ao buscarem soluções para conflitos fundiários, formularam políticas públicas inovadoras de conciliação entre reforma agrária e proteção do meio ambiente. Nessa formulação a autora destaca que em 1981, se cria um projeto de alfabetização de adultos e de organização de uma cooperativa com seringueiros e seringueiras envolvidos/as em Empates contra um frigorífico paulista que planejava realizar um grande desmatamento para implantar empreendimento de pecuária. Em sua análise, a autora destaca que o Projeto Seringueiro rompeu uma tradição que se caracterizava pela ausência de políticas sociais na região dos seringais, e que o projeto foi o embrião de mudanças mais profundas surgidas posteriormente, dando origem ao Centro dos Trabalhadores da Amazônia, que desenvolveu projetos educativos também nas áreas de saúde e desenvolvimento comunitário com foco no manejo florestal de uso múltiplo. A professora Allegretti destaca ainda que o Projeto Seringueiro foi a primeira iniciativa de um Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais realizada em parceria com agentes externos, que não eram ligados diretamente às causas sindicais e nem da

igreja católica.

Na tese de *Allegretti, A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, o foco de análise da autora não é especificamente o Projeto Seringueiro. Mas ao analisar a contribuição dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas para a elaboração e implantação de uma política inovadora de acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia, ela apresenta um capítulo sobre o Projeto Seringueiro no qual escreve que este pretendia contribuir para o fim do analfabetismo, cuja vigência quase total no universo dos seringueiros e das seringueiras ajudava a incutir na mente desses sujeitos a ideia de que o mundo se organizava em padrões e fregueses, reproduzindo uma estrutura social desigual e injusta.

Na tese *Literatura de Cordel, Educação e Formação da Consciência Crítica*, José Cláudio Mota Porfiro analisa a importância da literatura de cordel e a pouca importância devotada a essa modalidade pela academia. Há um capítulo em que o autor analisa a importância da formação dada pelo Projeto Seringueiro para capacitar de forma crítica as professoras e os professores, alunos e alunas extrativistas, estimulando a leitura e a produção de textos no gênero de Literatura de Cordel.

No artigo *Educação e sustentabilidade socioambiental no Estado do Acre na Amazônia brasileira* de Heitor Queiroz Medeiros e Michèle Sato, os autores analisam a educação sócio ambiental no Acre de um ponto de vista da sustentabilidade, e identificam o Projeto Seringueiro como uma das experiências mais bem-sucedidas no Estado. Eles concluem que o Projeto sem dúvida pode ser considerado modelo para uma educação ambiental que se pretenda ensinar e aprender a partir dos conhecimentos da floresta.

A tese de Maria Clara *Di Pierro As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999* analisa as políticas públicas de educação básica no segmento de jovens e adultos do período de redemocratização da sociedade e das instituições políticas brasileiras. Na análise a autora faz referência ao Projeto Seringueiro, pontuando que este constituiu uma rede de escolas comunitárias no interior dos seringais, produziu materiais didáticos e formou educadores e educadoras das próprias comunidades para desenvolverem uma proposta pedagógica de alfabetização de jovens e adultos, referenciada na cultura e nas lutas dos povos da floresta. Salienta que sem abrir mão da autonomia pedagógica de base freiriana, os responsáveis pelo Projeto Seringueiro lutaram para que as

escolas fossem reconhecidas e mantidas pelo setor público e que os educadores e educadoras fossem integrados ao corpo docente do Estado.

O pesquisador Evandro Araújo de Aquino, no artigo *Diversidade cultural e cidadania na educação de jovens e adultos*, faz uma análise da contribuição do Projeto Seringueiro para a educação de jovens e adultos, concluindo que a prática do Projeto contribuiu com novos elementos que mostram a relevância da educação escolar para a emancipação social e a conquista dos direitos de cidadania pelas pessoas e grupos socioculturais, sem que os seringueiros e as seringueiras tenham que renunciar a seus saberes e valores culturais próprios.

A pesquisadora Beatriz Soares Pontes no artigo *O movimento social dos povos da floresta amazônica*, desenvolve um tópico intitulado *O Projeto Seringueiro: a ação educativa como estratégia de fortalecimento do movimento*, e nele caracteriza o modelo escolar do Projeto Seringueiro como sendo uma proposta emanada dos princípios pedagógicos de Paulo Freire. A autora analisa que o Projeto Seringueiro tem por objetivo mostrar o significado e o valor da floresta a partir da discussão da própria realidade dos extrativistas e das extrativistas, concluindo que em consequência dessa estratégia pedagógica, os jovens e as jovens dos territórios extrativistas passaram a participar mais intensamente das lutas, em razão de terem adquirido maior consciência política.

A única tese que trata especificamente do CTA/Projeto Seringueiro como objeto da pesquisa é a do professor José Dourado de Souza, intitulada *Entre Lutas, Porongas e Letras a Escola vai ao Seringal (Re) Colocações do Projeto Seringueiro*, na qual o pesquisador analisa as circunstâncias e o contexto sócio-histórico em que emergiu e se desenvolveram as atividades do Projeto Seringueiro, focalizando o período entre 1981-1990. O autor busca desvendar os elementos e dinâmicas dos processos construídos pela ação dos atores sociais, atentando para a ação cultural e o dinamismo das práticas transformadoras dos homens e das mulheres como agentes históricos.

A dissertação *O papel do Projeto de Educação Popular na mobilização de uma comunidade rural: Um estudo de caso com seringueiros do Acre, Brasil*, de Constance Elaine Campebell apresenta uma análise comparativa de quatro comunidades de seringueiros e seringueiras atendidos/as com as iniciativas de educação escolar, uma das quais atendidas pelo trabalho de educação popular desenvolvido pelo Projeto Seringueiro. Ela escreve que as famílias dessas comunidades apresentam

um histórico de participação mais ativa nas associações, em eleições de lideranças locais e conseguiam melhores preços pela produção de borracha. Diz que tinham maiores condições de ler, escrever e fazer contas. Outro dado interessante que a autora revela em seu estudo, é o de que as famílias atendidas por escolas cujos pressupostos didáticos-metodológicos são da educação rural, não demonstraram níveis de escolaridade superior em relação aos educandos/as que participaram das escolas do Projeto Seringueiro.

A dissertação de Francisca das Chagas Souza da Silva, intitulada *Uma escola da Floresta: O lugar da Tecnologia Educacional na Proposta pedagógica do CTA*, defendida em 1998, na Universidade Federal da Paraíba, embora tenha em seu título proposta pedagógica do CTA, na verdade seu objeto de estudo e análise é a escola do Projeto Seringueiro. A autora escreve que este nasceu da necessidade dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas se libertarem do jugo dos patrões. Acerca do objeto de sua análise, as tecnologias educacionais, ela as define, amparada em *Luckesi*, como sendo “a própria educação, enquanto incorpora inteligente e politicamente os resultados da inventividade humana /.../ no processo de avançar na apropriação dos conhecimentos.” (*Luckesi* in Silva, 1989, p. 114) Nessa perspectiva de tecnologia trazida por *Luckesi*, a autora descreve e analisa as várias tecnologias utilizadas pelo Projeto Seringueiro: Quadro-de-giz, Multiquadro<sup>13</sup>, Rádio, Radio Amador, Cartilha Poronga, Mala de Leitura, Gravador, Impressos etc, e cita como o CTA/Projeto Seringueiro explora essas tecnologias em favor dos objetivos do seu projeto político histórico de educação.



Figuras 02, 03 e 04 – Professores/as, técnicos e alunos fazendo exercícios com o multiquadro.

Descreverei a seguir um exemplo citado pela autora. É um exemplo que

<sup>13</sup> O multiquadro é um jogo estruturado com base no número e na cor. Com esse jogo se pode jogar exercitando com as quatro operações: adição, subtração, divisão e multiplicação. E pode também trabalhar com exercícios envolvendo raiz quadrada. As peças tem as cores primárias: amarelo, azul e vermelho. Da mistura dessas cores vem as outras, e com elas se pode trabalhar os números primos e múltiplos. O jogo foi criado pela psicopedagoga bahiana Maria Lúcia.



descreve algo, em tese simples e trivial. Trata-se do caso do uso do quadro-de-giz. Ela escreve que é por meio do quadro-de-giz que muitos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas, assim como seus filhos e filhas tem os primeiros contatos com o mundo da escrita de textos, mas não com qualquer texto, mas aqueles com significados, que descrevem e refletem questões reais de seus cotidianos. Ela escreve que o quadro-de-giz

chegou às escolas dos seringais bem antes das cartilhas e tem, para o grupo, a mesma importância que o computador para os empresários, pois é aí que são registrados não apenas as primeiras palavras ou sílabas, mas também a pauta das reuniões – principalmente as sindicais – realizadas nas escolas, assim como as decisões ali tomadas. (Silva, 1989, p. 119)

Nas considerações finais de sua dissertação, Silva escreve que “os cursos de capacitação oferecidos anualmente pelo CTA aos professores seringueiros se constituem em verdadeiros laboratórios vivos de como deve ser a prática nas escolas”. (Silva, op. cit., p. 164)

#### 1.4 Referenciais teórico-metodológicos

O referencial teórico que fundamentou a construção desta tese foi o materialismo histórico/dialético. Segundo *Frigotto*

O pressuposto fundamental da análise materialista histórica é de que os fatos sociais não são descolados de uma materialidade objetiva e subjetiva e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço de abstração e teorização do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. (*Frigotto*, 2010, p. 19)

A escolha deste referencial se deu em razão do alinhamento com a minha perspectiva ideológica.

Concordo com *Frigotto* que escreveu:

entendemos que as concepções ontológicas e teóricas do processo histórico elaboradas por Marx e Engels e desenvolvidas por outros marxistas como Gramsci, continuam sendo a base que nos permite uma análise radical para desvendar a natureza e especificidade das relações capitalistas hoje e, especificamente, da problemática do trabalho e da educação. (*Frigotto*, 2010, 17/18)

O materialismo histórico dialético propõe que a centralidade da história humana reside na oposição entre as classes sociais, que *Marx* denominou de luta de classes. É este fenômeno que *Marx* reputa como sendo a parteira da história. *Marx* e Engels escrevem no Manifesto do Partido Comunista que:

a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe. homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo,

membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (*Marx e Engels*, 2008, p. 10).

A premissa dessa teoria é a de que o trabalho é o meio pelo qual o ser humano transforma a natureza transformando a si mesmo nesse processo.

Na obra *Dialectica de la naturaleza*, num artigo intitulado *El papel del trabajo en el proceso de transformación del mono en hombre* Engels escreve o seguinte, acerca deste processo de transformação física/biológica do homem pelo trabalho:

Así, pues, la mano no es solamente el órgano del trabajo, sino que es también el producto de éste. Solamente gracias al trabajo, a la adaptación a nuevas y nuevas operaciones, a la transmisión por herencia del desarrollo así adquirido por los músculos, los tendones y a la larga también de los huesos y a la aplicación constantemente renovada de este afinamiento hereditariamente adquirido a nuevas operaciones cada vez más complicadas, ha adquirido la mano del hombre ese alto grado de perfeccionamiento capaz de crear portentos como los cuadros de Rafael, las estatuas de Thorwaldsen o la música de Paganini. (*Engels*, 1961, p. 143/144).

Portanto, o materialismo histórico-dialético parte do entendimento de que o ser humano é um animal que se diferencia dos demais do reino da natureza por ser um animalcultural. E é a invenção da cultura que marca a diferença do ser humano em relação aos demais animais. Nesse processo a aquisição da linguagem permite aos coletivos humanos transmitir, via educação, os dados de suas culturas às novas gerações. Os outros animais só o fazem por instintos, por impulsos dados pelo determinismo biológico. A cultura é essa invenção genial que nos dá uma identidade e nos fixa numa comunidade social. A cultura humana se transmite por meio da educação que existe desde as épocas mais pretéritas e remotas de nossa evolução como seres humanos

Na produção desta tese foi realizada consulta em bibliografia especializada reunida em livros, artigos, matérias jornalísticas, dissertações e teses. Acerca da pesquisa bibliográfica foram lidas e analisadas, total ou parcialmente, obras de autores especialistas em temas de Movimentos Sociais do Campo, de Educação Libertadora e de Educação do Campo; obras acerca de Metodologias de pesquisa, e outras ainda que abrangem temáticas pertinentes a esta tese. Abaixo apresentamos breve relação de alguns dos principais autores/as/teóricos/as pesquisados/as.

Autores que abordam questões pertinentes à luta de classes e dos movimentos sociais do campo: Martins (1990), Velho (2009), Konder (2009), Carlos Porto

Gonçalves (1999), Pedro Pomar (2009); autores e autoras clássicos do materialismo: *Karl Marx e Friedrich Engels* (1961,1991), Antônio Gramsci (2004), Vladimir Lênin (1977, 1980, 1985 e 2010), Nicolai Bujarin (1994), Aníbal Ponce (2015), Mariano Enguita (1986), Louis Althusser (1970), Maria Lídia Silveira (2022).

Autores e autoras que pesquisam e produzem trabalhos acerca da educação na perspectiva do campo, da educação popular, da educação libertária: Nicola Abbagnano (1992), Miguel Arroyo (1999, 2003, 2005, 2006, 2009), Roseli Caldart (2001, 2004, 2011, 2012, 2013) Gaudêncio Frigoto (2006), Vanessa Santos e Fátima Garcia (2020) Carice Santos (2020), Paulo Freire (1972, 1981, 1983, 1987), Dermeval Saviani (2008), Sônia Schwendler (2009; 2015; 2017).

Autores e autoras especialistas em questões amazônicas: Euclides da Cunha (2000), Manuela Cunha (2009), Márcia Maués (2015), Maria de Jesus Moraes (2016), José Francisco Lima 1 (1937), José Francisco Lima 2 (1952), Leandro Tocantins (1960), Gaspar de Carvajal (1941), Carlos Estevão Castelo (2014, 2019), Fernando Carneiro (2015), Maria José Bezerra (2005), Geraldo Coelho (2011), Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2015), José Augusto Drummond e Claudia de Souza (2016), Leopoldo Felden (2018), Fabián Novak (2013), José Castello Branco, Søren Hvalkaf (2013), Paulo Marreiro Júnior (2014), Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2015), Durango Duarte (2021), Izabel Parente (2015), Pedro Aparício e Ichard Bodmer (2009), Carlos Eduardo Rafael (2022), Carlos Pontes (2014), Sandra Basilio (2019), João Antônio de Paula (1980), Elder Andrade de Paula (2013), Roberto Tapia (2019).

Autores e autora que tratam de questões da igreja na fase da Teologia da Libertação: Leonardo Boof (2017), Rodrigo Camilo (2011), Paulo César Gomes (2014), Michael Löwy (2009, 2016) e Charmain Levy (2009), Sandra Basilio (2019).

Autores e autoras que tratam de questões metodológicas: Paul Thompson (1992), Marieta Ferreira (2000), André Gattaz et all (2019), Maria Lucia Carvalho e Suzana Ribeiro (2013), François Laplantine (2004).

Autores e autoras que pesquisam temáticas relacionadas às Organizações Não Governamentais (ONG's): Roberto Simões (2017), Leilah Landim, (1993) Joana Coutinho (2004) Anna Oliveira e Sérgio Haddad (2001).

Estes autores e autoras de formas diferentes produziram importantes obras embasadas em pesquisas que contribuem para análises relacionadas à educação humana, não necessariamente reduzindo à educação escolar formal, mas situando a

educação como prática inerente ao ser humano na busca pela construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado, cujo objetivo é a liberdade e a emancipação humanas.

### 1.5 Estrutura da tese

Após a introdução em que apresento o tema, problema e as bases teórico-metodológicas deste estudo, inicio o segundo capítulo em que trago as experiências que permitiram a análise dessa pesquisa, apresentando um memorial no qual descrevo a minha trajetória, revelando como construí um lugar na história dos movimentos extrativistas do Acre. A escrita do memorial está dividida em duas etapas, sendo uma em que descrevo minha trajetória no Nordeste, mais precisamente no Estado do Ceará, onde nasci e outra em que narro a minha vida na Amazônia. Na sequência, realizo breves apontamentos acerca dos sujeitos que contribuíram com a pesquisa. Faço uma pequena apresentação dos homens e mulheres cujas histórias de vida forneceram informações que compõem a base empírica desta pesquisa.

No terceiro capítulo com o título *Os povoamentos do território Sul – amazônico, o nascimento da categoria seringueiro e as resistências contra as opressões*, apresento um relato histórico de como se deu a ocupação do território que hoje é o Estado do Acre, primeiro em meados dos séculos XVII por etnias indígenas das famílias linguísticas *Pano* e *Arawak*, oriundas da Selva Central Peruana, e posteriormente, a partir de meados do século XIX por migrantes nordestinos que constituíram a categoria profissional dos seringueiros. Nesse capítulo apresento também os conflitos e a resistência dos seringueiros ao longo da história do Acre.

No quarto capítulo intitulado *A construção do Projeto Seringueiro e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA)* realizo uma abordagem histórica acerca da criação do CTA/Projeto Seringueiro no contexto das lutas fundiárias dos extrativistas de Xapuri. Apresento e avalio o contexto histórico que favoreceu o surgimento e a construção do CTA/Projeto Seringueiro, destacando o papel pioneiro e relevante como introdutor da educação popular libertadora no Estado do Acre e o seu papel como auxiliar nas lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas. Na seção intitulada *Paulo Freire e a Educação Libertadora do Projeto Seringueiro*, realizo uma abordagem acerca da criação da escola dos seringueiros com a metodologia libertadora desse autor. A metodologia foi empregada tanto nas aulas, quanto nos

cursos de formação de professores/as/monitores/as e também na capacitação dos dirigentes e dos militantes dos movimentos popular e sindical.

No quinto capítulo *A transição do Capitalismo Verde para Agronegócio nos territórios da RESEX e do PAE Chico Mendes no momento atual*, apresento e analiso como ocorreu a transição do capitalismo verde para o agronegócio nesses ambientes, destacando qual a situação política e social em que se encontram os movimentos populares e sindical no Acre, com destaque para as regiões do PAE e da RESEX nos municípios de Xapuri e Epitaciolândia. Tanto a pesquisa de campo quanto a consulta bibliográfica foram pródigas em demonstrar que esse evento foi muito relevante para a derrocada dos movimentos populares e a ascensão do agronegócio.

## 2 – AS EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS DA PESQUISA

A história pode apresentar-se como memória universal do gênero humano. Mas não existe história universal. Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e tempo. (*Halbwachs*, 1990, p. 86)

Este capítulo apresenta a metodologia qualitativa que foi utilizada na presente pesquisa, por meio da aplicação da História Oral Temática. Esta metodologia prioriza um viés etnográfico nos trabalhos de pesquisa de campo. Inicio o capítulo apresentando o meu memorial, porque também fui sujeito, em larga escala das experiências aqui analisadas. As conversas/entrevistas mantidas com os diversos sujeitos interlocutores da pesquisa, fundamentaram este trabalho.

Os temas tratados com esses sujeitos foram bastante marcantes e giraram em torno de fatores que motivaram o fim do CTA/Projeto Seringueiro, discutindo o peso da problemática que este evento causou, e que foi agravado pela desestruturação da forma tradicional de desenvolvimento sustentável pelo Governo da Floresta, bem como os impasses gerados pela desarticulação dos modos de vida que os seringueiros e as seringueiras construíram desde meados do século XIX até o final dos anos de 1990.

No intercâmbio com esses sujeitos, por ocasião da pesquisa de base foram suscitadas interessantes possibilidades no sentido de elaborar estratégias e táticas para o enfrentamento dos impasses que foram apresentados em relação a essa problemática em questão. Essas alternativas discutidas e apontadas durante os trabalhos de campo não são objetos desta tese, mas elas serão matéria para futuros projetos de extensão e de pesquisa que nos comprometemos realizar com eles e elas.

No trabalho de campo, conversamos com sujeitos que inicialmente não estavam previstos para as coletas de histórias de vida. Dessas conversas emergiram informações importantes para a compreensão da situação atual. Esses sujeitos enriqueceram o debate, reforçando e trazendo novos elementos sobre eventos ocorridos durante a vigência do Governo da Floresta, quando lideranças importantes deixaram de mobilizar suas comunidades para as lutas e aderiram à propagação dos projetos governamentais.

As temáticas abordadas por ocasião dos trabalho de campo foram debatidas de maneira serena e aprofundada, suscitando importantes e valiosas informações que



contribuíram para o enriquecimento desta tese.

## 2.1 Memorial

Quanto mais eu ando, Mais vejo estrada.  
E se eu não caminho, Não sou é nada.  
(Vandré, Canto Geral 1968)

Fortaleza, Estado do Ceará, primeiro de março de 1959. Neste local e data nasci, sendo meus pais o senhor Manoel Alves da Cunha e a senhora Ester Cavalcante da Cunha. Este casal vivia em Fortaleza desde o início dos anos de 1950. É comum pessoas do interior nordestino migrarem para as capitais. Meu pai saíra de *Itapipoca*, município cearense e minha mãe de Portalegre, no interior do Rio Grande Norte.

*Itapipoca!!!* Este topônimo nomeia o município onde meu pai nasceu. Ele é uma palavra pertencente ao léxico da língua Tupi, e o seu significado é pedra lascada. Ele é o único município cearense que possui em seu território os três ambientes que caracterizam a geografia e o relevo típicos do Nordeste, no caso o sertão, o litoral e a serra/montanha.

Meu pai nasceu na serra. Num povoado chamado *Arapari*, palavra também da língua Tupi que designa tanto o pôr do sol quanto a árvore *paracuuba*. *Arapari* é conhecida como Vila Velha. Esses topônimos de origem indígena se justificam porque a serra entre *Uruburetama* que significa terra de urubus, e *Itapipoca* até a serra da *Ibiapaba*, que significa lugar de terra alta, é região que constituía zona de perambulação de muitas etnias indígenas nômades que se deslocavam desde a Amazônia, e que foram aldeadas em missões pelos padres jesuítas na metade do século XVII.

A etnia indígena ainda hoje presente no município de Itapipoca, mas não na serra, e sim no litoral, é a Tremembé. Essa mudança de território é justificada pela mobilidade que historicamente caracteriza essa etnia, e que em razão do contato se acentuou ainda mais.

Segundo o pajé Luiz Caboclo, os Tremembé antes do contato tinham um extenso território de perambulação que se estendia desde o Maranhão até o Ceará. Mas, segundo ele, quando chegou a lei chamada sesmaria, a lei de terra, veio a perseguição. Ele relatou que:

Quem se dizia índio usando essa tradição, a catequização bateu em cima e aí foro catequizando, tirando a língua materna, insinuando, educando de

todo jeito. /.../ o nosso mermo era o povo nativo daqui da região leitoral cearense. Eles mandarro 70 légua da praia pra serra que é a Ibiapaba. Os Tremembé brigavo cum os Potiguara, cum os Tupi-Guarani na serra de Ibiapaba. (Cabral, p. 15, 2014).

Atualmente os sujeitos dessa etnia falam somente a língua portuguesa. Especialistas afirmam que no passado, anteriormente ao contato, seus ancestrais falavam uma língua cuja família linguística é desconhecida, não sendo possível classificá-la no quadro das línguas ameríndias.

Esse dado é corroborado por um indígena da etnia, o antropólogo Mbo'esera Esãã Tremembé, que escreveu o seguinte: "o Poromonguetá, outrora falado pelo povo Tremembé, por razões históricas, políticas e culturais fora substituído pela língua dominante, a língua portuguesa".

Quando comecei a estudar antropologia e pesquisar acerca das questões indígenas, passei a entender o significado dos aldeamentos realizados pelas missões religiosas. Entendi então o quanto elas contribuíram para o etnocídio das culturas dos povos indígenas. Entendi também a razão do fenótipo de meus avós, meu pai, meus tios e tias e de muitos de meus primos e primas: herança genética de nossa ancestralidade indígena. Compreendi ainda o *layout* da vila *Arapari*, composta pela igreja, a casa paroquial, a escola, um cartório, o cemitério, um comércio, uma cadeia pública e uma rua de casas uniformes. Todo este conjunto era de uma construção muito antiga. Impressionava-me o tamanho, o peso e a espessura dos tijolos. Eles eram confeccionados com argila misturada com areia do rio e gramíneas silvestres, totalmente diferente dos padrões atuais.

A outra ponta de minha família, do lado materno, estava localizada no Estado do Rio Grande do Norte, no município de Portalegre, cujo nome homenageia distrito português, situado na região de Alentejo, no sul de Portugal.

Quando eu visitava este lado da minha família o contato étnico cultural se dava com a cultura dos descendentes de africanos trazidos para o Brasil, forçados ao trabalho escravizado.

Ficava encantado com as histórias que minha mãe contava em Fortaleza e que eram enriquecidas por detalhes debulhados por minha avó Joana Cavalcante de Oliveira (a vó Joaninha), minha tia Laura Cavalcante de Oliveira e seu esposo, meu tio Raimundo Nonato de Oliveira, conhecido como Raimundo Catolé, um vaqueiro negro, aboiador e exímio contador de histórias. Encantava-me com as visitas *in loco* ao Engenho Novo, que anos depois fui compreender se tratar de uma remanescente

comunidade de quilombolas.

Além da comunidade do Engenho Novo, minha mãe falava da bica de Portalegre, uma construção do século XIX realizada pelos africanos e seus descendentes escravizados.

Os homens e as mulheres das etnias indígenas presentes na terra de meu pai, assim como os remanescentes de africanos localizados na terra de minha mãe, apresentavam algo em comum: todos viveram em condições de escravizados sob a convivência ideológica da igreja católica.

A bica da qual minha mãe falava com tanto entusiasmo e encanto, como algo maravilhoso, é um chafariz coberto e protegido para evitar poluição e contaminação da água. Como mulher nordestina, acostumada à escassez hídrica, para a minha mãe, assim como para as mulheres de sua geração, a bica tinha mesmo um caráter mágico, pois mesmo nas secas mais prolongadas e severas ela nunca secou e isso permitia que todos os moradores e moradoras da cidade, que em sua infância e juventude era uma vila minúscula, se abastecessem de água. Fiquei emocionado ao visitar a bica mágica da infância de minha mãe pela primeira vez, em 1974.

Talvez pelo convívio com a natureza em minha infância, sempre gostei do ambiente do campo. As cidades, com exceção de suas feiras livres e mercados, nunca exerceram muito fascínio em mim. Quando avancei mais na adolescência, pelos 16 anos de idade, passei a visitar em férias e em feriados prolongados, o município de *Baturité* no Ceará.

*Baturité* é uma palavra do vocabulário da língua tupi que significa serra verdadeira. Assim como outros municípios do chamado Maciço de Baturité, o território é constituído por um conjunto de cidades que ficam no alto ou no sopé da serra, como o município de Redenção que se chamava Vila *Acarape*, cujo significado em Tupi é o caminho do peixe ou o acará chato. Ganhou o nome de Redenção por ter sido o primeiro município brasileiro a “libertar” os africanos e seus descendentes da condição de escravizados.

Na primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada nesse município a Universidade de Integração Internacional de Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com o intuito de promover o intercâmbio científico e cultural entre o Brasil e os países africanos de língua portuguesa.

Eu costumava passar férias em *Baturité*, numa comunidade localizada no alto da serra, e na subida para chegar à casa da família do senhor Aquino e da dona

Eunice, tinha que tomar um atalho que passava no terreiro do mosteiro dos jesuítas. Era fascinante ver de perto a sua beleza arquitetônica e imponência. Nos dias em que eu ficava na serra ia muitas vezes assistir missas no mosteiro, pois àquela época já participava de grupos de jovens da igreja católica.

Foi nessas idas à serra de *Baturité* que tive o primeiro contato com o trabalho de extrativismo vegetal, pois o senhor Aquino extraia cipós da floresta para confeccionar balaios, paneiros, caçúas, peneiras e abanos para animar as brasas nos fogões e fogareiros a lenha e carvão. Essas peças artesanais que o seu Aquino produzia era vendida na feira da cidade de *Baturité* aos finais de semana.

Foi ali no maciço de *Baturité*, porém na parte mais alta da serra, no município de *Aratuba*, nome indígena Tupi que significa ajuntamento de pássaros, que tive conhecimento com as CEB's, em que atuavam os padres José Maria Cavalcante Costa e Moacir Cordeiro Leite, o primeiro inclusive trabalhou por quatro anos, entre 1975 e 1979, no Acre, como pároco na igreja matriz do município de Brasiléia, que é dedicada a nossa Senhora das Dores.

Em Fortaleza comecei a participar em grupos de jovens católicos de perfil mais conservador desde 1975. Fiz parte da Legião de Maria que seguia uma tradição mariana medieval. Esse grupo me permitiu uma interação com muitos jovens e me fez conhecer outras experiências religiosas da igreja católica.

No ano de 1977 conheci um padre francês, *Louis Lourie* da paróquia de São Francisco de Assis no bairro Dias Macedo, na periferia de Fortaleza. Ele era um padre operário que se recusava a morar na casa paroquial cedida pela arquidiocese, pois segundo ele, isso caracterizaria um privilégio que a maioria dos pobres da periferia não tinha. Com o salário de seu trabalho como operário ele alugou uma casa modesta numa área mais pobre do bairro.

Por meio do padre *Lourie* conheci a pastoral operária e também a história de Paulo Freire que naquele momento estava no exílio, proscrito pela ditadura empresarial-militar. O padre possuía a obra *Pédagogie des opprimés*, a Pedagogia do Oprimido. Até então eu desconhecia a obra e o autor. E numa época em que não havia os tradutores *on line*, tentava ler a obra com o pouco que aprendia da língua com o padre e a ajuda de um dicionário impresso.

Com o padre *Lourie* conheci também, em função da paróquia ser consagrada a São Francisco de Assis, a Ordem Franciscana dos Padres Menores Capuchinhos (*Ordo Fratrum Minorum Capuccinorum* em latim, OFMCap). Fiquei fascinado com a

história desse santo, pela sua opção radical em favor dos pobres e pelo seu fascínio pela natureza.

Então, em 1977 passei a frequentar os encontros de vocacionados. Jovens que aspiravam o ingresso na vida religiosa naquela ordem, no Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil, no bairro de Messejana em Fortaleza.

Em paralelo continuava participando da pastoral operária. E foi nessa militância que em 1978, numa reunião no seminário Diocesano da Prainha em Fortaleza, conheci o então sindicalista Luís Inácio da Silva, o Lula.

A reunião deveria iniciar às nove da manhã, mas iniciou quase onze, pois os militantes da pastoral operária que foram recebê-lo no aeroporto tiveram que fazer várias voltas para despistar espiões do Destacamento de Operações e Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) que seguiam o sindicalista para onde quer que ele fosse.

Foi também naquele ano que o saudoso padre italiano *Hetore Turrine*, da Ordem dos Servos de Maria (OSM), missionário da Prelazia do Acre e Purus, fora a Fortaleza fazer trabalho de animação vocacional visando incentivar jovens a ingressarem na vida religiosa no Estado do Acre.

Naquela época havia um acordo formal de *Igrejas Irmãs*, em que uma igreja com maior disponibilidade de padres seculares, religiosos e religiosas, e que possuísse maior disponibilidade material, ajudaria uma igreja de menos capacidade em termos de recursos humanos, financeiros e materiais.

Por meio deste acordo de *Igrejas irmãs*, a arquidiocese do Ceará, que era irmã da prelazia do Acre e Purus, cedia freiras da Congregação das Irmãs Josefinas para atuar nas pastorais da igreja do Acre. Pelo mesmo acordo a igreja do Ceará enviou para o Acre o padre José Maria Cavalcante, então vigário auxiliar da paróquia de *Aratuba*.

No trabalho de animação vocacional o missionário *Hetore Turrine* exibia um documentário acerca da realidade social de exploração a que estavam submetidos os povos indígenas e os seringueiros do Acre. O documentário também abordava acerca da atuação da Prelazia do Acre e Purus em defesa das populações marginalizadas, cuja orientação pastoral era baseada na Teologia da Libertação. A prelazia tinha então à sua frente o bispo dom *Moacyr Grechi*, fundador e então presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O documentário exibido pelo padre *Hetore Turrine* mostrava que o Acre era

uma terra que pertencera oficialmente, uma parte ao Peru e outra à Bolívia, mas quem efetivamente vivia nela antes da chegada de nordestinos, eram indígenas pertencentes a centenas de etnias que foram expulsas em sua maioria para dar lugar a exploração da borracha natural.

Com a implantação do ciclo econômico da borracha, iniciado em meados do século XIX, eclodiram vários conflitos bélicos de brasileiros oriundos da região Nordeste contra a bolivianos e peruanos. Esses conflitos eram incentivados pelos governos do Amazonas e do Pará, sobretudo o do primeiro que tinha planos de anexar aquela porção territorial ao seu Estado, em razão dos vultosos impostos que a atividade de extração de látex lhe renderia.

Os conflitos resultaram exitosos para o lado brasileiro em 1903, quando foi assinado o Tratado de Petrópolis, marcando a vitória dos patrões seringalistas contra as trôpegas tropas dos exércitos boliviano e peruano.

Em face da minha fascinação por ambientes naturais e ainda devido ao meu engajamento religioso e político-social com as causas populares, assistindo aquele documentário e ouvindo as narrativas do padre *Hetore Turrine*, fiquei totalmente encantado pela floresta amazônica e pela história do povo do Acre: os índios e os seringueiros.

Em nova visita à Fortaleza no ano de 1979 o padre *Hetore Turrine* foi comigo até o Seminário Seráfico Nossa Senhora do Brasil e falou com o padre responsável pela animação vocacional da OFM-CAP, frei Fernando e lhe comunicamos que eu iria fazer uma experiência de vida religiosa na Ordem dos Servos de Maria (OSM) no Acre.

Como em 1979 eu estava engajado no serviço militar obrigatório no exército, não pude viajar para Sena Madureira no Acre, onde se realizava o pré-noviciado. Mas como eu já havia iniciado a experiência de vida comunitária religiosa com os Capuchinhos, foi consentido que eu e um colega da pastoral operária, o Pedro Bernardes, fôssemos viver na favela Alto do Bode, que era considerada então a mais violenta de Fortaleza. Ela estava localizada no bairro de Autran Nunes. Nós deveríamos fazer uma imersão naquela realidade, trabalhando para nos manter economicamente e realizar tarefas pastorais no bairro.

Em 1980 me transferi para o Acre para dar continuidade à formação como frade da Ordem dos Servos de Maria. Fui morar no Convento São Sebastião em Rio Branco, onde fiz o noviciado sob a coordenação do padre Otávio Destro, que era o mestre do



noviciado.

Foi nesse convento que conheci o militante político e sindical Francisco Alves Mendes Filho, o Chico Mendes que era então vereador, eleito em 1978 pela Tendência Popular do Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Naquele tempo o movimento popular era muito vigoroso, mas padecia da falta de recursos financeiros e materiais para cumprir as agendas de lutas. A igreja católica dava um grande apoio nesse campo, ajudando os militantes que se deslocavam para a capital, de forma que quando o Chico Mendes ia tratar de assuntos relacionados às lutas dos seringueiros, sempre ficava no convento São Sebastião onde dormia e se alimentava e se deslocava nos automóveis do convento, dirigido pelo noviço Pedro Pires ou pelo padre Otávio *Luciette*.

Por ocasião dessas estadas no Convento, o Chico Mendes e outros militantes políticos, como o sindicalista Wilson Pinheiro, o saudoso mestre frei Otávio Destro sempre os convidava para que debatêssemos com eles sobre as lutas dos seringueiros e seringueiras, e isso contribuía muito para a formação intelectual e religiosa dos frades noviços. A formação era bastante aberta e plural, como era característica da Teologia da Libertação.

Terminei o noviciado no início de 1981 quando proferi os votos religiosos na capela do hospital da Colônia Souza Araújo em Rio Branco, onde a prelazia mantém obra humanística, para o acolhimento e tratamento de pessoas acometidas pela hanseníase.

Naquele mesmo ano fui morar na paróquia de São Sebastião em Xapuri, onde deveria dar continuidade à minha formação religiosa. Os responsáveis por essa formação no pós-noviciado foram os padres italianos *Cláudio Avallone*, Luciano *Masetti* e Humberto *Scalabrini*.

Concomitante à minha formação religiosa fazia assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (STRX) e mantinha ação pastoral na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na Pastoral da Juventude (PJ).

Em 1982 deixei a Ordem dos Servos de Maria e fui morar no meio rural numa área de colônias localizada na Estrada Velha de Brasiléia. Essa estrada é uma parte desativada do antigo trajeto da BR 317, que fora abandonada após a abertura de um novo traçado. Ali desenvolvi um trabalho como professor dos filhos e filhas dos colonos e colonas, numa escolinha comunitária sem vínculos com o poder do Estado ou do município.

Os camponeses daquela comunidade juntamente com dois comerciantes de Rio Branco, José Batista de Queiroz, o Badate, e o saudoso *Abrahim Farhat* Neto o *Lhé Brachula*, ambos militantes e dirigentes do PT, sendo o *Abrahim Farhat* também militante da causa palestina, contribuíam financeiramente para a aquisição de materiais escolares e para ajudar na minha permanência naquela comunidade exercendo a função de professor.

Na comunidade morei na casa do colono e militante sindical cearense Osmar Facundo de Oliveira, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Ele foi o primeiro vereador eleito pelo PT do Acre, na eleição de 1982. A escola funcionava em sua colônia num paiol de guardar ferramentas e legumes, Além das atividades de professor eu continuava a fazer assessoria à diretoria do STRX, notadamente auxiliando as delegacias sindicais nos seringais, mas também à diretoria em encontros mensais na sede do município em Xapuri.

Naquele ano de 1982, no mês de maio fui preso participando de um empate na Fazenda Nova Esperança. O motivo de minha prisão foi que eu editava um Jornal mimeografado do STRX, chamado exatamente *O EMPATE*, e na edição daquele mês, eu havia feito um desenho retratando um grupo de homens, mulheres e crianças cortando uma cerca com terçados e foices, e na legenda eu colocara o refrão de um cântico composto pelo seringueiro José Gaudêncio, cujos versos diziam o seguinte: *“Não derruba, não! Não derruba mais não! Nós não queremos fazendeiro e nem patrão! Não derruba, não! Não derruba mais não!”*

A decisão para a realização do empate foi tomada numa assembleia geral do STRX realizada no dia 1.º de maio! Mas um grupo era contrário a realização do empate e este grupo recebia orientação do senhor João Maia, que era então delegado especial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no Acre, sobre quem escreveremos nesta tese. Um representante do grupo que se opunha ao empate se comunicou com o delegado da CONTAG por meio de ligação telefônica. Como os telefones eram grampeados, ao chegarmos ao local onde o fazendeiro promovia a derrubada da floresta, todo o contingente das polícias civil e militar do município de Xapuri já nos aguardava e fomos presos.

O plano da força policial de repressão do governo do Estado a favor dos fazendeiros era prender somente o Raimundo Mendes de Barros, o Raimundão, eu e o Ronaldo Lima de Oliveira.

O então governador do Estado recebera orientação para reprimir o movimento

diretamente do governo federal, após o fazendeiro ter ligado para o senado, pedindo a interveniência do então senador José Sarnei, que era do mesmo partido do governador do Acre.

Os seringueiros e seringueiras sabiam que se os policiais levassem somente nós três seria muito provável que nos torturassem ou até nos matassem e criassem uma versão para forjar um *auto de resistência*<sup>14</sup>.

Então os seringueiros e seringueiras nos cercaram e, sob a liderança do saudoso seringueiro Luís Targino de Oliveira, disseram que se nós fôssemos presos, todos deveriam ser, pois estávamos todos participando do mesmo ato.

O comandante da operação era o então aspirante a oficial da polícia militar Gilvan Vasconcelos. Ele era um adversário ferrenho e intransigente dos lutadores e lutadoras extrativistas e do PT em particular. Ele reputava como máximo inimigo da sociedade o regime comunista, como é trivial ao pensamento militar, e ele colocou essa pecha naquele movimento e estava convicto que deveria reprimi-lo exemplarmente. Sua posição contrária aos extrativistas revelava seu alinhamento aos fazendeiros. O comandante da repressão aos trabalhadores e trabalhadoras argumentou aos que não aceitavam nossa prisão, que não havia como levar a todos e todas para a delegacia, pois eram quase 200 (duzentas) pessoas que estavam participando daquele ato, e ele aconselhou que dispersassem e fossem para suas casas.

Aí os seringueiros e as seringueiras fizeram um paredão humano nos protegendo e reafirmaram que então ninguém sairia dali. Com esse impasse, o gerente da fazenda, querendo se livrar daquele transtorno e continuar desmatando a floresta, ofereceu dois caminhões da fazenda e todos e todas foram transportados/as para a cidade, sendo que nós três fomos colocados numa viatura policial.

Como na delegacia só havia duas celas, apenas nós três fomos encarcerados e os demais foram liberados, mas ninguém arredou pé do pátio da delegacia e todos e todas ficaram em vigília enquanto permanecemos lá, mobilizando também muitos

---

<sup>14</sup> O auto de resistência constitui um artifício jurídico que surgiu em 02 de outubro de 1969 com a Ordem de Serviço Nº 803 da Superintendência da Polícia Judiciária do antigo Estado da Guanabara – depois ampliada pela Portaria Nº 30, de 06 de dezembro de 1974, do Secretário de Segurança Pública. Essa portaria “dispensa a lavratura do auto de prisão em flagrante ou a instauração de inquérito policial”. Ela determina a aplicação do art.292, do Código de Processo Penal que prevê a lavratura do “auto de resistência” na hipótese específica de resistência à ordem legal de prisão. Por este artifício, a polícia mata, maquia o cenário do crime e simula uma resistência da vítima, depois apresenta um relatório com essa versão que não pode ser contestada.

moradores da cidade, notadamente os que participavam das atividades religiosas da igreja católica.

Além dessa participação na vigília a população da cidade foi muito solidária na doação de alimentos que eram preparados na sede do sindicato e distribuídos aos seringueiros e seringueiras acampados no pátio da delegacia. Com a nossa prisão foram abertos inquéritos contra nós três, e a acusação mais grave recaiu sobre mim.

Como os fazendeiros tinham muita força política, a Secretaria de Segurança Pública do Acre (SSP/AC) enviou um delegado especial da capital para dirigir o inquérito e este, num jogo de tortura psicológica, me retirou do cárcere à meia noite do primeiro dia de prisão e ordenou a um policial que me escoltasse ao seu gabinete. Lá ele disse que eu havia cometido crime contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), Decreto-Lei Nº 314, de 13 de março de 1967, ao incitar a violência por meio da arte, por editar o Jornal do sindicato com imagens que faziam alusão à invasão e à violação da propriedade privada do fazendeiro.

Ele disse que a minha condenação seria irremediável. E então abriu o texto e disse que mesmo não sendo muito entendido na LSN, dava para interpretar que eu estava incurso em vários incisos de pelo menos dois parágrafos da Lei, o 33 e o 38. E os leu com a intenção de me intimidar.

Art. 33 Incitar publicamente:

I – à guerra ou à subversão da ordem político-social;

II – à desobediência coletiva às leis;

III – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou de ensino;

IV – à luta pela violência entre as classes sociais;

Pena – detenção de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado por meio de imprensa, panfletos, ou escritos de qualquer natureza, radiodifusão ou televisão, a pena, será aumentada de metade.

Art. 38 Constitui, também, propaganda subversiva, quando importe em ameaça ou atentado à segurança nacional:

I – A publicação ou divulgação de notícias ou declaração;

II – A distribuição de jornal, boletim ou panfleto;

IV – A greve proibida.

O enquadramento nesse artigo ensejava pena de detenção, de 6 meses a 2

anos.

Enquanto ele lia essas coisas, um policial ficava às minhas costas mexendo no fuzil. O delegado, num jogo de fingimento, como se estivesse preocupado com a minha segurança, mas na verdade querendo impor terror para me intimidar, recomendava que o policial tivesse cuidado com aquele manuseio, pois poderia ocorrer um incidente, a arma disparar e acertar um tiro em minha cabeça.

Ele disse que não queria que aquilo ocorresse, pois, a minha condenação já era algo certo, e minha morte ali iria causar um transtorno para o governo do Estado com “aporrinhações do pessoal dos Direitos Humanos do bispo dom Moacir”.

Àquela época o movimento sindical contava com apenas um advogado, o dr. Arquilau de Castro Melo que era do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) da igreja católica. Ele atendia a todos os sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos populares do Estado e na ocasião de nossa prisão ele se encontrava no município de Cruzeiro do Sul participando de audiência em favor de um sindicalista que também se encontrava preso.

Como houve problemas com o voo de volta para Rio Branco, o advogado só pode retornar e entrar com argumentação para o relaxamento de nossa prisão após dois dias de nossa permanência no cárcere.

Com a intervenção do advogado, a prisão foi relaxada e respondemos ao processo em liberdade.

Ao final do processo fomos inocentados. O juiz acatou o argumento do dr. Arquilau de que aquele tipo de ação se configurava como ato coletivo e que não se podia imputar autoria individual a nenhum de nós.

E quanto ao Jornal *O EMPATE*, ficou demonstrado que outras publicações de circulação nacional também noticiavam daquela forma e que a publicação era institucional, que, portanto, não poderia se imputar culpa por autoria a ninguém em particular.

Após este episódio casei com a militante sindical e agente de pastoral das CEB's Dercy Teles de Carvalho, então presidente do STRX, e fui trabalhar como seringueiro na colocação Pimenteira de propriedade de dona Marina Teles de Carvalho, mãe da minha companheira Dercy. A colocação Pimenteira era bem grande,

tinha um território de cerca de 600 hectares e possuía 15 estradas de seringa<sup>15</sup>.

Naquele mesmo ano de 1982, no mês de agosto eu e a Dercy fomos convidados para trabalhar no Projeto Seringueiro e então nos mudamos e fomos morar no seringal Nazaré, na colocação Já Com Fome.

Em 1983 participei da delegação acreana de homens e mulheres, sindicalistas e militantes do movimento popular que fundou em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). O companheiro Chico Mendes era o líder da delegação.

As lutas dos metalúrgicos do ABC afrontaram a ditadura empresarial-militar e deram forças e estimularam as lutas populares e sindicais no país inteiro, levando a uma fecunda participação popular de homens e mulheres em movimentos de pressão pelo fim do regime empresarial-militar. Esse movimento resultou na

Aprovação da fundação da CUT no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado entre os dias 26 e 28 de agosto, de 1983 no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo. (Fonte: Site do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRODF))

A delegação do Acre fez parte da história dos trabalhadores e das trabalhadoras de todas as regiões do Brasil, que representaram

912 entidades, sendo 335 urbanas, 310 rurais, 134 associações pré-sindicais, 99 associações de funcionários públicos, 5 federações e 8 entidades nacionais e confederações. A CUT conseguiu consolidar a organização da classe trabalhadora, fundando a primeira central nacional intersindical e intercategorias construída após o golpe militar de 1964. (Fonte: Idem)

Permaneci no Projeto Seringueiro até o ano de 1986 quando fui trabalhar no Estado do Amazonas, no município de Carauari, no Movimento de Educação de Base, que era uma instituição da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ligado às pastorais sociais junto com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Fui para lá como encarregado pela implantação de um projeto de educação utilizando o material pedagógico e a metodologia do Projeto Seringueiro, adaptados à realidade ribeirinha. Aliás, naquele município iniciamos o processo de alfabetização de adultos utilizando a Cartilha Poronga enquanto se providenciava uma cartilha própria para a realidade dos seringueiros e das seringueiras daquela região, no

---

<sup>15</sup> Estrada de seringa é um caminho traçado para ligar as árvores de seringueiras visando operar a sangria dessas árvores para extrair o seu látex.



mesmo formato da Poronga. A cartilha do MEB tinha o título de *O Ribeirinho*.



Figura 05 – Delegação de sindicalistas e militantes do movimento popular que participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Além de trabalhar no MEB eu atuava na organização do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e assessorava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, juntamente com a minha companheira Dercy.

Naquela fase já estava em curso a transição do antigo modelo de educação escolar para adultos, para um novo modelo adequado aos filhos e as filhas dos seringueiros e das seringueiras.

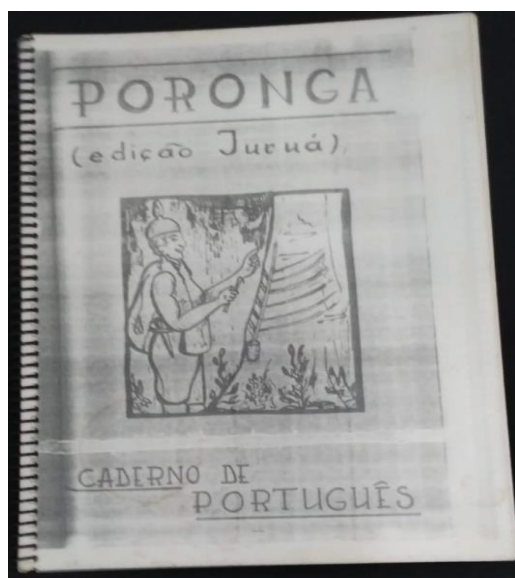


Figura 06 – Capa da Cartilha Poronga do Projeto Seringueiro adaptada para uso pelo MEB no município de Carauari, no Amazonas.

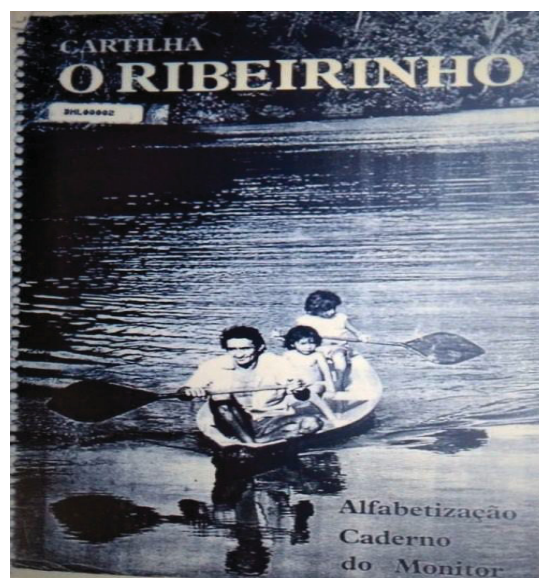


Figura 07 – Capa da Cartilha O Ribeirinho produzida sob inspiração da Cartilha Poronga do Projeto Seringueiro.



No ano de 1989 retornei ao Acre. Trabalhei por um breve período no Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre (CDDHEP) e após seis meses reingressei no CTA/Projeto Seringueiro.

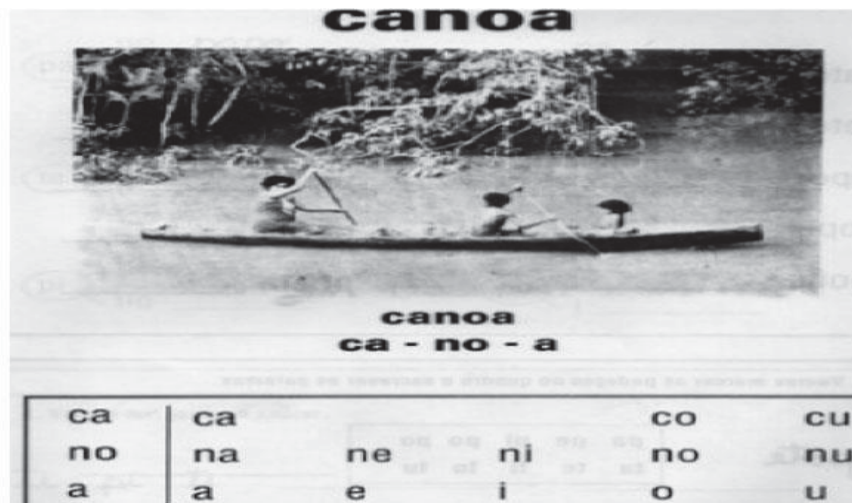


Figura 08 – Página da Cartilha O Ribeirinho, usada pelo MEB/AM a partir do ano de 1987.

Em minha permanência na vida religiosa não conclui nem a teologia e nem a filosofia. Por conta dessa lacuna de formação acadêmica resolvi cursar Letras, pois desde que fizera um curso de antropologia e indigenismo CIMI, quando era frade, fiquei fascinado com o trabalho de linguística descritiva e pretendia futuramente trabalhar com a descrição e a pesquisa sócio linguísticas das línguas indígenas do Acre.

Em 1991 fiz concurso para o quadro da Educação Básica da então Secretaria Estadual de Educação (SEC) e fui lecionar numa periferia de Rio Branco na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo jovens trabalhadores e trabalhadoras da periferia que acessam o ensino escolar noturno.

Como o CTA/Projeto Seringueiro tinha convênio com o governo do Estado foi solicitada por meio do convênio a minha disponibilização para atuar somente nos trabalhos do CTA/Projeto Seringueiro.

Permaneci no CTA/Projeto Seringueiro até o ano de 2000. Como eu era professor concursado da rede estadual, fui convidado pelo secretário de educação, professor Arnóbio Marques, para retornar ao sistema oficial de ensino para organizar a Escola Ativa, mas não fiquei muito a vontade, então fui desafiado a organizar o setor de Educação Escolar Indígena na SEE, que inexistia. As escolas indígenas eram atendidas pelo Setor de Educação Rural. Eu aceitei, pois enxerguei naquele convite uma chance de trabalhar com as línguas indígenas. Organizei a Coordenação de

Educação Escolar Indígena (CEEI) da SEE, e fui designado seu gerente. Com isso passei a me especializar no campo da antropologia e da etnolinguística, tendo feito cursos de especialização pela Universidade de Campinas (UNICAMP), além de outros promovidos pelo Ministério da Educação (MEC).

Fiz também o mestrado em Letras Linguagens e Identidades na Universidade Federal do Acre (UFAC) com uma pesquisa sobre a história da educação escolar indígena, da qual resultou a dissertação intitulada *O Acre e a Educação Escolar Indígena, Intercultural, Diferenciada e Bilíngue*. Nesse trabalho problematizei a utilização do termo Educação Escolar Indígena atribuído a política de organização do modelo de escolas implantado nas Terras Indígenas (TI), e defendendo que o que temos no Brasil como um todo e no Acre em particular, é uma educação escolar para indígenas, no que pese os esforços de educadores indígenas e indigenistas para implantar uma verdadeira educação escolar indígena.

Fiquei nessa função até o ano de 2009 quando ingressei, por meio de concurso público, no quadro docente da Universidade Federal do Acre (UFAC), assumindo a coordenação do primeiro Curso de Formação Docente para Indígena (CFDI). Esse curso foi organizado na modalidade de licenciatura e visou habilitar professores e professoras indígenas a partir de uma formação intercultural, diferenciada e bilíngue.

Com as dificuldades financeiras e de infraestrutura para realizar trabalhos de pesquisa e extensão com etnias indígenas no Estado, haja vista que os territórios indígenas estão localizados em regiões inóspitas e com dificuldade de acesso, tornou-se muito difícil dar continuidade aos trabalhos com educação escolar indígena, sendo que os últimos que realizei foram no ano de 2015, mas não com as etnias as quais eu dedicava as minhas pesquisas, no caso os *Madija* e os *Yaminawa*, mas com os *Huni Kuĩ* das Terras Indígenas Praia do Carapanã, Igarapé do Caucho e Humaitá no município de Tarauacá. Aliás, esse trabalho só foi possível em razão do apoio e do suporte material da Secretaria de Estado de Educação. Mas a partir daquele ano esse suporte também foi suspenso.

Eu e um colega docente da UFAC fizemos projetos para o MEC, mas com a queda da presidente Dilma Rousseff, a linha de financiamento que estava alocada na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) foi suspensa, de forma que se tornou impossível continuar com trabalhos de campo em Terras Indígenas. Com isso, minhas atividades no âmbito da antropologia e da educação escolar indígena passaram a se dar apenas nas atividades de docência,

orientação e participação em Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) com abordagem nessas temáticas temática.

A partir de 2016 passei a fazer trabalhos de extensão na RESEX e no PAE Chico Mendes nos municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil com suporte financeiro do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICM-BIO). Esses trabalhos visavam realizar uma crítica da atuação governamental estadual e federal no campo da educação escolar nesses territórios e ajudar na formulação de uma alternativa com foco em pedagogias adequadas às populações do campo, das águas e das florestas.

Ao retornar a esses territórios, fui interpelado por alguns seringueiros e seringueiras que solicitaram o meu engajamento para auxiliar nos desafios de identificar e encontrar alternativas para corrigir os rumos assumidos pelos movimentos sociais em geral e pela educação em particular. Segundo aqueles sujeitos meus interlocutores, os movimentos praticamente inexistem atualmente ou, segundo eles, os que restaram estão atuando de forma equivocada.

O principal foco de preocupações desses interlocutores era com o CTA/Projeto Seringueiro, pois segundo eles, as antigas ações desenvolvidas por esta entidade sofreram grandes revezes, sendo que a maioria das iniciativas, como as ações que visavam criar alternativas para o atendimento popular de saúde, para a comercialização de base solidária, para a recuperação e o aproveitamento de áreas degradadas e a implantação de açudes para melhorar a soberania e a segurança alimentar, e para a formação política de quadros para atuar no movimento popular, foram totalmente desarticuladas ou simplesmente encerradas.

Quanto às escolas que foram criadas pelo CTA/Projeto Seringueiro e que tinham como base política e metodológica, a educação libertadora de Paulo Freire, passaram para a responsabilidade administrativa do poder público estadual.

A política oficial de educação destinada às populações dos territórios do campo, das águas e das florestas se orienta pelo modelo didático-pedagógico de educação rural, que, segundo Ribeiro (2021, p 296) reduz a escola a um lugar em que apenas se estuda, “e este estudo nada tem a ver com o trabalho que o camponês desenvolve com a terra”.

Meus interlocutores reputavam parte das baixas nos movimentos populares, por conta do fim das iniciativas de base comunitária e pela mudança no viés da educação escolar desenvolvida nos territórios extrativistas.

Em algumas áreas dos territórios da RESEX Chico Medes, nos municípios de Epitaciolândia, Brasília e Assis Brasil sequer existem mais escolas em seu interior. Os alunos e alunas estudam na escola Bela Flor que se tornou escola polo concentrando alunos e alunas dessas regiões.

A escola Bela Flor está localizada no município de Epitaciolândia, no antigo Núcleo Agrícola Rural Integrado (NARI) Bela Flor, na Estrada BR 317 no Km 07.

Há alunos que emprega mais tempo diário no deslocamento entre suas casas e a escola do que o tempo que permanecem em sala de aula, ou em suas casas, de tal forma que teve pais e mães que relataram que os filhos e filhas que estudam nessa escola não tem tempo para se integrar a qualquer atividade na colocação, e com isso elas/eles não querem permanecer nos ambientes extrativistas e ficam na cidade ao concluir os estudos.

Segundo pais e mães, como nem todos/as conseguem empregos algumas/ns terminam ingressando na vida “errada”, dando muito trabalho e transtorno para as famílias.

Senti-me desafiado a contribuir com essa tarefa e percebi que ela seria ainda mais produtiva, se para além de um trabalho eminentemente de militância política, eu envolvesse nessa investigação a perspectiva do olhar crítico acadêmico.

## 2.2 A metodologia da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada por meio de estudo de caso. E o *corpus* analisado foi construído por histórias de vida de sujeitos que estão localizados em territórios abrangidos pelas escolas Esperança do Povo, União e Belo Horizonte. Essas foram as comunidades de destino com as quais trabalhei. De acordo com Oliveira,

Para definir o tema pode-se organizar os caminhos da pesquisa partindo do mais amplo para o mais específico. Em história oral pode-se falar em “comunidade de destino”, “colônia” e “redes”. Um projeto de história oral, geralmente, tem relação com um grupo que compartilha vivências em comum e, portanto, é marcado pela força dos vínculos dos acontecimentos relevantes que fazem parte da memória coletiva. Esse grupo forma a comunidade de destino. (Oliveira, 2022 p. 9)

E *Gattaz* escrevendo sobre memória e identidade, argumenta o seguinte:

Lembrando que, para Halbwachs, a memória coletiva é marcada pela afinidade repetida de vivência comunitária de alguns dramas, é na

incidência dos problemas e na busca de soluções que se evidencia o efeito da experiência comunitária. Nessa linha, lembrar é um desafio fundamental. A memória se constitui assim em artifício político-social para marcar os elementos identitários de uma comunidade. (GATTAZ, 2019, p. 51)

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da metodologia qualitativa, por meio de instrumental da História Oral. Para *Paul Thompson*:

A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isto depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existem entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior, e a produção de história – seja em livros, em museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras. (Thompson, 1992, p. 22).

A História Oral é um recurso metodológico bastante relevante e muito utilizado atualmente em pesquisas. De acordo com *Meihy* (1994, p. 53) “a História Oral é prática nova, resultada da interação entre narradores e estudiosos atentos às responsabilidades de documentar”. Ela é focada na vida social de pessoas que participaram ou participam dos eventos pesquisados, logo se refere ao tempo presente, mas com referência às suas memórias do passado e ao sentido atribuído às experiências que viveram.

O pesquisador que trabalha com pesquisa histórica geralmente dialoga com mortos por meio de memórias escritas, já no caso da metodologia da História Oral, o diálogo se dá com sujeitos vivos. E embora alguns dos sujeitos que participaram, sobretudo da fundação do Projeto Seringueiro já tenham falecido, ainda há muitos que estão vivos e vivas e todos os homens e mulheres que foram selecionados/as para as entrevistas conviveram com os sujeitos já falecidos que ajudaram na construção do Projeto Seringueiro ou eles próprios participaram das atividades que o Projeto desenvolveu.

Como é característico da História Oral, ao registrar a história de vida dos participantes e das participantes da pesquisa, focalizando suas memórias acerca de suas participações nas atividades desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro, se percebe que esses sujeitos apresentam uma visão concreta da trajetória que motivou a construção dos movimentos populares em que foram sujeitos e que entendem e questionam a dinâmica histórica que favoreceu o enfraquecimento e a insolvência de entidades desses movimentos.

Retornando a *Thompson*, este autor escreve algo que na nossa interpretação faz da metodologia da história oral a mais adequada para a realização desta pesquisa. Refiro-me ao fato de os sujeitos participantes desta pesquisa estarem imersos em universo de oralidade prevalente, embora tenha havido mudanças com a introdução de meios de comunicação audiovisuais. Para esse autor:

Quando examinamos o campo de ação da tradição oral nas sociedades pré-letradas. Nesse estágio, toda a história era história oral. Tudo o mais, porém, também tinha que ser lembrado: destrezas e habilidades, tempo e a estação, o céu, o território, a lei, as falas, as transações, as negociações. (*Thompson*, op. cit., p. 46).

Conforme já nos referimos, a coleta dos dados desta pesquisa foi realizada por meio da história oral temática, com o uso de entrevistas e em alguns casos utilizamos questionários com perguntas semiestruturadas. Também lançamos mão de observações e conversas informais à moda da etnografia.

Foram entrevistados 38 (trinta e oito) sujeitos, sendo 24 (vinte e quatro) homens e 15 (quinze) mulheres. Esses sujeitos desempenharam diversos papéis nas lutas históricas dos extrativistas do município de Xapuri e Epiaciolândia a partir de meados dos anos de 1970 até meados dos anos de 2000, que é o tempo coberto pela pesquisa.

Eles e elas atuaram como professoras, professores, agentes de CEB's, militantes dos movimentos populares e sindical, técnicos do CTA/Projeto Seringueiro, da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (COOPERFLORESTA), Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (COOPEX), do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS). Outros e outras atuaram na formação de agentes populares de saúde, em projetos de implantação de sistemas agroflorestais e de açudes, de núcleos cooperativos, ou de associações de moradores da RESEX ou do PAE Chico Mendes, alunos e alunas egressos/as das escolas do Projeto Seringueiro, bem como pais e mães de discentes.

A seleção dos entrevistados e das entrevistadas buscou atender a heterogeneidade dos sujeitos sociais que participaram dos eventos que são objeto da investigação desta tese. Buscamos priorizar aqueles e aquelas que contribuíram em temas que tinham maior conhecimento. Por exemplo: os professores, no geral, contribuíram com maior peso quando se tratava de assuntos relativos à educação escolar, embora essa não tenha sido uma regra utilizada de forma engessada e sem



flexibilizações. Muitos/as professores/as prestaram excelentes contribuições quando se referiam a temas fora da educação escolar, assim também como muitos líderes dos movimentos populares e sindical contribuíram de forma pertinente e profunda acerca de temáticas que em tese estavam fora dos temas mais afeitos aos objetos de suas militâncias.

No contato com esses sujeitos durante a coleta dos dados constatamos algo observado por *Portelli* (1977, p.33) que “a memória não é apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”. Isso foi muito relevante para o resultado da pesquisa e reveste a contribuição desses sujeitos de uma importância indizível.

Em nossa estada nos ambientes da pesquisa, a observação gerou uma familiaridade que nos fez ver para além do horizonte pré-estabelecido quando definimos a metodologia da pesquisa. Experimentamos no campo aquilo que o método etnográfico classifica de ouvir, não um ouvir qualquer, mas um ouvir que estimula o debate entre sujeitos, entre o pesquisador e os membros da comunidade pesquisada numa relação dialógica, que, aliás, é o fulcro da educação libertadora de Paulo Freire. E do ponto de vista tanto da etnografia quanto da história oral temática, essa relação dialógica facilita a observação participante do pesquisador. Nessa perspectiva quando chegamos ao campo vivenciamos um fenômeno que o etnólogo *Laplatine* reflete com as seguintes palavras:

A descrição etnográfica não se limita a uma percepção exclusivamente visual. Ela mobiliza a totalidade da inteligência, da sensibilidade e até da sensualidade do pesquisador. Através da vista, do ouvido, do olfato, do tato e do paladar, o pesquisador percorre minuciosamente as diversas sensações encontradas. (*Laplatine*, 2004, p. 20)

Portanto, uma vez no campo, deparamo-nos com uma realidade que nos estimulou no sentido de acrescentarmos outras perspectivas àquelas planejadas inicialmente, que previam apenas a coleta de dados via gravação de histórias de vida de sujeitos que participaram diretamente da história dos movimentos populares, notadamente da história do CTA/Projeto Seringueiro. Uma vez no campo realizamos entrevistas com perguntas semiestruturadas, aplicadas com outros sujeitos que não havíamos previsto e que prestaram relevantes informações enriquecendo ainda mais esta pesquisa.

### 2.3 Os interlocutores (sujeitos) da pesquisa

Nesta seção apresento os sujeitos que contribuíram com esta pesquisa. Embora de uma maneira sucinta, essa breve apresentação identifica o papel que cada um deles e delas desempenhou nesta história que é o pano de fundo da presente pesquisa. Aproveito mais uma vez e renovo meus agradecimentos pela muito valiosa colaboração que todos e todas eles e elas prestaram para a execução deste trabalho.

Quero iniciar a apresentação desses sujeitos pela senhora Antônia Pereira Vieira. Ela nasceu no dia cinco de julho de 1948, no Seringal Nova Olinda, município de Sena Madureira. Ela lecionou na escola Esperança do Povo no seringal Cachoeira. Além de sua atuação no magistério, foi uma importante militante política, com relevante e pioneira atuação como delegada sindical de base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, em sua comunidade. Ela é conhecida até o presente, ainda que esteja viúva há mais de dez anos, como Antônia do Lé. Essa é uma forma usual com forte influência da cultura patriarcal, de indicar o nome do cônjuge ou do pai de uma mulher no universo do extrativismo. E Lé era como todos conheciam o seu esposo. A senhora Antônia Pereira Vieira iniciou a militância social como agente de pastoral, exercendo a função de monitora de uma das CEB's existente nos anos de 1980 no seringal Cachoeira. Por saber ler e escrever, foi escolhida para ser a monitora/professora da Escola Esperança do Povo.

Outra personagem feminina entrevistada foi a senhora Irene Pereira da Silva. Ela é conhecida como Minha Querida, por tratar seus interlocutores com essa expressão. Ela nasceu em 24 de fevereiro de 1948, na colônia Porto Manso, no entorno da sede do município de Xapuri. Por conta dessa situação ela disse que conseguiu estudar um pouco, até o 4.º ano do antigo primário. Isso foi possível em razão da proximidade da colônia onde ela morava com a colônia Aquidabam e com a cidade de Xapuri. Isso incentivou sua mãe a lhe colocar para estudar na escola da colônia. Ela fez o seguinte relato, sobre do tempo em que era criança.

De primeiro a gente começava na carta do ABC ... Na cartilha ... E quando eu tinha os meus oito anos eu fiz a carta de ABC na colônia. E quando eu fiquei dos meus 15 pra 16 anos, aí a minha mãe me colocou pra estudar em Xapuri. Eu estudei em Xapuri no colégio e no grupo. Eu estudei até a 4.ª série. Naquele tempo quem estudava até a 4.ª série era muita coisa.

No ano de 1970 ela se casou e foi morar com o esposo senhor Antônio Viana, na colocação Equador, no seringal do mesmo nome. Este seringal é vizinho do seringal Cachoeira. Quando ela casou, o esposo não tinha condições de comprar uma

colocação, então moraram por um ano na casa dos pais dela, na colônia Porto Manso, e depois foram morar na colocação de sua avó, onde seu esposo foi trabalhar como meero<sup>16</sup>. Anos depois o esposo conseguiu adquirir um lugar para eles, e aí compraram a colocação São Jerônimo, também no seringal Equador. Somente em 1980 é que foram morar no seringal Cachoeira, na colocação Lago Um, na qual vivem até hoje. Em 1986, quando foi criada a escola da Cachoeira, ela foi escolhida para ser a primeira professora. Ela disse que foi dela a sugestão para o nome Esperança do Povo, dado a escola. Segundo ela a escola era algo que todos no seringal tinham esperança de conseguir, mas que no regime dos patrões eles interditavam qualquer iniciativa para a sua viabilização. Ela reputa a conquista da escola para a comunidade como um fator muito importante para a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas.

O senhor Antônio Teixeira Mendes, conhecido como Duda, foi outro entrevistado. Ele nasceu em 19 de abril de 1960 na colocação Cachorra Magra, no seringal Santa Fé. Atualmente reside no PAE Cachoeira. Nas décadas de 1980 e 1990 era militante do movimento popular dos seringueiros, tendo sido delegado sindical no seringal Cachoeira e presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX).

Segundo o senhor Duda, até os anos de 1970 quem mandava nos seringais eram os patrões, e eles não queriam que ninguém estudasse, que era para que os seringueiros não entendessem a exploração a que estavam submetidos. Outra razão pela qual os patrões não queriam que os fregueses estudassem, é que eles queriam que todos os membros da família dos seringueiros trabalhassem somente na extração do látex e na quebra da castanha, quando chegava o tempo da recolha desse produto florestal, que contribuía para a acumulação de riqueza pelos patrões. O senhor Duda explicou que naquela época os meninos de nove anos de idade já iam com o pai para as estradas de seringa e se a família tivesse um filho na faixa etária a partir de 14 anos e outro de oito anos pra cima, o pai já roçava três estradas para eles cortarem sozinhos. E durante a colheita da castanha os seringueiros levavam os filhos dessas faixas etárias para ajudar nos trabalhos, que durava um dia inteiro. Por sua vez, as meninas desde os sete anos de idade já seguiam as mães para o igarapé, para ajudar

---

<sup>16</sup> Meero era um sujeito bastante presente no cenário do extrativismo da borracha. O meero era geralmente um homem solteiro que não tinha estrada para cortar na colocação de sua família e ia viver como agregado de um seringueiro cuja colocação possuía muitas estradas. Do total da borracha que ele extraía, metade lhe pertencia e a outra metade pertencia ao dono da colocação.

a lavar roupas e pegar água para encher os potes pra beber, para cozinhar e para lavar louças e panelas no jirau da cozinha. Ele disse que naquele tempo isso é que era a escola dos filhos e das filhas dos seringueiros.

Outro que contribuiu com esta pesquisa foi o senhor Aldecir Ferreira da Silva. Ele nasceu em três de março de 1959. É ex-professor e trabalhou na escola Esperança do Povo desde 1989. No início da década de 1980 fora delegado sindical. Ao ingressar no magistério já tinha uma escolarização básica adquirida em casa com o pai, o senhor Manuel Custódio, conhecido como Manduca Custódio, histórico sindicalista, delegado sindical e diretor do STRX e militante das CEB's. Atualmente o senhor Aldecir Ferreira está em processo de aposentadoria, pois com as mudanças pelas quais a educação escolar no seringal passou, com a substituição da metodologia do CTA/Projeto Seringueiro pela metodologia da Educação Rural desenvolvida pelo sistema oficial de ensino no Estado do Acre, ele desistiu do magistério e nos últimos anos está atuando como funcionário de apoio da Escola Esperança do Povo. O senhor Aldecir reputa o CTA/Projeto Seringueiro como muito importante para o fortalecimento das lutas dos extrativistas, pois, sobretudo o trabalho da escola, ajudou a formar as novas gerações, possibilitando que essas gerações fossem mais esclarecidas que as gerações de seus pais e avós. Ele acredita que a mudança na educação, de como era no tempo do Projeto Seringueiro, para a forma que está sendo agora, contribui para o jeito que as coisas estão, pois estão muito ruins para os trabalhadores extrativistas.

Entrevistamos a senhora Maria de Nazaré Maia de Moraes, conhecida como Miúda. Ela nasceu em 12 de outubro de 1970, na Colocação Santa Cruz, no seringal Cachoeira. Ela contribuiu com valiosas informações para a tese. A professora Miúda foi aluna e depois professora em escolas do Projeto Seringueiro. Na nova conjuntura que levou ao fim do CTA/Projeto Seringueiro, ela deixou de ser professora na comunidade, embora continue no magistério, mas agora trabalhando em escolas distantes de sua comunidade. Ela pertence a uma família tradicional de artistas populares do seringal, a família dos Monteiros. Seu pai é o senhor Raimundo Monteiro, o Tidoca, conhecido e consagrado sanfoneiro.

Além de artista popular o Tidoca é um histórico militante sindical. Tendo sido delegado sindical de sua comunidade. Ele ajudou a organizar empates na região dos seringais Nova Esperança e Cachoeira. A professora Miúda foi alfabetizada na escola Nova Esperança Um, localizada na colocação Mato Grosso, no seringal Nova Esperança, pelo professor Assis Monteiro, que é seu primo. Ele lecionava seguindo

orientação metodológica do Projeto Seringueiro. Posteriormente, ela se tornou professora na escola em que se alfabetizou, quando o seu primo assumiu a função de presidente do STRX.

A professora Miúda falou que com o fim da coordenação do CTA/Projeto Seringueiro sobre as escolas do seringal, foi exigida a obrigatoriedade de concurso público para ingresso na carreira do magistério, sem colocar a especificidade de assegurar vagas para os professores e as professoras que se destinem as escolas localizadas nos ambientes florestais, conforme fora feito no início dos anos de 1990, no âmbito do convênio entre a antiga SEC e o CTA/Projeto Seringueiro.

Ela disse que também foi feita a exigência obrigatória de habilitação em nível superior, sem que o Estado oferecesse formação em serviço aos professores e às professoras leigos e leigas que já se encontravam na carreira docente. De acordo com a professora Miúda, devido a todas essas regras restritivas adotadas pelo governo do Estado, por meio da secretaria de educação para viabilizar o ingresso no magistério, ela fez grandes esforços para cursar uma licenciatura, e teve que fazê-lo por meio de uma faculdade que oferece cursos pelo sistema de Educação à Distância (EAD).

A professora Miúda continua no magistério, mas não conseguiu classificação para lecionar em escolas próximas de sua comunidade, haja vista que com a política de fechamento de pequenas escolas adotado pelo governo do Estado para implantar política de centralização de escolas, priorizando o transporte escolar de alunos e alunas para locais distante de suas moradias, a escola em que ela lecionava foi fechada.

Outro participante das lutas históricas que contribuíram para a criação do CTA/Projeto Seringueiro, e que colaborou com esta pesquisa foi o senhor Agripino Pereira da Silva. Ele nasceu em 24 de junho de 1944 no seringal Nazaré. Foi monitor da igreja católica em CEB do seringal Cachoeira e delegado sindical. Posteriormente, foi monitor/professor do Projeto Seringueiro. Atualmente está acometido de um problema de saúde que compromete sua mobilidade, por isso está aposentado e residindo na cidade de Xapuri. O senhor Agripino participou ativamente das lutas sindicais e dos empates históricos que ocorreram no seringal Cachoeira e no seu entorno, sobretudo no histórico empate do ano de 1988, que acirrou o ódio dos fazendeiros contra os extrativistas, levando esses latifundiários a decretarem a morte do sindicalista e líder dos extrativistas, Chico Mendes. Os latifundiários responsáveis pelas barbáries entre o final dos anos de 1980 até meados dos anos de 1990 eram

ligados à União Democrática Ruralista (UDR), conforme registrado pelo Blog Ensinar História<sup>17</sup>. Eis o texto do Blog:

Chico Mendes lutou a favor dos seringueiros da Bacia Amazônica, cuja subsistência dependia da preservação da floresta assim como os povos que ali vivem – indígenas, castanheiros, pequenos pescadores e populações ribeirinhas. Seu ativismo lhe trouxe reconhecimento internacional, ao mesmo tempo em que provocou a ira dos grandes fazendeiros locais, especialmente da União Democrática Ruralista (UDR).

Outra importante contribuição dada para esta pesquisa foi a da senhora Maria de Nazaré Vieira Mendes, conhecida por Naza. Ela nasceu em quatro de setembro de 1966, na colocação Brasilzinho, no seringal Cachoeira. Ela é filha da professora Antônia Vieira, e disse que se alfabetizou em casa com a mãe. Depois que a sua mãe se tornou professora do Projeto Seringueiro, ela passou a estudar na escola. Quando estava cursando a pós-alfabetização no Projeto Seringueiro, equivalente ao segundo segmento do ensino regular oficial, foi escolhida pela comunidade da colocação Chora Menino para lecionar na escola Nossa Senhora das Dores. Essa escola foi fruto da reivindicação feita pelos comunitários ao STRX e ao CTA/Projeto Seringueiro.

Até recentemente a professora Naza seguia preceitos religiosos católicos, mas com o avanço do neopentecostalismo nos ambientes extrativistas, ela, seu esposo e filhos foram convertidos a esse segmento religioso que hoje domina os ambientes florestais da Amazônia, sendo que seu filho se tornou pastor evangélico, assim como o seu genro e um sobrinho. A maioria de seus cunhados e cunhadas também se converteu a alguma seita neopentecostal.

Atualmente a professora Naza está aposentada. Ela fez uma rica contribuição para a pesquisa narrando acerca da importância da atuação do CTA/Projeto Seringueiro para as lutas que culminam com a conquista do PAE Cachoeira, e para a organização da Associação de Moradores que contribuiu para viabilizar os planos de uso do território, com atividades econômicas de baixos impactos para o ambiente. Ela também narrou os prejuízos que o fim do CTA/Projeto Seringueiro legou à organização comunitária, notadamente no tocante a educação escolar.

O senhor Miguel Teixeira Mendes é outro sujeito importante do movimento dos extrativistas que contribuiu com informações para esta pesquisa. Ele nasceu em 20 de junho de 1949, na colocação Jubaia no seringal Santa Fé. O senhor Miguel Mendes foi delegado sindical e participou das CEB's desde o final dos anos de 1970. Ele disse

---

<sup>17</sup> Site <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/assassinato-chico-mendes/>>. Consultado em 23/05/2023.



que seu pai e sua mãe eram alfabetizados e ensinaram os filhos a ler e a escrever, em casa. Os pais do senhor Miguel Mendes eram o Senhor Joaquim (Quincas Mendes) e a dona Cecília Mendes, sobre quem já nos referimos acima. Atualmente, o senhor Miguel Mendes, como a maioria dos membros da família Mendes, se converteu ao evangelismo neopentecostal, mas ele reputa como muito positivas as contribuições das CEB's às lutas populares travadas pelos extrativistas contra os latifundiários desde meados dos anos de 1970, para a conquista da decretação do PAE Cachoeira. Ele citou particularmente a ajuda dada pelo bispo dom Moacir e pelos padres Otávio Destro, Cláudio *Avallone* e Luciano *Masseti*.

Nilson Teixeira Mendes, nascido em quatro de setembro de 1962, na colocação Cachorra Magra, no seringal Santa Fé, também contribuiu com esta pesquisa. Ele é um ativo militante social, atuando no PAE Cachoeira como agente agroflorestal, incentivando trabalhos de reflorestamento e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's). Ele estudou as primeiras letras em casa, orientado pela própria mãe, dona Cecília Mendes, matriarca dos Mendes e grande personagem da história de resistência dos seringueiros e seringueiras do seringal Cachoeira e adjacências, como São José, Equador, Santa Fé e São Miguel. O senhor Nilson atuou fortemente como relações públicas do Governo da Floresta, para convencer os seringueiros a aderirem ao projeto de Capitalismo Verde, sobretudo ao manejo madeireiro. Ele é esposo da professora Naza, e também se converteu ao neopentecostalismo, apesar de antes ter sido assíduo e intransigente participante das CEB's.

O senhor Simplício Pereira de Araújo nasceu no município de Sena Madureira, no seringal *Kanamari*, localizado no rio Iaco, em dois de março de 1940. Ele é um dos fundadores do Projeto Seringueiro, tendo contribuído na pesquisa do universo vocabular que levou à criação da Cartilha Poronga.

O senhor Simplício disse que na sua época de menino, que era a época do seringalismo<sup>18</sup>, era muito difícil estudar porque os patrões queriam que todos os homens do seringal a partir dos sete oito anos de idade já fossem para o trabalho de cortar seringa. Disse que as mulheres naquele tempo eram muito poucas e também

---

<sup>18</sup> Seringalismo é a expressão que designa o modelo econômico político que tinha por base o extrativismo da borracha natural. O sistema foi implantado no início da exploração de borracha natural por meio de uma cadeia que se iniciava com os financiadores, no caso os capitalistas ingleses e holandeses, passando pelas casas comerciais de Belém e Manaus, estando na ponta, os seringalistas e os seringueiros assentados em milhares de colocações de seringa nas florestas amazônicas.

tinham que trabalhar ajudando suas mães nos cuidados da casa desde bem pequenas, porque logo elas se casavam.

Antes de se tornar professor, o senhor Simplício foi suplente e depois delegado sindical. Ao mesmo tempo também era monitor da CEB de sua comunidade no seringal São Pedro, no alto rio Xapuri. Atualmente o senhor Simplício reside na cidade de Xapuri. Ele aposentou-se, não como professor, mas como agente comunitário de saúde. Ele trocou a atuação no magistério pelo trabalho na saúde ainda nos anos de 1990. O senhor Simplício continua firme em sua filiação religiosa católica progressista, e atualmente é participante ativo de atividades na paróquia de São Sebastião, sendo um dos líderes do grupo de oração denominado de Terço dos Homens. Essa iniciativa da igreja católica visa implantar a devoção da prática da reza do terço entre os homens. Essa devoção historicamente fora reservada às mulheres e a sua gênese está marcada pela lenda da aparição de Nossa Senhora em Fátima, cidade portuguesa que fica a 130 km de Lisboa.

Conta essa lenda que no dia 13 de maio de 1917 três crianças, Lúcia de Jesus, de dez anos, e seus primos Francisco de nove anos e Jacinta de sete, quando cuidavam de um rebanho de ovelhas num local denominado Cova da Iria, ao meio-dia, após rezarem o terço, tiveram uma visão de um anjo e de Nossa Senhora. A santa lhes revelou que era a Senhora do Rosário e disse que as crianças incentivassem a devoção e a reza do terço. Que os católicos rezassem muito. Posteriormente a menina Lúcia se converteu a vida religiosa e passou a viver na Espanha, sendo que na noite do dia 13 de junho do ano de 1929, ela teve uma última visão da santa que lhe pediu que a Rússia fosse consagrada ao Imaculado Coração de Maria. Portanto, se percebe muito claramente uma manipulação política do clero conservador português e espanhol visando o incentivo ao anticomunismo. Naquela época o mundo liberal capitalista movia uma guerra ideológica contra a Rússia, que fizera a revolução soviética em outubro de 1917. A revolução soviética colocava em xeque a possibilidade de organização da sociedade apenas em torno do sistema capitalista. Portanto, hoje, em última instância, a devoção da reza do terço faz parte de uma estratégia da Renovação Carismática Católica, que atualmente mantém a hegemonia pastoral nas paróquias da Diocese do Acre e Purus. O estímulo a devoções como a do terço dos homens visa suplantir qualquer resquício das iniciativas pastorais da Teologia da Libertação. Mas em sua fidelidade teológica anterior, o senhor Simplício subverte essa devoção, introduzindo intenções de caráter

político e libertário na Liturgia do Terço dos Homens.

O Senhor Rosivasques Cavalcante de Freitas, conhecido como Rosa, é outro sujeito egresso das lutas populares e sindical. Ele construiu com o movimento de defesa da floresta contra a ação dos latifundiários, cujos planos visavam a destruição do modelo equilibrado de ocupação dos territórios florestais, desenvolvido pelos povos extrativistas alóctones, constituídos pelos migrantes nordestinos, durante quase um século.

Os dados apresentados com a história de vida do senhor Rosa contribuíram muito para esta pesquisa. Ele nasceu no dia 16 de agosto de 1947, na colocação Pimenteira, no seringal Boa Vista. Ele disse que conheceu o Projeto Seringueiro em 1982. Disse que seu pai e mãe sabiam ler e escrever um pouco, mas eles não tinham tempo para ensinar os filhos.

Disse que não tinha militância política em postos dirigentes no sindicato, embora fosse associado e participasse de todas as mobilizações de base na delegacia sindical de sua comunidade na colocação Rio Branco, no seringal Floresta. Foi devido a essa militância de base que ele se tornou professor da escola União que nascera sob a orientação didático pedagógica do método Paulo Freire, desenvolvido pelo Projeto Seringueiro. Sua militância política se intensificou por meio de sua atuação no magistério. Segundo ele, muitas outras pessoas passaram a militar nos movimentos sociais por meio do trabalho nas frentes de educação popular abertas pelo CTA/Projeto Seringueiro. Ele falou que a instituição além do magistério, desenvolvia ações para a formação de agentes populares de saúde, de dirigentes de núcleos de produção e consumo, que visava comercializar os produtos dos seringueiros e adquirir as mercadorias que eles consumiam sem a mediação de marreteiros<sup>19</sup>. Disse que o projeto também desenvolvia ações para a recuperação de áreas degradadas com a implantação de Sistema Agroflorestais e abertura de açudes para criação de peixes, visando melhorar a alimentação dos extrativistas.

Disse que lecionou de 1983 a 2001 na escola União. Depois se mudou para a capital e trabalhou na escola Iracema Gomes Pereira em Rio Branco, lecionando para turmas de terceiro ano do Ensino Fundamental. Naquela escola ficou até 2017,

---

<sup>19</sup> Marreteiros era como se chamavam os comerciantes ambulantes que com a quebra do sistema do seringalismo passaram a abastecer os seringueiros com mercadorias e a comprar os produtos extraídos da floresta. Durante a vigência do seringalismo agiam como atravessadores, burlando a vigilância dos patrões e por isso eram perseguidos por estes.

quando se aposentou. Coursou Pedagogia pelo sistema de EAD num programa desenvolvido pela UNB, em convênio com a Secretaria de Estado de Educação (SEE).

João Alves Nobre mais conhecido como João do Nande, nasceu no dia 28 de novembro de 1954, no seringal Boa Vista, colocação Campinas. Ele também foi professor da Escola União no Seringal Floresta, colocação Rio Branco. Disse que no tempo em que era menino e na juventude, não havia escolas no seringal. Que as escolas só existiam na cidade, em algumas margens de rios e em algumas colônias, no entorno da sede municipal. Ele falou que aprendeu a ler e a escrever em embalagens de caixas de sabão, caixas de banha, bulas de remédios e outros suportes de textos escritos que circulavam à época no universo do seringal. Ele falou também que não tinha militância política anterior ao seu ingresso no magistério, na Escola União.

Segundo o professor João do Nande, a alfabetização do Projeto não focava apenas no aspecto mecânico, visando desenvolver nos educandos as competências de ler e escrever, mas formava para ler textos diversos com compreensão e para produzir textos com sentido comunicativo eficaz, além de desenvolver competências para se colocar de forma crítica ante a conjuntura política daquele momento histórico em que a escola foi criada.

A professora Maria Alexandrina Gomes da Silva, conhecida como Alexandra, foi outra pessoa que prestou excelentes contribuições para esta pesquisa. Ela nasceu no Seringal Boa Vista, na colocação Nova Vida, no dia quatro de novembro de 1964. Ela disse que conheceu o Projeto Seringueiro quando estudou na escola Jesus Matias. Essa escola homenageava um mártir da luta fundiária. Ele era militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, mas na luta contra os latifundiários foi assassinado, assim como o seu companheiro Wilson Pinheiro o fora no ano de 1980. A professora Alexandra disse que aprendeu a ler e escrever com o seu pai, Paulo Gaudêncio, histórico militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, mas completou sua formação, fazendo a pós-alfabetização com os professores Pedro Teles de Carvalho e Ademir Pereira Rodrigues da escola Jesus Matias. Ela disse que antes de atuar na escola do Projeto era catequista da CEB existente em sua comunidade na colocação Semitumba. Como professora da Escola Belo Horizonte, disse que conseguiu alfabetizar 90% das pessoas de sua comunidade, entre crianças e adultos.

Outro sujeito que contribuiu com esta pesquisa foi o senhor José Maria Barbosa

de Aquino conhecido como Bóca. Ele é ex-aluno de uma escola atendida pelo Projeto Seringueiro. Ele nasceu no dia 21 de maio de 1972, na colocação Já Começa no seringal Dois Irmãos. Sua família, sobretudo seus irmãos Júlio, Chiquinho Barbosa e Dionísio, o Daú, são militantes históricos do movimento popular e sindical. Ele disse que conheceu o Projeto Seringueiro como estudante da escola Ivair Higino em 1987, quando tinha quinze anos, que foi quando se alfabetizou. Como era muito jovem sua participação social era somente no grupo de jovens da CEB que participava em sua comunidade. Por conta dessa participação fez cursos de formação da Pastoral da Juventude. Mas após se formar na escola do Projeto Seringueiro completou sua formação no nível médio na Escola da Floresta<sup>20</sup> em Rio Branco.

O professor Raimundo Graciano Diogo também contribuiu com informações para esta pesquisa. Ele nasceu no dia 13 de fevereiro de 1973 na colocação Gafanhoto, no seringal Floresta. Seu pai e seus tios sempre foram militantes sindicais, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Ele disse que foi alfabetizado na escola União, que era orientada pelo Projeto Seringueiro, tendo ingressado em 1983. Seus professores foram o João do Nande, o Raimundo de Barros e o Rosa Maia. Disse que não participou de nenhuma militância político-social antes de ingressar no Projeto Seringueiro, pois era muito jovem. Quando o professor João Nobre se mudou para a cidade, a comunidade o indicou para substituí-lo. Então ele passou a atuar, para além do magistério, nas mobilizações do STR. O professor Graciano se formou em Biologia, mas não conseguiu ser aprovado em concurso para professor efetivo na Escola União. Conseguiu ser aprovado por duas vezes, mas como professor provisório com contrato de um ano letivo, o que equivale a ter remuneração durante apenas dez meses por ano. Depois só conseguiu contrato para escolas distantes de sua comunidade e por isso não leciona mais na escola União.

Outro sujeito que contribuiu com esta pesquisa foi o senhor Sebastião

---

<sup>20</sup> A Escola da Floresta foi criada pelo governo petista na primeira gestão do governador Jorge Viana. Ela funcionava nas dependências do antigo Colégio Agrícola Roberval Cardoso, localizado no entorno rural da capital Rio Branco. Esse Colégio fora criado em 1983, na gestão do governador Nabor Júnior do PMDB, primeiro governador eleito diretamente após o fim da ditadura empresarial-militar. Lembremos que na vigência do regime empresarial-militar os governadores eram interventores nomeados pelos generais de plantão. Com a transformação da Escola Agrícola em Escola da Floresta, se construiu um currículo que visava formar educandas e educandos egressos de escolas localizadas em territórios rurais, priorizando os que viviam em ambientes extrativistas. A Escola da Floresta oferecia cursos de formação inicial e continuada em nível técnico, nas áreas de agrofloresta, de exploração florestal e de agroindústria, pois o governo incentivava a implantação do capitalismo verde e era preciso formar quadros técnicos aptos a atuarem no novo sistema econômico proposto pelo governo.

Nascimento de Aquino. Ele foi aluno e professor da escola Ivair Higino. Atualmente exerce a função de gerente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CooperXapuri). Nasceu no seringal Palmari, colocação Monte Verde no dia 28 de fevereiro de 1979. Disse que morou no seringal Independência e quando tinha 14 anos foi morar no seringal Dois Irmãos onde estava localizada a escola Ivair Higino. Nesta escola iniciou seus estudos. Foi assim que conheceu o Projeto Seringueiro. Por ser muito jovem não tinha nenhuma militância política ou social. Como o seu tio Boca, ele também se formou em nível médio na Escola da Floresta.

Outra pessoa com uma participação significativa nos movimentos populares e sindical, com protagonismo nas lutas de emancipação da mulher, e que contribuiu com informações para dar substância a esta pesquisa foi a senhora Maria Araújo de Aquino, mais conhecida como Leide. Ela nasceu no dia seis de julho de 1965, num seringal que se chamava Fortaleza. Disse que esse seringal não existe mais, pois foi totalmente desmatado e transformado numa fazenda de gado. Esse seringal era localizado entre os municípios de Xapuri e Brasília, pertencendo política e geograficamente ao município de Xapuri. Em sua infância não havia escolas no seringal e se alfabetizou no programa do antigo Mobral, que abriu uma turma no seringal onde ela morava.

Disse que quando sua comunidade resolveu abrir uma escola ligada ao Projeto Seringueiro, foi escolhida para ser a professora na escola que seria aberta no seringal Dois Irmãos, a escola Ivair Higino. Antes de ser professora, ela participava das reuniões da CEB em sua casa, pois seu pai era monitor e delegado sindical. Ela era catequista das crianças da comunidade. Atualmente ela é secretária municipal de agricultura de Xapuri, cuja administração é do PT.

Outro sujeito que prestou valiosa contribuição para esta pesquisa foi o senhor Raimundo Mendes de Barros, histórico militante dos movimentos político partidário, sindical e popular de Xapuri. O senhor Raimundo Mendes é conhecido popularmente como Raimundão. Ele nasceu no seringal Santa Fé, na colocação Deserto, em 14 de julho de 1945. É fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi vereador por vários mandatos, é fundador e foi diretor do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Ajudou a fundar o Projeto Seringueiro e o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Também foi secretário municipal de obras públicas e urbanismo em Xapuri em administrações petistas.

Perfilando com o Raimundão em importância político social para os



movimentos populares, sindical e partidário de esquerda no Xapuri, está o senhor Sebastião Marinho do Nascimento, conhecido como Sabá Marinho. Ele foi um sujeito fundamental para a estruturação do Projeto Seringueiro, tendo participado de todas as discussões para a criação da primeira escola dos extrativistas, inclusive do levantamento do universo vocabular para selecionar as palavras geradoras que constituíram a Cartilha Poronga na primeira versão de 1982. Ele nasceu em oito de novembro de 1943 no seringal Filipinas, sessão<sup>21</sup> da Pindaquara. Atualmente ele mora no bairro Sibéria na periferia da cidade de Xapuri. Ele continua reputado como grande líder e referência nas lutas dos extrativistas, em posição de esquerda.

Outro sujeito importante que contribuiu com informações para esta tese foi o senhor Dionísio Barbosa de Aquino, o Daú. Ele, como os dois últimos sujeitos acima, é um militante histórico dos movimentos populares, partidário e sindical de Xapuri. Nasceu no dia nove de outubro de 1951, no seringal Cachoeira na colocação Bananal. Foi militante da igreja católica, como monitor de grupo de CEB no seringal São Francisco do Iracema, e nessa mesma comunidade foi eleito delegado sindical e passou a ser militante nas bases de seu seringal e nos demais adjacentes. Participou de diversos empates e lutou muito em prol da criação da Reserva Extrativista Chico Mendes, juntamente com vários companheiros e companheiras. Foi para a direção do sindicato em meados dos anos de 1990 e a partir do ano de 2000 passou a militar no movimento cooperativista, permanecendo até o ano de 2020 na direção da Cooperativa de Manejo Florestal (Cooperfloresta) que comercializava madeiras.

O senhor Djalcir Rodrigues Ferreira, conhecido como Pingo, é um importante militante da educação popular, tendo participado da equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro de 1989 até o encerramento de suas atividades em 2007. O professor Pingo nasceu em oito de julho de 1953, no seringal Bom Destino que à época de seu nascimento era parte do município de Porto Acre e atualmente foi anexado ao município de Rio Branco. Ele é formado em física com pós-graduação em educação matemática. Disse que conheceu o Projeto por meio de amigos que trabalhavam no CTA. Seu ingresso para trabalhar na equipe técnica se deu na terceira fase do Projeto Seringueiro, quando ocorreu a intensificação das lutas e mobilizações em favor da decretação das Reservas Extrativistas. Disse que a função dos membros da equipe

---

<sup>21</sup> Os seringais muito grandes eram fracionados para facilitar o escoamento da borracha e da castanha e a distribuição dos viveres para os seringueiros. As partes resultantes desse fracionamento eram denominadas de sessões.

da qual ele fez parte, e que foi coordenada pela professora Regina Hara, que viera da equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), seria aproveitar a experiência anterior do Projeto Seringueiro, quando atendia exclusivamente a alunos e alunas adultos/as, e modelar uma nova proposta de educação escolar para atender crianças e adolescentes, com equivalência ao Ensino Fundamental regular.

O senhor Francisco de Assiz Monteiro de Oliveira é outro sujeito muito importante na história dos movimentos populares, partidário e sindical do município de Xapuri. Além de ter sido professor, foi agente de saúde e da equipe técnica de educação do CTA/Projeto de Seringueiro. O senhor Aziz foi também presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, presidente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (COOPEX) e secretário municipal de saúde, em gestões do PT no município de Xapuri.

O senhor Assiz nasceu em 26 de novembro de 1958 na colação São Francisco, no seringal Marina, na Bolívia. Ele disse que seu pai vivia trocando de lugar, morando hora no Brasil hora na Bolívia, de acordo com as conjunturas, dependendo da perseguição maior ou menor dos patrões seringalistas contra os seringueiros no lado brasileiro. Disse que depois seu pai se estabilizou no Brasil. Com essa estabilização no Brasil ele viveu a infância e a juventude entre os seringais Cachoeira, São José e Nova Esperança. Disse que estudou numa escola do Mobral no seringal e quando tinha entre 13 e 14 anos de idade, se mudou para a cidade de Xapuri, onde fez o antigo Curso Ginásial.

Em sua fase adulta trabalhou como professor no Projeto Seringueiro, depois assumiu a função de técnico na equipe do Projeto. Ao deixar de ser técnico, assumiu a função de agente comunitário de saúde. Com o assassinato de Chico Mendes foi para Xapuri, pois assumiu a presidência da Cooperativa Agroextrativista por dois anos. Depois foi para a presidência do STR e quando terminou sua gestão no STR, tornou-se secretário municipal de saúde. Passou cerca de seis anos na secretaria e retornou novamente para a diretoria do STR. Aí ele terminou uma gestão e retornou ao seringal onde se encontra há cinco anos.

O senhor Pedro Teles de Carvalho contribuiu de forma bastante relevante para esta pesquisa. Ele é um militante histórico dos movimentos populares, político partidário e sindical, tendo começado a sua militância nas CEB's, no início dos anos de 1970. O senhor Pedro Teles nasceu em 29 de junho de 1950, no seringal São Pedro, na colação Fronteira, município de Xapuri. Atualmente ele vive na sede do

município de Xapuri. Antes de ingressar no Projeto Seringueiro como monitor/professor em 1983, era militante sindical como delegado de base e monitor da igreja católica, num grupo de CEB existente na colocação Pimenteira onde vivia com a sua família. Foi fundador e militante do PT. Atualmente está organizando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) no município de Xapuri. Participou do primeiro curso de formação patrocinado pelo CTA em 1983 para capacitar professores dos seringais, mas desde 1982 já participava de reuniões e encontros na sede do sindicato e na delegacia sindical da Pimenteira, para discutir a fundação do Projeto Seringueiro. Ele foi escolhido para a função de professor/monitor porque as pessoas da comunidade confiavam nele em razão de sua militância política social. Assumiu então o magistério da escola Jesus Mathias, localizada na colocação Pimenteira até 1989, quando passou para a equipe técnica do Projeto Seringueiro. Em 1993 deixou a equipe e assumiu a presidência da COOPEX.

A senhora Valquíria Maciel Sales pertenceu à equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro. Ela nasceu na sede do município de Xapuri no dia dois de julho de 1966. Conheceu o Projeto Seringueiro por meio de um amigo que fazia parte da equipe técnica da instituição. Ela relatou que esse amigo lhe comunicou que estavam precisando de uma pessoa para compor a equipe. O perfil traçado para a admissão do/a candidato/a era compatível com o dela. Dentre as exigências, o candidato deveria ter disponibilidade para dedicação exclusiva, pois tinha que viajar e permanecer em campo por vários dias para assessorar as escolas no interior da floresta. Ela então ingressou na equipe no ano de 2005 e passou a realizar assessoria às escolas e ministrar aulas nos cursos de formação dos professores e nas capacitações de agentes de outras instituições parceiras, como o STR e o CNS. Permaneceu na equipe até o fim das atividades do CTA/Projeto Seringueiro no ano de 2007.

O senhor Ademir Pereira Rodrigues foi outro personagem muito importante da história do CTA/Projeto Seringueiro, que contribuiu muito com esta pesquisa. O senhor Ademir Pereira nasceu no dia três de junho de 1957, na sede do município de Xapuri, no bairro Sibéria. Disse que antes de participar do Projeto Seringueiro tinha o ofício de carpinteiro, trabalhando num canto e noutro do interior do município, tendo iniciado os trabalhos com o pai, de quem herdou o ofício. Depois começou a pegar trabalhos para executar sozinho, ou em companhia de outras pessoas, como o Pedro Teles que foi seu parceiro por um tempo. Disse que seu engajamento político não era forte, porém quando o Chico Mendes foi eleito vereador, votou nele. Disse que não era

militante político ativo, que não tinha ativismo político no que diz respeito à participação em movimento político partidário, mas no movimento popular disse que ajudou a fundar CEB's e quando trabalhava em comunidades do seringal sempre participava de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores. Disse que quando o Pedro Teles foi participar do curso de formação de professores em 1983, ficou na comunidade, trabalhando na escola, que na época era somente um barraquinho de chão batido, com cobertura de palha. Assim começou a funcionar a escola Jesus Mathias, na colocação Pimenteira. Ele continuou trabalhando nessa escola como monitor/professor até o ano de 1989, quando foi convidado por membros da coordenação do CTA/Projeto Seringueiro para participar da equipe técnica de educação, permanecendo nessa função até o fim da instituição. Atualmente o professor Ademir está aposentado e reside na cidade de Xapuri.

Outra pessoa que pertenceu a equipe técnica do Projeto Seringueiro, foi a professora Maria do Socorro D'Ávila de Oliveira. Ela disse que nasceu no dia 24 de julho de 1967, em Rio Branco. Ela é professora licenciada em Letras Português, pela Universidade Federal do Acre (UFAC), tendo especialidade em Literatura Infantil. E seu ingresso no CTA/Projeto Seringueiro se deu por meio do professor Pingo que era o membro decano da equipe técnica e que procurava uma pessoa com experiência em língua e literatura portuguesa no ensino fundamental e médio. Ela foi selecionada em razão da experiência nessa temática trabalhando-a em sala de aula, e também porque ela era dos quadros permanentes da Secretaria Estadual de Educação (SEE), o que facilitou o seu ingresso por meio do convênio CTA/SEE, que já cedia os outros quadros do Projeto Seringueiro. Ela disse que em 2000 o CTA filiou o programa Mala de Leitura ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), passando a participar de todos os eventos promovidos por este programa. Em 2002 ela coordenava o Programa Mala de Leituras e o inscreveu no Concurso Nacional para a escolha das melhores experiências de incentivo à leitura e produção de textos. O Programa Mala de Leituras do CTA/Projeto Seringueiro, foi premiado pela essência: Formação de Professores Leitores no interior da floresta, e ela foi receber o prêmio na Suíça, no encontro do International Council on Books for Young People/Conselho Internacional de Livros para Jovens. A premiação constou de um acervo bem variado de livros que possibilitou a expansão do Programa para mais escolas. A premiação também custeou as passagens no trecho Rio de Janeiro/Suíça/Rio de Janeiro, para participar do encontro durante a entrega do prêmio. Ela disse que como parte do

Programa Mala de Leituras, os técnicos faziam visitas às comunidades em que o Projeto Seringueiro mantinha escolas. Disse lembrar-se das atividades nas escolas das comunidades Terra Alta e Rio Branco, que ela acompanhava. Nessas visitas, disse que os técnicos e as técnicas do Programa observavam as atividades dos professores/as com as Malas de Leituras. Nesses momentos algumas pessoas das comunidades, que não estudavam na escola se faziam presentes, sobretudo à noite, quando se realizavam leituras para todos e todas. E tinha também as contações de histórias pelos moradores que se faziam presentes. A participação dos professores era bem ativa. Eles se envolviam e envolviam os estudantes e demais pessoas que participavam dos eventos, e muitos alunos e alunas reforçavam o gosto e a motivação para aprender a ler, porque queriam fazer a leitura pública dos livros da Mala. Os pais de alunos e alunas, assim como outras pessoas da comunidade também tinham acesso aos livros. A vontade dessas pessoas em aprender a ler era a mesma que os alunos e alunas expressavam.

Jorge Gomes Pinheiro conhecido como Jorge Roxo, também contribuiu muito com esta pesquisa. Ele nasceu na sede do município de Xapuri em 12 de maio de 1965. Disse que antes de conhecer o Projeto Seringueiro não tinha nenhum envolvimento ou participação em movimentos políticos ou sociais, pois era muito jovem e na cidade era mais rara a possibilidade de militância política. Tinha apenas 18 anos de idade quando se mudou para o seringal São José. Foi morar com um tio e ali iniciou seu envolvimento com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi assim que conheceu o Chico Mendes e por esse meio chegou ao Projeto Seringueiro. Seu ingresso no movimento popular aconteceu no ano de 1985, e em 1986 foi indicado por seu tio e sua tia para ser professor. Seus tios eram lideranças de base do movimento sindical dos extrativistas no seringal São José. A comunidade acatou a indicação e ele foi fazer o curso do Projeto Seringueiro para exercer a função de monitor/professor na escola que a comunidade resolveu abrir no seringal. Disse que não estudou nas escolas do Projeto Seringueiro, mas quando assumiu o magistério passou a fazer militância sindical. Essa militância se estendeu até o ano de 1989, pois naquele ano ele e mais três companheiros que também eram monitores/professores, o Pedro Teles, o Ademir Pereira e o Assiz Monteiro, por terem sido avaliados pela equipe técnica do Projeto Seringueiro como professores com práticas inovadoras, foram convidados e ingressaram na equipe para ajudar na formulação da proposta de escola para as crianças e adolescentes do seringal. Disse que permaneceu na condição de

membro da equipe técnica do ano de 1989 a 2003. No ano de 1989, antes de ir para a equipe técnica do Projeto Seringueiro, ele foi presidente do STR de Xapuri, num mandato tampão após o assassinato de Chico Mendes.

A professora Mauricília Pereira da Silva, a Cila pertenceu à equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro. Ela também contribuiu com informações para esta pesquisa. A professora Cila é natural do município de Rio Branco. Disse que conheceu o Projeto Seringueiro por meio de amigos que trabalhavam nele, dentre esses amigos estava a Fátima Silva e o professor Binho, ex-secretário de educação e ex-governador do Estado. Disse que à época em que ingressou no Projeto Seringueiro, o CTA tinha uma gráfica em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/AC). Segundo ela, foi assim que conheceu a Cartilha Poronga, e o Projeto Seringueiro que era bastante conhecido no movimento popular de Xapuri. A professora Cila é formada em Letras Vernáculo e desenvolveu atividades na formação de professoras e professores e na coordenação do projeto Mala de Leitura, projeto de incentivo a leitura e produção textual, desenvolvido nas escolas do Projeto. Ela pontuou que à época em que ingressou no Projeto Seringueiro era professora da rede municipal de educação, atuando no segundo segmento do Ensino Fundamental (de 5<sup>a</sup>. à 8<sup>a</sup>. séries) e também trabalhava como técnica administrativa da Universidade Federal do Acre (UFAC). Disse que politicamente era ligada ao PT, militando na corrente Liberdade e Luta (LIBELU) grupo trotskista, que tinha uma célula na Ufac. Esteve no CTA/Projeto Seringueiro cedida pelas instituições em que trabalhava, por meio de convênio e permaneceu até 2003, quando ingressou por concurso público nos quadros da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRAPA), na função de assessora de comunicação.

Outra pessoa entrevistada e que ajudou na fundação do Projeto Seringueiro e do CTA, foi a sindicalista e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri por três ocasiões, sendo a primeira em 1981, tendo sido a primeira mulher a dirigir um sindicato de trabalhadores rurais na Amazônia, a senhora Dercy Teles de Carvalho Cunha. Ela nasceu na colocação Limoeiro no seringal Boa Vista em 28 de junho de 1954. Disse que foi alfabetizada pelo pai que era nordestino do Estado do Piauí e que era muito preocupado com o fato de não deixar os filhos analfabetos. Então ele comprava cartilhas do ABC e outros materiais que existiam naquela época para escolarizar, e aplicava em casa com as duas filhas e os dois filhos. Ele adorava ler romances de cordel e possuía muitos exemplares em



casa, o que favorecia a curiosidade e o interesse dela, da irmã e dos dois irmãos pela leitura. A senhora Dercy prestou relevantes contribuições para esta pesquisa.

O senhor Arnóbio Marques de Almeida Júnior conhecido como Binho, por meio de entrevista prestada ao professor José Dourado, que me cedeu os áudios e me autorizou o uso nesta tese, apresentou informações que foram muito relevantes, sobretudo para entender os processos que contribuíram para o enfraquecimento e o fim do Projeto Seringueiro. Ele nasceu em São Paulo em 1962. Em 1979 seus pais, a mãe paraense e o pai paraibano, se mudaram para o Acre.

O professor Binho entrou para o curso de História da UFAC em 1981, e se envolveu no movimento estudantil e cultural da capital acreana. Disse que por ter feito História e gostar de pesquisa, conheceu o Chico Mendes. Isso ocorreu em seu primeiro ano na Universidade, pois participava do projeto de pesquisa "História da ocupação da terra no Acre", como bolsista do CNPq, e por conta desse projeto foi entrevistar o Chico Mendes em Xapuri, ocasião em que se tornaram amigos. Disse que quando concluiu o Curso de História foi convidado pelo Chico Mendes para trabalhar no Projeto Seringueiro. Que dos amigos do Chico, ele era dos poucos mais ligados ao tema da educação. Então antes de entrar para o Projeto Seringueiro deu alguns cursos para os monitores/professores em 1986, nas áreas de História e de Geografia, e que em 1989 foi trabalhar definitivamente no Projeto, quando formou uma equipe de educação de perfil mais técnico e pediu que essa equipe formulasse uma proposta de educação escolar específica para crianças e adolescentes em substituição à antiga proposta que se destinava à formação de quadros políticos adultos.

O senhor Francisco das Chagas Gomes da Silva, conhecido como Neto, nascido em 13 de janeiro de 1976, no seringal Pavilhão, colocação Alto D'Ouro, na Bolívia, foi outro importante sujeito que contribuiu de forma muito relevante para esta pesquisa, prestando informações e cedendo fotos que ilustram esta tese.

Ele é líder e dirigente sindical, atuando como delegado de base do STTRX no seringal São Miguel. Atualmente ele é motorista do ônibus que transporta os alunos e s alunas da escola Esperança do Povo, na colocação Fazendinha. O senhor Neto se mantém fiel à Teologia da Libertação e juntamente com a sua esposa, a senhora Cezilda Nascimento Maia, organiza um grupo da CEB em sua casa. Esse grupo é muito frequentado pelos fiéis que não concordam com a atual orientação pastoral da Diocese do Acre e Purus com base na Renovação Carismática, bem como por aqueles

e aquelas que não se converteram ao neopentecostalismo, que é hoje majoritário entre os praticantes de religiões cristãs nos ambientes extrativistas. Aqui vale um registro de que no Sínodo da Amazônia, ocorrido no Vaticano entre os dias seis e 27 de outubro de 2019, foi debatido o fenômeno do crescente avanço do evangelismo neopentecostal na região. Em pesquisa Datafolha de agosto daquele ano, se apurou que os evangélicos na Amazônia somam 46%, contra 45% de católicos.

Outro sujeito importante que contribuiu para esta pesquisa foi a senhora Cezilda Nascimento da Silva nascida em 27 de junho de 1983, na colônia Fontinele no município de Brasiléia. Ela foi aluna e atualmente é mãe de alunos da Escola Esperança do Povo. Sua família, pai e mãe, irmãos e irmãs, tios e primos, sempre foram militantes de Comunidades Eclesiais de Base e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e de Brasiléia. Mesmo com o avanço do protestantismo neopentecostal ela continua firme como líder religiosa e é coordenadora de um grupo de evangelização na colocação Canindé, no seringal São Miguel, onde ela reside. Como escrito acima, ela é a esposa do senhor Neto e, a exemplo de seu marido, também contribuiu muito com informações, além do casal ter me hospedado em sua casa e me transportado em moto de sua propriedade, num trajeto mais distante para percorrer a pé, quando realizei a pesquisa de campo no PAE Cachoeira.

A senhora Rita Severino de Souza foi outra pessoa que contribuiu com esta pesquisa. Ela nasceu no dia 18 de junho de 1947, no seringal Rampada no Rio Purus, município de Boca do Acre, no Estado do Amazonas. Além de professora foi monitora da igreja católica e militante do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, atuando na organização das mulheres extrativistas. Ela atualmente está aposentada e não reside mais em ambiente do campo, das águas ou das florestas, e reside em Rio Branco. No diálogo com pessoas da comunidade onde dona Rita foi professora ela é lembrada com carinho e é reputada como uma excelente professora e líder popular das mulheres extrativistas.

A senhora Ivanete Souza da Silva é mãe de aluno. Ela mora no seringal Palmari, na colocação Cumaru Dois. Ela estudou na escola União e seu pai é um militante histórico dos movimentos populares, do sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras, bem como da associação de moradores da RESEX Chico Mendes. Atualmente ela foi convertida ao protestantismo fundamentalista e a cada dia o pastor a envolve nas atividades da igreja, fazendo-a ficar alheia às questões sociais concretas relativas à dinâmica política do universo em que ela e sua família estão

inseridas. Quando estive em sua comunidade nas atividades na pesquisa de campo, era época da campanha eleitoral e o pastor de sua igreja fazia campanha aberta em favor de candidatos da extrema direita, exatamente aqueles que tramam e criam leis desfavoráveis aos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas. Ter colhido dados da história de vida da senhora Ivanete Souza foi muito relevante para esta pesquisa. E ela me acolheu em sua casa quando fiz parte da pesquisa na RESEX Chico Mendes.

Outro personagem que contribuiu com esta pesquisa foi o senhor Delmar Pereira da Silva, conhecido como Mauro. Ele é o esposo da senhora Ivanete Souza, mas, diferente de sua esposa, nem o senhor Delmar e nem sua família participaram dos movimentos sindical e popular dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas. Ao contrário disso, ele e seus familiares sempre se opuseram a essas lutas por achar que o trabalho individual leva à acumulação de riquezas e que as lutas coletivas são para aqueles que não querem se esforçar individualmente. Ele e a família de seus pais sempre moraram em território próximo da Fazenda Bordon, e o modelo de desenvolvimento almejado por ele e seus irmãos sempre foi o modelo pecuário. Atualmente, o casal possui duas colocações de seringa, uma delas, a Cumaru Dois, no interior da RESEX Chico Mendes. Ele está convertendo, não obstante os impedimentos legais, essas colocações em campos de pastagem, haja vista que detém um rebanho bovino de mais de 500 (Quinhentas) cabeças de gado. Como sua esposa, ele também foi convertido ao protestantismo fundamentalista e a cada dia o pastor o envolve nas atividades da igreja, tendo-o nomeado presbítero. Esse ato visa fidelizá-lo mais às práticas religiosas sectárias, e torná-lo mais alheio às questões sociais concretas relativas à dinâmica política do universo em que ele e sua família estão inseridos. A estratégia do pastor de nomeá-lo seu auxiliar foi uma jogada de mestre, pois com isso, além de torná-lo mais alienado nas questões políticas e sociais, o faz sentir-se mais responsável pela manutenção material da igreja, doando valores cada vez mais volumosos em dízimo e ofertas extras. As lições extraídas da história do senhor Mauro foram muito relevantes para esta tese. Ele foi muito hospitaleiro me acolhendo em sua casa quando realizei a pesquisa de campo na parte da RESEX Chico Mendes em que se localiza a sua colocação.

O senhor Amilcar Pereira da Silva é pai de aluno do seringal Albrácia, residindo na colocação Japão onde existia uma escola que fora fechada. Hoje a escola mais próxima é a escola Belo Horizonte, localizada na colocação Semitumba, transformada em escola polo para onde alunos de locais distantes são deslocados por meio de

transporte escolar. O senhor Amílcar nasceu e se criou no seringal Boa Vista, foi muito próximo do movimento popular dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, tendo inclusive estudado na Escola Padre Jósimo, do Projeto Seringueiro. Mas atualmente, devido ao refluxo que o movimento popular atravessa, incluindo o movimento religioso católico progressista, ele foi convertido ao protestantismo fundamentalista, e por essa razão encontra-se alheio às questões sociais concretas relativas à dinâmica política em que se encontra inserido.

A senhora Letícia Ribeiro da Silva é mãe de aluno, ela é esposa do senhor Amílcar Pereira. Ela também nasceu e se criou no seringal Boa Vista, tendo estudado na escola Fé em Deus, naquele seringal, na colocação Caboré. Essa escola foi fundada e era orientada pelo Projeto Seringueiro, atualmente, devido ao refluxo que este movimento atravessa inclusive o movimento religioso católico progressista, ela, assim como o esposo, também foi convertida ao protestantismo fundamentalista, e por essa razão encontra-se alienada em relação às questões sociais, pois a igreja faz um trabalho de lavagem cerebral de seus seguidores, prendendo-os numa bolha de alienação. Quando realizei a pesquisa na área em que essas pessoas residem presenciei a programação da igreja e pude constatar esse aspecto alienante. O pastor organiza retiros todos os finais de semana, iniciando cultos às sextas-feiras após o almoço, indo até o domingo à noite. Nestes dois dias e meio, a programação inicia às sete e meia da manhã e vai até às 22h. A programação consiste em recitação de trechos bíblicos previamente selecionados, seguidos de sermões, inclusive em línguas estranhas, que no meio acadêmico são chamadas de glossolalia e que o pastor diz ser a língua do espírito santo, para revelar mensagens exclusivas para aquela comunidade. Também são entoados muitos cânticos, em altíssimo volume. Nessas condições, os fiéis ficam entorpecidas, incapazes de formular um senso crítico racional, tornando-se dóceis às ideias conservadoras e fantasiosas do pastor, que os convencem que devem se afastar de ideias comunistas e doar bens materiais para a igreja.

Outro sujeito que contribuiu com esta pesquisa foi o senhor Cleison da Silva Monteiro. Ele é presidente da Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista (AMOPREX) Chico Mendes. Ele nasceu no seringal Nova Esperança, Colocação Ina, no dia 29 de dezembro de 1984. Fez os estudos iniciais em escola do Projeto Seringueiro, iniciando no ano de 1990. Disse que a educação escolar naquela época era muito difícil no seringal, e que o Projeto foi que levou escolas para os

seringais. Além da escola, o Projeto Seringueiro, por meio do CTA, também realizava atividades visando a produção agroecológica. Depois, já na juventude, disse que teve uma formação técnica na Escola da Floresta, na primeira turma do Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA).

Ele disse que desde os 18 anos de idade participa de atividades na Associação de Moradores e Produtores da Maloca, que é a sua comunidade. Disse que sua militância de base o habilitou para trabalhar na AMOPREX. Sobre o CTA/Projeto Seringueiro disse que os trabalhos desenvolvidos eram muito importantes porque buscavam atender as pessoas na base, pessoas do meio rural, extrativistas, pessoas que não tinham nenhum tipo de assistência oficial, salvo a repressão policial. Disse que não sabe o porquê do Projeto Seringueiro ter acabado e não concorda com o seu fim, pois hoje, mais do que nunca, se faz necessário um trabalho político voltado para a organização política dos extrativistas. O Projeto era um bom aliado, sobretudo quando se pensam as questões sociais, relativas ao extrativismo. Hoje as colocações estão sendo muito invadidas por quem não tem perfil extrativista. Disse que se o Projeto Seringueiro voltasse a atuar, o movimento ia ter bons resultados nos trabalhos de base, pois iria resgatar tudo o que foi feito no passado, e as coisas não iriam iniciar do zero.

Ele disse que é um fato e uma preocupação muito grande que o movimento popular dos extrativistas tem por conta da pecuária que está invadindo os territórios nativos. Disso que é precisa de apoio para resgatar o extrativismo que hoje tem seus produtos totalmente desvalorizados. Por conta disso, o próprio trabalhador extrativista passa a investir em pecuária. No tempo que existia o CTA/Projeto Seringueiro tinha uma equipe técnica que se fazia presente no dia a dia da comunidade. Hoje ainda existem 16 núcleos de base da AMOPREX que precisam ser fortalecidas para desenvolver alternativas que permitam aos extrativistas viverem de maneira Digna, de acordo com as suas culturas. Mas infelizmente não existe mais uma entidade como o CTA/Projeto Seringueiro que possa desenvolver pesquisas para ter mais produtos da floresta que se possa explorar comercialmente, de maneira equilibrada e assim evitar que pessoas do próprio meio derrubem suas colocações para criar boi.

Outro sujeito que muito contribuiu com esta pesquisa foi o senhor Paulo Sérgio Pinheiro, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Xapuri (STTRX). Ele nasceu em 27 de fevereiro de 1983, na cidade de Xapuri, mas quando era adolescente seu pai se mudou para o seringal Equador, para a colocação

Meio dos Paus. Ele, porém, não foi com os pais morar no seringal porque naquele tempo não havia escolas no seringal, por isso ele permaneceu na cidade, morando com a avó para continuar estudando. Quando terminou o segundo grau foi que se transferiu e foi morar no seringal. Foi quando conheceu o CTA/Projeto Seringueiro, que ele considera muito importante para os trabalhadores extrativistas, pois além de ter propiciado aos filhos desses estudarem em suas próprias comunidades de origem, era muito organizado, e tinha equipe constituída por pessoas que realmente entendiam do cotidiano rural.

O Senhor Paulo Sérgio Pinheiro deduz que o CTA/Projeto Seringueiro teve fim porque o governo começou a desenvolver outros programas e os seringueiros seguiram as ações do governo. Mas diz que o Projeto deveria ter continuidade, pois ele foi um marco na história da educação dos extrativistas de Xapuri. Segundo ele o modelo pedagógico desenvolvido pelo Projeto colocava a história dos movimentos populares e sociais no centro do currículo das escolas. Ele afirmou que hoje as escolas não abordam essas questões e por isso a juventude praticamente desconhece a história de seus antepassados. Diz que hoje a pecuária avançou muito nos seringais, inclusive nas áreas protegidas, como o PAE Cachoeira e a RESEX Chico Mendes, que tem um Projeto de Lei que propõe a subtração de uma fração de mais de 28.000 (vinte e oito mil) hectares do seu território. Disse que há uma legislação que auxilia na proteção ambiental, a começar pelos planos de uso das unidades protegidas e o Código Florestal. Mas segundo ele faltam duas coisas fundamentais para frear a devastação das florestas do Acre: primeiro um projeto de educação ambiental e segundo que se criem alternativas de exploração de produtos oriundos do extrativismo. Produtos que possam ser explorados de maneira ecológica e equilibrada, dando retorno econômico justo para os trabalhadores extrativistas. Ele falou de uma empresa francesa que está comercializando borracha por meio do núcleo da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COPERACRE) de Xapuri, e que essa empresa está embutindo no preço da borracha paga aos seringueiros um valor de oito reais como compensação por serviços sociais e ambientais. Mas são poucos os que aderem a essa alternativa. Muitos preferem continuar criando gado, apesar da prática da pecuária extensiva ser proibida no interior de áreas protegidas, assim como não é recomendável nas demais áreas florestais. Mas o que está ocorrendo é que os fazendeiros estão burlando a legislação e patrocinando a formação de pastagens em territórios florestais, sobretudo nas áreas



protegidas, de tal forma que hoje se tem muitas colocações de seringa quase que totalmente convertidas em pastos e muitos seringueiros já derrubaram muito mais florestas do que a legislação permite.

O senhor Paulo observa que hoje ocorre um esvaziamento do movimento sindical. Disse que a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras entrou na onda do governo de extrema direita que considera o sindicato como algo já superado e não se mobilizam mais para a conquista dos direitos que lhes são negados. Segundo o senhor Paulo, neste momento crítico faz muita falta uma instituição do porte e do perfil do CTA/Projeto Seringueiro para apoiar, sobretudo na formação de quadros políticos para as lutas e a mobilização de base dos extrativistas.

Estas breves palavras acerca dos sujeitos que contribuíram com as suas histórias de vida para a composição desta pesquisa, têm por finalidade fazer uma apresentação pública deles/as e registrar com essas informações o meu reconhecimento pela contribuição de cada um deles e delas para que este trabalho fosse composto.

Conforme registrei na introdução desta tese eu sabia que sozinho não seria capaz de realizar este trabalho e posso assegurar que só foi possível por conta da contribuição e do apoio desses guerreiros e guerreiras.

### 3 – OS POVOAMENTOS DO TERRITÓRIO SUL-AMAZÔNICO, O NASCIMENTO DA CATEGORIA SERINGUEIRO E AS RESISTÊNCIAS CONTRA AS OPRESSÕES

Várias árvores silvestres eram produtoras de borracha, inclusive algumas descobertas na África Central e Ásia, mas nenhuma se comparava a seringueira, pertencente ao gênero *Hevea* (família das *euforbiáceas*) nativa da bacia amazônica. [ ... ] A *Hevea brasiliensis* vence todas as outras espécies conhecidas, tanto pela superioridade de sua goma como pela importância de sua produção. Ela representa o tipo da verdadeira árvore da borracha, espalhada no Alto e no Baixo Amazonas. (DUARTE 2017, p. 10).

No presente capítulo apresento uma análise crítica de como se deu a formação histórica do território Sul-amazônico, onde se constituiu o atual Estado do Acre enquanto unidade da federação brasileira a partir do início do século XX. O capítulo será dividido em quatro sessões conforme descrevo abaixo.

Na primeira seção apresento como ocorreu o primeiro povoamento do território Sul-amazônico; na segunda, escrevo um relato de como se deu a constituição do território federal do Acre e a vitória da territorialidade do capital; na terceira apresento as ações que a Igreja católica e o sindicato dos trabalhadores rurais desenvolveram no apoio às lutas dos seringueiros, e, na quarta escrevo como se deu a construção da resistência dos extrativistas (seringueiros e seringueiras) do Acre a partir dos anos de 1970.

Nessas seções pretendo refletir como o território que hoje é o Estado do Acre se constituiu e como se deu as suas várias formas de ocupação humana. Não tratarei da ocupação do território acreano pelo paleoíndio,<sup>22</sup> que viveu no território entre 2500 e 1000 anos da AEC<sup>23</sup>, porque essa temática foge do objeto desta pesquisa. A primeira ocupação que descreverei é aquela que se deu por etnias indígenas das famílias linguísticas Pano e *Arawak* deslocadas da Selva Central Peruana, ocorrida em

<sup>22</sup> No Acre há registros da presença humana de Paleoíndios entre os anos de 2.500 a 1.000 anos antes da era comum. Esses índios ancestrais deixaram o registro de suas presenças nos geoglifos, que são encontrados em diversos sítios arqueológicos no Estado do Acre. No entanto, as populações indígenas que foram encontradas pelos primeiros seringueiros que migraram durante o período da corrida pela borracha, não eram descendentes diretos dos Paleoíndios.

<sup>23</sup> Para evitar o uso das referências aC (antes de Cristo) e dC (depois de Cristo), que tem conotação religiosa, haja vista que a ciência é laica, utilizaremos os termos Antes da Era Comum (AEC) e Era Comum (EC) porque elas apresentam a imparcialidade que deve caracterizar a ciência.

meados do século XVIII. O segundo povoamento ocorreu em meados do século XIX, por exércitos de migrantes nordestinos. E o terceiro povoamento se deu a partir de meados dos anos de 1960, dessa feita por latifundiários e colonos sem terra do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Abordaremos como se deu a expropriação violenta desse território antes pertencente aos indígenas, e a sua apropriação por seringalistas, estimulados pelo sistema capitalista financeiro inglês e holandês, com intermediação das casas aviadoras de Belém e Manaus. A apropriação e a gestão, para efeito de transporte dos produtos extraídos da floresta pelos seringueiros até as casas aviadoras, era tarefa executada pelos seringalistas instalados no Sul-amazônico a partir de meados do século XIX. Toda essa operação visava a apropriação da goma elástica extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*) a árvore da borracha, pois esse produto interessava ao capital, haja vista que ele era a matéria-prima essencial para abastecer a nascente indústria automobilística que a demandava para a fabricação de pneumáticos e outros acessórios dos automóveis.

Abordaremos também acerca da transição para a economia de base pecuária nos anos de 1970, enfocando a resistência de índios e seringueiros a essa nova invasão de seus territórios. Também apresentaremos como e porque se deu o arrefecimento dessa resistência, que facilitou a implantação do agronegócio nos tempos atuais.

### 3.1 O primeiro povoamento do território Sul-amazônico.

Ainda em 1879, o historiador peruano Antônio Raimondi tratando da exploração da região amazônica particularizava que tinha havido expedições científicas ao Marañon, Huallaga e Alto Ucaíale, «pero nadie, hasta estos ultimos años, habia intentado la exploracion de los situados al E. del Ucayali, como - «el Purpus y el Yuruá, etc.» (Castello Branco, 1960, p. 19)

O território Sul-amazônico, onde hoje está localizado o Estado do Acre, no que diz respeito a ocupação humana, só passou a ocorrer após meados do século XVIII. Antes, do ponto de vista da cosmogonia das etnias que primeiro o habitaram, ele pertencia aos espíritos e aos bichos que nele viviam.

A ocupação humana do território Sul-amazônico a partir do século XVIII passou a ocorrer com mais frequência por etnias que antes habitavam em territórios peruanos.

Isso se deveu a intensificação da pressão dos espanhóis sobre o *Cerro de la Sal*<sup>24</sup> na região da Selva Central daquela nação. Essa pressão acirrou conflitos com as várias etnias indígenas ali presentes. Essas pressões eram exercidas por missionários católicos da ordem franciscana e por colonos e soldados espanhóis, que tentavam desarticular as formas tradicionais de vida e de organização das etnias ali presentes, fazendo com que os grupos indígenas recalcitrantes migrassem para áreas mais remotas.

José Moreira Brandão Castello Branco na obra *Descobrimento das Terras da Região Amazônica* escreve que antes dos portugueses aportarem na América e ocuparem o território que hoje é o Brasil, e antes dos conflitos no *Cerro de La Sal*, nas paragens do Sul-amazônico não havia ocupação humana. Esse autor informa que as etnias indígenas mais próximas estavam assentadas na região do *Ucayali*. Eis o que ele escreveu acerca da ocupação humana nas terras baixas amazônicas e no Altiplano Andino:

Na época pré cabraliana, havia nessas paragens dois grandes impérios, o Peruviano; Incaico ou do Sol que datava de muitos séculos e estendia-se ao longo da costa do oceano Pacífico, desde o reino de Quito até o Chile, sem alcançar no seu desenvolvimento para o levante o território acreano, e o Gran Paititi, Gran Mayo; Gran Paru ou de Enin, que se dilatava da margem oriental do Gran Paro ou Apuparo (Ucayali) ao litoral atlântico no sentido de oeste para este e do Madeira ao rio de Orellana ou das Amazonas, na direção de sul para o norte, império este que devia ser constituído por tribos da grande nação guaraní, cujo âmbito, nesse tempo, alongava-se do Rio da Prata ao Orenoco e dos Andes ao Atlântico. (Castelo Branco, 1960, pp. 3 e 4).

Já na obra o Gentio Acreano o mesmo autor escreve que segundo

Os informes registrados pelos cartógrafos e viajantes, apenas, mostravam que de 7° de latitude meridional para o sul, as tabas dos "nauas" ou de gentio da mesma língua se espalhavam pelos formadores do Javari, contribuintes da margem direita do Ucayali e alta bacia do Juruá, até topar com os aldeamentos dos Piros e Campas que perambulavam cêrca de três graus ao sul, do início do século XVII para o princípio do XVIII. (Castelo Branco, 1950, p. 8).

Essas citações demonstram que até o princípio do XVIII, o território que hoje é acreano ainda não se encontrava habitado, e que as etnias que migraram para o território Sul-amazônico ainda se encontravam em território peruano nas bacias do *Ucayali* e na alta bacia do Juruá, naquele país andino.

<sup>24</sup> O *Cerro de la Sal* é uma mina de sal gema – especiaria muito apreciada pelos povos indígenas e que era comercializada nas terras baixas da Amazônia peruana pelos Asheninka. Essa mina está localizada na selva central peruana, numa vasta região florestal que permitia, até a chegada dos espanhóis, tanto o comércio quanto as confederações guerreiras.

Foi a partir da pressão exercida pelos religiosos, soldados e colonos espanhóis que ocuparam aquele território, promovendo enorme desagregação sobre as etnias ali presentes, que se fez desencadear uma insurreição pan-indígena. Com a derrota dos indígenas, restou a estes a alternativa da migração, e eles se deslocaram para o Sul-amazônico.

Os padres da ordem franciscana que instalaram missões naquela região, a exemplo do que fizeram os padres jesuítas no Brasil durante a instalação do Estado do Maranhão e Grão-Pará, em território da Amazônia brasileira, atraíam e mantinham sob seu controle as populações nativas daquela região, instalando-as em aldeias multiétnicas.

O antropólogo Eduardo Galvão descreve como esse processo ocorreu na Amazônia brasileira. Pela descrição desse eminente antropólogo brasileiro, se constata que a estratégia implantada pelos jesuítas no Grão Pará era semelhante ao modo espanhol desenvolvido no Peru. Leiamos abaixo o texto do antropólogo brasileiro.

O uso de índios "domesticados"<sup>25</sup>, "descidos" e "resgatados" era mais econômico e produtivo para a penetração das florestas e a coleta de "drogas", como então eram chamados os produtos naturais, que a dispendiosa importação de escravos africanos, em sua maioria canalizada para as áreas de agricultura intensiva, onde os capitais eram maiores. A organização das expedições de coleta estava subordinada a épocas apropriadas, segundo o produto: cravo, baunilha, ovos de tartaruga, etc. Uma pequena tropa de brancos, armados, e centenas de índios "mansos" deixavam periodicamente as vilas e povoados para espalhar-se pela floresta e colher as especiarias. Embora protegidos pelos sucessivos alvarás reais e com direito à paga, os índios, na realidade, serviam como escravos. Os aldeamentos missionários e as vilas coloniais constituíam verdadeiros entrepostos de mão de obra, acessível, barata e superior a do escravo africano importado, por seu inestimável conhecimento da floresta e suas "drogas" e o beneficiamento destas. (Galvão, 1955, p.15).

À semelhança da política indigenista dos missionários jesuítas no Brasil, os franciscanos espanhóis usaram no Peru a estratégia dos descimentos e criaram aldeamentos constituídos por populações indígenas multiétnicas, instaladas compulsoriamente nessas aldeias. Acerca disso Oliveira escreve o seguinte:

A violência da frente de expansão extrativa só era compensada pela ação missionária, ciosa de catequizar os índios como meio de desobriga<sup>26</sup> e

<sup>25</sup> Os termos doméstico, domesticado ou manso, atribuídos a indígenas é uma referência de jaez preconceituosa, haja vista que faz analogia de humanos com animais não humanos, domesticáveis. Os indígenas assim denominados eram aqueles que por alguma razão estabeleceram laços de cooperação e amizade com os coletivos ocidentais invasores, portugueses e espanhóis no caso da América do Sul.

<sup>26</sup> A desobriga é uma atividade que a Igreja Católica realiza em regiões inóspitas e isoladas das paróquias rurais. Ela visa levar os sacramentos católicos, sobretudo o da reconciliação, ou confissão,

como técnica de transformá-los em mão-de-obra voluntária e pacífica na conquista da Amazônia. Isso não impediu - como não impediu em todo território brasileiro que as descidas de índios para as reduções religiosas custassem um número enorme de vidas, ceifadas pelas epidemias de varíola, ou simplesmente de gripe, que assolavam as florestas. Mas os processos de persuasão dos religiosos jamais chegaram a dispensar o uso da força, sem a qual não conseguiriam suprir com a intensidade desejada o interminável despovoamento de suas reduções. (Oliveira, 1996, p. 71)

A região do *Cerro de La Sal* era considerada estratégica para os planos de ocupação daquele território pelos espanhóis, tanto para os colonos quanto para os missionários. *Tapia* escreveu que:

Joseph de Rosas señaló que el Cerro de la Sal, al oriente de la ciudad de Tarma, donde había residido entre 1680 y 1684, era la principal puerta de entrada para toda la Amazonía gracias a su ubicación estratégica y facilidad de comunicación con el resto de la selva, por medio de ríos que desde allí son “mas navegables, que pueden andar en ellos barcos de velas”. Esto facilitaría la conquista y la conversión de los “indios infieles de todas las montañas asta passar á la Mar del Norte”, lo cual haría de esto un “nuevo mundo, en que se podrian aun repartir muchas monarquias según el gentio que tiene en distancia tan dilatada”. (*Tapia*, 2019 p. 5/6)

Em situação de aldeamento multiétnico compulsório, afloravam conflitos que, caso os indígenas estivessem em estado de liberdade seriam contornados por meio de alianças, sobretudo por alianças de guerra, de comércio ou matrimoniais. Os indígenas em situação de liberdade e sem a interferência de elementos civilizados, mantem relações de afinidades, permeadas por conflitos e rivalidades. Esses fenômenos são a marca da sociabilidade indígena e elemento estratégico de garantia da vitalidade e da diversidade étnicas.

*Aparício e Bodmer* escrevem acerca da forma como as etnias presentes no *Cerro de la Sal* se organizavam antes da intervenção dos agentes europeus, clérigos e seculares, dos extratos religiosos católicos, colonos e militares. Segundo esses autores:

La compleja organización política y religiosa de estos poblados amazónicos se apoyaba en una economía basada en el cultivo intensivo de maíz y yuca, en la caza y pesca, y avanzados métodos de preparación y almacenamiento de los diferentes productos. Las artesanías estaban muy bien desarrolladas y se mantuvo un organizado comercio de cerámicas decoradas, telas y armas. Parece, además, que existieron centros de mercado en distintos puntos de la cuenca del río Amazonas. (*Aparício e Bodmer*, 2009, p. 39)

---

que a igreja transformou em mandamento. São cinco os chamados mandamentos da igreja católica e o da reconciliação é o segundo. Ele estabelece que o católico é obrigado a se confessar ao menos uma vez por ano, daí o nome desobriga atribuído ao deslocamento que o padre faz a essas regiões para que os fiéis fiquem quites com este mandamento.



*Clastres*, estudioso da etnografia indígena Sul-americana, em seu trabalho seminal *Arqueologia da Violência*, no capítulo *Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas*, que analisa a obra de diversos estudiosos da temática da guerra entre povos selvagens, escreve o seguinte:

não apenas a guerra se inscreve no campo do sociológico, mas recebe seu ser e seu sentido último do funcionamento particular da sociedade primitiva: as relações entre comunidades (tribos, bandos, grupos locais: pouco importa) são antes de mais nada comerciais, e é do sucesso ou do fracasso desses empreendimentos comerciais que dependem a paz ou a guerra entre as tribos. Não apenas guerra e comércio devem ser pensados na continuidade, mas é o comércio mesmo que detém, em relação à guerra, uma prioridade sociológica, uma prioridade de certo modo ontológica por se instalar no núcleo mesmo do ser social. (*Clastres*, 2004, p. 176).

Os missionários franciscanos em ação no *Cerro de La Sal*, na tentativa de garantir a manutenção do confinamento dos indígenas nas aldeias multiétnicas, impunham a obrigação ao convívio desses povos que em muitos casos mantinham relações semi-hostis. Fora dos aldeamentos, eventuais conflitos se resolviam pelas alianças comerciais, alianças matrimoniais e pelas guerras. Impedidos de viver da forma tradicional nos espaços confinados das missões, era comum eclodirem conflitos que os missionários não conseguiam controlar, até que estourou uma grande revolta que se voltou contra os europeus. Conforme *Hvalkof*

La aventura misionera, sin embargo, se paró de repente con el arranque de una insurrección indígena a gran escala en 1742, dirigida por el carismático y legendario Juan Santos Atahualpa, un mestizo andino entrenado por los jesuitas y que declaraba ser de linaje inca. La rebelión, que pronto incluyó a todos los grupos indígenas de la Selva Central peruana, expulsó a las misiones franciscanas y colonias españolas de la Selva Central. Una activa milicia indígena ad hoc fue mantenida por más de quince años (1742-1757), con efectos de amplio alcance en el desarrollo de la región que permaneció mayormente no colonizada hasta la segunda parte del siglo diecinueve. (*Hvalkof*, 2013, p.197)

Mas para além da imposição do convívio de etnias rivais, os padres impeliavam as etnias à rebelião porque impediam a prática de costumes ancestrais. Um desses costumes era a poligamia que os missionários, inspirados na doutrina católica do casamento monogâmico reputavam como verdadeiro escândalo e promiscuidade, coisas negativas de gentes primitivas. A pregação dos missionários asseverava que tais práticas tinham que ser positivadas pela ação salvacionista do evangelho e pelo matrimônio com uma única mulher.

Segundo *Granero*:

Lo cierto es que los misioneros franciscanos no pusieron demasiado énfasis en las distancias étnicas a la hora de poblar las misiones recién

fundadas. Durante este período fue una práctica habitual la de trasladar poblaciones indígenas, a veces de etnias diferentes, para concentrarlas en los pueblos de misión. Ello obedeció a la necesidad de extender su influencia sobre un máximo de población indígena contando para ello con muy pocos misioneros. El contacto entre miembros de diferentes grupos etno-lingüísticos era habitual ya que en territorio Amuesha se encontraba el renombrado Cerro de la Sal al cual acudían indígenas Piro, Shipibo, Conibo, Cashibo, Campa y Machiguenga en busca del preciado mineral. Ello debe haber facilitado la convivencia multiétnica en misiones como la de Eneno. (Granero, 1987, p. 29/30).

Os missionários julgavam que para livrar as almas dos pecadores indígenas, para que estes alcançassem o reino dos céus, era preciso forçar a conversão deles às práticas culturais europeias, por meio da observância dos atos litúrgicos da religião cristã católica. Essa conduta dos padres em relação aos indígenas fazia com que estes percebessem os aldeamentos como lugares altamente deletérios, que representavam a própria morte, traduzida literalmente pela morte de suas culturas, o etnocídio.

Essa situação demandava uma série de estratégias de enfrentamentos por parte dos indígenas, visando contornar e superar a opressão dos missionários. Uma dessas estratégias era a fuga das missões para se embrenhar em locais cada vez mais remotos e inóspitos da Floresta; outra era a negação da condição étnica indígena para se integrar ao modo de vida implantado pelos europeus fora das aldeias das missões.

Mas o aldeamento acabou favorecendo que indígenas de diversas etnias aderissem à pregação do líder messiânico *Juan Santos Atahualpa*, cuja história apresenta bastantes semelhanças com a história de Zumbi dos Palmares, de quem se diz ter sido educado por padres.

*Santamaria* escreveu o seguinte sobre o líder indígena *Atahualpa*:

El hombre destinado a incendiar la calurosa selva peruana durante casi veinte años, es un mestizo nacido alrededor de 1712, no se sabe si en Cusco, Huamanga o Cajamarca. Según Amich y los demás franciscanos, era cuzqueño y sirviente de algún jesuita, “aunque algunos hayan tratado de negarlo”. También se dijo que era de Quito: según Diego Esquivel y Navia, canónigo, historiador y cronista cuzqueño, contemporáneo de la rebelión, “escriben que un don Ventura se coronó a los cinco días después de haberse visto con los dichos religiosos” es decir, de su primera entrevista con Caicedo, en junio de 1742. Las pruebas sobre esto son débiles: confusiones de nombres, antiguas vinculaciones incaicas, el corte de cabello de Juan o el reino del Paititi. Estudió o trabajó en el Colegio de San Borja del Cusco, considerado colegio de jesuitas para curacas y sus descendientes en los distritos eclesiásticos de Cusco, Huamanga y Arequipa. En ese colegio, aprende castellano y latín. Sin embargo, los jesuitas Pastoriza y Eyzaguirre, que lo visitan en 1745, lo oyen hablar sólo quichua (Velasco, 1981: 531). Es posible que con esta formación se adjudicara un linaje real y una descendencia directa del último Inca

Atahualpa, de quien tomó el nombre, y lanzado a la rebelión, se proclamase gobernante legítimo del Perú. (Santamaria, 2007, p. 236).

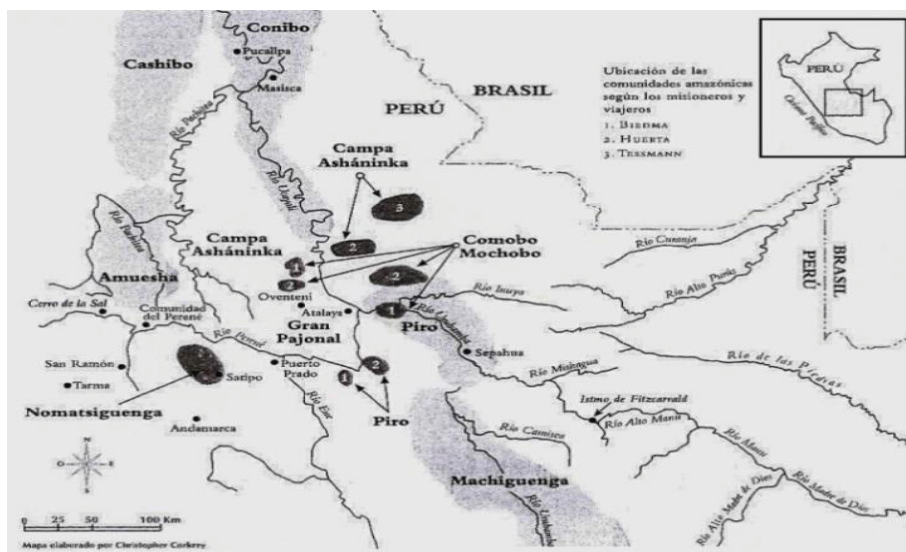
O texto acima sugere que *Atahualpa* era um mestiço com origem na etnia *Quêchua*, a etnia da Civilização Inca. Ele teve uma educação ocidentalizada em *Cuzco*, capital Inca. Há relatos de que ele teria viajado pela Europa e África (Angola e Congo) na companhia de um padre jesuíta. Ao retornar às selvas peruanas se tornou o líder messiânico que organizou uma revolta pan-indígena, unindo etnias de famílias linguísticas que noutros contextos histórico-sociais seriam potenciais candidatas a desenvolverem relações conflituosas. Algumas dessas etnias eram a *Shipibo*, a *Konibo*, a *Kaxinawa*, a *Amawaka*, dentre outras da família linguística *Pano*. E etnias como a os *Piro*, os *Amuesha*, os *Yanesha*, os *Yine* e os *Manchineri*, dentre outras, da família linguística *Arawak*.

A revolta capitaneada por *Atahualpa* visava em última instância reconquistar territórios expropriados pelos espanhóis. A guerra conseguiu um relativo sucesso, mas como ocorre com todas as revoltas populares contra os opressores, a exemplo do que ocorreu com Zumbi dos Palmares e Antônio Conselheiro no Brasil, a reação dos espanhóis se fez enérgica e eles derrotaram e controlaram a revolta indígena na Selva Central Peruana.

Apesar de significativas vitórias contra as tropas espanholas, e a duração dos conflitos, as etnias conflagradas foram dispersas para áreas mais remotas e inóspitas do baixo *Ucayali*, até alcançarem o Sul-amazônico na parte que hoje está anexada ao território brasileiro.

A aliança pan-indígena se desfaz após 15 anos de sua constituição, e as etnias que se deslocaram do *Cerro de La Sal* desenharam nova configuração territorial no espaço que foi transformado dois séculos depois no Estado do Acre.

A derrota da aliança pan-indígena no *Cerro de la Sal*, provocou o deslocamento dos derrotados para o território Sul-amazônico, onde hoje é o Estado do Acre. E a lógica que orientou a ocupação do novo território pelos indígenas foi a sua constituição com base nas demandas sócio culturais das etnias. Pela lógica da cultura indígena de ocupação territorial, foram reservados espaços destinados à coleta de frutos e mel silvestres, para a caça e pesca; terrenos para a constituição das roças; espaço para o assentamento das aldeias, e o território destinado ao sagrado, a moradia dos encantados, no caso das etnias da família linguística Pano, a morada dos *yoshini* (Espíritos).



09 – Mapa de los Grupos Etnolingüísticos em el Cerro de La Sal na Selva Central Peruana na época Colonial.

É conveniente enfatizar que num território indígena o espaço destinado à moradia dos espíritos constitui a maior fração do território. Para efeito de exemplo, as etnias do tronco linguístico Tupi, tronco com o maior número de famílias linguísticas e etnias presentes no território brasileiro desde a chegada dos europeus, as florestas pertencem aos espíritos e aos animais que as habitam. Para as etnias indígenas, a exploração desses territórios destinados aos espíritos é interdita ou restringida para praticamente todos os membros das etnias, com exceção apenas dos xamãs. Mas na maioria das vezes esses líderes espirituais só visitam o território em estado onírico, alcançado por meio da aspiração da fumaça mágica do cachimbo, com a inalação do rapé sagrado e principalmente pela ingestão de chás sagrados. No caso das etnias nordestinas do tronco *Tupi* e também do tronco *Macro Jê*, ocorre o uso do chá da Jurema Preta (*Mimosa tenuiflora*), cuja forma pública mais conhecida é a festa do Toré realizada pela maioria das etnias como os *Kariri-Xocó*, *Xukuru-Kariri*, *Xocó*, *Potiguara*, *Pankararé*, *Pankararu*, *Truká*, os *Fulniôs* e outras. Essas etnias fazem uso do chá, principalmente para fins de cura, mas elas desenvolveram outros rituais específicos para o uso sagrado do chá da jurema.

No caso da maioria das etnias indígenas da Amazônia, elas usam de forma bastante diversificada o chá sagrado preparado pela associação do cipó Jagube (*Banisteriopsis caapi*) à folha da Chacrona (*Psychotria viridis*).

O território dos espíritos só é desinterdito para a penetração de não iniciados nas artes sagradas, por ocasião da preparação dos novos xamãs. Mas estes neófitos devem ser acompanhados pelos sábios que serão substituídos quando se completar

a formação de seus pupilos. Os rituais iniciáticos relativos às cerimônias de formação desses sujeitos demandam a presença física por parte do neófito nesses ambientes florestais virgens. Mas a licença para penetrarem nesses territórios é dada somente nessas ocasiões, e os aprendizes dos ofícios mágicos religiosos devem ser guiados e acompanhados pelos seus mestres formadores.

Na configuração da parte do território Sul-amazônico que se tornou o Estado do Acre, as etnias da família linguística *Pano* ocuparam as regiões drenadas pelo rio Juruá e seus afluentes, enquanto as etnias da família linguística *Arawak* povoaram as regiões drenadas pelo rio Purus e seus afluentes. Essas regiões até meados do século XIX eram totalmente desconhecidas tanto por peruanos quanto por bolivianos, embora oficialmente lhes pertencessem.

Com a expansão da revolução industrial na Inglaterra, reforçada pela invenção do automóvel na Alemanha, a região amazônica como um todo e o Sudoeste da região em particular, despertou o interesse dos capitalistas ingleses e holandeses que incentivavam a expansão industrial da Europa. Esses capitais estimulavam a exploração da borracha que era a matéria-prima utilizada na confecção dos pneumáticos e noutros componentes dos automóveis. Naquele momento essa matéria-prima só estava disponível nas terras baixas americanas localizadas na Amazônia.

### 3.2 A constituição do Território Federal do Acre: A vitória da territorialidade do capital

No nível social, a territorialização do capital expressa um processo de valorização frente a outras formas de capital, (...) mas também frente aos não proprietários: os trabalhadores sem terra. (Moreira, 2007, p. 177).

Até 1870 a categoria profissional dos extrativistas, no caso específico a dos seringueiros que passaram a extrair o látex da árvore da seringueira (*Hevea brasiliensis*), não estava constituída, embora o extrativismo do látex do Caucho<sup>27</sup> (*Castilla ulei*) fosse praticado por hordas indígenas compulsoriamente agregadas a essa atividade por caucheros bolivianos e peruanos.

---

<sup>27</sup> A palavra caucho tem sua origem na palavra káuchuk que pertence ao léxico da língua quêchua, a língua oficial do império Inca. Seu significado é pau que dá leite.

O cientista francês *Charles-Marie de la Condamine*, especializado em astronomia, realizou viagem científica patrocinada pela Academia Francesa de Ciências, para a América do Sul em 1736. A missão do cientista nas plagas americanas, mais precisamente em *Quito*, no *Equador*, era estudar a forma da Terra e seu achatamento nos pólos. Mas desejando melhorar sua imagem perante a sociedade científica, *La Condamine* passou a pesquisar noutras áreas de conhecimento, como na geografia, na astronomia, na biologia e na etnografia. E foi assim que ele conheceu o uso que os indígenas das etnias *Omagua* e *Cambeba* faziam da seiva extraída das árvores do caucho. Segundo Costa:

Coube a La Condamine a introdução da borracha na França, como já havia introduzido a quina, sem o desdouro de sua especialidade - a astronomia. /.../ Em Quito surpreendeu-o a borracha e logo a Academia recebeu “pequena amostra de uma goma resinosa, cor de um escuro carregado, quase preto, e que disse chamar-se *cautchouc*.” Provinha essa goma de uma árvore *hevé* /.../ A Academia não desdenhou da comunicação. Auble incluiu a árvore de Quito na nobiliarquia da Botânica, denominando-a *Hevea Guyanensis*, e a classificação estendeu-se a toda a vasta família das borrachíferas, para mais de trezentas variedades. As *heveas* passaram ser a fidalguia das florestas americanas, como as umbaúbas, de grandes folhas alvas em leque, são a sua plebe (Costa, 1974, p. 32)

Apesar de parte da comunidade científica da Europa já ter conhecimento das propriedades da seiva do caucho desde 1745, quando no dia 26 de abril daquele ano *Charles Marie de La Condamine* “leu a sua “Relação abreviada de uma viagem ao interior da América Meridional”, em uma sessão pública da Academia de Ciências de Paris” (Martins, 2012, p. 302), conforme Cunha, a exploração com fins comerciais das seivas extraídas de árvores da selva amazônica só passou a ser realizada no início do século XIX, conforme se pode comprovar em texto que transcrevemos abaixo:

Aquém da margem direita do Ucaiali e das terras onduladas, onde se formam os manadeiros do Javari, do Juruá e do Purus, apareceu há cerca de cinquenta anos uma sociedade nova. Formara-se obscuramente. Perdida longo tempo no afogado das selvas, apenas a conheciam raros comerciantes do Pará, onde, desde 1862, começaram a chegar, provindas daqueles pontos remotos, as pranchas pardo-escuras de uma outra goma-elástica concorrente com a seringa às exigências da indústria. Era o caucho. E caucheros apelidaram-se para logo os aventureiros sertanistas que batiam atrevidamente aqueles rincões ignorados. (Cunha, 2000, p. 159)

O texto acima corrobora a afirmação de que o extrativismo do caucho era praticado muito antes da implantação dos seringais que se instalaram para a extração da borracha da seringueira no território que hoje é o Acre. O testemunho de Cunha é por demais importante, pois ele esteve na Amazônia no apogeu da indústria



extrativista, e no calor da transferência de frações territoriais do Peru e da Bolívia que passaram a fazer parte do mapa do Brasil.

O escritor se fazia presente no Acre na qualidade de representante brasileiro da comissão mista Brasil-Peru que definiu os marcos fronteiriços entre as duas nações. Leiamos o que o professor Artur Reis escreveu na introdução da edição da Reunião de Ensaio Amazônicos produzidos por Euclides da Cunha por ocasião de sua estadia no recém-criado Território Federal do Acre. A obra foi publicada pelo Senado Federal com título de *Um paraíso perdido*:

Euclides chegou à Amazônia em 1905. Vinha realizar velho sonho. Chefiava a Comissão Brasileira de Limites com o Peru, em momento de certa tensão, conseqüente a conflitos que se verificavam e constituíram capítulo, imenso capítulo, mas ainda capítulo, daquela série de episódios da nossa expansão sobre as terras do sul, onde bolivianos e peruanos possuíam também trechos daquela Amazônia que nós disputávamos, eles a nós e nós a eles. (Reis in Cunha, op. cit. 2000, p. 47)

O látex do caucho explorado pelos bolivianos e peruanos foi o precursor da goma extraída da seringueira, e era a matéria-prima que abastecia a indústria europeia e norte-americana, sobretudo para a confecção de solados de calçados, pneus de bicicletas e capas impermeabilizantes.

Cunha, na obra citada, à página 68, apresenta uma visão ambígua dos caucheiros. Ele os descreve com as tintas das artes literárias, que dominava com maestria. Apresenta-os como seres capazes de transitar da barbárie à civilização. Eis o que o autor escreveu: “O cauchero é irritantemente absurdo na sua brutalidade elegante, na sua galanteria sanguinolenta e no seu heroísmo à gandaia. É o homúnculo da civilização”.

A extração do látex do caucho demandava grandes excessos de violência contra as populações indígenas que eram utilizadas de maneira compulsória nessa atividade. Corroborando essa afirmativa, vale ler o relato também de Cunha que ilustra a forma desumana e bárbara como eram tratados os indígenas que cruzavam os caminhos dos caucheros: “Vão em busca do selvagem que devem combater e exterminar ou escravizar, para que do mesmo lance tenham toda a segurança no novo posto de trabalho e braços que lhes impulsionem.” (Cunha, obra citada, p. 153). Na continuidade desse relato o autor cita um exemplo que certifica de maneira incontestável a violência utilizada pelos caucheiros contra os indígenas. Ele refere o caso do aventureiro irlandês *Brian Sweeney Fitzgerald, Fitzcarraldo* na pronúncia dos indígenas da família linguística *Arawak* da região do rio *Ucayali* no Peru, que foram

escravizados para servi-lo na exploração do caucho. O exemplo descrito diz respeito ao confronto de *Fitzcarraldo* com indígenas da etnia Piru. Ele escreveu que em meia hora o aventureiro e seus jagunços abateram cerca de cem homens num episódio de extrema sanguinolência. Não obstante a violência desses confrontos, as ações dos caucheros, por serem atividades de caráter nômade, viabilizou a reconfiguração étnica do território com o retorno dos remanescentes de centenas de etnias que sobreviveram à violência daqueles confrontos. Muitas dessas etnias sobreviveram duas vezes, pois após o massacre dos caucheiros vieram os massacres praticados pelos seringalistas, por meio das correrias<sup>28</sup>. Algumas dessas etnias remanescem e ainda estão vivendo no presente momento no Estado do Acre.

Meira escreve que

A partir de 1870 e pelos 50 anos seguintes, a exploração da borracha – associada a um mercado mundial em expansão que tornou seus preços altíssimos na Bolsa – transformou o antigo “sistema de aviamento” numa ampla e complexa rede hierárquica de comércio que se espalhou em toda a Amazônia. (Meira, 2018, p.103)

Portanto, segundo Meira, a categoria dos seringueiros se formou a partir da exploração da borracha associada a um mercado mundial em expansão que tornou seus preços altíssimos na Bolsa de valores europeia. Essa expansão comercial do látex da seringueira se firmou e se fortaleceu, sobretudo, com a descoberta do processo de vulcanização pelo inventor norte-americano *Charles Goodyear* no ano de 1839. Segundo *Benchimol* (2011, p. 25) “A partir de 1827, a borracha amazônica começa a aparecer na pauta da exportação amazônica com um embarque de 30 toneladas”.

Como é estudado pela ciência da história, o sistema capitalista surge na Europa no século XVI, após superar o sistema feudal e implantar uma economia de base mercantil. A partir de então o capitalismo viveu um processo de acumulação, cuja expansão se viabilizou notadamente por meio da expropriação de matérias-primas transformadas em mercadorias. Essas matérias eram extraídas da natureza por meio da exploração da força de trabalho escravizada dos indígenas e dos africanos nos territórios invadidos, sobretudo no Continente americano, que os europeus denominaram de Novo Mundo.

Na passagem entre os séculos XIX e XX, o capitalismo estava numa fase que

---

<sup>28</sup> As correrias foram a estratégia criada pelos seringalistas para esvaziar os territórios ocupados pelos indígenas para implantar o sistema de seringalismo. Ao longo deste trabalho descreveremos os detalhes de como se aplicavam as táticas para alcançar essa estratégia.

a economia política denomina de capitalismo financeiro. Naquela fase, os banqueiros investiam em atividades produtivas para viabilizar a expansão da indústria na Europa. Esse sistema era então liderado por capitalistas ingleses e holandeses, e foram eles que financiaram a exploração da borracha na Amazônia.

Aliás, segundo Galvão (1955, p.21) os holandeses não eram estranhos e já haviam aparecido na Amazônia há pelo menos 200 anos antes do ciclo da borracha. Segundo este autor “Adiantando-se à ocupação portuguesa do vale amazônico, corsários holandeses e ingleses estabeleceram nas primeiras décadas do século XVII, feitorias e fortificações no Baixo Amazonas”.

No século XIX, na fase da exploração do látex da seringa, houve mudança na estratégia dos ingleses e holandeses em relação à região amazônica. Eles lucraram sem arriscarem em ter que ocupar fisicamente a região, mas financiando a exploração da borracha por meio de firmas importadoras-exportadoras, conhecidas como Casas Aviadoras.

Os prepostos dos financistas europeus coordenavam a comercialização dos produtos extrativistas e viabilizavam a sua exportação para os países do capitalismo central, onde se desenvolvia e se expandia a indústria automobilística. Esta demandava cada vez mais borracha, que era a matéria-prima essencial para a produção dos pneumáticos.

As Casas Aviadoras eram os entrepostos responsáveis pelo abastecimento dos barracões<sup>29</sup> dos patrões seringalistas. Estes, que estavam na ponta do Sistema do Seringalismo, realizavam, por meio do escambo de produtos como alimentos, medicamentos, vestimentas, armas e instrumentos de trabalho essenciais à manutenção do ofício de extração do látex, a troca não somente pela borracha, mas também pela Castanha-do-Pará e pelas peles de animais silvestres, que à época eram abatidos sem que existisse legislação de proibição de caça.

Na cadeia da exploração do látex estavam também os governos do Pará e do Amazonas, que tinham interesse em arrecadar impostos. E na ponta da cadeia dos

---

<sup>29</sup> O barracão era o local de moradia do seringalista ou de seu preposto. Nele se concentrava um *staff*, liderado pelo gerente do seringal. A produção de todos os bens extraídos pelos seringueiros nas colocações eram transportados para o barracão. Ele era o núcleo do sistema comercial na base do seringalismo. De onde se distribuía as mercadorias e víveres provenientes das Casas Aviadoras, destinados ao consumo dos extrativistas. Portanto, a administração do seringal se concentrava no barracão. Os produtos extraídos nos seringais amazônicos iam para os barracões e se destinavam a Belém ou Manaus de onde embarcavam em navios para a Europa.

que exploravam a força de trabalho dos seringueiros estavam, como referido acima, os padrões seringalistas.

Essa cadeia de ocupação e exploração dos territórios da Amazônia por nordestinos transformados em seringueiros, só se viabilizou pelo assassinato em massa de milhares de indígenas. Muitas etnias foram levadas ao extermínio ou tiveram um decréscimo populacional, vitimadas pelas correrias, a estratégia desenvolvida pelos padrões seringalistas para promover o extermínio de indígenas e liberação de territórios para promover o assentamento das levas de nordestinos que se constituíam em extratores de borracha natural. A tática utilizada nas correrias consistia na organização de expedições armadas visando liberar territórios para assentar migrantes nordestinos nas atividades de extração do látex. Essas expedições eram guiadas por índios “mansos”, como se denominavam os índios agregados aos trabalhos do barracão. Quando as expedições encontravam as moradias comunais, denominadas genericamente por malocas, os jagunços dos seringalistas aguardavam atocaiados até a madrugada, momento em que todos estavam em sono profundo, então ateavam fogo no interior da maloca que era construída com madeiras e palhas, materiais muito inflamáveis. Como nessas moradas só havia uma saída ou duas, ao tentarem fugir do fogo e da fumaça sufocantes, os jagunços armados com rifles de repetição calibre 44, matavam a todos: homens, mulheres e crianças. Quando havia mulheres ou crianças de ambos os sexos entre os sobreviventes, estes eram levados para o barracão e lá eram adaptados ao modo de vida do regime seringalista, os homens adultos que sobreviviam com ferimentos graves ou leves, eram barbaramente assassinados.

Essa estratégia genocida tinha um caráter de limpeza étnica, pois visava expropriar os territórios amazônicos de sua população originária. Foi, portanto, nessas condições que a categoria do seringueiro se constituiu. Foi operada uma ocupação dos territórios expropriados dos indígenas e nestes foram assentados verdadeiros exércitos de migrantes do Nordeste. Estes migrantes eram acossados de suas terras de origem em razão da insegurança fundiária que se agravava com o flagelo da seca que se abate em ciclos bastante regulares sobre aquela região.

Dentre as secas que impulsionaram a migração de nordestinos para a Amazônia, a que ocorreu entre os anos de 1887 e 1889 foi das mais graves e severas. Para que se tenha ideia do drama que esse flagelo representou para a população nordestina “o Ceará, por exemplo, tinha uma população de 800 mil habitantes. Destes,

120 mil (ou 15%) migraram para a Amazônia”. (Virgínia et al., 2013, p.5).

Muitos homens que constituíam aqueles exércitos de esfarrapados migraram para o território que hoje é o Estado do Acre. Euclides da Cunha escreveu o seguinte sobre a situação desses homens que foram trasladados para a Amazônia: “De feito, o seringueiro – e não designamos o patrão opulento, senão o freguês jungido à gleba das "estradas", o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se”. (Cunha, op. cit., p.119).

No período inicial da exploração da borracha natural, o território que hoje constitui o Estado do Acre pertencia uma parte ao Peru e outra à Bolívia. Todavia, por ser uma região rica em árvores de seringueiras, e nem os peruanos e menos ainda os bolivianos a ocuparem e explorarem, os governantes do Pará, e, sobretudo, o governador Silvério Néri, do Estado do Amazonas, que não concordava com o domínio boliviano sobre o Acre, incentivou a tomada do território do domínio político administrativo daquela nação, patrocinando em 1902 a ação do mercenário José Plácido de Castro, para liderar uma guerrilha contra os postos militares da Bolívia, instalados no Sul-amazônico.

Aliás, acerca do desconhecimento da região pelos não autóctones, *Goycochéa* escreve que esse fato não dizia respeito apenas aos espanhóis e seus descendentes colonizadores do Peru e da Bolívia, senão que os portugueses e seus descendentes no Brasil também só tomaram conhecimento do território a partir de 1852, conforme ilustramos com a citação abaixo.

É preciso se saber, de início, que o território sobre o qual versou a questão entre o Brasil, Bolívia e Perú, até 1852 era absolutamente desconhecido por quem quer que fosse. Foi nesse ano que o brasileiro Manoel Urbano da Encarnação, sabido de Manáos, subiu o Purús e descobriu o Aquiry ou Acre. João Rodrigues Cametá e João da Cunha Corrêa, também brasileiros, nos anos de 1857 e 1861, respectivamente, penetram outras vezes o rio descoberto pelo pioneiro de 1852, navegando-o quase até sua nascente. (*Goycochéa*, 1943, P. 72).

A não exploração das frações territoriais amazônicas pertencentes àquelas duas nações se devia ao fato de os povos daqueles países estarem mais adaptados ao relevo, clima e afazeres culturais do altiplano andino. Isso os fez deixar ao abandono, sem explorar ou povoar aqueles lugares nas terras baixas amazônicas. Estas, eram então, tranquilos territórios de perambulação e moradia de centenas de etnias indígenas que migraram da Selva Central Peruana, a partir do final do século XVIII motivadas por conflitos com colonos e missionários espanhóis, conforme

tratamos na sessão anterior.

A riqueza produzida pela abundância do látex extraído das árvores de seringueiras que sangradas vertiam o ouro branco e que fazia a fortuna dos capitalistas europeus, deixava muito poucos benefícios para a região amazônica. Mas apesar do baixo retorno econômico comparado aos altos lucros dos capitalistas ingleses e holandeses, os governantes das duas metrópoles amazônicas, Belém e Manaus, e os comerciantes estabelecidos naquelas duas praças, incentivavam aventureiros que se embrenhavam na floresta, arrastando exércitos de esfomeados nordestinos, vítimas das políticas fundiárias reinantes naquela região e que se agravavam por ocasião das secas que a acometem periodicamente.

A historiografia oficial, ao longo desses pouco mais de cem anos da expropriação dessas frações territoriais da Bolívia e do Peru, construiu uma narrativa que remonta ao ano de 1899, quando Ramalho Júnior, governador do Estado do Amazonas à época, promoveu uma expedição liderada pelo aventureiro espanhol *Luiz Galvez Rodrigues de Arias*, que fustigou as frágeis guarnições bolivianas e decretou a República Independente do Acre.

Esse personagem era um boêmio inveterado, que perambulou pela capital federal, à época o Rio de Janeiro, e por Recife. Essas perambulações pelo Brasil e idas e vindas se davam sempre em razão das aventuras amorosas em que ele se envolvia. Lima escreve o seguinte sobre esse controvertido personagem:

Chamam-no, os íntimos, apenas de "Dom Galvez". Em seu passaporte, porém, está inscrito um nome pomposo e sonoro: Dr. Luiz Galvez Rodrigues de Arias. Doutor, de fato. Primeiro laureado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Academia de Sevilha. Depois, doutor em leis pela Universidade de Madri, aos 22 anos, com uma tese sobre Direito Internacional, por mais que não o acreditem aqueles que o viram exercer os simples cargos de amanuense e repórter de polícia. (Lima, 1952, p. 39)

Os padrões seringalistas tratavam os exércitos de seringueiros constituídos de migrantes nordestinos de maneira desumana, colocando-os numa situação de servidão análoga a dos africanos trazidos para o Brasil para realizarem trabalhos na condição de escravizados. Existem relatos de barracões que tinham pelourinhos para seviciar seringueiros que subvertessem a ordem estabelecida pelos seringalistas

Martins, página 23, na obra *O Cativo da Terra*, estabelece semelhanças entre o antigo sistema de exploração das lavouras cafeeira desenvolvido na região Sudeste, com o sistema de extrativismo do látex que ocorria no mesmo período do ciclo áureo da borracha na Amazônia.



No sistema cafeeiro, o fazendeiro era um empresário-capitalista e o seu empreendimento se baseava principalmente em relações não capitalistas de produção. No regime seringalista se dava o mesmo, haja vista que o patrão também era um empresário-capitalista que explorava a força de trabalho dos seringueiros por meios não capitalistas de produção. Sem o assalariamento da força de trabalho, e sim por meio do escambo do produto de seu trabalho por um mínimo de mercadorias e alimentos, apenas o suficiente para a garantia da manutenção e reprodução das condições físicas que permitissem a sua continuidade nos ofícios do extrativismo.

E à maneira do antigo sistema escravagista brasileiro, o seringueiro, do ponto de vista da exploração capitalista na Amazônia, cumpria funções semelhantes à dos africanos ou dos afrodescendentes escravizados naquele regime, isto é, ele tinha uma dupla função, haja vista que era a fonte do trabalho e era também a fonte de garantia de ingresso de capital para financiar a exploração da borracha natural, uma vez que, para que os seringalistas obtivessem financiamentos dos capitalistas ingleses e holandeses, fazia-se necessário que aqueles senhores da terra dispusessem de um exército de trabalhadores para garantir a extração da goma elástica presente nas árvores das seringueiras dispersas nas densas florestas da região amazônica. Segundo Martins, 1990, página 32, “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo.”

As correrias descritas acima, realizadas para expropriar os territórios indígenas, propiciaram o extermínio parcial ou total de diversas etnias. Algumas que sobreviveram retornaram para território peruano, ou foram para áreas mais inóspitas do território Sul-amazônico, onde não havia árvores de seringa ou castanheiras, e outras se integraram ao sistema de seringalismo e tentaram manter vivos alguns signos de suas culturas ancestrais, principalmente as línguas que algumas etnias conseguiram manter vivas até os dias atuais. Faziam isso de forma clandestina, pois se o fizessem de forma aberta sofreriam terríveis represálias.

Essas monstruosidades que eram as correrias, que assassinavam e expulsavam indígenas para liberar o rico território modelado por quase dois séculos pelas diversas etnias baixadas das fimbrias andinas, ocorreram entre meados do século XIX e perduraram até os dois decênios iniciais do século XX.

Afirmemos uma vez mais que a reconfiguração sangrenta do território Sul-amazônico, transformando-o em território de exploração de borracha natural em detrimento da territorialização construída pelos povos indígenas originários, se deu

para favorecer os interesses do capital financeiro inglês e holandês.

Como escreve Moreira “a territorialização do capital é, assim, um dos elementos da sujeição da força de trabalho agrícola ao capital.” (Moreira, 2007, p. 32). As hostes pró-capital não conseguiam organizar a força de trabalho necessária ao extrativismo regular da *hevea brasilienses* utilizando a força de trabalho das populações autóctones. Por isso incentivaram a “transferência” de flagelados nordestinos em fuga das secas e das cercas dos latifundiários, que acossam os camponeses da região. Mas isso não significou a ausência da contribuição dos indígenas a empresa seringalista. Os patrões nunca puderam abdicar da contribuição indígena à exploração gomífera. E ela foi fundamental para viabilizar a adaptação dos nordestinos ao sistema de exploração da borracha. As populações indígenas autóctones foram empregadas em tarefas que os trabalhadores trasladados do Nordeste não conseguiam desempenhar, sobretudo em atividades como a de mateiro<sup>30</sup>, que era imprescindível na abertura das colocações de seringa, e também como caçadores, pescadores, remadores e trabalhadores na manutenção dos barracões dos seringais, dentre outras tarefas que somente os indígenas sabiam exercer.

A extração do látex subsidiada pelo capital financeiro dos banqueiros ingleses e holandeses, propiciava lucros significativos aos seringalistas e comerciantes das Casas Aviadoras.

Conforme descrito acima, a exploração do látex se dava por meio de uma rede de instituições e categorias humanas, sendo a principal, a que estava na ponta da cadeia produtiva, a dos seringueiros.

Os governantes dos Estados do Pará e do Amazonas, de olho nos impostos que a atividade gerava, passaram a fazer propaganda no Nordeste, descrevendo o Norte como o novo Eldorado, exaltando as facilidades para enriquecer explorando o ouro branco amazônico. Nessa propaganda usavam a metáfora de que enriquecer trabalhando nos seringais da Amazônia, era muito fácil, pois se ganharia dinheiro como se estivesse colhendo folhas das árvores das seringueiras.

---

<sup>30</sup> Mateiro era um profissional fundamental para o extrativismo. Essa profissão era desempenhada pelo habitante autóctone, os indígenas das diversas etnias, haja vista que estes tem conhecimento profundo da floresta e são capazes de se moverem em seu interior orientando-se apenas pelo sol. Eles apresentam também competência para identificar qualquer planta da flora. Os nordestinos não detinham essas competências, e elas eram imprescindíveis para identificar as seringueiras dispersas na Floresta, para organizar as estradas de seringa.

Essa propaganda visava desviar a rota dos retirantes nordestinos que migrariam preferencialmente para o Sudeste em busca de trabalho nas lavouras de café.

É óbvio que em vez da riqueza fácil, ocorria aquilo que Euclides da Cunha descreveu: a escravização irremediável por meio de uma dívida que o seringueiro nunca conseguia saldar com o patrão, que lhe cobrava desde a passagem do Nordeste até o seringal, os víveres para a alimentação os instrumentos de trabalho e até os remédios, quando eram acometidos por enfermidades, sobretudo a malária que vitimou milhares de nordestinos. Esse destino mórbido era de tal forma recorrente, que muitos dos que constituíram aqueles contingentes de seringueiros nunca mais retornaram para as suas terras de origem, salvo raríssimas exceções, pois a maioria, além de não conseguir tirar saldo que pudesse pagar as dívidas com o patrão e custear as despesas da viagem para o retorno a sua região, muitos pereciam vítimas da malária. E havia outros males que acometiam os *brabos*, como eram conhecidos os nordestinos agregados aos trabalhos do extrativismo. Os males mais comuns que abatiam esses homens era o escorbuto, que é causado pela falta de vitamina C no organismo e o beribéri, que é uma doença provocada pela carência de uma vitamina do complexo B.

Mas alguns foram vítimas também de flechas atiradas pelos indígenas das etnias arredias em defesa de seus territórios invadidos e expropriados. Outros ainda pereciam vitimados por feras como as onças, os jacarés e por grande variedade de serpentes peçonhentas e constritoras.

Vale ler o relato de Cunha acerca da exploração dos seringueiros pelos patrões seringalistas nas transações comerciais. O sistema comercial do barracão capturava e mantinha os seringueiros em estado de servidão pelo resto de suas vidas, e muitos legavam débitos aos descendentes. Conforme pontuamos acima este autor esteve no Acre quando o território fora recém-incorporado ao mapa do Brasil, fato ocorrido em 1903 por meio do Tratado de Petrópolis. A estada de Cunha ocorreu entre os anos de 1904 e 1905, sendo, portanto, uma privilegiada testemunha dos fatos. Vamos ao texto de Cunha!

Vede esta conta de venda de um homem: No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa ao Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte, num gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo a que se destina, e que é na média, de 150\$000. Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um

boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais. Aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é um brabo, isto é, ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve: 1:135\$000. Segue para o posto solitário encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneiros de farinha-d'água, 1 saco de feijão, outro, pequeno, de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Isto lhe custa cerca de 750\$000. Ainda não deu um talho de machadinha, ainda é o brabo canhestro, de quem chasqueia o manso experimentado, e já tem o compromisso sério de 2:090\$000. Admitamos agora uma série de condições favoráveis, que jamais concorrem: a) Que seja solteiro; b) Que chegue à barraca em maio, quando começa o corte; c) Que não adoença e seja conduzido ao barracão, subordinado a uma despesa de 10\$000 diários; d) Que nada compre além daqueles víveres – e que seja sóbrio, tenaz, incorruptível; um estóico firmemente lançado no caminho da fortuna arrostando uma penitência dolorosa e longa. Vamos além – admitamos que, malgrado a sua inexperiência, consiga tirar logo 350 quilos de borracha fina e 100 de sernambi, por ano, o que é difícil, ao menos no Purus. Pois bem, ultimada a safra, este tenaz, este estóico, este indivíduo raro ali, ainda deve. O patrão é, conforme o contrato mais geral, quem lhe diz o preço da fazenda e lhe escritura as contas. Os 350 quilos remunerados hoje a 5\$000 rendem-lhe 1:750\$000; os 100 de sernambi, a 2\$500, 250\$000. Total 2:000\$000. É ainda devedor e raro deixa de o ser. No ano seguinte já é manso; conhece os segredos do serviço e pode tirar de 600 a 700 quilos. Mas considere-se que permaneceu inativo durante todo o período da enchente, de novembro a maio – sete meses em que a simples subsistência lhe acarreta um excesso superior ao duplo do que trouxe em víveres, ou seja, em números rendondos, 1:500\$000 – admitindo-se ainda que não precise renovar uma só peça de ferramenta ou de roupa e que não teve a mais passageira enfermidade. É evidente que, mesmo neste caso especialíssimo, raro é o seringueiro capaz de emancipar-se pela fortuna. (Cunha, op. cit. 2000, pp. 118-119)

Para além dessa exploração descrita por Cunha, que ocorria por meio da servidão pela via do endividamento, a servidão dos seringueiros também era alimentada por meio da tortura, e de outros castigos físicos e psicológicos, impostos pelos patrões aos extrativistas.

É muito importante e ilustrativo o registro do escritor português Ferreira de Castro, no clássico romance *A Selva*. Essa obra foi inspirada em sua vivência como gerente em um seringal no antigo território federal de Rondônia. Referindo-se acerca dessa obra o autor registrou que devia a escrita desse romance “a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazônica e pelo muito que nela sofreu durante os primeiros anos da minha adolescência”. (Castro, 2009, p. 18) Ele escreveu que o relato contido nessa obra se devia também

sobretudo, aos anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus meio irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da

borracha entregava a sua liberdade e a sua existência. (Castro, op. cit. p. 18)

Portanto, Castro tinha conhecimento e vivência reais daquela dura realidade, que o capacitou a relatar de maneira fidedigna as agruras por que passavam, conforme as suas palavras “os cearenses e maranhenses nas florestas da Amazônia”. Esses homens nordestinos foram trasladados para a região Norte onde viveram em condições de extremas adversidades, sendo colocados em situação análoga a dos escravizados e escravizadas das fases colonial e imperial, porque passou a história do país.

Atentemos ao trecho do romance que transcrevemos abaixo, em que é narrado um episódio acerca de um grupo de seringueiros que fugira das opressões de um patrão seringalista. O grupo é capturado pelos jagunços do seringalista e colocado em situação análoga a dos escravizados e escravizadas do passado brasileiro:

Só deu por Elias, que vinha atrás dele, quando o ouviu dizer, já a meio da varanda:

— Os outros, hoje, não comem...

— Quais outros?

— Os que tinham fugido. Os que estão no barracão velho...

— Quem lhe disse isso?

— O Alexandrino. Estão amarrados num tronco, como os negros que eram escravos, e fechados à chave para que ninguém lá vá.

— Mas isso é verdade?

— Se foi o Alexandrino quem os amarrou! Eu vou ao quarto, já volto. Elias sumiu-se na escuridade do corredor e Alberto começou a andar na varanda, a ir e a vir em frente dos aposentos de Guerreiro, com um misto de revolta e de angústia e amarga sensação de impotência. (Castro, 1960, p. 179)

Os métodos de sevícias praticados contra os seringueiros gurdavam trágicas semelhanças aos que eram empregados contra os africanos e as africanas escravizados/as em nosso país. O Brasil conviveu por quase 350 anos com o regime escravocrata que degradava os seres humanos a ele submetidos. Os primeiros africanos/as escravizados/as chegaram ao Brasil entre 1539 e 1542, mas o tráfico recrudescceu a partir da década de 1550, sendo oficializado em 1568. Sua vigência ocorreu oficialmente até o ano de 1888, sendo que essa prática ainda incide nos dias atuais em empreendimentos rurais localizados em regiões inóspitas, onde é empregado por segmentos do agronegócio.

Leiamos a continuidade do relato de Castro:

Elias percorreu a varanda com os olhos, levou-os mesmo lá abaixo, ao ângulo visível do barracão velho, onde o drama prosseguia; e depois, tranquilo sobre testemunhas, respondeu com uma pergunta:

— Não ouviu nada esta noite?

— Não, não ouvi.

— Nem eu. Tenho o sono pesado...  
 — Mas que foi?  
 — O João ouviu. E parece que seu Guerreiro também, porque o Alexandrino, ao sair, viu luz no quarto dele...  
 — Mas ouviu o quê? Diga depressa!  
 — É que o Alexandrino bateu, esta noite, com um peixe-boi<sup>31</sup> nos homens. E eles gritaram... — Bateu? — Abriu a porta e, no escuro, sem que os homens soubessem quem era, zás! zás! zás!  
 — Isso é capaz de não ser verdade...  
 — Não é verdade? Vá à cozinha. Está lá o peixe-boi cheio de sangue. O Alexandrino bateu até fazer sangue. Foi ele mesmo quem o disse...  
 O João ouviu e o Tiago também. Os homens estavam amarrados e não se podiam defender... (Castro op. cit. p. 181)

Para realizar a ocupação das terras do Sul-amazônico para a implantação do extrativismo da seringa se fazia necessário constituir uma nova territorialidade, e os governantes dos Estados do Pará e do Amazonas, mais notadamente o deste último tentaram várias estratégias para retirar a soberania daquela rica porção territorial que era da Bolívia, pois era intenção dos governantes amazonenses anexar o território que hoje é o Estado do Acre como apêndice de seu Estado.

Esses governantes, juntamente com os patrões seringalistas, apressaram as estratégias para anexar aquela fração sul-amazônica, sobremaneira quando tomaram conhecimento que o governo boliviano estava acertando um contrato de concessão de uso do território para um consórcio empresarial estadunidense denominado *Bolívia Syndicate*. Lima descreve assim esse episódio:

Assina-se o contrato de arrendamento entre a Bolívia, representada por seu Ministro Plenipotenciário, e Mr. Frederick Willingford Withridge, encarnando os poderes da sociedade incorporada sob o nome de THE BOLIVIAN SYNDICATE OF NEW-YORK CITY IN NORTH AMERICA, cuja presidência cabe aos plutocratas que sempre sabem ser amáveis com os pimpolhos dos Chefes de Estado - a um filho do Presidente Teodoro Roosevelt. Uma companhia integrada nos mais salutaros princípios de solidariedade social, que quer levar o progresso e a civilização a um pedaço de floresta esquecida, em troca apenas de umas poucas prerrogativas: Direitos absolutos de administração fiscal e policial. Exclusividade para as iniciativas de exploração do território. Poderes para manter um exército. E uma pequena esquadra também. Enfim, uma promissora organização no gênero das "chartered companies", aquela mesmo que criou as belas civilizações que podem ser vistas numa viagem a Zanzibar ou à Colônia do Cabo. (Lima, 1952, p. 88)

Na busca por alternativas para impedir esse contrato entre o governo boliviano e o *Bolívia Syndicate*, as casas aviadoras em conjunto com os governos do Pará e do Amazonas, estimularam os patrões seringalistas que exploravam as terras sul-

---

<sup>31</sup> Relho feito com o pênis do peixe-boi ou com o couro torcido do animal. Devido ao seu caráter pesado o relho causa dor muito elevada e pode dar origem a graves problemas de saúde quando infligido à pele humana.



amazônicas a contratarem um mercenário gaúcho chamado José Plácido de Castro, para liderar uma guerra de guerrilha contra as débeis guarnições bolivianas.

Plácido de Castro era um ex-militar do exército brasileiro e nos últimos dias de fevereiro de 1902, se encontrava em Manaus. Naquele momento ele estava de partida para executar trabalhos de demarcação de seringais no Alto Juruá. O trabalho de agrimensor que o futuro caudilho iria exercer em favor dos patrões seringalistas brasileiros garantiria a esses barões da terra a posse de imensos latifúndios demarcados em territórios que não pertenciam ao Brasil.

Com a proposta irrecusável feita pelos patrões do Alto Acre, Plácido de Castro desfez o contrato como agrimensor que já houvera firmado com os seringalistas do Juruá, e estabeleceu um novo contratado, para exercer trabalhos como mercenário, com a missão de fustigar guarnições militares bolivianas instaladas onde atualmente se encontram os municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Rio Branco e Porto Acre.

O mercenário liderou um exército de seringueiros, verdadeiro exército de *Brancaleone* para combater contra frágeis guarnições bolivianas. Vale registrar que até o início do século XX o Acre era um lugar de desterro para homens nordestinos que fugiam da seca e das cercas do latifúndio naquela região. Eles foram obrigados a fugir para a Amazônia para não morrer de fome e de sede em sua terra natal. Chegando à região eles se tornavam degredados em uma terra que jamais lhes pertenceria.

Os seringalistas obrigaram esses homens a participarem, na condição de soldados rasos, em confrontos comandados por Plácido de Castro contra guarnições bolivianas. Após vencer a guarnição que estava localizada em Xapuri ele “combateu” contra outra localizada no seringal *Porvenir*, no território que hoje pertence ao município de Epitaciolândia, finalizando os combates na Vila de *Puerto Alonso*, onde hoje se localiza o município de Porto Acre. Mas antes houve um combate onde hoje se encontra a capital, Rio Branco, e que à época era apenas um seringal chamado Volta da Empresa.

Na historiografia oficial essas escaramuças foram denominadas de revolução acreana e o mercenário alçou à condição de herói fundador do Estado do Acre.

O primeiro “combate”, conforme escrevi acima, se deu contra a intendência boliviana localizada onde hoje se encontra o município de Xapuri. Àquela época o território aparecia nos mapas bolivianos com o nome de "Território de Colônias". O vilarejo ali assentado tinha o nome de "*Mariscal Sucre*" e abrigava o Intendente *Dom*

*Juan de Dios Barrientos* que comandava uma pequena guarnição de soldados.

O “combate” em Xapuri, que na verdade não foi tão combate assim, mas uma emboscada perpetrada na madrugada do dia seis de agosto de 1902 para render o intendente boliviano. Lima descreve assim o episódio:

Às cinco da manhã, já é dia claro. Mas o povoado ainda ressona, fato que não deixa de causar estranheza. Ignoram os assaltantes que êsse dia 6 de agosto representa uma data de maior significação nacional. A data da Independência da Bolívia. E o povoado ainda dorme, porque, antecipando os festejos comemorativos do brilhante acontecimento da vida sul-americana, desde a véspera haviam sido copiosíssimas as libações gratulatórias. A ação é rápida. Plácido penetra na Intendência. Apossa-se de umas poucas carabinas e de dois cunhetes de bala. E chama por alguém, em voz alta, batendo palmas fortemente. Quem acode é o próprio Dom Juan de Dios Barrientos. Pensa o simpático Intendente que se trata da rapaziada boêmia, que vem acordá-lo precipitadamente, assim tão antes da hora combinada para iniciar o programa das festividades. E grita, estremunhado, a ver se demove os foliões e consegue remergulhar no sono reparador: - Caramba! Todavía es temprano para la fieata! (Lima, 1952, p. 128)

Os ufanistas sempre descreverão os enfrentamentos do “exército” do mercenário Plácido de Castro como “combates”. Como atos heroicos, mesmo quando o herói se sai mal em alguma escaramuça. Conforme Marins (2011, p. 44) no relato da escaramuça ocorrida no seringal Volta da Empresa: “Pela madrugada, de súbito, um tiro no ar, e um dos soldados cai no chão, varado por um projétil. Poucos passos adiante, outro é atingido.” Mas o troco é relatado de forma bem performática para exaltar o gênio e o desapego militar de Plácido, assim como a coragem dos soldados seringueiros. Leiamos a citação abaixo:

Aqueles dias foram de grande atividade nos preparativos, apesar de o comandante sofrer contínuos acessos de febre palustre, que o obrigavam a permanecer horas no leito. E também ordenara, assim mesmo, que o transportassem através das trilhas e dos igarapés, deitado em uma rede. Plácido tudo preparara para a dura luta, de resultados incertos. Até mesmo poderia contar com precários serviços médicos e de enfermagem. Dispôs seus homens. Devia atacar pelo flanco direito e pela retaguarda. Formariam um anel de ferro em torno do inimigo entrincheirado e armado até os dentes. (Marins, 2013, p. 46).

Os narradores do lado dos derrotados tem uma visão realista dos fatos sucedidos e das condições efetivas em que se deu o “combate” de Puerto Alonso. Domingo escreve o seguinte acerca de daquele povoado

Puerto Alonso era um poblado fantasma. La población fundada por Paravicini meses atrás, catorce casas y seis almacenes hechos de madera, planchas de zinco y palmas, tenía sólo nueve habitantes: um teniente y ocho soldados bolivianos. El lugar que había sido sede de la aduana boliviana ofrecía um estado de lamentable abandono com los soldados vegetando entre las barracas. (Domingo, 2003, p. 113).

Os vencedores descrevem *Puerto Alonso* como uma fortaleza invencível, na iminência de receber significativo reforço de militares descidos de *La Paz*. Conforme Marins obra citada p. 46 “Os seringueiros, aos poucos, envolveram o inimigo e desejavam vencer o mais depressa possível, pois havia notícias inquietadoras: grandes exércitos desciam dos Andes e milhares de índios semicivilizados vinham juntos para combater”.

E Costa escreve o seguinte acerca da vitória de Porto Acre, no último “combate” que marcou os conflitos que levaram à anexação do território que hoje é o Estado do Acre.

O tiroteio prolongou-se durante todo o dia. A noite não o interrompeu, senão ao cair da madrugada. Os bolivianos jogavam a sua última cartada. De fato, ao alvorecer, o inimigo acenava aos adversários com uma bandeira branca. O símbolo da paz, àquela hora, era a derrota da Bolívia, na sua última posição militar. (Costa, 1974, p. 91).

Esses episódios são narrados com ufanismo pela historiografia oficial do Estado do Acre, e a essas escaramuças denominam de *Revolução Acreana*. Como se pode depreender do que expus esses e os outros episódios de lutas e enfrentamentos militares eram muito improváveis de vitória para o lado boliviano, haja vista que as “batalhas” se deram em campos distantes do centro do poder administrativo do país andino. Também não existiam vias rodoviárias ou mesmo fluviais que possibilitassem o fluxo de tropas entre *La Paz* e o palco do litígio na Amazônia. Por esta razão as guarnições bolivianas não podiam dispor de armamentos suficientes e os contingentes de soldados disponíveis eram pífios. Não havia qualquer possibilidade para a reposição das baixas havidas por morte, ferimentos incapacitantes ou por aprisionamentos feitos durante os “combates”.

Quando os conflitos cessaram foi imposta uma saída diplomática aos bolivianos por meio do Tratado de Petrópolis. Esse tratado foi coordenado pelo diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco e assinado em 17 de novembro de 1903.

Por meio desse tratado ficou definida a anexação ao Brasil do território que constitui hoje o Estado do Acre. Conforme escrevem Rafael et all (2021, p. 29): “Vale ressaltar que a região onde atualmente é o Estado do Acre, durante o governo imperial e no início da república, o Brasil reconhecia espaços de soberania boliviana estabelecido no Tratado de Ayacucho”. Este tratado, também denominado de Tratado da Amizade, foi assinado entre Brasil e Bolívia no dia 27 de março e selado em 23 de

novembro de 1867, na cidade boliviana de *La Paz*.

O caudilhesco mercenário José Plácido de Castro, tido pela historiografia oficial como líder da revolução acreana se desnuda em sua trajetória pós-conflitos. Ele se torna seringalista e, portanto, explorador da força de trabalho dos degredados seringueiros. Ele desempenhou esse novo papel de uma forma tão desumana quanto os demais patrões o faziam.

Não podemos deixar de interrogar como se pode denominar de revolução popular uma disputa para expansão do capital, num regime que sustentava um modelo econômico que era quase escravocrata? Como se pode denominar revolução, a uma disputa que usou trabalhadores para combater e após sair vitoriosa manteve o mesmo regime de exploração dos trabalhadores? Não distribuiu terras aos camponeses revolucionários, e nada fez para atenuar o sofrimento imposto pelos patrões seringalistas! Na verdade, o mercenário Plácido de Castro deixou os “combatentes”, seus comandados, à própria sorte, tornando-se, ele próprio, um patrão seringalista. E ao tornar-se seringalista, o mercenário passa a gozar das benesses concedidas pelo *status quo* aos exploradores da força de trabalho dos seringueiros.

Lima, numa tentativa de pintar o mercenário com tintas de empreendedor humanista, não consegue esconder que o rei está nu. Eis o relato contido no capítulo denominado “Um novo senhor de terras”, na obra “Plácido de Castro: um caudilho contra o imperialismo”. A rotina do mercenário após os conflitos é assim descrita na obra:

Poucas milhas acima da “Volta da Emprêsa” – onde a legião libertadora sofrera o “batismo de sangue” com as fôrças do Coronel Rojas e – estende-se sôbre um trecho da margem direita do rio Acre o seringal de Plácido de Castro. Chama-se “Capatará”. Adquiriu-o legalmente, a crédito, de um espólio que fôra adjudicado a uma firma de Belém, e ao preço de cento e vinte contos de réis, pagáveis a longo prazo. Não era, então, um seringal florescente, em plena produção da riqueza gomífera. Reduzia-se a uma faixa de terra desprezada, com as “estradas” de borracha invadidas pela pujante proliferação dos cipoais, em franca decadência extrativa, desprestigiada junto aos “fregueses”, sem conceito no cadastro das firmas “aviadoras” de Manaus e Belém. Rebotalho de uma propriedade em litígio, a consumir-se entre as querelas de herdeiros e vizinhos, não escapara à sorte final que logicamente havia de esperá-la: a adjudicação ao credor principal do antigo dono, de quem Plácido acabara por comprá-lo, para espanto dos que o viam aventurar-se a tão pouco promissora emprêsa. A transmissão do feudo abandonado é rápida. Em poucos meses, principia a erguer-se ali uma organização extrativa diferente das que se modelavam pela rotina regional. Cada dia é um novo “freguês” que se incorpora à sua lista de produção, conquistado apenas pela atmosfera de inflexível seriedade que norteia as transações de patrão e seringueiro. A borracha que vem chegando e pesada em balanças exatíssimas, avaliada na sua qualidade com a mais rigorosa preocupação de lisura. Em vez do simples fanatismo de ganhar o máximo, domina o ex-chefe da revolução – hoje

gerente e sócio principal da firma P. Braga & Cia. – o espírito progressista, a ânsia de imprimir um ritmo novo à indústria que absorve toda a vida da região. A confiança dos "fregueses" aumenta de dia em dia. Como não há de ser assim, se esse homem de barba andô, que dirige pessoalmente a vida do seringal, é o mesmo que ainda meses antes os comandara pela selva a dentro, impondo-se como um símbolo de honestidade? Mas não só os seringueiros se vão entregando de olhos fechados ao novo "patrão". Também as mais importantes firmas "aviadoras" das capitais do Amazonas e do Pará lhe abrem incondicionalmente os limites do crédito, como a firma B. Antunes & Cia. que, espontaneamente, lhe oferece um crédito de seiscentos contos de réis. "Capatará" transmuda-se com uma velocidade vertiginosa. **Só não muda, nas relações de "patrão" a "freguês", o espírito ditatorial do novo senhor.** O caudilho continua a impor sua autoridade e seus pontos de vista. A inatacável lisura de sua maneira de negociar, cobra-a dele ao preço da absoluta submissão aos seus princípios de rígida disciplina. Diferente dos "patrões" peculiares à região - que punem o servo que ouse plantar duas quadras de milho, e, com isso, restrinja as compras de gêneros no barracão senhorial – o tirano de "Capotará" lhes impõe, nas horas de folga da extração, o cultivo de pequenas lavouras de fácil produção. E na faina gomeira, exige o máximo de trabalho, pontualidade e senso de economia. Sem falar do comportamento, que tem de ser exemplar, impecável. isento de qualquer desvio que deixe lembrar o espírito de façanha e banditismo contra o qual teve de lutar, quando da organização do seu exército. A conduta tem de ser impecável, como se estivessem às vésperas de um combate contra forças invasoras do território. Plácido de Castro pauta a linha de sua existência pela mais inflexível temperança. Abomina o álcool. Considera o jogo um vício degradante. O fumo parece-lhe apenas inútil e pouco asseado. Pois os seus homens têm proibição de beber, pelo menos ostensivamente. O jogo inscreve-se em seu cadastro de infrações como sumário motivo de afastamento do seringueiro. E aos abusos do tabaco, dedica de vez em quando alguma prédica mais branda, aos domingos pela manhã, à hora dos aviamentos, instante por ele sempre escolhido para suas palestras de propaganda da vida sóbria. Que também não chafurde nos desvarios da gula – recomenda-lhe o "patrão" de hábitos frugais, cujo único excesso se reduzia à eventual sofreguidão com que, às vezes, devorava uma lata de quilo de goiabada. E que, por isso, aliás, era tão liberal para com os, "fregueses" amigos da goiabada – companheiros do mesmo fraco gastronômico. **O senhor do "Capatará" impõe aos seus seringueiros um regime de trabalho intensivo.** Não se permite a ele próprio, igualmente, um momento de repouso. Desdobra-se em atividades múltiplas através do dia inteiro, indiferente à inclemência do clima, despercebido dos passageiros surtos febris com que o velho impaludismo o assalta vez por outra. Trabalhar – é a idéia que o empolga – trabalhar incessantemente, como se ainda estivesse em plena pugna contra o "Bolivian Syndicate. **Porque, hoje, é a fortuna que o preocupa. Só a ânsia de enriquecer enche o horizonte do seu futuro imediato. Dia a dia mais apaixonadamente, à medida que seus domínios se alargam em fabulosos latifúndios circunvizinhos, que vai incorporando à propriedade inicial.** Abrindo novas "estradas" de seringa. Atraindo novos "fregueses". Furando vias de comunicação. Alastrando o seu domínio pessoal. (Lima, 1952, pp. 280-283, Grifos meu.)

Uma vez efetivada a anexação do território que hoje é o Estado do Acre ao mapa do Brasil, sua organização político geográfica levou em consideração a configuração já adotada pelos indígenas, isto é, considerou-se a drenagem do território pelos dois, dentre as dezenas dos mais importantes caudais hidrográficos

formadores do rio Amazonas: o rio Juruá e o rio Purus.

Na incorporação daquela porção de terras, florestas e rios, que antes pertenciam, desde o ponto de vista da legalidade diplomática, ao Peru e à Bolívia, e que efetivamente pertencia aos indígenas, animais e espíritos que nela viviam, criou-se um formato político administrativo até então inexistente: o de Território Federal.

A criação do Território Federal do Acre foi operacionalizada por força do decreto n.º 5.188, de 7 de abril de 1904. O território foi dividido em três departamentos administrativos geridos por prefeitos federais: O do Alto Acre, o do Alto Purus e o do Alto Juruá.

Os prefeitos desses departamentos foram nomeados pelo poder central e um delegado, preferencialmente residente em Manaus, fazia a intermediação desses prefeitos com o governo federal. Em caso de vacância na função de prefeito departamental, a vaga deveria ser preenchida pelo comandante do 1.º Distrito Militar localizado em Manaus.

Para a prefeitura do Alto Purus foi designado o General Siqueira de Menezes. A escolha desse militar se deveu à sua experiência de combate na Guerra de Canudos, porque o território para o qual ele fora nomeado é fronteiro ao Peru, e as autoridades daquele país instalaram postos militares e aduanas para cobrar impostos dos seringalistas brasileiros na foz do rio *Chandles*, no rio Purus. Era necessário ter naquele posto um administrador com experiência bélica, pois se fazia necessário articular a defesa militar do território.

Outra prefeitura criada pelo decreto 5.188, foi a do Alto Acre. Essa visava garantir e fazer a vigilância da fronteira com a Bolívia. Talvez por ter sido negociada e legalizada a expropriação dessa fração do território boliviano pelo tratado de Petrópolis, não houve conflitos como os ocorridos com o Peru. Apesar disso o governo federal nomeou para o cargo de prefeito o coronel do exército Raphael da Cunha Matos.

A terceira prefeitura foi a do Alto Juruá, que também fora instalada para manter vigilância da fronteira com o Peru. A administração dessa prefeitura foi entregue ao marechal Gregório Taumaturgo de Azevedo. Esse militar, no final do século XIX, ocupou funções como secretário da Comissão de Limites do Brasil com a Venezuela e como comandante-geral de fronteiras no Estado do Amazonas. Essas experiências o habilitaram para exercer a chefia da prefeitura departamental do Alto Juruá, que também faz fronteira com o Peru. As autoridades desse país, a exemplo do que



fizeram na foz do rio *Chandles*, instalaram posto militar e aduana na foz do rio Amônia, no rio Juruá, para cobrar impostos dos seringalistas brasileiros.

Essa divisão em territórios federais tinha por principais finalidades colocar o poder político brasileiro nas áreas estratégicas de fronteiras do Brasil com o Peru e a Bolívia e garantir a presença de agentes públicos federais com a responsabilidade de arrecadação de impostos. Portanto, por questão de segurança nacional, o governo federal nomeou militares como os primeiros prefeitos das três recém-criadas prefeituras federais do Acre. Isso se deveu ao fato desses militares terem experiências em conflitos bélicos ou em gestão de litígios de fronteiras, como era o caso do Marechal Thaumaturgo.

O rio Acre é um importante afluente do rio Purus. Ele foi explorado pela primeira vez por um não indígena, João Gabriel de Carvalho e Melo um cearense natural do município de Uruburetama. Esse fato se deu no dia três de março de 1878. O rio era denominado pelos habitantes autóctones pelo nome *Aküri*, que na língua da etnia *Apurinã* significa rio de águas barrentas. Há especulações entre estudiosos da história do Estado acerca do nome Acre. Existe uma hipótese de que este nome seria uma corruptela da palavra *Aküri*. João Gabriel, um sertanejo semianalfabeto, assim como seus seguidores, não conseguia escrever aquela palavra pronunciada por seus interlocutores indígenas. Então, ao formular o pedido de mercadorias ao seu fornecedor em Belém, o comerciante visconde de Santo Elias, foi escrita uma palavra que os caixeiros da casa aviadora tiveram dificuldades de entender e traduziram como Acre.

Mas essa especulação tem versões que a contestam, pois alguns pesquisadores localizaram a denominação Acre em épocas anteriores à penetração de João Gabriel no rio das águas barrentas dos *Apurinã*.

Um dos argumentos que refutam a teoria de que a interpretação feita pelos caixeiros de Belém, aportuguesando a palavra *Aquiri* para o nome Acre, defende que o responsável por este feito teria sido o coronel Antônio Rodrigues Pereira Labre, que entre os anos de 1870 e 1872 explorou a região do médio rio Purus, por terra.

Acerca das questões de fronteiras, as autoridades peruanas não concordavam com os limites que foram estabelecidos nas negociações oficiais realizadas entre o Brasil e a Bolívia, pois os marcos que foram estabelecidos pelo Tratado de Petrópolis subtraíam frações importantes do território do país. E na verdade, para as autoridades peruanas isso era uma reincidência, haja vista que desde o Tratado de *Ayacucho*, o

governo peruano demonstrava insatisfação com as concessões territoriais feitas pela Bolívia ao Brasil. Vargas escreveu o seguinte acerca desse tratado

O primeiro acordo fronteiriço entre os dois vizinhos foi o Tratado de amizade, limites, navegação, comércio e extradição, ou Tratado de Ayacucho, firmado na cidade de La Paz de Ayacucho, em 27 de março de 1867. Com esse tratado, o governo boliviano de Mariano Melgarejo (1864-71) fez uma enorme concessão territorial ao Brasil – dizendo certa lenda boliviana que a troco de um “cavalo branco magnífico” com que o teria presenteado um ministro brasileiro. O governo peruano protestou, alegando que a Bolívia cedera territórios que não lhe pertenciam. O Tratado de Ayacucho operava, em verdade, uma espécie de permuta: ao mesmo tempo em que a Bolívia recuava suas fronteiras até os rios Guaporé e Mamoré, cedendo ao Brasil porções territoriais a que tinha direito com base nos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), o Império do Brasil por sua vez abdicava, em benefício da Bolívia, de suas reivindicações sobre a grande área, então despovoada, que hoje corresponde ao estado do Acre. O princípio norteador do acordo foi o *uti possidetis de facto*. (Vargas, 2017, p.215)

Em razão dessa reincidência da Bolívia em ceder frações de territórios do seu país vizinho aos brasileiros, os governantes peruanos resolveram instalar postos avançados com destacamento militar e aduana na foz do rio Amônia, afluente do rio Juruá em 18 de outubro de 1902, na área da prefeitura departamental do Alto Juruá.

E em 23 de junho de 1903 instalaram outra aduana no rio Purus, na foz do rio *Chandles*, na região administrativa da prefeitura do Alto Purus. (Novak, 2013, p. 33, 34). Com estes atos do governo do Peru foram abertos sérios litígios nessas regiões, gerando confrontos bélicos. Mas foi o incômodo das autoridades peruanas com a agressão aos seus direitos territoriais que fez com que reagissem. Bandeira escreve o seguinte:

De fato, informe circulava de que o governo do Peru pretendia não apenas permanecer no Alto-Purus e Alto-Juruá, mas também avançar pelo Baixo-Juruá e ocupar várias cidades do Amazonas, inclusive Manaus. As medidas tomadas pelo governo brasileiro intimidaram, porém, as autoridades de Lima que, imediatamente, instruíram o ministro Hernán Velarde no sentido de buscar uma conciliação e, em 12 de julho de 1904, Brasil e Peru firmaram um *modus vivendi* no Palácio do Itamaraty. (Bandeira, 2000, p.14)

Restaurada a paz com o Peru, o governo brasileiro seguiu explorando a força de trabalho dos seringueiros.

E vale o registro de que mesmo após a permuta da condição de território federal, com a elevação à categoria de Estado, prevaleceu e continuou na divisão e na organização territorial e político geográfica do Acre, os parâmetros com base nas duas bacias hidrográficas, a do Juruá e a do Purus.

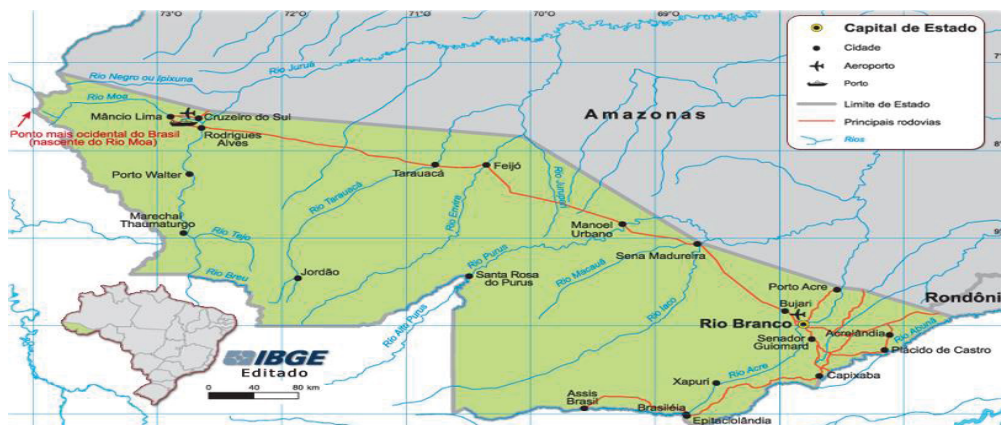


Figura 10 – Mapa político do Acre atualizado com os 21 municípios que compõem o Estado.

Atualmente o Estado possui 22 municípios que são agrupados para efeito do planejamento das políticas de desenvolvimento em duas mesorregiões, a do Vale do Acre e Purus e a do Vale do Juruá, sendo que estas se subdividem em cinco regionais ou microrregiões, conforme descrevemos abaixo:

1. Microrregião do Alto Acre. Agrupa os municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri (a RESEX e o PAE Chico Mendes encontram-se nessa regional);
2. Microrregião do Baixo Acre. Congrega os municípios de Capixaba, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guimard, Porto Acre, Bujari e Rio Branco;
3. Microrregião do Purus. Agrega os municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus;
4. Microrregião do Tarauacá/Envira. Agrupa os municípios de Tarauacá, Jordão e Feijó e;
5. Microrregião do Juruá. Congrega os municípios de Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.



Figura 11 – Microrregiões do Acre.

Nessas microrregiões se encontram os principais rios acreanos: o Acre, o Purus, o Envira, o Tarauacá, o Juruá e o Gregório.

Conforme já aludido, a nova territorialidade construída no Sul-amazônico voltada para o trabalho extensivo com o extrativismo da borracha natural, gerou a necessidade de campanhas visando a migração de população de fora da região amazônica. Isso foi feito com uma maciça propaganda para incentivar o traslado de homens solteiros da Região Nordeste para o território que até então não pertencia ao solo brasileiro. Naquele período os nordestinos e notadamente os cearenses, que foi o Estado que mais destinou homens para o Acre, viviam em situação de penúria em razão das seguidas secas que assolavam a região.

Esses contingentes humanos foram assentados numa região inóspita e totalmente diversa, do ponto de vista ambiental, de seus lugares de origem, que era seco e com pouca vegetação, contrário a esse novo ambiente com excesso de águas, com florestas densas e terras férteis, mas que lhes era interdito cultivar roçados para as suas próprias subsistências.

Secreto, refletindo acerca da impressão dos nordestinos em relação ao ambiente físico amazônico e a sensação causada nesses nordestinos, ao chegarem à nova terra, escreve que

Benchimol define a relação com a nova paisagem como terror, pânico d'água. O cearense sempre se lembra de seu sertão, embora devamos salientar que os entrevistados são recém-chegados – “brabos” – desembarcados depois de dias de navegação fluvial. É o confronto do conhecido com o desconhecido: “Não gosto desta terra feia e encharcada”, ou “gosto do enxuto”. “Eu não abandono o meu sertão”. (Secreto, 2006, p. 25)

Vale o registro que antes do auge registrado no primeiro ciclo de extração da borracha, entre 1875 e 1910, a população amazônica denominada regionalmente de cabocla, por ser mestiça ou indígena de diversas etnias, desenvolvia atividades de coleta, caça, pesca, cultivo de milho e tubérculos variados, como inhames, taiobas, carás e principalmente as mandiocas. Essa atividade era secular, conforme se pode atestar na narrativa de *Gaspar de Carvajal* intitulada *Descobrimento do Rio de Orellana*, na qual é apresentada a saga de Francisco de Orellana e Gonçalo Pizarro saindo de Quito no Equador em fevereiro de 1541 e chegada em Belém em setembro do mesmo ano.

A narrativa dá notícias de que as práticas agrícolas já eram desenvolvidas no século XVI pelas diversas etnias presentes na calha do rio Amazonas. Leiamos o texto

abaixo:

No dia seguinte encontrámos outra aldeia do mesmo feitio e, como tivéssemos necessidade de comida, fomos forçados a atacá-la. Esconderam-se os índios, para que saltássemos em terra, e vendo que já tínhamos desembarcado, saíram da sua emboscada com imensa fúria. Vinha adiante o seu capitão ou senhor, animando-os com enorme gritaria. Um dos nossos balheteiros fez pontaria nesse senhor e o matou. Vendo os índios aquilo, decidiram não esperar, mas fugir, fortificando-se dentro de suas casas, das quais se defendiam e lutavam como cães danados. Vendo o Capitão que não se queriam render, que nos tinham feito dano e ferido alguns dos nossos companheiros, mandou pôr fogo nas casas onde estavam os índios, que assim saíram delas, fugindo, dando lugar a que se recolhesse a comida que nessa aldeia, louvado Nosso Senhor, não faltou, pois havia muitas tartarugas, muitos perús e papagaios, e uma grande fartura, pois de pão e milho nem se fala. Saímos dali e logo fomos a uma ilha descansar e gozar do que tínhamos tomado. (Carvajal, Rojas e Acuña, 1941, p. 56).

No entanto, durante o *boom* da borracha, os indígenas, os caboclos ribeirinhos e os migrantes trasladados do Nordeste e transformados em seringueiros foram obrigados a dedicar-se exclusivamente ao trabalho de extrair o látex das árvores das seringueiras.

Os seringueiros tinham que se dedicar exclusivamente ao trabalho do extrativismo da borracha e deveriam comprar do patrão seringalista os alimentos que consumiam, pois isso aumentava o rol de possibilidades de lucro do patrão e auxiliava como estratégia para impossibilitar ao seringueiro saldar seu débito com o barracão e assim permanecer cativo. Acima apresentamos lista feita por Euclides da Cunha, na qual estão descritos os itens de consumo que eram comercializados pelos seringalistas para aviar os seringueiros. Os alimentos nela constante são muito pobres do ponto de vista nutricional e visava apenas garantir minimamente a nutrição dos corpos dos seringueiros, para dar conta dos extenuantes afazeres de extrair o látex.

A apropriação pelos seringalistas, do látex produzido pelos esqueléticos seringueiros fazia o fausto desses patrões e, sobretudo dos capitalistas ingleses e holandeses que estavam no topo da cadeia de exploração instalada na região amazônica. Conforme se vê na lista, os alimentos eram fornecidos em pequenas quantidades e em pouca variedade, basicamente carne e peixe secos, banha de porco, farinha, feijão, sal, açúcar e café. Esses alimentos nutriam muito mal os seringueiros e lhes causavam doenças fatais. Lima escreve que

Os alimentos constituíam quase exclusivamente em conservas caríssima e nocivas. O seringueiro fatalmente despercebia-se da necessidade de cultivar a terra. Mas, se fazia alguma tentativa nesse sentido, era dissuadido do seu intento pelo patrão. Pode-se mesmo dizer que havia interdição ao cultivo de produtos alimentícios. Plantar era um crime. (Lima, 1937, p. 181).



Conforme já aludido acima, era comum os seringueiros serem acometidos pelo escorbuto pelo beribéri, levando muitos deles a óbito.

E muitos também foram vitimados pela malária que contraíam com relativa facilidade em razão de suas inaptações ao ambiente selvático e à insalubridade de suas casas, na verdade toscos tapiris, que eram barracas muito rústicas feitas com madeiras roliças e cobertas com folhas de palmeiras. Não havia nenhuma sofisticação nas construções das casas dos seringueiros, e geralmente estavam localizadas à beira de algum rio, igapó<sup>32</sup> ou igarapé. Essa localização próxima de cursos d'água facilitava a infestação pelo *anófele*, o mosquito transmissor da malária.

A narrativa de uma história de lutas e gloriosas vitórias, culminando na anexação de frações territoriais da Bolívia e do Peru sob a brava liderança militar do herói Plácido de Castro, comandando um exército de valorosos seringueiros, que treinados tornaram-se valentes soldados, conforme já demonstrado acima, é uma distorção histórica, uma falácia que os vencedores venderam e até hoje se propaga.



Figura 12 – Foto de um tapiri no interior da floresta.

Os defensores da historiografia oficial interpretam como revolução o que na verdade foi uma guerra colonial em favor da expansão do capital e em detrimento dos explorados, aliás, guerra que permitiu a continuidade do massacre de centenas de etnias indígenas e a exploração rapina da força de trabalho de milhares de migrantes nordestinos.

A situação de etnocídio e genocídio contra os grupos originários, visando à pilhagem e a expropriação de seus territórios, continuaram. Eles permaneceram sendo caçados como bichos pelos patrões por meio das correrias.

---

<sup>32</sup> Igapó é um pequeno ou médio lago pantanoso no meio da floresta. São ambientes piscosos e os seringueiros costumam se abastecer de pescados nesses lagos.



E as regras, após a ação liderada por Plácido de Castro, em relação aos seringueiros foram mantidas, e estes continuaram em situação de semi-escravização, a despeito de a historiografia oficial pintá-los como heróis

Continuando o relato da história da região Sul-Amazônica pós-anexação do território do Acre ao Brasil, registre-se que a pressão pela exploração do látex da seringueira se intensificou a partir do avanço da indústria europeia que se deu pelo invento do automóvel em meados do século XIX. Essa nascente indústria mirou na borracha natural que só existia na Amazônia e que era imprescindível para a fabricação de pneumáticos e outros acessórios essenciais para a montagem dos automóveis. Todavia, antes da exploração comercial da borracha natural, esta já era conhecida e utilizada pelos nativos pré-colombianos desde tempos bem remotos. Há registros de seu uso entre os anos de 300 a 600 da EC em jogos ritualísticos realizados com bolas confeccionadas com o látex do caucho (*Castilla ulei*).

Na Amazônia a extração do látex visando à produção de borracha para a exportação se inicia pelos anos de 1840 com o látex do caucho em pequena escala, sendo sua aplicação restrita como matéria-prima para a manufatura quase artesanal de capas para proteção de chuva e neve, botinas e na fabricação de pneus de bicicletas.

Naquele momento, na parte Norte do globo, a indústria estava em ascensão e na ponta estava a nascente indústria do automóvel. O primeiro automóvel com propósito comercial fora fabricado em 1885 pelo alemão *Karl Bens*. Esse carro foi registrado em 1886 e por isso essa data passou à história como o dia do automóvel. Depois de *Bens* na Alemanha, no ano de 1892, foi a vez da França por meio da empresa *Panhard et Levassor* iniciar a produção e venda de veículos.

Naquele mesmo ano, do outro lado do Atlântico *Henry Ford* inicia a produção de automóvel na América do Norte. A Inglaterra foi o último país da Europa a aderir a essa indústria, fazendo-o somente em 1904, com a fabricação do primeiro *Rolls Royce*.

Essa indústria se inicia no Brasil com a transferência da primeira montadora inaugurada em 1919 pela *Ford*.

Com o crescente aumento dessa indústria, e a consequente demanda por pneumáticos e outros componentes que tinham o látex em sua fabricação, os responsáveis pela produção de automóveis pressionaram pela aquisição da matéria-prima de sua fabricação, que à época só era encontrada nas partes baixas da

América, na Amazônia, sendo o maior produtor o Brasil, e neste o território que hoje constitui o Estado do Acre que produzia a borracha de melhor qualidade. Segundo *Wisniewski* (1962, p 88) “A classificação da borracha é feita empiricamente, pelo tradicional sistema de dividir a borracha em quatro tipos, de acordo com a procedência: Acre, Altos Rios, Baixos Rios e Ilhas”. E a Acre fina que era uma subclassificação da borracha do tipo Acre, era a variedade considerada de excelência por conter 20% de umidade oficial e 15,3% de umidade real.

A utilização da borracha na fabricação desses componentes ganha mais impulso com a descoberta da vulcanização, que consiste no processo de tratamento do látex *in natura* com uma mistura de enxofre e carbonato de chumbo, para dar estabilidade na liga de borracha. Esse processo foi criado por *Charles Goodyear* em 1839. Com o processo de vulcanização a borracha se torna mais estável. Sem a vulcanização os componentes derivados do látex ficavam instáveis e quebradiços. A partir de então a borracha se tornou importante *commoditie* com peso fantástico na balança comercial brasileira. De acordo com Oliveira Trindade e Machado

A fase de expansão gomífera, com destaque ao final do século XIX, foi marcada na Amazônia como um período de ouro, a Belle Époque. Certamente, os ganhos e investimentos eram restritos aos exportadores de borracha e Belém e Manaus eram basicamente os centros concentradores de toda a riqueza gerada na extração gomífera. /.../ A exportação de borracha só aumentava no começo do século XX. Em 1901, o produto já tinha participação relevante nas exportações brasileiras (21%), e nos seguintes foi só aumentando, de tal maneira que em 1910 chegou a representar 40% de tudo que era exportado pelo país. (Oliveira, Trindade e Machado, 2012, p.11/12)

A descoberta da vulcanização estimulou verdadeira corrida para a Amazônia, o novo Eldorado, único lugar no mundo onde se extraía o ouro branco. Essa corrida propiciou a última aventura brasileira para a anexação de um território estrangeiro ao mapa nacional.

Sobre o processo de transferência de força de trabalho do Nordeste para a Amazônia, Velho escreveu o seguinte: “Em meio século afluem à região cerca de meio milhão de nordestinos, numa primeira grande quebra do reservatório de mão-de-obra em que se constituía o Nordeste”. (Velho, 2009, p. 30).

O Brasil entre 1890 e 1913 tinha como principal fonte de exportação o látex. Naquele período, conhecido como *Belle Époque Amazônica*, cidades como Manaus e Belém se tornaram as capitais brasileiras mais desenvolvidas. Mais que o Rio de Janeiro, que então era a capital do país. Nas duas metrópoles amazônicas, uma delas

denominada a Paris dos trópicos, havia eletricidade, linhas de bondes motorizados, sistema de água encanada e esgotos. Foram construídos teatros, como o da Paz em Belém, em 1878 e o Teatro Amazonas, construído em Manaus em 1896, inspirado na Ópera *Garnier* de Paris.

A partir de 1913 a borracha perde importância como *commoditie* na economia brasileira, até o seu declínio absoluto nos anos subsequentes.

Esse declínio se deu em razão da entrada no mercado internacional de borracha de cultivo produzida nas colônias europeias, no Sudeste da Ásia. Essa borracha foi colocada no mercado pela Inglaterra e a Holanda. Isso foi possível em razão do plantio de seringais de cultivo realizado a partir da domesticação de plantas reproduzidas com sementes traficadas do Brasil em 1876 pelo inglês *Henry Wickham*. Leandro diz que o inglês “representava os anseios do capitalismo britânico. A domesticação de espécies com rápido retorno econômico, como era o caso da borracha amazônica, estava na cartilha capitalista”. (Leandro, 2014, p. 119).

Esse personagem pode ser considerado o pai da biopirataria, pois traficou com sucesso 70 mil sementes de *Hevea brasiliensis* que foram plantadas no *Royal Botanic Gardens* de *Kew*. Após algumas tentativas para germinar as sementes as plantas resultantes foram transferidas e adaptadas às colônias inglesas na Ásia, primeiro para a ilha do Ceilão e depois para a Malásia. Abaixo expomos os dados que demonstram a movimentação no comércio de borracha desde o final do século XIX até a entrada da borracha cultivada em seringais asiáticos:

Em 1892, o Brasil respondia por 61% da produção mundial de borracha. Em 1910, por mais de 50%. Em 1926, colônias inglesas e holandesas produziram 93% da produção mundial. Em 1910, a produção da borracha nativa constituía 88,2% do total, enquanto a plantada representava 11,6%. Em 1923, a borracha nativa passa a representar 8,4% da produção total, enquanto a produção da borracha plantada vai para 91,6%. Em 1910, a produção mundial da borracha nativa era de 62.000 toneladas e a de borracha plantada 8.000 t. Em 1920, a borracha nativa cai para 42.000 t, enquanto a plantada conhece um assombroso crescimento para 360.000 t. (Paula, 1980, p. 18).

No contexto em que a Amazônia era a principal produtora de borracha, se fazia necessário o uso de muita força de trabalho para fazer virar a roda da produção gomífera. A região não dispunha de força de trabalho suficiente para mover essa roda, por isso incentivou a migração de exércitos de nordestinos, mas a admissão às atividades extrativistas era permitida somente aos homens solteiros, e o casamento era proibido.

Os migrantes nordestinos que se deslocavam e que constituíam os exércitos

de seringueiros da região Norte, e em particular do Acre, encontravam no novo território densas florestas, constituindo um ambiente hostil por ser diametralmente diferente em termos geográficos e climáticos das terras de origem desses migrantes. Era muito penoso para eles viverem num ambiente desconhecido, em situação de extremo isolamento – a média de distância entre as colocações era de duas horas (Obs.: As distâncias eram mensuradas assim em termos de tempo de caminhada. E uma hora percorrida a pé equivale a uma distância de seis quilômetros).

Como no processo de povoamento da Amazônia os seringueiros eram transferidos solteiros para a região, visando amenizar a situação de isolamento e atenuar a possibilidade de conflitos e violências interpessoais, os seringueiros que apresentassem um bom desempenho na extração do látex, no jargão da época, os que tiravam saldo, isto é, aqueles que produziam mais borracha e obtinham lucro suficiente para cobrir o débito com as mercadorias que consumiam ao longo do fábriço<sup>33</sup>, os considerados campeões de produtividade, podiam com o saldo obtido comprar uma mulher.

Existe farta documentação acerca dessa prática naquele momento histórico do território amazônico e do acreano em particular. Apresentarei alguns exemplos e inicio com Barros que escreve o seguinte:

Outro aspecto prejudicialíssimo e até odioso desse sistema de povoamento, era a preferência dada pelo engajador aos solteiros em relação aos casados, que se dispusessem ao sacrifício de abandonar por alguns anos, quiçá definitivamente, as suas famílias, evitando assim a sobrecarga da despesa com a manutenção do seringal. /.../ A carência de mulheres fez surgir a “camelotage”, tráfego de decaídas de Manaus, trazidas pelos “regatões”, para satisfazer sua freguesia. Consignavam-lhes mercadorias mediante fatura especificadas em gastos e comissões, ao pessoal mais abonado dos seringais, contra o resgate em borracha. Muitas ficaram pelos barracões e algumas chegaram mesmo a se casar. (Barros, 1993, p. 143)

Por conta dessa situação de demanda por mulheres nos seringais do Acre, em uma medida de saneamento social, em razão da quebra de decoro moral das profissionais do sexo da cidade de Manaus, as autoridades de segurança pública do Amazonas “Para atenuar essa situação, no Governo Silvério Nery, o Chefe de Polícia despachou para Cruzeiro do Sul, cento e cinquenta prostitutas que enfestavam a zona do comércio em Manaus”. (Barros, 1993, p. 143)

---

<sup>33</sup> Os seringueiros chamavam de fábriço ao período sazonal da extração do látex, que ia de abril a setembro.

Nessa situação em que a mulher era tratada como mercadoria rara e por isso muito cara, se nos anos subsequentes à aquisição de uma parceira o seringueiro não apresentasse o mesmo desempenho em termos da produtividade, e não “tirasse mais saldo”, essa companheira era retirada de seu convívio e revendida para seringueiro que apresentasse melhor desempenho econômico.

Num trabalho intitulado “*Glamour* e agonia na prostituição da Manaus da borracha”, Júnior escreve a seguinte narrativa acerca da venda de mulheres para os seringueiros do Acre:

Consideradas trãsfigas sociais, as prostitutas – principalmente as pobres – eram toleradas na sociedade desde que permanecessem ocultas, não tanto de corpo presente, mas no que diz respeito a algumas de suas características de convivibilidade, semelhantes às de muitos outros populares: beberronicos, altercações, arrelias e outros. Às vezes, o “mal necessário” ultrapassava os limites socialmente impostos de coexistência pelo excedente do número de prostitutas, tornando-se a eventualidade de deparar-se com prostitutas nas esquinas, ruas, praças e demais espaços da cidade uma agressão ou um desconforto à ordem disciplinar. Em tais casos, eram utilizadas estratégias de manutenção do equilíbrio entre coletividade e meretrício através de destertos, como os ocorridos para os seringais do Acre. (Júnior, 2014, p. 10)

Existem muito mais relatos dando conta de que durante o *boom* da exploração gomífera no Acre ocorriam essas importações de prostitutas para os seringais. Mas havia outra forma de aquisição de mulheres. E isso se dava por meio das Correrias, às quais já nos referimos acima.

Vamos ler o relato de quem testemunhou parte dos horrores dessa prática hedionda. Leiamos o texto do padre *Parrissier*, superior da congregação dos padres Espiritanos, que esteve no Alto Juruá, onde hoje é o município de Cruzeiro do Sul, no ano de 1889. Em seu diário ele escreveu como era a dinâmica da Correria e os destinos dos espólios humanos, das pilhagens praticadas por aquelas expedições criminosas organizadas pelos patrões seringalistas. Eis abaixo o que está registrado em seu diário:

Ele arma cinco ou seis homens com bons fuzis, pega um para si também, e parte em busca da *maloca*. Quando a acha, ele e seus homens a cercam e massacram todos aqueles que tentam fugir e as mulheres e crianças são levadas ao Juruá e vendidas como animais. Eu vi assim venderem na minha frente oito indiozinhos de quatro a cinco anos. (*Parrissier*, in Cunha, 2009, p. 55).

Barros, que citamos mais acima, também apresenta relato acerca das Correrias e das suas finalidades no contexto do seringalismo. Para este autor, elas visavam, sobretudo, liberar territórios para o extrativismo, mas também ampliar a oferta de força de trabalho em áreas para as quais os seringueiros nordestinos não apresentavam

competências e aptidões, e ainda prover mulheres para os seringueiros nordestinos que tiravam saldo nas transações com a borracha que extraíam. Barros escreve o seguinte:

Nos primórdios da ocupação da Amazônia, esses legítimos brasileiros, só gradualmente e em pequenos grupos, se aproximavam das terras dos colonizadores, do qual, com razão, temiam a violência e o tolhimento da liberdade. (Barros, 1993, p. 122)

O comportamento arredo dos indígenas em relação aos invasores não era desprovido de razão, pois segundo ainda Barros os patrões seringalistas

Preavam-nos para serviços de caça e pesca, no que revelavam extraordinária habilidade, utilizando as índias nos trabalhos domésticos e com elas concubinavam-se. Daí as lutas e terríveis represálias e as fugas do jugo do homem branco rotulado de civilizado. Estes organizando verdadeiras caçadas humanas. Retornavam às barracas trazendo à guisa de troféus, as índias adultas, jovens e até ainda crianças, deixando distendidos no solo mortos ou feridos, os do sexo masculino e as anciãs. (Barros, 1993, p. 122).

Na verdade, a estratégia das Correrias e a matança de indígenas arredios ainda é uma realidade empregada no Acre, conforme a notícia veiculada pelo Jornal O Estado de São Paulo do dia 04 de novembro de 2001.

A Polícia Federal indiciou o vereador Auton Farias do (PFL), da cidade de Jordão (680 quilômetros de Rio Branco), pelo assassinato de um índio em agosto de 2000 no seringal Oriente, distante 100 quilômetro da cidade, na reserva indígena do Alto Tarauacá. Farias e dois companheiros, segundo 14 testemunhas, perseguiram, castraram e executaram o índio encontrado pelo grupo por ocasião de uma caçada no seringal. /.../ Na época o superintendente da FUNAI Pereira Neto chegou a divulgar que seriam três o número de índios mortos. “O que houve lá foi uma caçada aos índios arredios”.

Portanto, na gênese da ocupação da Amazônia foi construída uma relação social de antagonismo e de práticas de violência, incluindo o extermínio de indígenas e dos trabalhadores seringueiros pelos patrões seringalistas. Essa prática subsiste ao longo dos anos e se faz presente ainda hoje na cultura de violência física e simbólica que caracteriza a relação da sociedade acreana com os indígenas. Esse traço de violência na cultura acreana foi normalizado na prática de eliminação física e cultural de indígenas, extensiva às populações marginalizadas.

Muitos autores estudaram a relação de exploração e da violência contra indígenas e seringueiros na Amazônia no primeiro ciclo de exploração gomífera. Muitos apresenta pontos de convergência com o escravagismo colonial que se instaurou no Brasil a partir da invasão europeia em 1500. Segundo Gomes (2019, p.92) “O início da importação em massa de africanos em condições de cativos se deu



em meados do século XVI, entre 1535 e 1570”.

Secreto, obra citada, escreveu que prevendo evitar reincidência desses eventos no segundo ciclo ocorrido entre 1938 e 1945, o governo chamou para si a responsabilidade pela migração de nordestinos para o Norte. Mas segundo o próprio relato dessa pesquisadora, essa medida não surtiu muitos efeitos. Eis abaixo o que ela escreveu:

Para minimizar os efeitos sociais desastrosos do novo surto produtivo, elaborou-se um contrato: o de Encaminhamento, que trazia anexadas as cláusulas gerais do contrato-padrão de trabalho nos seringais. De acordo com a primeira parte do contrato, os órgãos do Estado encarregados de encaminhar trabalhadores para a Amazônia se comprometiam a oferecer assistência médica aos trabalhadores, concentrá-los, transportá-los, vesti-los e alimentá-los até sua colocação nos seringais. Um contrato “para inglês ver” ou, neste caso, para norte-americano ver. Uma vez que o trabalhador ingressava no seringal, era impossível fiscalizar. Os abusos nos seringais eram internacionalmente conhecidos. (Secreto ob. Cit., p. 93/94/95)

Como já foi tratado neste texto, a atividade do patrão seringalista era subsidiada pelas Casas Aviadoras e estas eram as responsáveis pela exportação da borracha. Elas estavam localizadas em Manaus e Belém e representavam os interesses dos banqueiros ingleses e holandeses na dinâmica de exploração e apropriação dos maiores lucros obtidos pela extração da goma elástica.

Portanto, estamos refletindo que o Acre nasce vinculado a um sistema de exploração do capitalismo internacional, que se instaura contra o homem e a natureza na Amazônia. Conforme *Woortmann*

O Acre passa a fazer parte de um sistema internacional, de uma cadeia de interesses que vão desde o seringueiro, passando pelo seringalista e pelas casas exportadoras de Manaus e Belém, até os capitais internacionais, cujos interesses vão até as colônias inglesas e holandesas na Ásia. (*Woortmann*, 1998, p. 170).

Como já referido nesta tese, as Casas Aviadoras eram as fornecedoras de víveres para os seringalistas que instalados num sistema capilarizado nos seringais no interior da floresta, faziam a captação dos produtos dali extraídos pelos seringueiros: a borracha, a castanha e as peles de animais silvestres. Esse comércio era realizado por meio de escambo, quase não havia moeda envolvida no sistema comercial do barracão com seus fregueses dos seringais. Esses produtos eram transferidos para essas Casas Aviadoras que faziam a exportação até os países sedes dos capitalistas, e estes os distribuíam para as indústrias que os utilizavam na manufatura de peças e componentes dos automóveis. Esses capitalistas internacionais eram os que auferiam os lucros mais exorbitantes nessa cadeia

exploratória da natureza e do homem amazônico.

A maioria dos comerciantes à frente dessas Casas era de origem portuguesa, judia e sírio-libanesa. Estes últimos eram genericamente conhecidos como turcos em razão de que recebiam passaportes expedidos pelo império *Turco-Otomano*, fundado por *Otomano I*, líder de uma tribo nômade turca da *Anatólia* (atual Turquia) em 1258. O império se prolongou até o século XX tendo findado após 664 anos, em 1922.

Como vimos o extrativismo se organizava numa cadeia de sujeitos que pode ser demonstrada por meio da figura de uma pirâmide.

No topo estavam os capitalistas internacionais, ingleses e holandeses.

No meio estavam os comerciantes das Casas Aviadoras, os governantes dos estados do Pará e do Amazonas com os seus *staff's* e os seringalistas.

Situados no plano inferior, na base da pirâmide, esmagados pelos que se encontravam no meio e no topo, vivendo em condições sub-humanas e degradados material, social e espiritualmente, estavam os seringueiros de origem nordestina.

Fazia parte ainda da base da pirâmide os trabalhadores agregados aos serviços dos barracões, a maioria deles indígenas que eram empregados na cadeia produtiva da borracha como mateiros, fiscais de corte das estradas de seringa, caçadores, pescadores, comboieiros – categoria que escoltava e guiava o comboio de animais com os víveres para os seringueiros e recolhia os produtos que estes extraíam da Floresta, transporto-os para os barracões.

Mas a partir do Segundo ciclo de extração de borracha havia outros profissionais prestando serviços nos barracões, como as cozinheiras e os agricultores responsáveis pela produção de alimentos, como o arroz, o feijão, a mandioca, o milho, o café, a cana-de-açúcar, a batata doce, algumas hortaliças e o tabaco, para a produção de fumo de rolo.

Esses agricultores eram também os responsáveis pela conservação dos campos e dos pastos destinados à alimentação dos muare empregados nos comboios, e do gado bovino para fornecimento de carne, leite e derivados, como queijo, nata e manteiga consumidos nos barracões.

No início da resistência às explorações a que estavam submetidos, a luta dos seringueiros foi uma batalha individual, espontânea. Algo parecido com a queima das máquinas que o proletariado urbano da indústria inglesa promoveu no início da Revolução Industrial.

Como táticas dessa luta cega contra o regime opressor do seringalismo, os

seringueiros extraíam o látex cortando a árvore fora do padrão estabelecido pelos seringalistas. O padrão estabelecido era o do cortar de apenas uma bandeira, isto é, fazer apenas um corte em diagonal por árvore. Os seringueiros transgressores cortavam no formato de espinha de peixe, que consistia na realização de duas sangrias em diagonal em cada árvore. Essa tática era uma vã tentativa de obter maiores quantidades de látex por meio do sacrifício das árvores, pois muitas morriam por sangrar para muito além da capacidade suportada por cortes. Os que incorriam nessa prática, muito dificilmente ficavam impunes, pois o patrão seringalista mantinha fiscais para averiguar como os seringueiros estavam sangrando as árvores, e disciplinavam duramente os transgressores.

Outra estratégia era colocar “sujeiras” no leite da seringa quando iam defumar, adicionando barro, caldo da mandioca (o tucupi), ou outras “impurezas”, como diziam os seringueiros, visando promover o aumento do peso das pélas<sup>34</sup> de borracha.



Figura 13 – Corte da seringueira no formato padrão.

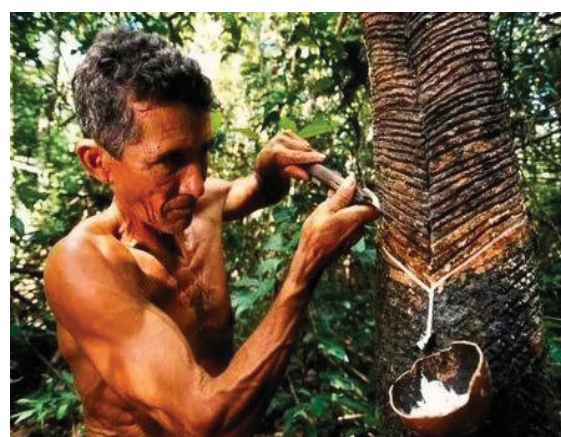


Figura 14 – Corte da seringueira fora do padrão, no formato de espinha de peixe.

Ao discutir essa questão com os entrevistados todos a analisam pelo viés da conscientização. Muitos disseram que “naquele tempo os companheiros eram muito isolados e não tinham como se organizar pra se conscientizar, por isso faziam judiação com as seringueiras.” (Fala de Simplício) Aliás, essa temática da conscientização é bastante recorrente nas falas dos entrevistados e das entrevistadas. São muitas referências que se fazem a ela, à falta dela ou a necessidade de ampliá-la, como podemos conferir nessa fala do senhor Sabá Marinho:

Companheiro Manoel! Você sabe, porque você viveu com nós naquele tempo da escola do Já Com Fome e do Deserto. A gente discutia muito todos os problemas da comunidade e os seringueiros tinha muita

<sup>34</sup> A borracha defumada pelo seringueiro tinha um formato de bola e por isso era chamada de péla.

consciência. E cada vez aumentava mais. As vez tinha companheiro que vendia a colocação pro fazendeiro e queria cortar judiando as seringueiras para ele tirar muito leite antes de sair do lugar, mas isso era coisa de companheiro sem consciência, pois mesmo o pessoal lá no fundão dos seringal, os que tinha consciência, sabia que não podia fazer isso, assim como sabia que não adiantava procurar a lei quando o fazendeiro queria derrubar a colocação de um companheiro, pois a lei é sempre do lado dos rico. É uma pena que gora não tem mais essa consciência nos companheiros, por isso eles estão jogando fora tudo que a gente conseguiu com todas aquelas lutas do passado que custou a vida de muitos companheiros, como do próprio companheiro Chico Mendes. É preciso começar tudo outra vez, trabalhando para aumentar a consciência dos companheiros. (Sabá Marinho em entrevista para a tese.)

Lênin, que esteve à frente da revolução bolchevique na Rússia, enfatizava a importância do ato de estudar, e assim conquistar e aumentar a consciência de classe. É muito célebre a máxima desse grande agitador e educador de massas de que “Sin teoría revolucionaria tampoco puede haber movimiento revolucionário”. (Lênin 2010, p. 40)

Segundo a teoria marxiana, o proletariado se constitui na sociedade capitalista, no momento em que os trabalhadores foram expropriados dos meios de produção. Nessa condição a massa trabalhadora passa a contar somente com a sua força de trabalho. Este processo de alienação não é apenas material, mas também espiritual, e com isso a classe trabalhadora nasce sem consciência de classe. É o fenômeno que o marxismo denomina de “*classe em si*”, pois ela se percebe tão somente como uma massa formada de maneira alheia à sua vontade, para atender as demandas e os interesses imediatos do sistema capitalista.

O fenômeno do nascimento da categoria dos seringueiros foi bem assim. Uma massa de camponeses nordestinos, muitos deles expropriados de suas pequenas propriedades. Esses trabalhadores foram transferidos para a Amazônia e transformados nesse novo coletivo social, que inexistia até meados do século XIX. As reações dos seringueiros ao tentarem individualmente contornarem os problemas da exploração na comercialização da borracha, demonstravam o sentimento da “*classe em si*”. Era preciso transitar para outro patamar da consciência de classe, o da “*classe para si*”. Nesse novo patamar, os indivíduos adquirem consciência suficiente que os capacitam a enfrentar seu antípoda e apontar alternativas para a superação histórica da condição de subalternidade social, econômica, política e espiritual.

É óbvio que as reações espontâneas dos seringueiros do Acre a partir dos anos de 1890 não significavam atos revolucionários, ao menos no sentido que Fernandes (2018, p. 9-10) dá, quando escreve que é consagrado mesmo na linguagem de senso

comum, que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade. Os seringueiros estavam operando uma reação contra uma realidade opressiva em que viviam como indivíduos. E essa realidade se caracterizava por uma situação de quase escravidão. Por isso a reação pode ser enquadrada numa outra interpretação que se pode aplicar também o termo revolução, apresentado na mesma obra quando escreve que: “Além disso, a palavra “revolução” encontra empregos correntes para designar alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na natureza ou na cultura” (Fernandes, *ob cit*, p. 9). A movimentação dos seringueiros naquele momento histórico, embora fosse uma reação a uma mudança pela qual estavam passando por deixarem suas terras no Nordeste para viverem na Amazônia, não era a rigor revolução. O poder econômico impôs uma alteração na cultura daqueles homens. Aqui vale um retorno a Lênin, quando escreve que

el “elemento espontáneo” no es sino la forma embrionaria de lo consciente. Ahora bien, los motines primitivos reflejaban ya un cierto despertar de la conciencia: los obreros perdían la fe tradicional en la inmutabilidad del orden de cosas que los oprimía; empezaban... no diré que a comprender, pero sí a sentir la necesidad de oponer resistencia colectiva y rompían resueltamente con la sumisión servil a las autoridades. (Lênin, 2010, pp. 50-51)



Figura 15 – Transporte de pélas de borracha pelo rio Acre em 1949.

Aquelas atitudes reativas espontâneas dos seringueiros ensejavam punições por parte dos patrões seringalistas. Essas punições iam da humilhação pública dos transgressores, suas expulsões das colocações em que viviam, sendo que essas expulsões eram seguidas da devida recomendação para que outros patrões não os admitissem em seus seringais.

Também era comum a imposição da tara<sup>35</sup>, e a majoração ainda maior dos preços das mercadorias, com a consequente desvalorização dos produtos extraídos

<sup>35</sup> A tara era um decréscimo de 10% no peso da borracha no momento do escambo. Segundo os patrões esse decréscimo era para compensar a água contida na borracha.



da floresta pelos seringueiros, principalmente a desvalorização monetária da borracha.

Reforcemos que a comercialização dos produtos extraídos pelos seringueiros era feita basicamente pelo escambo com as mercadorias necessárias à sua subsistência física: o sal, o açúcar, o café, a banha de porco, a farinha de mandioca, o peixe, a carne seca, o querosene e a munição. No final do ano, se o seringueiro tivesse saldo poderia adquirir uma muda de roupa, o que constituía um luxo, geralmente duas calças e duas camisas, um par de botinas e um par de alpargatas e, no caso dos campeões, os que tiravam maior saldo, poderiam até comprar uma mulher, pois ainda segundo *Woortmann*.

O primeiro período relativo aos seringais é aquele que se poderia chamar "tempo dos androceus", percebido como um universo essencialmente masculino e cujo auge parece ter correspondido à primeira década do século XX. Nesse primeiro período foram constituídas as primeiras colocações - muitas das quais existem até hoje - com a abertura das primeiras estradas. (*Woortmann*, 1998, op. cit., p. 171).

A partir do ano de 1913 o sistema de exploração gomífera na Amazônia entra em colapso em razão da produção de borracha das colônias da Inglaterra e da Holanda, no Sul da Ásia ter sido colocada no mercado a preços mais baixos que a borracha produzida na Amazônia.

Esse colapso se estende até o final dos anos de 1930, quando há uma alteração desse quadro de crise por um breve momento, entre 1938 e 1945 motivada pela II Guerra Mundial.

Naquela quadra da história o Japão, um dos países integrantes do Eixo, juntamente com a Alemanha e a Itália, que guerreavam contra o mundo, interditou os seringais do Sul da Ásia, colapsando o fornecimento de borracha natural que era fundamental para os esforços de guerra.

No período da II Guerra Mundial houve maciço investimento do governo brasileiro para motivar novo surto migratório do Nordeste para a Amazônia, desta feita a propaganda se fazia em nome do "esforço de guerra". Diferentemente do primeiro surto extrativista que fora financiado pelos capitais inglês e holandês, nessa nova corrida pelo ouro branco "O governo Vargas, através do Decreto-Lei nº4.451, de 9 de julho de 1942, instituiu exclusividade do Estado nas operações finais de compra e venda da borracha natural." (Costa Sobrinho, 1992, p 83)

A migração foi planificada e coordenada pelo governo federal brasileiro que criou no âmbito do Departamento Nacional de Imigração (DNI) o Serviço de



Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SENTA) e a Superintendência de Abastecimento de Trabalhadores para a Amazônia (SAVA). Esse processo de transferência de força de trabalho do Nordeste para a Amazônia foi financiado pelo governo estadunidense.

Diferente da política de migração na primeira onda, ocorrida em meados do século XIX quando a política de povoamento só admitia o “recrutamento de trabalhadores sós, a ser trasladados em caráter de urgência para os seringais” (AGUIAR, 2012, p. 29) no período da guerra se incentivou migração de famílias e não mais somente de homens solteiros.

O nordestino envolvido nessa nova onda migratória foi denominado de soldado da borracha, porque era dada aos candidatos duas alternativas: se alistarem para irem aos campos de batalha na Europa e, aos que optassem em migrar para a Amazônia para produzir borracha para os esforços de Guerra, os denominavam com esse epíteto.

Diferentemente da política de migração adotada durante a primeira onda, ocorrida em meados do século XIX quando a política de povoamento só admitia o “recrutamento de trabalhadores sós, a ser trasladados em caráter de urgência para os seringais” (AGUIAR, 2012, p. 29) no período da guerra se incentivou migração de famílias e não mais somente de homens solteiros.

Após a guerra esses homens e seus familiares foram abandonados à própria sorte até que em 1988 foi colocado na Constituição, no artigo 54 das Disposições Transitórias que

Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos. § 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial. § 2º Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes. § 3º A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.” (Arquivo Nacional, 2020, p. 6)

Não obstante essa garantia constitucional, até o presente momento muitos dos soldados da borracha ainda vivos ou os descendentes dos que faleceram, ainda lutam para conseguir assegurar o direito ao benefício.

Sobre essa temática vale a leitura do texto de Bezerra abaixo:

O Brasil varguista do “Estado Novo” com a sua mal disfarçada simpatia

pela Alemanha e a ideologia do Nacional-socialismo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, irá desencadear, por pressão norte-americana, a Batalha da Borracha. Importante considerar que, frente a proximidade comercial e industrial bélica entre Brasil e Alemanha e os EUA, no início dos anos de 1940 do século XX desencadeou uma ofensiva ideológica fundamentada nos princípios da política de “Boa Vizinhança” e do “Panamericanismo”, o que implicou uma tomada de posição do governo brasileiro pró-americana. Nesse sentido cabia ao Brasil integrar-se ao esforço de guerra, fornecendo matéria-prima à indústria bélica e manter a “qualquer custo” a ordem interna para evitar alterações nos compromissos político e econômicos assumidos com os EUA. E sob os auspícios do Birô Inter-americano, chefiado por Nelson Rockefeller, e financiado por grandes empresas como a General Electric, Standard Oil, Metro Goldwin Mayer, Light and Power Co., The National City Bank of New York, além do apoio “escancarado” da embaixada americana, operacionalizou-se via imprensa, rádio e sobretudo o cinema, a ofensiva ideológica e cultural norte-americana, que consumiu milhões de dólares. A III Conferência de Chanceleres que Osvaldo Aranha fez um discurso inflamado defendendo a integração de toda a América e a invasão japonesa da Malásia, Borneo e áreas próximas e depois de Pearl Harbour gerando a crise de suprimento de matéria-prima para a guerra foi o “tiro de misericórdia” para que o governo brasileiro tomasse uma posição pró-americana e países aliados. Tendo a borracha como o “motor da guerra”, o Estado brasileiro viabilizou o deslocamento de mão-de-obra nordestina para o Acre, dando início à saga do Arigó (expressão que designava o nordestino ao chegar à Amazônia). Portanto, o segundo surto da borracha realizou-se num contexto de mobilização nacional, considerando-se que, ainda que toda a região amazônica, no início da década de 1940, o número de seringueiros não ultrapassava 34.000 extratores, com uma produção média anual de 16.000 a 18.000 t de borracha. E com a guerra, a necessidade de borracha era premente, e para aumentar a produção anual para 45 mil toneladas em 1942, 60 mil em 1943 e 100 mil toneladas em 1944 e nesse sentido urgia no mínimo quadruplicar o número de extratores. Frente a essa questão emergencial, *produzir borracha para a guerra*, a Rubber Reserve Company numa ação consorciada com autoridades brasileiras, ligada ao setor de imigração vinha unindo esforço no sentido de aumentar a mão de obra para atender as exigências da indústria bélica americana e aliada. Cogitou-se inclusive, de importar mão de obra de países como Porto Rico. Nessa direção a RDC e o Departamento Nacional de Imigração (DNI) assinam um convênio, através do qual à primeira o financiamento da operação e a segunda a supervisão do processo de imigração de mão-de-obra para a Amazônia. As primeiras levas de nordestino chegaram à Amazônia em 1942 e eram constituídas de flagelados, sobretudo cearenses, homens do sertão, do agreste e das caatingas, que escoraçados pela estiagem e já no limite de suas forças e da própria sobrevivência deslocavam-se com a família para a capital Fortaleza, no intuito de imigrar. Diferentemente da anterior, esta foi uma imigração familiar impulsionada pelo desejo do nordestino de encontrar uma terra para viver, pois a seca não lhe dava outra opção. (Bezerra, 2005, p. 104,105).

Após esse breve momento de retomada do sistema de seringalismo durante os anos da II Guerra, o sistema entra novamente em colapso e sobrevive tropeçadamente graças a subsídios do tesouro nacional. Esses subsídios eram fornecidos pelo Banco de Crédito da Borracha, criado em 1942 para financiar os seringalistas que recebiam os soldados da borracha com a finalidade de produzir látex destinado aos países

aliados, pois, conforme escrito acima, os japoneses dominaram os territórios produtores de borracha cultivada nas colônias do Sul da Ásia.

Em 1950 o Banco da Borracha se transforma em Banco de Crédito da Amazônia S.A (BASA) e amplia o financiamento para outras atividades “produtivas”. E com a implantação dos governos da ditadura empresarial-militar, no ano de 1974 o BASA assume o papel de agente financiador da política de desmonte do sistema extrativista para a implantação dos grandes projetos de pecuarização, exploração madeireira e mineração na Amazônia.

Portanto, o sistema de seringalismo sobreviveu graças aos subsídios, mas a partir do final dos anos de 1970 entra em colapso irreversível, haja vista que o poder público federal, e em seu lastro os estaduais e municipais defendiam a mudança do perfil socioeconômico da Amazônia e investiam os recursos, no caso do Acre, visando alavancar o projeto de pecuarização do Estado.

Esta opção pela pecuária foi geradora de grandes e sangrentos conflitos que recrudesçam por conta da voracidade com que os “paulistas”, fazendeiros que passaram a hegemonizar a classe de mando no Estado em função da falência do seringalismo, empregavam para ampliar seus latifúndios.

Esses conflitos tinham origem nas disputas fundiárias, uma vez que os fazendeiros incentivados e protegidos pelo poder do Estado, somavam forças para expropriar, por meio de esbulhos, os territórios ocupados historicamente há pelo menos nove décadas por seringueiros nordestinos e por cerca de dois séculos e meio pelos indígenas. Isto é corroborado pela bibliografia consultada e pelo testemunho de entrevistados, como o senhor Raimundo Mendes de Barros, o Raimundão, que falou o seguinte:

Trabalhei na SUCAM e depois fui trabalhar na polícia civil. Mas aí comecei a avaliar e conclui que deveria trabalhar pelo bem da comunidade, pois vi que a polícia não fazia nenhum bem à comunidade. Percebi que estava sendo usado por pessoas espúrias, pois no fundo eu estava ajudando a proteger os latifundiários que expulsavam seringueiros e também havia muitos jagunços na rua realizando badernas e ninguém estava fazendo nada para coibir aquelas coisas. Vi que o Estado dava cobertura para os fazendeiros que expulsavam meus irmãos seringueiros. (Entrevista com Raimundo Mendes de Barros, Raimundão)

Episódios como este relatado pelo Raimundão serão as marcas da violência implantada pelos novos donos do poder que aportaram à Amazônia a partir de meados dos anos de 1970, quando foram deslocados contingentes de fazendeiros e prepostos para a região amazônica.

### 3.3 A Igreja Católica e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no apoio às lutas dos seringueiros e seringueiras.

A Igreja aprendeu que sua missão evangelizadora possui como parte indispensável a ação pela justiça, e as tarefas de promoção do homem e que entre evangelização e promoção humana existem laços bem fortes de ordem antropológica, teológica e de caridade; de modo que “a evangelização não seria completa se não se levasse em conta a interpelação recíproca que no curso dos tempos se estabelece entre o Evangelho e a vida concreta pessoal e social do homem. (Documento do Encontro Episcopal de Puebla, 1979).

A situação e o contexto de opressão material e espiritual até agora descritos, apontam para uma realidade em que o seringueiro foi levado a ter uma falsa consciência da situação em que vivia com seus companheiros e companheiras de jornada.

A atuação dos seringueiros e das seringueiras nas lutas em defesa da floresta e pela permanência no extrativismo desenvolveu nesses sujeitos o que o materialismo histórico classifica como a consciência de si. Esta é entendida como o reconhecimento de que pertenciam a uma classe. A classe que era subjugada naquele contexto da transição do sistema do seringalismo para o pecuarista.

Mas alguns seringueiros sabiam que era preciso avançar para outro patamar, o da consciência para si, entendida como a percepção de que a organização enquanto classe unida fortalece a ação política na perspectiva da transformação social. Isso foi conseguido no auge da organização dos seringueiros, à medida que os extrativistas melhoraram as estratégias de lutas e conseguiram sistematizar uma proposta, a da Reserva Extrativista (RESEX) que contemplava sujeitos que estavam além da própria categoria, pois era um projeto de desenvolvimento econômico ecologicamente equilibrado que apontava para o bem estar ambiental em primeiro lugar para eles próprios, mas se expandia para os demais amazônidas, com reflexos positivos para todo o planeta.

Desde a transladação dos nordestinos e nordestinas que se tornaram seringueiros e seringueiras na Amazônia a partir do segundo ciclo da borracha, esses migrantes, no geral desenvolveram uma falsa consciência, pois se sentiam conformados com a situação de exploração em que viviam, mesmo estando imersos

numa realidade de semiescravidão, conforme análise de autores como Tocantins, que escreveu o seguinte:

Como nos canaviais, o regime patriarcal imperou no seringal, ao lado do complexo social e de cultura, mono extrator e assalariado. Assalariado *sui generis* sem definir bem se havia relações de salário ou de sociedade de indústria. O real, porém, é que o seringueiro embora livre fisicamente, constituíra-se num escravo moral do patrão, pela dependência econômica rígida, e às vezes até mesmo num escravo genuíno, vítima de castigos corporais tolhido nas liberdades que fundamentam uma existência livre. (Tocantins, 1960, p. 168)

Os seringueiros e as seringueiras viveram por cerca de cem anos sob o jugo do patrão seringalista que tinha poderes de vida e de morte sobre eles/as. A repressão dos patrões, somada a uma religiosidade católica tradicional cuja pregação atribuía à pobreza e ao sofrimento um mérito ao qual se deveria agradecer a Deus, pois os indivíduos que viviam em sofrimento estariam mais próximos da salvação de suas almas do que os patrões que os oprimiam.



Figura 16 – Cartaz criado pelo artista suíço Jean-Pierre Chablotz para a campanha de produção de borracha por ocasião da II Guerra Mundial.

Essa linha teológica, que se baseava no terror e no punitivismo fora introduzida e empregada pela igreja católica desde que seis jovens da Companhia de Jesus, ou Jesuítas, aportaram na cidade de Salvador em 1549 na comitiva de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil. À frente do grupo de Jesuítas se encontrava o padre Manuel da Nobrega. Desde então a pregação religiosa passou a moldar nas populações marginalizadas, àquela época constituídas por indígenas e africanos e seus descendentes escravizados, espíritos submissos e medrosos, aterrorizados com as possibilidades de punições que poderiam se dar por meio de atos de violências físicas ou psicológicas. Segundo *Hoornaert et al.*, (1977, p. 158) “Assim como os



portugueses identificavam a cultura portuguesa e o catolicismo de um lado, e cultura indígena e paganismo de outro, é bem provável que para os indígenas e africanos a religião cristã não fosse senão uma expressão a mais do poder dominador”. E *Southey* exemplifica com dado concreto como a igreja, para conseguir imprimir nos espíritos dos marginalizados a submissão, não hesitava em empregar meios coercitivos, inclusive a tortura física.

Do homem se pode fazer o mais manso bem como o mais feroz dos animaes. Principiando juncto ao berço e terminando so ao pé do campo, assegurava a disciplina dos Jesuitas essa obediência implícita, que sendo o primeiro dever do monachismo, era o fito principal da legislação d'el-les. Alem dos inspectores que vigiavão o trabalho dos índios, havia outros sobre o comportamento moral dos mesmos, e quando estes descobrião algum peccado, lançavão ao delinqüente o habito dos penitentes, levando-o primeiramente á egreja, onde fizesse a sua confissão publica, e depois á praça, onde era tambem publicamente açoutado. Assevera-se que estes castigos erão sempre recebidos sem murmurar e até como um acto de misericórdia, tão perfeitamente, estavam os índios ensinados a beijar a mão que os punia e sustentava. (*Southey*, 1862, pp. 28-29).

Os missionários da igreja católica presentes no início da colonização do território Sul-amazônico, não atuaram com radicalismo igual ao de seus pares da época colonial, no sentido de impor o terror por meio do emprego da violência física ou psicológica. No entanto, a pregação religiosa dos missionários estava baseada numa visão teológica conservadora que cumpria a contento o objetivo de imprimir uma visão conformista nos seringueiros e nas seringueiras, e por isso a maioria acreditava que os patrões mereciam desfrutar das benesses materiais, culturais e espirituais que detinham, pois estas foram alcançadas por méritos derivados de um suposto empreendedorismo e que essa situação material “superior” dos patrões era permitida por Deus.

O máximo de crítica que essas populações oprimidas se permitiam, era contra os “maus patrões”, mas ainda assim essas críticas eram feitas de forma clandestina, velada, pois nutriam verdadeiro terror aos castigos que esses maus patrões poderiam lhes infligir.

Segundo essa crítica, os maus patrões teriam suas almas castigadas e prestariam contas no momento do juízo final. Antes da orientação pastoral emanada da Teologia da Libertação, boa parte da população oprimida do Acre achava que opor resistência à situação em que viviam era pecado, por se estar gerando uma revolta contra a vontade divina. E no plano político era muito perigoso, haja vista que os patrões eram muito poderosos.



Com a adesão à Teologia da Libertação a partir do início dos anos de 1970, a prelazia do Acre e Purus passou a orientar seus fiéis católicos para que se organizassem em CEB's, sob a orientação dos seguintes paradigmas:

1. A poderosa e quase irresistível aspiração dos povos à libertação constitui um dos principais sinais dos tempos que a Igreja deve perscrutar e interpretar à luz do Evangelho. Este fenómeno marcante de nossa época tem uma amplidão universal, manifesta-se, porém em formas e em graus diferentes conforme os povos. É sobretudo entre os povos que experimentam o peso da miséria e entre as camadas deserdadas que esta aspiração se exprime com vigor.
2. Esta aspiração traduz a percepção autêntica, ainda que obscura, da dignidade do homem, criado «à imagem e semelhança de Deus» (Gên 1, 26- 27), rebaixada e menosprezada por múltiplas opressões culturais, políticas, raciais, sociais e económicas, que muitas vezes se acumulam.
3. Ao revelar-lhes a sua vocação de filhos de Deus, o Evangelho suscitou no coração dos homens a exigência e a vontade positiva de uma vida fraterna, justa e pacífica, na qual cada pessoa possa encontrar o respeito e as condições da sua auto-realização espiritual e material. Esta exigência encontra-se, sem dúvida, na raiz da aspiração de que falamos.
4. Por consequência, o homem já não está disposto a sujeitar-se, passivamente ao peso esmagador da miséria, com suas sequelas de morte, doenças e depauperamento. Sente profundamente esta miséria como uma intolerável violação da sua dignidade original. Muitos fatores, entre os quais é preciso incluir o fermento evangélico, contribuíram para o despertar da consciência dos oprimidos. (Documento "Instrução sobre alguns aspectos da «Teologia da Libertação»", da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé da Curia Romana).

Naquele período se operava o desmonte do sistema econômico baseado no regime de seringalismo. Com isso os seringueiros passaram a viver em situação de relativa autonomia em relação ao patrão seringalista. Nessa condição, o seringueiro era chamado de liberto. Reforcemos que essa condição fora alcançada em razão da política de mudança operada pela ditadura empresarial-militar para a Amazônia, que passou a focar em ações de desmonte do desenvolvimento regional com base no extrativismo.

A nova política econômica passou a impor que a exploração das riquezas da região fosse realizada por meio de grandes corporações. No caso do Estado do Acre, se incentivou a implantação de grandes grupos agropecuários. Os empresários desse setor eram oriundos de outras regiões e se deslocavam para a chamada Amazônia Legal estimulados pela publicidade dos governos central e dos estaduais que financiariam a instalação desses grupos com recursos subsidiados pelos bancos oficiais.

Na publicidade do governo estadual para atrair fazendeiros de fora do Estado, se propagava que o Acre era o filé *mignon* da Amazônia. Foi no bojo desse movimento histórico que se forçou a independência dos seringueiros em relação aos antigos

patrões.

Esse movimento disponibilizou um exército de trabalhadores livres, prontinhos para vender suas forças de trabalho. Naquele momento se operou uma metamorfose, na qual a terra foi aprisionada, tornando-se propriedade privada dos fazendeiros, e por isso convinha libertar a força de trabalho dos seringueiros antes aprisionada no sistema do seringalismo.

O modelo econômico da ditadura empresarial-militar passou a ser implantado na região desde a segunda metade da década de 1960, quando no ano de 1966 o presidente Castelo Branco passou a propagar a ideia da integração da região à comunhão nacional, com o *slogan* "Integrar para não Entregar".

Os marcos da nova ocupação da Amazônia dar-se-ão pela implantação de grandes obras de infraestrutura, como a construção da Transamazônica que foi inaugurada em 1972 e a rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1974.

Também no ano de 1966 é promulgada a Lei Nº 5.173, de 27 de outubro, que dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior.

A SUDAM tinha atribuições de avaliar e rever anualmente os planos de valorização, coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento na Amazônia, prestando assistência técnica aos projetos considerados prioritários para o desenvolvimento da região e a fiscalização sobre o emprego das verbas<sup>36</sup> destinadas ao plano.

No novo contexto socioeconômico, o antigo antagonismo existente entre seringueiros e seringalistas, foi arrefecido em função da perda de poder político e econômico por parte destes.

Nessa nova conjuntura, o antagonismo de classes se deslocou para os novos donos do poder político e econômico da Amazônia. Com isso eclodem novos conflitos, desta feita com os "empresários" que adquiriram terras, em sua imensa maioria de

---

<sup>36</sup> Os fundos financeiros da Sudam consistiam na soma de 2% da renda tributária da União e 3% da renda dos Estados, territórios e municípios da Amazônia. No contexto do milagre econômico do regime empresarial-militar, esses recursos eram de muito vulto, e foram destinados majoritariamente a projetos que promoveram a destruição da natureza e a violência contra as populações amazônicas. É sabido que houve desvios da maioria desses recursos que eram acessados por grandes grupos empresariais de fora da Amazônia. Muitos desses recursos foram desviados para a especulação financeira, assim como a sua aplicação fora da região amazônica.

maneira ilegal. Terras que antes “pertenciam<sup>37</sup>” aos seringalistas. Portanto, a partir da perda de poder dos antigos patrões, os conflitos que irão eclodir de forma muito violenta em meados dos anos de 1970, serão entre os seringueiros e os novos donos da Amazônia.

Esses forasteiros que intensificaram as práticas de atos violentos contra as populações tradicionais do Estado, contando com a conivência do poder público eram conhecidos no Acre genericamente como paulistas. O Raimundão, que já citamos acima, relatou que fora testemunha dessa prática. Ele relatou que os paulistas não respeitavam os direitos históricos de índios e de posseiros transferidos do Nordeste para a região, sendo que muitos seringueiros detinham a posse de colocações por muitas décadas.

Muitos seringueiros viviam na mesma colocação, ou no mesmo seringal, por mais de meio século, sendo herdeiros da geração chamada de androceus. Daqueles que conseguiram burlar de alguma forma o celibato que lhes era imposto. Essa geração remonta ao final do século XIX, época do primeiro ciclo extrativista de látex, quando foi incentivada a migração de nordestinos solteiros, para que se dedicassem apenas ao ofício de cortar seringa para a extração do látex.

Durante o período mais sombrio do regime autoritário, fora da Amazônia se vendia a versão que a região era um vazio demográfico que deveria ser preenchido, e vigorava o falacioso *slogan* cunhado pela propaganda da ditadura empresarial-militar que se traduzia na máxima de “Integrar para não entregar”.

É de bom tom considerar contraditório que se chame de seringueiros libertos a estes coletivos humanos que estavam ameaçados de caírem no jugo dos fazendeiros. Jugo avassalador, diga-se de passagem. Esses novos senhores da terra cometiam violências até maiores do que as que eram praticadas pelos antigos patrões seringalistas. Mas, conforme escrevi acima, os seringueiros estavam livres da escravidão à terra e do jugo do patrão. Estavam, portanto, livres para vender suas forças de trabalho como peões nas fazendas de gado dos paulistas.

É nessa conjuntura que entra em cena no Acre as pastorais sociais da igreja católica que passaram a organizar as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) nas

---

<sup>37</sup> A imensa maioria das terras amazônicas era terra devoluta pertencente ou a união ou aos governos estaduais ou aos municipais. Essas terras eram ocupadas por posseiros descendentes de nordestinos e por indígenas. Poucos seringalistas possuíam título das terras que declaravam ser proprietários. E os que possuíam alguma documentação, não era relativa a extensão de terras que declaravam ser donos.

periferias das cidades, nos seringais, aldeias indígenas e colônias, onde viviam as pessoas mais pobres e desprestigiadas da sociedade açucareira.

Com o descenso do catolicismo desde o século XVI em razão da Reforma Protestante e a ascensão do capitalismo a partir do século XVIII, gerando agudas discrepâncias e injustiças sociais, o papa Leão XIII emite a *Carta Encíclica Rerum Novarum*, publicada em 15 de maio de 1891. Esse documento tinha por base o direito natural e defendia a propriedade privada com justiça social. Na essência, o conteúdo da encíclica visava ganhar os operários e operárias para a causa do catolicismo, pois os trabalhadores e as trabalhadoras no Primeiro Mundo estavam aderindo ao movimento comunista que crescia na Europa, onde o capitalismo estava mais avançado. Este documento inaugurou na Cúria Romana a chamada Doutrina Social da Igreja. E essa ganhou novos contornos com o Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, e realizado durante os anos de 1962 a 1965.

Esse Concílio reuniu bispos de toda a Igreja, assessores, teólogos e observadores não católicos. Nele foram realizadas reflexões acerca da possibilidade de inaugurar uma “Igreja dos pobres”. O Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) sacramentou essa tendência adotando como guia para a ação pastoral da igreja católica latino-americana a chamada opção preferencial pelos pobres. Essa opção foi confirmada posteriormente nas conferências episcopais de *Medellín* na Colômbia em 1968, e de *Puebla*, no México em 1979.

Por essas iniciativas a igreja latino-americana passou a organizar seus fiéis em CEB's orientadas pela doutrina da Teologia da Libertação, movimento que se caracterizou por uma radical opção preferencial pelos pobres, alinhando-se com as lutas sociais em defesa da vida do povo marginalizado.

Essa opção firme em favor dos atingidos pelos problemas econômicos e sociais, pós-implantação do regime empresarial-militar autoritário no Brasil, desencadeou uma dura perseguição contra esses agentes católicos, levando muitos deles à prisão, tortura, exílio, assassinatos e mortes motivadas pelas sequelas das torturas.

Neste âmbito de perseguição, tortura e mortes de religiosos e religiosas da igreja católica, dois fatos envolvendo mortes de religiosos são emblemáticos: um foi o que vitimou o frade dominicano cearense Tito de Alencar Lima. Ele foi torturado pelo delegado fascista Sérgio Paranhos Fleury. No exílio na França o frade foi encontrado enforcado no dia 10 de agosto de 1974. Seus confrades testemunharam que ele sofria

alucinações em razão das sequelas das torturas infligidas pelo seu torturador.

O outro exemplo, também revela a extrema brutalidade que caracterizava o *modus-operandi* dos terroristas envolvidos com a repressão durante a vigência da ditadura empresarial-militar contra os opositores do regime. Nos reportamos aqui ao fato ocorrido com o padre Antônio Henrique Pereira Neto, auxiliar do arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Câmara. O padre Henrique foi sequestrado, torturado e assassinado em 27 de maio de 1969, por um grupo composto por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), em associação com agentes da Polícia Civil de Pernambuco.

O engajamento da igreja católica do Acre à Teologia da Libertação ajudou a quebrar aquela falsa consciência, explicada por Marx como uma distorção, ilusão ou falsa percepção da realidade objetiva, que impedia os seringueiros e as seringueiras de perceberem por outro viés a situação em que estavam imersos, sobretudo no que dizia respeito à visão religiosa fatalista, como a ideia de que eles estavam inseridos naquela situação histórica porque era parte de um plano irremediável traçado pelo Deus criador para as suas vidas.

Nosso eminente educador Paulo Freire que tinha uma militância cristã e que inspirou a Teologia da Libertação, disse que muitos acreditavam que fora ele que criara o termo conscientização, mas segundo suas palavras o termo fora cunhado por “uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros por volta de 1964”. E que foi dom Helder Câmara “quem se encarregou de difundi-la e traduzi-la para o inglês e para o francês”. Paulo Freire disse que adotou a expressão porque para ele a “educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade”. (Freire, 1979, p. 15)

Conforme já referido nesta tese, a hidrografia é utilizada como baliza para dividir o Estado a partir das duas principais bacias fluviais que drenam o Estado: a do Acre e Purus e a do Juruá. Na administração eclesial, o Acre também se dividia à época em duas prelazias baseadas nessa hidrografia: a do Vale do Juruá e a do Vale do Acre e Purus.

A prelazia do Vale do Juruá se caracterizava por uma orientação ortodoxa e por uma teologia tradicional. O clero e os religiosos e as religiosas daquela prelazia eram constituídos por bispo, sacerdotes, freis, irmãos e freiras, majoritariamente alemães conservadores ou pertencentes a congregações e ordens religiosas que seguiam orientação teológica conservadora. Nas disputas fundiárias entre seringueiros e



indígenas contra fazendeiros e seringalistas, a Prelazia do Juruá se colocava numa posição de neutralidade, que favorecia o lado mais forte, e às vezes a posição era de ostensivo ou discreto favorecimento aos barões da borracha, haja vista que naquela região o seringalismo sobreviveu até meados dos anos de 1990.



Figuras 17 e 18 – Reuniões de Comunidades Eclesiais de Base.

Na contramão dessa ação conservadora, a prelaia do Vale do Acre e Purus, onde estão localizados os municípios de Xapuri e Epitaciolândia, desde o início dos anos de 1970 se colocava em favor dos seringueiros, colonos e indígenas na luta contra os latifundiários e os governos que lhes dava sustentação. Esse apoio teve início pelo engajamento do bispo prelado dom *Giocondo Maria Grotti*<sup>38</sup>, ordenado em 1965. Ele assumiu um claro e radical compromisso em favor dos menos favorecidos, colocando-se em oposição aos que tinham o poder de mando no Estado. Infelizmente este bispo teve uma breve passagem à frente da Prelazia do Acre e Purus, pois faleceu num trágico desastre aéreo, quando fazia viagem pastoral à paróquia de Sena Madureira, no dia 28 de setembro de 1971.

Seu sucessor, o bispo dom *Moacyr Grechi* deu continuidade ao legado de lutas em favor de colonos, índios e seringueiros hostilizados pelos pecuaristas, esses novos agentes do capital. Eles acessavam um dinheiro fácil que lhes era doado via incentivos fiscais dos fundos públicos. Esses fundos eram concedidos generosamente pelos governos da ditadura empresarial-militar a esses novos donos do poder que se dispunham a “investir” no Acre.

Naquele período, mais precisamente em 1975, também se instalou no Estado uma delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foi designado como delegado responsável o senhor João Maia Filho.

<sup>38</sup> Esse prelado estudou direito com a intenção de advogar em favor dos mais pobres. Infelizmente faleceu tragicamente num acidente aéreo na cidade acreana de Sena Madureira em 1971.



Essa delegacia tinha por objetivo organizar Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Acre e no então Território Federal de Rondônia. No Acre o primeiro sindicato a ser criado foi o do município de Brasiléia, em 1975. O do município de de Xapuri foi criado em 1977.

Portanto, o sindicato àquela época era uma agência muito nova no panorama das instituições acreanas, mas também passou a trabalhar no sentido de fazer os seringueiros e demais povos da floresta compreenderem que eram sujeitos portadores de direitos, sendo o direito mais elementar o direito à vida, e que desse derivava o direito histórico à posse da terra em que viviam por várias décadas.

No que diz respeito à crítica e ao combate contra a sociedade burguesa que oprime o trabalhador e a trabalhadora, havia convergências entre o que pregava a igreja católica e aquilo que o sindicato defendia. As divergências surgiam quando se tratava de projetar uma sociedade futura. A igreja devido ao seu conservadorismo e atavismo buscava influenciar no sentido de propor uma sociedade em que se respeitasse o direito à propriedade privada, defendendo que essa cumprisse funções sociais, e, sobretudo que se construísse uma sociedade livre do ateísmo, que é, na opinião das instituições religiosas, o maior mal e a característica mais marcante do comunismo, dado o seu materialismo. Contraditoriamente a essa postura, a Teologia da Libertação adotara o método marxista. Conforme escreve Löwy, refutando análises feitas por políticos de direita que atribuíam a penetração do marxismo na igreja católica em razão de uma estratégia do comunismo internacional, o autor argumenta que foi o contrário e escreve o seguinte:

Ora, um mínimo de senso comum e de análise sócio-histórico seria suficiente para qualquer observador honesto reconhecer que **a Teologia da Libertação e a convergência do cristianismo e do marxismo** em certos setores da Igreja – não foi resultado de nenhuma conspiração, estratégia, tática, infiltração ou manobra por parte de comunistas, e sim uma **evolução interna da própria Igreja e originando-se de sua própria cultura e tradição**. (Löwy, 2016, p. 123, Grifos meus.)

O argumento da Teologia da Libertação visando fortalecer as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais se baseava no direito à terra como um bem criado por Deus para o usufruto da humanidade.

A igreja defendia que dado ao egoísmo que acomete, na sociedade capitalista, os que detém o poder econômico, político e social, se faz necessária a organização dos oprimidos para lutar pelos direitos mais elementares, como o direito à terra para viver e trabalhar dignamente. Portanto, a luta agrária incentivada pelas CEB's se

baseava na argumentação de que a terra é uma dádiva de Deus aos seus filhos e filhas, e por isso era legítimo e legal a luta para conquistá-la, haja vista que ela estava concentrada como mercadoria nas mãos de poucos.

Com a adesão da Igreja Católica a essa linha pastoral progressista, e sendo a maioria dos seringueiros e seringueiras àquela época constituída por mais de 90% de fiéis católicos e católicas, aos poucos vai se rompendo a consciência religiosa anterior. Aquela consciência que fazia a maioria dos extrativistas acreditarem que eram desprovidos de bens materiais e viviam em estado de pobreza, em razão do destino que lhes fora dado pelo próprio Deus para provar suas paciências na aceitação dos desígnios celestes.

No embate dos seringueiros e das seringueiras contra os fazendeiros, orientados pela Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a tática utilizada era organizar, mobilizar e lutar por meios legais reivindicando os direitos estabelecidos no Estatuto da Terra, sobretudo o Art. 2º e seus parágrafos, que institui que:

“É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

§ 2º É dever do Poder Público:

- a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais o aconselharem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei. (LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra)

A CPT para incentivar a luta dos seringueiros e das seringueiras, os conscientizavam de que os extrativistas eram detentores de direitos que não estavam garantidos somente no Estatuto da Terra, mas estavam primeiramente assegurados na palavra de Deus e inscrita na bíblia.

Os seguidores da Teologia da Libertação pregavam que o direito de posse e usucapião são direitos que não podiam ser atropelados pelos fazendeiros e seus auxiliares do Estado: os representantes do INCRA, dos cartórios de registros fundiários e, sobretudo das polícias civil e militar que se aliavam às milícias privadas dos fazendeiros para expulsar seringueiros e seringueiras usando atos de excessiva

violência, como a derrubada e incêndio das casas, a matança dos animais domésticos, as prisões arbitrárias e os assassinatos de trabalhadores que resistiam às investidas dos latifundiários.

Havia uma clara condenação da Igreja Católica contra o latifúndio e a propriedade privada ilegal, aquela que se constituía por meio da expropriação via grilagem de terras públicas ocupadas por indígenas, pescadores, ribeirinhos e extrativistas diversos. O texto abaixo, de autoria de Lima embora escrito no início do século XX traduz a posição defendida pela igreja católica nos anos de 1970 e 1980.

O direito de propriedade de terras em sua forma mais hipertrofiada é uma anomalia social. Os latifúndios são condenados por todos os sociólogos. Santo Ambrósio, citado por *LETOURNEAU*, já dizia: “A natureza fez o direito comum; a usurpação fez o direito privado. A terra foi dada em comum aos homens porque, oh! homens ricos! vos arrogais a propriedade, a vos exclusivamente. (LIMA, 1937, p. 174)

As ações desenvolvidas pela Igreja e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, já era uma antecipação das práticas suscitadas pelas teorias de Paulo Freire, faltava a sua prática pedagógica libertadora, via educação escolar chegar ao Acre.

### 3.4 A construção do movimento de resistência dos seringueiros do Acre: o caso de Xapuri.

A gente foi descobrindo, no avanço da conscientização, que o importante não era fazer acordo com o fazendeiro e ganhar um pedaço de terra. O importante era lutar pela conservação de nossa floresta, pela defesa das seringueiras e, finalmente lutar pela defesa de nossas posses. (CHICO MENDES, 2003)

A professora Sandra Basílio em pesquisa para a sua tese escreveu que

As primeiras tentativas de uma resistência mais organizada datam do início da década de 1960, sendo, portanto, abortadas em curto prazo pelo golpe militar de 1964. Em agosto de 1962, foi iniciada em Rio Branco a organização das Ligas Camponesas, que forte impacto tiveram no Nordeste, se estendendo posteriormente a Brasília-AC. Em fevereiro de 1964, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, momento em que vários militantes vieram da Liga ajudar para a formação desse Sindicato. (Basílio, 2019, p. 62).

Essas tentativas de organizar um movimento de seringueiros nos anos de 1960 foram comandadas pelo então governador José Augusto de Araújo. Ele pertencia a ala esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o mesmo partido do presidente

João Goulart. Mas quando o governador percebeu a radicalidade das Ligas, deixou de apoiá-las e passou a incentivar a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Na verdade, as bandeiras originais das Ligas, por serem consideradas radicais em prol da reforma agrária, nunca foram levantadas no Acre. As reivindicações que o governador poderia atender seriam somente aquelas que a sua administração pudesse cumprir, como as desapropriações de territórios em torno de dez quilômetros de áreas rurais localizados às margens das rodovias federais, implantação de açudes e outras obras públicas. Aliás, essas medidas favoreceriam bem mais aos patrões, pois estes estavam empobrecidos pela segunda falência do seringalismo, que teve uma breve recuperação entre 1938 e 1945, motivada pela eclosão da II Guerra Mundial.

As desapropriações de grandes áreas fora do perímetro dos dez quilômetros da fronteira, e que era onde estava localizada a maioria das colocações dos seringueiros, se encontravam descartadas, pois o pagamento dessas terras tinha que ser efetuado à vista e o tesouro estadual não dispunha de recursos suficientes.

Com o advento da ditadura empresarial-militar o mandato de governador do senhor José Augusto de Araújo foi cassado, ele foi preso, e, com isso, a possibilidade de criação das Ligas Camponesas ou dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais foi enterrada. Somente na década de 1970, incentivados pela CONTAG e pela Igreja Católica é que foram criados os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre, conforme escrevemos acima.

Então, a partir do final dos anos de 1970 os seringueiros e as seringueiras de Xapuri iniciam o processo de resistência contra os latifundiários que queriam desarticular o sistema de extrativismo autônomo. Essa condição conforme escrevemos acima foi possibilitada pela desarticulação do sistema de seringalismo que havia ganhado uma breve sobrevida com o advento da II Guerra Mundial.

Já escrevemos acima acerca dessa condição do extrativista autônomo, mas desejo dar ênfase citando a descrição muito apropriada escrita por *Alegretti*:

A condição dos seringueiros autônomos, no período de 1965 a 1970, no Vale do Rio Acre, foi única na Amazônia, em decorrência dos fatores citados. Mas durou pouco tempo, uma vez que, a partir de 1970, com a venda dos seringais para os fazendeiros, muitos seringueiros foram obrigados a deixar suas colocações e migrar para as cidades. Realizaram, dessa forma, ainda que por um curto período de tempo, o projeto antigo de viver por conta própria na floresta e ser dono de sua colocação, alimentado desde a Revolução Acreana e da Segunda Guerra. Mais importante, porém, esse momento deixou claro, para os próprios seringueiros, possivelmente pela primeira vez na história, que eles podiam

viver sem patrão. Em outras palavras, que o sistema de controle sobre a força de trabalho predominante na empresa seringueira era uma condição essencial à reprodução da própria empresa, ou seja, da relação patrão-freguês. O patrão não podia viver sem seus fregueses, mas os seringueiros podiam continuar se reproduzindo, desde que passassem a ter acesso direto ao mercado, substituindo o patrão pelos comerciantes ambulantes que passaram a circular com liberdade pelos seringais. Alguns anos depois, em 1976, foi essa condição de autonomia que permitiu o início da resistência às expulsões e que se constituiu no elemento estruturador das propostas que os seringueiros apresentaram, como solução para os conflitos, na década de 80. (Alegretti, 2002, 206)

Acerca da identidade cultural do seringueiro autônomo, Morais escreve que essa

Foi construída durante os conflitos pela posse da terra, no contexto dos anos de 1970 e 1980 no Acre, como comprovam os estudos de Paula (1991) e Porto-Gonçalves (1998). Foi construída também na luta por um modelo de reforma agrária diferenciada em que fossem levadas em consideração as singularidades do habitat (o vínculo territorial com as colocações de seringa) e o habitus, o conhecimento adquirido ao longo do tempo, a maneira de se relacionar com a natureza. O “resgate” da cultura no sentido de fortalecer a luta de resistência nos seringais e a organização sindical tiveram, segundo Paula (1991), “grande importância nos desdobramentos do movimento, na formação da identidade política dos seringueiros”. (Morais, 2016 p. 147).

Com essa resistência se forma um vigoroso movimento popular que protagonizará históricas lutas em defesa da floresta ameaçada por latifundiários exógenos à Amazônia. Esses latifundiários impunham projetos altamente predatórios aos povos e ao meio ambiente da região.

Para efeito de ilustração citemos três latifundiários que eram reputados como os maiores do país entre os anos de 1970 e 1980, que possuíam terras no Acre.

De acordo com a ONG *Landless Voices*, Vozes Sem Terra hospedada pela Escola de Línguas, Linguística e Cinema da Universidade *Queen Mary of London*, Reino Unido, estão presentes no território acreano grandes latifundiários e latifundiárias. Apresentamos abaixo os/as três maiores:

A primeira é Rosa Lima Gomes Amora com propriedades no município de Manoel Urbano, somando 901.248 hectares;

O segundo é Pedro Aparecido Dotto com terras entre os municípios de Lábrea, no Estado do Amazonas e Manoel Urbano e Sena Madureira no Acre. Suas propriedades somavam 804.888 hectares e;

O terceiro é *Albert Nicola Vitale* que possuía propriedade de 797.575 hectares no município de Sena Madureira.

Os conflitos fundiários se iniciaram no Acre em meados dos anos de 1970.

Chico Mendes relata à antropóloga *Allegretti* como, quando e onde ocorreu o primeiro empate no Estado do Acre. Eis o relato de Chico Mendes

Em 10 de março de 1976, aconteceu o movimento mais importante. Três seringueiros do seringal Carmem<sup>39</sup> denunciaram que a área deles estava sendo devastada por 100 peões acompanhados de pistoleiros da região. Em um momento de desespero – as colocações estavam sendo ameaçadas pelos peões do fazendeiro, acampados lá dentro para desmatar – os trabalhadores barraram os peões. Viram que pela via jurídica não tinha jeito, aí falaram: “companheiros vamos pensar em outra alternativa e vamos partir para o empate. Pela primeira vez, um grupo de 60 pessoas – homens e mulheres, em um gesto natural de auto defesa – se entrincheiraram na mata para impedir a derrubada. (Caderno Povos da Floresta, 2003, p. 26)



Figura 19 – A senhora pecuária visitando uma colocação de seringa. Metáfora da invasão do Acre pelos fazendeiros.

Esses conflitos fundiários ganharam maior expressão em Xapuri ao longo dos anos de 1980 e se fortaleceram perdurando até o final daquela década.

Na década de 1980, quando o pecuarista paulista Geraldo Bordon, dono do Grupo Bordon, cuja sede matriz de suas empresas se encontrava localizada no município de Campinas no Estado de São Paulo, iniciava as atividades de derrubada da floresta, essa ação afetava a vida dos extrativistas de todo o Acre, pois contribuía para a expulsão dos moradores autóctones, os índios e os seringueiros.

O senhor Gerardo Bordon era muito poderoso. Do ponto de vista econômico, o Grupo Bordon era àquela época equivalente ao que é hoje a empresa multinacional brasileira JBS-Friboi. Ele era possuidor de indústrias alimentícias que produziam carnes enlatadas e embutidos, sendo proprietário, dentre outras da marca *Swift*. Ele adquiriu terras no município de Xapuri, comprando os seringais Nazaré e Tupá, para a implantação de atividades pecuárias.

<sup>39</sup> O seringal Carmem está localizado no município de Brasiléia.



O empresário era criador de gado da raça nelore mocho para a engorda, chegando a ter um rebanho de 145 mil animais distribuídos em nove fazendas espalhadas em Estados da região Sudeste, Centro-Oeste e Norte, dentre as quais a do Acre. Dado o poder econômico e, por conseguinte, a força política deste pecuarista, ele contava com o beneplácito dos governos ditatoriais e seus prepostos e serviços no governo do Estado e na prefeitura de Xapuri.

O poder desse pecuarista era tamanho que quando ordenava ao gerente de sua fazenda no Acre, conhecido pelos regionais como “seu Tomaz”, que derrubasse a floresta para convertê-la em pasto, essa ordem funcionava como uma senha ou apito de cachorro para que outros pecuaristas, de grande e médio porte de todo o Vale do Acre e Purus, também iniciassem as derrubadas em suas fazendas.

Os fazendeiros sabiam que podiam contar com a aquiescência e conivência dos poderes públicos constituídos para levarem à frente os desmandos que caracterizavam essas ações. Paula faz referência ao “Crescimento da violência no campo e conivência de autoridades locais”, escrevendo que

O advogado da Delegacia Regional da CONTAG, Pedro Marques, denunciava permanentemente esse comportamento do poder judiciário no estado. Em uma de suas denúncias (Varadouro, nº 12, set. 1978), ele cita um exemplo em que um juiz de Cruzeiro do Sul devolveu ao STR daquele município uma ação movida contra uma empresa agropecuária sediada em Tarauacá. O argumento foi de que embora os trabalhadores tenham sido contratados em Cruzeiro do Sul, a ação deveria ser encaminhada no município sede da empresa. Contudo, o mesmo juiz, em um único dia (23 de junho), providenciou todos os trâmites de uma ação movida contra um grupo de seringueiros, de sorte que no mesmo dia foi expedido mandado judicial para expulsar esses seringueiros de suas áreas. (Paula, 2013, p. 206)

Os desmandos dos latifundiários que as autoridades acobertavam iam desde os desrespeitos à legislação trabalhista, às leis ambientais e a extrema violência contra as famílias de seringueiros e seringueiras que tinham as casas de suas colocações queimadas e seus animais mortos por pistoleiros ou policiais a serviço dos latifundiários. Isso pode ser exemplificado pelo testemunho ocular do senhor Raimundão que falou o seguinte na entrevista para a composição desta tese:

Eu passei dois anos fazendo trabalho de campo na SUCAM (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública) borrifando as casas dos companheiros seringueiros com o DDT (sigla de *Dicloro Difenil Tricloroetano*, utilizado para combater os mosquitos do gênero *Anopheles*, que é conhecido pelos seringueiros como o carapanã da malária). Depois fui trabalhar na sede da SUCAM do município de Brasília e foi lá que eu presenciei uma coisa que era inédita para mim. Testemunhei a expulsão de seringueiros de suas colocações. Eu não sabia disso porque eu ficava muito tempo no campo e nos seringais que eu trabalhava isso ainda não estava acontecendo. Eu ouvi dizer que esse processo de dava de forma

muito violenta. Ouvi relatos de casas de seringueiros que foram destruídas por fogo, outras derrubadas por motosserras. Depois eu vi isso, e aquilo me chocou bastante, pois quando eu ia fazer os trabalhos nos lugares onde moravam esses companheiros seringueiros estes hospedavam a gente, davam rede e comida para mim e meus colegas da SUCAM. Quando eu voltei para fazer trabalhos de campo eu me deparei com a expulsão de muitos daqueles companheiros. E no lugar que eles morava restava apenas os tocos dos esteios das casas e os montes de cinzas dos barracos queimados. Já não tinha mais ninguém morando. Aquilo foi muito doído e também muito ruim para nós. O nosso trabalho era muito penoso, pois a gente não podia carregar muitos apetrechos (como ele pronuncia apetrechos) de dormida, pois nós já carregava muitos apetrechos do trabalho, que era o veneno, a bomba de pulverizar, que era isso, aquilo e aquilo outro. Então sobrava pouco espaço para levar outras coisas. Por isso a gente levava somente uma muda de roupa e um lençol, e os seringueiros dava as redes para nós dormir. Fiquei muito triste, pois seis meses depois de nós ter sido hospedado nesses lugares a gente encontrou somente as cinzas e os tocos das casas cortados pelas motosserra dos fazendeiros. Isso foi gerando uma grande revolta em mim e então passei a fazer anotações e enviar para companheiros jornalistas de Rio Branco, como o Elson Martins o *Sílvio Martinello* o *Suede Chaves* e o hoje desembargador aposentado dr. Arquilau de Castro Melo. Eles escreviam no Jornal VARADOURO<sup>40</sup> aquilo que eu via nos seringais. Eu anotava e enviava para eles e eles publicavam. (Entrevista com Raimundão)

Havia também muitos casos de prisões arbitrárias e até mesmo de tentativas e assassinatos de seringueiros que ficaram impunes, conforme pudemos apurar em entrevistas para esta tese. Leiamos o testemunho do entrevistado Antônio Teixeira Mendes – o Duda, que relatou o seguinte episódio:

Na noite do dia 18 de maio de 1988 os seringueiro estava todos acampado na sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), protestando por causa da derrubada que o Darly Alves queria fazer aqui no nosso seringal Cachoeira. Aí a gente foi atacado a bala pelos jagunços dos fazendeiros que era da União Democrática Ruralista (UDR). Dois jovens foram baleados. Os feridos foi o Raimundo Gomes e o Manuel Santana. Naquela época eles tinha 14 anos de idade. (Duda em entrevista)

Vale o registro de que a sede do IBDF era ao lado do quartel da Polícia Militar do Acre (PMAC) e os policiais não foram capazes de impedir o atentado e até o presente, passados 32 anos, nunca descobriram quem atirou e nem quem foi o mandante daquele crime. Mas isso não é de admirar, pois os policiais agiam como extensão das forças particulares de repressão constituídas pelos exércitos de

---

<sup>40</sup> Jornal da chamada imprensa alternativa que denunciava os impactos das políticas de colonização da Amazônia incentivadas pela ditadura empresarial-militar. O Varadouro nasceu no Acre, em 1977 e seus editores diziam que ele era a voz aos trabalhadores do campo e dos índios da região, ajudando-os a organizar um forte movimento que integrou a luta por melhores condições de vida e na defesa da floresta, contra a ganância predatória de madeireiros e pecuaristas.

pistoleiros e jagunços dos pecuaristas.

Para além de contar com o apoio das polícias Militar e Civil é muito possível que os fazendeiros também contassem com a colaboração da Polícia Federal (PF), como ficou bastante evidenciado na séria suspeita em relação à atuação do delegado Mauro *Spósito* no caso que culminou no assassinato do sindicalista Chico Mendes.

O advogado do Instituto de Estudos da Amazônia (IEA) que prestava assessoria jurídica ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e ao Conselho Nacional de Seringueiros descobriu na justiça do Paraná, um mandado de prisão por assassinato contra os irmãos Darli e Alvarino Alves da Silva, expedido pelo juiz da comarca de Umuarama naquele Estado. Chico Mendes enviou esse mandato ao superintendente regional de Polícia Federal do Acre Mauro *Spósito*, para que este cumprisse a prisão. Ocorre que os irmãos Alves fugiram, e passou a pesar sobre o delegado forte suspeita de ele ter avisado acerca do mandado de prisão, o que teria potencializado naquela família criminoso, nos políticos de extrema direita e nos latifundiários, o desejo de vingança contra o líder político e sindical.

É muito provável que tenha sido esse o motivo que fez os assassinos procurarem o apoio da União Democrática Ruralista (UDR) para tramarem o assassinato do Chico Mendes. O próprio sindicalista suspeitava que a fuga dos irmãos Alves teria decorrido em razão do envolvimento do delegado Mauro *Spósito* com os assassinos, e por isso passou a acusá-lo de ter revelado para os criminosos acerca da existência do mandado de prisão.

Reforçando o argumento de que a PF colaborava com os latifundiários, recordo que em uma aula no noviciado o Chico nos relatou que fora sequestrado, torturado e abandonado desmaiado em uma estrada nos arredores de Rio Branco no ano de 1979. Os agentes públicos sempre foram propensos a proteger e até a executar, no caso dos aparelhos repressivos do Estado, ações violentas para auxiliar os latifundiários no domínio dos extrativistas, ainda que estes combatessem as agressões sofridas por meio de atos pacíficos, com os Empates, que os seringueiros e as seringueiras realizavam visando tão somente garantir e proteger a integridade da floresta.

A situação de insegurança fundiária vivida pelos povos indígenas e extrativistas do Acre subvertia até o Art. 1º da Lei Nº 601, 18 de setembro de 1850, chamada Lei da Terra que prescrevia o seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que

não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.

Por que escrevi que a ação dos latifundiários amparados pelas instituições do poder público subvertia até a Lei de Terras? Porque em última instância a maioria dos seringueiros que estavam sendo expulsos com o uso de extrema violência, tinham suas colocações a menos de 10 léguas das fronteiras com o Peru e a Bolívia e este preceito da Lei de Terras se manteve no Estatuto da Terra. Muitos dos seringueiros que foram expulsos de suas colocações se refugiaram em seringais localizados em territórios desses dois países, sendo que a maioria foi para a Bolívia. Eles constituíram famílias naquele país e conquistaram dupla cidadania, quem não fez isso teve que retornar de forma compulsória quando *Evo Morales* conquistou a presidência do país no ano de 2006.

Em situações de exceção institucional os seringueiros contaram inicialmente apenas com o apoio da igreja católica que, como já referido em sessão anterior desta tese, seguia linha pastoral orientada pela Teologia da Libertação e organizava grupos de reflexão e oração em torno das CEB's.

Os violentos ataques aos direitos fundiários dos extrativistas, notadamente do direito de posse era uma particularidade da luta de classes daquele momento histórico na Amazônia (décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990) e fazia parte da luta camponesa contra o projeto de expansão do capital para a conquista de novos territórios, avançando as fronteiras agrícolas para lugares que até então o capitalismo agropecuário não havia atingido. Esse processo está muito bem ilustrado no texto de Pomar, que ilustramos com o trecho abaixo:

O caminho deveria ser, então, a manutenção do latifúndio, mas sob nova forma. Era necessário modernizá-lo, fazendo-o aderir aos métodos capitalistas. "Temos aqui uma agricultura de subsistência e precisamos transformá-la numa agricultura de mercado", disse mais tarde o então ministro da agricultura do governo Geisel, Alysson Paulinelli. Ao lado disso, tornava-se imprescindível dividir as terras devolutas em grandes latifúndios, como advogava, em 1970, um relatório do ministério do interior sobre a situação fundiária: "as grandes áreas desocupadas devem ser dadas às grandes empresas para impedir que sejam ocupadas pelo marginal". (Pomar, 2009, p. 78).

Esse projeto da ditadura empresarial-militar possibilitou uma enorme concentração fundiária, permitindo a criação de latifúndios ainda maiores que os antigos seringais, à medida que propiciou aos novos senhores da terra a aquisição de vários seringais que formavam imensas fazendas para a criação de gado bovino ou

simplesmente para manutenção como reserva de valor para futuras especulações.



Figura 20 – Capa do Jornal O Varadouro do final dos anos de 1970.

Nessa nova conjuntura, os antigos antagonismos vividos pelos seringueiros durante a vigência do sistema de seringalismo, eram muito menos agressivos e violentos do que os que afloraram com a ascensão dos novos senhores da terra.

Essas mudanças operadas pelos planejadores da ditadura empresarial-militar viabilizavam dois objetivos:

O primeiro era transformar as terras devolutas em propriedade privada e propiciar o desenvolvimento capitalista na Amazônia.

E o segundo era dotar o empreendimento capitalista, segundo os agentes do governo federal, de feições modernas. E para isso era necessário libertar os trabalhadores extrativistas por meio do aprisionamento da terra para facilitar e viabilizar a criação de um exército de trabalhadores disponíveis ao assalariamento.

Como já nos referimos acima, os fazendeiros contavam com o auxílio de violentos jagunços, e com os agentes de repressão do Estado. Leiamos o relato do ex-seringueiro Sebastião Marinho, o Sabá:

Os jagunço da fazenda chegava na colocação do seringueiro junto com a polícia e as vez com o pessoal do fórum e dizia que aquela terra era do fazendeiro e que o seringueiro tinha de sair. Eles dava prauzos muito pequeno. Quando o cabra não saía, as vez teve muitos caso que eles derribava e queimava a casa. (Sabá Marinho em entrevista para a tese).

Além do apoio dado pela igreja católica aos extrativistas em defesa de seus territórios, outro apoio importante que os trabalhadores e trabalhadoras dos seringais



receberam, conforme vimos escrevendo, foi o dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que começavam a se organizar, auxiliados pela delegacia da CONTAG. Esta delegacia, conforme nos referimos acima, tinha jurisdição no Estado do Acre e no então Território Federal de Rondônia, sendo que sua sede estava localizada em Rio Branco, no Estado do Acre.

Não obstante esses apoios que os seringueiros recebiam, os grupos pecuaristas eram amparados pelos poderes constituídos do Estado em seus três entes federativos. Estes poderes proporcionavam desde o suporte financeiro, oferecendo créditos subsidiados dos bancos oficiais, como o Banco do Estado do Acre (BANACRE), Banco da Amazônia (Basa), Caixa Econômica Federal (CEF) e Banco do Brasil (BB); o acobertamento por meio das polícias civil e militar, que participavam de atos de repressão e arbítrio, usando de violência em favor dos fazendeiros, sendo que a força dos latifundiários já era muito superior à dos seringueiros e de seus apoiadores.

Era característica dos anos de 1970 e início de 1980 no Acre, o recrudescimento da luta popular com mobilizações de base, via Empates e acampamentos em sede de instituições públicas, como o INCRA, o IBDF, o palácio governamental e a assembleia legislativa. Também se recorria à disputa no campo institucional por meio da impetração de ações legais pela via judiciária, por meio de advogados da CONTAG e do Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), da então prelaia do Acre e Purus.

A violência envolvendo assassinatos de líderes políticos sindicais e agentes de pastorais na década de 1980 no Acre foi uma constante, conforme ilustramos abaixo com os exemplos dos principais sujeitos que foram assassinados ou que sofreu tentativa.

A lista é aberta no primeiro ano da década com Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, assassinado em 21 de julho de 1980.

A lista macabra segue com o caso do agente de pastoral: Jesus Mathias morto em 02 de dezembro de 1983, em Brasília.

Em 19 de julho de 1984 ocorre o assassinado do sindicalista Raimundo Paulino de Souza, no Seringal Água Preta, no município de Rio Branco.

No ano de 1985, no dia 28 de outubro, os latifundiários assassinam o sindicalista *Valdevino Delara*, no município de Plácido Castro.

E finalizando a década, no ano de 1988 os fazendeiros assassinam primeiro o



agente de pastoral e militante sindical Ivair Higino em 18 de junho em Xapuri, e aquele fatídico ano encerra com o brutal assassinato do líder Chico Mendes, no dia 22 de dezembro em Xapuri.

Mas a violência e as tentativas de assassinatos pela mão dos latifundiários não alcançaram apenas líderes políticos-sindicais e agentes de pastorais, no início dos anos de 1980 os latifundiários atentaram contra a vida do atuante advogado da CONTAG, baleando-o. Segundo Melo

O advogado Pedro Marques foi obrigado a deixar o Acre após haver sofrido uma emboscada nas ruas de Rio Branco, da qual só escapou com vida porque ao perceber que estava sendo alvo de tiros sacou de seu revólver e passou a disparar contra o seu agressor. (Melo, 2003, p. 29)

O processo de recrudescimento das lutas populares foi marcado nacionalmente com a retumbante vitória nas urnas, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) contra o partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era o partido político da ditadura empresarial-militar, nas eleições de 1974.

No Acre a maior expressão da luta de classes era a disputa dos seringueiros e das seringueiras contra as derrubadas da floresta, que as forças de repressão do Estado em conjunto com os exércitos particulares de jagunços dos latifundiários reprimiam na forma de extremada violência, que ceifou muitas vidas de lutadores que batalhavam em prol dos direitos dos extrativistas.

As lutas de resistência se diversificaram com o surgimento de novos movimentos sociais e com o nascimento do sindicalismo classista, com a criação de movimentos populares que iam desde organizações que combatiam a carestia, que reivindicavam educação crítica, grupos de campanha pela anistia de presos políticos e outras formas de educação e luta. Ocorreu também o surgimento de associações de moradores de bairros e movimentos de direitos humanos que denunciavam e combatiam a opressão contra as minorias.

E no campo, ocorreu o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em 1984 quando se deu o “1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, na cidade de Cascavel, no Paraná.

Esse processo, em muitos casos, era impulsionado pela Igreja Católica, que em razão da Teologia da Libertação adotava uma pastoral orientada pelo *aggiornamento*. Essa expressão utilizada pelo papa João XXIII no contexto do Concílio Vaticano II (1962-1965) designava a reforma que se deu com a origem da Teologia da Libertação.

O *aggiornamento* visava orientar uma mudança na ação litúrgica, na leitura e interpretação da escritura sagrada, que deveria ser feita à luz da história dos oprimidos e no diálogo com os mais pobres da sociedade. Motivados pelo *aggiornamento* os padres e agentes das pastorais deveriam realizar um diálogo horizontal com os fiéis, constituídos pelas populações mais pobres da América Latina.

Nas primeiras disputas agrárias travadas por seringueiros e seringueiras versus latifundiários e latifundiárias, os extrativistas e as extrativistas tinham como seus principais aliados e incentivadores, a igreja católica por meio da CPT e da CONTAG. Essas entidades contribuíam, sobretudo com a formação política dos quadros que estavam à frente das lutas dos seringueiros e das seringueiras. Essa formação de quadros sindicais promovida por essas instituições era parte importante no apoio às lutas desses trabalhadores e trabalhadoras. Mas dado o caráter patriarcal dessas entidades elas investiam prioritariamente formando líderes do gênero masculino.

A formação oferecida aos homens extrativistas reforçava a ideia de que o macho apresentava mais aptidão para liderar. Por isso, não obstante o esforço e a positividade das ações dessas entidades, o que resultava, embora como efeito colateral, era o reforço do poder de líderes carismáticos como Wilson Pinheiro, Jesus Mathias, Ivair Higino, Raimundão, Osmarino Amâncio, Chico Mendes, Osmar Facundo, Paulo e José Gaudêncio, Vilela, Duda Mendes, Pedro Rocha, Sebastião (Sabá) Gomes, Júlio Barbosa, Pedro Teles, Miguel Mendes, dentre outros que interpretavam e representavam naquele contexto os ideais dos seringueiros e das seringueiras.

As mulheres líderes eram muito poucas, destacando-se a Dercy Teles, a Antônia do Lé, a dona Maria Lino, conhecida como dona Maria do Benedito e a dona Maria Buiú. Elas eram líderes ligadas basicamente às atividades sociorreligiosas das CEB's, que conseguiram chegar à liderança nas lutas político-sindicais também, como delegadas sindicais de base e como diretoras do Sindicato.

No universo do seringalismo as mulheres historicamente tiveram um papel e um lugar social muito bem demarcado. Era um papel de subserviência, restrito a reprodução e aos cuidados do lar, embora, como todas as regras houvesse exceções, algumas mulheres assumiam protagonismo na condução dos trabalhos demarcados como masculinos, como cortar seringa, brocar o roçado, plantar e colher os frutos plantados nos roçados. Algumas inclusive caçavam, atividade que era àquela época uma função exclusivamente masculina.

A cultura do seringalismo, moldada com base no patriarcado importado do Nordeste, a partir dos migrantes que povoaram o território Sul-amazônico, herdou o traço machista. Essa situação começou a ter uma inflexão a partir da introdução das CEB's, quando muitas mulheres passaram a assumir a função de animadoras de grupos de pastoral, rompendo a bolha que lhes atribuía um papel exclusivamente doméstico. Esse rompimento se amplia quando entra o sindicato, pois este abre espaços para a militância feminina em delegacias sindicais e até à frente da entidade como dirigentes, conforme ocorreu com a militante sindical Dercy Teles que assumiu a presidência do STRX pela primeira vez no ano de 1981, sendo a primeira mulher a assumir a presidência de um STR na Amazônia. Aliás, é interessante o que a senhora Dercy falou sobre isso. Leiamos a sua declaração:

No início da década de 80, 81, 82 o machismo era predominante junto aos homens trabalhadores rurais. Então em 1981 eu fui eleita presidente do sindicato dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais com apoio da igreja católica, inclusive na pessoa do dom *Moacir Grechi*, que eu tenho muito respeito e carinho por ele. E aconteceu vários episódios onde o machismo foi retratado fortemente. Uma vez eu estava na sede do sindicato e entra um cidadão conhecido pela alcunha de Cabo Velho. Ele tinha tomado umas cachaças e disse que queria pagar a mensalidade dele do sindicato, mas quando eu peguei o talão para preencher o recibo e receber a mensalidade, ele me desacatou dizendo que não aceitava que uma mulher preenchesse o recibo de pagamento da mensalidade dele no sindicato. Que tinha que ser um homem, que o sindicato era coisa de homem. Que ele não sabia por que eu estava ali, não entendia por que uma mulher estava ali presidindo o sindicato. E o Júlio Barbosa (que era o vice-presidente) em vez fazer a defesa, ele só ria, ria, ria copiosamente. Fazendo parte da mesma ideologia machista. Então aconteceram vários episódios dessa natureza, mas eu me mantive firme e eu nunca abri para essas asneiras e ignorância e eu consegui sobreviver a um período que foi marcante para a minha vida, num momento que não era comum uma mulher ... eu fui a primeira mulher a presidir um Sindicato de Trabalhadores Rurais na Amazônia, num momento que eu era ainda muito jovem, tinha apenas 24 anos de idade e ainda era época da ditadura militar. O machismo ainda perdura silenciosamente, porém a gente não tem mais medo de enfrentar. Eu fui presidente novamente nos anos de 2000 por dois mandatos consecutivos aonde a gente tinha uma diretoria composta por 70% de mulheres e foi uma experiência muito boa. (Dercy Teles em entrevista para esta tese.)

A criação do Projeto Seringueiro e sua abertura para a participação de mulheres na função de monitoras/professoras, agentes de saúde e formadoras abriu ainda mais o espectro de oportunidades para a participação feminina nos movimentos políticos populares e ajudou a atenuar o machismo que era tão explícito, ostensivo e violento conforme a senhora Dercy Teles testemunhou no relato que transcrevemos acima. Esse processo de rompimento de bolhas por parte das mulheres extrativistas se ampliou ainda mais com a participação feminina nos Empates em Xapuri. Isso dialoga

com o que *Schwendler* observa em relação à participação feminina nos acampamentos do MST no Sul do país. Leiamos o texto:

No acampamento, pela sua organicidade interna, bem como pelas diferentes estratégias de luta, a mulher começa a pensar e a experimentar questões para além do cotidiano e do doméstico, ressignificando sua presença na história. No acampamento, as tarefas consideradas femininas do “espaço privado”, como lavar, cozinhar e cuidar dos filhos começam a ser divididas também com os homens. Assim também, as tarefas no “espaço público” geralmente assumidas pelos homens, como organizar, coordenar tarefas e grupos, negociar, cuidar da segurança, viabilizar o trabalho para garantir o sustento, enfrentar a polícia, passam a ser assumidas também pelas mulheres. (*Schwendler* 2009, p. 209).

Observando as lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de Xapuri, se enxerga muito claramente os homens e as mulheres do mundo extrativista lutando para fazer história num contexto totalmente adverso e contraditório e que o tempo todo lhes apresentava armadilhas.

Os eventos contraditórios presentes na história dos extrativistas e das extrativistas corroboram a observação de *Marx* de que

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. (*Marx*, 2011, p. 25);

Com certeza não era intenção da CPT e da CONTAG/STRX promoverem uma formação política na qual estivesse presente o reforço dos estereótipos da cultura patriarcal, pois o que estava no horizonte dessas instituições era formar líderes numa perspectiva mais ao feitio freireano para quem “a liderança aparece com sua criticidade indagadora para gerar uma postura perante a realidade voltada para a transformação por meio do conhecimento da realidade.” (Herbert, 2010, p. 435)

Mas a história transmitiu àqueles sujeitos inseridos no trabalho do extrativismo uma sociedade dividida, violenta e eivada de preconceitos. Mas era no interior dessa sociedade estratificada e problemática que os extrativistas tinham que reconstruir a história em novas bases.

### 3.5 A conquista das Reservas Extrativistas (RESEX's) e dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE's).

O movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras se opôs tenazmente a pecuarização de seus territórios e defenderam um modelo de Reforma Agrária adequada à realidade sociocultural, ambiental e fundiária da Amazônia.

Primeiro o movimento refutou os Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD's),

modelo fundiário criado pelo governo da ditadura empresarial-militar, via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que era imposto aos seringueiros visando “limpar” os seringais daquela gente indesejada. Os PAD’s se destinavam prioritariamente ao assentamento de agricultores e de agricultoras de fora da região amazônica. Mas se ofereciam lotes também aos seringueiros que cediam as pressões dos latifundiários para deixarem suas colocações.

O modelo fundiário do PAD fora instituído pelo Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, que em seu *caput* e no Art. 1.º declarava: são “indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º, da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias já construídas, em construção ou projetadas.”

No segmento desse parágrafo há uma lista de todas as estradas federais da Amazônia, que incluía a BR 364 cujo traçado previa o asfaltamento de uma extensão que se iniciava em Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, terminando em Cruzeiro do Sul no Acre. No entanto, no ano de lançamento do decreto, a estrada só tinha um trecho aberto até Vilhena no então Território Federal de Rondônia, com cerca de 1000 km. Isso não impedia, no entanto que o Acre estivesse incluído nos planos de desenvolvimento da ditadura empresarial-militar, haja vista que o projeto previa a inclusão de áreas em que as rodovias “já estivessem construídas, em construção ou projetadas”.

Em seu Art. 4.º o decreto afirmava que o “Conselho de Segurança Nacional (CSN) estabelecerá as normas para a implantação de projetos de colonização ou a concessão de terras, bem como para o estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à segurança nacional, nas terras devolutas das faixas mencionadas (...).”

Por todo o exposto fica evidente que o PAD era um projeto exógeno, instituído por decreto e que visava não o desenvolvimento da região Amazônica para o benefício dos amazônidas, mas integrá-la ao sistema capitalista e entregá-la, prioritariamente aos grandes grupos empresariais, sobretudo das regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste, e em menor escala assentar trabalhadores e trabalhadoras expropriados/as dessas regiões.

Todavia, faz-se necessário enfatizar que para os grupos empresariais que adquiriram terras na Amazônia havia muitos e fartos subsídios governamentais

distribuídos pelos bancos oficiais, sobretudo pelo Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Brasil (BB) e, no caso específico do Acre, pelo então Banco do Estado do Acre (BANACRE), ao passo que os agricultores beneficiários dos lotes em PAD's, eram deixados à própria sorte, sem estradas para escoamento da produção, sem financiamento para custeio, sem assistência técnica, sem atendimento à saúde e sem escolas para seus filhos e filhas.

Em razão dessa situação os agricultores vendiam seus lotes, passando a constituir a força de trabalho dos fazendeiros, atuando como peões nas fazendas dos latifundiários.

Pelo modelo dos PAD's, o INCRA rejeitava o paradigma produtivo de base florestal, que era o cerne da economia extrativista praticada pelos seringueiros e seringueiras da Amazônia antes da invasão dos latifundiários.

Na proposta dos PAD's, o território destinado aos agricultores era dividido em lotes de no máximo 100 hectares (ha). E os parceiros não podiam acumular lotes.

Aos grupos empresariais eram destinados lotes com áreas de 3.000 hectares. Essas terras eram entregues numa rubrica denominada Contratos de Alienação de Terras Públicas (CATP). Esse contrato abria as portas das instituições bancárias oficiais, que entregavam rios de dinheiro a esses grupos. Esse dinheiro era quase dado, haja vista as vantagens que esses grupos tinham, para saldar os débitos, e muitas vezes nem o faziam.

Outra vantagem que os pecuaristas disfrutavam, é que eles poderiam ampliar seus latifúndios pela anexação dos lotes dos latifundiários que desistiam de permanecer nas atividades pecuárias. Mas, sobretudo, os latifúndios se ampliavam pela anexação de territórios de colonos, o que era conseguido pela desistência destes e isso se dava em razão da impossibilidade de trabalhar nos lotes. Também havia casos de expulsão violenta de parceiros assentados nos PAD's, e ainda permaneciam as invasões e expulsões de posseiros e indígenas que viviam em terras devolutas.

Os seringueiros denominavam de corte cego ao modelo de divisão dos lotes nos PAD's destinados aos agricultores, pois essa tarefa era feita nos escritórios do INCRA em Brasília, onde os burocratas, a partir dos mapas das áreas destinadas a esta "Reforma agrária" torta, faziam a divisão dos territórios por meio de traçados com régua sobre mapas da região.

Acontece que muito frequentemente havia lotes que ficavam com quase 100%



em área alagada ao passo que outros, ao lado desses, ficavam sem nenhuma fonte hídrica, impedindo qualquer atividade agrícola, nos dois casos.

Na prática já secular do extrativismo, os seringueiros e seringueiras viviam em territórios de no mínimo 300 hectares, os quais abrigavam pelo menos três estradas de seringa.

Eles perceberam que aderindo à proposta do PAD, estariam realizando a permuta de um território mais extenso e adequado à cultura extrativista, que eles tinham domínio, por outro menor, destinado a uma atividade que eles não dominavam, com a agravante de que o lote “doador” pelo INCRA, em muitos casos sequer tinha água suficiente para as atividades agrícolas ou, ao contrário, ter água em excesso. Em ambos os casos ficavam impossibilitadas as práticas de atividades agrícolas, e, o mais grave, é que esses problemas somados levavam à alienação do lote por fazendeiros, favorecendo a concentração fundiária. Esse fato foi bastante recorrente nos PAD's.

Um dos maiores PAD's do Acre, o Pedro Peixoto, tem uma área de 317.588 hectares, com 4.025 lotes, abrangendo os municípios de Rio Branco, Senador Guimard, Plácido de Castro e Acrelândia. Este PAD teve quase a totalidade dos lotes alienados dos parceiros originais por pecuaristas, num processo de concentração fundiária, de forma que atualmente existem pouquíssimos agricultores dos que originalmente foram beneficiados com os lotes.

Os lotes distribuídos nos PAD's deveriam ser destinados à prática da agricultura e da criação de gado de forma extensiva, atividades que os seringueiros não estavam habituados, haja vista que as atividades agrícolas e criação de gado bovino que eles desenvolviam, eram destinadas apenas ao cultivo das chamadas lavouras brancas destinadas à subsistência, e o gado, que não excedia dez cabeças por família de seringueiros, se constituía em uma reserva de valor para o amparo das famílias em momentos de emergências, como uma crise econômica, gerada, por exemplo, pelo adoecimento de algum membro da família. Portanto as práticas agrícolas e de criação de gado pelos seringueiros eram complementares a atividade do extrativismo. E elas eram praticadas por meio da solidariedade nos trabalhos de adjunto, que conforme já esclarecido, é a palavra do léxico regional que é sinônimo de mutirão.

O governo prometia dotar os PAD's de infraestrutura como estradas, assistência técnica e financiamento para o custeio de implementos e sementes.

Prometia ainda implantar escolas e postos de saúde, mas, isso era letra morta no decreto. Nada era viabilizado de forma que o agricultor/parceleiro acabava vendendo o lote para fazendeiros, favorecendo a concentração fundiária.

A luta do movimento dos extrativistas e das extrativistas em favor da criação das RESEX's fez com que o INCRA, em reação ao movimento, haja vista que a pressão dos latifundiários impedia a criação das RESEX's, criasse um Grupo de Trabalho (GT), e deste ato resultou a Portaria INCRA/P/ nº 627, de 30 de julho de 1987.

Essa portaria criou a modalidade de Projeto de Assentamento Agro Extrativista (PAE). O assentamento de seringueiros nos PAE's visava ao atendimento das metas traçadas pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Essa nova modalidade de colonização ocorria por intermédio da concessão de uso do território em regime comunitário, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias, podendo ser associativista, condominial ou cooperativista.

O GT desenhou um modelo o mais parecido possível com o que o movimento dos seringueiros e das seringueiras propunha para as RESEX's. Havia, porém, diferenças que não agradaram ao movimento social, que era, sobretudo, a possibilidade de alienação do lote por parte dos beneficiários e a liberação da criação extensiva de gado no lote.

No modelo de PAE se acatava, embora parcialmente, a forma de ser, viver e produzir dos seringueiros, pois, diferentemente dos PAD's, os lotes não se destinavam de forma individual aos parceleiros, para posterior regularização com a expedição de título de propriedade. E o PAE permitia o uso do lote para a exploração de produtos florestais e a prática de agropastoreio como atividade complementar destinada à subsistência.

Outra inovação do PAE é que os parceleiros não ficavam mais na obrigatoriedade da produção exclusiva de produtos agrícolas destinados ao mercado, como era a proposta dos PAD's.

O movimento de seringueiros não aceitou incondicionalmente os PAE's, mas não os rejeitou da mesma forma que o fizera em relação aos PAD's, pois a partir de sua decretação, não se tinha mais um único modelo de ocupação fundiária para a região, e o movimento continuou lutando pela decretação de RESEX's.

Antes da decretação das duas RESEX's no Acre, foram decretados cinco PAE's: o Figueiras em Rio Branco, o Porto Dias em Acrelândia, o São Luís do

Remanso em Capixaba, o Chico Mendes/Cachoeira em Eptaciolândia e o Santa Quitéria em Brasília.

Como referido acima, a aceitação a essa nova modalidade fundiária de PAE's foi parcial e os seringueiros fizeram deles alternativa de transição entre os PAD's e as RESEX's, e intensificaram as lutas em favor da decretação e implantação destas.

Portanto, a RESEX e o PAE são novas formas de territorialização que emergiram das lutas dos seringueiros e das seringueiras nos anos de 1980, sendo que o PAE é uma formulação do governo a partir da inclusão parcial de itens reivindicados pelo movimento popular, e nasceu como estratégia para barrar o avanço das lutas em favor da RESEX. Esta foi formulada pelos seringueiros empoderados nas lutas que os fazia protagonistas das batalhas em prol de uma alternativa de Reforma Agrária adequada às condições socioculturais e ambientais amazônicas.

As Reservas Extrativistas, conforme desejavam os seringueiros e as seringueiras, deveriam ser espaços territoriais cujo objetivo seria a proteção dos meios materiais de vida e da cultura das populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais contidos em suas áreas, em favor destas populações, baseando a economia no extrativismo florestal e, de modo complementar, na agricultura familiar de subsistência, com a criação de animais de pequeno porte, garantindo a soberania e a segurança alimentar. Também reivindicavam a continuidade da criação de um pouco de gado bovino, num Sistema Silvipastoril, visando a garantia de uma reserva de valor para socorro em momentos de crise econômica, e também para assegurar a produção de leite para autoconsumo, criar alguns equinos e muares para usar na tração e no transporte nos serviços agrosiviculturais no cotidiano do seringal.

A ideia de criar RESEX's foi despertada e formatada pelos seringueiros acreanos, notadamente os de Xapuri, durante as lutas organizadas a partir das reuniões de base do STRX e nas aulas das escolas do Projeto Seringueiro. Essas ideias extrapolaram o Estado do Acre e ganharam outros Estados da Amazônia. Atualmente existem Reservas Extrativistas criadas nas cinco regiões brasileiras.

O nome Reserva Extrativista foi formulado numa reunião preparatória ao I Encontro Nacional de Seringueiros ocorrido em 1985. Essa reunião ocorreu no município rondoniense de Ariquemes, onde os seringueiros tinham contato com indígenas. Foi refletindo a partir da ideia de Terra Indígena, cujo senso comum denomina de Reserva Indígena, que nasceu a ideia de criar a Reserva Extrativista.

Então foi feita uma reflexão sobre a possibilidade de assim como existem as Reservas Indígenas, que se criassem reservas similares para os seringueiros e as seringueiras, de forma que elas dessem segurança fundiária a esses sujeitos, pela garantia da possibilidade de sobrevivência exercendo as atividades extrativistas tradicionais, às quais tinham conhecimento e segurança em suas práticas.



Figura 21 – Mapa do Projeto Agro Extrativista (PAE) Chico Mendes do Seringal Cachoeira.

Na formulação da proposta de RESEX estava a ideia do uso múltiplo dos produtos florestais e o protagonismo dos seringueiros e das seringueiras em sua gestão que, por meio de associações de moradores, deveriam definir planos de uso para disciplinar sua ocupação com atividades sustentáveis. A implantação desses planos de uso deveria ser supervisionada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associação de Moradores da RESEX, assessorados pelo Conselho Nacional de Seringueiros (CNS).

No caso do Acre, o CTA/Projeto Seringueiro deveria assessorar as associações de moradores, sobretudo no tocante às questões de educação, saúde e desenvolvimento comunitário. As lideranças do movimento de seringueiros reivindicavam que o Estado, por meio das universidades e instituições de pesquisa, preferencialmente as localizadas na Amazônia, como as universidades públicas, o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA) de Manaus, e o Museu Emílio Goeldi, de Belém, realizassem pesquisas voltadas à descoberta de novos produtos florestais que tivessem potencial econômico e fossem extraídos de forma ecologicamente equilibrada pelos extrativistas e suas famílias.

Também se reivindicava modelos adequados de educação, saúde, cultura, comércio e outros, como parte integrante da infraestrutura das Reservas Extrativistas, que fossem concebidas por meio do apoio das universidades públicas brasileiras.

As lutas em favor da decretação das RESEX's ganhou muita força a partir dos embates dos seringueiros de Xapuri contra a ofensiva dos fazendeiros para derrubar a floresta e convertê-la em pasto para o gado bovino ao longo dos anos de 1980.

Essas lutas se intensificaram mais ainda quando o governo do Estado em meados dos anos de 1980 conseguiu empréstimos do Banco Mundial para asfaltar a BR 364 no trecho entre Porto Velho em Rondônia e Rio Branco no Acre. Essa estrada possibilitaria a ligação rodoviária do Acre com o restante do país, o que acarretaria a celeridade nos processos de pilhagem e expropriação das terras dos seringueiros e dos indígenas, em favor de pecuaristas e grileiros que se deslocavam das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul desde os anos de 1970.

Neste contexto de lutas foram implantadas RESEX's de abrangência federal, estadual e municipal em Rondônia e no Amazonas.

No Acre foram decretadas apenas duas RESEX's federais, elas são administradas pelo Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). As que forem criadas por leis estadual ou municipal são de responsabilidade dos órgãos ambientais dos entes federativos que as criarem.

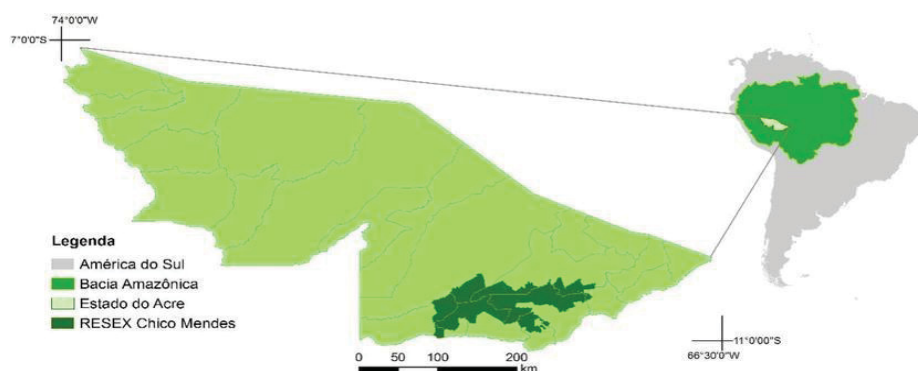


Figura 22 – Mapa da Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes.

As RESEX's se constituíram em novo modelo de área de proteção. Como já dito, o modelo foi moldado nas lutas sociais contra o latifúndio e teve grande aporte das escolas do CTA/Projeto Seringueiro para a sua formulação e nas lutas que levaram à sua conquista. A instituição da RESEX contribuiu, para além da segurança fundiária, para construir entre os seringueiros e seringueiras, o mundo do bem viver, entendido como:

Essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza /.../ O Bem Viver – isto é fundamental – supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras. (Acosta, 2016, p. 24).

A primeira RESEX federal foi criada no Estado do Acre pelo decreto n.º 98.863, de 23 de janeiro de 1990, denominada Reserva Extrativista Alto Juruá, com uma área de 506.186 ha, no município de Marechal Thaumaturgo.

A segunda também foi criada no Acre pelo decreto 99.144 de 12 de março de 1990 e homenageou o sindicalista Chico Mendes, sendo “batizada” com o seu nome. Ela possui uma área de 970.570.000 ha, abrangendo sete municípios do Estado: Rio Branco, Capixaba, Sena Madureira, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileia e Assis Brasil.

Pelos decretos que regulamentaram as RESEX's federais, está estabelecido que a terra é de domínio do poder público, sendo a sua gestão de responsabilidade da União, conforme são as Terras Indígenas, as Florestas Nacionais e outras áreas de proteção ambiental de âmbito federal. O usufruto do território é concedido às populações extrativistas tradicionais. Nessas áreas é permitida aos ocupantes a caça e a pesca, mas é vetada a comercialização de produtos obtidos por esses meios, bem como a exploração comercial dos recursos madeireiros, embora seja permitido o uso desses produtos, desde que de uma forma sustentável, em uma exploração racional estabelecida nos planos de utilização, com a finalidade da confecção de móveis e na construção de casas, cercas, estábulos, paióis, currais, escolas, postos de saúde, armazéns para guardar produtos da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), Centros de Treinamentos (vê fotos nesta tese, do Centro de Treinamento do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais na Pimenteira, atualmente desativado), e outros equipamentos sociais, para benefício dos coletivos extrativistas que ocupam a RESEX Chico Mendes.

Portanto, em sua formulação inicial a RESEX seria gerida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) por meio do então Centro Nacional das Populações Tradicionais (CNPT), mediante Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, assinado entre o IBAMA e as associações criadas com esta finalidade: a Associação de Moradores e Produtores da Resex de Xapuri (AMOPREAX), Associação dos Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes de Brasileia e Epitaciolândia (AMOPREABE), Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Capixaba e Rio Branco (AMOPRECARB), Associação de Moradores e Produtores da Resex de Assis Brasil (AMOPREAB) e Associação de Moradores e Produtores da Resex Chico Mendes em Sena Madureira (AMOPRESEMA), denominadas concessionárias.





Figura 23 – Armazém abandonado CAEX no Seringal Albrácia RESEX Chico Mendes. Foto de 2021.



Figura 24 – Armazém abandonado pela CAEX no Seringal Palmari RESEX Chico Mendes. Foto de 2021.



Figura 25 – Armazém e escola abandonados no seringal Equador. Foto de 2021.

A concessão de uso sem a expedição de títulos de propriedade fundiária individual aos seringueiros e seringueiras, ao contrário do que ocorria com os PAD's, foi uma inovação que visava dar garantias de não alienação desses territórios para finalidades não extrativistas, e favorecendo a concentração fundiária em mãos de latifundiários.

Toda essa luta fora capitaneada pelo líder político e sindical Francisco Alves Mende Filho, o Chico Mendes. Mas ele não teve a oportunidade de ver a decretação das RESEX's, pois fora assassinado no dia 22 de dezembro de 1988.

A falta de investimentos oficiais visando à valorização dos produtos extrativistas tradicionais, como a seringa e a castanha, assim como a ausência de pesquisas para a ampliação de itens provenientes do extrativismo para introduzir num portfólio de produtos que possam ser explorados de forma ecologicamente sustentável e economicamente equitativa, fez com que as populações tradicionais residentes na

RESEX buscassem alternativas econômicas não sustentáveis. Em razão disso, se observa hoje um avanço significativo da pecuária e da extração de madeiras nesses territórios, colocando em perigo o futuro dos extrativistas e do ambiente florestal, uma vez que a pecuária extensiva praticada na Amazônia pressupõe a conversão de milhares de hectares de floresta em pastos a cada ano, haja vista que nas práticas pecuárias extensivas os fazendeiros não investem na melhoria dos pastos degradados e derrubam mais áreas virgens para substituir as áreas irremediavelmente empobrecidas pelo desmatamento.

Além de ter testemunhado *in loco* durante a pesquisa de campo a situação de conversão de parte significativa do território da RESEX Chico Mendes em pastos para a criação de gado bovino, colhemos importantes relatos acerca dessas práticas.

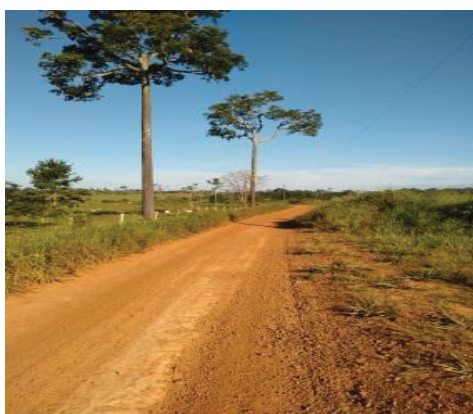


Figura 26 – Ramal da Pimenteira que dá acesso à RESEX Chico Mendes. Foto de 2021.



Figura 27 – Antiga colocação que virou fazenda. RESEX Chico Mendes. Foto de 2021.

Também fiz o registro fotográfico das práticas pecuárias no interior da RESEX e dentre os/as entrevistas/os obtivemos o relato de pessoas como a sindicalista Dercy Teles, importante liderança do movimento camponês, das águas e das florestas. Ela reside há mais de cinquenta anos na Colocação Pimenteira localizada na entrada da RESEX Chico Mendes. Eis o seu relato:

Por falta de políticas de incentivo e valorização do extrativismo, hoje essa RESEX, pela qual o Chico Mendes e outros trabalhadores e trabalhadoras lutaram e deram as próprias vidas está sendo destruída. Eu moro aqui à beira do ramal que dá acesso ela e eu vejo quase todos os dias uma grande quantidade de caminhões boiadeiros que entram pelo ramal levando e trazendo gado das colocações. (Entrevista de Dercy Teles)

Com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído em 18 de julho de 2000, por meio da Lei nº 9.985, houve uma centralidade da gestão das RESEX's nas instituições governamentais, em detrimento do protagonismo de seus ocupantes, por meio de suas entidades de representação.

Pela atual legislação está colocado que a RESEX

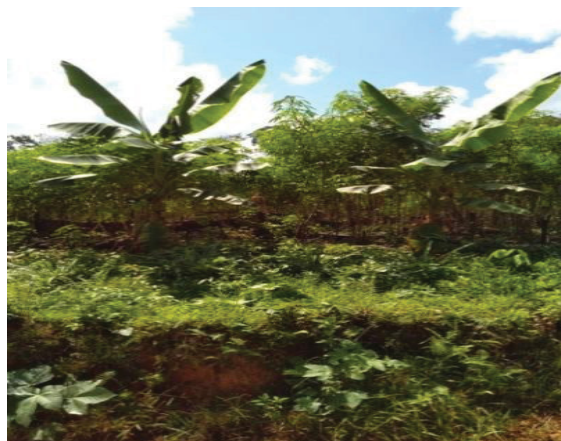
será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (Lei 9.985/2000, Art. 18, parágrafo 2º. P. 8)

Essa centralidade na gestão das RESEX's em entidades governamentais e a cooptação de lideranças populares fez com que projetos alheios aos interesses dos extrativistas fossem introduzidos nos ambientes florestais.

O senhor Sabá Marinho fez o relato que transcrevo abaixo a respeito da crise do extrativismo da borracha e da castanha, falando também acerca da alternativa que o governo do Estado apresentou. Segundo ele a alternativa é equivocada, e negativa para os extrativistas. Ele se referiu ao projeto governamental de incentivar a instalação de infraestrutura para a criação de gado. Eis as suas palavras:

Acabou-se o preço da borracha! Acabou-se o preço da castanha! Do porco! Da galinha! Da farinha! Do arroz! Do feijão! E afina agora é boi! E por falta de inteligência, os governantes, o que fizeram? Eles passaram a financiar os seringueiros para fazer currais, financiaram para fazer cercas. Financiaram para comprar gado. Mas e aí? Os seringueiros vão criar galinhas em currais? (Sabá Marinho em entrevista).

Esses equívocos do governo em relação às alternativas econômicas para as RESEX's e os PAE's, segundo o senhor Sabá Marinho e outros entrevistados acabou inviabilizando e enterrando as alternativas que os seringueiros sistematizaram ao longo de mais de 30 anos de lutas. Mas em nossa pesquisa de campo encontramos seringueiros reticentes e que insistem nas alternativas originais emanadas do movimento, como esta do senhor Vânio que cultiva um Sistema Agroflorestal (SAF) em sua colocação denominada Garimpo, no seringal Palmari.



Figuras 28 e 29– Imagens do Sistema Agroflorestal (SAF) do senhor Vânio. Ano de 2022.





Figura 30 – Plantação de feijão no SAF do senhor Vânio. Ano de 2022.



Figura 31 – Plantação de mandioca no SAF do senhor Vânio. Ano de 2022.

## 4 – A CONSTRUÇÃO DO PROJETO SERINGUEIRO E DO CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. (Paulo Freire, 1979, p. 15)

Neste capítulo farei uma abordagem histórica acerca do nascimento do Projeto Seringueiro, no ano de 1981. Este foi responsável pela alfabetização de quadros para atuarem nos movimentos sindical, eclesial e popular. Sua orientação didática e político metodológico era baseada na educação libertadora de Paulo Freire.

Nesta seção também trataremos da construção do Centro dos Trabalhadores da Amazônia e como estas duas instituições atuaram no âmbito do movimento popular e sindical, prioritariamente nos municípios do Alto do Acre, sobretudo nos municípios de Xapuri, Epiaciolândia, Brasileia e Assis Brasil.

Este capítulo será dividido em três seções, sendo que na primeira abordaremos a construção do Projeto Seringueiro no contexto das lutas contra os latifundiários.

Na segunda seção analiso o processo de construção do Centro dos Trabalhadores da Amazônia e na terceira apresento um relato crítico acerca da situação atual da educação no contexto dos territórios da RESEX e do PAE Chico Mendes.

### 4.1 A construção do Projeto Seringueiro no contexto das lutas dos extrativistas e das extrativistas contra os latifúndios no início dos anos de 1980.

Em 27 de julho de 1980 ocorreu um ato público no município de Brasileia, em protesto contra o assassinato do líder sindicalista Wilson Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por pistoleiros dos pecuaristas, ocorrido uma semana antes, sem que as autoridades tomassem qualquer providência para identificar e punir os responsáveis. Esses eram conhecidos por todos. Se falava abertamente que na ponta da trama daquele crime se encontrava um preposto de fazendeiro cujo nome era Nilo Sérgio, mais conhecido como Nilão.

Os seringueiros revoltados com a inércia do sistema de justiça do Estado fizeram justiça com as próprias mãos, e assassinou o preposto.

Encontrava-se presente ao ato contra o assassinato de Wilson Pinheiro o casal

de militantes dos movimentos populares Ronaldo Lima e Marlete Oliveira. Naquela ocasião o casal teve contato com o líder seringueiro de Xapuri, Raimundo Mendes de Barros, o Raimundão, e este convidou o casal para conhecer as bases de sua militância sindical na colocação Rio Branco, no seringal Floresta.

O casal aceitou o convite e fez uma visita de uma semana à colocação do Raimundão. Naquela semana de encontro nasceu um outro convite. Para que o casal fosse morar em um seringal de Xapuri próximo ao seringal Floresta.

O convite foi aceito e no final daquele ano Marlete e Ronaldo foram viver na colocação Já com fome, no seringal Nazaré. A colocação tinha este nome porque era a mais distante daquele seringal e se localizava numa manga<sup>41</sup>. Na época do seringalismo, quando o comboieiro ia levar as mercadorias para a sobrevivência do seringueiro e pegar a produção de borracha, já chegava faminto nessa colocação, daí a razão do nome.

Essa colocação fora indenizada<sup>42</sup> pelo gerente da fazenda *Bordon*, o senhor Thomaz. Sua localização estava numa área em que havia uma delegacia sindical cujos membros eram muito organizados e respeitados pelos jagunços do senhor Gerardo *Bordon*, proprietário da fazenda.

Os militantes do STR naquela base sindical ajudaram a construir em sistema de adjunto, uma casa para o casal. O Ronaldo era um ex-indigenista da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que fora expulso da instituição pelos coronéis que à época mandavam na política indigenista do governo encabeçado pela ditadura empresarial-militar. Os militares tiveram por motivação para expulsá-lo o fato de ele ter organizado os indígenas da etnia *Apurinã* da Terra Indígena *Apurinã* do Km 45 da estrada BR 317, que liga o Acre ao Estado do Amazonas, para resistir à invasão daquela terra pelo grileiro João *Sorbile*, conhecido como Cabeça Branca. A Marlete, sua companheira, era uma militante da pastoral da juventude católica. Os dois passaram a desenvolver trabalhos de base visando fortalecer a resistência dos seringueiros contra os desmandos praticados contra os seringueiros e seringueiras pelo dono da fazenda

---

<sup>41</sup> Manga é o termo que os seringueiros utilizam para designar um varadouro que não tem saída. E este é o caminho que interliga as colocações de seringa entre si e à sede do seringal e às sedes das cidades. Tem equivalência com a expressão beco sem saída.

<sup>42</sup> Indenizar era um eufemismo para disfarçar a prática do fazendeiro de expulsar o seringueiro de sua posse. Essa expulsão era encoberta pelo pagamento de um montante em dinheiro muito inferior ao valor efetivo das benfeitorias realizadas pelo seringueiro e sua família no imóvel. A indenização era compulsória, o seringueiro não tinha a opção de recusar ou questionar o valor que era atribuído pelos jagunços dos fazendeiros.



Bordon, pelo seu preposto e o seu exército de jagunços e policiais.



Figura 32 – Carteira sindical de Wilson Pinheiro assassinado pelos latifundiários em 1980.

No início do ano de 1981 os diretores do STR de Xapuri realizaram uma conversa com a antropóloga *Mary Allegratti* e o casal Marlete e Ronaldo, desafiando-os para que eles organizassem uma escola para adultos naquela comunidade, como forma de superar o analfabetismo e formar leitores e escritores críticos que pudessem se tornar diretores do sindicato ou agentes de pastoral nas Comunidades Eclesiais de Base. Além da professora *Mary*, da Marlete e do Ronaldo, também participou da criação do Projeto Seringueiro o professor Pascoal Muniz, este era dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ele era docente da Universidade Federal do Acre (UFAC). Portanto, este era o perfil sócio-político dos fundadores do Projeto Seringueiro.

Esses sujeitos não tinham experiência no magistério como educadores populares, e, sobretudo nunca lecionaram alfabetizando adultos. Mas tendo aceitado o desafio, não queriam trabalhar com qualquer método de alfabetização, pois tinham consciência de que era preciso superar o padrão escolar oferecido às classes populares, assentado numa pedagogia para a subserviência, como era o modelo de Educação Rural, ainda que mesmo essa modalidade fosse negada aos seringueiros e seringueiras àquela época.

Eles sabiam que os seringueiros e seringueiras nasciam, viviam e morriam imersos na mais absoluta oralidade e que deveriam contribuir para romper aquele círculo vicioso. Os textos escritos que então circulavam nos seringais, não tinham finalidade comunicativa, mas estética e de proteção e segurança térmica. Os textos que então circulavam eram constituídos por páginas de revistas e jornais que os seringueiros e seringueiras pregavam nas paredes para vedar as frestas entre as

tábuas de paxiúba<sup>43</sup>.



Figura 33 – Casa da colocação Já Com Fome onde funcionou a primeira Escola do Projeto Seringueiro em 1982.



Figura 34 – Primeira turma da Escola do Projeto Seringueiro na colocação Já Com Fome no ano de 1982.

É mister assegurar que o predomínio da oralidade não é em si uma situação negativa. Lembremos que a linguagem é o que nos diferencia dos demais animais e a aptidão para a fala desenvolvida por nossos ancestrais foi fundamental como elemento de nossa humanização. Vale aqui um registro de que alguns filósofos gregos antigos produziram obras fundamentais para a construção e desenvolvimento da ciência e da tecnologia atuais sem o suporte da escrita. O registro escrito em muitos desses casos foi realizado por discípulos desses filósofos. Sobre o registro oral *Robles* escreveu que

El lenguaje oral en la historia de la humanidad ha sido una condición necesaria para avanzar a otros modos de comunicación más complejos como la lectura y la escritura. Fue necesario que los humanos construyeran un capital cultural basado en la oralidad para poder incursionar en las formas graficas de comunicación. (*Robles*, 2013, p. 90)

<sup>43</sup>Paxiúba é o nome popular de uma palmeira da família das Arecáceas (exemplos Palmáceas), que chega a alcançar 25 metros de altura. Seu caule é amplamente utilizado na construção de casas no meio rural amazônico. A madeira de seu caule é usada para fazer as paredes e o assoalho das casas, bem como ripas para afixar as palhas da cobertura das casas tradicionais.



Figura 35 – Casa de seringueiro com parede forrada com páginas de revistas. Foto de 2007.

O predomínio da oralidade, que caracterizou a comunicação no universo cultural no tempo do seringalismo, até os anos de 1980 demandava um trato diferenciado para a construção do modelo de educação a ser implantado no meio extrativista. Paulo Freire escreveu que “Em certas circunstâncias, o analfabeto é o homem que não necessita ler, em outras, é aquele ou aquela a quem foi negado o direito de ler” (Freire 1981, p. 16).

Historicamente, as seringueiras e os seringueiros foram colocados nesse primeiro caso e era preciso sair daquela situação, pois o tempo e a nova conjuntura demandavam que o mundo do extrativismo alcançasse a condição do letramento, acessando o aprendizado da leitura e da escrita significativas.

Mas a *Mary*, o Pascoal, o Ronaldo e a Marlete, os sujeitos interpelados pelos diretores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri para a empreitada de construção do modelo de educação escolar para aquele ambiente, estavam convictos que as condições de alfabetizados e alfabetizadas deveriam ser alcançadas pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da floresta por meio de uma pedagogia libertadora, que superasse a escolarização acrítica quando essa era oferecida na escola oficial pela modalidade da Educação Rural.

Não é demais lembrar mais uma vez que naquele momento histórico, até esta modalidade estava interdita aos ambientes extrativistas da Amazônia. E a convicção dos sujeitos interpelados para que se alcançasse uma condição de alfabetização crítica, seria estudando por meio de um processo de educação libertador definido da seguinte forma por Paulo Freire:

Estudar seriamente um texto é estudar o estudo de quem, estudando, o escreveu. É perceber o condicionamento histórico-sociológico do conhecimento. É buscar as relações entre o conteúdo em estudo e outras

dimensões afins do conhecimento. Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele. A atitude crítica no estudo é a mesma que deve ser tomada diante do mundo, da realidade, da existência. (Freire, 1981, p. 9)

Aprofundando a reflexão aqueles sujeitos concluíram que era preciso ter um bom preparo pedagógico para organizar um projeto de educação completo para os extrativistas, capaz de lhes propiciar competências de leitura significativa do mundo e da palavra escrita.

Os sujeitos comprometidos com esse projeto conseguiram apoio financeiro da *Oxford Family* (OXFAM), da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) e do Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Esse financiamento possibilitou a constituição do Projeto Seringueiro e o estabelecimento de um convênio com o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)<sup>44</sup>.

A mediação do CEDI com os agentes da colocação Já Com Fome se deu inicialmente pela interveniência do Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia (CEDOP/AM) do qual a antropóloga *Mary Allegretti* era diretora.

Ela contactou os agentes do CEDI visando acertar uma consultoria para organizar um programa de alfabetização que deu origem ao Projeto Seringueiro. Inicialmente se discutiu e definiu o tema central do Projeto Político Pedagógico (PPP) para a criação do sistema de educação dos seringueiros da colocação Já Com Fome. Uma vez analisada a situação política e sociocultural dos seringueiros, se definiu como tema central para orientar a formação da Escola a ser criada no seringal o seguinte objetivo:

A organização dos trabalhadores no Acre, em especial dos seringueiros, em sua caminhada em busca de autonomia econômica e política, através do fortalecimento de seus sindicatos e da luta pela terra; à consciência de serem eles agentes desta caminhada no sentido de construir uma nova sociedade. (Caderno do CEDI nº 13, p.18, 1984).

Depois que foi definido o objetivo geral que nortearia o Projeto Político Pedagógico da escola, a *Mary* e o casal Ronaldo e Marlete iniciaram pesquisa para o

---

<sup>44</sup> O CEDI foi uma entidade paulistana que desenvolvia atividades de assessoria em educação popular, referenciada no método Paulo Freire. A instituição nasceu de um movimento que começou a se formar em 1965. Teve um impulso no sentido da institucionalização em 1968, quando organizou a Editora Tempo e Presença, mas seu nascimento oficial se deu em 1974, se firmando com uma atuação voltada para o campo eclesial e de movimentos sociais, sendo que neste se firmou com atividades de documentação, publicação e assessoria.



levantamento das palavras e dos temas geradores que norteariam o suporte didático para utilização no processo educacional de alfabetização.

Conforme a orientação recebida dos consultores/educadores do CEDI, ficou claro para o pessoal do Acre que as palavras geradoras não deveriam ser escolhidas de maneira unilateral e arbitrária, de acordo com as intuições e convicções dele/as, mas que deveriam ser captadas do universo vocabular dos futuros educandos e educandas, pois as palavras advindas desse universo são constituídas pelos vocábulos mais carregados de emoção e significados políticos e sociais, além de serem palavras típicas do linguajar do povo. Vocábulos ligados à sua experiência existencial e profissional. O trio realizou a investigação e o resultado foi muito rico, conforme podemos confirmar nos quadros abaixo.

| <b>Tema Geral:</b><br><b>A organização dos trabalhadores rurais no Acre e o fortalecimento de suas lutas.</b> |                                       |                                                                 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|
| <b>Unidades</b>                                                                                               | <b>Palavras Geradoras</b>             | <b>Temas geradores</b>                                          |
| Primeira                                                                                                      | mata, pato, paca, comida              | A importância da mata na vida dos seringueiros.                 |
| Segunda                                                                                                       | morada, jirau, jarina, rede           | A transformação da natureza.                                    |
| Terceira                                                                                                      | barracão, corte, borracha             | O sistema tradicional de exploração do trabalho do seringueiro. |
| Quarta                                                                                                        | cooperativa, empate, sindicato, posse | A luta por novas condições de trabalho.                         |
| Quinta                                                                                                        | Escola                                | O direito à educação.                                           |
| Sexto                                                                                                         | caça, farinha, querosene, fibra       | O direito à alimentação e à saúde.                              |
| Sétimo                                                                                                        | paxiúba, trabalho, riqueza, governo   | A pobreza e a riqueza.                                          |
| Oitavo                                                                                                        | Seringueiro                           | Projeto de vida.                                                |

Quadro das dificuldades de escrita e leitura a serem exploradas em cada palavra geradora.

| <b>Nº de ordem</b> | <b>Palavra</b> | <b>Dificuldade</b>                                                                                                                      |
|--------------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01                 | Mata           | Essas duas palavras introduzem sílabas simples.                                                                                         |
| 02                 | Pato           |                                                                                                                                         |
| 03                 | Paca           | A palavra paca apresenta a família <i>ca</i> , <i>co</i> , <i>cu</i> , deixando que e qui para serem trabalhadas na palavra, querosene. |
| 04                 | Comida         | Essa palavra introduz a família da letra <i>d</i> .                                                                                     |
| 05                 | Morada         | Essa palavra traz o <i>r</i> com som brando, que merece cuidados especiais.                                                             |
| 06                 | Jirau          | As palavras jirau e jarina, além de introduzirem a família do <i>j</i> ; e <i>n</i> , vão servir para fixação do <i>r</i> brando..      |
| 07                 | Jarina         |                                                                                                                                         |
| 08                 | Rede           | Essa palavra estuda o <i>r</i> inicial.                                                                                                 |
| 09                 | Barracão       | Essa palavra apresenta a grafia do som forte do <i>r</i> em sílabas                                                                     |

|    |             |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|----|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|    |             | intermediárias, o dígrafo <i>rr</i> , e o <i>ão</i> .                                                                                                                                                                                                                 |
| 10 | Corte       | Essa palavra apresenta uma forma nova de sílaba, acrescida de uma consoante. Com essa palavra passa-se a trabalhar as sílabas chamadas “com acréscimo”, o que vale tanto para o <i>r</i> , como para o <i>m</i> (empate), <i>n</i> (sindicato), <i>s</i> (escola)     |
| 11 | Borracha    | Essa palavra estuda a família do dígrafo <i>ch</i> . Esse som vai ter o seu som confrontado com o som do <i>x</i> .                                                                                                                                                   |
| 12 | Cooperativa | Na palavra cooperativa e empate se apresentam, respectivamente, a família do <i>v</i> , a dobra de vogal <i>o</i> , e o <i>m</i> em uma sílaba de acréscimo.                                                                                                          |
| 13 | Empate      |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 14 | Sindicato   | A palavra sindicato apresenta a família do <i>s</i> , no seu emprego em sílaba inicial com som brando, e o acréscimo de <i>n</i> . Esta palavra inicia o estudo do <i>s</i> , que é complementado em escola (acréscimo de <i>s</i> ) e em posse, com duplo <i>s</i> . |
| 15 | Posse       |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 16 | Escola      |                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| 17 | Caça        | Essa palavra introduz a família <i>ça</i> , <i>ço</i> e <i>çu</i> .                                                                                                                                                                                                   |
| 18 | Farinha     | Essa palavra apresenta o dígrafo <i>nh</i> .                                                                                                                                                                                                                          |
| 19 | Querosene   | Essa palavra estuda o emprego do som de <i>z</i> que pode trazer dificuldade ortográfica com relação às palavras escritas com <i>s</i> .                                                                                                                              |
| 20 | Febre       | Essa palavra apresenta as sílabas <i>bra</i> , <i>bre</i> , <i>bri</i> , <i>bro</i> , <i>bru</i> , e o emprego de <i>r</i> intercalar.                                                                                                                                |
| 21 | Paxiúba     | Essa palavra estuda a família silábica do <i>xa</i> .                                                                                                                                                                                                                 |
| 22 | Trabalho    | Essa palavra possibilita o estudo do dígrafo <i>lh</i> .                                                                                                                                                                                                              |
| 23 | Riqueza     | Essa palavra estuda o som do <i>z</i> .                                                                                                                                                                                                                               |
| 24 | Governo     | Essa palavra estuda os sons <i>go</i> e <i>gu</i> .                                                                                                                                                                                                                   |
| 25 | Seringueiro | Essa palavra estuda os sons <i>gue</i> , <i>gui</i> .                                                                                                                                                                                                                 |

O trabalho de levantamento e escolha das palavras geradoras foi realizado com um grupo de sete famílias de seringueiros do seringal Nazaré, uma do seringal São Pedro e outra do seringal Tupá. Estes seringais também estavam sob ameaças da fazenda Bordon.

Foram as seguintes famílias que participaram das discussões para selecionar as palavras geradoras e organizar um conjunto de materiais para utilizar no processo de alfabetização:

#### 1. Famílias do seringal Nazaré:

Família do Chico Marinho, ele, sua esposa, quatro filhos e duas filhas;

Família do Demétrio Flores, ele sua esposa, uma filha e um filho;

Família Sena, apenas o senhor João Sena;

Família Conde, apenas o senhor Zé Conde;

Família do Isaias, ele a esposa, três filhos e duas filhas;

Família do Valderi Vicente, ele e sua esposa;

O senhor Sebastião Rocha, o seu Rochinha. Era solteiro (rapaz velho como se denominava no seringal a pessoa de idade avançada que nunca casou).

#### Família do seringal Tupá:

Família do Sabá Marinho, ele, a esposa e um filho.



Família do seringal São Pedro:

Família do Simplício, ele um filho, um genro e um cunhado.

Conforme se vê na relação dos participantes do processo de seleção das palavras geradoras, a maioria era constituída por homens. Isso é compreensível porque o machismo era muito forte. Havia muitas mulheres naqueles seringais. Mas muitos pais e maridos não permitiam a participação delas em eventos sociais que tivessem a presença de homens, por isso a participação delas no processo de escolha e seleção das palavras geradoras que compuseram a Cartilha Poronga de alfabetização foi muito inferior à participação dos homens.

No caso acima, chamo a atenção para o senhor José Conde. Ele tinha esposa e três filhas, mas não permitia a participação delas em nenhum evento social, quando abria exceção era apenas para que sua esposa participasse das reuniões da CEB, mas somente quando precisava batizar alguma filha ou filho. Depois ficava novamente vetada a participação dela nas reuniões do evangelho. Em razão de seu machismo, suas filhas nunca estudaram, embora ele tenha estudado na escola Wilson Pinheiro criada na colocação Já Com Fome.

O impedimento da participação feminina era um comportamento e seguia a lógica do patriarcado que historicamente submete a mulher ao jugo do macho, naturalizando uma relação de opressão que é em tudo condenável. Sobre isso *Lerner*, em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens* escreve que:

As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens. Foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias. (Lerner, 2018, p. 30).

Clara *Zetkin*, militante feminista alemã, jornalista e tradutora, comentando um diálogo que manteve com o líder da revolução soviética *Vladimir Lenin* acerca da emancipação da mulher escreveu o seguinte:

Son muy pocos los maridos, hasta entre los proletarios, que piensen en lo mucho que podrían aliviar el peso y las preocupaciones de la mujer, e incluso suprimirlos por completo, si quisieran ayudar "a la mujer en su trabajo". No lo hacen, por considerarlo reñido con "el derecho y la dignidad del marido". Este exige descanso y confort. La vida casera de la mujer es un sacrificio diario en miles de detalles nimios. El viejo derecho del marido a la dominación continúa subsistiendo en forma encubierta. (*Zetkin*, 1975, p. 116)

E *Engels*, (2017, p. 27), discorrendo acerca da exploração da mulher observa que “el primer antagonismo de clases que apareció en la historia coincide con el desarrollo del antagonismo entre el hombre y la mujer en la monogamia; y la primera opresión de clases, con la del sexo femenino por el masculino”. E isso se deu em razão do patriarcado que se estabeleceu porque o

derrocamiento del derecho materno fue la gran derrota histórica del sexo femenino en todo el mundo. El hombre empuñó también las riendas en la casa; la mujer se vio degradada, convertida en la servidora, en la esclava de la lujuria del hombre, en un simple instrumento de reproducción. (*Engels*, 2017, p.22)

Voltando a *Lerner* obra citada, página 34, esta escreve que os efeitos do patriarcado “manifestou-se na organização familiar e nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias, expressando a supremacia de divindades masculinas”.

A partir das diferenças biológicas presentes no gênero masculino e feminino, a sociedade patriarcal constrói relações sociais intergênero, assegurando um valor sociocultural de subalternidade às mulheres. Essa construção social molda e estrutura comportamentos, estabelecendo as atuais relações de poder disseminadas na sociedade burguesa patriarcal dividida em classes. Essas relações são mais aderentes e subsistem por mais tempo no meio rural, e no meio extrativista mais ainda, pois a atividade de exploração gomífera na região do Sul-amazônico se estruturou com base no exclusivo trabalho masculino, ficando interdita por quase meio século a presença feminina no universo dos seringais. Quando foi permitida a circulação de mulheres naquele universo, elas eram mercadorias, e só estavam disponíveis para os homens que podiam pagar para tê-las como mercadoria de luxo.

Então, por ser uma mercadoria valiosa, os seringueiros reunidos para organizar o material de alfabetização que resultou no Conjunto Didático Poronga, ainda tinham muito vivo em suas memórias essa situação de subordinação da mulher ao poder do macho. É bom lembrar que menos de 100 anos separavam aquelas atividades pedagógicas desenvolvidas na colocação Já Com Fome, daquela situação de vendas de mulheres.

Devido à situação de oralidade prevalente nos seringais naqueles idos anos da década de 1980, e em razão da baixa circulação de materiais escritos, os agentes/educadores do CEDI, discutindo com o casal Ronaldo/Marlete e a antropóloga *Mary Allegratti*, concluíram e decidiram produzir uma Cartilha, o que não

era usual no método Paulo Freire. As ilustrações das codificações das palavras geradoras seriam colocadas na cartilha e não em fichas de codificação como era indicado por Paulo Freire.



Figura 36 – Foto de uma poronga.

No processo de discussão para o levantamento das palavras geradoras, fez-se também uma discussão para a escolha de um nome a ser dado à Cartilha. A escolha recaiu no nome PORONGA<sup>45</sup> que foi sugerido pela senhora Alzira Marinho. Em sua argumentação, ela falou o seguinte:

Assim como a poronga “alumia” o caminho dos seringueiros durante o corte da seringa na escuridão dos varadouros, varações<sup>46</sup> e estradas de seringa, não saber ler e escrever e contar é como se a gente estivesse na escuridão, pois a pessoa se enrola nas contas que os marreteiros e patrões mostra pra nós, e a gente sempre está devendo e não pode nem reclamar, pois a gente está na escuridão de não saber ler e nem escrever para dizer que a gente não deve aquele tanto de dinheiro.

Ela disse que a cartilha iria ser como a poronga de verdade que “alumia” a escuridão das noites, mas sendo que no caso da Cartilha ela iria iluminar as mentes dos alunos para que os seringueiros não fossem mais enganados.

Escolhido o nome da Cartilha, ela foi produzida em três formatos: Um caderno de português, um caderno de matemática e um caderno do monitor.

<sup>45</sup>Espécie de lanterna alimentada com querosene, no formato de elmo, que o seringueiro levava à cabeça para iluminar seu caminho na mata durante o corte da seringa no escuro da madrugada. O seringueiro saía entre as quatro e cinco horas da madrugada para realizar o corte da seringa, horário em que ainda está escuro na floresta.

<sup>46</sup>Varaço é um atalho nos caminhos do interior da floresta.

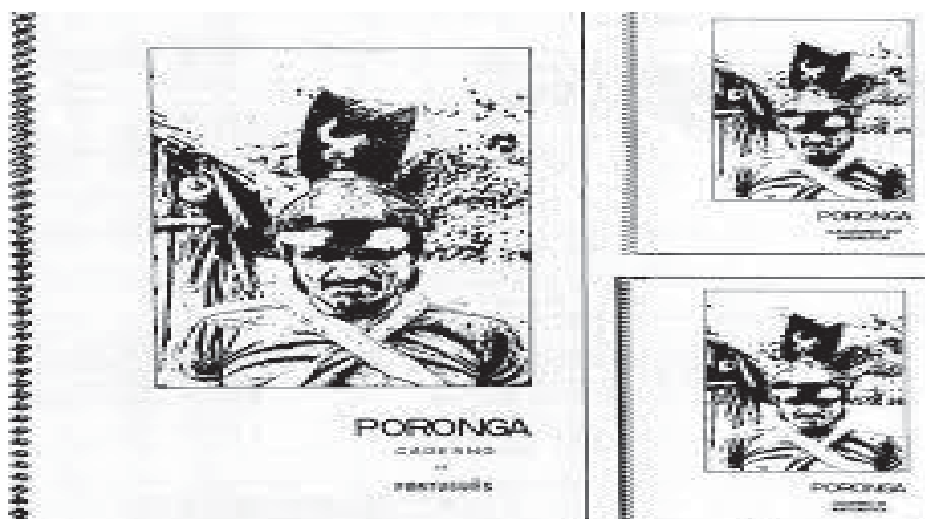
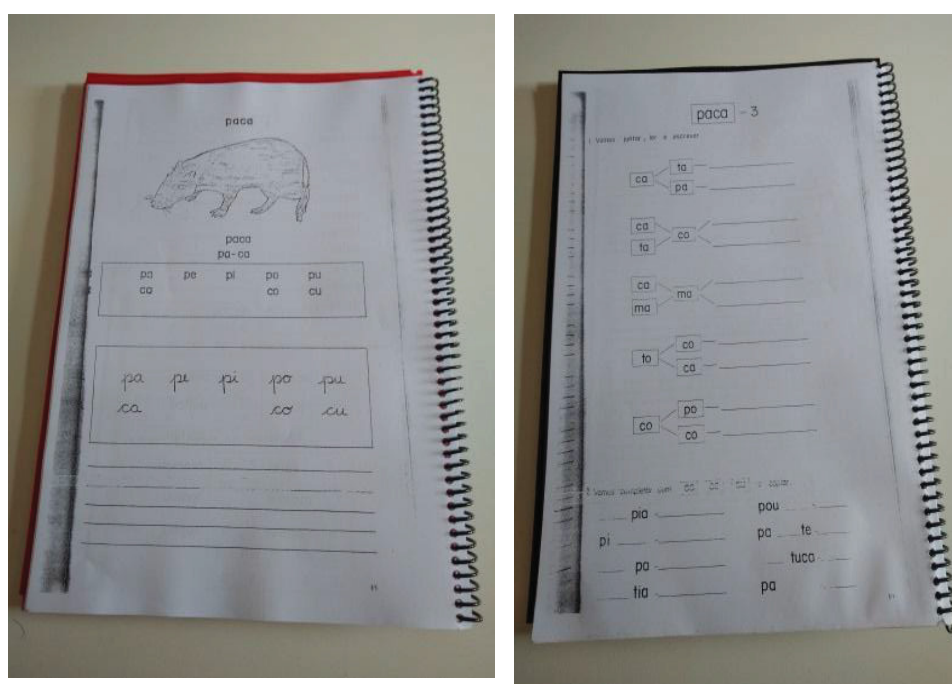


Figura 37 – Conjunto de Materiais Didáticos Poronga: Cartilha de português, Cartilha de Matemática e o Manual do monitor.



Figuras 38 e 39 – Páginas da Cartilha Poronga com a palavra geradora PACA.

Para a organização do Caderno de Matemática, por tratar-se de um material destinado à população que vivia imersa em realidade de oralidade prevalente, os educadores do CEDI se depararam com os seguintes problemas:

Qual o objetivo de ensinar matemática para os seringueiros?

Que metodologia e linguagem utilizar?

Que conteúdos deveriam constar do Caderno de Matemática?

O primeiro problema apontava para o quê estudar em matemática no universo do seringal. Orientados pelas conclusões obtidas a partir da elaboração da Cartilha de Alfabetização, os agentes/consultores do CEDI, junto com o casal Ronaldo e

Marlete e a antropóloga *Allegretti*, concluíram que o objetivo central não deveria ser outro que não o ensino das primeiras contas, a leitura e a escrituração de uma conta corrente. Este objetivo visava dar instrumentos para que os seringueiros se fortalecessem para a gestão da Central de Produção e Consumo (CPC) que estavam construindo concomitantemente à escola.

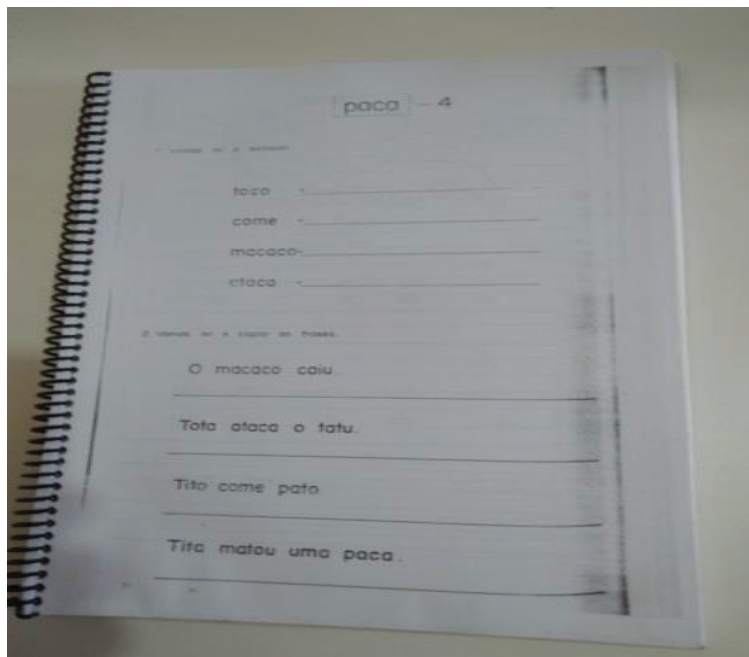


Figura 40 – Página da Cartilha Poronga com a palavra geradora PACA.

Para determinar que linguagem utilizar na aquisição dos conhecimentos matemáticos, se constatou que se deveria utilizar de termos que designassem elementos da realidade local (objetos, práticas, etc.), em relação à Matemática, atentando para as situações em que os seringueiros contam, até quanto, em que situações e ao contar quantidades grandes, separam de 10 em 10? Têm alguma forma de anotação dos números? Leem números escritos? Entendem a lógica de uma tabela de preços fixada no barracão? (Caderno do CEDI 13, p. 40).

Essas questões serviram de baliza para a elaboração do Material, no que diz respeito à linguagem a ser utilizada.

E no que diz respeito à metodologia os educadores formuladores do Projeto Seringueiro se depararam com o seguinte dilema: “Criar um material que introduzisse e fixasse conceitos matemáticos ou um material que treinasse a aplicação de técnicas operatórias?”

A opção foi “introduzir no material uma pequena estrutura de conceitos fundamentais de numeração e operações, e o treino de técnicas mais urgentes, como

cálculo de porcentagem e área”. (Caderno do CEDI 13, p. 40).

Para o terceiro desafio, o dos conteúdos a serem ensinados, foi determinado que se deveria trabalhar a partir da realidade dos seringueiros, com o básico, constituído pela numeração, as operações aritméticas de adição, subtração, divisão e multiplicação; sistema monetário, como representar quantias em dinheiro; medidas de áreas e porcentagem.

O Caderno do Monitor consistia num manual para auxiliar a aplicação do método, haja vista que os primeiros professores/monitores do Projeto Seringueiro eram leigos em educação escolar, sobretudo em educação freirena.

O conjunto de materiais ficou pronto entre meados e o final de 1981, com a edição e impressão das Cartilhas na capital paulista. As aulas começaram no início do ano de 1982, e o Projeto Seringueiro, além do trabalho com a educação escolar tinha uma frente de atuação na organização da Central de Produção e Consumo (CPC) que visava adquirir a borracha e a castanha coletadas pelos seringueiros e fornecer os víveres e equipamentos necessários ao consumo e desenvolvimento das práticas agroextrativistas.

O Projeto Seringueiro é, portanto, conforme já registrado na introdução desta tese, a primeira experiência de educação popular desenvolvida no Acre.

Aqui vale a referência a um esforço anterior desenvolvido pelo padre *Paulino Baldassari*, um missionário italiano da Ordem dos Servos de Maria, pároco da igreja de Nossa Senhora da Conceição, do município de Sena Madureira, no sentido de dotar comunidades isoladas de seringueiros ribeirinhos e aldeias indígenas com escolas.

O esforço do padre Paulino era no sentido de abrir pequenas escolas para o ensino da leitura e da escrita e dos cálculos elementares, visando a formação de monitores/as para atuarem nos grupos de evangelização organizados nas CEB's dos seringais e das aldeias das etnias *Madija/Kulina*, (se pronuncia Madirrá) *Yaminawa*, *Manchineri* e *Huni Kuĩ/Kaxinawa*, existente no extenso território de sua paróquia, constituído pelos municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus.

As escolas do padre Paulino, elas eram assim chamadas, se organizavam aos moldes da educação rural. Essas escolas eram fruto do seu esforço que angariava fundos financeiros com pessoas de seu ciclo de amigos, familiares e fiéis católicos na Itália, seu país de origem. Os fundos arrecadados eram aplicados na construção de



pequenas barracas para o funcionamento das escolas e daí ele comunicava ao poder público ligado à gestão educacional no município de Sena Madureira, que então assumia a gestão da escola, com a contratação da/o professor/a e o fornecimento de materiais didáticos e escolares. Enquanto isso não ocorria o padre Paulino cobria os custos de implantação das escolas com os recursos angariados na Itália.



Figura 41 – Casa e escola ribeirinha no rio Purus, semelhante às escolas do padre Paulino, existentes nos anos de 1970 e 1980. Foto de 2010.

No tocante à educação escolar dos indígenas, o padre Paulino deu outro encaminhamento. Ele comunicou ao bispo da Prelazia do Acre e Purus que havia muitos indígenas em sua paróquia e que estes tinham que ter um atendimento diferenciado, por isso a prelazia providenciou a instalação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e este enviou missionários e missionárias leigos e leigas, religiosos e religiosas ligados/as à Operação Padre Anchieta (OPAN). Desde a perspectiva ecumênica da Teologia da Libertação que orientava a ação pastoral da prelazia, foram enviados também missionários/as do Conselho de Missão Entre Índios (COMIN) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Os missionários/as dessas duas igrejas passaram a viver em aldeias dos *Madija/Kulina* e, num processo de enculturação aprenderam a língua e produziram materiais específicos na língua da etnia. O trabalho do CIMI se iniciou em 1976 e se restringiu à etnia *Madija* conhecida pelos regionais como *Kulina*. Como esse etnônimo não é uma autonominação, os próprios sujeitos da etnia *Madija* desconhecem o significado da palavra *Kulina*.

O primeiro trabalho realizado pelo CIMI ocorreu na Terra Indígena (TI) Alto Purus, localizada nos municípios de Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus. Posteriormente se estendeu para a TI Igarapé do Anjo no município de Feijó, pertencente à Prelazia do Alto Juruá. Como produto deste trabalho foram produzidas as Cartilha *Icca Huahua*, em 1979 e uma Gramática da língua Kulina: dialeto do

igarapé do Anjo, em 1980 de autoria do missionário da OPAN Abel O. Silva (*Kanaú*) com assessoria linguística da professora Ruth Maria *Fonini Monserrat* da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Figuras 42 e 43 – Gramática e Cartilha de alfabetização em língua da etnia indígena *Kulina*.

Voltando ao Projeto Seringueiro, outras duas frentes de trabalhos que iniciaram no ano de 1982 foram a de saúde comunitária, preparando agentes populares comunitários de saúde do seringueiro e a de assessoria sindical.

Reputo uma inequívoca identificação da educação proposta pelo Projeto Seringueiro com o que estava sendo proposto pela nascente Educação do Campo<sup>47</sup> no Sul do Brasil, no que diz respeito à busca pela construção de um projeto de sociedade nova no campo, que contemplasse as perspectivas dos trabalhadores e das trabalhadoras. No texto de preparação da Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que foi discutido na Conferência Nacional de Educação Básica do Campo em Luziânia – GO, 27 a 31 de julho de 1998, se afirmava que somente é possível trabalhar por uma Educação Básica do Campo se esta tiver

como principal objetivo ajudar a recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país. Todos que participamos da promoção deste evento partilhamos da convicção de que é possível, e

<sup>47</sup> Identifico essa intersecção na afirmação de Caldart (2009, p.37) de que “a natureza e o destino da Educação do Campo estão profundamente ligados ao destino do trabalho no campo e, consequentemente, ao destino das lutas sociais dos trabalhadores”. Se se permutar Educação do Campo por Projeto Seringueiro a afirmativa terá a mesma validade, pois o destino e a natureza deste também estavam irremediavelmente ligados ao destino do trabalho no extrativismo e nas lutas sociais dos seringueiros e seringueiras da Amazônia acreana.

necessário, pensar/implementar um projeto de desenvolvimento para o Brasil que incluía as milhões de pessoas que atualmente vivem no campo, e de que a educação, além de um direito, faz parte desta estratégia de inclusão. (Santos *et al.*, 2000, p. 40-41)

Em 1981 o STR de Xapuri estava pensando um projeto de desenvolvimento para o território extrativista invadido por hordas de latifundiários desflorestadores. Enquanto estes tinham um projeto de exclusão, os seringueiros propunham um projeto que colocava o extrativismo e a educação na agenda política da Amazônia, e o fazia incluindo milhares de sujeitos que viviam sem quaisquer direitos, inclusive o direito a educação. O projeto em formulação pelo STR propunha a educação como um direito dos cidadãos e dever que o Estado deve prover de forma obrigatória. O projeto de educação do sindicato, e era parte de uma estratégia para a construção de uma nova sociedade para aqueles coletivos humanos usados como força de trabalho descartável, sempre produzindo para gerar riquezas que eles nunca usufruíam.

Naquele momento histórico o casal Ronaldo Lima e Marlete Oliveira teve que dar conta sozinho de todas as demandas para implantar o Projeto Seringueiro, atuando nas quatro frentes de atividades que o projeto se propôs desenvolver como estratégia de empoderamento dos seringueiros e das seringueiras da Amazônia xapuriense.

No que diz respeito ao trabalho de educação escolar, a primeira turma que estudou na escola da colocação Já Com Fome era constituída basicamente pelas pessoas que participaram dos encontros que culminaram com o levantamento das palavras geradoras e da organização dos materiais didáticos, tendo apenas o acréscimo de dois sobrinhos do senhor Isaías Barbosa. As aulas aconteciam de forma intensiva aos finais de semana, iniciando no sábado e terminando no domingo às quatro horas da tarde.

As aulas aconteciam na sala da casa da colocação Já com fome. Como a afluência dos educandos/as aos finais de semana provocava o aumento da demanda por alimentação, esses sujeitos levavam cada um deles/as um pouco de alimentos de suas colocações e assim o convívio dessas pessoas que ficavam isoladas durante a semana se fortalecia com a liturgia da comensalidade das refeições em comum, além do convívio lúdico e alegre durante o tempo em que ficavam juntos para as aulas.

No início de 1982 houve a expansão da experiência da Central de Produção e Consumo com o atendimento de famílias dos seringais São Pedro, colocação Itapissuma, seringal Floresta colocação Rio Branco e seringal Boa Vista colocação

Caboré.

Os objetivos da educação escolar naquela nova fase do Projeto Seringueiro continuaram sendo a formação de homens e mulheres adultos e adultas visando suas preparações para atuarem nos quadros políticos e administrativos do movimento sindical e das CEB's.

Naquela fase também se iniciou o trabalho de saúde comunitária, com a formação de agentes populares de saúde e a consolidação da assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Essa expansão de demandas fez com que, em setembro de 1982 eu e a minha então companheira Dercy Teles, que eramos sindicalistas e agentes de pastoral, adeptos da Teologia da Libertação fôssemos convidados para nos incorporar à equipe do Projeto Seringueiro.

O convite foi aceito e passamos a morar na colocação Já Com Fome a partir daquela data. E no início do ano de 1983 foi incorporado também o casal Dejanira Maia, a Dedê e Mário Silva, seu companheiro, sendo que o casal foi trabalhar no seringal São Pedro, desempenhando tarefas de educação escolar e de organização da gestão da Central de Produção e Consumo, morando na colocação São Salvador, que também fora indenizada pelo mesmo fazendeiro proprietário da fazenda Bordon, e estava vaga esperando o momento em que o fazendeiro derrubaria a floresta para expandir as pastagens da fazenda.

Durante os anos de 1982 e 1983 o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pressionou os agentes responsáveis pelo Projeto Seringueiro para que os trabalhos fossem expandidos a outros seringais, sobretudo a experiência das escolas.

No entanto o modelo de escolas com professores e professoras de fora do seringal era inviável, haja vista que seria quase impossível conseguir pessoas do meio urbano com disposição para viver no seringal, se dedicando de forma exclusiva ao trabalho de educação popular que não consistia apenas na atividade magisterial, mas exigia o engajamento nas lutas populares junto com os extrativistas. Esse engajamento não era fácil. O casal Mário Silva e Dedê Maia desistiu da permanência no seringal, após menos de quatro meses vivendo no São Pedro.

Por outro lado, no ambiente do seringal imperava um analfabetismo de quase 100%, e as pessoas que tinham algum domínio de leitura e escrita apresentavam competências bem elementares, haja vista que naquele tempo não havia escolas nos seringais e quem sabia ler e escrever minimamente havia aprendido por meios bem

heterodoxos: alguns aprenderam com um parente que sabia muito pouco, com vizinhos, outros aprenderam com marreteiros e muitos desses eram ex-seringueiros, e também tinham pouco domínio de leitura e de escrita para repassar. O comércio que os marreteiros realizavam era quase que totalmente baseado no escambo de umas poucas mercadorias que trocavam com os produtos extraídos pelos seringueiros, a borracha e a castanha. Vamos ler um relato, o do professor João Alves Nobre, conhecido como João do Nande acerca da educação escolar nos seringais antes da criação do Projeto Seringueiro.

Eu estou hoje com 68 anos de idade e no tempo que eu era menino e na juventude, não tinha escola no seringal. As escolas que existiam eram somente na cidade. Às vezes, em algumas margens de rios e em algumas colônias próximas de Xapuri, como na comunidade Aquidaban que tinha, mas era só até o quarto ano. Por isso eu aprendi a ler e a escrever em caixas de sabão, latas de banha, bulas de remédios e outras coisas que tinham escrita e que aparecia no seringal. Até quando apareceu o Projeto Seringueiro eu nunca estudei numa escola. Meus estudos foram assim na marra e quando ingressei no Projeto Seringueiro comecei a me formar por meio dos cursos e das assessorias realizadas pelos técnicos do Projeto. Foi quando eu já estava com 30 (trinta) anos de idade que eu me sentei num banco de escola pela primeira. (Relato de João Alves Nobre, o João do Nande)

O senhor Rosivasques Cavalcante foi outro sujeito que relatou uma nova forma de se alfabetizar na época de domínio da economia pelo seringalismo. Eis o seu relato:

Quando eu era menino, a gente tinha um vizinho, o seu Antônio Barroso, que sabia ler e escrever muito bem. Eu disse pra ele que queria que ele me ensinasse a ler e escrever. Ele então disse que eu comprasse uma cartilha do ABC. E foi com essa Cartilha que ele me alfabetizou. O seu Antônio Barroso era de uma família nordestina muito grande e que todos sabiam ler e escrever bem. Ele era um senhor já de idade. Ele disse que tinha participado de combates na revolução acreana de 1902 contra o exército da Bolívia. Outra pessoa que contribuiu muito com a minha alfabetização, foi o senhor Manuel, conhecido como seu Nanã. Esse homem era um peregrino, que vivia numa colocação e noutra, numa dessas peregrinações ele acabou trabalhando como meeiro de seu pai na colocação Maloca. O seu Nanã nunca casou e a gente nunca teve notícias de familiares dele. (Rosivasques em entrevista para a tese)

Mas por que os seringueiros naquele momento em que predominava a oralidade desejavam estudar? Apuramos que havia ao menos duas razões que os entrevistados colocaram, ambas ligadas à melhoria do *status* social, porque saber ler e escrever melhorava o *status quo*, pois além de propiciar a mobilidade social, melhorando a renda e conferindo prestígio cultural.

Dentre os motivos que incentivavam os seringueiros a aprenderem a ler e escrever, o primeiro era que no universo do seringal o detector de competência em lecto-escritura se destacava social e culturalmente, porque poderia se projetar sendo



o sujeito que lia os romances de cordel, muito apreciados pelos/as seringueiras/os àquela altura em que a cultura nordestina exercia forte influência na cultura acreana.

Outra razão que motivava os seringueiros a desejarem adquirir a competência em lecto-escritura é que esta competência conferia prestígio àqueles que escreviam e liam as cartas dos demais companheiros e companheiras que não sabiam ler e escrever.

E a terceira motivação era de carácter económico, pois possibilitava a ascensão dos sujeitos lecto-escritores na escala social do seringal, que àquela época tinha um viés estamental. Nesse tipo de organização social a mobilidade social é algo é praticamente impossível, mas que se flexionava minimamente para os sujeitos que liam e escreviam.

Convém lembrar que a possibilidade de mobilidade social via a capacidade de ler e escrever existe desde que a humanidade passou a organizar a sociedade com base na divisão de classes.

Vejamos como isso ocorria no Antigo Egito que era um exemplo clássico de sociedade com divisão social de base estamental. O exemplo que apresentamos abaixo demonstra o poder social e económico conferido àqueles que detinham as competências de ler, escrever e contar.

Mesmo num universo que, em tese, essas competências não são consideradas essenciais, como era o ambiente do extrativismo, elas conferiam símbolos que marcavam uma divisão social entre quem as detém em relação a quem não apresenta essas competências. Leiamos o exemplo escrito por *Abbagnano e Visalberghi* descrevendo um fato da antiga sociedade egípcia:

Las clases egipcias no eran castas cerradas y, dentro de ciertos límites, era posible, estudiando con maestros privados, elevarse a la posición de escriba del grado más bajo, es decir, escribano o contador en oficinas públicas (o en empresas comerciales). Más difícil debía ser el ingreso en las grandes escuelas sacerdotales de Memfis, Heliópolis o Tebas, donde se formaban los escribas de grado más alto, con funciones administrativas y legales, así como los médicos, los ingenieros, los arquitectos y los mismos sacerdotes (la clase sacerdotal estaba formada no sólo por los sacerdotes propiamente dichos, sino también por todos estos profesionistas de grado superior). Como quiera que sea, se trata siempre de una educación de carácter práctico y profesional, sea en el sentido de que los conocimientos y la cultura no se persiguen por sí mismos, sino por sus aplicaciones, sea porque sólo se tienen presentes las ventajas prácticas que pueden obtener los individuos mediante el ejercicio de una de las profesiones superiores. (*Abbagnano e Visalberghi* 1992, p. 13)

De certa forma, no sistema tradicional do barracão era possível uma mínima



mobilidade social via aquisição de conhecimentos de lecto-escritura, só que no caso do seringal a apropriação desses conhecimentos não se adquiria pelo acesso às escolas, que não existiam naquele ambiente, mesmo que fosse para oferecer uma formação elementar. Os que aprendiam os rudimentos da leitura, da escrita e dos cálculos básicos da aritmética, como já referido acima, aprendiam com um gerente ou noteiro que era o auxiliar do gerente, uma espécie de escriturário, responsável por tomar notas do movimento contábil do barracão, com um vizinho ou meeiro que soubesse ler escrever ou de forma autodidata, tentando decifrar os códigos escritos em embalagens de alimentos e produtos que circulavam no universo do seringal.

O indivíduo do seringal, uma vez instruído com pequena bagagem de leitura, escrita e competência em cálculo, poderia ascender à posição de noteiro ou gerente no seringal, escritor e leitor de cartas das pessoas da comunidade, leitor de romance de cordel, delegados e diretores sindicais, monitor do grupo de CEB, e quando apareceu o Projeto Seringueiro, puderam ingressar e assumir o magistério para atuar na alfabetização de seus companheiros e companheiras, e ainda trabalhar na gerência das centrais de produção e consumo. Os que se especializassem mais assumiriam funções técnicas na equipe pedagógica do Projeto Seringueiro.

Vale o registro de uma característica comum entre o sistema político administrativo do antigo Egito e do seringalismo, no tocante ao acesso à educação escolar é que os representantes das castas privilegiadas da época do seringalismo, a exemplo de seus pares do antigo Egito, se formavam em profissões de prestígio e estudavam em escolas e universidades renomadas, inclusive estrangeiras, conforme se pode atestar no texto de Coelho que escreveu: “No anteato da *belle époque* da borracha, membros de famílias abastadas do Pará e do Amazonas partiam em viagens para a Europa, geralmente para estudar” (Coelho, 2011, p. 7).

No entanto, voltando aos seringueiros e seringueiras de Xapuri, naquele momento histórico do início dos anos de 1980, em que o STR reivindicava a introdução e expansão de escolas no seringal, a motivação estava no campo político/tático, visando fortalecer a luta contra fazendeiros, marreteiros e um ou outro seringalista remanescente.

Mas então qual foi a alternativa para atender as reivindicações do Sindicato para viabilizar o incremento de escolas em novos seringais, haja vista a impossibilidade para expandir aquela experiência educacional com professores

urbanos? A alternativa encontrada foi converter a equipe/professores/as do Projeto Seringueiro em equipe formadora de monitores/as/professores/as e, com o apoio financeiro da OXFAM, CESE e MEC, se programou um curso de formação que ocorreu no mês de setembro de 1983 e que formou os/as primeiros/as monitores/as/professores/as do seringal.

Participaram do curso um total de 11 candidatos ao magistério, três eram egressos da escola do Nazaré. Os demais eram militantes do sindicato ou das CEB's.

O curso teve duração de 30 dias e abordou questões relacionadas com os conteúdos da alfabetização e com a metodologia para alfabetizar. O trabalho foi desafiador por algumas razões e destaco duas como as principais: a primeira era que a equipe técnica estava trabalhando pela primeira vez naquela demanda e, segunda era que o processo de escolarização desses primeiros/as professores/as/monitores/as era muito elementar e por isso muito frágil.

Após o curso, houve um incremento na equipe do Projeto Seringueiro com o ingresso do casal Fátima Silva e Armando Soares e da professora Eloisa Winter. Essa nova equipe passou a realizar assessoria pedagógica às novas escolas. Nas assessorias além de trabalhar aspectos teóricos metodológicos da Educação Libertadora também se tinha que trabalhar no processo de escolarização dos monitores/as/professores/as, pois estes/as, como dito acima, apresentavam muitas fragilidades, haja vista que a maioria não havia estudado em escolas regulares, tendo se alfabetizado de forma bastante heterodoxa. Uns aprenderam a ler e escrever em casa com os pais que eram semialfabetizados, usando como materiais pedagógicos rótulos de produtos, bulas de remédios, romances de cordel dentre outros. Alguns aprenderam com os marreteiros, que também eram semialfabetizados e somente três passaram por processo de alfabetização estudando pelo método Paulo Freire, e um havia estudado até a quarta série em escola formal na cidade de Xapuri.

Após o curso, o Projeto Seringueiro passou a ter as seguintes escolas: a do seringal Nazaré, que funcionava antes na colocação Já Com Fome e após o curso foi transferida para a colocação Deserto. Os professores que a assumiram foi a Maria Flores e o Raimundo Chagas, alunos egressos.

No seringal São Pedro, a escola que fechara quando o casal Dedê Maia e Mário Silva saiu do seringal foi reaberta, e o professor foi o senhor Simplício Pereira que fizera o curso. Ele era militante sindical e religioso, e também era aluno egresso da

escola do Já Com Fome.

Outras escolas que passaram a funcionar após o curso foram duas no seringal Floresta, sendo uma na colocação Cavalo Velho, com a professora Maria Lino e outra na colocação Rio Branco, com os professores Raimundo Barros, João Nobre e Rosivasques Cavalcante.

Abriam-se também mais duas escolas no seringal Boa Vista: uma na colocação Pimenteira, com o professor Pedro Teles, que fez o curso, e o professor Ademir Pereira, que não participou do curso. Outra escola que foi aberta naquele momento, foi a da colocação Caboré, com o professor Jorge Antônio Alves, que participou do curso.

Naquele ano também se abriu a primeira escola próximo da área onde mais tarde se decretou o PAE Cachoeira. Essa escola foi aberta no seringal Nova Esperança, na colocação Mato Grosso. Os professores dessa escola foram os irmãos Francisco Assiz e Isaura Monteiro.

Portanto, se saiu de uma situação em que havia uma única escola estável no seringal Nazaré, haja vista que a do São Pedro só funcionou por pouco tempo, e se elevou para um número de oito escolas.

Nos ambientes extrativistas do Acre, conforme apresentamos nos relatos acima, prestados pelos professores Rosivasques e João Nobre, era muito raro se encontrar alguém com formação escolar regular, aliás, esta era a situação predominante no chamado Terceiro Mundo, bloco formado por países da África, América Latina, Ásia e Estados Árabes. Essa situação remanescia aos anos de 1960, conforme registrado na obra *A educação no meio rural* (1981).

A conjuntura educacional desses países era caracterizada pela quase inexistência de potenciais candidatos que pudessem assumir funções no magistério. A situação descrita pelos autores acerca das condições da educação no meio rural do Terceiro Mundo era *ipsis litteris* a mesma encontrada na Amazônia em geral e no Acre em particular, à época em que se criou o Projeto Seringueiro. Acerca dessa situação os autores acima referidos registram o seguinte:

Um grande número de educadores, sobretudo no meio rural, só possuía uma bagagem intelectual e profissional rudimentar, quando não estão completamente inadaptados às condições da vida rural. Alguns sabem apenas um pouco mais do que os próprios alunos.” (*Rakotomalala e Khoi* 1981, p. 37).

Por motivo similar, como era de se esperar, no caso dos seringueiros houve

dificuldades para que pessoas do meio extrativista fossem incorporadas ao magistério quando da implantação da primeira escola.

Embora seja controverso o uso do termo método para o que propõe Paulo Freire, a sua proposta de alfabetização/conscientização tem método. E este inicia com a apresentação gráfica de uma palavra e um desenho ou foto representando a palavra codificada, impressa numa ficha e no caso do Projeto Seringueiro, codificada na Cartilha Poronga. Como já escrevemos acima, essa palavra deve ser extraída do universo vocabular dos educandos e das educandas.

No desenvolvimento das aulas, uma figura representando a palavra codificada é apresentada e o professor/monitor estimula um processo de decodificação/desvelamento, por meio da discussão em torno dos significados políticos, sociais, econômicos, culturais e espirituais, propiciando uma percepção crítica do objeto codificado.

Após a discussão da palavra geradora, ela é apresentada escrita por extenso, e em seguida ela deve ser apresentada separada em sílabas. A visualização das famílias silábicas que compõem as palavras geradoras, leva à descoberta do mecanismo de formação das palavras, que ocorre por meio da combinação dessas sílabas. Com a identificação das chamadas famílias silábicas da palavra geradora, os educandos e as educandas são desafiados a formar novas palavras e produzir textos.

Para Paulo Freire o professor deve conhecer o conteúdo daquilo que ensina. O ensino e, sobretudo o ensino escolar, desde o ponto de vista da pedagogia tradicional consiste em ajudar pessoas desprovidas das habilidades de leitura e escrita, a adquirirem essas habilidades. Nos territórios extrativistas era somente isso que os seringueiros e as seringueiras almejavam antes do surgimento do CTA/Projeto Seringueiro. E isso era conseguido nas formas anárquicas que descrevemos nesta tese, com exemplos ilustrativos dados por relatos de sujeitos ouvidos na pesquisa.

Mas com a criação do Projeto Seringueiro, e a partir de uma ciência pedagógica progressista, era preciso mais que isso. E de acordo com a pedagogia freireana de educação, que orientava o Projeto Seringueiro, ensinar e aprender é um ato dialógico e dialético. E o educador deve possuir além dessas habilidades dialógica e dialética, conhecimentos dos conteúdos tratados nos processos de ensino e aprendizagem, mas, sobretudo a professor/ra/monitor/ra do Projeto Seringueiro deveria apresentar além de competência para abordar os conteúdos, capacidade para refletir e

transformar a sua realidade, para que os educandos/as se tornassem sujeitos emancipados e autônomos. Era preciso ter em mente aquilo que Marx escreveu na 11.<sup>a</sup> Tese sobre *Feuerback* de que “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém de modificá-lo” (Marx, 1999, p. 1). O desafio posto àqueles sujeitos era muito maior do que descrever a opressão que sempre viveram e ainda viviam. Se fazia necessário transformar aquele mundo injusto.

O trabalho de implantação das escolas com professores e professoras nascidos e criados no universo do seringal, com predomínio da oralidade, que aprenderam a ler e escrever de forma heterodoxa, era muito desafiador.

Conforme estamos escrevendo, no Projeto Seringueiro os primeiros/as professores/as tinham sido agentes externos ao universo do seringal, mas três anos depois de implantada a primeira escola na colocação Já Com Fome os primeiros professores/as que eram agentes externos do seringal passaram a cumprir funções de formadores/multiplicadores de professores/as autóctones. Estes/as eram escolhidos/as entre aqueles/as que apresentavam um mínimo de condições de ler, escrever e realizar operações utilizando conceitos mínimos da Aritmética.

Percebemos no texto de Souza acerca do movimento pela Educação do Campo, que transcrevemos abaixo, convergência com o que o Projeto Seringueiro estava fazendo no que diz respeito aos objetivos em favor da construção de um projeto novo de educação e de sociedade, naquele início dos anos de 1980, numa região da Amazônia acreana onde historicamente sempre fora negado aos trabalhadores e às trabalhadoras da floresta o direito à terra e à Educação. Eis o texto de Souza:

Os movimentos e organizações sociais representativos da classe trabalhadora do campo – constituída em sua diversidade por agricultores familiares, assentados, acampados e trabalhadores assalariados rurais, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos da floresta, comunidades tradicionais e quilombolas –, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas relacionadas à conquista da terra, dos territórios pesqueiros e da floresta, ao fortalecimento da produção de base familiar e à garantia do direito à vida com dignidade; constituindo-se enquanto sujeitos coletivos de direito e de produção de novas referências de sociabilidade, em que se inclui o direito à educação. (Souza, 2009, p. 134)

Nos anos de 1980, quando muito, o que se oferecia em termos de educação escolar aos filhos e às filhas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, era um arremedo de escola na modalidade de Educação Rural, mas no caso dos extrativistas de Xapuri, mesmo essa modalidade estava inacessível, haja vista que esses coletivos se encontravam em áreas isoladas e inóspitas da floresta, onde o único ente do poder

público que alcançava as pessoas que nelas viviam, e atingia mesmo no sentido literal, era a repressão policial acessada pelos latifundiários para violentar os direitos de posse dos seringueiros e os expulsarem de suas colocações.

Àquela época, onde existiam escolas fora do ambiente urbano, era as que estavam localizadas no entorno das sedes municipais, e era, como já resferimos, oferecida uma escola na modalidade da Educação Rural, cujo modelo escolar ocorre “na mesma modalidade da educação que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo [...] nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos” (Ribeiro in *Caldart*, 2012, p. 295).

A educação rural não se preocupa em incluir conteúdos pertinentes à realidade do camponês, porque a sua finalidade é a preparação de força de trabalho para as atividades urbanas ou, atualmente, preparar camponeses e camponesas como força de trabalho a ser incorporada ao agronegócio.

A teoria materialista dialética que orienta a nossa análise propugna que o capitalismo para se produzir e reproduzir se lastreia numa infraestrutura material e numa superestrutura ideológica. Nessa perspectiva, a educação é parte integrante da superestrutura ideológica que ajuda a dar sustentação ao regime capitalista.

Portanto, na sociedade capitalista, a educação se constitui enquanto aparelho ideológico do Estado, atuando como instrumento para a reprodução da sociedade burguesa.

*Louis Althusser*, filósofo marxista francês que aprofundou estudos sobre a luta de classes e criou a teoria dos Aparelhos Ideológicos do Estado, assim se expressa acerca da educação na sociedade burguesa:

Ora, o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, - portanto algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de «cultura científica» ou «literária» directamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os operários, outra para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto «saberes práticos» (des «savoir faire»). Mas, por outro lado, e ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as «regras» dos bons costumes, isto é, o comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exactamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a «bem falar», a «redigir bem», o que significa exactamente (para os futuros capitalistas e para os seus servidores) a «mandar bem», isto é,



(solução ideal) a «falar bem» aos operários, etc. (*Althusser*, 1970, pp. 20-21).

Segundo o autor, a escola na sociedade burguesa, se presta, fundamentalmente para preparar os quadros adequados ao funcionamento e expansão do regime capitalista, à medida que para isso são necessários quadros técnicos bem formados.

*Saviane* classifica esta forma teórica como *Althusser* ver e analisa o papel da educação, no âmbito das “teorias crítico-reprodutivistas”, pois segundo ele

Há nessas teorias uma cabal percepção da dependência da educação em relação à sociedade. Entretanto, como na análise que desenvolvem chegam invariavelmente à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade em que ela se insere. (*Saviane*, 2008, p. 52)

Nesta perspectiva da educação reprodutivista, outra função que ela tem, do ponto de vista do capital, é a da disciplinação da população. Poderemos questionar essa visão, quase fundamentalista do autor sobre as funções da escola numa sociedade capitalista, e afirmar com bases em exemplos concretos que a escola pode cumprir outras funções, inclusive função libertadora. Mas a rigor, outros objetivos que a instituição escolar possa assumir são alheios e fogem aos objetivos da educação escolar burguesa. E essa fuga do objetivo real da educação no âmbito da sociedade burguesa assume um caráter subversivo da ordem dominante. Foi o que ocorreu no caso do Projeto Seringueiro que propunha uma educação insubmissa para os extrativistas, assim como o projeto de educação dos Sem Terra propõe o mesmo para os camponeses e as camponesas expropriados de suas pequenas propriedades.

Todavia, se sairmos do âmbito das pedagogias insubmissas, é fácil encontrarmos exemplos dessas duas funções da educação na sustentação do capital. Isso não elimina a possibilidade de experiências de educação libertadora no âmbito e no interior do sistema capitalista, mas elas serão sempre marginais e comporão a exceção. Exemplos pululam, e podemos evocar o caso de Paulo Freire, que desenvolveu um modelo de educação libertadora, e podemos evocar também o caso do professor Moacir de Góes, com o seu modelo De Pé no Chão Também se Aprende e ambos foram colocados na ilegalidade e seus autores perseguidos e forçados ao exílio.

Vamos exemplificar o caráter reprodutivista da educação, citando os convênios MEC/USAID firmados pela ditadura empresarial-militar de 1964.

Conforme *Franzon*, 2015, p. 3, o Acordo MEC-USAID foi implantado no Brasil por meio de convênios assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID).

O primeiro convênio foi assinado em 30 de junho de 1966. Naquela época se vivia o apogeu da ditadura empresarial-militar. Esses convênios foram negociados secretamente e só se tornaram públicos em novembro de 1966, após intensa pressão política e popular.

O primeiro convênio tinha por objetivo implantar uma reforma em todos os níveis do ensino brasileiro, adotando-se, para tanto, o modelo norte-americano, especialmente no ensino superior. Pelo papel estratégico deste nível de ensino, a reforma visava uma formação técnica mais ajustada ao plano econômico desenvolvimentista conservador brasileiro, em consonância com a política estadunidense para o Brasil.

Outro convênio MEC-USAID, o de 1967 determinou a reforma em todos os níveis do ensino, derrubando o antigo modelo estruturado em primário, ginásial e científico, e implantou o ensino técnico profissionalizante no nível do segundo grau, conforme ficou estabelecido pela Art. 4º. Da Lei 5692/71 de 11 de agosto de 1971, que em seu § 3º, propugnava que para o ensino de 2º grau.

A legislação também estabelecia que o Conselho Federal de Educação fixaria, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. Portanto, esse modelo de educação estava a serviço da formação dos quadros da demanda real para a ampliação do capital e também cumpria objetivos de disciplinação dos discentes, por meio de um currículo que continha disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC).

No Acre, na outra ponta desses objetivos intrínsecos da educação burguesa que a ditadura empresarial-militar impunha aos estudantes brasileiros no âmbito da educação básica e superior, estavam as escolas do Projeto Seringueiro, contribuindo no recrudescimento das lutas, e estas resultaram em conquistas favoráveis aos seringueiros a partir do ano de 1986, quando se inicia a expansão das Escolas Comunitárias, das Centrais de Produção e Consumo e da Formação de Agentes Comunitários de Saúde. Tudo isso desembocou, entre meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, na criação da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX);

da fábrica de beneficiamento de castanha da Amazônia e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS).

#### 4.2 História da Construção do Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA).

Em 1982 com o enfraquecimento da ditadura empresarial-militar, ocorre no Acre a ascensão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao poder. Naquele ano o partido elegeu o governador que era um comerciante e ex-patrão seringalista, o senhor Nabor Teles da Rocha Júnior, um cacique do partido. Além do governador, o PMDB venceu a cadeira em disputa para o senado com a eleição do médico Mário Maia.

Conquistou metade da bancada da câmara federal que tem oito cadeiras. E na disputa para a Assembleia Legislativa o PMDB também elegeu a metade das 24 cadeiras disputadas, e o Partido Democrático Social (PDS), partido que dava sustentação à ditadura empresarial-militar elegeu 11 deputados.

O Partido dos Trabalhadores (PT), que estreava em disputa eleitoral elegeu um deputado, mas na verdade este também era um quadro do PMDB e após a eleição retornou para o partido de origem, ficando o PMDB com 13 deputados estaduais.

Com essa mudança na conjuntura política, quase todos os quadros técnicos que compunham a ONG Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia assumiram funções no poder executivo estadual, de forma que a entidade passou a ter uma existência pró-forma, sem desenvolver nenhuma ação efetiva. A entidade era a proponente das ações do Projeto Seringueiro, criado em 1981. Como parte das atividades de proponente do Projeto Seringueiro, o CEDOP deveria viabilizar a captação de recursos e executar a gestão técnico-financeira das ações desenvolvidas. Era por meio dessa ONG que se apresentavam os projetos de financiamento para agências de cooperação multilaterais estrangeiras e nacionais, bem como de agências governamentais brasileiras, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e posteriormente o Ministério da Cultura (MINC).

Com a inviabilidade de captar e gerenciar os recursos pelo CEDOP, em razão de sua extinção, os agentes do Projeto Seringueiro buscaram alternativas que pudessem abrigar e encaminhar a proposição de seus projetos. Isso foi feito inicialmente estabelecendo uma parceria com uma entidade de teatro amador popular,

o Grupo Terra Norte de Teatro Amador (GTNTA) que desenvolvia atividades culturais comunitárias na periferia de Rio Branco. Essa alternativa funcionou por muito pouco tempo, pois as exigências burocráticas para a prestação de contas e relatórios de atividades, sobretudo com as instituições governamentais revelaram incompatibilidades das ações desenvolvidas pelo Projeto Seringueiro e as que eram realizadas pelo Grupo Terra Norte.

Outra alternativa tentada e que funcionou por um curto período de tempo foi abrigar o Projeto Seringueiro na Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto do Estado do Acre, a Fundação Cultural (FDRHCD). Mas essa alternativa também se mostrou incompatível e os membros do Projeto Seringueiro tiveram que buscar outro meio para dar continuidade às atividades, e por esta razão criou-se no ano de 1983, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA), como ONG que abrigaria o Projeto Seringueiro.

Os criadores do CTA eram militantes políticos sociais do movimento popular que atuavam em Xapuri, na assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Eram basicamente os mesmos sujeitos que em 1981 haviam criado o Projeto Seringueiro.

Dos militantes que assinaram a ata de fundação do CTA, apenas a senhora Dercy Teles era natural do município de Xapuri, e apenas outras duas daquelas pessoas eram naturais do Acre. Duas eram naturais do Paraná, uma de Alagoas, uma do Ceará e outra de São Paulo. E somente a Dercy pertencia organicamente ao movimento de trabalhadores rurais, com origem na categoria dos seringueiros.

Foram os seguintes os militantes que fundaram o CTA: Dercy Teles, *Mary Allegretti*, Heloisa *Winter*, Armando Soares, Marlete Oliveira, Manoel Estébio, Ronaldo Oliveira e Fatima Silva, sendo a primeira diretoria constituída por Ronaldo Oliveira na presidência, Manoel Estébio na secretária e Fátima Silva na tesouraria.

Antes de continuar escrevendo acerca do CTA, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre o que é uma ONG e como o CTA se enquadrava nesse espectro de entidades sociais.

O termo ONG foi utilizado pela primeira vez na década de 1940 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e visava designar diferentes entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público. Mas o perfil de ONG que melhor caracterizava o CTA era aquele que identificava essas entidades como instituições inseridas nas lutas populares. Sobre esse perfil de ONG que surgiu

desenvolvendo atividades de Educação Popular, Coutinho escreveu que

Nas décadas de 1960/70 quando surgiram vários centros de “educação popular” e de assessorias a movimentos sociais, com ênfase na “conscientização” e “transformação social”. A “educação popular”, fundamentada no método de Paulo Freire, era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. (Coutinho, 2004, p. 57)

Oliveira e *Haddad* apresentam outras características de ONG's que também identificavam, se adaptavam e reforçavam melhor o perfil de entidade de educação popular que melhor enquadrava o CTA. Esses autores escrevem que

No Brasil, desde a conferência mundial da Organização das Nações Unidas ONU, no Rio, conhecida como Eco-92, a imprensa assimilou o termo organizações não governamentais ONG's e passou a empregá-lo como sinônimo de entidades sem fins lucrativos. Ocorre que na América Latina é frequente identificar como ONG uma classe especial de entidades que se dedica ao desenvolvimento participativo e sustentável e à construção e defesa de direitos. Seja no México, Costa Rica ou Colômbia, seja no Brasil, onde existe a Associação Brasileira de ONGs, essas organizações têm gênese própria e não se confundem com entidades comunitárias e de auto-ajuda, com centros de pesquisa, fundações e entidades filantrópicas de corte tradicional. (Oliveira, e *Haddad*, 2001, p. 63)

Com essas características descritas acima, o CTA assumiu lutas que foram fundamentais para impulsionar e fortalecer o movimento de seringueiros e seringueiras e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, pois com a ascensão do PMDB ao poder no Estado em 1982, houve um arrefecimento dos movimentos sociais, haja vista que a maioria dos líderes sindicais rurais, à exceção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e das Comunidades Eclesiais de Base, foi cooptada pelo governo do Estado e pelo governo federal, contribuindo para o recuo nas lutas dos seringueiros e das seringueiras.

Com recursos da *OXFAN*, gerenciados pelo CTA em 1984, foi organizado um Curso para Formação de Dirigentes e Militantes Sindicais rurais de oposição. O curso aconteceu no município de Xapuri, com a presença de representantes sindicais de todos os municípios do Estado. Esse evento contribuiu para renovar e repor quadros dos movimentos populares que passaram a assumir funções na administração pública estatal ou se renderam a uma atuação burocratizada e de conciliação com os fazendeiros.

A mobilização para este evento foi feita pelos diretores do STR, pelos técnicos e diretores do CTA e por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O curso visava, dentre outros objetivos, renovar e repor quadros dos

movimentos populares, o fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Acre, que naquele ano se mobilizavam para disputar a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (FETACRE), que seria criada naquele ano, haja vista que a delegacia da CONTAG seria desinstalada.

O processo para a construção da FETACRE se deu no bojo de intensa disputa, na qual o governo do Estado aportou forte apoio político, material e financeiro para um candidato que havia se rendido às políticas de conciliação com os fazendeiros. Esse candidato foi o senhor Pedro Castilho, que era diretor do STR de Rio Branco, pupilo do senhor João Maia Filho, ex-delegado da CONTAG que deixou o PT, partido pelo qual disputou e perdeu uma cadeira para deputado federal. Apesar de todo o aparato governamental em prol do candidato do governo, o senhor Pedro Castilho saiu vencedor por apenas um voto contra Chico Mendes. Este líder saiu fortalecido dessa disputa e se projetou e se firmou ainda mais a partir da criação do Conselho Nacional de Seringueiros no ano seguinte.

O senhor João Maia foi cooptado pelo novo governo e por isso ganhou uma secretaria de Estado, a Secretaria de Apoio aos Movimentos Sociais (SAMS), pasta criada com a finalidade de combater e esvaziar os movimentos sindicais, populares e sociais que se opunham ao governo. Essa secretaria foi responsável por atrair muitos sindicalistas, não somente os do meio rural, mas os urbanos, como os da construção civil, das lavadeiras, dos motoristas de ônibus, dos professores e da saúde, assim como líderes de movimentos populares, sobretudo das associações de moradores e moradoras de bairros, e os de combate a carestia, para o apoio ao governo. Numa época em que não havia concursos para ingresso no serviço público, o governo do Estado pode atrair quadros dos movimentos sindicais e populares, dando emprego público a muitos e muitas militantes. Ao próprio Chico Mendes foi oferecida a representação da Secretaria de Agricultura e Pecuária (SAP) no município de Xapuri, assim como o apoio para uma futura candidatura a prefeitura de Xapuri ou a deputado estadual pelo PMDB. Esse processo de cooptação ao líder político e sindical foi feito de forma aberta.

Depois de cumprido este papel de dismantelar os movimentos sindicais, populares e sociais, a secretaria criada para o senhor João Maia foi extinta e ele assumiu o cargo de diretor-adjunto do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) no Estado. Nessa função o senhor Joao Maia pavimentou um caminho para uma



carreira política de direita elegendo-se deputado federal pelo PMBD. Esse personagem, que cumpriu um papel relevante na organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do Acre, teve um triste e desonroso fim político, estando hoje no ostracismo desde que foi pego nas gravações do personagem que ficou conhecido nacionalmente como senhor X. Esse personagem gravou áudios em que o então deputado Joao Maia relata que recebeu dinheiro para votar favorável à emenda que propunha a reeleição dos ocupantes de cargos no poder executivo. No áudio ele explicou como era feita a negociação do esquema de compra de votos para aprovar a emenda constitucional nº 16, de 04 de julho 1997. Essa emenda possibilitou o instituto da reeleição para quem ocupava cargos no Poder Executivo em todos os níveis de governo: Presidente, governadores e prefeitos. Segundo as denúncias o esquema era coordenado de dentro do Palácio do Planalto pelo então ministro Sérgio Mota, e administrado por uma rede de políticos e empresários Brasil afora, para comprar apoio de deputados que votassem favoráveis à emenda.

Na Amazônia, segundo denúncia registrada no livro O príncipe da privatária, do jornalista Palmério Dória, os responsáveis pela administração do esquema eram o deputado federal Pauderney Avelino, do Amazonas, ladeado pelo então governador daquele Estado, o senhor Amazonino Mendes e o empresário Orleir Cameli, que era o governador do Estado do Acre.

Foi revelado que o personagem senhor X era o ex-deputado federal do Acre, empresário Narciso Mendes que gravou as conversas dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, nas quais ambos admitiram ter recebido R\$ 200.000,00 (duzentos mil) para votar a favor da emenda. Esse evento levou à renúncia do mandato do então deputado João Maia que construiu inicialmente uma carreira política na esquerda, mas que foi se guinando gradativamente para a direita mais extrema, aderindo ao espectro político que hoje está aliado ao neonazismo bolsonaristCom essa opção pela direita, o senhor João Maia passou da militância política que contribuiu para a construção do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Acre, para uma posição política centrada no fisiologismo, operando assim uma metamorfose reacionária pulando do PT para o PMDB, depois para o PP, depois para o PSDB, terminando no PFL. Neste último partido se abrigavam os piores inimigos dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, das águas e das florestas.

Durante a Assembleia Nacional Constituinte o PFL fez parte do Centrão que foi

o berço da União Democrática Ruralista (UDR), responsável pelo covarde e brutal assassinato de muitos líderes camponeses e indígenas, como o líder dos seringueiros do Acre, o Chico Mendes.

Mas o movimento popular e sindical conseguiu se fortalecer e em 1985 organizou o I Encontro Nacional de Seringueiros ocorrido em Brasília, ocasião em que foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Esse evento também foi organizado pelo CTA/Projeto Seringueiro, cujos técnicos trabalharam na mobilização de encontros no Acre e nos Estados do Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá, Roraima e Mato Grosso, para onde esses técnicos se deslocaram visando organizar e dirigir os encontros estaduais de seringueiros. Nesses encontros se discutiu a pauta local de cada Estado e uma pauta comum que era a Reserva Extrativista e a constituição do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Nos encontros estaduais também foram eleitos os delegados que participaram do Encontro de Brasília.

Com a criação do CNS essa entidade se tornou referência nacional e internacional na representação dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas, tornando-se o principal interlocutor das demandas desses sujeitos junto aos poderes constituídos e à opinião pública na denúncia dos desmandos praticados contra o meio ambiente e as populações tradicionais da Amazônia.

O CNS organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que viabilizou a união de indígenas com as populações tradicionais não indígenas, e se criou uma estratégia para conduzir a luta em defesa das populações e dos territórios tradicionais amazônicos.

Em razão de sua aguerrida militância junto ao CNS, Chico Mendes projetou-se nacional e internacionalmente como o seu principal expoente, ganhando o prêmio Global 500 da ONU e a Medalha de Meio Ambiente da *Better World Society*, nos Estados Unidos.

Conforme já me referi nesta tese, com a criação do CTA/Projeto Seringueiro a entidade passou a atuar fortemente na organização de novas Centrais de Produção e Consumo que permitiram aos seringueiros contornarem a atuação nefasta dos marreteiros e comercializarem livremente sua própria produção.

O senhor Sebastião Rocha, o eremita Rochinha, falou o seguinte numa entrevista para a tese da antropóloga *Mary Allegretti*, acerca da criação das Centrais

### de Produção e Consumo:

Agora nós estamos idealizando formar uma cooperativa nossa mesmo. Uma cooperativa pra nós mesmos, que é o único meio de nós se salvar. Nós se junta tudo pra vender aquele produto em atacado e comprar em atacado que sai tudo mais barato, até nós podermos formar uma caixa, um gerente nosso, pra poder vender a borracha e trazer a mercadoria... Por que é o único meio que nós encontramos: primeiramente nosso Sindicato, segundo o cooperativismo, o nosso partido, o PT, e a Comunidade de Base. É o único órgão que a gente enxerga. Os órgãos do governo não vêm nos trazendo coisa nenhuma de benefício. (Alegretti, 2002, p. 375)

As Centrais de Produção e Consumo eram alternativas para se contrapor à exploração a que os seringueiros e demais povos da floresta, incluindo os indígenas estavam submetidos pelas classes que os oprimiam. Naquele momento as classes oprimidas eram representadas pelos fazendeiros, marreteiros e alguns bolsões de seringalistas no Vale do Juruá.

## ENCONTRO NACIONAL DE SERINGUEIROS DA AMAZÔNIA



11 a 17 de outubro de 1985  
Auditório da Faculdade de Tecnologia - UnB  
Brasília - DF

Figura 44 – Cartaz do I Encontro Nacional de Seringueiros.

No campo da educação escolar, no ano de 1986 aconteceu o segundo curso de formação de professores e professoras organizado pelo CTA, quando novas escolas foram criadas. Até aquele ano havia apenas seis escolas e com esse novo curso o número de escolas foi ampliado em mais de 100% com o acréscimo de duas escolas no seringal Cachoeira, uma no seringal Fronteira, uma no seringal Dois Irmãos, uma no seringal São Francisco do Iracema uma no seringal São Miguel e outra no seringal Albrácia. Portanto a partir de 1986 o número de escolas aumentou de seis para 13.

Ali já se tinha a perspectiva de construção de um modelo escolar para atender

as novas gerações de seringueiros e seringueiras e não mais oferecer educação escolar somente para as gerações adultas das comunidades extrativistas.

Naquele ano ocorreu uma mudança radical da equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro. Todos os quadros que estavam no Projeto Seringueiro desde o início dos anos de 1980 deixaram a entidade e novos sujeitos assumiram suas funções.

Os dirigentes do STR e do CNS, atendendo reivindicações dos seus associados, pressionaram a nova equipe pela mudança na faixa etária a ser atendida, mudando o foco do atendimento aos adultos para crianças e adolescentes. Naquela nova conjuntura, as populações extrativistas desejavam ver os ambientes florestais dotados com um modelo de educação escolar adequado que permitisse aos seus filhos e filhas ter escolarização sem precisar se separar deles e delas, conforme era usual naquela época.

A nova coordenação do CTA/Projeto Seringueiro capitaneada pelo professor Arnóbio Marques, conhecido como Binho, convidou a professora Regina *Hara* do CEDI, para coordenar um trabalho visando a construção e a implantação de um modelo de educação escolar para os ambientes extrativistas. Nesta perspectiva foi formada uma nova equipe com professores e professoras que atuavam no sistema formal de educação. A nova equipe foi então formada pelas professoras Andréa Dantas, pedagoga da UFAC, Graciete *Zaire*, pedagoga da rede estadual, Francisca Bezerra, licenciada em letras, dos quadros do sistema estadual de ensino, e o professor Djalcir Rodrigues, conhecido como Pingo, formado em física e também da rede estadual de ensino.

Além dessas professoras e do professor Pingo passaram a constituir a nova equipe técnica quatro professores egressos do Projeto Seringueiro: Ademir Rodrigues, Assiz Monteiro, Pedro Teles e Jorge Gomes.

Essa nova equipe continuou fazendo os trabalhos de assessorias pedagógicas às escolas e permaneceu trabalhando sob a perspectiva da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, enquanto viabilizava a transição para o atendimento com um modelo escolar que eles consideravam mais adequado às crianças e adolescentes dos territórios extrativistas.

A partir da demanda apresentada pela direção do sindicato, que a nova equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro aceitou, ela sistematizou um modelo adequado de escola para os filhos e as filhas dos extrativistas. Esse modelo se dividia em duas

etapas, uma de alfabetização e outra de pós-alfabetização, conforme herdado do modelo freireano. Essas duas etapas tinham equivalência a alfabetização e ao Ensino Fundamental regular oficial, que, àquela época, ia da primeira a oitava séries.

O modelo desenvolvido manteve elementos baseados na educação libertadora de Paulo Freire que inspirou a pioneira escola dos seringueiros do Nazaré dez anos antes.

A etapa da alfabetização visava não somente desenvolver competências de decifração e récita de textos sem significação, como ocorre no sistema oficial, notadamente no ensino rural, mas desenvolver as capacidades de leitura, interpretação e produção textual com entendimento e competências reais de argumentação e comunicação.

Além desses objetivos, a alfabetização preconizada no modelo didático-pedagógico do CTA/Projeto Seringueiro baseada no método Paulo Freire, visava ainda desenvolver as competências para o raciocínio lógico com o uso das operações Aritméticas elementares de somar, subtrair, multiplicar e dividir. Nesse segmento os educandos e as educandas deveriam também adquirir competências para propor e resolver problemas que envolvessem operações de ordenação, classificação e localização. Os educandos que passassem por esta etapa deveriam ainda ler, compreender e produzir tabelas com dupla entrada, envolvendo situações reais do cotidiano dos sujeitos extrativistas.

Com a apreensão dessas competências Paulo Freire reputava que o aprendizado será válido. Eis suas palavras:

O aprendizado da leitura e da escrita, por isso mesmo, não terá significado real se se faz através da repetição puramente mecânica de sílabas. Este aprendizado só é válido quando, simultaneamente com o domínio do mecanismo da formação vocabular, o educando vai percebendo o profundo sentido da linguagem. Quando vai percebendo a solidariedade que há entre a linguagem-pensamento e realidade, cuja transformação, ao exigir novas formas de compreensão, coloca também a necessidade de novas formas de expressão. (Freire, 1981, p. 20).

Para adquirir essas competências na alfabetização, no Projeto Seringueiro esta etapa tinha uma duração de três anos e a pós-alfabetização cinco anos.

Os objetivos almejados para os educandos e as educandas que cursavam a etapa da pós-alfabetização, era que estes/as conservassem, utilizassem, desenvolvessem e ampliassem os conhecimentos e as capacidades adquiridas na alfabetização.

A faixa etária do público que era atendido nas escolas do CTA/Projeto Seringueiro era dos sete aos 18 anos, mas a maioria dos educandos e das educandas matriculadas nas escolas tinha entre sete e onze anos, haja vista que as atividades laborais desenvolvidas no extrativismo tem um caráter familiar, e os adolescentes são inseridos na produção junto com os seus familiares adultos.

Os trabalhos no ambiente extrativista ainda conservam práticas bem rudimentares, muitos seringueiros e seringueiras semeiam os legumes à moda dos primeiros agricultores, com o uso do espeque, que consiste numa vara com uma das extremidades afinada no formato de lança, com o qual um/a extrativista fura o chão e outro/a depositam a semente no buraco aberto pelo espeque e fecha a cova para completar a semeadura (geralmente quem faz isso é um menino ou menina entre oito e onze nos).

Não é demasiado enfatizar que todas as atividades laborais dos seringueiros demandam o engajamento de toda a força de trabalho disponível na colocação, de forma que quase todos os membros da família a partir dos oito anos de idade participam de alguma etapa das atividades produtivas. Com isso, o ingresso no mundo do trabalho no ambiente dos extrativistas, ocorre desde a mais tenra idade dos meninos e das meninas.

Visando atender as demandas de conforto térmico, luminosidade natural, utilização adequada do espaço em função da metodologia e da didática utilizada nas escolas do Projeto Seringueiro, o professor Djalcir Ferreira (Pingo) e Manoel Estébio esboçaram um modelo de prédio escolar para orientar a construção das escolas.

O esboço foi apresentado e discutido com a arquiteta Josélia Alves da Silva da Fundação de Tecnologia do Acre (FUNTAC). Como resultado dessa discussão foi desenhado dentro dos padrões técnicos, um modelo arquitetônico de prédio que passou a ser adotado na construção das escolas da Floresta.

Esse modelo arquitetônico passou a ser adotado em algumas escolas rurais e indígenas durante a gestão dos governos do PT no Estado.

Fazendo um breve resumo de como funcionaram as escolas do CTA/Projeto Seringueiro, entre os anos de 1981 e 1985 elas contavam com professores externos que iam morar e desenvolver as atividades de alfabetização, saúde e cooperativismo morando no seringal. Os últimos educadores que não pertenciam ao universo do extrativismo e que foram morar num seringal para desenvolver atividades de



magistério foi a Dercy Teles e o Manoel Estébio que no ano de 1982 foram viver na colocação Já Com Fome e em 1983 se mudaram para a colocação Deserto, para onde a escola se transferiu, permanecendo nesse seringal até o ano de 1984.

Portanto, a partir da realização do primeiro curso para a formação de professores e professoras do seringal, em 1983, encerrou-se a fase de docentes de fora do seringal lecionando nas escolas da floresta.

Entre os anos de 1986 e 1990 conclui-se a mudança no perfil do público atendido pelo CTA/Projeto Seringueiro conduzido pela nova equipe técnica. Essa nova equipe concluiu que a metodologia freireana não era adequada ao trabalho com crianças e adolescentes e passou a estudar as teorias da psicogênese na aquisição da escrita, amplamente divulgado nos países de língua espanhola nos anos de 1970, e que chegaram ao Brasil nos anos de 1980, sobretudo por meio das obras de *Emília Ferreira* e *Ana Teberosky*.

Além desse referencial da psicogênese, a nova equipe técnica do Projeto Seringueiro também incorporou contribuições das teorias do letramento e os novos materiais didáticos, embora mantendo a nomenclatura de Poronga, deixaram de trabalhar com o sistema de silabação que era a marca da metodologia anterior.

Naquela fase de transição o CTA/Projeto Seringueiro realizou apenas atividades de assessoria às escolas já existentes, mas a partir de 1990, contando com recursos oriundos dos convênios assinados no ano anterior, realizou um novo Curso de Formação, e a partir daquele ano a capacitação passou a ser realizada anualmente.

Com a nova dinâmica de atendimento das demandas levantadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, a partir de 1990 o CTA/Projeto Seringueiro aumentou o atendimento de 13 escolas, que existiam desde 1986, para 34 (trinta e quatro), atendendo uma demanda de aproximadamente 900 (novecentos) alunos e alunas matriculados/as sob a responsabilidade de 52 (cinquenta e dois) professores/as.

Esse feito constituiu uma verdadeira inovação na educação das populações extrativistas no Acre, pois historicamente, como sempre ocorreu com famílias ocupantes dos territórios rurais, os filhos e as filhas dos seringueiros e seringueiras nunca tiveram escolas em seus territórios. Antes do CTA/Projeto Seringueiro, as poucas famílias de extrativistas que conseguiam oferecer educação escolar aos filhos e filhas, o faziam com muito sacrifício financeiro e afetivo, haja vista que tinham que

enviar os/as filhos/as para a cidade, e isso só era possível quando tinham algum parente ou amigo, sobretudo comadres e compadres de confiança, senão, no caso das filhas moças, as entregavam para ex-patrões ou marreteiros para trabalharem como empregadas domésticas e estudarem à noite. Mas quem saía do seringal para estudar naquelas condições dificilmente retornava para seu local de origem, refazendo a vida fora do seringal e permanecendo nas cidades em que se mudavam para estudar.

A senhora Maria Araújo de Aquino mais conhecida como Leide, relatou o seguinte:

Em minha infância não havia escola no seringal e me alfabetizei pelo antigo Mobral, que abriu uma turma lá no seringal onde eu morava. Isso foi quando eu estava com 11 (onze) anos de idade. Depois fui morar na casa de uma tia na capital, Rio Branco para estudar mais um pouquinho. Fiquei por lá durante quatro anos. Quando eu retornei estava com 15 (quinze) anos de idade. Meu pai disse que estava bom de estudar. (Maria Araújo de Aquino, Leide em entrevista para a tese)

Conforme afirmado acima, antes do Projeto Seringueiro quando os filhos e as filhas dos camponeses extrativistas tinham que estudar, era preciso que deixassem seus territórios para buscarem educação escolar em ambientes urbanos. No caso das meninas, era muito mais difícil a saída delas com essa finalidade e quando isso ocorria, em razão da hegemonia do sistema patriarcal, o controle dos pais sobre as meninas era muito maior, e quando eles permitiam que as filhas estudassem, lhes permitia estudar somente o básico visando alcançar algum objetivo que era almejado pelos próprios pais. A senhora Leide relatou que seu pai desejava que ela estudasse apenas o suficiente para se tornar a monitora da CEB de sua comunidade. Ela disse que felizmente o pouco que estudou na cidade serviu para que ela fosse escolhida posteriormente como professora da comunidade que foi morar após se casar, a comunidade do Já Começa no seringal Dois Irmãos. E como ela casou cedo e seu esposo era militante dos movimentos sindical, político-partidário e popular, ele permitiu que ela continuasse os estudos e se tornasse militante do movimento de mulheres extrativistas.

O movimento popular tinha a perspectiva de universalização das escolas do CTA/Projeto Seringueiro. Isso fez com que os técnicos, juntamente com os líderes do STR refletissem que isso seria impossível apenas com as forças do movimento popular e que se fazia necessário estabelecer um acordo com o governo do Estado.

Naquela discussão ficou claro que a educação é uma obrigação do Estado,

cabendo ao movimento popular e sindical dar o Norte e, no caso dos extrativistas de Xapuri, oferecer uma alternativa metodológica e didático-pedagógica que o Estado deveria apoiar e sustentar.

Como o movimento popular e sindical naquele momento era muito forte e o governo do Estado não tinha em seus horizontes competir com o CTA/Projeto Seringueiro, foi então negociado um convênio no qual se definiram os papéis de ambas as partes, conforme segue abaixo.

Ao governo competia assumir as seguintes atribuições:

Construir e manter as instalações escolares no padrão arquitetônico desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro; Ajudar com suporte material os cursos de formação de professores; Organizar e fazer concursos públicos para contratar professores e professoras seringueiros/as e; Fornecer materiais escolares, tais como cadernos, lápis grafite, lápis de cor, folhas de papel sulfite, folhas de papel almaço, papel madeira, e livros didáticos oficiais.

E ao CTA/Projeto seringueiro competia as seguintes atribuições: Manter a equipe técnica pedagógica; Captar recursos para a realização de cursos anuais de formação; Realizar acompanhamento escolar para promover a formação em serviço e; Produzir materiais didáticos específicos.

Acerca da expansão das escolas do CTA/Projeto Seringueiro, Souza traça uma linha do tempo do Projeto Seringueiro nos anos de 1987 e 1988 da seguinte forma:

O quarto momento, de 1987 e 1988, pode ser caracterizado como um período de transição de uma proposta de educação popular inspirada em ideias de Paulo Freire, para uma proposta de educação escolar propriamente dita, destinada a seringueiros (crianças, jovens e adultos), mas diferenciada tanto da educação oferecida no meio urbano como a oferecida no meio rural, mas sem um direcionamento específico para a formação de quadros para atuarem no movimento social. É também o momento em que começa a se consolidar a proposta da Reserva Extrativista (RE) e dos Projetos de Assentamento Extrativista (PAE). Neste sentido os propósitos, políticos e revolucionários que impregnaram os momentos anteriores vão sendo abandonados, assimilados por outros objetivos, de natureza socioambiental e humanista. (Souza, 2011, pp. 105 -106)

Portanto, os convênios assinados, principalmente com as Secretarias Estadual de Educação (SEC) do Acre e com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Xapuri, permitiram ao Projeto Seringueiro organizar uma equipe com professores cedidos pela SEC e pela SEMEC para atuarem tanto em sala de aula quanto na equipe técnica. Isso foi possível até o advento dos governos liderados pelo PT.

Por força do convênio CTA/Projeto Seringueiro estabelecido com a SEC foram

contratados os professores e as professoras aprovados/as num concurso específico organizado por uma equipe paritária composta por técnicos/as do CTA/Projeto Seringueiro e da SEC, que formulou e aplicou provas para um concurso específico para aquela demanda.

Entre os anos de 1990 a 1998, há um fecundo aprofundar das ideias educacionais e se experimentam práticas inovadoras nas escolas da floresta, tendo não somente Paulo Freire como inspiração, mas autoras e autores das teorias da psicogênese e do letramento.

Desde o início dos anos de 1990, a equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro já havia sistematizado metodologia para atender o público escolar constituído pelos filhos e filhas dos extrativistas, haja vista que até o final dos anos de 1980 as escolas só atendiam pessoas adultos/as formando-os/as para que atuassem como quadros dos movimentos eclesial, popular e sindical.

A partir de meados dos anos de 1980 os extrativistas passaram a reivindicar dos dirigentes do STR que se criassem escolas para os seus filhos e filhas. Como o movimento começava a gozar de certa estabilidade, eles argumentavam que “papagaio velho não aprendia a falar”, e que o mais sensato seria ter escolas para as novas gerações, pois assim elas não cresceriam analfabetas como fora o caso da geração precedente. Com as escolas atendendo as novas gerações desde a fase infantil, na idade adulta já estariam prontas para assumir a coordenação das lutas.

Portanto, os líderes sindicais exigiam que o novo modelo a ser criado deveria ser mantido os elementos metodológicos da educação libertadora de Paulo Freire, que inspirara a pioneira escola dos seringueiros do Nazaré dez anos antes. Era desejável manter o modelo de alfabetização com duração de três anos e a pós-alfabetização com cinco anos.

Em 1995 a equipe pedagógica do Projeto Seringueiro criou o Programa Mala de Leituras, para incentivar a leitura e produção textual de professores/as e alunos/as.

O programa consistia na circulação de malas contendo um acervo de 30 (trinta) livros de literatura infanto-juvenil. Além dos livros, as malas continham lápis de cores, pinceis, tintas, cola, tesoura, barbante, papel almaço e papel ofício tipo A4.

O Projeto Seringueiro fornecia as malas sem nenhuma ilustração e quando elas eram entregues e passavam a circular pelas escolas, em um sistema de rodízio, a professora ou o professor estimulavam seus alunos e alunas a ilustrarem as malas.

Os livros que compunham as malas eram emprestados aos alunos e alunas que, motivados e motivadas pelas leituras, produziam textos com histórias inspiradas em seus imaginários, e nas narrativas fantásticas que circulavam no universo de oralidade predominante então nos ambientes do extrativismo.

Essas histórias também se inspiravam nas lutas políticas concretas que povoavam o mundo político e mágico religioso do universo do seringal.

Por ocasião da realização dos cursos de formação de professores/as, estes/as eram capacitados/as para incentivar a leitura e a produção de textos entre seus alunos e alunas. E como resultado dessas atividades foi organizado e editado pelos/as técnicos/as do Projeto Seringueiro Mauricília Leão e Manoel Estébio, um livro de textos produzido por essa metodologia. O livro teve uma autoria comunitária de aluno/as e professores/as, o título da obra é Mapinguari<sup>48</sup> Comedor de Carne e Outras Histórias do Seringal.

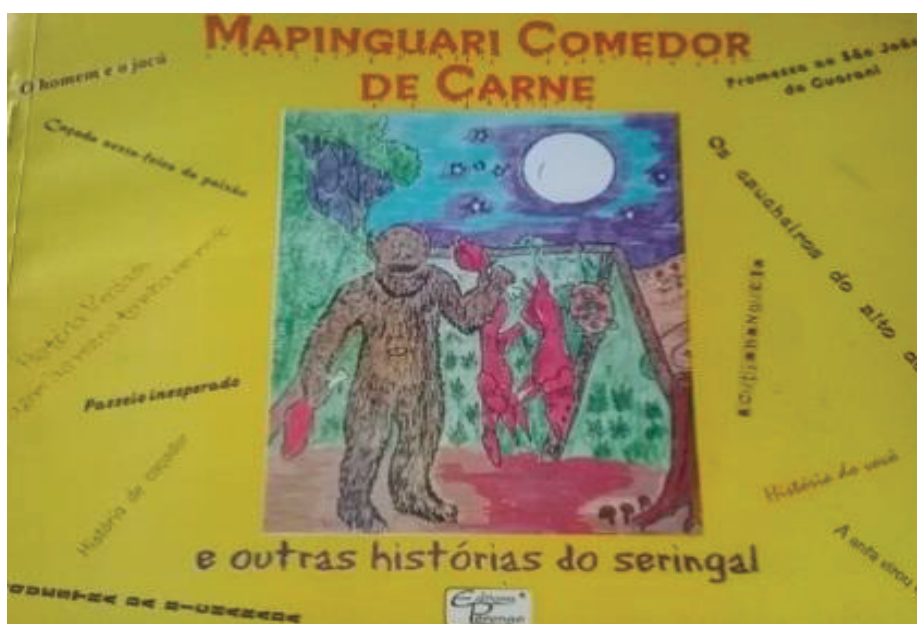


Figura 45 – Livro Mapinguari Comedor de Carne: coletânea de contos escritos por professores do Projeto Seringueiro.

Na outra ponta, no lado dos educandos e educandas, nos trabalhos escolares foram produzidos vários livros de histórias. A produção era bem artesanal, mas num processo democrático, a partir de discussões nas próprias escolas, alguns livros escritos por alunos/as foram editados pela gráfica Poronga, que pertencia ao Centro

<sup>48</sup> O Mapinguari é uma criatura do mundo fabuloso e mágico dos povos da floresta. Ele é descrito como tendo o corpo coberto de longa pelagem vermelha. Em sua descrição se diz ainda que ele tem somente um grande olho na testa e que sua boca, também imensa, se localiza na barriga. O mito descreve que ele vive nas partes mais densas e isoladas da floresta. E as histórias acerca do Mapinguari circulam nas Amazônias brasileira, peruana e boliviana.



dos Trabalhadores da Amazônia. Estes livros editados passavam a constituir o acervo das Malas.



Figura 46 – Escola no modelo arquitetônico desenvolvido pelo Projeto Seringueiro no ano de 1994.

Em 1997 o Projeto Seringueiro, concorrendo com várias entidades do país na modalidade de Formação de Professores, ganha o Prêmio Itaú/Unicef<sup>49</sup>. Àquela altura as escolas estavam espalhadas em outros municípios do Acre, como Sena Madureira, Bujari, Capixaba, Brasiléia, Acrelândia, Assis Brasil e em dois municípios do Estado do Amazonas, Carauari e Barcelos.

Em 2000 o CTA filiou o programa Mala de Leitura ao Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), passando a participar de todos os eventos promovidos por este programa. Em 2002, o programa passou a ser coordenado pela professora Maria do Socorro D'Ávila de Oliveira, especialista em Literatura Infantil, e naquele ano o Programa Mala de Leituras participou de um Concurso Nacional para a escolha da melhor experiência de incentivo à leitura e produção de textos. O Programa foi premiado pela essência: Formação de Professores Leitores no interior da floresta. A premiação constou de um acervo de variados livros, o que possibilitou a expansão do

<sup>49</sup> O Prêmio Itaú-Unicef é uma iniciativa do Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Criado em 1995, em um contexto de mudanças sociais na perspectiva da garantia de direitos – com a promulgação da Constituição Federal Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, o Prêmio Itaú-Unicef visa identificar, estimular e dar visibilidade a projetos realizados por organizações da sociedade civil e escolas públicas que contribuem para garantir o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens brasileiros em situação de vulnerabilidade social. Publicado em <<https://educacaoeparticipacao.org.br/premio-itaunicef/>> Acessado em: 20 de maio de 2019.



Programa para mais escolas. Além desse acervo a premiação também custeou as passagens da professora Socorro no trecho Rio de Janeiro/Berna(Suíça)/Rio de Janeiro, para participar do encontro promovido pelo International Council on Books for Young People/Conselho Internacional de Livros para Jovens.

Retornando ao que concerne a Educação do Campo, no texto produzido para a discussão na I Conferência de Educação do Campo, os autores explicam o porquê da adoção da expressão Educação do Campo. Abaixo reproduzimos um trecho do documento.

Decidimos utilizar *campo* e não a mais usual *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da Conferência uma reflexão sobre o sentido atual de *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Mas quando discutimos a educação do campo estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados à vida e ao trabalho no meio rural. (Texto Base para discussão na I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, 1998 p. 9).

Isso posto, *Caldart*, uma das signatárias do documento, define a Educação do Campo como “um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (*Caldart*, 2012 p. 259).

A história das escolas do MST, que inspirou a Educação do Campo, começa quando famílias de camponeses da região Sul expropriadas de seus territórios por latifundiários ligados ao agronegócio ocupam suas terras, obrigando-os a ocuparem novas terras. As terras que o movimento ocupa são terras consideradas improdutivas e que não cumprem a função social designada em legislação, mas que, no entanto, eram protegidas pelas instituições públicas, impedindo suas inclusões no rol das terras prioritárias para desapropriação com finalidade de Reforma Agrária, em favor dos camponeses sem terra. Ao ocupar essas terras, como forma de criar vínculos com ela, os camponeses organizavam escolas para seus filhos e filhas.

Esse processo de lutas do MST em favor da educação escolar se assemelhava muito com o processo de lutas do Projeto Seringueiro, que também colocava a criação de escolas como estratégico, e por isso sistematizou no início dos anos de 1980 um modelo escolar de base freireana, inicialmente visando à formação de quadros adultos para os movimentos popular e sindical. Posteriormente, se desenvolveu um modelo

constituído por Projeto Político Pedagógico que previa a formação em serviço dos professores e professoras, a produção de materiais didático-pedagógicos e até um modelo arquitetônico orientava a edificação das escolas dos extrativistas.



Figura 47 – Mala de Leitura e acervo recém-chegados a uma escola. A mala ainda não fora ilustrada pelos alunos/as, professor/a da escola.



Figura 48 – Mala de leitura da professora Raimunda Conda, ornada com ilustrações feitas por ela e seus alunos e alunas.

Mas essa convergência entre o movimento de educação do CTA/Projeto Seringueiro com o MST sofrerá forte abalo após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), primeiro ao poder municipal em Xapuri, posteriormente ao governo do Estado e depois, ao poder federal.

O professor Binho tem um pensamento mais conservador e cético em relação à possibilidade de a educação popular cumprir papel transformador no processo social. Acredito que por ele ter exercido na maioria do tempo de sua carreira profissional no campo da educação, exercendo funções administrativas e executivas, tanto no movimento popular, no CTA/Projeto Seringueiro, e posteriormente na Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), assim como no aparelho estatal, primeiro, como secretário municipal de educação de Rio Branco e posteriormente na SEE, no governo do Acre, o tornou mais fiel ao sentido real do papel da escola na

sociedade burguesa, que é o da preparação das jovens gerações para o mundo do trabalho e a reprodução do sistema capitalista.

A rigor, na qualidade de marxista, não creio num papel da escola oficial que não seja o de reproduzir o sistema capitalista. Mas em minha concepção e de outros/as militantes da Educação Popular Libertadora, acreditávamos que vivíamos uma conjuntura em que a educação escolar poderia subverter esse papel que é inerente da escola burguesa. Acreditávamos que a educação poderia contribuir para a conscientização, possibilitando o fortalecimento e a resistência nos embates que se davam entre os que defendiam um modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo verde, e os que defendiam modelo com base na exploração sustentável da Floresta, que foi formatado ao longo da história pelos índios e os extrativistas não indígenas na Amazônia.



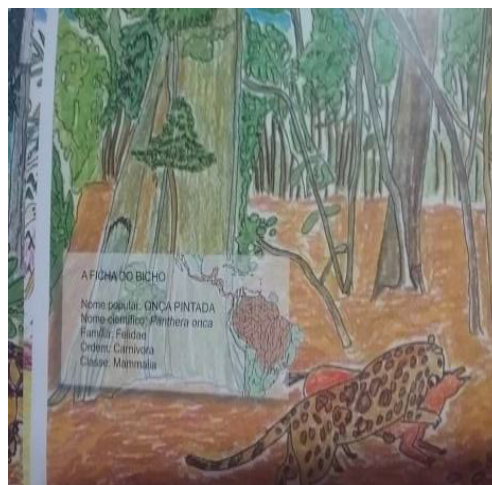
Figura 49 – Capas de livros produzidos pelos alunos no Programa Mala de Leitura.



Figura 50 – Página de livro produzido por alunos a partir do uso da Mala de Leitura.

Acreditávamos também que a escola no modelo desenvolvido e sistematizado pelo CTA/Projeto Seringueiro, sob responsabilidade do professor Binho, quando foi

presidente da entidade poderia cumprir a contento a função de preparar aqueles e aquelas que desejassem ingressar nos postos de trabalho abertos pelas iniciativas do capitalismo verde, sem precisar depreciar a educação dos/as extrativistas, permutando-a pelo modelo de Educação Rural.



Figuras 51 e 52 – Páginas de livros produzidos pelos alunos e alunas a partir do uso da Mala de Leitura.

Mas sob a gestão do prof. Binho na SEE, foi operada a mudança da orientação político pedagógico das escolas da RESEX e do PAE Chico Mendes, do modelo desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro para o modelo da Educação Rural vigente no sistema de educação escolar oficial.

O professor Binho estava comprometido com o projeto de capitalismo verde, por isso defendia que o papel da escola deveria ser prioritariamente o de formar os discentes muito bem do ponto de vista técnico para que os alunos e as alunas conseguissem galgar melhores postos de emprego na nova divisão social do trabalho, que abria novas possibilidades com a implantação da agroindústria. Acerca dessa temática ele falou o seguinte:

Eu precisava mostrar que pode haver uma escola de qualidade dentro da floresta, uma escola pública de qualidade, escola pública gratuita dentro da floresta. Isso conflitava com a política pequena, que era o sistema de contratação de professores, era a relação de poder dentro do seringal, essa era a política pequena. Eu estava querendo na nova fase do Projeto Seringueiro ter uma escola pública decente, para ela ajudar na luta. Tinha que mudar a visão de que a escola ajudava na luta criando cabos eleitorais, para outra visão de que a escola ajuda na luta mostrando que é viável e possível ter uma escola de qualidade na floresta. (Professor Binho)

Na entrevista com o professor Binho ele fez questão de se despregar de uma posição política mais radical, atenuando bastante o caráter classista das lutas dos seringueiros e do próprio projeto de educação em especial. Segundo ele quando



ainda estava na

Universidade acabei participando do Partido Revolucionário Comunista (PRC), e o Chico Mendes também era do PRC. Eu não falava muito em luta armada com os seringueiros. Eu não acreditava muito nessa revolução. Já o PRC sim, acreditava que o Brasil estava à beira de uma revolução, e eu achava isso uma coisa completamente desvairada. (Prof. Binho)

Disse que àquela época

dos técnicos mais antigos do Projeto Seringueiro, somente o Manoel Estébio era do PRC. Ele era o único, pois de um modo geral os demais membros do Projeto não gostavam muito de ter militância partidária, embora tivessem simpatia pelo PT, mas não eram militantes mais orgânicos, mais ideológicos, e talvez até mais dogmáticos como os militantes eram naquele momento. (Prof. Binho)

Em sua visão o Projeto Seringueiro não nasceu como projeto de educação. Nasceria como projeto de cooperativa, segundo ele o projeto inicial visava libertar o seringueiro do jugo comercial do marreteiro e que a função da escola era somente preparar os gerentes da Central de Produção e Consumo instalada no seringal Nazaré. Ele afirma que o grupo que ajudou a criar o Projeto Seringueiro não era um grupo de militantes com vinculação político partidária, “mas era um grupo que se apaixonou pela causa dos seringueiros e por isso ajudou muito aquela causa”.

Na qualidade de militante que participou desde o início da fundação do Projeto Seringueiro, era muito claro para mim e para os demais fundadores, que no horizonte das lutas que estávamos nos engajando, o que nós almejávamos era uma mudança política e social mais radical e transformadora, na perspectiva de criar condições para uma libertação que permitisse a construção de uma nova sociedade, e não somente criar um sistema de comercialização menos desfavorável aos extrativistas. Isso constituía uma tática no contexto de uma estratégia que visava a conquista da terra numa perspectiva que rejeitava os planos traçados pelos latifundiários e seus representantes no aparelho estatal. Fica bastante claro também que a frente de educação escolar do Projeto Seringueiro era a mais relevante no plano geral de transformação das condições político-sociais que os seringueiros estavam lutando para construir. Isso pode ser comprovado no relato do senhor Miguel Mendes transcrito abaixo:

Manoel! Eu vou te contar! Das coisas que o Projeto Seringueiro começou fazendo, eu acho que o mais importante foi criar a escola, pois nunca teve escola nos seringais. Então a escola era a coisa mais importante para os seringueiros, pois era novidade e ajudou muito na nossa luta. Eu acho que as outras coisas que o Projeto fazia, como era ajudar o sindicato e criar cooperativas, também era importante, mas não era novidade, pois a CPT já fazia. Mas a educação era novidade e uma novidade boa. (Miguel

Mendes em entrevista para esta pesquisa.)

Não obstante a visão do professor Binho atribuindo menor importância ao papel da escola no contexto das lutas dos seringueiros e das seringueiras, o projeto foi bastante relevante, conforme relato acima, e aportou excelentes ganhos para o movimento dos extrativistas.

Passando agora ao período dos anos de 2000, segundo o professor Djalcir Ferreira (Pingo) a rotina que a nova equipe que assumiu o Projeto Seringueiro passou a desempenhar consistia nas seguintes atividades:

As atividades de capacitação de monitores/professores eram chamadas de treinamentos devido a influência das atividades de preparação dos quadros de animadores pastorais das CEB's. Os treinamentos duravam 30 (trinta) dias. As assessorias às escolas também faziam parte da capacitação dos monitores. E nessas atividades, além de trabalhar com a veiculação de conteúdos, reflexões e experimentações didáticas, a equipe coordenava a elaboração de livros didáticos (cartilhas). Nós da equipe fazíamos de tudo, desde a elaboração, diagramação, ilustração e paginação das cartilhas. A gente também participava de muitas reuniões para discutir os rumos, tanto do Projeto como do movimento dos extrativistas, haja vista que aquele momento era de muita tensão, pois o Chico Mendes havia sido assassinado e o fazendeiro Darly Alves e sua família eram testas de ferro dos fazendeiros. Mesmo presos, ele e o filho que executou o assassinato, tocavam o terror em Xapuri. Naquele clima nós da equipe participávamos até dos empates junto com os extrativistas. (Prof. Pingo em entrevista para a tese).

Segundo o professor Pingo com a ascensão do PT ao governo em 1998, prevaleceu a ideia que era defendida pelo professor Binho de que o Estado deveria assumir a responsabilidade pela educação escolar na floresta.

O professor Pingo reputou como equivocada a postura do governo petista, porque este fez a permuta do modelo desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro pelo modelo oficial de educação rural que era adotado pela SEE. Ele atribuía a sanha estatista do governo, capitaneado pelo professor Binho, porque este defendia caber ao Estado, fazendo concessões à iniciativa privada para atender na oferta de ensino por meio das escolas particulares.

Para o professor Pingo o governo também julgava positivo e recorria ao auxílio de instituições empresariais do terceiro setor, que atuam em nichos específicos da educação, como na formação de professores, no assessoramento à implantação de Projetos Políticos Pedagógicos, na produção de materiais didático-pedagógicos e no desenvolvimento de métodos alternativos de ensino, como era o caso do Telecurso 2000 criado pela Fundação Roberto Marinho, e que era um método de ensino supletivo desenvolvido por meio de teleaulas, atendendo demandas em nível



fundamental e médio na formação e qualificação profissional básica de jovens e adultos. A SEE subscreveu convênio com a Fundação Roberto Marinho para a implantação do Telecurso 2000.

O professor Binho quando foi secretário, e depois como governador do Acre, aproximou a educação pública da iniciativa privada, inclusive com entidades que fazem *lobby* em favor da privatização da educação, como as fundações *Victo Civita*, *Lemann*, Maria Cecília Souto Vidigal, *Santillana*, Telefônica Vivo, Movimento pela Base e Instituto Natura. Por meio de convênios com essas entidades elas atuaram em programas de formação de professores e professoras, gestores e gestoras, coordenadores e coordenadoras das escolas e dos técnicos e técnicas da Secretaria de Educação. Alguns convênios foram firmados também para a produção de materiais.

Desde o início das atividades do Projeto Seringueiro, havia em seus agentes fundadores a consciência de que a educação escolar é obrigação do Estado, mas que a sociedade deve ser ouvida, pois acredita que esta tem contribuições para dar em termos didático-pedagógicos e metodológicos, devendo também ter protagonismo na gestão da educação escolar.

Em nossas conversas o professor Pingo observou que antes das gestões petistas foi constituída equipe paritária com dois técnicos da Secretaria de Educação e Cultura (SEC) e dois do CTA/Projeto Seringueiro. Esse fato se deu no ano de 1991, e a administração política do Estado estava sob a responsabilidade do governador Flaviano Melo do PMDB. Essa equipe foi responsável por organizar e realizar um concurso público específico para professores que trabalhavam em escolas de territórios extrativistas. Segundo o professor Pingo, no caso do PT, em 20 anos no poder nunca se fez um concurso para o magistério em favor dos professores e das professoras dos territórios extrativistas, de forma que existem professores e professoras que lecionam por mais de 20 anos com contratos provisórios, recebendo salários por apenas dez meses ao ano. Isso inviabiliza as possibilidades dessas pessoas qualificarem suas carreiras, pois o Estado não investe nelas e se impossibilita também as suas aposentadorias, pois são profissionais que tem uma atuação que é em tese clandestina, haja vista que o tempo de serviço trabalhado não conta para efeito de aposentadoria.

A partir do ano de 1991 a equipe de educação do CTA/Projeto Seringueiro era

constituída por professores e professoras da rede pública de ensino. Eles/as foram cedidos/as por governos anteriores aos da administração do PT. A atuação desses agentes públicos garantia uma presença do Estado na prestação de um serviço essencial, por meio da intermediação de uma entidade da sociedade civil. Esse fato marcava uma diferença positiva em relação à presença do Estado em território extrativista, uma vez que na época do seringalismo e de domínio dos latifundiários, essa presença ocorria somente por meio dos órgãos de repressão. Mas durante a gestão petista esses técnicos tiveram que retornar para atividades oficiais em salas de aulas ou na burocracia da SEE, e com isso a presença pública do Estado nos meios extrativistas passou a se dar por meio da burocracia de um ensino que restringe ao máximo, quase cerceando a possibilidade de participação crítica da comunidade escolar.

O professor Pingo reitera que, contraditoriamente, os períodos mais produtivos na relação do CTA/Projeto Seringueiro com o Estado ocorreram durante as administrações de governos de direita, tanto os do PMDB, que eram de uma direita mais moderada, quanto os governos de uma direita mais extremada que sucedeu o PMDB, no caso os governos que tinham à frente os antigos Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido Popular (PP).

Continuando o relato, o professor Pingo falou que a ação da equipe anterior às gestões petistas era muito efetiva junto à burocracia estatal, pois a então Secretaria de Educação e Cultura (SEC) não interferia nas ações desenvolvidas pelo Projeto Seringueiro. Disse que o fato de poderem atuar com um pé dentro e outro fora do sistema dava liberdade para a modelagem de caminhos muito ricos na educação, como era o caso de trabalhar inovações experimentadas no que dizia respeito à multisseriação. Essas inovações permitiam muitas experiências que possibilitavam contornar a linearidade da seriação e a intenção homogeneizante que a caracteriza. Falou que “seguindo a filosofia de Paulo Freire a gente não se preocupava com as séries, e trabalhava a escolarização dos professores e dos alunos, nas condições da realidade objetiva das escolas da mata”.

Para o professor Pingo a inovação proposta e desenvolvida pelo Projeto Seringueiro foi reconhecida por meio da classificação em nível nacional na premiação concedida pelo Itaú-Unicef, na categoria de proposta inovadora em formação de professores. Outro reconhecimento nacional que o Projeto Seringueiro auferiu foi a

segunda colocação no prêmio Paulo Freire pelo trabalho de incentivo à leitura com o Projeto Mala de Leitura. A professora que coordenava essa ação no CTA/Projeto Seringueiro foi representar o projeto na Suíça.

O CTA/Projeto Seringueiro estimulou a comunidade que construiu em regime de adjunto a nova escola. O professor Pingo disse que levaram madeiras para Xapuri para beneficiar numa marcenaria e ali construíram as mesas e cadeiras e por esse sistema de adjunto os alunos levaram esses equipamentos da beira do rio, onde dava para chegar de barco, até a escola. A distância era de três horas de caminhada pela floresta, mas a professora, juntamente com os alunos e as alunas da escola caminharam sem reclamar, pois, este sacrifício visava equipar melhor a nova escola.

Segundo o professor Pingo quando terminaram a obra e que enviaram fotos para os italianos, estes ficaram impressionados com a capacidade administrativa dos educadores do CTA/Projeto Seringueiro que com tão poucos recursos conseguiram construir uma escola muito boa e bonita. O professor Pingo disse que falou para eles que o feito fora conseguido em razão do trabalho em adjunto.

O CTA/Projeto Seringueiro estimulou a comunidade que construiu em regime de adjunto a nova escola. O professor Pingo disse que levaram madeiras para Xapuri para beneficiar numa marcenaria e ali construíram as mesas e cadeiras e por esse sistema de adjunto os alunos levaram esses equipamentos da beira do rio, onde dava para chegar de barco, até a escola. A distância era de três horas de caminhada pela floresta, mas a professora, juntamente com os alunos e as alunas da escola caminharam sem reclamar, pois, este sacrifício visava equipar melhor a nova escola.

Segundo o professor Pingo quando terminaram a obra e que enviaram fotos para os italianos, estes ficaram impressionados com a capacidade administrativa dos educadores do CTA/Projeto Seringueiro que com tão poucos recursos conseguiram construir uma escola muito boa e bonita. O professor Pingo disse que falou para eles que o feito fora conseguido em razão do trabalho em adjunto.

Em 2001 o professor Pingo, juntamente com a professora Maria de Nazaré Maia de Moraes, a professora Miúda da escola Nova Esperança, localizada na Colocação Mato Grosso do seringal Nova Esperança, com um aluno dessa escola, mais duas alunas da escola Nova Esperança 2, localizada na colocação Terra Alta, seringal Filipinas, fez um intercâmbio com a ONG italiana *Millemonde* da *Catânia*, que é uma antiga cidade portuária na costa este da *Sicília*, no Sul da Itália. Essa ONG

trabalha com educação escolar e assistência social com pequenos camponeses cultivadores de oliveiras, e prestando assistência a jovens em situação de vulnerabilidade social. No bojo desse intercâmbio, dois educadores da *Millemonde* também visitaram a escola da Terra Alta, que à época funcionava num ambiente precário do ponto de vista material, de forma que os italianos ficaram sensibilizados, e por isso fizeram uma pequena doação em dinheiro para a construção de uma nova escola.

O CTA/Projeto Seringueiro estimulou a comunidade que construiu em regime de adjunto a nova escola. O professor Pingo disse que levaram madeiras para Xapuri para beneficiar numa marcenaria e ali construíram as mesas e cadeiras e por esse sistema de adjunto os alunos levaram esses equipamentos da beira do rio, onde dava para chegar de barco, até a escola. A distância era de três horas de caminhada pela floresta, mas a professora, juntamente com os alunos e as alunas da escola caminharam sem reclamar, pois, este sacrifício visava equipar melhor a nova escola.



Figura 53 – Italianos indo visitar a escola da Colocação Terra Alta, em 2001.

Segundo o professor Pingo quando terminaram a obra e que enviaram fotos para os italianos, estes ficaram impressionados com a capacidade administrativa dos educadores do CTA/Projeto Seringueiro que com tão poucos recursos conseguiram construir uma escola muito boa e bonita. O professor Pingo disse que falou para eles que o feito fora conseguido em razão do trabalho em adjunto.

O CTA/Projeto Seringueiro estimulou a comunidade que construiu em regime de adjunto a nova escola. O professor Pingo disse que levaram madeiras para Xapuri para beneficiar numa marcenaria e ali construíram as mesas e cadeiras e por esse sistema de adjunto os alunos levaram esses equipamentos da beira do

rio, onde dava para chegar de barco, até a escola. A distância era de três horas de caminhada pela floresta, mas a professora, juntamente com os alunos e as alunas da escola caminharam sem reclamar, pois, este sacrifício visava equipar melhor a nova escola.



Figuras 54 e 55 – Italianos no curso do Projeto Seringueiro em Xapuri em 2001

O professor Pingo na entrevista refletiu que este é um aspecto positivo da gestão centrada nos interesses comunitários. E do ponto de vista didático metodológico, segundo ele, há liberdade para tratar das questões políticas por dentro do tecido, pela reflexão direta a partir do cenário em que se desenrolam os embates políticos e sociais vividos no interior das comunidades onde estavam localizadas as escolas. A realidade dos seringueiros e das seringueiras era o conteúdo e o combustível das aulas. Esse combustível dava o *start* para exercitar problemas que se resolviam por meio de operações lógicas elementares. E isso não se restringia apenas às questões trabalhadas no campo da matemática, mas em todas as áreas do conhecimento tratados na escola. Os exercícios para a resolução de problemas se davam a partir da proposição de atividades que se resolviam por meio de processos lógicos de inventariar, classificar e ordenar. Num segundo movimento das aulas se estimulava os educandos a analisarem as situações para em seguida criar estratégias que pudessem ser aplicadas para a resolução dos problemas colocados e analisados.

O professor Pingo disse também que nas aulas se tratavam vários temas, como os índices de desenvolvimento do Estado e do país relativos a educação e a saúde. Nas aulas se comparavam esses índices com os de outros Estados, assim como os índices do Brasil com os de outros países. Estudava-se e analisavam-se as Leis, os Direitos Humanos, a Constituição, os documentos de regulamentação das RESEX's, dos PAE's e outros referentes às questões fundiárias, como a Carta da Terra dentre



outros.



Figura 56 – Técnico, professora, aluno e alunas na Itália, em 2001.



Figura 57 – Professora, alunos e alunas na Itália em 2001.



Figura 58 – Técnico, professora, alunos e alunas com a intérprete italiana.



Figura 59 – Alunos e alunas de uma escola do Projeto Seringueiro.

E como parte integrante dos cursos de formação dos monitores/as/professores/as, a equipe do CTA/Projeto Seringueiro os/as levavam para conhecer experiências de Sistemas Agroflorestais (SAF's), como o do Vaiquemquerzinho, que era executado pelo Ronaldo Lima de Oliveira, fundador do Projeto Seringueiro. O SAF desenvolvido pelo Ronaldo era exemplar. Ele intercalava a produção de legumes e grãos, tubérculos, frutas domesticadas e silvestres, criação de abelhas nativas e galinhas, tudo em sinergia.





Figura 60 – Antiga escola da colocação Terra Alta.

Numa das visitas ao SAF do Ronaldo os monitores/as/professores/as foram estimulados a observar

O ciclo de cada espécie vegetal, como se dava a absorção de nutrientes por cada planta e investigávamos que plantas seriam capazes de fazer a reposição dos nutrientes consumidos e os monitores/as/professores/as concluíram que uma planta da família das leguminosas, o feijão de porco, era utilizada como fixadora de nitrogênio. Eles concluíram também que as folhas de embaúba eram utilizadas por serem ricas em fósforo. Essas práticas de trabalhos de campo ajudavam os professores e professoras de maneira concreta na compreensão de fenômenos estudados de maneira teórica em sala de aula, na área das ciências físicas, químicas e biológicas. (Prof. Pingo em entrevista para esta tese.)



Figura 61 – Escola nova da colocação Terra Alta construída com recursos doados pela *Millimonde* em 2001.

O professor Pingo deu outro exemplo, demonstrando como se utilizava a realidade para refletir e sedimentar conhecimentos da área de matemática. Ele disse que

Num dos cursos realizados no centro de treinamento da colocação Pimenteira, nós trabalhamos a partir do exemplo observado numa balsa atracada no porto em Rio Branco, com uma carga de 400 (quatrocentas) toneladas de castanhas. Nós fizemos várias reflexões a partir daquela observação, primeiro comparando aquela tonelagem com a produção dos

seringais bons de castanha, como os seringais Cachoeira e São Luís do Remanso, dentre outros. Essa comparação possibilitou várias situações cujas resoluções exigiam competências para calcular. Este curso ocorreu pelo ano de 1998, e a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) vendia a castanha já beneficiada a R\$ 10,00 o quilo para a Nutrimental que utilizava essa castanha para produção de merenda escolar. O Júlio Barbosa que na época era prefeito de Xapuri pelo PT, era nosso convidado para discutir com a turma, pois era praxe nos cursos de formação dos professores a gente convidar pessoas de várias áreas para participar. Os professores/monitores perguntaram se o prefeito sabia quanto os compradores de castanha in natura, tipo aquela que estava sendo embarcada na balsa em Rio Branco, pagavam pela lata. O Júlio disse que era em média R\$ 3,00 por lata. Num exercício contábil realizado pelos participantes do curso, se viu que o valor da carga daquela balsa de castanha era bem maior que o orçamento do município de Xapuri. E passamos a estimular exercícios para ver o que se poderia fazer com aquele dinheiro se ele permanecesse dentro do município. E então eles concluíram que daria para beneficiar muito a população xapuriense. E passaram a questionar o prefeito por que que não se incentivava para unir os seringueiros e os castanheiros, os funcionários e quebradeiras de castanha da usina com a administração municipal para que se beneficiasse toda a produção no município. Assim a castanha seria vendida por preço maior e mais justo, gerando empregos e renda para quem trabalhasse na atividade e ainda geraria impostos para o poder público pagar e melhorar os serviços em favor da população. (Prof. Pingo em entrevista para esta tese).

Voltando ao professor Binho, ele faz afirmações que parecem não convergir com o testemunho do professor Pingo que apresenta convicção mais otimista e positiva das escolas do Projeto Seringueiro. Eis a fala do professor Binho:

Quando entrei no Projeto Seringueiro em 1986 este era um *Frankenstein* porque uma coisa era o Projeto Seringueiro e outra era o projeto dos seringueiros. O projeto de escola dos seringueiros era diferente da escola do Projeto Seringueiro. O projeto de escola do Projeto Seringueiro era aquela escola de adultos, uma alfabetização no modelo de ensino do Paulo Freire. Mas o que os seringueiros queriam, ou seja, o projeto dos seringueiros era uma escola regular, oficial, uma escola que as crianças pudessem estudar que tivesse a primeira série, segunda, terceira, quarta série. (Entrevista do prof. Binho)

Essa fala é extemporânea é merece algumas observações para evitar interpretações equivocadas.

O ano de 1986, conforme já relatado nesta tese, foi o ano que marcou o fim de um ciclo e a transição para outro. Foi o momento em que se encerrou a fase da escola para adultos e a construção de um modelo de educação escolar adequado às crianças e adolescentes dos territórios florestais. Essa transição, aliás, fora coordenada pelo próprio professor Binho. Só quando ele chegou ao poder público, primeiro como secretário de estado de educação e depois como governador é que foi operacionada a transferência das escolas do CTA/Projeto Seringueiro para a esfera

do Estado.

Mas não é somente o professor Pingo que apresenta dados que corroboram que havia desempenho e resultado positivo das escolas do CTA/Projeto Seringueiro.

A pesquisadora *Constance Campebell* em pesquisa de dissertação, compara quatro escolas de comunidades que eram atendidas pelo Projeto Seringueiro. Ela conclui que as famílias dessas comunidades apresentam um histórico de participação mais ativa nas associações, em eleições de lideranças locais e conseguiam melhores preços pela produção de borracha. Diz que tinham maiores condições de ler, escrever e fazer contas. Outro dado interessante que a autora revela em seu estudo, é o de que as famílias atendidas pela educação rural não demonstravam níveis de escolaridade mais elevada em relação aos seringueiros que não tinham acesso a educação formal.

O professor Binho fala que os professores/monitores iam à Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do MEC, e pegavam as cartilhas oficiais e passaram a estudar usando essas cartilhas oficiais porque não queriam mais trabalhar com a cartilha Poronga do Projeto Seringueiro. Segundo o professor Binho os seringueiros “estavam saindo do estudo da Paca, Faca, Terçado, Cotia, Seringueira, Castanheira, Paxiúba”.

Tanto na minha experiência com o Projeto Seringueiro quanto na pesquisa de campo esse argumento é facilmente compreendido no que diz respeito ao que isso significa de fato. O professor Binho está se referindo a uma fase em que o Projeto Seringueiro se expandiu para vários seringais e fundou diversas escolas sem que houvesse ainda editado os novos Materiais Poronga. Com isso houve uma falta de cartilhas e aí os/as monitores/as procuravam o sistema oficial de ensino para pegar materiais. Mas os próprios membros da equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro pegavam esses materiais na secretaria de educação e os distribuíam às escolas, recomendando que fossem utilizados de forma crítica. Inclusive esses materiais eram estudados nos cursos de formação para que fossem refletidas as estratégias didáticas de como utilizá-los nas aulas.

Mas vamos ler o relato do senhor Sebastião Aquino, conhecido como Tião do Daú em entrevista de campo. Ex-aluno e ex-professor do Projeto Seringueiro e do sistema formal de educação rural. Ele ainda vive no seringal e em sua fala apresenta um excelente paralelo entre o modelo político pedagógico das escolas do

CTA/Projeto Seringueiro e das escolas atuais que tem funcionamento baseado no modelo político-pedagógico da educação rural. Eis o seu relato:

No final da década de 1990, com o processo de transferência das escolas do Projeto Seringueiro para a esfera oficial e a ampliação do número de escolas para quase todas as comunidades, a educação escolar ficou mais voltada para orientar e preparar os jovens alunos para participarem de concursos públicos e abandonarem os territórios extrativistas. Com isso, nas comunidades onde tem um sistema mais evoluído de educação, com a oferta do Ensino Básico completo, como ocorre com as comunidades do Rio Branco e da Semitumba, na RESEX Chico Mendes e na escola da comunidade Cachoeira no PAE Chico Mendes, há um despovoamento da população jovem desses territórios, porque ao estudarem nessas escolas os jovens são preparados para deixar o campo. É por essa razão que eu defendo o método e os materiais que eu fui alfabetizado e depois eu trabalhei como professor. Eu não abro mão de utilizar a realidade local e lecionar a partir dos problemas e questões do cotidiano das comunidades. Ensinar a escrever e a ler a partir dos nomes dos animais e das plantas. Ensinar cálculo pelo sistema de pesagem, de troca, compra e venda dos nossos produtos extrativistas. Defendo que os educandos devem ter primeiro este entendimento da realidade estimulado na escola. (Tião do Daú em entrevista.)

Nessa parte do relato o senhor Sebastião Aquino percebe com muita clareza o papel alienante que o sistema de educação rural presta ao “preparar” os jovens do campo. O ensino das/nas escolas rurais estimula os educandos e as educandas a abandonarem o seu *habitat* e com isso proporciona o esvaziamento dos ambientes extrativistas e conseqüentemente facilita a concentração fundiária ou o desvio de finalidade dos territórios florestais, haja vista que as novas gerações, após serem formadas nas escolas rurais abandonam o campo, ocasionando um fenômeno em que nestes territórios permanecem apenas as antigas gerações que sentem prazer em praticar a agricultura tradicional que não desperta mais o interesse dessas novas gerações.

Na concepção de alfabetização expressa em sua fala, fica muito clara a sua convergência com as ideias do método freireano com o qual ele declara ter se alfabetizado. Uma alfabetização a partir de palavras do universo vocabular dos educandos e utilizando-se das situações sociais concretas de suas vivências comunitárias.

Acerca desse procedimento metodológico o professor Pingo apresenta um exemplo em uma aula de conhecimentos geográficos num curso de formação de monitores/as/professores/as. Ele disse que estimulou que desenhassem mapas da hidrografia partindo de suas colocações até onde eles/as conhecessem o destino das águas dos igarapés e dos rios.

O resultado foram mapas que retratavam os igarapés das colocações desses educandos e educandas, mas todos terminavam no rio Acre em Rio Branco. O professor Pingo disse que em seguida apresentou mapas com a hidrografia do Acre, depois da região amazônica e brasileira. Ele disse que o professor Antônio Silva, conhecido como professor Nego da escola do seringal São Pedro, ficou totalmente encantado quando descobriu como que um pequeno curso d'água que nascia em sua colocação se deslocava e ia alimentando outros cursos maiores, até chegar no mar. O professor Nego disse que nunca imaginou que as águas se ligavam daquele jeito e que ele achava que as águas do seu igarapé só iam até o rio Acre e que parava em Xapuri.

Esse testemunho trazido pelo professor Pingo e o que o senhor Tião Aquino falou em seu relato corrobora o que Paulo Freire defendia, isto é, que se partindo de forma crítica do universo social do educando se alcança de maneira efetiva, crítica e significativa o aprendizado daquilo que é desconhecido desses sujeitos.

Mas prossigamos na leitura do relato do Tião do Daú. Ele continuou dizendo que:

O pessoal que trabalha na secretaria de educação defende a ideia de que universalizar o ensino só pode ser feito usando os livros que vem de São Paulo, que são comprados das grandes livrarias e foram trabalhar em cima desse material. Então passaram a levar a metodologia do Estado, e esta tem preconceito em relação à metodologia do Projeto Seringueiro, pois este trabalhava para elevar a autoestima do seringueiro, e a ideologia da escola da cidade diz que é preciso estudar para não ser seringueiro, tem que estudar para não ir pra foice. E aí, com esse preconceito que a linguagem apontava, e com as amarras da LDB que coloca que tem que ser cumpridos 200 (duzentos) dias letivos de aulas, se inviabiliza um modelo que forme para valorizar o ambiente extrativista. A escola oficial não considera o calendário do extrativista, como era na metodologia do Projeto Seringueiro que permitia aos alunos estudar e trabalhar. Com isso, atualmente se tem uma população rural que apenas mora no meio rural, mas não enxerga e não pratica a cultura do seu meio. Hoje os meninos do seringal não sabem subir num pé de açaí para colher um cacho da fruta. Não sabem extrair a borracha na árvore da seringueira, não sabem quebrar um ouriço de castanha. Então com essa dificuldade passou a existir uma população jovem que reside na floresta, mas não sabe trabalhar e nem administrar a vida no ambiente florestal e por isso, na primeira oportunidade se mudam para as cidades. (Tião do Daú em entrevista.)

A fala do senhor Tião mostra com muita clareza e eloquência a diferença entre os modelos politico-pedagógicos empregados pelo CTA/Projeto Seringueiro e o da Educação Rural que atualmente norteia e embasa os objetivos e a metodologia das aulas nas escolas oficiais do Estado, sejam elas urbanas ou rurais.





Figuras 62, 63, 64, e 65 – Intercâmbio de artesanato comunitário com alunos/as professores/as para ensinar a confecção de paneiro com palha de jarina. O trançado ajuda na compreensão dos conceitos de geometria.

Sem conhecer os princípios e as práticas da Educação do Campo, o que o senhor Tião colocou em sua fala é o que se poderia conseguir no Acre em termos de avanço dos movimentos populares dos extrativistas, em termos do fortalecimento das lutas, caso a educação escolar nesses territórios estivesse amparado num sistema crítico e questionador, como ocorria com as escolas quando eram orientadas pelo CTA/Projeto Seringueiro, que foi um embrião que poderia fazer nascer e crescer um modelo específico e fecundo de Educação de base florestal e das águas amazônicas.

Sua fala está amparada na memória das lutas passadas, das quais é testemunha. Antes dessas lutas se vivia numa situação de absoluta falta de qualquer amparo ou segurança para viver com dignidade nos territórios florestais, como resultado dessas lutas, os extrativistas alcançaram a condição de segurança fundiária por meio da decretação da RESEX, e a introdução de equipamentos sociais, como



as escolas, que propiciaram que ele e os jovens de sua geração estudassem no seringal e posteriormente se tornassem professores nas escolas em que foram escolarizados.

Mesmo tendo iniciado na militância política muito jovem, ele ajudou na concepção dos planos de manejo da RESEX, e nestes planos os extrativistas reivindicavam que o Estado se envolvesse no apoio aos seringueiros e seringueiras, sobretudo as instituições científicas e acadêmicas da Amazônia. Em sua fala manifestou consciência de que isso não foi conseguido. O movimento popular dos extrativistas não teve organização e forças suficientes para avançar na conquista de mais direitos. Mas o movimento por uma Educação do Campo de outras regiões o conseguiu. E o conseguiu a partir dos anos de 1990, quando ela foi sistematizada pelos intelectuais orgânicos dos camponeses em parceria com intelectuais acadêmicos, tornando-a uma política pública. O movimento conseguiu o apoio de universidades, sobretudo na formação e habilitação de professores e outros profissionais de nível superior.

O apoio da academia é fundamental ao fortalecimento dos movimentos sociais, mas no caso do Acre, com o arrefecimento das lutas dos movimentos populares dos seringueiros, o fluxo e o interesse dos intelectuais da universidade diminuíram, até cessar completamente. Retomar esse fluxo é um fator indispensável para revigorar o movimento popular dos extrativistas e fazer a retomada das lutas.

É muito interessante um testemunho dessa natureza prestado por um sujeito com a pertinência do senhor Tião do Daú, pois ele estudou pelos dois métodos, o freireano do CTA/Projeto Seringueiro e o da educação rural. Um testemunho que afirma a superioridade – para as populações extrativistas – do método desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro. Sua avaliação coincide com as avaliações de outros e outras militantes dos movimentos populares e sindical consultados na pesquisa. Sua fala converge também com uma avaliação acadêmica que apresentei acima, registrada na dissertação da pesquisadora *Constance Campebell*.

Portanto, a fala desse sujeito corrobora a nossa crítica à forma precipitada e, sobretudo autoritária com que o Estado assumiu as escolas do CTA/Projeto Seringueiro, sem diálogo e sem incorporar nenhum dos elementos positivos presentes na metodologia do projeto.

Como o movimento popular dos extrativistas estava enfraquecido frente ao

poder do governo, não se conquistou o que foi conseguido noutras regiões do país. Não se conseguiu fazer com que a educação desenvolvida pelo CTA/Projeto Seringueiro avançasse numa perspectiva de ser adotada como política pública, incorporando as demandas e os conhecimentos das populações extrativistas.

Infelizmente essa fraqueza dos movimentos populares acreanos e o distanciamento da própria universidade em relação a esse movimento impediu que uma escola com concepção de educação das águas e das florestas norteasse as políticas públicas de educação das comunidades extrativistas, assegurando-a como direito em todos os níveis para as populações dos territórios extrativistas.

Quando as escolas foram direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes dos seringais, os prédios escolares, do ponto de vista material, eram bem carentes. Somente quando se estabeleceu o convênio com o governo do Estado a partir de 1991 é que se constroem prédios escolares mais adequados, até que os técnicos do CTA/Projeto Seringueiro desenvolveram um modelo arquitetônico adequado para as escolas da floresta.

Segundo o professor Binho quando ele se tornou Secretário de Estado de Educação sua intenção era implantar nos ambientes extrativistas o modelo da Escola Ativa, que ele conheceu na Colômbia.

Ele de fato descartava a validade do modelo desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro, apesar deste ser reputado pelos seringueiros e seringueiras como a melhor alternativa para as suas realidades, e isso podia ser corroborado pelo fato do CTA/Projeto Seringueiro ter sido reconhecido como exemplo de educação inovadora em dois concursos que participou.

Mas o professor Binho insistia em implantar o modelo da Escola Ativa nos ambientes do campo, das águas e das florestas, para fortalecer sua posição ele falou o seguinte:

Tive a oportunidade de conhecer o modelo de Escola Nova em visita *in loco* às escolas da Colômbia. Vi aquele desenho e o imaginei para o Projeto Seringueiro. O modelo que eu tinha em mente era um modelo muito parecido com a Escola Nova colombiana, que foi implantado no Brasil por meio do Ministério da Educação na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a denominação de Escola Ativa. O modelo que eu adotei quando entrei no Projeto Seringueiro, nas idas e vindas, na intuição, quebrando cabeça, cheguei a um desenho que ficou muito parecido com o modelo colombiano que é muito interessante, porque junta os alunos, em estágios diferentes na mesma sala. Uma sala multisseriada. Eu tive que organizar muitos cursos para os professores saberem lidar com aquela nova realidade, e aí fui procurar professores da rede oficial, pedagogos, pessoas conhecidas, fui ao Instituto de Educação procurar pessoas que entendiam do assunto, fui estudar o

assunto para que pudesse organizar um novo currículo, e para isso contratei uma pessoa do CEDI, que tinha trabalhado na produção da Cartilha Poronga para coordenar a transição das escolas do Projeto Seringueiro para o novo modelo que eu idealizei. (Prof. Binho)



Figura 66 – Escola São Francisco no seringal Guanabara, no município de Brasília em 1993.

Vale aqui uma breve apresentação da Escola Ativa, referida pelo professor Binho. O Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação do Campo, lançou uma edição de estudos sobre o tema, intitulado Educação para o campo em discussão: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa (PEA). Dessa obra destaco a citação abaixo:

O Programa Escola Ativa, embora seja relativamente novo no Brasil, já tem uma longa história de existência no atendimento às populações do campo, tendo surgido no auge da Guerra Fria. O programa que originou o Escola Ativa nasceu de uma proposta criada na Colômbia, em 1975, período em que toda a América Latina estava imersa em sangrentas ditaduras. No entanto, as raízes desse programa são ainda anteriores, pois foram fincadas no início da década de 1960, com a implantação da Escola Unitária, promovida pela UNESCO e adotada em vários países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina e nos países com baixa densidade de população, com profundas desigualdades sociais e com grande contingente populacional no campo. (Neto, Bezerra e Caiado in.: Neto e Bezerra, não tem indicação de data, p. 21)

O PEA foi implantado no Brasil a partir de 1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso, pelo Ministério da Educação (MEC), na gestão do ministro Paulo Renato de Souza. O programa se inscrevia no marco de um convênio estabelecido com o Banco Mundial, e tinha como objetivo declarado promover a “modernização” do campo, melhorando o rendimento de alunos de classes multisseriadas de escolas rurais.

A implantação do PEA apresenta estratégia metodológica para as classes multisseriadas e unidocentes localizadas em territórios rurais, nessa perspectiva a Escola Ativa apresenta elementos positivos para este segmento, conforme exemplificamos abaixo:

Sua metodologia parte do pressuposto de que o aluno é um sujeito ativo e participante do processo de ensino-aprendizagem, que deve estar associado à sua vida e ao seu cotidiano. O Programa tem como princípio o fato de que não se pode trabalhar com a multissérie do mesmo modo que se trabalha com a turma unisseriada, portanto, propõe formas alternativas de organização e funcionamento de turmas multisseriadas. /.../ Os elementos metodológicos do Programa buscam, principalmente, o desenvolvimento da autonomia dos educandos com o auxílio do professor e a articulação entre escola e comunidade, por meio da gestão democrática. (Basso, sem indicação de data, pp. 77-78)

No contexto em que ela foi trazida ao Brasil, na verdade era uma imposição contida no pacote do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial) para viabilizar a liberação de recursos que o governo Fernando Henrique Cardoso pleiteava para implantar a agenda neoliberal no Brasil.

*Altmann* (2013 p. 79) constata que existia naquele momento da conjuntura nacional “forte influência exercida pelo Banco Mundial na política macroeconômica brasileira que se irradia sobre diversos setores, entre eles, a educação”. Nos anos de 1990, após a Conferência de Educação para Todos, na Tailândia, o BIRD/Banco Mundial tornou-se a principal agência internacional a financiar a educação no mundo.

O BIRD/Banco Mundial desde que foi criado no pós II Guerra com o objetivo de recuperar os estragos materiais provocados pelos confrontos na Europa, sempre atuou na defesa dos interesses do capitalismo internacional. Sua marca sempre foi a interferência na soberania dos países, ditando medidas econômicas restritivas às nações que o aplicavam, mas favorável à transferência de riquezas dos países periféricos para e acumulação nos países centrais do capital.

Na América Latina, sob o discurso de ajudar na reestruturação econômica, após os países do Continente Sul-Americano terem sido quebrados durante as gestões desastrosas de governos déspotas, a maioria liderados por ditaduras empresariais-militares, que promoveram o empobrecimento e a hiperinflação, o BIRD impôs programas de ajuste estrutural, os quais impunham a privatização de vários serviços que são de responsabilidade do Estado. Para os reformistas, a joia da coroa na área dos serviços públicos privatizáveis é o sistema de educação.

Os governos democráticos que sucederam as ditaduras impostas desde os

anos de 1960, tiveram que aceitar os programas de ajustamento estrutural, embora eles fossem desvantajosos, sobretudo para as populações pobres dos países subdesenvolvidos, mas esses governos, por serem hegemonzados por representantes da burguesia, aceitaram a ideia imposta pelo BIRD, reputando-a como imprescindível para combater e vencer a hiperinflação e promover o desenvolvimento em seus países.

Conforme já nos referimos nesta tese, a equipe do CTA/Projeto Seringueiro tinha convicção de que a educação escolar é uma obrigação do Estado, mas que em sua gestão deve ocorrer a participação da sociedade civil, por isso fizera convênio com os governos que antecederam as gestões do PT.

*Marx* escreveu muito pouco sobre a educação escolar especificamente, mas na obra *Crítica ao Programa de Gotha*, cujo objeto é uma proposta para a educação apresentada ao projeto de unificação dos partidos socialistas alemães, ele escreveu o seguinte:

Absolutamente condenável é uma “educação popular sob incumbência do Estado”. Uma coisa é estabelecer, por uma lei geral, os recursos das escolas públicas, a qualificação do pessoal docente, os currículos etc. e, como ocorre nos Estados Unidos, controlar a execução dessas prescrições legais por meio de inspetores estatais, outra muito diferente é conferir ao Estado o papel de educador do povo! O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola. (*Marx*, 2012, pp. 45-46).

Em sua crítica da educação, *Marx* defende a exclusão do governo e da Igreja na formulação e gerenciamento da escola, portanto, para o autor, uma educação escolar libertadora deve ter o protagonismo da classe trabalhadora e esta deve estar organizada em torno de movimentos que lutem para a conquista, em última instância, do poder político, e, a partir daí, formular alternativas autônomas, sem as peias impostas pela classe burguesa.

O encaminhamento dado pela equipe do CTA/Projeto Seringueiro em relação ao convênio que estamos nos referindo dialogou com a ideia de *Marx* no que diz respeito à relação do Estado com o movimento popular. Nesse convênio que já descrevemos nesta tese, ficaram firmadas com muita clareza as responsabilidades das partes, e o movimento popular conseguiu o máximo de autonomia em relação ao Estado, conforme prescreve *Marx* na citação acima, na qual afirma que “O governo e a Igreja devem antes ser excluídos de qualquer influência sobre a escola”.

Anos mais tarde, após o estabelecimento daquele convênio em 1991, o que

ocorreu no governo sob a gestão do PT foi a expedição de um decreto unilateral em que o Estado transferiu para si, integralmente, a responsabilidade sobre a educação escolar do campo, das águas e das florestas, dispensando a orientação político-metodológica construída em mais de 20 anos de práticas pedagógicas do CTA/Projeto Seringueiro, voltadas especificamente para a educação escolar das populações extrativistas.

Ao incorporar as escolas do CTA/Projeto Seringueiro o governo promoveu o retorno dos membros da equipe técnica para atender demandas na burocracia estatal ou os faz retornarem às salas de aulas.

Segundo o professor Pingo “o Binho gostava de padronizar e quando se tornou secretário colocou o Projeto Seringueiro no “mói<sup>50</sup>” da educação rural”.

De fato, o professor Binho é dado às fórmulas padronizadas que ele mesmo chama de receita de bolo:

Na nova fase do Projeto<sup>51</sup> se dava realmente uma receita de bolo, embora fosse o método Paulo Freire, a pessoa tem que ser muito boa para fazer com que o outro descubra o que ela já descobriu. E aquele professor semianalfabeto tinha muita dificuldade de fazer aquilo. Então o Projeto dava realmente uma receita de bolo para eles. Foi dada uma cartela com o passo a passo, uma fichinha que orientava: faz isso, depois faz aquilo, depois faz aquilo outro. Uma receitinha de bolo mesmo. Esses professores conseguiram ensinar aqueles alunos e estes aprenderam mais do que seus professores sabiam. (Professor Binho em entrevista).

Por isso o professor Binho se refere ao PEA como alternativa melhor que o Projeto Seringueiro. Pois o PEA era uma proposta pronta e acabada, redonda, a receita de bolo, segundo sua própria metáfora. *Saviani* escreveu que a Escola Ativa é tributária de um movimento do final do século XIX, denominado de Escolanovismo que partia da crítica à Escola Tradicional. Portanto:

A pedagogia nova começa, pois, por efetuar a crítica da pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação e ensaiando implantá-la, primeiro, por intermédio de experiências restritas; depois, advogando sua generalização no âmbito dos sistemas escolares. (*Saviani*, 2008, p. 6-7)

Conforme já nos referimos acima o PEA foi implantado no Brasil a partir de

<sup>50</sup> O professor Pingo reproduz uma palavra do léxico popular. Mói é como os seringueiros e as seringueiras pronunciam a palavra molho. O significado dicionarizado de molho é “Reunião de coisas semelhantes; feixe. Sua etimologia vem do latim *manuculus*, “feixe, punhado”. (Fonte: [dicio.com.br](http://dicio.com.br)). Com isso o professor Pingo está dizendo que o professor Binho colocou o Projeto Seringueiro no mesmo molho da Educação Rural. Que não considerou as diferenças e especificidades do projeto.

<sup>51</sup> Esta fase a qual o professor Binho se refere é a fase em que houve a substituição da equipe do Projeto Seringueiro que trabalhava com o método freireano e entrou outra equipe que fundou o novo método com base nas premissas do construtivismo voltado para a implantação da escola para crianças e adolescentes.



1997, no Governo Fernando Henrique Cardoso no marco de um convênio que tinha como objetivo não declarado promover a estabelecimento de medidas neoliberais. Esse processo de implantação do neoliberalismo no Brasil se iniciou no governo Fernando Collor de Mello, se aprofundou no governo do presidente Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, se consolidou nos governos petistas do presidente Luís Inácio Lula da Silva e de sua sucessora *Dilma Vana Rousseff*, e galgou escalas extremas nos governos ultraliberais de Michel Miguel Elias *Temer Lulia* e de Jair Messias Bolsonaro, que promoveram o desmonte de quase todos os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores desde a implantação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 e que se aprofundaram na chamada Constituição Cidadã de 1988.

O parágrafo acima, dado o seu formato sucinto, pareceu apresentar fatos históricos díspares de uma forma linear. Mas conforme já me apresentei, sobretudo no memorial, desde o ponto de vista político e intelectual sou afiliado a filosofia do materialismo histórico dialético, e é deste ponto que construí a análise acima. Concorde com Filgueiras que transcrevo a seguir. A análise desse autor não inclui os governos Dilma, Temer e Bolsonaro porque o texto foi produzido em 2006, mas concordo que sua análise se aplica a esses dirigentes políticos também. Filgueiras escreveu o seguinte:

Esse processo de implantação e evolução do projeto neoliberal passou por, pelo menos, três momentos distintos desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta de ruptura com o Modelo de Substituição de Importações (MSI) e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula). Em particular, o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) a política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais – implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas –, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar sequência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país – uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas). Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-

democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal – que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior. (Filgueiras, 2006, p. 186).

Outros autores do campo marxista também fizeram observação e críticas acerca da metamorfose que o PT operou em seu campo ideológico ao conquistar o poder. Citamos abaixo *Frigoto* que escreveu o seguinte:

Dentro dos rumos que assumiu o governo Lula, as lutas da década de 1980 que congregava as forças sociais contra a ditadura e a retomada pela construção de um projeto nacional popular e da educação básica politécnica, pública, laica, universal, gratuita e unitária foram sendo diluídas. Não cabe neste artigo, além do que assinalamos, analisar as razões do porque o rumo assumido pelo governo Lula foi pela conciliação de classes ou pelo avesso do avesso na análise de Francisco de Oliveira aqui referida. Isto, sem dúvida, constitui-se em profundo golpe para a luta contra-hegemônica do projeto de sociedade e de educação dos movimentos populares e sociais e da classe trabalhadora no seu conjunto. (*Frigoto*, 2010, p. 12)

Fecharei esse ciclo de citações com o sociólogo Francisco de Oliveira referido no texto de *Frigoto*. Oliveira escreveu o seguinte:

O chamado ciclo neoliberal, que começa com Fernando Collor e já está com seus quase vinte aninhos com Lula, é um ciclo anti-Polanyi, o magistral economista e antropólogo húngaro que se radicou na Inglaterra. O projeto do socialismo democrático de Karl Polanyi começava por deter a autonomia do mercado e dos capitalistas. Ora, o governo Lula, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, só faz aumentar a autonomia do capital, retirando às classes trabalhadoras e à política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática. Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação. (Oliveira, 2009)

Para findar esta sessão vale ainda um breve registro acerca da caracterização política do PT à luz da teoria materialista de Marx com a qual me identifico. Desde o ponto de vista político dessa teoria o Partido dos Trabalhadores se caracteriza como pertencente à esquerda liberal. No texto de Filgueiras este escreve que ao chegar ao poder o PT abandonou seu programa histórico de caráter social-democrata-nacional-popular. Isso é interessante para entendermos o que é uma esquerda liberal.

Para Mascaro a esquerda liberal se caracteriza por ser reformista, pacifista e capturada pelo republicanismo. É uma esquerda edulcorada. E *Evelyne Pieiller* em matéria no *Le Monte Diplomatique* de cinco de abril de 2009 define a esquerda liberal como a que se rende ao mercado, alegando que ele é indissociável do homem e

refutá-lo seria recusar a complexidade, a saber, a ambivalência do real, que é fundamentalmente desigual.

Apresento também a definição de Douglas Rodrigues Barros que em matéria da revista *Opera* de sete de julho de 2019 escreveu que com a ascensão da esquerda liberal formou-se uma polícia que vigia diuturnamente os descontentes, ataca a violência dos violentados pelo Estado, suga a energia da juventude para projetos que respeitem a Lei de responsabilidade fiscal, educa o sonho “tresloucado” de mudanças radicais para a gestão da miséria.

Na verdade, sob a capa da promoção do ajuste econômico para promover o desenvolvimento, o BIRD/Banco Mundial “escondia” a intenção de conquistar e consolidar mercados, transferindo serviços essenciais garantidas aos brasileiros pela Constituição de 1988, para o âmbito do setor empresarial, transformando-os em negócios a serem explorados pela iniciativa privada. Assim se consolidou no país o avanço sobre as áreas que ainda não estavam integradas à sanha do lucro, como a educação, a saúde e os serviços sociais.

No contexto da globalização, uma das áreas sociais que o capital mais investiu para anexar ao mercado foi a da educação, mas não só, porque as de saúde e do setor social de maneira geral, também estão na mira e passaram a ser alvo da cobiça do mercado. Por isso os governos defensores da economia neoliberal, que vem se revezando no poder desde a redemocratização envidaram esforços para viabilizar as privatizações dos chamados serviços essenciais. Todavia no caso da educação, a transferência do patrimônio público não se operou na forma clássica, como a que ocorreu com as telecomunicações, em que as companhias telefônicas foram alienadas em favor de grupos privados nacionais e transnacionais. Nem as escolas e nem as universidades foram vendidas ainda. E isso só não aconteceu devido à resistência da sociedade, sobretudo dos movimentos sindicais de professores e servidores das instituições públicas de Ensino, bem como dos movimentos populares de estudantes e de pais e mães destes.

Nas administrações neoliberais que vem se sucedendo desde a redemocratização do país, a transformação dos serviços de educação em setor educacional privado-mercantil está se operando por dentro, pelo sucateamento das instituições públicas de ensino, pelo financiamento de empresas privadas para a ampliação de infraestrutura; pelo gerenciamento das escolas por meio de empresas

e ONGs ligadas ao mercado, pela aquisição e compra de livros didáticos, pela ampliação dos programas de transporte escolar, pela liberação de empréstimos como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), para que estudantes pobres contraiam empréstimos para pagar cursos em faculdades privadas.

O processo de privatização da educação, no modelo em que a transferência direta das instituições de ensino já existentes passassem ao domínio direto do capital privado não se viabilizou devido a inclusão das empresas de ensino no mercado financeiro, e isso foi assegurado em grande medida pelo avanço do capital privado sobre os fundos públicos que deveriam ser aplicados na expansão da educação pública. No Acre, isso se apresenta de forma bastante ilustrativa pela criação das faculdades privadas UNINORTE, FAMETA e Faculdade da Amazônia Ocidental (FAAO) que construíram grandes infraestruturas por meio da captação de fartos empréstimos subsidiados das agências financeiras federais, como o Banco do Brasil, do Banco da Amazônia (BASA), da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Essas faculdades garantiram o ingresso de discentes por meio da concessão de empréstimos via FIES para jovens de baixa renda.

Como podemos deduzir o BIRD estava bastante empenhado em ampliar as possibilidades do mercado avançar sob os serviços sociais básicos, transformando-os em mercadorias. Os técnicos do banco analisavam que se fazia necessário superar os índices de baixa escolarização que se registravam nos meios rurais brasileiro, para possibilitar o ingresso das populações camponesas no mercado de consumo. Essas populações se encontravam à margem do paraíso que o deus mercado propicia, segundo o discurso dos capitalistas. Mas é sabido que o mercado só viabiliza esse paraíso aos que tem possibilidade de consumir mercadorias. Vale observar que o mínimo que as classes populares conseguem consumir deve ser feito de forma acrítica, por isso a escola oferecida não pode ter pretensões críticas e nem libertadoras.

Também se encontram na ponta do confronto, se opondo a este projeto de mercantilizar a educação, os movimentos dos lutadores e das lutadoras em favor da justiça no campo e por uma Reforma Agrária Radical. Estes conseguiram congregar e fazer atender várias demandas no início da administração petista no Governo

Federal. Vamos lembrar como isso se deu lendo o texto de *Schwendler*. Ela explica o que é e como se constituiu a Educação do Campo.

A Educação do Campo é construída a partir das demandas, da luta e das experiências dos sujeitos que vivem no campo. Ela questiona a ausência de políticas educacionais para os povos do campo, o modelo de uma educação empobrecida, inferiorizada, destituída dos saberes do trabalho, da cultura, e do contexto do campo. Assume a identidade dos povos do campo, as suas lutas, e se vincula ao debate do campo e do modelo de desenvolvimento, da luta pela terra, pelo trabalho, por políticas agrícolas e pela Reforma Agrária. (*Schwendler*, 2008, p.31)

Este processo construído nas lutas populares do campo obteve muitas vitórias desde a sua gênese. Uma das mais significativas apontadas por Santos foi a inclusão da Educação do Campo na estrutura federal. Leiamos abaixo como a autora descreve este fato.

Em 2004 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), no âmbito do Ministério da Educação. Nessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo. Este fato significou a inclusão, na estrutura federal, de uma instância democrática responsável pelo atendimento das demandas do campo, a partir do reconhecimento de suas necessidades e singularidades. (Santos, 2017, p. 216/217)

Com essa iniciativa de inclusão da Educação do Campo na estrutura federal foi criado o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), com o apoio das seguintes instituições: Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB). Também fazia parte da rede de apoio a iniciativa de criação do PRONACAMPO a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a Comissão Nacional Quilombola (CONAQ). A iniciativa contou ainda com a colaboração da Secretaria de Educação Superior (SESU), da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da Secretaria de Educação Básica (SEB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate

a Fome (MDS).

Comprovamos pela nossa pesquisa que até o advento do CTA/Projeto Seringueiro não havia escolas instaladas nos territórios extrativistas, o que tornava tremendamente difícil o acesso à educação escolar naqueles ambientes.

Esse mesmo fenômeno em graus diferentes afetava populações camponesas de outras regiões do país. Essa realidade começa a ser transformada, conforme já nos referimos nesta tese, pela ação militante e consciente do Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais sem Terra, que se organizara pioneiramente nos Estados do Sul do país.

Portanto, essa luta do MST que tem como gênese e pano de fundo uma Reforma Agrária Radical, possibilitou a sistematização de uma política pública que permitiu a instalação de escolas que levam em consideração as particularidades dos sujeitos que as demandam. Isso é possível porque ela é diferente da escola na modalidade de Educação Rural. Esta introduz escolas em territórios do campo, das águas e das florestas com as mesmas Diretrizes Curriculares das Escolas urbanas. Segundo *Schwendler*, obra citada, uma educação “empobrecida, inferiorizada, destituída dos saberes do trabalho, da cultura, e do contexto do campo”. Por seu turno, o modelo de educação moldado pelo MST, estabelece as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo que leva em consideração as particularidades dos sujeitos e as especificidades socioculturais geográficas e ambientais do campo. Essa política pública permitiu aos sujeitos do campo a quem estava interdita a possibilidade do acesso à educação, o ingresso de milhares de pessoas que vivem nos territórios camponeses.

#### Segundo *Schwendler*

Os sujeitos do campo saem da margem da história e se colocam em cena como “construtores de uma política de educação e de reflexão pedagógica” (...) A luta dos Movimentos Sociais e sindicais do campo para o campo, fez avançar o imaginário social dos trabalhadores rurais sobre a importância do acesso ao conhecimento e, principalmente, contribuiu para que eles próprios se conscientizassem de que são titulares do direito à educação. (*Schwendler*, 2017, p. 71).

Não obstante as gestões petistas terem se caracterizado pela conciliação de classes, que segundo *Frigoto*, obra citada (2010, p 12), fez com que esfriassem as lutas ocorridas na década de 1980 pela construção de um projeto nacional popular, que incluía uma proposta de educação básica politécnica, pública, laica, universal, gratuita e unitária, com o advento da administração do governo de Michel Temer, as



coisas pioraram, pois foram truncadas e obstruídas as possibilidades dos pequenos avanços que eram possíveis nas administrações conciliatórias anteriores. Com isso, as conquistas das lutas de mais de 30 anos foram sendo gradativamente desarticuladas e cassadas. E a partir do ano de 2016 o embate pelo controle da educação pública por parte do capital se tornou muito mais agressivo, pois passou a ser controlado diretamente pelo Agronegócio, que não mira mais apenas a educação do campo, mas busca dominar todos os âmbitos da educação, conforme denúncia do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária da FFP/UERJ (GEOAGRÁRIA) e do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros (GTAgrária) Seções Rio de Janeiro e Niterói.

O artigo “Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira”, revela que um grupo de mulheres de pecuaristas que se intitula “De olho no material escolar”, se articula com a chamada bancada da bala e do boi que representa o agronegócio, para pressionar o Congresso Nacional e o Executivo junto ao MEC, visando interferir nas escolas e editoras para alterar os materiais didáticos e rever orientações curriculares, de modo que materiais didáticos e currículos passem a expressar o que o setor assegura ser a visão correta sobre o agronegócio brasileiro.

Acerca dessa disputa, *Schwendler* obra citada, p. 73 escreve o seguinte: “A entrada da Educação do Campo no espaço na construção das políticas públicas trouxe a disputa por recursos públicos e pela direção do projeto de educação, que se articula a um projeto de campo e de sociedade”.

Além da disputa direta com o agronegócio que exemplificamos acima, outra parte dessa disputa pela direção do projeto de Educação do Campo se deu no governo Bolsonaro que publicou o Decreto 10.252/2020, alterando a estrutura regimental do INCRA. Por esse decreto o órgão perdeu competências para realizar formulações. Toda a política agrária está subordinada à formulação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que está subordinada aos interesses do agronegócio. Esse decreto também estabelece a extinção da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania, responsável pela gestão do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

Vale observar que o momento atual vivido no Estado do Acre é o resultado de uma metamorfose que se operou no período entre os anos de 1970 até meados dos anos de 1990, entre as populações extrativistas. Até aquele período estas

populações exerciam mínima pressão no mercado de consumo. O consumo de bens industrializados, no caso dos seringueiros interflúvios, se restringiam basicamente a rádios e pilhas, que os alimentavam, espingardas e munições e motores estacionários para casas de farinhas.

Os seringueiros ribeirinhos acrescentavam mais um bem industrializado a esse pequeno rol de consumo: o conjunto constituído por uma engrenagem chamada rabeta para acoplar um motor para mover canoas e batelões utilizados no transporte de passageiros e mercadorias.

Devido a este baixo consumo de bens industrializados e a quase autossuficiência em bens de consumo alimentícios, haja vista que então havia soberania alimentar, essas populações eram consideradas, assim como os indígenas o são desde o primeiro contato com os europeus, populações do ócio e óbices ao progresso.

No entanto, atualmente importantes frações das terras destinadas aos extrativistas passaram ao domínio do agronegócio. Isso ocorreu com frações dessas populações cedendo parte de suas colocações para que criadores de gado o façam nesses territórios cedidos. Com isso formou-se um pequeno exército de trabalhadores livres para vender a própria força de trabalho, e com isso entraram para o grupo de consumidores que podem adquirir um rol maior de bens produzidos pelo capital.

Atualmente pode-se ver ex-seringueiros que consomem bens tais como motos, geladeiras, fogões, batedeiras elétricas, TV's, celulares, fornos de micro-ondas, máquinas de lavar roupa e, em menor escala, quadriciclos e automóveis. Como esses neo pecuaristas se dedicam exclusivamente à criação e manejo dos bovinos, não praticam mais a agricultura de subsistência e por isso consomem também alimentos industrializados.

Mas esses consumidores não podem ser críticos, por isso a escola que lhes é oferecida atualmente nos territórios extrativistas tem que ter perfil tecnicista, com objetivos voltados apenas ao desenvolvimento de competências mecânicas de ler, escrever e efetuar cálculos elementares, dissociando o ato de ensino aprendizagem da realidade objetiva dos educandos e das educandas.

Esse tipo de educação oficial calcada no modelo de Educação Rural, imposta às populações camponesas se dá a despeito de existir legislação própria, Decreto n.º

7.352, de 4 de novembro de 2010 – MEC, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Essa legislação garante uma escola diferente, assegurado os interesses específicos das populações do campo.

Leiamos sobre isso o que escreve *Schwendler*.

É importante ressaltar que já existem preceitos legais que asseguram à população do campo a escola como direito, vinculada à sua cultura e ao seu contexto. Estes preceitos requerem uma política pública para o campo, pensada a partir da centralidade do sujeito, e não dos interesses econômicos, das necessidades do capital, no sentido da mão-de-obra qualificada para oferecer ou adotar as técnicas e os insumos para a produção. (*Schwendler* ob cit., 2008, p.39).

Mas deixemos essa digressão e voltemos à reflexão acerca da Escola Ativa, a qual o professor Binho visitou *in loco* na Colômbia em 1997, e cujo modelo didático-pedagógico ele reputava como o mais adequado para orientar as escolas dos territórios extrativistas, em substituição às escolas do Projeto Seringueiro que, segundo ele, era negativo, dentre outros motivos por juntar alunos em estágios diferentes na mesma sala de aula e estes/as permanecerem por três anos estudando a mesma coisa, porque não tinham o que fazer, não tinham para onde ir.

O professor Binho faz essa crítica apesar do modelo vigente nas escolas do CTA/Projeto Seringueiro ter sido conduzido por ele que constituiu equipe técnica que formulou o modelo de base construtivista. Vale registrar que entre os influenciadores do método construtivista se encontra *Lev Semenovich Vygotsky*, que nasceu em *Orsha*, país da antiga União Soviética. Ele estudou medicina em Moscou e em *Kharkov*, com o objetivo de compreender o funcionamento psicológico do homem, pois queria trabalhar com pessoas portadoras de transtornos neurológicos. Esse grande humanista foi professor e pesquisador de diversas áreas: psicologia, pedagogia, filosofia, literatura, deficiência física e mental. Essa digressão para apresentar *Vygotsky* se fez necessária porque este intelectual criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que seria a

distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver tarefas de forma independente, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado por desempenhos possíveis, com ajuda de adultos ou de colegas mais avançados ou mais experientes. (*Bregunc*<sup>52</sup>)

---

52 \* Maria das Graças de Castro Bregunci. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG/ Faculdade de Educação/Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita-CEALE – Verbete Zona de desenvolvimento proximal.

Pela adoção da ZDP se estimulam processos interativos que possibilitem o benefício das aprendizagens colaborativas. Portanto, ter na mesma sala educandos em graus cognitivos diferentes é premissa positiva do método construtivista.

Como proposta de educação escolar centrada numa práxis que considera as lutas reais dos extrativistas, o CTA/Projeto Seringueiro tinha que se recriar o tempo todo, em todos os sentidos, desde a metodologia, a formação dos professores e a produção dos materiais didáticos. E isso estava em andamento no momento em que o professor Binho ingressou no Projeto em 1986.

A Escola Ativa se constituiu no MEC, primeiro como Programa Especial tendo ocorrido uma experiência piloto no Nordeste, no Chamado Projeto Nordeste, se ampliando para alguns Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste, com um total de 69 (sessenta e nove) escolas atendidas. Desde aquela fase, que funcionou como piloto, o PEA funcionou com disponibilidade de recursos e gestão própria, tendo um dirigente e equipe próprios ligados diretamente ao ministro da educação. Após o piloto do Nordeste, essa equipe ficou responsável pela implantação do PEA nos demais Estados e municípios do país.

Com a ascensão dos governos petistas operou-se a transferência do PEA, que foi adotado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Fundo de Fortalecimento da Escola (FNDE/FUNDESCOLA) no ano de 2007 no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) na qual também estava abrigada a Educação do Campo, numa tentativa de promover um diálogo entre estes dois segmentos. Dessa forma o PEA alcançou uma grande expansão, mas ele continuou como programa à parte, com independência e dispondo de recursos abundantes destinados à sua ampliação.

Aliás, acerca da expansão e adesão de Estados e municípios ao PEA, Mello escreve que para esse fenômeno foi fundamental

A elaboração e farta distribuição de kit's pedagógicos e cadernos de ensino-aprendizagem específicos para as classes multisseriadas que, associado ao kit-tecnológico (computadores e impressora), e ao repasse a cada escola multisseriada de doze mil reais voltadas às melhorias na infraestrutura e condições de trabalho (PPDE/CAMPO. BRASIL/ME, 2010), foi combinada uma formação relativamente extensa em se tratando de formação continuada em serviço, de 240 horas, oferecida aos professores participantes, sem custos algum para esses. Pelo contrário, cada participante tem direito a uma bolsa para o período previsto para a formação. Em um universo historicamente desassistido, que é o da educação do campo e sofrendo com talvez as mais graves mazelas no cenário educacional, a iniciativa vem ganhando uma adesão acrítica e sendo implementado em uma escala bastante significativa, cerca de 80% do total das escolas nessa tipologia no país. (Mello, pp.2-3).

A verdade acerca do PEA, segundo os pesquisadores que o estudaram, é que ele concorria com a Educação do Campo e que no fundo ele era uma variação, uma modernização conservadora da modalidade Escola Rural e que a adesão a ele por parte dos gestores estaduais e municipais da educação rural se dava de forma acrítica. Sobre isso, o mesmo Melo escreve que

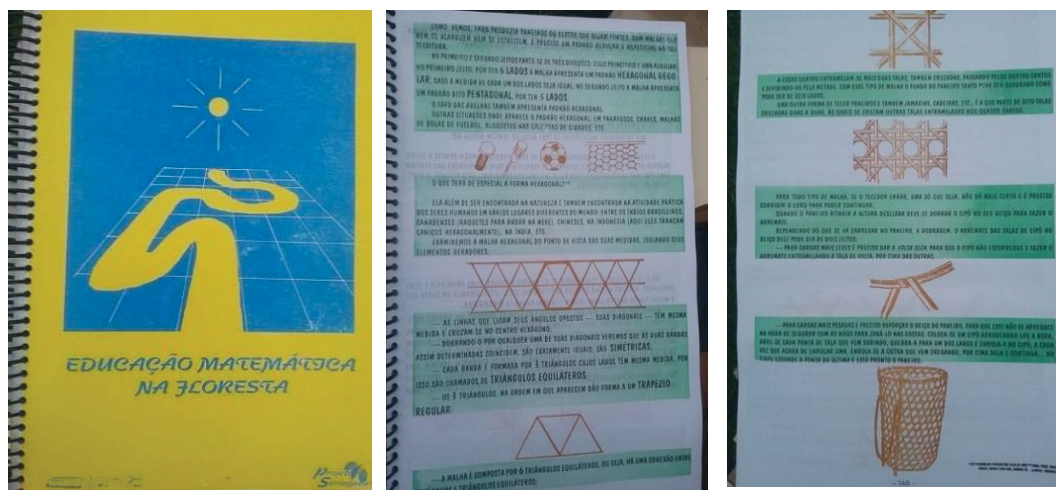
O novo PEA, portanto, se inscreve num cenário em que depois de um processo de avanços e conquistas significativas da Educação do Campo, o Estado assume algumas das demandas em uma tipologia específica de escola, as classes multisseriadas, ressignifica experiências anteriores sob uma égide neoliberal e acentua e amplia significativamente um processo complexo de controle do trabalho docente, que envolve a desqualificação e requalificação dos educadores, tendo como centralidade os livros didáticos produzidos especialmente para esse fim. (Mello, ob. cit., p.18)

Para encerrar o assunto Escola Ativa suscitado pelo professor Binho, vale salientar que a sua entrevista foi concedida quando ele ocupava a pasta de secretário estadual de educação, na primeira gestão do governador Jorge Viana do PT, em 1999. Para o professor Binho, na qualidade de gestor oficial da educação pública do Estado do Acre, era mais conveniente defender uma proposta exequível e de fácil aplicação, que não demandasse o desgaste de ter que realizar uma ampla discussão nas bases sociais, sobretudo com representantes dos movimentos populares. É bem menos desgastante instituir uma equipe técnica que atue no gabinete. E é preferível apresentar uma proposta redonda pronta e acabada, um *standart*, uma receita de bolo, definindo *a priori* todos os passos a serem efetuados para a aplicação de um programa, como era o caso do PEA, em que o professor não tinha que se preocupar com o planejamento das aulas e nem tampouco com a produção de materiais didáticos pedagógicos.

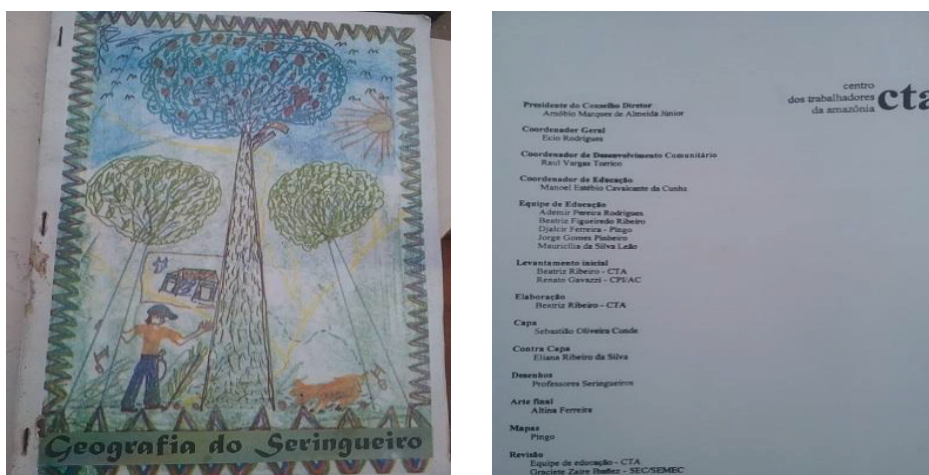
A preocupação de um gestor público são os indicadores sociais, no caso do gestor da educação, os números das taxas de escolarização que são sempre desfavoráveis no meio rural. Não se apresenta como prioritário uma análise qualitativa. O importante é constatar se houve melhoria nos indicadores quantitativos de escolaridade, medindo basicamente os dados de aumento ou recuo de matrículas e aproveitamento escolar.

A nova equipe do CTA/Projeto Seringueiro passou a produzir os materiais didáticos, mas mantendo o nome Poronga, adotado desde os primeiros que foram produzidos no início dos anos de 1980.





Figuras 67, 68 e 69 Capa e páginas da Cartilha de Matemática produzida pela equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro para turmas de Pós-alfabetização das escolas da floresta.



70 e 71 – Capa e páginas da Cartilha para Geografia do Seringueiro Produzida para turmas de Pós-alfabetização das escolas da floresta.

Entre 1987 e 1989 concluiu-se a mudança no perfil do público atendido pelo CTA/Projeto Seringueiro e, em função disso há também uma mudança de equipe técnica. Nas entrevistas com os membros da equipe técnica que operou a transição do modelo de educação voltado para um público adulto, foi relatado que perceberam limitações da metodologia freireana para o trabalho com crianças e adolescentes, e por isso passaram a estudar as teorias da psicogênese na aquisição da escrita, amplamente divulgado nos países de língua espanhola nos anos de 1970 e que chegaram ao Brasil nos anos de 1980, sobretudo por meio das obras de *Emília Ferreira* e *Ana Teberosky*.



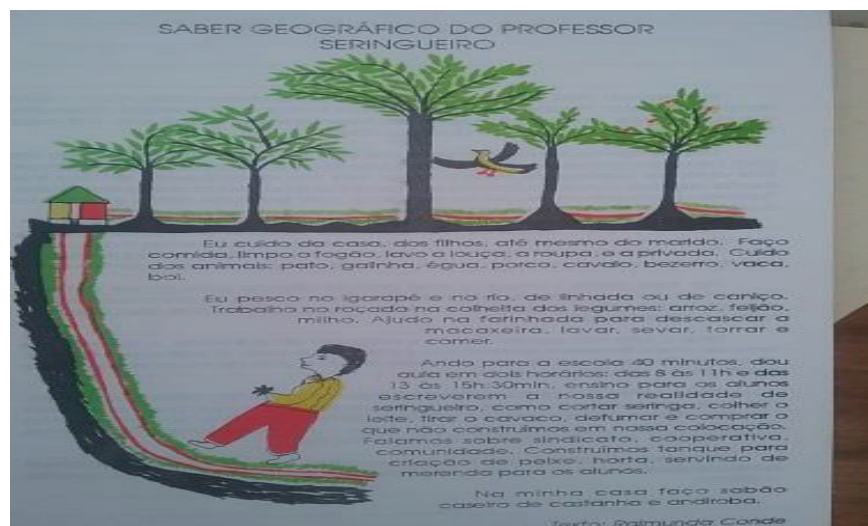


Figura 72 – Página da Cartilha Geografia do Seringueiro Produzida para turmas de Pós-alfabetização das escolas da floresta.

#### 4.3 A situação atual da educação no contexto dos territórios da RESEX e do PAE Chico Mendes.

Na entrevista com o senhor Aldecir Custódio, ex-professor da escola Esperança do Povo no seringal Cachoeira, este falou que com o fim do CTA/Projeto Seringueiro no ano de 2007, todas as escolas passaram a ser regidas pelo modelo da educação rural, cujas aulas são ministradas majoritariamente por professores e professoras que se deslocam da cidade e que lecionam aulas sem criatividade, restritas somente ao ambiente da sala de aula, abordando apenas os conteúdos teóricos dos livros didáticos, sem enraizamento na realidade dos seringais, e nas vivências dos alunos e alunas. Segundo o professor Aldecir no ano letivo de 2021

Dos 12 professores que estão dando aula na escola Esperança do Povo, sete mora na cidade de Xapuri, e vem aqui para a Cachoeira só para dar a aula e depois que a aula acaba eles vão embora para a cidade. Só cinco professores são daqui da reserva Cachoeira ou então dos seringais aqui de perto. Como esses professores, mesmo tendo curso superior, todos eles tem, mas as aulas deles é sem criatividade e eles ficam só nas quatro paredes da sala de aula. E ensinam só a teoria dos livros didáticos, porque eles não tem enraizamento na realidade dos seringais, e nas vivências dos estudantes da Reserva. Mas Manoel! E tem mais o seguinte: dos cinco professores do seringal nenhum está na direção da escola. Todos os cargos de gestão estão com os professores de Xapuri, inclusive a diretora geral. (Prof. Aldecir)

O professor Aldecir fez referência ao diretor geral. Mas com o advento da administração petista no Estado, numa tentativa de modernização conservadora, buscando implantar uma racionalidade operacional com base em técnicas de gestão privada, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) operou uma reforma

administrativa nas escolas criando as seguintes figuras na gestão escolar:

1. O Gestor escolar. Que exerce funções equivalentes ao antigo diretor geral. A esse gestor compete a responsabilidade pela administração geral da escola e ele é o elo com a secretaria de educação e com a representação dos interesses da escola perante outras instituições sociais públicas e privadas;

2. O Coordenador Administrativo. A este compete lidar com as questões de gestão sobre os materiais diversos: materiais de ensino, merenda escolar, manutenção física da escola: reformas, limpeza, pintura, roçagem dos ambientes, etc;

3. O Coordenador de Ensino. Este é o responsável por todas as questões referentes aos aspectos didáticos e pedagógicos da escola e;

4. O Coordenador Pedagógico. Tem as mesmas atribuições do coordenador de ensino, mas cuida das questões didáticos pedagógicos atinentes ao seu turno de trabalho, assim se a escola tiver três turnos terá três coordenadores pedagógicos.

O professor Aldecir disse que quando o Núcleo de Educação da SEE do município de Xapuri assumiu a gestão das escolas, foi exigido que todos/as professores/as tivessem uma escolarização formal em nível médio e depois em nível superior. “eu não quis fazer curso superior e por isso me afastei da sala de aula e assumi uma função como funcionário de apoio na escola. Agora estou arrumando os meus documentos para poder me aposentar”.

Nessa parte do relato do professor cabe um comentário. A necessidade de uma formação sólida para o exercício do magistério é condição *sine qua non*. Paulo Freire defendia que o professor deve dominar o conteúdo que ensina e a formação universitária acadêmica é uma reivindicação dos profissionais e das profissionais do magistério. Todavia a crítica que muitos professores e professoras que integravam os quadros das escolas que eram atendidas pelo CTA/Projeto Seringueiro fizeram ao longo das entrevistas, dizia respeito à forma aligeirada e alienante com que foi conduzido esse processo de formação. Houve uma única seleção para o ingresso de todas as professoras e de todos os professores leigos que deveriam se habilitar em cursos de pedagogia ou em licenciaturas. Estes cursos tinham os mesmos conteúdos e metodologias dos cursos que se ofereciam de forma regular na Universidade Federal do Acre (UFAC).

As reclamações dos docentes eram que eles não entendiam a natureza e os

objetivos das licenciaturas e que os técnicos da SEE os aconselhavam a escolher qualquer uma e quando indicavam uma em específico o faziam sob a alegação que era a mais fácil. Com isso muitos se habilitaram em licenciaturas que não tinham nada a ver com as suas aptidões. Muitos se formaram em educação física, e ocorreram casos que sequer havia demanda nas escolas em que os docentes formados lecionavam. Existe também a crítica ao fato de não se ter levado em conta o histórico profissional deles e delas, alguns com até 20 anos de magistério. Outra crítica bastante recorrente foi a de que a UFAC pegou a atribuição de habilitar esses/as professores/as como uma carga extra e com isso poucos professores/as com experiência na formação de docentes trabalharam nesses cursos, tendo terceirizado essa atribuição a professores e professoras contratados em regime de pró-labore. Muitos, a maioria, segundo apuramos na pesquisa de campo, eram pessoas recém-formadas nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas da Universidade Federal do Acre (UFAC) e que, portanto, apresentavam pouca ou nenhuma experiência em formação de professores, e menos ainda de professores do campo. Vale o registro de que no PPP do curso de Pedagogia da UFAC não tem uma disciplina de Educação do Campo.

Como houve apenas uma seleção para ingresso nesses cursos, professores e professoras que ainda não estavam habilitados em nível médio, ou que foram reprovados na seleção tiveram que ingressar noutros cursos e daí que muitos, conforme veremos no relato da professora Maria Monteiro de Moraes, a Miúda, tiveram que acessar cursos de empresas de ensino com qualidade bastante duvidosa e se habilitaram de forma mais precária que os que se formaram pelo convênio UFAC/SEE.

4.4 O fechamento de Escolas. A criação de escolas polos e a adoção de transporte escolar.

A resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, em seu artigo 4.º determina que:

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se

fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

Capítulo IV que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, em seu Art. 53, na alínea V que trata do direito à educação escolar de crianças e adolescentes, estabelece a garantia do “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica”.

Não obstante esse amparo legal, constatamos na pesquisa de campo tanto no PAE Cachoeira quanto na RESEX Chico Mendes a desobediência por parte do poder público desse direito elementar. O professor Aldecir pontuou o que ele considera um “verdadeiro absurdo”, que é o fechamento de pequenas escolas e a concentração da matrícula de todos os alunos/as do PAE Cachoeira e dos seringais do entorno, como o São José, Nova Esperança, São Miguel e Equador na escola Esperança do Povo na colocação Fazendinha. Ele perguntou: “Manoel tu tá sabendo que a escola Quinca Mendes foi fechada? Agora os alunos dela tem tudo que ir para a Fazendinha.”

O fenômeno do fechamento de Escolas no Campo, nucleando algumas e adotando o sistema de transporte escolar para deslocar alunos até uma escola polo localizada no campo ou situada no meio urbano, é uma estratégia do capitalismo tardio brasileiro no atual estágio de acumulação. E não é uma exclusividade do governo do Estado do Acre.



Figura 73 – Foto da Escola Joaquim Mendes (Quinca Mendes) no seringal Equador, fechada em 2005.

*Reichenbach* estudou esse fenômeno no Estado do Paraná. Segundo ela

Essa concepção de educação rural, que pensa o campo meramente como território de produção econômica, não considera o espaço histórico social e suas relações sociais e políticas. Além disso, valoriza o trabalho agrícola e os instrumentos técnicos para capacitação de mão-de-obra para todos os setores da agricultura de negócios. (...) Nesse projeto, onde o agronegócio brasileiro é visto como um dos mais representativos do

munho, sobretudo no que diz respeito à dinâmica de exportações, a população camponesa é vista como algo em extinção. (Reichenbach, 2019, p. 14)

Santos e Garcia também analisaram o fenômeno e apontaram que existem motivos bastantes objetivos para os processos de nucleação e a instituição de sistemas de transporte escolar em todas as escolas localizadas nos campos, nas águas e nas florestas:

Na contemporaneidade, para os capitalistas o campo é entendido como uma indústria do agronegócio, assim o esvaziamento do campo faz parte das estratégias de manutenção dessa lógica. As ações neoliberais que contribuem para tal objetivo giram em torno do abandono, precarização e fechamento de escolas do campo, assim os governantes efetivam políticas que viabilizam tais estratégias, a exemplo da manutenção da estrutura agrária, redução de custos econômicos na área da educação, saúde, cultura, serviços sociais, política de nucleação de escolas e o transporte escolar que beneficia o setor automobilístico. (Santos e Garcia 2020, p. 7).

Estando o Acre integrado ao sistema capitalista, parece lógico que esse fenômeno também ocorra nas escolas do campo, das águas e das florestas do Estado, onde o agronegócio avança com a implantação da cultura da soja, e com a manutenção da pecuária para a criação de gado de corte, invadindo os territórios florestais do PAE Cachoeira e da RESEX Chico Mendes. Isso ocorre a despeito dessas atividades serem vedadas para essas áreas protegidas.

Conforme declaração do senhor Paulo Sérgio Pinheiro presidente do STTR de Xapuri, atualmente nem o sindicato e nem as associações de moradores do PAE e da RESEX conseguem organizar as comunidades nem para o pessoal voltar a se associar ao sindicato e menos ainda para lutar. “O mais que nós consegue, é quando um fazendeiro, como o da Soberana queima a casa de um seringueiro, aí ele procura o sindicato para pedir para nós chamar o advogado”

A pecuária é uma atividade que representa hoje no Estado a face mais explícita e agressiva do agronegócio. O esvaziamento dos territórios extrativistas interessa para este segmento do capital, pois a demanda que ele apresenta pode ser atendida por poucas famílias, o suficiente para cuidar da manutenção dos pastos, das cercas e da vacinação e outros cuidados no manejo dos bovinos. E, portanto, uma única escola polo, ensinando qualquer coisa, de qualquer jeito, e um sistema de transporte escolar dão conta de atender essa demanda mínima do capital em relação à educação escolar.





Figura 74 – Escola Jesus Matias localizada na colocação Pimenteira. Está fechada desde o ano de 2004.

Existe também um rearranjo na forma de ocupação da RESEX Chico Mendes que permite, embora de forma clandestina, a penetração do capital por meio da terceirização da criação de gado pelos próprios moradores, que recebem incentivos de pecuaristas para a formação de pastos e posterior aluguel desses pastos para criadores da cidade. Essa prática tem contribuído para o fechamento das escolas e este fenômeno é uma realidade que podemos constatar *in loco* na pesquisa de campo.

Com o fechamento de escolas, alunos e alunas em tenra idade, cursando entre a alfabetização e o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, que antes estudavam em pequenas escolas próximas de suas casas, agora são transportados/as de ônibus ou em outros veículos para as escolas polos. Muitos dos veículos empregados no transporte escolar rural se encontram em estado de conservação bastantes precários. Essa precariedade se agrava pelo estado de manutenção das vias de acesso, varadouros, ramais e picadas do ambiente rural, ambiente rural, contribuindo para que os veículos se depreciem com muita frequência, comprometendo o desenvolvimento regular do período letivo.

Apesar do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, da Presidência da República, em seu Art. 2º tratar dos princípios da educação do campo, estabelecendo na alínea IX que a oferta de transporte escolar, deve respeitar as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares, em razão do desmonte dos movimentos populares e sindical, os descontentamentos que captamos na pesquisa de campo não estimulam a mobilização das pessoas que manifestaram descontentamento acerca dessa situação.

Ampliemos o exemplo do fenômeno de fechamento de pequenas escolas com



o caso da professora Maria de Nazaré Maia de Moraes, conhecida como Miúda. Ela continua no magistério, mas agora trabalhando em escolas distantes de sua comunidade porque a pequena escola que ficava próxima de sua colocação foi fechada.

Ela falou com muito saudosismo e emoção acerca de sua atuação no Projeto Seringueiro, no que diz respeito aos aspectos da sua qualidade metodológica e do programa de formação continuada direcionado aos monitores e monitoras.

A professora Miúda relatou que com o final do Projeto Seringueiro a educação no PAE e na RESEX está igual a educação da cidade. Com as mudanças que foram implementadas ela teve que abandonar os Cursos do Projeto Seringueiro e fazer o curso do Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO). Todavia, segundo ela, isso não foi suficiente, pois os técnicos do Núcleo da Secretaria de Estado de Educação comunicaram que a permanência delas/es no magistério estava condicionada a terem um curso superior nas áreas de Licenciaturas, Pedagogia ou no Normal Superior.



Figura 75 – Sede da Associação de Moradores do PAE Cachoeira. Encontra-se abandonada desde o ano de 2008.

Aí ela disse que teve que se submeter a qualquer curso que aparecesse, e fez um sem nenhuma ligação ou compromisso real com a formação para uma atuação consistente no magistério. Fez pedagogia pelo sistema remoto (EAD) na faculdade Betel. Essa faculdade teve no ano de 2017 um parecer desfavorável do Conselho Nacional de Educação (CNE) para a instalação de cursos em Rio Branco, sendo um deles o de pedagogia, conforme exemplificamos abaixo com excerto do parecer contestando a decisão do CNE homologado no Despacho do Ministro, publicado no D.O.U de 11/3/2020

Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 164, de 23 de agosto de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 24 de agosto de 2017, determinou o arquivamento dos processos de credenciamento e de autorização de cursos protocolados pela Faculdade de Teologia Batista Betel (FTBB), que seria instalada no município de Rio Branco, no estado do Acre. (...) O Secretário da SERES, publicou o Despacho nº 164/2017, que, à luz da Nota Técnica nº 105/2017/CGSO-TÉCNICOS/DISUP/SERES, de 17 de agosto de 2017, determinou o que segue: I. Arquivamento dos processos e-MEC nº 201405284 (credenciamento), nº 201405417 (autorização do curso de Teologia – Bacharelado), nº 201405479 (autorização do curso de Pedagogia – Licenciatura) e nº 201503004 (aditamento – credenciamento de polo de apoio presencial), protocolados pela entidade denominada Faculdade de Teologia Batista Betel.

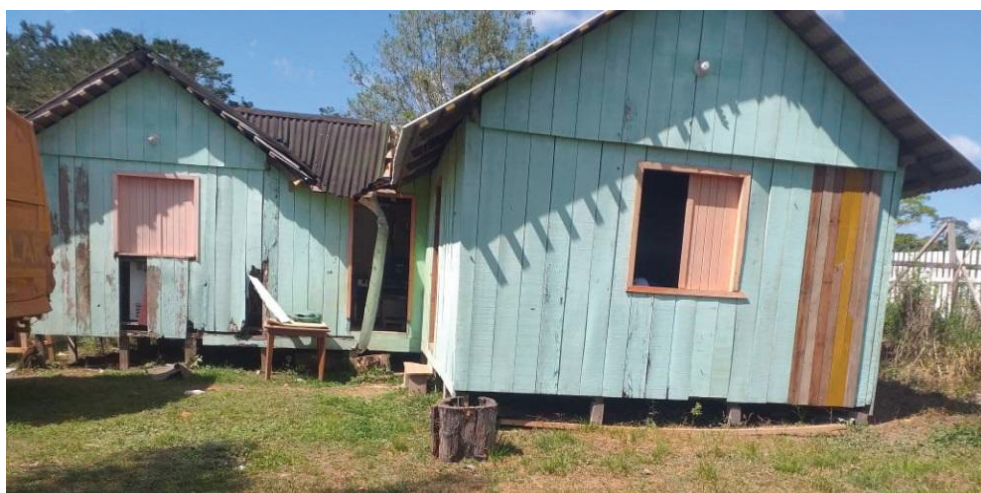


Figura 76 – Escola Esperança do Povo pioneira do PAE Cachoeira criada pelo Projeto Seringueiro em 1986. Se encontra abandonada.



Figuras 77 – Infraestrutura de fazenda na RESEX Chico Mendes em 2021.



Figuras 78 – Atividade de manejo pecuário na RESEX Chico Mendes em 2021.

A professora Miúda afirmou que não fora somente ela que teve que abandonar os cursos do Projeto Seringueiro e se habilitar pelo PROFORMAÇÃO no nível médio

e posteriormente fazer algum curso superior. Essa fora uma regra imposta pelo Núcleo da Secretaria de Estado de Educação (SEE) de Xapuri. Eles alegavam estar obedecendo ao que determina a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em cujo parágrafo 4º. das disposições transitórias está escrito o seguinte: “Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.”

Essa lei, não obstante ter sido promulgada com baixa participação e contribuição das instituições da sociedade civil ligadas à educação, trouxe alguns avanços, como as contidas no Título II que trata Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, em cuja alínea III estabelece a garantia e a prática do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.”

No título VI que trata dos profissionais da educação, seu Art. 61 indica que os programas de formação devem guardar em seus planos de formação docente:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades”.

Tanto a professora Miúda quanto outras/os ex-docentes do Projeto Seringueiro entrevistados colocaram que o Núcleo de Educação de Xapuri, assim como os de outros municípios onde havia atuação do CTA/Projeto Seringueiro, não levaram em consideração e nem aproveitaram esses aspectos da LDB que favoreceriam a inclusão daquela experiência inovadora como possibilidade de formação garantidora da prática do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, que associava teorias e práticas e que formava seus quadros mediante a capacitação em serviço.

A SEE adotou a habilitação/formação de seus quadros docentes leigos, sendo a maioria dos que atuavam na educação do Campo, das Águas e das Florestas, num formato único, tendo o PROFORMAÇÃO como paradigma para a formação no Ensino Médio, e o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) para suprir as demandas no âmbito da formação em nível superior. O PARFOR fora um programa do governo federal, criado na gestão da Frente Brasil Popular (FBP) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Esse programa visava ser uma ação nacional para fazer frente ao problema da falta de formação adequada de grandes contingentes de docentes em exercício na rede pública de

Educação Básica, notadamente entre os/as docentes que atuavam nas escolas do meio rural. A ideia era fazer cumprir as exigências da LDB, que prescrevia para os sujeitos que lecionassem sem curso superior, o acesso a graduação em licenciaturas na disciplina em que atuassem ou tivessem uma formação em Pedagogia ou no Curso Normal Superior criado no âmbito da nova LDB.

Mas nem todos/as docentes leigos conseguiram acessar o PARFOR e muitos/as, como a professora Miúda, tiveram que fazer cursos pelo sistema de Educação a Distância oferecidos majoritariamente pelas escolas virtuais privadas, no caso do Acre a UNINTER<sup>53</sup>, Faculdade Batista Brasileira (FBB) e a UNOPAR Virtual<sup>54</sup>. Esta escola abriu pontos de internet para oferecer cursos de pedagogia em todos os municípios do Estado, inclusive nos mais pobres, isolados e com menores densidades demográficas, como Santa Rosa do Purus que no censo de 2010 registrou uma população de 4691 habitantes.

Houve professores/as que não obstante os esforços expendidos individualmente para cumprir as exigências de formação, não conseguiram assegurar a continuidade do trabalho que exerciam em suas escolas de origem, ou porque essas escolas por serem pequenas foram fechadas, como foi o caso da escola da professora Miúda, ou porque nos processos seletivos organizados pelo núcleo de educação da Secretaria de Estado de Educação (SEE) em Xapuri esses/as professores/as não conseguiram aprovação ou foram aprovados/as com baixa pontuação, o que implicava em suas transferências para escolas distantes, para lecionar aulas para as quais não estavam preparadas/os.

No relato da professora Miúda, ela falou que foi trabalhar numa escola muito distante. Para chegar até essa escola ela tem que ir para a sede municipal, num percurso de uma hora em moto e de lá se deslocar para a comunidade onde a escola está localizada, numa distância de mais uma hora de viagem, também de moto. No

---

<sup>53</sup> A UNINTER não tem nenhum escrúpulo em se apresentar como empresa, revelando o caráter de mercadoria que essas pseudos universidades transformaram a educação. Endereços eletrônicos da FBB, Unopar e da Uninter consultados em 23 de junho de 2020. <https://fbb.br/graduacao/> <<https://unopar.com.br/institucional/nossa-historia/> <<https://portal.uninter.com/sobre-a-empresa/>>

<sup>54</sup> Conforme poderemos ler abaixo em textos que circulam nos sites dessas escolas, elas tiveram um crescimento vertiginoso a partir da exigência de cursos superiores para o magistério, quando passaram a incluir em seus portfólios, a disponibilidades do curso de Pedagogia. A Unopar, por exemplo, foi fundada no dia 17 de fevereiro de 1972, quando um grupo de empresários, entre eles os professores Marco Antônio *Laffranchi* e Elisabeth Bueno *Laffranchi*, uniram-se para criar o Centro de Estudos de Londrina, assumindo e dando continuidade ao funcionamento do Colégio São Paulo, então mantido por uma congregação religiosa. Foi esse o passo inicial para a criação do Centro de Estudos do Norte do Paraná.



período chuvoso, que ocorre de abril a setembro, esses trajetos ficam inviáveis, ou aumentam o tempo de trajeto entre meia e uma hora. Com isso a professora Miúda fica fora de sua casa durante a semana inteira, pois com o fechamento da escola em que lecionava teve que lecionar distante de sua comunidade e com isso tem que permanecer na comunidade onde está localizada a escola para qual foi lotada.

Enquanto isso, a escola Esperança do Povo na Fazendinha, foi ocupada por lotação majoritária de professores/as que se deslocam da cidade de Xapuri de moto ou em veículo do Núcleo de Educação, num trajeto que demora cerca de uma hora. Alguns desses/as professores/as tem contratos para lecionar noutras escolas, muitas delas na cidade, o que implica no fenômeno que os comunitários das escolas zapatistas do México denominam de mochilas velozes.

Aliás, dentre outras razões, esse foi um forte motivo que estimulou o movimento zapatista a perceber a

necessidade de uma educação alternativa, conduzida pelo próprio povo, tendo como educadores os próprios zapatistas, diferente de antes quando dependiam da educação do “mau governo” (a maneira como eles se referem ao governo do México), quando eram enviados professores até as comunidades, e esses professores não tinham qualquer comprometimento com aquela cultura, seja ela atual ou ancestral (como é o caso da cultura maia, ainda viva naquele povo). (*Pelliccioli*, p. 3).

No Acre, na vigência dos governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores em 20 anos de mandato, entre os anos de 1998 a 2018, verificou-se movimento inverso do ocorrido no México, pois os responsáveis pela educação nas administrações petistas encerraram um modelo de educação popular libertadora que já durava quase duas décadas, apresentando muitos fatores positivos, e permutou-a pelo modelo da Educação Rural.



Figura 79 – Alunas e alunos das Escolas do Projeto Seringueiro se direcionando às aulas.

Santos e Garcia afirmam que:

Lutar pela educação do campo e pelas escolas do campo implica pensar

os objetivos subjacentes à classe trabalhadora, requer pensar na concepção de campo e de educação, exige pensar em um novo modo de produção para a sociedade e pressupõe pensar no público, na coletividade, no conteúdo da política, e não nos interesses imediatos de um determinado grupo. (Santos e Garcia 2020, p. 4)

Continuando com os relatos de outros/as entrevistadas/os apresentamos o que foi falado pela professora Maria de Nazaré Vieira Mendes, conhecida como Naza, filha da professora Antônia Pereira Vieira. A professora Naza disse que se alfabetizou em casa com a mãe. E depois que esta se tornou professora do CTA/Projeto Seringueiro, ela foi escolhida pela comunidade do Chora Menino para lecionar na escola Nossa Senhora das Dores que os comunitários reivindicaram ao STR. Disse que na última gestão governamental da direita no Estado, no final da administração do ex-governador Orleir Cameli (1995-1999), conseguiu uma vaga e estudou no AJURI<sup>55</sup>, programa de habilitação de professores e professoras leigos/as equivalente ao Ensino Fundamental e Médio. A direita não conseguiu eleger um sucessor do seu campo político e o Projeto Ajuri encerrado e sucedido pelo PROFORMAÇÃO, no qual ela concluiu a etapa de sua formação equivalente a Educação Básica.



Figuras 80 e 81 – Alunas e alunos das Escolas do Projeto Seringueiro se direcionando às aulas. O Projeto Seringueiro mantinha pequenas escolas próximas às casas dos estudantes.

O governo do Estado na administração petista fez um convênio com a UFAC para habilitar professores e professoras em nível superior, criando o Programa de Formação Especial de Professores para Educação Básica da Zona Rural (PROFIR), e ela se habilitou em Ciências Biológicas. Ela disse que os alunos que ingressaram nos cursos desse convênio, que eram egressos do Projeto Seringueiro, via de regra apresentavam as melhores performances e aproveitamento nas aulas dos cursos

<sup>55</sup> Ajuri é uma palavra que é sinônima de mutirão. Essa palavra é mais usada no Estado do Amazonas. O programa recebeu esse nome porque o governador Orleir Cameli que comandava o Estado, embora fosse acreano, era um grande em presário naquele Estado.



superiores.



Figura 82 – Motos de professores e de professoras da cidade que lecionam na escola União da RESEX Chico Mendes foto feita em 2021.

O governo do Estado na administração petista fez um convênio com a UFAC para habilitar professores e professoras em nível superior, criando o Programa de Formação Especial de Professores para Educação Básica da Zona Rural (PROFIR), e ela se habilitou em Ciências Biológicas. Ela disse que os alunos que ingressaram nos cursos desse convênio, que eram egressos do Projeto Seringueiro, via de regra apresentavam as melhores performances e aproveitamento nas aulas dos cursos superiores.

A professora Naza disse o seguinte:

Na situação atual das escolas rurais do PAE Cachoeira não dá para considerar elas como escolas do campo, pois elas passaram a ter as mesmas características das escolas rurais que existiam antes das escolas do Projeto Seringueiro. As escolas do Projeto Seringueiro eram escolas do campo, pois elas tinham uma ligação direta com as comunidades e com os movimentos populares, com o STR, o CNS e a FETACRE, que lutavam para ter um mundo novo e melhor para os seringueiros. (Professora Naza em entrevista para a tese.)

Essa observação da professora Naza acerca da interação das escolas com os movimentos populares demonstra que ela percebe nas escolas do Projeto Seringueiro característica da Escola do Campo, no que diz respeito à sua interação com os movimentos populares na busca pela construção de um projeto de sociedade dos extrativistas, inserido num projeto de Brasil, sob a perspectiva dos trabalhadores e trabalhadoras.

Santos no texto Desafios e propostas de ação, que foi discutido na Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo Luziânia – GO, 27 a 31 de julho de 1998, afirma que somente é possível trabalhar por uma Educação Básica do Campo se esta

For vinculada ao processo de construção de um Projeto Popular para o

Brasil e que isso inclui, necessariamente, um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e a garantia de que todo o povo tenha acesso à educação. /.../ E neste sentido há que envolver neste debate os movimentos populares, os sindicatos, as universidades, as igrejas, as paróquias, as comunidades de base, os governos de gestão popular e demais entidades interessadas na construção de uma Educação Básica do Campo. (Santos *et al* 2020, p.84;85)

A professora Naza declarou que na vigência do método de Paulo Freire, quando as escolas recebiam orientações do Projeto Seringueiro:

As decisões referentes às escolas eram tomadas em fóruns democráticos com a participação da comunidade escolar, muito diferente do que ocorre atualmente nas escolas, em que tudo é decidido em Xapuri ou em Rio Branco. No núcleo ou na sede da Secretaria de Educação do Estado e do Município de Xapuri, desde o currículo, o calendário escolar, os professores e professoras que irão dar aulas nas escolas, a merenda, os livros e os materiais escolares. (Professora Naza em entrevista para a tese.)

Na avaliação da professora isso dificilmente ocorreria caso ainda existisse o Projeto Seringueiro, pois os elementos motivadores das aulas seriam exatamente a história da comunidade, do município, do Estado e do Brasil, focando o ambiente extrativista e a sua inserção no mundo. As professoras/es/monitoras/es sempre convidavam agentes sociais que atuavam na comunidade ou alguns de fora que a visitavam, para contribuir com as aulas. Outra coisa que diferenciava as escolas do CTA/Projeto Seringueiro era que as aulas não se restringiam às salas de aulas. E mesmo quando as aulas aconteciam na sala de aula, elas eram muito criativas e se utilizavam materiais concretos para fazer experiências e os alunos e alunas entenderem os conceitos abstratos, sobretudo nas questões de matemática.

Como os/as monitores/as eram oriundos/as das próprias comunidades onde lecionavam, era tranquilo para eles/as saírem das salas de aulas e se embrenhar nas matas para lecionar aulas sobre os ambientes e nichos ecológicos próprios da Amazônia. Também era comum trabalhar na construção de hortas quando as escolas eram assessoradas pelo Projeto Seringueiro. Essas hortas ajudavam na reflexão acerca da soberania e da segurança alimentar, pois as verduras e legumes cultivados eram todos produzidos a partir de sementes caboclas e de alimentos apropriados ao paladar das populações extrativistas. Atualmente as escolas recebem alimentos industrializados conservados com aditivos químicos. Mas este problema decorre da perda da soberania alimentar pelas populações extrativistas. Há cerca de dez anos os seringueiros e as seringueiras produziam cerca de 90% dos alimentos que consumiam, tanto os provenientes de reino animal quanto os vegetais. Além de

alimentos também se produzia tabaco, haja vista que o tabagismo era muito presente entre os homens e mulheres do seringal.



Figuras 83 e 84 – Trabalhos em sala de aula. Fotos do ano de 2005.



Figura 85 – Trabalho em sala de aula no ano de 2005.

Outro ponto que a professora Naza reputou como característica positiva do Projeto Seringueiro era o fato dos materiais didáticos serem produzidos pelos próprios professores/as/monitores/as juntamente com seus alunos/as, com a ajuda da equipe técnica que era constituída por um físico, com especialização em educação matemática, dois licenciados em Letras, uma geógrafa e uma pedagoga, além de quatros técnicos egressos do próprio Projeto Seringueiro. Os materiais refletiam a realidade dos extrativistas e facilitava o processo de alfabetização e pós-alfabetização, bem como a conscientização das populações seringueiras, e esse processo de construção dos materiais didáticos iniciavam com as visitas pedagógicas realizadas pela equipe do Projeto e se intensificavam por ocasião dos cursos de formação, quando todos/as os/as professores/as/monitores/as se

encontravam.



Figura 86 – Trabalho fora da Sala de aula foto do ano de 2005.

A professora Naza continuou fazendo abordagem acerca dos/as professores/as quando esses atuavam durante a vigência do Projeto Seringueiro e como está ocorrendo atualmente.

Antes os professores eram escolhidos pela própria comunidade e faziam os cursos que a equipe do Projeto dava pra nós. A gente tinha uma ligação muito grande com as comunidades das escolas. Eles participavam das atividades e lutas no dia a dia comunitário, como membros ou até monitores das CEB's. Eu ajudava a minha mãe nas reuniões do evangelho, participava de encontros e eventos do STR, como os empates, e muitos eram delegados sindicais, como foi o caso de minha mãe. Eles eram do mundo do seringal e por isso compreendia tudo das florestas e tinha compromisso para defender as matas. É uma pena que hoje os professores de quase todas as escolas são de fora dos seringais. No tempo do Projeto Seringueiro não era assim. Até a merenda nos trazia de casa e também plantava horta na escola, que dava para a gente estudar, pesquisando com o processo de plantio, brotação até a colha das verduras, que reforçava a nossa alimentação escolar. É uma pena que hoje mais de 50% dos professores vem para a escola apenas para lecionar e mal termina as aulas eles metem o pé na carreira para a cidade, onde geralmente trabalham em outra escola. Por isso a qualidade das aulas não é boa, porque o compromisso dos professores com as comunidades é muito pouco. (Entrevista com a professora Naza).

Em sua fala a professora Naza percebe uma série de problemas que são sentidos por educadores e pesquisadores que atuam no âmbito da educação em áreas rurais, na educação do campo, das águas e das florestas. Como Santos que escreveu o seguinte:

No âmbito das políticas públicas para educação do campo, das águas e das florestas existem inúmeros problemas que precisam ser urgentemente encarados e resolvidos: 1) localização geográfica das escolas, em sua grande maioria, distantes da residência dos estudantes. 2) precariedade dos meios de transporte e das estradas. 3) baixa densidade populacional em alguns territórios rurais. 4) fechamento de milhares de escolas do campo na última década. 5) formação dos educadores/as e organização curricular. 6) pouquíssima oferta de vagas para os estudantes do campo nas séries finais do



ensino fundamental e médio. 7) poucos recursos utilizados na construção e manutenção das escolas do campo. 8) Recuo da agricultura familiar e avanço do agronegócio. 9) utilização cada vez maior de agrotóxicos. 10) investimentos em sementes transgênicas, em detrimento das sementes crioulas. (Santos, 2017, p. 14).



Figura 87 – Horta doméstica como essas na colocação de seringa Cumaru 2 localizada na RESEX Chico Mendes, eram cultivadas nas escolas.

A fala da professora Naza expressa outro problema que é a impostura das instituições oficiais que gerenciam a educação escolar que, por meio do processo seletivo para contratar os/as professores/as para as escolas situadas em áreas do campo, das águas e das florestas, destinam docentes sem compromissos com as comunidades. Aliás, outros entrevistados também perceberam este problema.

A professora Naza vivenciou, para o seu ingresso no magistério, um processo democrático de escolha de professores pelo qual a comunidade tinha protagonismo. Atualmente esse processo foi tornado inviável pelo poder público. Ela observa que no processo oficial nem sempre os professores e as professoras das comunidades conseguem aprovação nos concursos e quando o conseguem às vezes eles/as obtêm uma baixa pontuação, o que faz com que sejam lotados em escolas distantes ou desistam do magistério, haja vista que o salário é baixo e o contrato é precário; um contrato provisório em que recebem salários apenas durante os dez meses do período letivo e tem que se submeter anualmente ou de dois em dois anos a esse teste seletivo. Em sua fala a professora toca em questões que dizem respeito à precarização das condições do trabalho de um modo geral, e que é agravado nas escolas situadas em áreas do campo, das águas e das florestas.

Essa precarização se dá em diversas frentes, que vai desde a degradação das condições de trabalho, em que os professores/as trabalham em ambientes inapropriados, em escolas situadas em territórios do campo, das águas e das

florestas, até o funcionamento de salas de aulas em locais improvisados, sob uma árvore, conforme testemunho da professora Leide que declarou que “no começo eu dava aula debaixo de uma mangueira na casa do meu sogro”. Há registros de salas de aulas funcionando em paióis e em casas de farinha.

Outras áreas do magistério afetadas pela degradação de suas condições, diz respeito às questões da contratação dos docentes e a precarização de sua formação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) na parte referente aos Profissionais da Educação prescreve que a formação dos profissionais de educação deve atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando e que em seus fundamentos deve-se proporcionar a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço.

Essa inovação que seria fundamental para a categoria do magistério em geral, é ainda mais fundamental para os professores e professoras de escolas situadas nos territórios do campo, nas águas e nas florestas, haja vista que estas geralmente se situam em áreas isoladas e inóspitas.

O CTA/Projeto Seringueiro desenvolveu um sistema bastante efetivo e eficiente de formação em serviço no qual os membros de sua equipe técnica se deslocavam às escolas e trabalhavam com os professores e com as professoras no momento em que eles/as estavam, nas palavras do professor Pingo, “com a mão na massa”.



Figuras 88 e 89 – Imagens de deslocamentos de membros da equipe técnica para realização de assessoria e supervisão às escolas no ano de 2005.

A maioria dos professores e das professoras que hoje estão no exercício do magistério nas escolas do PAE Cachoeira e da RESEX Chico Mendes não tem



qualquer tipo de acompanhamento pedagógico para ajudá-los/las em suas dificuldades, uma vez que a maioria não é oriunda do ambiente extrativista e desconhece totalmente as características desse ambiente e da cultura de suas populações, sendo ainda que a maioria tem formação pelo sistema EAD que apresenta profundas deficiências.

A professora Maria Maia, a Miúda nos relatou como se deu a sua formação pelo sistema de EAD. Ela falou que os cursos oferecidos por faculdades particulares oferecem uma formação bem precária, segundo ela “diferente da época do Projeto Seringueiro que nós tinha uma formação com a metodologia de Paulo Freire, que dava segurança pra nós fazer nossas tarefas com os nossos alunos, nesses cursos da internet eles só ensinam a teoria”.

Outra entrevistada foi a ex-professora Alexandrina que disse o seguinte acerca do trabalho que a escola fazia para fortalecer nos alunos o sentimento de pertencimento à cultura dos povos da floresta.

Hoje os alunos das escolas que antes eram do Projeto não conhecem a própria história de luta que seus pais e avós participaram. Essa luta foi muito importante para garantir a terra por meio da conquista da Reserva Chico Mendes e do Projeto Cachoeira. Os alunos e alunas de hoje não compartilham mais da cultura de base extrativista. Esses alunos estão iludidos pela cultura dos fazendeiros e gostam de tudo que é ligado à pecuária. Muitos tem familiares, pais, irmãos, tios ou primos maiores que são peão de fazendas e acham bonito se vestirem como vaqueiros, usando calças jeans apertadas, camisas quadriculadas, cintos com imensas fivelas, botas de canos altos e chapéus tipo os dos vaqueiros daí de fora. Eles não gostam mais das nossas músicas antigas e só querem ouvir as músicas dos sertanejos que não falam nada de bom para nós que somos da mata. Essa nova geração demonstra preconceitos contra a cultura e os costumes dos mais velhos. Eles acham ridículo quando ver alguém usando sapatos de seringa<sup>56</sup>. E ri mangando quando a gente conta que os seringueiros usavam bonés que nós mesmo fazia com um pedaço de perna de calça velha, que eles usava calça e camisa bem velha cheia de nodas de plantas da floresta e de leite de seringa, que ficava grudado nas roupas quando o seringueiro esfregava a tigela de seringa com os dedos para tirar todo o leite da tigela, e aí enxugava os dedos na blusa ou na calça. Eles acham estranho quando a gente diz que os seringueiros usavam capangas<sup>57</sup> para levar os cartuchos e o tabaco para não molhar quando chovia ou quando tinha que atravessar um igarapé ou um igapó. (Professora Alexandrina ex-professora da Escola Belo Horizonte)

A fala da professora Alexandrina remete para um problema já detectado em

---

<sup>56</sup> Sapato artesanal confeccionado com o leite de seringa pelos próprios seringueiros. Esses sapatos eram feitos pela cobertura de uma forma de madeira esculpida pelo seringueiro artesão, no formato de um sapato, com várias camadas de leite de seringa aquecido.

<sup>57</sup> Capangas eram pequenas bolsas de seringa confeccionadas geralmente pelas mulheres seringueiras, usadas para acondicionar os cartuchos da espingarda, o tabaco e os fósforos, para protegê-los da chuva ou das águas durante a travessia de igarapés e igapós cheios.

nosso trabalho de extensão e que na pesquisa de tese foi possível vê-lo de forma ainda mais aprofundada. Trata-se da mudança da base econômica dos ambientes extrativistas que está gerando uma nova cultura material e imaterial. Essa temática não será abordada aqui, mas ela será objeto de futuras atividades de pesquisa e extensão.

Na mesma linha de observação e constatação, o professor Graciano Diogo que se formou e lecionou na escola União no seringal Floresta na RESEX Chico Mendes disse que percebe que

Hoje o ensino nas escolas da reserve é mecânico e visa somente desenvolver a leitura e resolver alguns problemas matemáticos para realizar operações simples e ler e escrever textos, às vezes sem compreender direito o que estão lendo. Os atuais professores e professoras não apresentam mais compromisso com a realidade social dos moradores do seringal. (Professor Graciano, entrevista para a tese).



Figura 90 – Pélas e sapatos de seringa feitos por seringueiros.

Outro professor, o senhor Agripino do PAE Cachoeira disse que essas mudanças foram realizadas durante a gestão do Governo da Floresta, tendo à frente o PT, que os extrativistas reputavam como um governo deles, e por isso não perceberam o que essas mudanças significavam e não se opuseram:

A gente foi muito mole na crítica do pessoal do governo. Talvez porque na maioria dos casos eles era companheiros das lutas e com isso a gente foi engolindo tudo que vinha do governo. Naquele momento a gente achava até que era normal e que as mudança era positiva. Hoje muitos companheiros vê que tava errado, pois o governo é uma força da política que é diferente do que a gente pensava. O governo é uma força que atua mais para o lado da direita e dos ricos. (Professor Agripino em entrevista para a tese).

O senhor Miguel Mendes disse que hoje fica muito perceptível que a mudança que aconteceu no Acre com o PT foi negativa, mas que agora está muito difícil reverter, pois os movimentos sindical e popular que antes eram muito atuantes agora,

nem sequer existem ou são inexpressivos como força de representação dos seringueiros. Com isso as comunidades não conseguem mais influir em nada das políticas públicas que são implantadas mesmo que sejam prejudiciais para os trabalhadores e trabalhadoras extrativistas. A única mudança que ele reputa como positiva em relação a educação escolar, mas que poderia ser feita com as escolas sendo orientadas pelo CTA/Projeto Seringueiro, é o fato de que os alunos que estudam nas escolas, agora tem boletins e podem ser transferidos para qualquer escola: “No tempo do Projeto isso era mais complicado, pois os alunos transferido tinha que fazer uma prova na escola da cidade para poder se matricular”.

Mas o certo acerca do desmantelamento do programa de educação escolar do CTA/Projeto Seringueiro é que o problema é muito mais profundo.

Conversamos com o senhor Delmar Pereira da Silva e sua esposa, a senhora Ivanete Souza da Silva que tem um filho em idade escolar, o adolescente Wesley Souza da Silva de 14 anos de idade, que deveria estar estudando na escola Ivair Higino que foi fechada. Segundo o casal

A escola que tinha na comunidade foi fechada depois da aposentadoria da professora Conda e do professor Conde, que eles eram do Projeto Seringueiro. E agora a Secretaria de Educação manda uma pessoa lá da cidade toda semana. Essa pessoa traz um papel com o que os alunos tem que estudar para fazer uma prova. Na outra semana ela passa para aplicar a prova, aí recolhe a prova e deixa outro papel para estudar e fazer outra prova na outra semana. (Senhor Delmar Pereira da Silva e sua esposa, a senhora Ivanete Souza da Silva, pai de aluno da RESEX).

Conversando com outros pais e mães de alunos e de alunas, e constatamos que essa alternativa de arremedo de *Homeschooling* é oferecida aos alunos e alunas que estejam cursando entre o 6.º e o 9.º ano, e para os que estão cursando entre a alfabetização e o 5.º ano se oferecem a possibilidade de matrícula na escola Belo Horizonte onde há aulas presenciais lecionadas por professores e professoras que se deslocam da cidade. Essa escola foi fundada pelo Projeto Seringueiro, mas ela está localizada na colocação Semitumba, no seringal Albrácia, a uma distância de 20 Km da comunidade do Cumuru 2 que fica no seringal Palmari, onde estão as famílias que eram atendidas na escola Ivair Higino<sup>58</sup>.

Conversamos com uma segunda família da comunidade, a do senhor Amilcar

---

<sup>58</sup>Por ocasião de nossa primeira visita à comunidade, a Secretaria de Educação não estava disponibilizando sistema de transportes para deslocamento dos alunos e alunas da comunidade Cumaru 2 porque estava com problema na licitação para alugar o transporte. Na segunda visita o problema de transporte estava resolvido.

Pereira da Silva e sua esposa, a senhora Letícia Ribeiro de Araújo da Silva, pais do jovem Luan Araújo da Silva, de 17 anos de idade. O casal falou que o filho se alfabetizou e estudou até o 6.º ano na escola Fé em Deus, fundada pelo Projeto Seringueiro, localizada na colocação Caboré, no seringal Boa Vista. Disse que ao se mudar para a colocação Japão, no seringal Albrácia, o filho passou a estudar na escola Belo Horizonte. Ele estudou até o 8.º ano, mas com o advento da pandemia da COVID-19, causada pelo contágio com o coronavírus SARS-CoV-2, provocando infecção respiratória aguda, e que é potencialmente grave, possuindo elevada transmissibilidade. Por essa razão a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou o *lockdown* como medida preventiva obrigatória visando o bloqueio total para impedir a transmissão do vírus. Essa medida afetou as rotinas sociais no mundo inteiro, sendo mais grave no caso do Brasil em razão do presidente da república, Jair Bolsonaro ser negacionista e anticiência, com isso atrasou a compra de imunizantes, propagou a imunidade de rebanho, incentivou o uso de medicação sem comprovação de eficácia, aliás prescreveu medicamentos que agravavam quadros clínicos de pessoas contaminadas com a doença.

Tudo isso forçou o sistema de educação do Estado do Acre a improvisar de forma muito tosca, aulas na modalidade de ensino domiciliar, como a que expusemos acima.

O casal informou que a antiga professora, a senhora Alexandrina que fora formada pelo Projeto Seringueiro aposentou-se e se mudou para a cidade no dia 16 de maio do ano de 2022, e que a escola não tinha previsão de data para o retorno das aulas pelo sistema presencial. O casal disse estar temeroso devido ao fato dos atuais professores e professoras se deslocarem até a comunidade apenas durante o horário escolar, e que o sistema de aulas é semelhante ao que se estuda na cidade, não há um sistema crítico de ensino, como era no tempo da escola do Projeto Seringueiro.

Entre os sujeitos entrevistados se percebe uma divisão caracterizada pelo posicionamento dos que permaneceram fiéis aos ideais do movimento popular e sindical e os que aderiram aos planos de desenvolvimento econômico apresentados pelo campo governamental, desde a época dos governos capitaneados pelo Partido dos Trabalhadores. Estes últimos sujeitos defenderam que o Projeto Seringueiro foi importante para o avanço e a conquista de benefícios sociais para a classe

trabalhadora, mas que com a ascensão de um grupo do campo político progressista ao poder federal, estadual e municipal em Xapuri, não se justificava mais a permanência do Projeto Seringueiro cumprindo um papel institucional que competia ao Estado.



Figuras 91 e 92 – Imagens da Escola Belo Horizonte na colocação Semitumba, na RESEX Chico Mendes. A caminhonete que faz o transporte escolar é semelhante aos carros que transportam animais. Fotos feitas em 2022.

Analisando as falas colhidas na pesquisa de campo, é relevante observar a percepção dos sujeitos pesquisados acerca da importância da metodologia utilizada nas escolas pelo CTA/Projeto Seringueiro no processo de conscientização, que fortaleceu as lutas vitoriosas nos anos de 1980 e 1990, e é também interessante observar como esses sujeitos fazem o link com o contexto atual em que as escolas foram oficializadas, e tem por base metodológica os pressupostos do sistema de educação rural, que não estimula o desenvolvimento da consciência crítica.

Fica explícito nas falas, que em termos de qualidade e utilidade, no que diz respeito ao desenvolvimento da consciência crítica, existe acentuada diferença para menos na atual situação dos alunos e alunas das escolas. Muitos manifestaram o desejo da obrigatoriedade da manutenção financeira da rede escolar pelo poder público, mas com a transferência da responsabilidade da gestão político-pedagógica e administrativa para as comunidades, com a assessoria técnica de uma instituição nos moldes do antigo CTA/Projeto Seringueiro, conforme ocorria antes da transferência de 100% dessas responsabilidades para o âmbito do poder público estatal.

Isso foi manifestado por alguns entrevistados e entrevistadas, dentre os quais citaremos abaixo o senhor Assiz Monteiro que foi professor, membro da equipe técnica, presidente do STR de Xapuri e que também atuou na administração petista



da prefeitura como secretário de saúde. Ele falou o seguinte:

O Projeto Seringueiro faz muita falta no sentido de que nunca mais se teve uma escola voltada para a realidade do seringueiro. Focada no fortalecimento do movimento. O Estado não conseguiu absorver a metodologia do Projeto Seringueiro para aplicar nas escolas atuais e continuar aquele processo de conscientização. Talvez a gente pudesse criar, não o Projeto Seringueiro, mas adotar a metodologia dele nos movimentos. A sua metodologia do respeito pela realidade do seringueiro. Hoje se percebe que apesar de ter uma lei que protege o menor com relação ao trabalho, a realidade das famílias é que elas precisam cultivar a terra, cortar seringa, quebrar castanha, fazer roça. A escola não respeita esse tempo diferenciado em que o seringueiro vive. No Projeto Seringueiro isso era discutido. Por exemplo: quais são os dias de aula para não atrapalhar o trabalho? Hoje a escola exige a presença dos alunos todos os dias, e quem define os horários, os dias de aulas é a própria secretaria de educação, sem considerar essa realidade específica do seringal. Nesse sentido o Estado está presente na oferta de educação escolar, mas é uma educação autoritária, pois não dialoga com os pais e mães dos alunos e das alunas. Perdemos a metodologia participativa e questionadora, que esclarecia e respeitava a realidade do seringueiro com relação ao tempo de trabalho dos extrativistas. (Entrevista de Assiz Oliveira).

A fala do professor Assiz remete a uma discussão que *Caldart* coloca nos seguintes termos:

Na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico, isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os ou pelos sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos. (Caldart, 2005, p. 23)

A fala do senhor Assiz faz referência e questiona eventos como a “lei que protege o menor com relação ao trabalho”. Esse questionamento é bastante polêmico. Mas é um tema que faz sentido para os camponeses da agricultura familiar, pois eles tem uma organização social e produtiva de base etária e querem que esse tema seja discutido e considerado para efeito da organização de um projeto de educação escolar para os seus filhos e as suas filhas.

Outro ponto que a fala do senhor Assiz levanta e que é abordado também por *Caldart*, diz respeito à sujeição dos camponeses pelo Estado por meio de um “tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos”. Em sua fala ele diz que “o Estado está presente na oferta de educação escolar, mas é uma educação autoritária, pois não dialoga com os pais dos alunos”. Como alternativa ele propõe, não que se recrie o Projeto Seringueiro, mas que se adote a sua metodologia nos movimentos. Ele reputa que o modelo de educação desenvolvido pelo Projeto



Seringueiro tinha aspectos democráticos que possibilitavam um amplo diálogo na comunidade.

Alguns entrevistados se referiram a possibilidade de implantação em paralelo às escolas oficiais, de núcleos de escolas que atendam na modalidade de alternância, como ocorre com as Escolas Família Agrícola (EFAs). Acerca disso o senhor Ademir Pereira, também ex-professor e ex-membro da equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro falou o seguinte:

Eu defendo que o Projeto Seringueiro deve continuar, mas criando um Centro de Formação Diversificada, onde os alunos podem ficar uma semana no Centro, num sistema interno, tipo uma semana por mês e outra em casa para poder conciliar com o trabalho de produção familiar. Ali se poderia trabalhar na aprendizagem de carpintaria, conserto de armas, conserto de motores de casa de farinha. E quando estivessem formados poderiam trocar serviços, pois essas oficinas ofereceriam serviços que são necessários no seringal. Por exemplo, se um fizesse uma mesa, quem quisesse se tivesse dinheiro bem, mas se não tivesse poderia trocar por um produto que ele produz lá no seringal: como farinha, um animal, porco, galinhas, ou legumes como feijão e arroz. Mas a ideia é que a comercialização seja realizada toda lá na RESEX. Seria um processo de comercialização dentro das comunidades, quer dizer, produzir e comercializar lá mesmo. Isso é para criar um mercado solidário interno. Essas oficinas absorveriam uma demanda de muitas pessoas que sempre querem aprender muito mais, e esse Centro não ofereceria somente o aprendizado dos ofícios. Ele não ficaria aprendendo somente consertar armas, arrumar motor e fazer móveis, mas ia ter também no decorrer do período que ficasse lá, um momento para a educação escolar. Defendo que esse trabalho possa atender alunos a partir do nono ano que estão nas escolas hoje e os ex-alunos da RESEX e do PAE, para complementar com uma educação libertadora para compensar a formação que é alienada nas escolas atuais. Nesse Centro teria um momento para a leitura e escrita de textos críticos abordando questões ligadas à realidade do extrativista. O Centro deveria desenvolver atividades artísticas como teatro e música e atividades esportivas. Deve ensinar também técnicas de desenvolvimento e gestão para aplicar nas colocações da RESEX. Deveria ser uma experiência parecida com a que foi pensada para o Centro de Treinamento da Pimenteira. (Ademir Rodrigues ex-técnico do CTA/Projeto Seringueiro em entrevista para a tese.)

O professor Ademir, assim como outros sujeitos que contribuíram com os relatos de suas histórias de vida, levanta aspectos muito interessantes, como o que diz respeito à educação por meio da metodologia de alternância. Em minha interação com diversos sujeitos dos que me interpelaram e com outros com quem interagi ao longo da pesquisa, combinamos que trataríamos desse tema em posteriores trabalhos de pesquisa e de extensão. Outra temática que trataremos no nível da pesquisa e da extensão será a da proposta que o senhor Ademir faz acerca de desenvolver um núcleo de economia solidária no interior do PAE e da RESEX.

Tecerei aqui breves considerações sobre parte das observações do professor

Ademir acerca do modelo de desenvolvimento atualmente em vigor nesses ambientes, que se caracteriza pela insustentabilidade econômica e ambiental. Esse modelo se baseia na monocultura da criação de bovinos, em que alguns poucos ex-seringueiros conseguiram se capitalizar minimamente, por algumas formas, sendo as mais comuns a venda de parte da colocação e/ou a sessão de parte dela para que criadores de gado de fora dos territórios florestais, sobretudo funcionários públicos, comerciantes e políticos da cidade abram pastagens nelas.

É por conta dessas situações impostas hoje aos extrativistas, por falta de alternativas de base florestal, que o senhor Ademir propõe algo sustentável, de base ecológica e solidária, haja vista que na presente conjuntura os trabalhadores e as trabalhadoras em sua maioria perderam a soberania alimentar, deixando de produzir o próprio alimento, priorizando a produção de alimentos para o gado, convertendo grandes frações de suas colocações em plantação de capim.





Figuras 93 a 100 – Fotos do centro de treinamento do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Xapuri. Ele está localizado na colocação Pimenteira. Encontra-se abandonado desde o ano de 2008.

Outro entrevistado que se referiu à necessidade de uma alternativa de educação escolar adequada aos ambientes florestais foi o senhor José Maria Barbosa de Aquino, conhecido como Boca. Eis abaixo o seu relato:

O governo na época do PT até tentou mudar a situação de educação escolar das reservas por meio da Escola da Floresta. A Escola da Floresta tinha um pouco de Pedagogia da Alternância que tentaram implantar, mas não conseguiram. A ideia era formar pessoas que se formassem e voltassem para as suas áreas, para implantar em suas comunidades aquilo que aprenderam na Escola da Floresta para melhorar suas produções e consequentemente melhorar a renda familiar. Mas o que aconteceu é que as pessoas tinham uma formação na Escola da Floresta, mas quando retornavam para casa o desejo deles era se tornar servidores públicos e não empreendedores para melhorar suas condições enquanto produtores familiares. O movimento social e os sucessivos governos do PT durante os 20 anos em que esteve à frente do poder no Acre pecou em não implantar uma grade curricular que atendesse as particularidades de cada região e de cada situação, e daí que o mesmo currículo de uma escola de quem estuda no Rio de Janeiro, é aplicado na RESEX. (José de Aquino, conhecido como Boca, na entrevista para a tese)



Na pesquisa de campo identificamos na escola União localizada na comunidade Rio Branco na RESEX Chico Mendes, um problema em relação aos seus quadros docentes, que tem pouca ou nenhuma vinculação com o ambiente sócio-histórico e cultural das populações extrativistas.

Por ocasião dos trabalhos de campo conversamos com a senhora Maria Pereira, ex-servidora da escola e moradora na comunidade Rio Branco, que nos informou que “dos seis docentes que estão lecionando na escola neste ano de 2021, apenas uma professora é da comunidade, os outros moram em Xapuri”.

Apuramos também por meio da entrevista com o senhor Graciano Diogo, formado na Escola União, quando essa tinha orientação do CTA/Projeto Seringueiro e que também fora seu docente

Que não há estabilidade dos professores das escolas rurais e que todos os anos, e agora a cada dois anos, muda quase todos. Isso porque esses professores entram por meio de contratos provisórios. Antes o contrato era de um ano, mas agora é de dois anos. Eu estudei na escola e fui professor por muito tempo na época do Projeto Seringueiro. Mas quando passou para o governo as coisas mudaram. Eles exigiram formação em nível superior para os professores trabalhar e foi feito um convênio com a UFAC para formar os professores e eu me formei em Biologia. Mas a secretaria não tem tempo certo para fazer o concurso para as escolas rurais e quando faz a gente só recebe salário por dez meses do ano, que são os meses que a gente dá aula. Não temos direito as férias remuneradas e nem ao abono de 13.º salário. E muitos professores que vão dar aula nas escolas rurais são da cidade. Estou ficando desgostoso e se aparecer um concurso permanente mesmo que não seja para a escola do Rio Branco eu vou é fazer, pois esse negócio da gente não saber se vai ter concurso provisório é muito ruim. (Graciano Diogo em entrevista para a tese)

A escola União, a exemplo da escola Esperança do Povo, se tornou uma escola polo, pois as pequenas escolas que existiam nos seringais no entorno do seringal Floresta onde está localizada a colocação Rio Branco foram fechadas. A escola União apresenta características e problemas comuns à escola Esperança do Povo do PAE Cachoeira que já abordamos. Num caso e no outro, ilustraremos com exemplos colhidos em falas de sujeitos da comunidade Rio Branco, como foi o caso acima do professor Graciano que expôs acerca do problema para o preenchimento das vagas destinadas aos professores e professoras.

Por ser uma unidade polo, a escola União atende a demanda do Ensino Básico completo, recebendo alunos e alunas de comunidades distantes. Ela dispõe de sistema de transporte escolar, mas como os ramais são muito ruins e o regime das chuvas na Amazônia é muito intenso, quase não há condições de trafegabilidade

durante o período de chuvas que inicia em setembro e vai até abril. Portanto, essas condições impedem o deslocamento regular ao longo do ano, tanto de alunos e alunas, quanto de professores e professoras, sendo que a maioria dos docentes se desloca da cidade em motos.

O ex-professor da escola União, senhor Rosivasques de Freitas falou acerca da inadequabilidade do método que o Estado propõe ao sistema educacional nas escolas situadas nos ambientes florestais. Ele falou o seguinte:

A grade curricular das escolas da Reserva é a mesma das escolas da cidade. Todo dia tem aula durante os cinco dias da semana. Isso impede os alunos de viver fazendo as coisas do seringal. Isso é pior porque a secretaria de educação transformou a escola União em escola polo e fechou muitas escolinhas que ficavam mais perto das colocações das famílias dos alunos. Isso prejudicou quem estuda da alfabetização até o sexto ano, pois eles tem que ir de ônibus para a escola. E a gente sabe que não tem condições do ônibus andar durante a maior parte do ano. Isso prejudica os alunos de aprender. (Rosivasques Freitas em entrevista para a tese).



Figura 101 – Foto da Escola Ivair Higino localizada na RESEX Chico Mendes. Fechada desde o ano de 2010.

No Acre a adoção de medidas centradas no modelo de capitalismo verde se deu no momento em que a força política gestora dos interesses do capital estava sob a hegemonia política do PT. Isso desincentivou a possibilidade do fortalecimento de modelos críticos de educação. A implantação de modelos educacionais não críticos visava satisfazer os interesses dos representantes desse “novo” modelo econômico, que na verdade era a modernização do velho latifúndio que impera em nosso país desde a instituição das capitanias hereditárias no século XVI e que sempre obstruiu a implantação de uma Reforma Agrária.

No Acre, o velho latifúndio se apresenta tendo à frente o projeto da

pecuarização e da exploração predatória da madeira, mas na nova fase do desenvolvimento do capital na Amazônia, essa do Capitalismo Verde, esse projeto passou a ser dourado por um discurso de manejo múltiplo da floresta. Para esse tipo de empreendimento, os interesses do capital desprezam um modelo educacional de base crítica em benefício da classe trabalhadora, podendo até prescindir de educação escolar formal.

Leiamos o que *Enguita* escreve acerca disso.

Debido a que el centro de trabajo es una de las instituciones que mayor necesidad de adultos competentes tiene, los programas de las escuelas tienen que estar enfocados necesariamente hacia el desarrollo de las aptitudes, actitudes y tipos de personalidad requeridos para encajar adecuadamente en el mundo laboral. Según este punto de vista, las sociedades más tradicionales no tienen necesidad de escuelas porque la familia, la iglesia, la comunidad y el centro de trabajo son perfectamente capaces de preparar a los jóvenes para los roles adultos. (*Enguita*, 1986, p. 34,35)



Figura 102 – Escola União no Seringal Floresta na RESEX Chico Mendes.

Essa postura do capital apontada por Enguita é captada nas respostas dadas às entrevistas e confirmadas in loco, por ocasião da pesquisa de campo.

A derrocada do movimento popular e sindical críticos que faziam frente às investidas do capital é sentida como algo muito grave e os/as entrevistados/as manifestaram a necessidade da reorganização desse movimento popular crítico, que possa desempenhar o papel que antes fora desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro no campo da educação escolar. O senhor Jorge Pinheiro relatou parte de sua experiência como técnico do CTA/Projeto Seringueiro, ressaltando a interação com os movimentos populares de base dos extrativistas. Ele falou o seguinte na entrevista:



Antes de ser da equipe, eu dava aulas para turmas multisseriadas e mistas em termos de gênero e de idade. Dava aulas para alunos que eram mães e pais, filhos e filhas. Eu cheguei a ter alunos e alunas com idade mínima de sete anos e máxima de 50 na mesma sala de aula. Esses alunos e alunas estudavam da alfabetização até o quarto, quinto ano. Como monitor/professor eu participava dos cursos anuais de formação ministrados pela equipe técnica do CTA/Projeto Seringueiro. Quando eu fui trabalhar na trabalhar na equipe eu participava do planejamento e estudava, pois, a equipe técnica tinha um grupo de estudos muito ativo. Como o projeto tinha um material próprio que era a Cartilha Poronga, nós a estudávamos bastante para auxiliar os professores no uso dessa Cartilha, pois a imensa maioria era semialfabetizada e carregava os vícios de uma alfabetização tradicional. Alguns deixavam de trabalhar com o método da Cartilha Poronga e queriam na alfabetização, ensinar pelo método alfabético do A, B, C e pela soletração. Eu também lecionava nos cursos dos monitores e de outras lideranças, como delegados sindicais e gerentes de cooperativa, e estes cursos duravam entre quinze dias e um mês. Nas assessorias pedagógicas que aconteciam de forma sistemática cada um de nós da equipe técnica permanecia por no mínimo quatro dias numa escola, ocasião em que a gente observava as dificuldades apresentadas pelos professores, e aí a gente discutia e fazia um replanejamento das aulas junto com o monitor, focando nas dificuldades apresentadas. No final da assessoria à escola, se reunia com as pessoas da comunidade, pais e demais membros, incluindo os agentes sociais que tivessem ação no local, como delegados sindicais, membros do CNS, monitores de CEB's, dirigentes das associações de moradores da RESEX ou do PAE, agentes comunitários de saúde, gerentes de núcleos da cooperativa ou de quebradoras de castanha. Nas reuniões se avaliava os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos naquela comunidade. E essa avaliação não era só dos trabalhos da escola, mas de todas as frentes de atividades sociais existentes na comunidade. Ao retornar para a cidade o técnico ou técnica do Projeto se reunia com os representantes dessas entidades e se planejava para numa próxima visita de assessoria pedagógica, caso se detectasse problemas graves, a ida de um representante delas para ajudar a superar os problemas detectados. (Jorge Gomes ex-membro da equipe técnica em entrevista para a tese).

A fala do professor Jorge é muito rica, pois ele revela detalhes importantes

da metodologia de trabalho que ele aplicou como professor e como técnico do CTA/Projeto Seringueiro. Além dos detalhes relativos às questões do magistério, ele também revela e reflete acerca da interação entre o projeto de educação e os projetos desenvolvidos junto aos movimentos populares e sindicais comunitários.



Figura 103 – Transporte escolar na escola União Seringal Floresta RESEX Mendes. Foto tirada em 2021

A ex-professora Maria Araújo de Aquino, a Leide, também reputa como negativo o nivelamento dos conteúdos das escolas rurais com o das escolas urbanas. Segundo ela, com isso a formação é igual para escolas ribeirinhas, escolas de seringais no interior ou fora da RESEX, escolas de colônias, escolas de PAE's ou as de Polos Agroflorestais<sup>59</sup>. Ela disse que muitas pessoas falam que não adianta ter uma escola em quase todos os seringais, se elas são organizadas por meio de uma “grade curricular” que não possibilita a compatibilização do estudo com os trabalhos próprios dos diversos ambientes do campo, das águas e das florestas. Os pais dizem que no sistema atual seus filhos ou estudam ou cortam seringa. Com a “grade curricular” existente não há como fazer as duas coisas.

Eis as suas palavras:

---

<sup>59</sup> O polo agroflorestal foi criado na gestão do governador Jorge Viana do PT, ainda quando fora prefeito do município de Rio Branco. Com a chegada do PT ao governo do Estado, o programa foi sendo expandido ao longo dos 20 anos em que o partido esteve no poder para quase a totalidade dos municípios do Acre. O polo consistia na aquisição de terras no entorno das cidades pelo poder público. Essas terras eram divididas em pequenos lotes de até quatro hectares e destinados a trabalhadores rurais e urbanos sem terra que se habilitassem a essa atividade. O modelo pretendia estabelecer um cinturão verde no entorno das cidades. Além de oferecer renda, o programa pretendia garantir segurança alimentar e respeito ao ambiente, pelo estímulo às práticas agroecológicas, como a implantação de sistemas agroflorestais (SAF's).

O Estado assumiu a responsabilidade pela gestão das escolas. Mas o que a gente percebe em discussão com as pessoas da RESEX é que o método que o Estado impõe ao sistema educacional é muito negativo para os extrativistas. O fato da grade curricular das escolas da RESEX ser a mesma das escolas da cidade, com aulas todos os dias impede os alunos de vivenciarem as rotinas do campo. Isso se agrava porque a Secretaria de Educação criou escolas polos na Semitumba e no Rio Branco, na RESEX Chico Mendes, e a da fazendinha, no PAE Cachoeira. Isso fechou muitas escolinhas que ficavam próximas das colocações das famílias dos alunos, como ocorreu com a escola Ivair Higino onde eu lecionava. Isso prejudicou quem estuda da alfabetização até a 5.<sup>a</sup> série, pois tem que usar o transporte escolar e este não tem condições de andar durante a maior parte do ano, comprometendo o processo de escolarização dos alunos. (Professora Leide)

A entrevista com a professora Leide, que continuaremos a transcrever abaixo, demonstra o quão ela percebe de forma aguda, crítica e acertada o equívoco que se deu pela substituição da orientação didático-pedagógica das escolas localizadas em territórios florestais, por um modelo baseado nos princípios da Educação Rural, em detrimento do sistema criado e desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro no início dos anos de 1980, e que foi sendo aperfeiçoado ao longo desses anos com a contribuição do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas, protagonizado inicialmente pelo Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Xapuri e posteriormente por este, com o apoio do Conselho Nacional dos Seringueiros e das Associações de Moradores da RESEX e do PAE.

Ela identifica pontos de impasses que podem levar a colapsos do sistema de educação escolar atualmente em vigor, como o divórcio do Projeto Político Pedagógico das escolas, que ela chama de grade curricular, em relação à vida e à realidade objetiva das comunidades e dos povos extrativistas. Ela aponta também como dado negativo do sistema em vigor a criação de escolas polos e a consequente adoção de sistema de transporte e o fechamento de pequenas escolas, inclusive a que ela lecionava.

Leiamos outro trecho da entrevista da senhora Leide.

Outra coisa que afasta cada vez mais a educação oferecida aos moradores da RESEX é o fato da formação dos seus professores ser a mesma destinada aos demais professores que trabalham no meio urbano, tanto os que dão aula na periferia quanto os que lecionam nas escolas localizadas na área central do município. Os extrativistas sempre sonharam e discutiram a possibilidade de terem uma escola que atendesse o Ensino Médio, mas que trabalhasse respeitando e usando a cultura local como base de ensino dessa escola. Com essa situação atual da educação nos seringais, nós da Secretaria Municipal de Agricultura (SMA) trouxemos uma pessoa do Amapá que trabalha com a Escola Família Agrícola, para fazer a discussão da possibilidade da implantação desse modelo na RESEX, aqui no município de Xapuri. Isso é uma necessidade sentida por todos os moradores da Reserva e de outras

áreas rurais daqui. Também sentimos falta de uma instituição nos moldes do Projeto Seringueiro para tomar a frente e coordenar as discussões sobre a educação escolar na floresta. (Professora Leide).

Nessa parte da entrevista a professora Leide demonstra clareza e compreensão acerca das limitações no campo da formação de professores e professoras, problema este demonstrado por outros e outras entrevistadas/os. Ela deixa antever que os extrativistas procuram desenvolver o paradigma da educação do campo que vem sendo construída a partir de 1998, com fortes vínculos com os movimentos populares, sindicais e sociais. Outra coisa que sua fala revela é o reconhecimento que o CTA/Projeto Seringueiro ainda tem papel a cumprir no campo da educação escolar junto aos extrativistas.

Mas teve entrevistados/as que reputaram que com a ascensão do governo do PT, o ciclo do CTA/Projeto Seringueiro tinha findado. Para efeito de ilustração dessa posição vale ler o relato do senhor Nilson Mendes, que declarou o seguinte na entrevista:

No momento que o poder foi conquistado por um governo dos trabalhadores, esse governo fez um grande benefício que foi implantar um grande colégio no PAE Cachoeira, atendendo um grande número de alunos, cobrindo da alfabetização até o segundo grau. Com isso o Projeto Seringueiro já não era mais necessário. (Senhor Nilson Mendes em entrevista para a pesquisa).

O senhor Nilson Mendes é primo de Chico Mendes e durante o Governo da Floresta e os seguidos governos que tiveram o PT à frente, ele foi remunerado para atuar como relações públicas do modelo de manejo madeireiro nos marcos do capitalismo verde que o governo defendia para o Acre, incluindo essas atividades inclusive em áreas protegidas, como é o caso do PAE Cachoeira, onde o senhor Nilson mora.

Em sua avaliação sobre o CTA/Projeto Seringueiro, o senhor Nilson o reputa como tendo sido muito importante no suporte da luta dos trabalhadores extrativistas, e não só com o trabalho de educação, mas que tinha grande relevância nas outras frentes em que atuava, como na organização comunitária, incentivando a criação de SAF's, a implantação de açudes para a criação de peixes e a criação de associações de moradores no PAE.

Segundo ele, essas ações contribuíram para diminuir a pressão sobre a floresta, haja vista que o poder público antes dos governos do PT, assim como os fazendeiros, só concebia como viável para o desenvolvimento econômico rural a

transformação da floresta em pasto para a criação de gado. Neste projeto não cabiam alternativas que fossem socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, do ponto de vista dos extrativistas. Os fazendeiros e os seus representantes diziam que historicamente são as patas dos bois que levam o progresso para as zonas de expansão de fronteiras agrícolas. Diziam que esse é um destino irreversível das zonas pioneiras.

Mas segundo o senhor Nilson, os seringueiro/as de sua geração não aceitaram essa alternativa e que do ponto de vista educacional, os ambientes implantados pelos agentes agroflorestais que foram formados pelo CTA/Projeto Seringueiro, como os SAF's e os açudes, serviam de laboratório para as aulas da escola e os agentes davam um suporte muito importante para o processo de ensino e aprendizagem.

Ao ser perguntado acerca de sua avaliação sobre a relação dos antigos Governos administrados pelo PT, o senhor Nilson argumentou que o problema que aconteceu com a educação, é o mesmo que ocorreu com outras áreas do movimento popular e sindical, que trabalhavam com demandas dos extrativistas, como a falta de mercado para os produtos, o incentivo para uma produção equilibrada e diversificada, conservação das estradas vicinais, linha de crédito para produzir, assistência técnica e outros. Ele não reputa qualquer responsabilidade do antigo governo do PT aos problemas que o movimento popular e sindical dos extrativistas sofreram, e que inviabilizaram as suas efetividades no presente momento histórico.

Segundo o senhor Nilson Mendes, esses problemas foram gerados pelos próprios companheiros e companheiras que acharam por bem substituir na eleição de 2018 um governo que era deles, por um governo administrado por quem sempre foi inimigo dos trabalhadores.

Ele disse que agora as coisas ficam muito mais difíceis para os trabalhadores e trabalhadoras extrativistas conquistarem qualquer benefício em relação à educação, uma vez que o atual governo não é mais um governo dos trabalhadores.

Para o senhor Nilson Mendes, a única coisa positiva que consegue enxergar atualmente em relação a educação gerida pelo governo que não é mais dos trabalhadores e das trabalhadoras, é o fato do atual governo manter a escola funcionando e atendendo os alunos e alunas no ciclo completo do Ensino Básico.

Sobre a comunidade não conseguir mais opinar em nada do que diz respeito à escola, ele disse que há que se deixar assim mesmo, pois foi uma escolha da



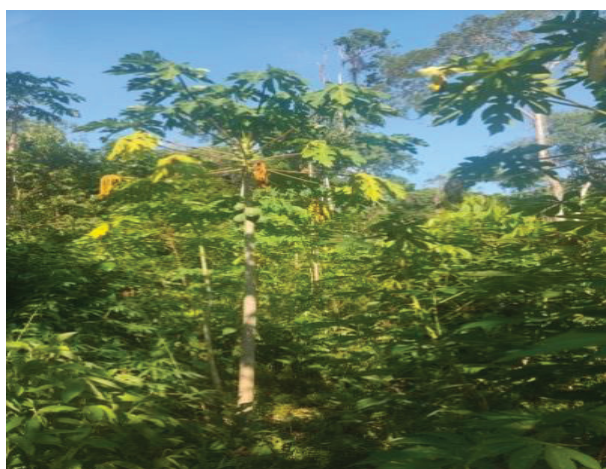
maioria dos eleitores do Acre, incluindo a maioria dos extrativistas.

Quando realizei as entrevistas no PAE Cachoeira, que foi um pouco antes das eleições de 2022, o senhor Nilson falou o seguinte: “Agora só resta mesmo é esperar para ver se na próxima eleição o povo reage e elege um governo que defenda os trabalhadores”.



Figura 104 – Foto do SAF do senhor Antônio Mendes (Duda) no PAE Cachoeira.

Mas infelizmente não foi o que sucedeu. O povo não reagiu e brindou com um novo mandato o governador de extrema direita e junto elegeu bancadas federal de oito deputados e deputadas, dos quais cinco são da extrema-direita. A direita moderada elegeu apenas três representantes, sendo dois deputados e uma deputada. A esquerda liberal composta pelo PT e PC do B, que em eleições passadas chegou a eleger a maioria dos membros da bancada federal, não conseguiu eleger nenhum deputado ou deputada.



Figuras 105 a 106 – Fotos do SAF do senhor Antônio Mendes (Duda) no no PAE Cachoeira.

E na bancada estadual, dos 24 deputados eleitos, tem somente um que representa a esquerda liberal, eleito pelo PC do B. O PT não elegeu ninguém, e dos



demais deputados, cerca de 20% é da direita moderada, e o restante é da extrema direita, sendo que todos, à exceção do deputado do PC do B, são fisiológicos e votam favorável às pautas autoritárias e recessivas do governador de extrema direita. Alguns que se elegeram pela direita moderada e até pela extrema direita já pertenceram ao PT ou a partidos que compuseram a frente que dava sustentação aos governos petistas nos 20 anos em que o partido governou o Estado.

Ao longo dos trabalhos de campo fui percebendo, que não obstante alguns/mas entrevistados/as afirmarem que houve uma ação deliberada de segmentos governamentais da antiga gestão liderada pelo Partido dos Trabalhadores visando colocar um freio nas ações do movimento dos seringueiros, que na verdade, apesar da aparente firmeza e combatividade desse movimento, ele não tinha maturidade suficiente e nem centralidade na tomada de decisões, de forma a resistir às investidas do governo, sobretudo na atração de quadros para as atividades governamentais em que importantes nomes da militância dos movimentos populares e sindical foram cooptados, e com isso colaborando para o arrefecimento das lutas em favor da classe trabalhadora extrativista.

Em Xapuri, a maioria dos principais líderes foi atraída para trabalhar em secretarias de governo do Estado e da prefeitura, e aqueles de maior expressão galgaram posições no governo federal, inclusive desempenhando atividades diretamente em ministérios em Brasília.



Figura 107 – Escola Esperança do Povo, na colocação Fazendinha. Pátio com os veículos do transporte escolar no PAE Cachoeira. Foto de 2022.

Tanto nas entrevistas, quanto em leituras de textos acadêmicos, e matérias jornalísticas que consultamos, ficou claro que as investidas governamentais ao movimento popular e sindical não teriam tido sucesso, ou ao menos o sucesso tão

retumbante que teve, caso o movimento tivesse maturidade, centralidade e fortaleza suficientes para se opor às investidas do governo de esquerda liberal.

Neste sentido é bem ilustrativa a fala do Raimundo Mendes de Barros, o Raimundão, sobre esta temática. Ele disse que o movimento de seringueiros, que parecia muito forte não conseguiu fazer como os Trabalhadores Rurais Sem Terra nos acampamentos e assentamentos Brasil afora. Isto é, no Acre o movimento dos extrativistas não conseguiu agir sob uma coordenação centralizada e autônoma na coordenação das lutas de sua categoria. Mesmo em momentos em que houve o alinhamento nos três entes federativos da hegemonia de governos do PT, por quem o movimento social dos extrativistas alimentava um sentimento de pertencimento, ainda assim não conseguiu avançar e estabelecer conquistas significativas para garantir estabilidade econômica e social para os extrativistas assentados nas áreas de preservação como os PAE's e as RESEX's. Ele disse que o enfraquecimento dos movimentos se deu em primeiro lugar devido a

Perda do Chico Mendes assassinado pelo braço armado dos latifundiários. O Chico era o mentor intelectual de todas as coisas boas que o movimento dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas produziram, juntamente com um grupo de companheiros e companheiras. A falta desse nosso companheiro gerou uma divisão no movimento. E houve uma disputa pelo espólio da memória dele e muitos não se interessaram em manter as suas lutas, mas direcionaram seus interesses para as ambições e as vaidades pessoais. Isso foi um dos principais motivos para que o movimento esteja vivenciando essa situação de falta de conscientização dos companheiros e companheiras das novas gerações. (Entrevista do Raimundão).

O sistema patriarcal cria as condições para o surgimento “natural” do líder carismático na vida cotidiana. E esse papel será exercido pelo homem, em primeiro lugar pelo pai, que coordena a vida no seio da família nuclear.

No caso do Acre, que apresenta uma exacerbação do poder patriarcal em razão, sobretudo, do isolamento das populações tradicionais, e do poder do homem, que no início comprava mulheres, como se essas fossem mercadorias iguais aos víveres que ele tinha que adquirir do patrão, foi de certa forma inevitável que esse modelo de organizar o cotidiano da vida, “contaminasse” o perfil de líder político que começou a ser forjado no nascente movimento sindical e popular nos idos e longínquos finais dos anos de 1970.

O líder carismático se julga portador de uma autoridade e de uma missão de caráter revolucionário. O autor clássico que mais inspira os estudos acerca da liderança, e da liderança populista como fenômeno social é *Max Weber*. Para Silva e

## Neto

O poder constitui um tema recorrente identificado em toda a obra de *Max Weber*. Nela a caracterização de Dominação e de Legitimidade decorre da possibilidade ou não de alguém, em situação de destaque, impor sua vontade própria ao comportamento de outra pessoa. (Silva e Neto, 2012, p.5)

No caso do Acre, em razão da emergência e da urgência que se impuseram pelos ataques e agressões dos latifundiários a partir dos meados dos anos de 1970, esse tipo de líder foi se afirmando e à medida que o movimento ganhou força e expressão, eles conseguiram centralizar conhecimentos e acumularam capacidade de decisão, inibindo a emergência e a formação de novos quadros políticos com características holísticas.

O conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas aceitavam que se impusesse a eles/as a vontade própria dos seus líderes. Aceitavam os seus comportamentos e não se incomodavam com aquela situação, pois ela parecia ser positiva, sobremaneira no auge dos embates políticos, no momento em que o movimento foi confrontado mais e mais pelos seus inimigos de classe, e os seus líderes os enfrentavam com bravura e galhardia. Esses líderes davam muito orgulho aos seus liderados e lideradas.

Somente quando os líderes históricos começaram a desaparecer de formas trágicas, como ocorreu com o Wilson Pinheiro, Ivair Higino, com o Jesus Matias e com o Chico Mendes, assassinados pelas balas dos jagunços dos fazendeiros, ou por motivo de transferência para outras atividades, como os/as que passaram a ocupar cargos em instâncias governamentais, os movimentos populares se viram prejudicados e perceberam que perderam força, se enfraqueceram e hoje os líderes do movimento que restaram tem consciência da extensão do problema no qual estão imersos.

A fala do senhor Raimundão demonstra que ele percebeu o equívoco em relação a questão do líder.

Ele faz a crítica da concentração de poderes em determinados líderes, pois isso inibiu o aparecimento de novas lideranças. E pudemos observar nos trabalhos de campo que de fato não houve renovação nos quadros de líderes. Que o movimento contou basicamente com os que foram formados nos anos de 1980, pela CONTAG, pela Igreja Católica e CTA/Projeto Seringueiro. Nos anos de 1990 este último passou a se constituir em única agência de formação de quadros, sendo que

o ritmo de formação de quadros políticos diminuiu em razão do CTA/Projeto Seringueiro ter despendido mais recursos financeiros, materiais, humanos e energia na formação técnica de manejadores madeireiros. Com o ritmo lento na formação de novos líderes políticos os poucos que surgiram a partir de meados dos anos de 1990 foram inibidos em suas capacidades de ação e eles não conseguiram se firmar, pois se mantiveram tutelados pelos antigos líderes, mesmo quando estes estavam a serviço do poder público. De certa forma estes líderes mais maduros direcionavam os destinos do movimento, via o atrelamento dos neófitos aos interesses da defesa dos projetos do governo.

Os sujeitos históricos dos movimentos sociais remanescentes de Xapuri que permaneceram fiéis aos objetivos iniciais das lutas políticas querem e tentam encontrar alternativas para superar a situação de desvantagens em que se encontram. Alguns entrevistados/as que manifestaram a defesa da reestruturação do CTA/Projeto Seringueiro, também advogaram a possibilidade de criação de algum Projeto na modalidade do RECA<sup>60</sup>, que implantou Escolas Famílias Agrícola no antigo seringal Nova Califórnia. Esses líderes defendem que se faz necessária a criação de alguma entidade dessa natureza, para se implantar nas comunidades extrativistas do Acre, para que ela sirva de modelo e oriente as famílias para que elas se tornem gestoras de seus próprios territórios, reconhecendo que somente assim se terá segurança e garantia tanto de moradia, quanto de renda e outros benefícios.

---

<sup>60</sup> ReCa é um acrônimo para Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado. Trata-se de uma experiência pioneira desenvolvida por agricultores migrantes do Sul do Brasil. Foi implantada na localidade de Nova Califórnia, no limite entre os Estados do Acre e Rondônia. A iniciativa foi orientada pela igreja católica do Acre. Teve início no final dos anos de 1980, quando a pastoral católica era baseada na Teologia da Libertação. A experiência visava a implantação de iniciativas para preservar a floresta e dar retorno econômico para os agricultores associados. Conforme o próprio nome expressa, a iniciativa visava também reflorestar áreas desmatadas, com um consórcio de plantas nativas e domesticadas, como a castanheira, a seringueira, a pupunha, o açaí e essências madeiras, como cedro e mogno. O RECA criou uma Escola Família Agrícola para atender as demandas de educação dos filhos e filhas de seus associados, com o auxílio do governo do Acre.

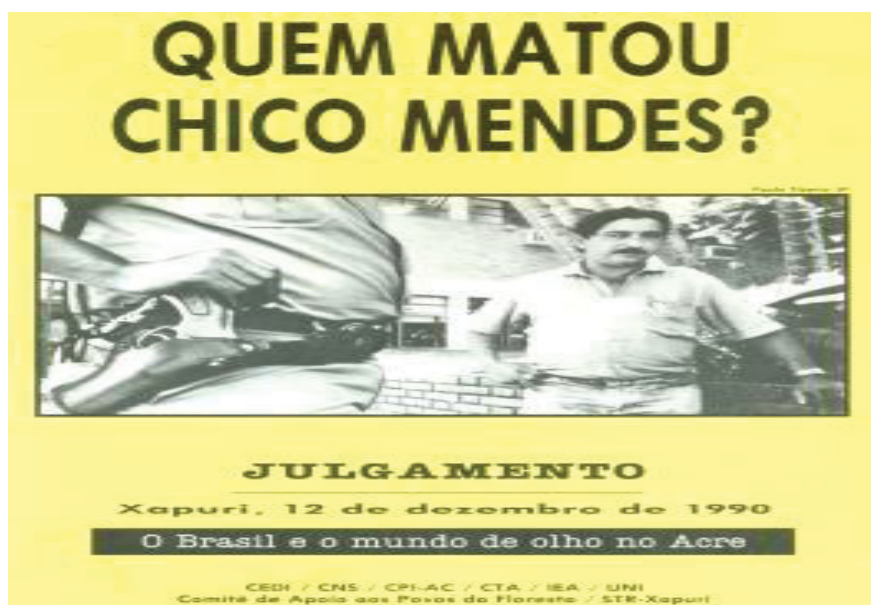


Figura 108 – Cartaz do Julgamento dos assassinos de Chico Mendes.

Eles argumentam que por não existir mais essa consciência nas pessoas da RESEX, elas estão fracionando e vendendo colocações para pequenos e médios pecuaristas vindos de fora do Estado. Essas pessoas, algumas delas tem conhecimentos, pois passaram por Escola Família Agrícola, mas a maioria está comprando as áreas para implantar fazendas para criar gado.

## 5 – A TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO VERDE PARA O AGRONEGÓCIO NOS TERRITÓRIOS DA RESEX E DO PAE CHICO MENDES E A SITUAÇÃO ATUAL

O meio rural no Estado do Acre passou por inúmeras transformações ambientais e socioeconômicas entre 2006 e 2017. Nesse período, segundo o ZEE o número de estabelecimentos agropecuários cresceu 27%, passando de 29.483 para 37.343, enquanto a área total cresceu 20%, passando de 3,53 para 4,23 milhões de hectares, ocupando 26% da área total do estado. Nesses anos, o pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários cresceu 35%, passando de 92.406 para 124.894 pessoas (IBGE, 2019 e 2019). Essas áreas incluem pequenas, médias e grandes propriedades privadas, projetos de assentamento tradicionais, projetos de desenvolvimento sustentável e agroextrativistas sob gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as reservas extrativistas, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (Bellarmino e Castelo, 2022, p. 164)

Neste capítulo faremos a abordagem acerca da adoção do Capitalismo Verde pelo governo do PT que geriu os destinos políticos e administrativos do Estado do Acre por 20 anos, de 1998 a 2018, e também trataremos como se deu a transição desse Capitalismo Verde ao momento atual em que predomina o agronegócio e que as entidades de representação e luta dos trabalhadores e as trabalhadoras estão em crise profunda, sendo que algumas nem existem mais e a categoria dos seringueiros passa por severa crise, comprometendo a integridade dos territórios extrativistas que foram conquistados ao longo de vários anos de grandes e sangrentas batalhas. Atualmente esses territórios correm riscos reais de serem transferidos legalmente para o domínio direto dos latifundiários, haja vista que por meio de subterfúgios o agronegócio já se encontra presente na RESEX e no PAE, por meio da terceirização da prática da pecuária. Uma parlamentar do Acre, que compõe a chamada bancada do boi apresentou projeto na Câmara Federal para subtrair parte do território da RESEX Chico Mendes em favor dos latifundiários.

Este capítulo terá duas seções. Numa faremos uma abordagem sobre a introdução do Capitalismo Verde no Estado e na outra trataremos acerca da situação atual no Projeto de Assentamento Extrativista Cachoeira e da Reserva Extrativista



Chico Mendes.

## 5.1 A introdução do Capitalismo Verde nas áreas protegidas da RESEX e do PAE Chico Mendes.

A resistência ao projeto de pecuarização imposto pela ditadura empresarial-militar teve a adesão imediata dos povos indígenas e dos seringueiros do Acre. Primeiramente pela sindicalização, mas a luta se fortaleceu quando as duas categorias se organizaram e criaram a União dos Povos da Floresta durante o II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, ocorrido em março de 1989, na cidade de Rio Branco.

A ideia de constituir uma Aliança dos Povos da Floresta se inicia em janeiro de 1987, quando se juntam líderes do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas (UNI) do Acre. Os principais líderes dessas instituições pelo lado dos seringueiros foram Jaime Araújo e Osmarino Amâncio, respectivamente presidente e secretário do CNS, juntamente com Chico Mendes, presidente do STTRX. Da parte dos indígenas os principais líderes foram Chico Preto, indígena da etnia *Apurinã*, presidente da UNI/Acre e os caciques Soeiro Sales Cerqueira da etnia autodenominada *Huni Kuĩ*, conhecida pelos regionais não indígenas pelo etnônimo *Kaxinawa*, e o cacique José Correia da Silva, da etnia Jaminawa.

A proposta de criação de uma Aliança dos Povos da Floresta foi colocada para além das fronteiras do Acre durante um seminário sobre a Amazônia e a Constituinte, organizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), realizado em Curitiba (PR), quando Chico Mendes, Jaime Araújo e Ailton Krenak, este presidente nacional da UNI, reafirmaram seus compromissos em formalizar a aliança.

A aliança alentada pelos líderes seringueiros e indígenas alcançou realidade e foi oficializada em março de 1989 em Rio Branco (AC), durante a realização do II Encontro Nacional dos Seringueiros, que teve a participação de 187 delegados seringueiros e indígenas do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Mato Grosso e Rondônia.

Nesse evento se realizou o I Encontro dos Povos da Floresta com a discussão de uma pauta comum aos indígenas e seringueiros. A grande e lamentável ausência

foi do líder Chico Mendes, ele que muito se esforçara para estabelecer essa aliança fora assassinado meses antes por latifundiários ligados a UDR.

Com o estabelecimento da Aliança dos Povos da Floresta foi possível articular as pautas locais do movimento dos extrativistas e dos indígenas com as redes globais de apoio às lutas ambientais que ganhavam grande expressão e repercussão em razão da ascensão do movimento ecológico mundial e, sobretudo, naquele momento, em razão do recrudescimento da violência dos latifundiários que haviam assassinado vários líderes dos movimentos sindicais, populares e indígenas que lutavam em favor da Reforma Agrária e da demarcação de Terras Indígenas.



Figura 109 – Raimundo Mendes de Barros (Raimundão) discursa na abertura do II Encontro Nacional de Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta em Rio Branco/AC 1989.

A estratégia para construir uma identidade comum dos índios e dos seringueiros, que historicamente foram colocados em campos opostos pelas forças políticas e econômicas dominantes, foi concretizada com a unificação das reivindicações em favor da decretação e demarcação de Terras Indígenas (TI) e de criação de Reservas Extrativistas.

A Aliança dos Povos das Florestas fortaleceu os sujeitos indígenas e seringueiros na luta política travada contra os latifundiários e o governo, visando implantar na Amazônia uma Reforma Agrária capaz de gerar um desenvolvimento sustentável para a região, haja vista que as políticas criadas pelo governo central, historicamente desconsideraram as aptidões e as características ecológicas e humanas da região. No início do estabelecimento da aliança se deu o apogeu das lutas dos extrativistas do Acre. Mas com a adoção do modelo econômico-social baseado no Capitalismo Verde pelo governo petista do Acre, a partir de meados dos

anos de 2000, os territórios tradicionais já conquistados em razão das lutas históricas dos indígenas e dos seringueiros foram colocados em perigo, pois ocorreu o arrefecimento da resistência, em consequência da adoção de novas estratégias do capital visando a acumulação de riquezas na Amazônia.

Os movimentos sindicais, populares e indígenas, influenciados por bandeiras identitárias, como o ecologismo sem o viés da luta de classes e o investimento em ações de caráter culturalistas, como os festivais de cultura indígenas que se popularizam desde então. Esse estado de coisas arrefeceu a luta política, desfazendo a Aliança dos Povos da Floresta, de forma que não se empreenderam novas lutas em prol da conquista de outros territórios e nem houve mobilizações em favor da efetivação de demandas levantadas pelos Povos da Floresta visando efetivar a proposta de implantação das RESEX's, PAE's TI's. Em consequência desse enfraquecimento das lutas, houve a facilitação da implantação do agronegócio nesses territórios que se consolidou nos tempos atuais.

O processo de desmonte da resistência dos extrativistas se operou num ciclo que transcorreu entre os anos de 1999 a 2005. Neste processo, o CTA/Projeto Seringueiro, assistiu a transferência de parte de seus quadros para cumprir funções de administração no governo do Estado. Por conta dessa nova conjuntura sua atuação assume a perspectiva de uma educação mais técnica arrefecendo o caráter político de sua atuação. Segundo Souza 2011, o propósito fundamental das escolas do CTA/Projeto Seringueiro passa a ser o estabelecimento de estratégias que viabilizem uma escola de boa qualidade, com padrões de equiparação com as escolas urbanas, atenta às especificidades culturais e sociais daquelas comunidades, tendo como pano de fundo as questões ambientais.

Mas em razão da falta de diálogo entre o governo do PT que tinha a simpatia do movimento, com os representantes da base, aos poucos aqueles objetivos traçados para a educação vão se perdendo e se verificou o enfraquecimento e o desvio de finalidade dos movimentos populares e sindical que passam a atuar como linha auxiliar do governo. O CTA/Projeto Seringueiro se expande e se fortalece criando um Setor de Manejo Floresta de Uso Múltiplo. Por trás desse nome pomposo o que se fazia explicitamente era viabilizar a exclusiva exploração de madeiras nobres de lei, que eram vendidas com um mínimo de valor agregado.

A criação e o fortalecimento de um setor para viabilizar a exploração

madeireira no CTA, fez diminuir a capacidade de mobilização dos setores que atuavam nos movimentos populares e sindical. O setor de Saúde foi o mais afetado, diminuindo sua atuação até a sua extinção três anos antes do encerramento das atividades do setor de educação.

Com o enfraquecimento do setor de educação do CTA, as escolas localizadas na RESEX Chico Mendes e no PAE Cachoeira foram transferidas para o âmbito do governo do Estado, que impôs o modelo de Educação Rural, aplicando às escolas dos extrativistas, a mesma metodologia utilizada nas escolas oficiais localizadas nos ambientes do campo, das águas e das florestas, em detrimento do modelo criado e desenvolvido pelo CTA/Projeto Seringueiro para as escolas dos territórios florestais. Essa mudança comprometeu e enfraqueceu a luta dos seringueiros e das seringueiras que vivem no presente momento um refluxo das lutas.

Conforme já nos referimos neste texto, o Acre, no que diz respeito ao aspecto político administrativo, no ano de 2019 sai de uma gestão de 20 anos (1998/2018) de governos conduzidos por coalisção partidária que tinha à frente o PT. Essa coalisção reunia partidos de um espectro político ideológico que apresentava tendências bem díspares. Este ia desde uma esquerda moderada, esquerda liberal, encabeçada pelo PT e o PC do B, à centro direita e até uma direita mais conservadora, que apresentava discurso e prática hostis aos movimentos populares e sindical e que hoje está aliada ao grupo reacionário de perfil neofascista que assumiu o poder a partir de 2019, portanto a direita que estava no poder junto com o PT hoje compõe a coalisção política de extrema-direita que assumiu o poder no Acre.

A coligação liderada pelo PT saiu vitoriosa das eleições de 1998 e na primeira gestão que teve à frente o governador Jorge Viana, foram cunhadas as palavras de ordem Florestania<sup>61</sup> e Governo da Floresta! A narrativa construída pelos marqueteiros e que foi disseminada pela propaganda oficial era a de que o governo representava a continuidade da luta e, sobretudo dos ideais de Chico Mendes.

O governo do PT nos 20 anos em que esteve à frente do poder no Estado do Acre construiu a identidade do extrativista como produtor de “bens” florestais para

---

<sup>61</sup> O governo por meio de marqueteiros partia de uma constatação segundo a qual todo bom projeto precisa de uma boa metáfora. *Florestania e Governo da Floresta* eram, portanto, metáforas perfeitas para o projeto de desenvolvimento sustentável que o governo do PT dizia defender para a Amazônia acreana.

um suposto mercado verde. E se sabe que o mercado, fetiche máximo do capitalismo, não tem cor, e quando o governo afrouxa a legislação, permite a penetração facilitada nos ambientes florestais, desse mercado supostamente verde. Uma vez no interior da floresta, o capital tingirá de vermelho aquele ambiente pela exploração predatória, que inclui o desflorestamento, o uso abusivo de venenos, a exploração desenfreada da força de trabalho, o assassinato de líderes indígenas, seringueiros quilombolas e outros, uma vez que o objetivo do capital é auferir o máximo de lucro com o mínimo de investimentos.

No discurso oficial se propagava a emergência em se operar uma metamorfose do seringueiro tradicional para uma nova figura social, política e cultural: o neoextrativista! Este projeto proposto pelo governo do PT situava-se no bojo de um modelo que propugnava o desenvolvimento econômico com base no agronegócio. Portando, estimulava o fornecimento de matérias-primas sem, ou com um mínimo de valor agregado. Defendia o crescimento por meio da expropriação dos recursos naturais por grupos capitalistas, submetendo os extrativistas a uma forma de inserção subalternizada na nova divisão internacional do trabalho.

O neoextrativista preconizado pelo governo do PT seria alguém cuja atividade se daria como empreendedor individual, diferente da identidade tradicional dos seringueiros construída em mais de 100 anos de contato e de experiência de exploração dos territórios florestais amazônicos, sobretudo a experiência construída nos anos de 1970 a 1990. Esta fase foi caracterizada pelo seringueiro liberto, aquele que tinha autonomia em relação a vínculos com um patrão.

A identidade do seringueiro que foi construída ao longo da história, tinha por característica mais marcante o trabalho baseado na cooperação, no adjunto. Nesse sistema a comensalidade e os festejos eram os signos mais relevantes da cultura de base comunitária daqueles coletivos. Essa característica é apagada, pois os seringueiros passam a viver noutra condição, passando a gozar de um novo *status* político, social e econômico, e neste novo lugar social ele utiliza a força de trabalho dos que não atingiram essa nova condição. O neoextrativista estabelece, assim, uma relação de assalariamento no interior dos territórios florestais, com a compra da força de trabalho de seus ex-iguais. E nessa relação quem contrata se sente na obrigação apenas da remuneração pecuniária, cessando aquela obrigação com os atos de comensalidade que caracterizava a cultura dos seringueiros tradicionais.

Acerca da construção de uma nova narrativa oficial da história do Acre pelo Governo da Floresta, visando a construção de uma nova cultura que fosse mais adequada ao modelo de desenvolvimento econômico baseado no Capitalismo Verde, é interessante o que escreve Moraes. Leiamos o texto abaixo:

Comemorar, segundo as reflexões de Helenice Silva (2002, p. 06) significa “reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento, a sacralização dos grandes valores e ideias de uma comunidade”. Significa “retirar o acontecimento passado (para) penetrá-lo nas realidades e nas questões do presente, criando a contemporaneidade e abolindo o tempo e a distância”. (Moraes, 2016, p. 284)

O Governo da Floresta ressignificou eventos da história do Acre. Esses eventos ressignificados foram acontecimentos fomentados para favorecer os interesses das classes privilegiadas<sup>62</sup>. Desses, o fato mais super relativizado foi a denominada “Revolução Acreana” que apresentamos alguns episódios nesta tese. Ela é apresentada pela historiografia oficial acreana como se o seu resultado final tivesse favorecido a todas e a todos os acreanos/as. No entanto, esse evento que resultou na anexação do território que hoje é o Estado do Acre ao Brasil, não modificou em nada a situação de exploração dos seringueiros e da perseguição aos indígenas. Aqueles permaneceram em condições análogas à da escravidão, e, no caso dos indígenas, continuaram as correrias, eliminando pelo assassinato esses ocupantes autóctones, para promover a limpeza étnica nos seus territórios.

A identidade ressignificada pelo governo visava construir e legitimar o neoextrativismo. Para isso passaram a disseminar os signos da nova cultura. Esses novos signos se contrapunham aos paradigmas do antigo seringueiro liberto.

Acerca da desarticulação das formas culturais moldadas pelos seringueiros ao longo de um século e da sua substituição pelo modelo baseado na economia do Mercado Verde, tornando os neoextrativistas em meros fornecedores de matéria-prima sem valor agregado para o novo demiurgo, o Mercado Verde. Acerca dessa temática é interessante a observação da senhora Dercy Teles, que transcrevo abaixo

Há 20 anos quando o seringueiro promovia a derrubada ou a broca do roçado, ao fazer a roçagem das suas estradas de seringa ou quando limpava os varadouros, essas atividades eram feitas no sistema de adjunto. Para realizar o adjunto se convidava os vizinhos e era promovido

---

<sup>62</sup> Durante o Governo da Floresta foram comemorados seis centenários: as quatro insurreições dos brasileiros do Acre contra o domínio boliviano, e os 100 anos das cidades de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira. Outro evento, não cívico, muito comemorado no Acre é o culto à memória de Chico Mendes que acontece em dezembro, anualmente, nos dias 15 e 22, respectivamente, nascimento e morte do líder seringueiro.



um verdadeiro banquete. Os adjuntos eram momentos de boa convivência quando ocorria a oferta de muita comida por parte do seringueiro que recebia seus companheiros para lhe ajudar nos trabalhos. O anfitrião servia arroz, feijão, legumes, frutas e verduras, acompanhados de carne de caça e de animais domésticos, como porco, ovelha, galinha e pato. E se a atividade ocorresse num final de semana as coisas terminavam numa festa, num forró animado por músicos da própria comunidade. Naquelas ocasiões o seringueiro em sua hospitalidade repetia o banquete do almoço no jantar, e à meia noite, fazia correr entre os convidados uma rodada de bolo com nescau. No dia seguinte ainda oferecia o quebra-jejum, que tinha a mesma quantidade e variedade de alimentos que tinha no almoço e no jantar. (Entrevista de Dercy Teles.)

A senhora Dercy disse que atualmente não existe mais a figura deste seringueiro autônomo, cooperativo, solidário e que tinha na comensalidade uma marca cultural relevante. Disse que o neoextrativista que emergiu sem identidade da nova economia de base pecuária, criando seu próprio gado ou o gado alheio, pelo arrendamento para alguém de fora da RESEX engordar bovinos em suas terras, quando tem demanda para a conservação das pastagens, contrata um peão, que é um ex-companheiro seu para fazer o trabalho. Ela disse que geralmente esse peão é um “companheiro” que perdeu a terra ou que ainda a detendo sob sua posse não tem condições para extrair dela o próprio sustento por falta de alternativas econômicas ligadas ao extrativismo. Esse “companheiro” tornado quase um pária no novo sistema, trabalha em troca de uma ínfima diária e o seu empregador não lhe oferece sequer água. Ele tem que levar de casa o alimento e a água para matar a própria fome e sede durante a jornada de trabalho.

Mas voltemos ao governador Jorge Viana. Ele explicava a coalisão partidária que levou o PT ao poder como uma “união de forças políticas que souberam deixar de lado antigas divergências e construir um projeto de consenso”. Segundo Viana “a base do nosso entendimento é a realidade social e a história de nosso povo”. (Portal *Graboys*, Edição 83, FEV/MAR, 2006).

Esse discurso despolitizado e conciliatório era expresso em muitos discursos do governador que sempre iniciava dizendo “eu sou técnico e não político”. Esse discurso visava legitimá-lo como um agente acima das negatividades da política. Essa tentativa de se distanciar da política, era na verdade uma forma de se distanciar de uma política consequente e mais radical. Essa posição política do governador facilitava a despolitização e a formação de uma falsa consciência nas classes subalternas da sociedade acreana. Na verdade, as práticas administrativas conciliatórias inauguradas pelo PT do Acre antecipou a política de conciliação de

classes que o presidente Luís Inácio Lula da Silva inaugurou no Governo Federal a partir de seu primeiro mandato no ano de 2003. Essa política de conciliação desenvolvida pelo PT acreano e nacional se caracterizou pelo controle das ações dos movimentos populares e de classe, o que levou à limitação das possibilidades de avanços no campo das conquistas sociais econômicas e políticas.

O movimento popular e sindical, conforme já referido noutros pontos desta tese, era muito aguerrido na luta em defesa da floresta, mas não tinha suficiente maturidade ideológica. E seus militantes mantinham vinculação estreita com a tendência política dominante do PT<sup>63</sup>, no caso com a Articulação e Unidade na Luta (AUNL) integrante do campo Construindo um Novo Brasil. A vinculação dos líderes do movimento popular e sindical do Acre à tendência majoritária do PT os fazia susceptíveis a aderir às posições mais conservadoras e cooperar com os projetos do governo da floresta.

Acerca dessa postura do PT ao chegar ao poder, Vieira é cirúrgica em sua análise. Segundo ela

O PT afastava-se dos movimentos sociais, com os quais anteriormente manteve vínculos orgânicos. À medida que o partido ia se tornando mais moderado, essa relação se tornava mais formal e menos concreta. /.../ O transformismo petista pode ser percebido através de dois principais aspectos. O primeiro diz respeito exatamente à "dissolução dos vínculos orgânicos com a classe trabalhadora", tendo esse segmento da esquerda deixando de se portar como intelectual orgânico do proletariado. Se antes era um incentivador das lutas sociais, se propondo não somente a representar a classe, mas também a organizá-la, o partido modificou, gradualmente, essa posição. Passou a controlar as manifestações sociais em nome da "governabilidade". Isso nos leva ao segundo aspecto /.../ Esse comportamento de conter as revoltas populares cumpre o papel de defesa dos interesses da classe dominante. Isso expressa que essa parte da esquerda se apropriou da concepção burguesa de mundo, passando a agir como intelectual da burguesia no seio da classe trabalhadora. Sendo assim, esta esquerda estaria a serviço do capital, sendo, por isso, denominada de "esquerda do capital". (Vieira, 2012, p. 16)

Como os acontecimentos do campo da política vistos pelo viés do materialismo comporta a visão do contraditório, vale o registro daqueles que tem

---

<sup>63</sup> Desde a sua fundação, organizações de esquerda militaram no interior do PT. Eram as chamadas tendências. Algumas das mais importantes foram a Democracia Socialista (DS) e O Trabalho (OT), de filiação trotskista e o Partido Revolucionário Comunista (PRC), de filiação marxista leninista. Havia organizações ligadas as CEB's e organizações autodenominadas de independentes. Algumas dessas tendências, em lutas internas foram fagocitadas pelas tendências mais moderadas que sempre tiveram hegemonia na direção do partido. Ocorreu também a expulsão de militantes e tendências que criaram novos partidos de esquerda, como por exemplo o PSOL, o PSTU, e o PCO, nascidos de tendências trotskistas expulsas do PT. O PRC decidiu se dissolver no início de agosto de 1989, mas uma parte de sua militância se integrou à tendência majoritária e outra parte deixou o PT e foi para a clandestinidade.

uma percepção positiva do modo conciliatório de governar que o PT assumiu ao conquistar uma fração do poder, a fração executiva do Estado burguês.

Transcrevo abaixo texto de Souza que apresenta percepção diferente daquela apresentada por Vieira que mostrei em citação acima. É uma percepção positiva do programa social e econômico dos governos petistas e que não problematiza o aspecto conciliador dos governos petistas que os aproximam da direita e de seu programa político-econômico, centrado no capitalismo financeiro.

Ao investigarmos as propostas do governo Lula da Silva no Plano Plurianual (2004-2007) identificamos a proposição de um crescimento sustentável, baseado na geração de empregos, na distribuição de renda e na inclusão social, combinando planejamento nacional com desenvolvimento regional. O compromisso de Lula da Silva no PPA (2008-2011) seguiu os mesmos eixos do período anterior, reforçando a aceleração do crescimento econômico, promoção da inclusão social e redução das desigualdades regionais. (Souza, 2012, p. 15)

A agência de *marketing* Companhia de Selva, que fazia os trabalhos de publicidade do governo do Acre produziu materiais reforçando a ideologia de que o governo dava prosseguimento ao legado do sindicalista Chico Mendes, assassinado pelos latifundiários em 1988. Morais escreve que

Com a criação das Reservas Extrativistas e com a eleição de Jorge Viana, estabelece-se uma linha de continuidade entre as “críticas e proposições elaboradas nos anos de 1980 e as práticas do desenvolvimento sustentável no Estado”, implementado pelo Governo da Floresta, que se apropria e ressignifica os ideais dos povos da floresta e implanta um Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre, para o qual é acionado um amplo discurso, ressaltando que o que se está fazendo no Acre é a realização dos sonhos de Chico Mendes, “resgatando a cultura florestal” do acreano, como gostava de afirmar o secretário da SEF, Resende em entrevista com a autora em abril de 2008. (Morais 2016 p. 199/200)

A propaganda oficial disseminava essa ideia de continuidade das lutas do Chico Mendes. Isso era feito por meio de um competente e caro serviço de *marketing* nos meios de comunicação social do Estado e fora, inclusive no exterior. Essa campanha propagava e reforçava a ideia de que o Governo da Floresta era a continuidade das lutas dos seringueiros e das seringueiras ao longo de mais de trinta anos. Isso surtia um efeito muito forte junto às agências internacionais de cooperação financeira, e despertava o sentimento nativista da população acreana, por meio da exaltação de um herói, um mártir contemporâneo imolado em favor da preservação da floresta e da defesa de seus habitantes: Chico Mendes foi transformado no novo Plácido de Castro.

Para manter aceso esse sentimento nativista, nomeado pelos marqueteiros

oficiais como *acreanidade*, se investiu numa historiografia que exaltava o passado heroico de conquista do território, reforçando o papel de demiurgo do mercenário José Plácido de Castro, que passou a ser cultuado como o herói fundador do Estado acreano.

A campanha desencadeada pelo Governo da Floresta valorizava os símbolos da *acreanidade*, como o pavilhão estadual instalado no Calçadão da Gameleira. Esse local é simbólico para a nova historiografia do Acre, pois esse ambiente exalta o local que fora o destino do cearense João Gabriel, primeiro não indígena a chegar ao território que hoje é o Estado do Acre. Argumenta-se que foi na gameleira localizada ali que o pioneiro João Gabriel amarrôu o seu batelão<sup>64</sup>.

O governo construiu ali um monumento em que se hasteia uma enorme bandeira do Estado. O monumento tem uma base de concreto e um mastro muito alto, que permite a visão da bandeira de vários pontos da cidade de Rio Branco.

Outro símbolo muito valorizado era o hino do Estado, que passou a ser executado nas escolas e nas aberturas de todos os eventos oficiais.

Para sintetizar essa ideologia, como nos referimos acima, o governo cunhou o slogan *Governo da Floresta* e desenvolveu o termo *florestania* para designar a intenção de levar a cidadania aos povos extrativistas e desenvolver nas populações urbanas uma cidadania cuja base seria a sinergia e a sustentabilidade que caracterizam as relações dos seringueiros e demais povos extrativistas com os ambientes florestais.

Os movimentos populares e sindical do Acre se fortaleceram ao longo de mais de três décadas de lutas em defesa de seus territórios tradicionais, da vida humana, da flora e da fauna, gerando diversas experiências inovadoras capazes de possibilitar a criação de políticas públicas adequadas a um desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente justo para as populações tradicionais amazônicas.

Com a ascensão do PT ao poder no Acre a pujança dos movimentos sociais experimentou um acentuado declínio. O enfraquecimento inicial se deu pela transferência de quadros que estavam à frente dos movimentos populares e sindical

---

<sup>64</sup> Originalmente batelão é uma barca grande para carregar artilharia e carga pesada. Mas no regionalismo amazônico o termo batelão denomina barcos usados para comercialização e transporte de mercadorias e pessoas.

para as instâncias administrativas do governo estadual.



Figura 110 – Bandeira do Acre no Calçadão da gameleira. Foto tirada em 2021.

Esse processo de esmorecimento dos movimentos sociais vai se agravando à medida que o PT alcança três sucessões no governo do Estado e renova sucessivas conquistas no poder municipal em Xapuri, alcança o poder municipal em Brasiléia e Assis Brasil, municípios que tem grandes frações de seus territórios que foram anexados à RESEX Chico Mendes, e por fim a chegada do partido ao poder federal, com a eleição do presidente Lula. Este processo vivido pelos movimentos populares e sindical no Estado do Acre se estenderá em nível federal. Há bastantes trabalhos acadêmicos analisando esse fenômeno, como o de *Druck* que escreve o seguinte

Observou-se, assim, um processo de despolitização crescente dos sindicatos, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas de conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontassem um caminho independente para a classe trabalhadora. Nesta medida, os sindicatos se transformaram num fim em si mesmos, e como tal, atuaram, cada vez mais, dentro da legalidade do capital, deixando de ser um meio para constituir uma legalidade própria da classe trabalhadora e que alimentasse a construção de um projeto político alternativo à hegemonia neoliberal. (*Druck*, 2006, p. 330).

Esse é um fenômeno presente no sindicalismo, sobretudo no sindicalismo rural. E no caso do Brasil, em alguns Estados da federação em que o PT governou não se tratou necessariamente da transformação do sindicalismo num fim em si mesmo, conforme foi apresentado numa leitura marxista por Boito Júnior citado por *Ricci*, que transcrevo a seguir:

A relação umbilical da estrutura sindical não apenas com o aparelho de Estado, mas com a própria concepção de representação a) induziria todas as correntes sindicais a aderirem ao sindicato oficial; b) induziria tais correntes a aceitar a tutela do Estado; e c) reproduziria a ideologia populista no interior das práticas sindicais nacionais. Daí emergiria o que denominou de sindicalismo de Estado, cujas lideranças não seriam passivas, mas estariam envolvidas numa visão de mundo a partir da qual

a lógica sindical seria exclusivamente aquela institucionalizada. Para esses autores, o sindicalismo rural seria mais subserviente ao Estado, mais imobilista e assistencialista que o urbano. (*Ricci*, 2009, p.325)

Outros autores, além de líderes dos movimentos sociais também fazem crítica a esse avanço dos governos petistas sobre os movimentos populares, promovendo o seu apassivamento e cooptação, levando à permuta das bandeiras dos movimentos pelos objetivos governamentais de administrador dos interesses do capital. É o caso de Campos que também faz a crítica a essa acomodação dos movimentos sociais em função do alinhamento com os objetivos governamentais. Este autor escreve o seguinte:

Mas não vemos o movimento sindical como mero reagente das medidas governamentais, mas também parte dele como construtor, do que ficou conhecido como “concertação social”. Concluímos que neste período houve um processo de institucionalização e aumento do reconhecimento do sindicalismo como interlocutor do Estado, contudo em detrimento da ação direta grevista e aumento do afastamento entre as cúpulas dirigentes e as bases dos trabalhadores. Tendo como resultado a incapacidade de resistência aos ataques promovidos pelo grande capital de forma mais dura a partir de 2016. (Campos, 2019, p.185)

Apesar do sentimento de pertencimento dos movimentos sindicais, populares e sociais brasileiros da cidade e do campo, como os extrativistas do Acre ao PT, os governos dirigidos pelo partido adotaram uma tímida política de concessão de direitos aos menos favorecidos, tornando-os consumidores acríticos, visando à ampliação do mercado, diminuindo quase à exaustão a possibilidade das forças populares continuarem existindo para criticarem e problematizarem as mazelas sociais do capital. Sobre isso frei Beto, histórico Teólogo da Libertação que contribuiu com a fundação do PT, avalia que o partido tem o mérito de ter sido o melhor governo da nossa história republicana, “porém cometeu alguns equívocos, entre eles o de não ter promovido a alfabetização política do nosso povo. Criou-se muito mais uma mentalidade de consumista do que de cidadão protagonista político<sup>65</sup>”.

Observando esse fenômeno no Acre autores como Castelo escreve o seguinte:

A maioria da população aceitou sem quase nenhuma crítica a proposta apontada pela “florestania”. Entre os seringueiros, principalmente entre as antigas lideranças do que ficou conhecido no Acre como “movimento de resistência contra a expropriação”, foram poucos os que ousaram discordar e/ou criticar. Entre as vozes rebeldes destacaram-se as de Osmarino Amâncio Rodrigues, desde o início, e Dercy Teles, um pouco

---

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/brasil/20181211-rfi-convida-frei-betto>>. Consultado em 11 de setembro de 2021.



mais tarde. (Castelo, 2019, p. 4)

E o veterano seringueiro Simplício Pereira de Araújo de 82 anos de lucidez e sabedoria, na entrevista disse que

A força que nós seringueiro conseguimos na luta fez com que nós criasse um PT forte aqui no Acre. Mas infelizmente quando o partido chegou ao poder parece que esqueceu as lutas e acabou ajudando a enfraquecer os movimentos dos seringueiros, que terminou até com o fim do Projeto Seringueiro.

Ainda segundo o senhor Simplício:

O governo criou projetos de manejo de madeira. Isso era uma coisa que os seringueiro sabia que era a derrota e por isso nunca quiseram. Nós entendia que tirar madeira só ia ajudar a devastar as floresta. Mas infelizmente uma parte do movimento dos seringueiro aceitou fazer o manejo de madeira desprezando as antigas lutas que era para manter as floresta em pé. Nossa luta foi muito dura para os seringueiros, pois perdemos muitos companheiros, como os nossos irmão Wilson Pinheiro, o Ivair Higino, o Jesus Matias e o nosso líder maior Chico Mendes. Esses companheiros perderam a vida na luta em defesa das floresta. (Simplício Pereira em entrevista para a tese)

O que o senhor Simplício está relatando encontra eco no trabalho de Morais que escreve o seguinte:

Na década de 1999/2008 observava-se, no Acre, o uso de termos como: mercado verde, eco negócios, dinheiro verde, empreendimentos florestais, florestania, povos da floresta, “acrianidade”. A popularização desses termos foi fruto do (re) direcionamento econômico implementado pelo governo estadual, supostamente ancorado nos princípios do “desenvolvimento sustentável”, isto é, no uso dos recursos naturais com “sabedoria e em respeito aos saberes e valores culturais dos povos da floresta”. Esses princípios “foram” se concretizando em uma crescente mercantilização da natureza, principalmente, no que se refere aos negócios sustentáveis viabilizados pelo manejo florestal e ao incentivo a mercantilização da cultura, principalmente a indígena (Morais 2016 p. 187)

O senhor Simplício disse que o governo continuou os projetos de incentivo ao manejo madeireiro e a criação de gado no interior da RESEX. E no presente momento, caracterizado pela ascensão da extrema-direita ao poder no Estado a partir da eleição de 2018, o novo governo promoveu o desmonte dos órgãos de controle ambiental. Com isso se observa a omissão em relação aos processos de controle da pecuarização e extração ilegal de madeiras, pois o governo promove e incentiva abertamente os desmatamentos, inclusive em áreas protegidas.

No Acre se chegou ao cúmulo do atual governador de extrema-direita, Gladson Cameli (PP) que se reelegeu em primeiro turno nas eleições de 2022, em seu primeiro mandato, orientar grandes, médios e pequenos pecuaristas a não pagarem multas aplicadas pelo Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC). Suas

palavras são textualmente as seguintes: “Se o Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC) estiver multando alguém, me avisa (...) Me avisem e não paguem nenhuma multa, porque quem manda agora sou eu.” (Muniz, G1 AC, 31/07/2019)

Essa postura oficial de frontal desrespeito às regras de proteção da floresta e do meio ambiente nas áreas protegidas, fortaleceu os latifundiários e está desencadeando uma onda de violências que se expande para a truculência física e material contra os extrativistas, com a invasão de colocações nos seringais São Pedro e Fronteira. Nesses territórios os latifundiários afrontam o Estado, desmatando na RESEX, e chegaram ao cúmulo de queimar a casa de um seringueiro cuja família vive na área há mais de 40 anos.

Outros entrevistados e entrevistadas como os senhores Agripino, Sabá Marinho e Dercy Teles, afirmam algo muito grave que ocorreu à época dos governos petistas, que foi a implantação de programas de desenvolvimento na Reserva sem a devida discussão com as bases, de acordo com o que os extrativistas estabeleceram em 1992, quando realizaram o primeiro levantamento socioeconômico na RESEX, no qual foi estabelecido o primeiro Plano de Uso, aprovado em assembleia geral dos moradores. O senhor Agripino falou o seguinte:

Atualmente os líderes do Sindicato e do PT se tornaram contra os trabalhadores, pois o governo que era pra ser do lado dos extrativistas passou a ajudar os grandes. Eles não fazem mais encontros de base e decidem tudo que vai para as Reservas a partir de reuniões entre eles e o pessoal do governo. (Entrevista do senhor Agripino)

A crítica expressada na fala do senhor Agripino e outros líderes entrevistados/as, no que diz respeito ao fenômeno de desvio de rota nas lutas do movimento de trabalhadores se aplica também ao que ocorre com os movimentos populares do país inteiro e inclusive nos países do capitalismo internacional, pois esse fenômeno diz respeito a uma transformação que se operou no universo do trabalho, em razão da reestruturação produtiva operada na nova ordem do capital.

De certa maneira já existe uma tendência dos líderes sindicais aderirem ao grupo político que esteja no poder, e com os líderes de trabalhadores e trabalhadoras rurais esse fenômeno é ainda muito mais sensível, pois estes desejam assegurar e ampliar ganhos e conquistas para a sua categoria.

Mas o fenômeno político que estava ocorrendo naquele momento histórico em Xapuri e que o senhor Agripino e outros líderes detectaram, é muito bem desvelado por Vieira, que cito abaixo. Eis o que ela escreve:

Esse conjunto de determinantes levou à crise do movimento sindical e à flexibilização dos partidos de esquerda. O Brasil foi atingido por esse quadro a partir de 1990. Entretanto, aqui as consequências tiveram uma dimensão ainda maior, em virtude da condição sócio-histórica do país. A CUT também se alinhou ao que acontecia em outras regiões do mundo, adotando o “sindicalismo de resultado” em detrimento do “sindicalismo de confronto” (ALVES, 2000). Sua corrente majoritária priorizou uma estrutura sindical mais cooperativa e participativa. Essa decisão condizia, naquele momento, com a estratégia capitalista de adequar o sindicalismo às suas necessidades de produtividade e geração de consenso, visando minar os setores combativos. (Vieira, 2012, p. 50)

O relato do senhor Sabá Marinho acerca da estratégia de implantação do Capitalismo Verde nas áreas protegidas ajuda a entender esse processo de colaboração de líderes de trabalhadores rurais com o Estado. Eis abaixo o seu relato:

Um dia chegou na minha comunidade do Nova Vida uma turma que era o Júlio Barbosa, o Daú irmão do Júlio Barbosa, que à época era presidente da Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários (Cooperfloresta<sup>66</sup>), o Nilson e o Duda, que também são irmãos, mas são lá das bandas do Cachoeira. Eles todos tinha deixado de trabalhar no nosso movimento e tavam trabalhando no governo. O trabalho deles era convencer os seringueiro de outras área para aceitar o manejo da madeira. Eles foram lá defender o projeto do governo, mas que sempre foi rejeitado, até pelo próprio companheiro Chico Mendes. Eles queriam convencer os companheiro da Reserva que o governo ia fazer a exploração da madeira com técnicas para não prejudicar a natureza. (Entrevista do Sabá Marinho)

O senhor Sabá falou que os defensores da proposta de manejo madeireiro asseguraram que para efetivar a exploração madeireira nas colocações, se deveria seguir um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS).

Paula escreve que “O termo “sustentável” figura na era do capitalismo verde como um “salvo conduto”. Com o carimbo da “autoridade científica”, o que antes era exploração predatória agora passa a ser denominado “exploração sustentável”. (Paula 2013, p. 35)

Segundo o senhor Sabá Marinho os interlocutores do Governo que foram à sua comunidade para propagar o PMFS explicaram que o manejo sustentável passaria por etapas e passos, sendo o primeiro a realização de um inventário florestal em 100% das espécies de interesse comercial presentes na área. Este

---

<sup>66</sup> Segundo a assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), em informe do dia 23 de novembro de 2016, quando o senhor Tião Viana do PT era o governador do Acre, a Cooperfloresta foi criada em 2005, na segunda gestão do governador Jorge Viana, que apoiou a iniciativa, cujo objetivo era atuar especificamente na exploração sustentável do manejo madeireiro florestal, dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. O ex-governador Jorge Viana é Engenheiro Florestal e quando era senador, foi relator do Novo Código Florestal Brasileiro. Segundo o informe da SEMA, no ano de 2016 o governador Tião Viana inaugurou obras de melhoramento dos ramais da RESEX, que beneficiaram 800 famílias em 22 comunidades. O investimento foi de R\$ 6,5 milhões em infraestrutura. Após a saída do PT do poder no Acre a Cooperfloresta deixou de existir e os ramais abertos, hoje facilitam o manejo de gado no interior da RESEX e do PAE Cachoeira.

inventário tinha por objetivo observar e garantir que só se extrairia o que a floresta fosse capaz de regenerar. Foi isso que a equipe traduziu como cortar a árvore avó, depois a árvore mãe e somente depois se retiraria a árvore neta. Eles disseram que dentro dessa técnica a diferença de tempo de corte da árvore vó para a neta seria de 30 anos, o que, segundo eles, tecnicamente, daria tempo para a floresta se recompor.

O senhor Sabá Marinho disse que ficou muito claro para ele e seus companheiros e companheiras da comunidade Nova Vida, o que era que o pessoal que pertencera ao movimento popular dos seringueiros estava defendendo ali na comunidade. Eles queriam era convencer o máximo de pessoas da comunidade a aceitar o plano de desenvolvimento definido pelo governo com base no Capitalismo Verde. Disse que não era aquilo que os trabalhadores e as trabalhadoras, sobretudo os residentes na Reserva Extrativista, haviam definido em seu primeiro Plano de Uso realizado em 1992. Esse plano fora feito após o STR, juntamente com o CNS e a AMOREX terem realizado vários encontros de base, que culminou em uma assembleia geral na qual fora definido o que podia e o que não podia, em termos de ações e atividades econômicas no interior da RESEX. Naquele plano de 1992, a extração de madeiras para fins comerciais fora rechaçada por unanimidade pelos presentes na assembleia, que apenas corroboravam as posições definidas nas assembleias de base. Em todos os planos de manejo posteriores, essa posição de rejeição ao manejo madeireiro foi reafirmada e corroborada.

Mas segundo o senhor Sabá Marinho, querendo convencer o pessoal da comunidade Nova Vida, aqueles companheiros que agiam como extensionistas do governo, defendiam que o plano de desenvolvimento do PT era sustentável porque o plano de manejo madeireiro realizaria um inventário de 100% de todas as árvores existentes na área que fosse manejada e que se definiria a intensidade máxima de corte, não ultrapassando uma quantidade X de metros cúbicos, por hectare ao ano ( $m^3/ha/a$ ). Que isso garantiria a regeneração da área explorada, porque se retiraria uma árvore mais velha, deixando suas descendentes. Segundo eles, esse critério garantiria a ausência de impactos negativos na natureza, pois a área a ser manejada seria dividida em unidades de produção anual e que nessas unidades seria retirada apenas uma árvore de cada espécie de interesse comercial por ano, e que essa unidade, denominada de talhão, ficaria em repouso por dez anos, de forma que a

árvore mais jovem não retirada estaria em ponto de corte somente 30 anos depois do último corte. Isso seria possível pelo rodízio nos talhões onde se abateriam as árvores selecionadas para o corte a cada ano. Os defensores desse método garantiram que quando uma árvore fosse extraída já teria deixado outras descendentes, garantido a regeneração florestal.

Esse era o argumento técnico do ponto de vista da sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista da justiça social, segundo esses extensionistas, o manejo propiciaria a estabilidade e a união dos extrativistas nas comunidades. Já do ponto de vista da equidade econômica, o argumento era o de que, fazendo o manejo de madeira o seringueiro poderia garantir sua autonomia financeira e viver bem, além deles terem um benefício bônus que seria a abertura dos ramais para transportar as madeiras para fora da RESEX, que lhes daria condições de trafegabilidade e mobilidade durante o ano inteiro por meio de automóveis e não mais a pé ou montado em animais, como era o comum naquele tempo que só havia varadouros para trafegar nos seringais.

O senhor Sabá Marinho falou que todos os seringueiros e seringueiras presentes na reunião disseram, sem meias palavras, que aquilo não existia e que não aceitariam, pois se o fizessem seria dar um sinal verde para acabar com a floresta. Com essa negativa da comunidade em relação a adesão ao PMFS, os agentes do governo deixaram a colocação Nova Vida e nunca mais retornaram para fazer aquela discussão.

Mas aquele discurso, agravado pela quebra da economia que se sustentava na comercialização dos produtos extrativistas do binômio borracha/castanha, complementado com uma agricultura de subsistência composto por muitos itens que garantiam soberania alimentar e fartura à mesa dos extrativistas, infelizmente deixou marca negativa e hoje, sem alternativas de subsistência econômica de base sustentável, “muitos companheiros estão retirando madeiras de forma clandestina”, conforme palavras do senhor Sabá Marinho, que disse conhecer companheiros que se deixaram seduzir pela possibilidade de fazer o manejo e adquirir um automóvel, no entanto muitos, a maioria, se frustrou. Ele se referiu a um “companheiro” em particular, o senhor João Pereira da Silva. Segundo ele, esse seringueiro fez o corte de madeira e depois ele lhe disse: “companheiro Sabá eu não consegui lucrar foi nada, e ainda estraguei o meu lugar”.

### O senhor Sabá Marinho relatou que

Até o companheiro Raimundão chegou a defender essa proposta. Logo ele que era um companheiro forte na luta para que nenhum seringueiro aceitasse tirar madeira. Desconfio que esses companheiro só podia ter pegado dinheiro do governo, pois muitos receberam mesmo. Eles eram assalariado das secretarias do governo. O Raimundão mesmo recebeu salário e também fez a defesa da derrubada de madeira, mas depois ele viu o erro e se arrependeu. Ele chegou pra mim e disse assim: Companheiro Sabá! É verdade! Bem que você disse! Hoje eu caço uma itaúba<sup>67</sup> para matar uma paca e não tem! Levaram tudo!

O senhor Sabá falou que naquele tempo, era o ano de 2015, os propagadores da exploração de madeiras argumentavam que quem aderisse venderia o metro cúbico de madeira por R\$ 2.000,00 (dois mil). Mas na verdade os seringueiros que aceitaram ganharam R\$ 60,00 (sessenta) por metro cúbico. Os propagadores do projeto governamental não esclareceram que uma vez que eles aderissem ao manejo, eles tinham que arcar com todas as despesas a serem feitas para viabilizar o plano de manejo, como a seleção e empicamento das áreas inventariadas para exploração. Eles pagavam desde as passagens dos técnicos e dos trabalhadores que vinham de fora, incluindo a alimentação que o seringueiro manejador, o neoextrativista tinha que fornecer a esses profissionais. Em suas palavras “o seringueiro pagava tudo para devastar e cortar as madeiras do seu lugar, e no fim ficava só com uma esmola”. O senhor Sabá disse que:

Aquela propaganda feita incentivou alguns seringueiros a fazer o corte clandestino de madeiras, pois o manejo dentro da técnica era muito caro. E hoje a madeira está muito cara. Eu precisei de um metro cúbico para reformar essa minha casa aqui da Sibéria e fui procurar comprar dos companheiros. Eles cobraram R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos) pelo metro cúbico, e é porque era uma madeira inferior, não era uma madeira boa.

Segundo o senhor Sabá esses exemplos, sem precisar entrar noutros, já dão a dimensão da falácia do discurso de que o manejo madeireiro era uma proposta ambientalmente equilibrada, socialmente justa e economicamente equitativa. O manejo desequilibrou o ambiente, promoveu a desagregação social dos seringueiros e semeou miséria material e cultural entre eles.

O senhor Sabá Marinho lamentou que num momento propício para o movimento, em que o PT esteve no poder nas três esferas federativas: no nível federal, estadual e municipal não conseguiram viabilizar a RESEX e esta hoje corre sérios

<sup>67</sup> A itaúba é a *Mezilaurus itaúba*, conhecida também como taúba, louro itaúba, itaúba amarela, itaúba abacate e itaúba preta. É uma árvore de grande porte, chegando a alcançar mais de 35 metros, com diâmetro em torno de 1,0 m. Seus frutos são muito apreciados pela fauna Amazônica, desde aves a animais de pequeno, médio e grandes portes, e por isso os seringueiros a protegem.



riscos de se perder e retornar para o domínio dos latifundiários, pois muitos seringueiros, sem alternativas econômicas, tem fracionado e vendido suas colocações, e muitos que permanecem na floresta aceitam formar pastos para arrendar para fazendeiros, comerciantes e funcionários públicos criarem gado dentro da reserva. “Companheiro Manoel! Isso é doído para nós que lutamos tanto para salvar nossas florestas”! Segundo ele é “muito triste ver nossos companheiros seringueiros engordando até 300 reses desses pecuaristas sem pastos”.

Em nossa pesquisa de campo fomos testemunha e fizemos o registro fotográfico dessa prática de pecuarização da RESEX. Além de nosso testemunho, seringueiros entrevistados informaram que até o juiz de direito da comarca de Xapuri, o senhor Luiz Gustavo Alcaide Pinto, engorda gado no interior da RESEX, sendo que no mês de maio de 2022 enviou para a colocação Macela, no seringal Albrácia, pertencente ao seringueiro Raimundo Cordeiro de Brito, conhecido como Raimundo do boi, um rebanho com cerca de 300 rêsas para a engorda.

E a senhora Dercy Teles falou o seguinte:

É lamentável o que está acontecendo com a Reserva. E o pior é que isso começou na época dos governos do PT. Nós acreditamos que ele faria as coisas certas, pois o PT se dizia um partido de esquerda. Dizia que iria governar para todos, mas o que fez foi incentivar projetos econômicos que acabaram enterrando os planos que eram os verdadeiros planos dos trabalhadores da Reserva. Planos que os seringueiros começaram a preparar desde que começou as lutas nos anos de 1970. O PT criou plano de tirar madeira, e na colocação Maloca aqui perto, eles conseguiram convencer o dono de lá, o senhor Atito, a tirar madeira. Hoje ele diz que só teve prejuízo. O certo é que com os ramais que o governo abriu para tirar as madeiras, hoje está entrando a pecuária e muitas colocações viraram fazendas. (Declaração de Dercy Teles)

Para fechar essa sessão, vale o que escreveu o professor Elder Andrade de Paula acerca da adoção do Capitalismo Verde por parte dos governos petistas no Acre.

O estado do Acre é, sem sombra de dúvida, a unidade territorial da Amazônia brasileira que incorporou de forma mais profunda e articulada a ideologia e as políticas subjacentes ao capitalismo verde. Pode-se dizer que foi assimilado de A a Z todo o receituário de mercantilização de “las bondades de la naturaleza”. Entre a longa noite que se estendeu entre o assassinato de Chico Mendes e a eleição para o governo estadual de uma frente política liderada pelo Partido dos Trabalhadores em 1998 (com maiores inflexões à direita, o PT elegeu o governador em 2010 para o quarto mandato consecutivo do partido), concretizaram-se as bases para o triunfo de um movimento “transformista” (nos termos formulados por Gramsci) que logrou subordinar os movimentos sociais ao bloco de poder repactado pelas oligarquias. (Paula, 2013, p. 82:93)

Desde as administrações petistas e agravado atualmente com a ascensão ao

poder estadual de governos de extrema-direita, os planos de desenvolvimento são concebidos fora da RESEX e dos PAE's. Fora das Terras Indígenas e de outras áreas protegidas. São planejados nos gabinetes fechados de burocratas que se acham iluminados, e levados para execução nos territórios extrativistas sem discussões com as populações desses ambientes. Tudo como era feito à época pelos burocratas da ditadura empresarial-militar em relação aos Projetos de Assentamentos Dirigidos, os PAD's.

## 5.2 A situação atual dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas no PAE e na RESEX Chico Mendes.

Com a adoção do capitalismo verde pelo governo petista como modelo de desenvolvimento para o Estado, houve um *boom* na distribuição de recursos a fundo perdido para financiar projetos de manejo madeireiro. Isso propiciou a criação no CTA, de uma equipe para trabalhar com manejo madeireiro. A equipe contava com sete engenheiros florestais e três técnicos florestais e atuava num único lugar, desenvolvendo o Manejo Florestal Comunitário (MFC) no PAE Porto Dias localizado no município de Acrelândia. A atuação dessa equipe, desde o ponto de vista da chamada extensão rural, se assemelhava a uma invasão cultural, conforme descrito por Paulo Freire, *Extensão e Comunicação*, em que ele explica que

Tôda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos dêste seu sistema de valores. (Freire, 1983, p. 26)

A infraestrutura material que a equipe dispunha incluía equipamentos, tais como automóveis, caminhão, tratores e uma serraria com pátio para o armazenamento das madeiras manejadas.

Enquanto isso, a equipe de educação do Projeto Seringueiro contava com um grupo constituído por apenas sete membros, sem nenhuma infraestrutura de apoio, os técnicos pegavam ônibus de linhas regulares ou caronas para se deslocar às comunidades e dar conta de acompanhar 38 escolas espalhadas por dez municípios acreanos, mais nove escolas no Estado do Amazonas, no Parque Nacional do Jaú (PNJ), nos municípios de Novo Airão e Barcelos (Relação das escolas em apêndice).

Não obstante todo o investimento aplicado no MFC pelo CTA e pelo governo

do PT no PAE Porto Dias, Faustino e Furtado no relatório Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre escrevem o seguinte:

A Relatoria conversou com três grupos de representantes da comunidade, dois que realizam o manejo de duas diferentes associações e um seringueiro que há três anos saiu do manejo. De acordo com os três depoimentos, o MFC foi apresentado aos seringueiros pelo CTA como única alternativa possível para evitar a ocupação da área pelos fazendeiros (pecuária e extração ilegal de madeira) e como “moeda de troca” para o que deveriam ser políticas públicas: ramal (estrada de acesso à comunidade utilizada para, entre outras coisas, o transporte dos produtos da mesma), educação e saúde. As principais questões colocadas pelas lideranças são: controle de todo o processo por parte dos madeireiros, que acabam lucrando com o manejo enquanto os agricultores não conseguem gerar renda suficiente para a sobrevivência; extração ilegal da madeira por fora do Plano de Manejo; divisão política e conflitos na comunidade; domínio dos engenheiros e, por outro lado, falta de informação e formação dos agricultores e agricultoras sobre o processo, o que gera conflitos em relação aos inventários; e insatisfação em relação à atuação da Cooperfloresta e da certificação realizada pelo Imaflora<sup>68</sup>. No caso da Associação Agroextrativista São José, de Porto Dias, que conta hoje com aproximadamente 24 famílias, 14 participando do MFC, conversas com dois membros, sendo um deles presidente da Associação, revelaram que a mesma negocia diretamente com a madeireira, não passando pela Cooperfloresta e que não trabalha com madeira certificada. O presidente da Associação, um dos pioneiros a trabalhar com o manejo, não é seringueiro, nem originário da região; já foi garimpeiro. O mesmo elogiou o manejo, mas destacou algumas contradições: “Antes do manejo era muito sofrido. Entramos mais pela benfeitoria (ramal), que pela madeira. Não é viável. As empresas pagam muito pouco” (Informação verbal 7). Outro membro continuou: “percebemos que (o manejo) era uma forma de segurar a terra. O mais velho daqui nos dizia que os fazendeiros iam acabar tomando isso tudo porque não temos documento. Aí, com o manejo, chegaram os programas – ramal, luz (Informação verbal)”. Os dois depoentes reclamam de que, embora exista um limite 10% da área a ser manejada, “tem lugar que os madeireiros já tiraram 80% da área” (Ibid.). Além disso, afirmou o presidente, “os bobão respeitam e os espertos desmatam” (Informação verbal). (Faustino e Furtado 2015 p. 46/47).

Acerca do desequilíbrio ecológico promovido pela pecuária e pela extração madeireira, o senhor Francisco das Chagas Gomes da Silva, conhecido como Neto, morador da colônia Canindé, apresenta uma crítica bastante interessante acerca dos desequilíbrios causados por essas práticas, que ele considera como predatórias ao ambiente florestal. O senhor Neto falou o seguinte:

---

<sup>68</sup> O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora – é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em Piracicaba, no interior de São Paulo, em 1995. Nasceu sob a premissa de que a melhor forma de conservar as florestas tropicais é dar a elas uma destinação econômica, associada a boas práticas de manejo e a uma gestão responsável dos recursos naturais. Informações contidas no site da instituição. Consultado em 21 de maio de 2022: <https://www.portalacipi.com.br/imaflora>

Manoel! Eu que nasci e me criei na mata vejo o desequilíbrio que tá acontecendo aqui e noutros lugares onde os seringueiros entraram na conversa mole de criar gado e tirar madeira. Nessa minha colocação Canindé, eu quebrava até 400 latas de castanha por safra, mas agora eu não consigo quebrar nem 70 setenta latas. E isso é porque muitos vizinhos estão usando veneno para limpar os pastos e esse veneno está matando os mangangá, e são eles que fazem a flor da castanheira gerar os ouriços.



Figura 111 – Foto do Escritório e barracão de comercialização de madeiras do manejo no PAE Porto Dias. Foto de 2022.



Figura 112 – Foto da Casa dos técnicos e engenheiros florestais no PAE Porto Dias. Foto de 2022.

O senhor Neto está se referindo às abelhas nativas que são responsáveis pela polinização de muitas espécies vegetais e esses insetos tendem a desaparecer com a implantação dessas atividades que demandam o uso de agrotóxicos.

Investiguei quais as principais formas de conservação de pastos usados no Acre e constatei que há o uso abusivo de agrotóxicos para essa finalidade, sendo o principal o da marca *Roundup in* que é um glifosato. Ele é um poderoso herbicida usado para matar planta, foi criado nos anos 1950 pela indústria farmacêutica, ficou

conhecido e se propagou a partir dos anos 1970. Sua composição química contém carbono, hidrogênio, nitrogênio, fósforo e oxigênio.

Existem estudos demonstrando que o uso desse produto contamina o ambiente, envenenando os alimentos, a atmosfera, os solos e o lençol freático. Os estudos apontam que ele causa intoxicação no ser humano, mesmo quando consumido em baixas doses.

Com a expansão da pecuária esse agrotóxico passa a ser usado de forma intensa e descontrolada nos ambientes extrativistas. O senhor Neto falou que o uso desse produto entre os extrativistas é indiscriminado e realizado sem prescrição por especialistas. A difusão para o seu uso é feita como os seringueiros dizem: *bocalmente*. Quer dizer, um seringueiro ouve de alguém que trabalha numa fazenda que o uso do produto é eficaz. Ele então passa a utilizar o produto. Ele considera que os resultados são bons e recomenda para outros que ainda não conhecem. A partir daí se estabelece uma rede de pessoas utilizando o agrotóxico de forma abusiva e perigosa.

Essa forma anárquica de expansão do consumo desses produtos no Acre contribui para a acumulação de capital num setor plenamente dominado por multinacionais. Segundo o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) intitulado *Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*, o

Cenário do mercado de agrotóxicos, atualizado para 2010, mostra que nesse ano houve um acréscimo de 190%. As maiores empresas que controlam esse mercado são multinacionais instaladas no Brasil: Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta, Dow. (Carneiro 2015, p. 108)

As atividades pecuárias e de extração de madeiras acabou com a soberania alimentar nos ambientes extrativistas. Há cerca de 20 anos os seringueiros eram autônomos em relação à produção de alimentos orgânicos. Em todas as colocações os seringueiros tinham paióis onde armazenavam de um ano para o outro arroz, milho e feijão. E possuíam nos roçados mandioca, melancia, banana, verduras e legumes como abóbora, couve, cheiro verde, quiabo, maxixe, pimentas ardidas e pimentas doces e ervas medicinais. Atualmente há um consumo indiscriminado de alimentos de alto valor calórico e baixo valor nutricional, e até prejudiciais à saúde, como os refrigerantes e sucos artificiais em pó, os macarrões instantâneos do tipo Lámem, salgados com alto teor de sódio e biscoitos com excessos de gorduras hidrogenada e de açúcares refinados.

Segundo a Carta de *Maputo* escrita na V Conferência Internacional da Via



## Campesina<sup>69</sup> o mundo vive

Uma crise multi-dimensional. De alimentos, de energia, de clima e de finanças. As soluções que o poder propõe – mais livre comércio, sementes transgênicas, etc – ignoram que a crise resulta do sistema capitalista e do neoliberalismo, e somente aprofundarão seus impactos. Para encontrar soluções reais, temos que olhar para a Soberania Alimentar que propõe a Via Campesina. (Carta de Maputo - V Conferência Internacional da Via Campesina/Maputo, Moçambique, 19-22 de outubro, 2008)

Durante a vigência dos governos administrados pelo PT, houve o incremento da extensão rural nos ambientes florestais por meio da Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre (SEAPROF/AC) que, sob o argumento de melhorar a produtividade, implantou nos seringais e também em aldeias indígenas, sementes “melhoradas” geneticamente, de tal sorte que atualmente poucos índios e seringueiros dispõem das chamadas sementes caboclas.

A prática da extensão rural foi inaugurada com a Revolução Verde que teve início após o término da II Guerra Mundial na primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1938 e 1945. Com o fim da guerra houve uma demanda premente para os países do capitalismo central, que era a garantia de sua segurança alimentar. Esse foi o principal motivador para que o capital mirasse o campo como objeto e destino de inovações tecnológicas visando potencializar a produção de alimentos.

Sobre esse tema Peixoto escreve o seguinte:

Para resolver o problema de segurança alimentar nos países em desenvolvimento, foi criado um sistema de centros de pesquisas agrícolas internacionais (IARCs) pela comunidade financiadora internacional, para fornecer o suporte técnico e apoio aos centros de pesquisa agrícola nacionais. O sistema atual de 15 IARCs foi fundado nos sucessos iniciais do Centro Internacional da Melhoria do Milho e do Trigo (CIMMYT) e do Instituto de Investigação Internacional do Arroz (IRRI), que criaram a assim chamada “Revolução Verde” na Ásia (SWANSON, 2006). Foi este o contexto de surgimento dos sistemas nacionais de extensão rural nos países em desenvolvimento. (Peixoto, 2019, p. 78)

Com a inclusão da Revolução Verde na agenda do dia, grandes conglomerados do capitalismo internacional, com destaque para a Fundação *Rockefeller*, passaram a financiar pesquisas voltadas ao “melhoramento” genético para o cultivo de cereais

---

<sup>69</sup> A Via Campesina surge em 1992, em Manágua (Nicarágua), durante o Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* (UNAG) como uma rede transnacional de movimentos sociais rurais. Ela propõe defender os interesses de seus membros buscando atuar, principalmente, através da influência nos grandes centros de poder para interferir na formulação e promoção de políticas agrícolas que afetam, direta ou indiretamente, seus membros. (Simonettii, 2012, p. 4) Obs.: A Via Campesina não tem representação nos movimentos sociais, populares e sindicais do Acre.



como o trigo e o milho. Os territórios utilizados como laboratório dessas pesquisas foram os países do chamado Terceiro Mundo na América, na Ásia e na África, sendo que os melhores resultados dos experimentos em termos da produção de milho foram alcançados no México.

O capital fez maciços investimentos em publicidade e em programas de extensão rural nos países desses continentes visando ao convencimento dos agricultores para que esses aderissem às novas técnicas preconizadas pela Revolução Verde, fortemente centrada no melhoramento genético, no desenvolvimento de fertilizantes, no emprego de agrotóxicos na lavoura e no uso de técnicas no preparo do solo, como a mecanização cada vez mais pesada.

Com a introdução da Revolução Verde no Brasil pela ditadura empresarial-militar, entre o final dos anos de 1960 e os anos de 1970, no contexto da modernização do capital no campo, agravaram-se os índices de expulsão de pequenos proprietários e de trabalhadores do campo. E nas áreas de expansão da fronteira agrícola, como as regiões Norte e Centro-Oeste, aprofundou-se em número e grau a violência utilizada para expulsar as populações tradicionais das terras ocupadas desde muitos séculos, no caso dos indígenas, e avançou na grilagem de terras públicas de domínio federal, estadual e municipal nessas regiões pioneiras.

Os indígenas, povos tradicionais e pequenos agricultores que resistiram e permaneceram em seus territórios são vitimados pelos efeitos deletérios do uso de insumos como fertilizantes e agrotóxicos pelos latifundiários no preparo do solo para a manutenção de monoculturas agrícolas, como a soja ou de pecuária. O uso desses insumos é extremamente prejudicial à saúde humana. Mas não só, pois em se tratando do meio ambiente, seu uso também é sumamente prejudicial aos solos, aos corpos hídricos, a macro e a microfauna, sobretudo aos insetos que são fundamentais na cadeia ecológica, proporcionando a polinização da maioria das espécies vegetais.

Como estávamos escrevendo, o senhor Neto disse que diminuiu muito a ocorrência do besouro mamangava, que os seringueiros chamam de mangangá. Esse inseto só ocorre em mata fechada, e como em função dos desmatamentos a floresta está ficando cada vez mais distante, fazendo com que os castanhais próximos das casas dos seringueiros fiquem comprometidos pela contaminação por agrotóxicos, ocorrendo o extermínio de diversas espécies de insetos, dentre os quais os da espécie mamangava.

Com a diminuição da população de mangangás, haja vista que eles são os principais responsáveis pela polinização das castanheiras, está ocorrendo uma diminuição nas safras de castanha, acarretando prejuízos financeiros e alimentar aos seringueiros, uma vez que a castanha é um importante componente da renda e da nutrição das populações pobres da região. Essa sabedoria obtida pela observação direta do senhor Neto em sua lida de seringueiro e castanheiro é corroborada pela ciência, conforme escreve a cientista Maués que transcrevo abaixo.

A polinização das flores da Castanheira-do-Brasil é do tipo entomófila, ou seja, realizada pelos insetos. Os insetos responsáveis por este importante processo são abelhas grandes (conhecidas como mamangavas) dos gêneros *Bombus*, *Centris*, *Eulaema*, *Eufriesea*, *Epicharis* e *Xylocopa* (Müller 1981; Maués 2002, Cavalcante et al. 2012). Essas abelhas têm tamanho que varia entre 2,5 e 4 cm, são capazes de voar longas distâncias, e quando pousam na flor forçam a abertura do capuz com movimentos vigorosos das pernas anteriores, abaixando o capuz e conseguindo entrar total ou parcialmente na câmara corolífera. (Maués et al 2015, p. 49)

Observa-se a convergência dos conhecimentos dos extrativistas com os conhecimentos da ciência. Esses conhecimentos eram estudados de forma prática nas escolas do CTA/Projeto Seringueiro. Com as aulas se atestava o quão é importante a preservação da paisagem nos ambientes florestais, haja vista, neste caso específico das castanheiras, que os polinizadores são de difícil criação e manejo domesticado, e sua ausência acarreta a quebra de elos necessários à manutenção do equilíbrio ecológico, comprometendo a sobrevivência direta do homem da floresta.

Ademais, Drommond e Souza apontam outros prejuízos ambientais e econômicos que podem ser causados pelo desflorestamento, pois

Vários ramos da ciência natural (botânica, zoologia, microbiologia, ecologia, genética, agronomia, zootecnia, engenharia florestal, engenharia ambiental e correlatas) têm nas florestas tropicais remanescentes uma “fronteira” de expansão de grande importância. O futuro dessas ciências, nas suas versões aplicadas e básicas, depende em boa parte do futuro das florestas tropicais como repositórios de genes, tecidos, organismos, sistemas, comunidades e processos evolutivos que (i) só existem nelas e (ii) são impossíveis de reproduzir em laboratório e mesmo no campo. (Drommond e Souza, 2016, p. 28)

Remanescentes do movimento social e intelectuais que atuam no campo da agroecologia e da preservação ambiental argumentam que dada a diversidade florestal de fauna e flora da Amazônia, se poderia instituir políticas de pagamento por bens e serviços florestais que poderia constituir um fundo para manutenção das populações extrativistas ao mesmo tempo em que se pesquisassem alternativas de produtos realmente sustentáveis que possam ser explorados por essas populações,

afetando o ambiente minimamente e não convertendo-o como é o que ocorre com a implantação de pastos para a criação bovina de corte que se destina ao mercado externo, como é a base do agronegócio que transforma a conversão da natureza em *commoditie*.

Para entender a biodiversidade da Amazônia e sua importância para o equilíbrio do ecossistema mundial Simione escreve o seguinte:

Ademais, entende-se que, em sua diversidade, a floresta amazônica funciona como um grande depósito de carbono, contido em uma biomassa que em média chega à casa das 460 toneladas por hectare, que correspondem ao quantitativo de carbono fixado nos territórios florestais. O desmatamento florestal e a queima da mata levam esses montantes de carbono a serem liberados para a atmosfera em forma de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), sendo então produzidas mudanças drásticas no processo de armazenamento natural de carbono no solo amazônico e na atmosfera terrestre (Capobianco, 2002). Ademais, a liberação mais intensa do CO<sub>2</sub> para a atmosfera provoca mudanças nos sistemas hidrológicos e climatológicos na Amazônia. Também após o desmatamento, a recomposição da floresta com vegetação secundária sempre tem menor capacidade de enraizamento, diminuindo o potencial para a evapotranspiração. Isto se dá, pois a “Floresta Amazônica libera cerca de sete trilhões de toneladas de água anualmente para a atmosfera pela evapotranspiração. Este processo tem grande [...] importância para o clima da Amazônia” (Capobianco, 2002, p. 49), fornecendo o vapor para formação de nuvens, que são responsáveis pela maior parte da precipitação pluviométrica regional, isto é, regime de chuvas, com influência sobre o clima de toda a América do Sul. Ressalta-se ainda que se encontra na floresta Amazônica cerca de um quarto das espécies vegetais do planeta, sendo esta biodiversidade responsável por cerca de 15% de toda a fotossíntese da Terra. Tudo isto faz com que a região se converta em uma grande reserva de carbono, oferecendo ao planeta uma importante ação ambiental que promove a limpeza da atmosfera, inclusive diminuindo os gases de efeito estufa. Ademais, promove a extração de água do solo por via dos sistemas de enraizamento das árvores, contribuindo fortemente no ciclo da água [ver Água], em seu retorno para a atmosfera (Lyra, 2015); isto ajuda na manutenção dos regimes pluviais na própria região e na circulação das massas de ar em toda a América do Sul. Tudo isto demonstra a importância do(s) bioma(s) amazônico(s) no mundo. (Silva, in.: Dias [et al.] 2021, p. 158/159)

Na maioria das entrevistas, há o registro de que a falta de alternativas para a exploração de produtos florestais desviaram os extrativistas para a prática da pecuária extensiva e a retirada clandestina de madeiras, o que tem causado a descaracterização dos ambientes extrativistas, pela promoção do desmatamento que em algumas colocações chega a ser de mais de 70% do seu território total. Encontramos uma colocação fora de área de proteção da RESEX e do PAE com 100% de seu território desmatado e convertido em pastagem de boi. É a colocação Coelho localizada no seringal Novo Catete, que fica nas proximidades da sede do município de Xapuri. Não obstante a colocação se encontrar fora de área protegida, seu

desmatamento em 100% é ilegal, pois o Código Florestal, Lei 12.651/2012, disciplina que um percentual da propriedade rural deve ser mantido como Reserva Legal.

De acordo com a Lei 12.651/2012, a “Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado” (art. 17). Admite-se apenas a exploração econômica da reserva legal mediante manejo sustentável, previamente aprovado pelo órgão ambiental competente (art. 17, § 1º). (art. 3º, inc. III) /.../ Caso o imóvel rural esteja presente na região do país definida pela Lei 12.651/2012 como Amazônia Legal, deve conter os seguintes percentuais mínimos de vegetação nativa em relação à área do imóvel: (a) 80% (oitenta por cento), se estiver situado em área de floresta; (b) 35%, se estiver situado em área de cerrado; e (c) 20%, se estiver situado em área de campos gerais (Lei 12.651/2012, art. 12, inc. I) (Levin, 2022, p.1)

Mas além do desequilíbrio ambiental, outro desequilíbrio que o manejo madeireiro e a exploração pecuária acarretam aos extrativistas, conforme já demonstrado neste trabalho é o desequilíbrio econômico.

A exploração de espécies florestais selecionadas com base no valor de mercado gera formas monoculturais de manejo, no caso da exploração madeireira se explora majoritariamente o mogno, mas ao fazê-lo se afeta negativamente outras espécies que são impactadas. Do ponto de vista social e econômico isso é reprovável porque contribui para a redução da diversidade florestal e remunera de forma injusta o trabalhador extrativista.

Ela também não gera renda no território em que é praticada e ainda obriga os extrativistas à prática de atividades que subvertem a forma histórica de realizar o manejo múltiplo, permutando a exploração de múltiplos produtos que a região dispõe por um único produto da floresta ou convertendo-a em pasto para criação bovina. O manejo florestal por parte dos nativos é uma prática milenar conforme podemos ler no exemplo abaixo, registrado por Parente que escreve o seguinte:

a composição atual da vegetação madura/adulta da natureza amazônica – longe de ser virgem e/ou intocada – é antropogênica e/ou cultural, um legado de civilizações passadas, uma herança de campos cultivados e florestas manejadas e abandonadas há centenas de anos atrás. (Parente 2015, p. 68/69)

Portanto, reduzir a possibilidade de exploração dos múltiplos produtos a um único item é ir de encontro ao equilíbrio histórico na forma de manejo desenvolvida na região pelas populações tradicionais desde tempos imemoriais.

No caso específico da exploração madeireira, esse caráter mono cultural não favorece nem aos extrativistas individualmente e menos ainda como categoria social. Essa atividade não gera benefícios na região do entorno das áreas em exploração,

nem nas sedes de municípios próximos e nem no Estado, haja vista que a madeira é exportada sem nenhum valor agregado, beneficiando tão somente o empresário que explora os recursos florestais e a força de trabalho dos extrativistas.

Portanto, além dessa prática empobrecer o ecossistema, pauperiza também as populações florestais. Segundo as palavras do senhor Francisco Maurício Rios, conhecido pelo epíteto de Atito referido acima pela senhora Dercy Teles, em depoimento por ocasião de atividades que realizei no Projeto de Extensão Bens e Serviços da Floresta. O senhor Atito disse que o governo e seus agentes vendiam a ideia de que se os seringueiros participassem do manejo madeireiro poderiam comprar bens duráveis, como automóveis, “eles disseram que se a gente tirasse madeira nós ia conseguir comprar até uma *pic up*, nós entramos na onda e eu não consegui comprar nem uma bicicleta.”

Segundo suas palavras, o manejo madeireiro empobreceu as colocações dos seringueiros que aderiram ao projeto do governo e fez perder a diversidade de fauna e da flora. Comprometeu também o ciclo das águas, com o entupimento e a consequente secagem de várias nascentes existentes nas colocações. Sobre isso o senhor Atito disse o seguinte: “A minha água ficou muito ruim, com gosto de ferrugem, e a vertente que era aqui perto de casa agora seca no verão e aí eu vou pegar água muito longe de casa”.



Figura 113 – Caminhão transporta árvores cortadas na floresta amazônica.

Nas palavras dos dois mais importantes e consequentes líderes populares que tecem críticas ao Capitalismo Verde implantado pelo Governo da Floresta, Osmarino Amâncio e Dercy Teles, a adesão dos povos extrativistas às práticas reputadas como predatórias ao meio ambiente não se dá pela falta da consciência ecológica desses



sujeitos, mas pela absoluta falta de alternativas econômicas sustentáveis. Nas palavras de Osmarino

O Governo e a prefeitura de Xapuri foram capazes de abrir ramais dentro da RESEX sem nem fazer o EIA/RIMA<sup>70</sup> para os tratores entrar, derrubar e transportar grandes árvores. E também para entrar caminhões boiadeiros para transportar bois. Mas não foi capaz de incentivar pra criar cadeias produtivas de baixo impacto, com base em produtos não madeireiros. E isso era possível, pois nós da mata sabemos tirar óleo de copaíba e andiroba, vinho de açai, de abacaba, de patoá, de buriti, e sabemos extrair mel de abelha sem matar elas, e se tivesse incentivado nós podia também criar pequenos animais que a gente cria sem precisar de derrubar e tudo isso ia dar renda pra nós o ano inteiro, sem precisar devastar nossas florestas. (Osmarino Amâncio)

E a senhora Dercy falou o seguinte:

Eu acho uma covardia o que o PT fez com os seringueiros, de criminalizar eles porque eles derrubaram para criar gado ou venderam as colocações toda, ou só um pedaço para poder investir em gado. Eu que moro aqui dentro da mata sei o que é uma mãe ou um pai de família ver um filho ou uma filha chorando de fome e ele não ter de onde tirar. Não é culpa dele fazer isso, não! Não é por falta de consciência! É por falta de alternativa de onde tirar o pão, pois a borracha não tem mais mercado. Quando eu era presidente do sindicato na penúltima gestão, um companheiro do seringal São Miguel levou uma borracha pra vender na cidade e ele rodou Xapuri todinha e não achou comprador e então ele foi se valer da gente no sindicato para conseguir um dinheiro para comprar mercadoria e pagar o transporte para voltar pra casa. (Dercy Teles)

Nos relatos de Pedro Teles e Antônio Mendes, o Duda, por ocasião da entrevista para esta tese, eles demonstram profunda consciência ecológica e o senso crítico que os seringueiros tem em relação ao ambiente florestal, além de um acurado conhecimento empírico desse ambiente. Esses dois históricos sujeitos dos movimentos popular, sindical, político e social dos extrativistas, ambos foram presidentes da CAEX, fizeram os seguintes relatos:

Manoel o que eu sei é que a forma de exploração da floresta só baseada na venda de madeira e nas derrubadas das matas para formar pasto, acabou com a nossa economia da borracha e da castanha, que nós sabia cortar e quebrar sem ofender a floresta. Mesmo nós explorando outros produtos da mata, ou matando caças como a anta, o veado capoeiro, a paca, a cutia, os tatu, os macaco, as aves como o cujubim, o jacu, o mutum e vários tipos de nambus, mas nós nunca ofendia a floresta e nossos avós fizeram isso e deixaram a mata para os nossos pais, e os nossos pais deixaram pra nós, mas nós com esse jeito de explorar hoje para a gente sobreviver, nós vamos entregar para os nossos filhos uma floresta destruída. (Entrevista com Duda).

E o Pedro Teles demonstrou conhecimentos de flora fazendo o relato de um

---

<sup>70</sup> EIA/RIMA significa Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental. É um estudo que deve produzir documento que busca identificar e avaliar a intensidade e a dimensão de um impacto ambiental causado por ações humanas ou pela construção de empreendimentos. É obrigatório em intervenções que se implantem em áreas protegidas, como são os casos das RESEX's e dos PAE's.



grande número de frutos vegetais que o seringueiro aproveita direta ou indiretamente em sua alimentação, de acordo se é ele que come os frutos ou se esses frutos servem de alimento para algum animal silvestre que compõe a base de alimentação dos seringueiros. Ele disse o seguinte:

Manoel! E além desses animais que o Duda falou tem também as frutas que são muitas que ou a gente come ou são os animais que come. E com esse projeto de derrubar a mata para criar gado vai dar muito prejuízo, pois essas frutas vão desaparecer. Vou dizer algumas que a gente come e que são muito saborosas! O açai, a bacaba, o patoá, o buriti, o caucho, a pama, a pama caucho, o breu, o cacau, a cacauarana, o jatobá, o cajuzinho, o jutaí, a guariúba, o bacuri, o mamuí, o cajuzinho, o anjico, o murmuru, o jenipapo, a itaúba, o ouricuri, a cajá de anta, o maracujá do mato, o murici, o ingá comum e o ingá de macaco e tantas outras frutas que a gente come. Mas tem outras que só os bichos come e a gente vai esperar ou caçar, mata o bicho e a gente come o bicho. Vou dizer umas que eu estou lembrando agora: A caxinguba, a gameleira, o apuí, a ata braba, o mururé, a sorva, a copaíba, a ingá de leite, a maçaranduba, a jacareúba, a sapota, a jurubeba, o marfim verde, o marfim de leite, a bajinha, a mirindiba, o jito, a biorana, a cagassa, a sapota, o jitozinho, o copinho, o inharé. Todas essas frutas que eu falei leva mais de 50 anos para voltar a ter novamente depois que a mata é derrubada. Algumas talvez só depois de cem anos é que elas vão voltar para a floresta. (Entrevista com Pedro Teles)

Hoje se verifica um avanço vertiginoso da pecuarização e uma retração na extração de madeiras. Esta atividade está sendo praticada, mas de maneira clandestina no interior da RESEX e do PAE Chico Mendes.

As bandeiras que motivaram e mobilizaram os seringueiros nas lutas que culminaram com a vitória em favor da implantação dessas áreas protegidas eram contrárias às atividades de pecuarização e de extração de madeiras. Essas atividades eram refutadas porque os extrativistas a entendiam como atividades deletérias e perigosas para a integridade dos territórios florestais protegidos. A extração madeireira e a pecuária são, portanto alheias ao plano inicial dos extrativistas e elas tem promovido o retorno da violência contra os trabalhadores e as trabalhadoras, com registros de invasões de territórios na RESEX Chico Mendes, como a ocorrida no seringal Nazaré, onde estava localizada a fazenda Bordon, que foi onde nasceu o Projeto Seringueiro. Leiamos o relato contido no Observatório do agronegócio no Brasil, que colheu o relato de Gomercindo Rodrigues, advogado, militante do movimento ambiental e assessor jurídico dos trabalhadores extrativistas:

No dia 15 de dezembro de 2018, o advogado Gomercindo Rodrigues compartilhava com algumas centenas de pessoas em Xapuri, a pouco mais de 200 quilômetros de Rio Branco, algumas de suas preocupações atuais: *“A situação hoje, infelizmente, e a perspectiva para o ano que vem é ainda pior, é de que nós estamos voltando a antes de 1988, a uma situação de conflito, de ameaça. Já teve casa de seringueiro queimada aqui no ano passado e este ano, reconstruída a casa, fazendeiro passou*

*com trator por cima e derrubou. Enfim... isso em Xapuri, onde todo mundo pensa que está tudo tranquilo, porque tem a reserva". Amigo e fiel escudeiro de Chico Mendes até 1988, quando o líder sindical – consagrado no mundo como ambientalista – foi assassinado por uma família de fazendeiros do município, Gomercindo chamava a atenção para a retomada da investida contra pequenos extrativistas da região. (Observatório do agronegócio no Brasil, 09/01/2019)*

Na atual conjuntura que se inicia em 2019, com a ascensão de um governo de extrema-direita no Estado, reforçado por bancadas parlamentares federal e estadual do mesmo espectro político reacionário, a situação se agravou devido ao avanço dessas forças contra as conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras, que se encontram desamparados de um movimento popular e sindical fortes que faça frente a essa situação de avanço contra os direitos conquistados ao longo de três décadas, contribuindo com o retorno de projetos que promovem a destruição da natureza e com a precarização da qualidade de vida das populações extrativistas.

Os agentes que fazem essa crítica reputam que a mudança operada com a substituição do sistema de educação de base crítica pelo modelo conservador, nos moldes que *Althusser* denomina de aparelho ideológico, facilita a desmobilização, pois deixa de formar quadros críticos capazes de se engajarem numa luta propositiva, capaz de fazer a resistência frente a esses desmandos da classe dominante e seus representantes legais perante o Estado.

O jornalista Romerito Aquino, acreano radicado em Brasília, que mantém o Blog Mais Brasil News realizou matéria sobre o ataque de grileiros à RESEX Chico Mendes com o título "No Acre, grileiros avançam em ameaças à extrativistas na reserva Chico Mendes", no texto o jornalista afirma que:

Tanto o número de queimadas quanto o total de área desmatada na Resex apresentaram tendência de aumento a partir de 2019, primeiro ano da atual gestão federal. Isso se deveu, segundo os seringueiros e castanheiros locais, a retrocessos legislativos, a omissão do poder público e a pressão de setores ruralistas, que passaram a impulsionar as invasões e trazer de volta, de forma muito intensa, os conflitos pela posse da terra, que pareciam ter cessado há quase 30 anos, quando foi criada a reserva. (Mais Brasil News, 28/05/2022)

O senhor Paulo Sérgio, atual presidente do STR de Xapuri, fez o seguinte relato analisando a pouca ou quase nula capacidade de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras à agressividade dos ataques dos fazendeiros:

Hoje nas comunidades não funciona mais nada de organização. Não tem mais delegacia sindical. Não tem mais nenhum tipo de associação. Só tem igreja evangélica, mas elas só ajudam a dividir mais os extrativistas. Todo mundo agora está no individual. O que funciona são as igrejas e o que é mais duro é que filhos de companheiros e companheiras nossos que lutaram pela reserva hoje são pastores. Como um filho da Nonata Mendes

e outro do Nilson Mendes que são prima e primo do Chico Mendes. Um é pastor na RESEX e outro no PAE. Eles fazem campanha aberta nos cultos para os candidatos de extrema-direita. Do nosso lado está desse jeito: tudo parado. E do lado do governo o órgão que era para cuidar e fiscalizar a RESEX, que é o ICM-Bio, mas o que a gente tá vendo é o desmonte. O governo está desmontando o ICM-Bio. E para reforçar essa posição contra os trabalhadores a deputada Mara Rocha está com uma PL lá na Câmara Federal para tirar um pedaço da Reserva de mais de 28.000 (vinte e oito mil) hectares. E como não tem mais trabalho de conscientização com os moradores dessa área, eles concorda porque acha que vão ser beneficiado, mas o desmembramento desse mundo de terra é pra dar essa terra para os fazendeiros e os moradores talvez sejam transferido para lotes pequenos em outras área. (Depoimento de Paulo Sérgio Pinheiro presidente do STR de Xapuri, em 25/03/2021)

Acerca do engajamento das populações florestais hoje à fé religiosa, quem também falou foi o senhor Dionísio Barbosa, conhecido como Daú, que fez o seguinte relato, pontuando as diferenças entre a atuação da igreja da época das CEB's e das igrejas evangélicas de hoje. Leiamos as suas palavras:

Naquele tempo a religião que tinha era a católica e ela não construía igrejas nos seringais como hoje que está cheio de igrejas de crentes nos seringais e nas colônias. Outra coisa era que não era obrigado pagar o dízimo, e hoje os pastores só faltam colocar a faca no pescoço dos crentes para eles pagar o dízimo todo mês. Os pastores tem um grande controle dos crentes. Outra mudança é que naquele tempo muitas mulheres eram monitoras dos grupo de evangelho e hoje o poder é só do pastor que é um homem. E é só ele que pode interpretar para os crentes a palavra de Deus. Os crentes não dão opinião, como era no tempo das CEB's. Naquele tempo a gente participava do evangelho e a gente não falava em nome de nenhum candidato ou de partido nas reuniões, mesmo muitos sendo do PT. Mesmo assim diziam que a gente fazia política nas comunidades. Hoje os pastores fazem propaganda aberta dos candidatos da direita dentro das igreja, nos cultos, e ainda dizem que se os crente não votar nesses candidatos eles vão para o inferno, pois se não forem os candidatos que eles defende, os outros são comunistas e o comunismo é da parte de satanás. (Depoimento de Dionísio Barbosa, o Daú).

Já tratamos em um tópico desta tese acerca da teologia da libertação. Mas neste tópico voltaremos escrever sobre o tema reagindo à fala do senhor Daú que fez observações acerca das diferenças entre as práticas religiosas dos extrativistas dos anos de 1970 até os anos de 1990, e o novo momento religioso que se inicia a partir dos anos de 2000, em que se verifica a quase hegemonia das igrejas neopentecostais, que se apresentam com uma prática pastoral e orientação teológica diametralmente oposta àquela que orientou, animou e impulsionou as práticas religiosas sob a orientação da Teologia da Libertação.

As observações feitas pelo senhor Daú acerca do comportamento das igrejas evangélicas que atuam nos territórios florestais dizem respeito às orientações advindas da Teologia da Prosperidade que orienta as práticas pastorais do

neopentecostalismo. Por meio dessa orientação os pastores dessas igrejas induzem seus fiéis ao individualismo e a busca pelo enriquecimento material em nível pessoal, diferentemente da Teologia da Libertação que concebia a pobreza como um mal social e que deveria ser enfrentado coletivamente em lutas concretas contra todos os tipos de opressão.

A Teologia da Prosperidade e a Teologia do Domínio orientam a ação pastoral nessas igrejas. Os pastores neopentecostais asseveram que a salvação das almas não deve ser uma preocupação de seus fiéis, pois isso o crente já obteve pela graça concedida em Cristo por meio de seu sacrifício na cruz em favor da humanidade.

Pelo viés da Teologia da Prosperidade a missão da igreja neopentecostal deve ser estimular os fiéis na busca do sucesso material e financeiro, e, pelo viés da Teologia do Domínio, o neopenetecostalismo reivindica converter todas as nações ao Evangelho de Jesus Cristo. Por meio da Profecia das Sete Montanhas, que foi recebida pelo pastor neopentecostal norte americano *Johnny Enlow*, fundador da seita Jovens Com Uma Missão (JOCUM), os neopentecostais almejam alcançar o domínio das sete esferas da sociedade, que são: Religião, Família, Educação, Governo, Mídia, Artes e Entretenimento e Negócios. O pastor *Johnny Enlow* diz que sua missão se baseia na Revolução de Elias.



Figura 114 – Igreja Adventista do Sétimo Dia edificada na Colocação Fazendinha no PAE Cachoeira.

Esses objetivos devem ser alcançados por mérito individual dos crentes, pela fé e, sobretudo, pela fidelidade no pagamento obrigatório do dízimo e no seguimento às doutrinas neopentecostais. Nesse sentido os pastores são agressivos, com pregações intimidadoras carregadas de terrorismo em relação à cobrança de fidelidade aos princípios doutrinários do neopentecostalismo. Eles chegam a asseverar de forma

ameaçadora que os fiéis que se recusam em pagar o dízimo estão em grave falta perante seu salvador, pois deixar de pagar esse tributo constitui grave pecado, sendo equivalente a roubar de Deus. Sobre isso apresentarei o que escrevem Lemos e Cardoso. Leiamos primeiro Lemos:

O poder da mente pressupõe que toda falta de fé necessariamente provoca miséria e doença, resultados do pecado. A fé em Jesus de Nazaré envolve a busca pela riqueza, pelas boas condições de saúde. Qualquer sofrimento indica ausência de fé. Esses postulados caracterizam a confissão positiva. (Lemos. 2017, p. 85)

E agora leiamos o que Cardoso escreveu:

As igrejas neopentecostais buscam proporcionar a seus fiéis as condições financeiras para desfrutarem dos prazeres mundanos, que exaltam, porém essas condições não seriam necessariamente advindas do trabalho árduo, da poupança obtida pela privação dos prazeres, mas sim pelas bênçãos que promovem. No entanto, para terem acesso a essas bênçãos, os fiéis precisam contribuir com seus dízimos e ofertas, numa diametral reflexão teológica, menos sectária e menos ascética, sem repúdio ao mundo, sem a adoção do “meu reino não é deste mundo”, na definição weberiana do “mosteiro como habitat”. (Cardoso, 2020, p. 278)

Com o apagamento da Teologia da Libertação, o colapso da economia extrativista, o enfraquecimento dos movimentos populares e sindical e a substituição de um modelo de educação libertadora por um modelo apassivador, os extrativistas ficam vulneráveis e fragilizados diante do discurso falacioso de que é fácil a saída dessa crise, que é uma crise estrutural do capitalismo mundial. Nessas condições e com o avanço agressivo das igrejas neopentecostais sobre os ambientes extrativistas, há uma maciça conversão das populações florestais a essa ideologia político-religiosa, o que contribui para um maior apassivamento dessas populações.

Vale lembrar a oposição entre a Teologia da Prosperidade em relação à Teologia da Libertação. Sobre isso leiamos Camurça abaixo, que escreveu o seguinte:

A Teologia da Libertação se estruturou através da crítica a uma teologia tradicional para quem os pobres deviam ser objeto da caridade e não agentes de sua própria libertação. Sendo a figura do “pobre” central nas concepções do cristianismo, uma reformulação dessa categoria influenciada pela sociologia, pela ciência política e, particularmente, pelo marxismo serviu para desvelar os pobres como oprimidos, cuja pobreza é fruto da acumulação e exploração do seu trabalho e não de uma fatalidade ou desejo divino. Para os teólogos da libertação, a salvação não se realiza no plano individual, mas coletivo, sendo a luta pela libertação humana uma antecipação do “Reino de Deus”. (Camurça, 2013, p. 1)

De acordo com Almeida e Moreira o neopentecostalismo se apresenta em muitas nuances e por isso é difícil de ser definido com clareza. Diferentemente da igreja católica que tem centralidade em razão de sua organização hierarquizada e

centralizada em uma doutrina que tem no papa e no seu cardinalado os guardiões e legitimadores da doutrina, o neopentecostalismo se apresenta de forma plural e dinâmica, facilitando a criação de grupos distintos, com liturgias próprias, com estilo de governo e costumes particulares. A Teologia da Prosperidade que surgiu nos Estados Unidos na década de 1940, se constituiu como movimento doutrinário na década de 1970, quando se fixou nos grupos evangélicos carismáticos dos EUA. Como vimos essa orientação teológica reúne crenças de poder, cura e prosperidade material através da fé. Esses elementos funcionam eficazmente para atrair fieis entre grupos populares que veem no neopentecostalismo uma salvaguarda, um elo de esperança capaz de aplacar os medos e as incertezas que o sistema capitalista em sua crise estrutural inculca nos meios populares, notadamente entre os grupos sociais mais vulneráveis. Como escreveu Marx na obra *Sobre a questão Judaica*:

A miséria religiosa é a expressão da miséria real e, ao mesmo tempo, o protesto contra esta miséria. A religião é o suspiro da criatura oprimida, a alma de um mundo sem coração, do mesmo modo que ela é o espírito de um estado de coisa sem espírito. A religião é o ópio do povo. (Marx, 2000, p. 26)

Como demonstramos nas referências acima, os adeptos do neopentecostalismo, diferentemente dos seguidores da Teologia Católica, notadamente da Teologia da Libertação, apresentam o mundo real e histórico em que vivemos como um espaço para a felicidade, a prosperidade e a abundância de vida para os verdadeiros cristãos sem que eles precisem se envolver em lutas políticas e sociais, pois, como escreveu Marx, que transcrevemos acima, a religião, agindo como ópio atordoa e acalma, fazendo os fiéis crerem na pregação neopentecostal de que serão herdeiros das promessas divinas apenas aderindo aos cultos, fortalecendo a fé por meio do pagamento das ofertas, dos dízimos e de outras contribuições para os pastores. (MARIANO, 1996, p. 28). A Teologia da Prosperidade e a do Domínio são compatíveis com a pregação do mundo e da ideologia neoliberal e por isso coroam e impulsionam os interesses do capitalismo contemporâneo. Essas doutrinas apresentam uma espiritualidade que exalta e mede o sucesso pela capacidade de acumular bens materiais, no sentido de que a redenção da pobreza nesta vida significa a afirmação da fé, a certeza que Deus atendeu os clamores do fiel, compensando-o com os melhores bens materiais, haja vista que a pobreza desqualifica o postulante à salvação.

Os pastores neopentecostais geram e disseminam expectativas entre os seus



fiéis, direcionando-os a uma competitividade que é estimulada pela Teologia da Prosperidade. Essa competitividade inibe a possibilidade da formação de uma consciência crítica entre os crentes e os anula para a luta contra as opressões históricas. Os problemas reais que fazem as populações menos favorecidas social e economicamente escravas de situações opressivas, cujas causas são dadas pela materialidade da história em que essas populações estão inseridas, não são problematizados nessas igrejas.

De fato, sou testemunha de que a igreja católica à época da Teologia da Libertação apoiava de maneira muito firme o sindicato e a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras. Mas hoje a igreja católica está muito distante, pois abandonou a Teologia da Libertação e adotou uma orientação pastoral baseada na Renovação Carismática, na tentativa de competir com as igrejas evangélicas, e isso facilita o domínio dessas igrejas nos ambientes extrativistas onde antes elas não se faziam presentes e que em função da facilidade de abrir e manter igrejas com pastores que não tem formação teológica, ou tem uma iniciação rasa e aligeirada, muitas vezes a partir de interpretações toscas de passagens bíblicas, tosca e convenientemente interpretadas. Esses pastores neófitos passam a morar nas comunidades extrativistas, em casas que os fiéis constroem para esses líderes ao lado das igrejas.

O fenômeno que promoveu a identificação dos sujeitos extrativistas com os pressupostos ideológicos de uma teologia alienante, não é um fenômeno que transcende a história. Não brotou de um mandato divino irremediável. Ele é característico da própria dialética da história. Por meio de intervenção política e educacional, questionando as desvantagens materiais e espirituais que esse pensamento religioso encerra e desvelando seu caráter de classe, é possível transformar essa consciência, haja vista que muitos apresentam uma consciência de classe em si, portanto é plenamente possível avançar para uma consciência de classe para si, e até fazê-los retornar a uma consciência que os fará retornar àquela consciência pré-revolucionária que seus antecessores desenvolveram entre meados dos anos de 1970 até meados dos anos de 1990.

Num momento pretérito, não muito distante deste nosso tempo atual, as gerações que antecederam à desses sujeitos que hoje se converteram ao neopentecostalismo superaram as crenças disseminadas em seus espíritos desde os seus ancestrais pela teologia católica tradicional. Uma teologia que defendia que eles

deveriam se sujeitar aos desmandos dos patrões seringalistas, porque aquela situação era determinada por Deus. Essa superação foi possível quando houve investimento por parte de entes sociais como a igreja católica progressista, o sindicato e os movimentos populares, que investiram em processos de educação e conscientização.



Figura 115 – Igreja Assembleia de Deus no Seringal Dois Irmãos na RESEX Chico Mendes.

Saindo do argumento de base superestrutural e indo para argumento com base nos fenômenos da infraestrutura, o senhor Sebastião Aquino gerente da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CooperXapuri) vislumbra alternativas de saída econômica para atenuar a crise material em que os povos extrativistas estão imersos. Ele defende uma saída que considero parcial, via o extrativismo.

| DIA | MES | ANO | VALOR | VISTO |
|-----|-----|-----|-------|-------|
|     | Jan |     |       |       |
|     | Fev |     |       |       |
|     | Mar |     |       |       |
|     | Abr |     |       |       |
|     | Mai |     |       |       |
|     | Jun |     |       |       |
|     | Jul |     |       |       |
|     | Ago |     |       |       |
|     | Set |     |       |       |
|     | Out |     |       |       |
|     | Nov |     |       |       |
|     | Dez |     |       |       |
|     | Jan |     |       |       |
|     | Fev |     |       |       |
|     | Mar |     |       |       |
|     | Abr |     |       |       |
|     | Mai |     |       |       |
|     | Jun |     |       |       |
|     | Jul |     |       |       |
|     | Ago |     |       |       |
|     | Set |     |       |       |
|     | Out |     |       |       |
|     | Nov |     |       |       |
|     | Dez |     |       |       |

Esta igreja pertence ao povo extrativista. O valor do dízimo é de 10% sobre a produção. O valor do dízimo é de 10% sobre a produção. O valor do dízimo é de 10% sobre a produção.

SEMIADEx  
MISSÕES URGENTE  
Xapuri - Acre

**Missionário Contribuinte**

Nome: Mauricio

R. Luiz F. Costa  
Secretário

Figuras 116 e 117 – Carnê de controle de dízimo.

Segundo ele essa saída não será tão fácil, haja vista que a educação ambiental e o sentimento de pertencimento ao ambiente e à cultura extrativista estão em crise nos territórios florestais, sobretudo na RESEX e no PAE. E essa crise ocorre, sobretudo entre as jovens gerações.

Antes de escrever sobre o que o senhor Sebastião Aquino falou, vale lembrar que o governo brasileiro compareceu à primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente ocorrida em Estocolmo entre os dias 5 e 16 de junho de 1972. Naquele período a ditadura empresarial-militar estava vivendo o auge do milagre econômico. Na conferência o Ministro do Interior e chefe da delegação brasileira Costa e Cavalcanti, defendeu o uso dos recursos naturais a qualquer custo, sem se importar com a preservação ambiental. Segundo França (2010) o ministro declarou que era preciso “Desenvolver primeiro e pagar os custos da poluição mais tarde”.

Essa posição do governo brasileiro já havia sido manifestada por outro ministro, o senhor João Paulo dos Reis Velloso. Leiamos a seguir o texto de Duarte acerca de uma declaração do ministro Velloso em janeiro de 1972.

Em janeiro de 1972, o ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso concedeu uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro, realizando balanços e expondo estratégias futuras para o desenvolvimento do país. O ministro assumiu uma postura tecnocrática, mostrando gráficos e tabelas com profunda seriedade. O único sorriso esboçado por ele ocorreu no momento em que mencionou a atração do capital japonês. No Japão — como em outras nações ricas —, o controle crescente dos impactos ambientais impunha limitações às atividades industriais. Mas os empresários encontrariam outra tendência no Brasil. Reis Velloso afirmou sem rodeios: “Nós ainda temos muita área para poluir”. /.../ A disposição alardeada pelo Brasil de tornar-se um verdadeiro “importador de poluição” teve grande e negativa repercussão em certos setores internacionais. (Duarte, 2015, p. 2)

Mas não eram somente os ministros Costa e Cavalcanti e Reis Velloso que manifestavam este tipo de posicionamento, pois essa era uma disposição da ditadura empresarial-militar de avançar no processo de inserção do país no âmbito do capitalismo periférico tardio. O ministro Delfim Netto que era o todo poderoso, o czar da ditadura empresarial-militar na área econômica, também corroborou a posição de seus colegas acerca da “poluição, e reafirmou a posição de que nada poderia inibir o desenvolvimento do país”. (Duarte, op. cit. p. 2).

A posição antiecológica da ditadura empresarial-militar que se posicionava contra a regulamentação ambiental que foi defendida durante a Conferência de Estocolmo no início dos anos de 1970, estimulou a transferência de empresas poluidoras para o Brasil. Muitas dessas indústrias se instalaram no país, de forma que nos anos de 1970 até meados dos anos de 1980, Cubatão no Estado de São Paulo que era um polo industrial do capitalismo mundial, foi uma das cidades mais poluídas do planeta.

Essa forma de ver o desenvolvimento entrou em crise e o capitalismo se

reciclou e se adequou, criando formas de obter lucros mudando as estratégias no processo de produção industrial, provocando menos impactos ao meio ambiente. A Conferência Eco-92 ou Rio-92 realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 marcou uma posição que se apresentava diametralmente oposta àquela que o governo da ditadura empresarial-militar manifestou e defendeu em 1972 como alternativa de desenvolvimento para o país.

Na década de 1990 houve uma efervescência nas críticas ao modo industrial de produção e a partir da Europa cresceu o chamado movimento ecológico, com o aparecimento de Partidos Verdes que radicalizaram a luta pela preservação da natureza e transformações nas formas da indústria produzir e da população consumir produtos industrializados.

Naquela mesma década se operava na Amazônia em geral e no Acre em particular a luta sindical e popular em favor de uma Reforma Agrária pertinente às características físicas, climáticas e culturais da região. Essa luta colocava no centro das reivindicações a preservação do ambiente e a equanimidade na remuneração dos produtos da floresta, portanto uma mudança profunda nas relações sociais e econômicas vigentes.

Voltemos ao senhor Sebastião Aquino. Seu argumento é o de que atualmente ainda existem nichos do capitalismo verde, e é sobre isso que ele argumenta e faz planos. Leiamos abaixo o seu relato:

Hoje existe a possibilidade de uma boa remuneração com a extração da borracha, pois a CooperXapuri tem um contrato com a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre)<sup>71</sup> com a Veja, fabricante de tênis francesa, que produz calçados visando favorecer o uso de materiais ecológicos e matéria-prima cultivada ou extraída de forma consciente. Nos anos de 1900, com a criação e expansão da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX) foram estabelecidos convênios com empresas que aderiram às formas verdes de produzir. Uma dessas empresas foi a Nutrimental que produz alimentos integrais como barras de cereais, farinhas infantis, refrescos, sobremesas e molhos, biscoitos, granolas e cereais matinais. Ela adquiria a nossa castanha pagando um valor superior ao praticado por outros compradores, e ainda acrescentava um bônus de incentivo porque os seringueiros que trabalhavam na extração da castanha contribuíam para a preservação da Amazônia. Atualmente temos um contrato com a empresa Veja para o fornecimento de borracha do tipo Cernambi Virgem Prensado (CVP). E para o cumprimento do contrato será necessária a aquisição da produção de pelo menos 300 (trezentos) extrativistas de Xapuri para fornecer a quantidade

---

<sup>71</sup> A Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (COOPERACRE), foi fundada em dezembro de 2001. Sua sede central está localizada em Rio Branco. Em seu site, está escrito que atualmente é responsável pela maior produção de castanha beneficiada do país, e que tem planos de se tornar a maior do mundo. Está presente em 14 municípios acreanos e tem capacidade para produzir mais de 3.000 toneladas de castanha. Hoje conta com 2.500 cooperados.

de matéria-prima contratada. O pagamento é de R\$ 12,50 (doze e cinquenta) por Kg, que o produtor recebe no ato da entrega da matéria-prima. Mas ele recebe mais R\$ 2,30 (dois e trinta) de subsídio estadual, mais R\$ 2,00 (dois) de bonificação que o seringueiro receberá em um ano. Esse bônus é pela preservação da floresta. E tem mais R\$ 3,32 (três e trinta e dois) de subsídio federal. Então na mais R\$ 3,32 (três e trinta e dois) de subsídio federal. Então na composição geral do preço, o Kg da borracha fica por um valor de R\$ 20,12. Mas nós estamos num dilema, pois os jovens residentes em áreas extrativistas preferem arriscar e se submeter a um salário de R\$ 1.212,00 (mil duzentos e dose), indo para a cidade trabalhar 44 horas semanais em vez de ficar na RESEX, trabalhando apenas oito horas semanais recebendo um salário de R\$ 1.600,00 (mil seiscentos). Sendo ainda que na RESEX eles podem plantar, criar e colher outros produtos, de forma que teriam um salário pelo menos quatro vezes maior do que ganhariam na cidade. (Tião do Daú em entrevista para a tese).

Essa alternativa que o senhor Sebastião expõe faz parte do que se propunha no capitalismo verde, defendido pelo governo do PT.

Mas é interessante reforçar que o processo de aproximação do movimento dos extrativistas com os objetivos do projeto de desenvolvimento econômico dos governos do PT dificultou a continuidade da atuação de um programa de capacitação específico e autônomo para realizar a formação política dos trabalhadores e das trabalhadoras das florestas. Nesse contexto de desmobilização em favor de um projeto autônomo dos extrativistas o CTA criou um corpo técnico que passou a ser, no âmbito dos movimentos populares, um laboratório do governo para desenvolver as experiências de Manejo Florestal Comunitário no PAE Porto Dias. Neste PAE, como já escrevemos, foi aberto um ramal para transportar madeiras e se mantinha, também um posto avançado para abrigar equipe com infraestrutura que incluía casa, automóvel e uma equipe técnica com três técnicos florestais, dentre os quais, um morava na comunidade.

Naquele contexto a formação que o CTA oferecia era de conteúdo técnico, formando manejadores de madeiras. E do lado governamental a formação passou a ser desenvolvida por agências como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), dentre outras. Essas instituições eram incompatíveis para desenvolver cursos com teor mais político para os coletivos de trabalhadores e trabalhadoras extrativistas, uma vez que elas eram empresas que atuam no campo da formação técnica de manejadores de madeiras e administradores visando capacitar gerentes de negócios, portanto essas agências estimulavam os seringueiros a atuarem no sentido da competitividade em favor da



obtenção de maiores lucros.



Figura 118 – Senhor Tião do Daú  
gerente da COOPERXAPURI.  
Foto tirada em 2022



Figura 119 – Sapato com solado de  
borracha fabricado pela indústria  
Francesa Veja. Foto tirada em 2022.

Pela sua natureza essas instituições que passaram a hegemonizar a capacitação dos extrativistas não tinham, e era impossível de terem uma pauta de formação plural, capaz de considerar em seus cursos o estudo de estratégias e táticas que visassem a manutenção e ampliação das conquistas alcançadas em razão das lutas políticas desenvolvidas ao longo dos meados dos anos de 1970 até os meados dos anos de 1990.

Isso teve enorme influência na perda do protagonismo dos coletivos de trabalhadores e trabalhadoras nas lutas sociais, contribuindo também para o fim do CTA/Projeto Seringueiro.

*Gramsci* referindo-se aos intelectuais orgânicos camponeses observa e chama a atenção para que se estude de forma profunda, as relações concretas de subordinação efetiva dos intelectuais camponeses aos modelos de intelectuais pequenos burgueses existentes no campo. Eis o que o filósofo italiano escreveu:

Los intelectuales de tipo rural son en gran parte "tradicionales", o sea ligados a la masa social campesina y pequeño burguesa, de ciudad (especialmente de los centros menores), todavía no elaborada y puesta en movimiento por el sistema capitalista: este tipo de intelectual pone en contacto a la masa campesina con la administración estatal o local (abogados, notarios, etcétera) y por esta misma función tiene una gran función político social, porque la mediación profesional es difícilmente separable de la mediación política. Además: en el campo el intelectual (cura, abogado, maestro, notario, médico, etcétera) tiene un nivel de vida medio superior o al menos distinto del correspondiente al campesino medio y por ello representa para éste un modelo social en la aspiración a salir de su condición y mejorada. El campesino piensa siempre que al menos uno de sus hijos podría llegar a ser intelectual (especialmente



cura), o sea convertirse en un señor, elevando el grado social de la familia y facilitando su vida económica con las afinidades que no podrá dejar de tener con los otros señores. La actitud del campesino con respecto al intelectual es dual y parece contradictoria: admira la posición social del intelectual y en general del empleado estatal, pero en ocasiones finge despreciarla, o sea que su admiración está teñida instintivamente de elementos de envidia y rabia apasionada. No se comprende nada de la vida colectiva de los campesinos y de los gérmenes y fermentos de desarrollo que en ella existen si no se toma en consideración, si no se estudia en concreto y no se profundiza, esta subordinación efectiva a los intelectuales: todo desarrollo orgánico de las masas campesinas, hasta cierto punto, está vinculado a los movimientos de los intelectuales y depende de ellos. (*Gramsci*, 1986, p. 359)

Trouxemos este exemplo de *Gramsci* porque percebemos na pesquisa de campo que houve a rendição de muitos lutadores e lutadoras das batalhas sociais dos extrativistas à ideologia pequena burguesa e alguns de seus expoentes que hoje criam gado pensam que são fazendeiros e não refletem sobre o perigo econômico da adesão cega deles à pecuária. O senhor Nilson Mendes chamou à atenção para esse fator nos seguintes termos:

Eu fico muito triste com a situação atual, pois muitos companheiros que lutaram para a gente ter o PAE, hoje parece que só vê a pecuária como saída econômica, e por isso muitos dos moradores do seringal Cachoeira estão derrubando a floresta para a implantação de pastos. Isso me fere muito, pois vai contra as nossas lutas passadas e é um duro golpe na memória do companheiro Chico Mendes, que morreu defendendo a Cachoeira contra o Darly que queria transformar tudo aqui em pasto. E outra coisa, em razão de meus estudos sobre a lógica do mercado, eu vi que vai chegar um tempo que ele vai ficar saturado com a oferta de muito boi, uma oferta muito maior que a demanda e com isso o preço vai baixar muito, provocando a quebra da economia e esses companheiros que só tem bois para vender vão passar por grandes dificuldades e aí a única coisa que eles vão ter para sobreviver vai ser vendendo a terra para os fazendeiros, talvez até para o próprio Darly. (Depoimento de Nilson Mendes para a pesquisa da tese)

Em relatório acerca da economia verde durante os governos petistas, Faustino e Furtado afirmam que o Acre é considerado como pioneiro na prática de gestão de florestas públicas de modo sustentável, sendo referência no manejo florestal comunitário.

O estado tem o maior Programa de Manejo Florestal Comunitário da Amazônia: em 2011, havia um total de 100 mil hectares de Planos de Manejo Florestais Sustentáveis, dos quais 22 mil hectares são de áreas certificadas pela FSC. Entre os casos de maior destaque neste processo estão: o Manejo Florestal Empresarial, realizado na Floresta Estadual do Antimary, que, na época, era a única Floresta Pública certificada no país e divulgada pelo governo como o modelo de manejo de uso múltiplo mais exitoso da região; o manejo do Seringal Cachoeira, onde viveu o sindicalista Chico Mendes; e o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Porto Dias. (Faustino e Furtado, 2015, p. 41)

O sindicalista Osmarino Amâncio é um crítico ferrenho das políticas de governo

gerido pelo PT e especificamente acerca da chamada economia verde implantada no Estado. Abaixo transcreveremos partes de uma entrevista que ele deu ao site AC 24 horas.

O governo implementa a economia verde, mas o manejo tá expulsando o seringueiro de sua colocação, tirando a dignidade dos extrativistas, dos índios, tirando a biodiversidade. Isso vem acontecendo em Santa Quitéria, no Antimary. Você vai lá, o povo não ficou rico, está recebendo uma bolsa verde, a bolsa família. A economia estagnou e a pobreza continua. Só estão mudando o nome, é a privatização do ar, dos meios naturais. Tão privatizando a água, a abelha, o beija-flor, a floresta. Todos os meios naturais estão sendo privatizados em nome de uma economia verde, com apoio do ITTO (ITTO é a sigla em inglês para Organização Internacional das Madeiras Tropicais), Banco Mundial, Comunidade Econômica Europeia, BNDES; é uma economia que representa um golpe para os moradores dessa região. A Lei de Florestas Públicas que a Marina (Marina Silva, acreana ex-ministra do Meio Ambiente do Governo Lula) criou, tirou do Estado toda a floresta pública e garantiu a logística desse investimento para o grande capital. Nos próximos cinco anos, mais 30 milhões de hectares serão leiloados. Já foram leiloados mais de dois ou três milhões. No Acre já estão aprovando na Reserva Extrativista Chico Mendes e no Cachoeira. Aqui já tem mais de um milhão de hectares de floresta sofrendo o golpe do manejo madeireiro. Esse comercial da economia sustentável é uma fraude. Estão destruindo árvores com 120 anos dizendo que ela se recompõe. Claro que daqui a 30 anos o estrago já estará feito. Na minha colocação eu plantei cumaru e sumaúma e com vinte anos elas não engrossaram 20 cm de diâmetro. Como é que fazem esse discurso de recomposição? No nosso projeto era proibido derrubar árvores que tivessem menos de 40 cm, tinha que ter mais de 40 cm de diâmetro. Hoje eles estão tirando varinha, tão fazendo corte raso. Eles começam com quatro, oito espécies e terminam com oitenta. No Antimary, por exemplo, fizeram corte raso que desvalorizou a colocação. Quem está ficando rico é somente a madeireira Triunfo, a madeireira Canãa, a Ouro Verde, os exportadores e os irmãos Viana (Jorge Viana, à época governador do Estado e seu irmão Tião, então senador). Não é o seringueiro que está fazendo a exploração. Sem bagagem de conhecimento ele perde toda a possibilidade dele opinar do plano de manejo. Querem que a nossa sociedade seja sem cabeça. Não podemos usar a cabeça. É um assalto a mão armada. (Site AC 24 horas, 7 de outubro de 2011)

A política conciliatória e de desestímulo à capacidade crítica da população e dos movimentos sociais foi levada ao extremo pelos atos do governo, enfraquecendo, até a quase paralização, esses movimentos, inclusive os sindicatos que se tornaram quase extensões do aparato burocrático do Estado, como o eram ao tempo da ditadura empresarial-militar, passando a desempenhar funções do poder público, absorvendo atribuições burocráticas, como carimbar documentos para aposentadorias de trabalhadores e trabalhadoras rurais ou documentos para viabilizar créditos, muitos destes créditos visavam implantar o Capitalismo Verde nas áreas de extrativismo. Como falou o senhor Sabá Marinho que “o governo do PT financiou para os seringueiro

colocare currais, cercas, bretes<sup>72</sup> abrir pastos e comprar bois, em vez de incentivar outras coisas que não ia destruir as nossas matas.”

No jogo de transferência de quadros políticos dos movimentos populares e sindical, notadamente os de representação dos seringueiros para a burocracia do Estado, o governo contribuiu para o esvaziamento e amortecimento das funções de mobilização e organização da luta de classes em favor da categoria dos seringueiros, sendo uma das causas do estrangulamento e o fim das atividades do CTA/Projeto Seringueiro.

Muitos dos militantes e dirigentes dos movimentos sociais do Acre eram também militantes ou dirigentes dos dois principais partidos da esquerda liberal que compunham a coalisão que ficou vinte anos (1998/2018) no poder, o PT e o PC do B. Já apontamos este problema que decorre de uma liderança formada num perfil carismático, que tinha uma prática de centralizar as decisões em sua pessoa.

Com a ascensão do PT ao poder, a maioria desses sujeitos passou a servir nos quadros institucionais do Estado, atuando nas várias secretarias, sendo as principais aquelas cuja função institucional faziam interseção com os movimentos sociais do campo, como a Secretaria de Estado de Educação (SEE), a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre (SEAPROF/AC), Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), Secretaria de Estado de Floresta (SEF) e Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA).

Como se observou também nacionalmente, desde a primeira gestão dos governos capitaneados pelo PT e seus aliados, sobretudo os partidos de mesmo perfil de esquerda liberal, não se conseguiu contornar as mazelas políticas e econômicas do neoliberalismo. Segundo Heribaldo Maia, citando *Fredric Jameson* para essa esquerda “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”, por isso ela se rendeu ao neoliberalismo e criou uma versão humana e progressista desse sistema, que ele denomina de neoliberalismo do bem. Todavia, pelo fato de que tanto no Acre quanto em nível federal, se ter alcançado algumas poucas mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora, essa mínima mudança contribuiu para o arrefecimento das lutas, pois gerou uma falsa sensação de que tudo estava resolvido.

---

<sup>72</sup> Corredor curto e estreito entre fileiras de estacas ou aramados por onde se leva o gado para marcar, castrar, curar, vacinar, descornar, pesar, conduzir ao banho carrapaticida ou ao vagão de transporte, para o abate.

Que havia pouco mais a ser feito. Que seria questão de ajustes, somente acertos de detalhes, e que se conseguiria isso por meio de negociações individuais direta com os agentes governamentais, e tudo seria facilitado porque muitos dos agentes governamentais com quem tinham que negociar eram, na maioria dos casos, companheiros e companheiras egressos do movimento popular ou sindical.

Essa ausência de lutas e de mobilizações populares envolvendo o conjunto dos extrativistas, que segundo Arroyo são capazes de educar, ajudou no avanço da ideologia da classe dominante sobre a classe dominada. *Marx e Engels*, na obra *Ideologia Alemã* escrevem que

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas os pensamentos dominantes, em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. (*Marx e Engels*, 1998, p. 48)

Na Acre, na fase em que havia o embate dos movimentos sociais, a classe dominante não conseguiu suprimir a ideologia dos seringueiros sedimentada nos valores da cultura do extrativismo. Na atual situação de enfraquecimento dos movimentos predomina a ideia de que o melhor para o desenvolvimento do Estado é a pecuária e que todos podem pelo próprio esforço criar gado e pode fazer isso em qualquer local, inclusive nos territórios protegidos, como na RESEX e no PAE Cachoeira.

Observei que no caso específico da classe trabalhadora acreana, e notadamente da fração campesina representada pelos extrativistas e as extrativistas, a pouca tradição nas lutas, menos de 30 anos de experiência, e devido também ao restrito espaço em que ele se desenrolou, apenas em uma porção do território do Acre, o município de Xapuri, com algumas iniciativas em outros municípios do entorno e em dois municípios do estado do Amazonas, esses fatos todos contribuíram para o colapso do movimento. Esse colapso freou as lutas e a formação de novos quadros, impedindo o fortalecimento dos antigos quadros, que só poderia decorrer da participação nos movimentos e nas lutas sociais que cessaram com a ascensão dos governos petistas. O fim das lutas consequentes e mais radicais reduziu, conforme já referimos nesta tese, as instituições do movimento popular e sindical a meras instituições burocratizadas, estrangulando o fluxo que retroalimentava toda a cadeia educacional constituída pelos embates levados a efeito pelos movimentos populares e sindical.

A participação ativa de uma categoria social em movimentos de luta é o que

### Arroyo refere como papel educativo das lutas sociais

A consciência do direito ao trabalho e à cidade e à terra se alimentam e contaminam. A consciência dos direitos se radicaliza na inserção na produção e se amplia nas lutas pela inserção nos serviços básicos para a reprodução digna da existência. Os sindicatos tiveram um papel pedagógico relevante e reconhecido. Agiram como escolas de formação de lideranças e de formação política das diversas categorias de trabalhadores. Os movimentos sociais não deixaram de ter papel pedagógico, formaram lideranças também e contribuíram para educar as camadas populares nem sempre tocadas pela mobilização operária. Em frentes diversas cumpriram papéis educativos próximos. (Arroyo, 2003, p.4).

O modelo pedagógico freireano que orientava a educação escolar nos anos de 1980 e 1990 nos ambientes extrativistas do Acre, extrapolava para outras áreas dos movimentos sociais, inspirando frentes progressistas para além das que estavam envolvidas nos processos da educação escolar. Por isso os remanescentes dos movimentos sociais percebem a ausência, o buraco que constitui o desmonte desses movimentos. Por isso os sujeitos que nos interpelaram falaram com saudosismo do tempo em que havia várias frentes de atuação política, pois isso viabilizava uma militância de base que ampliava as estratégias de combate contra as forças adversas aos trabalhadores, contribuindo para a educação política dos extrativistas.

Uma das mais graves consequências do enfraquecimento e fenecimento dos movimentos populares e sindical foi a perda de finalidade dos ambientes extrativistas e suas transformações em fazendas de gado.

Mas não menos grave é que com o fim dos movimentos populares e sindical, as elites mais retrógradas do Estado do Acre determinam todas as ações a serem implantadas nos territórios duramente conquistados ao longo de mais de trinta anos de lutas.

Além da utilização dos ambientes extrativistas para finalidades não extrativistas, como a pecuária, a elite econômica sob domínio do agronegócio por meio de seus representantes políticos no parlamento tramam a diminuição do território da RESEX Chico Mendes, e para isso tramita no congresso nacional projeto de uma deputada acreana da bancada do boi.

Com essa força que o agro possui atualmente no Acre, contando com uma bancada de mais de 90% dos deputados e 100% da bancada de senadores eleitos em um momento de fraqueza do movimento popular e sindical e da representação parlamentar de esquerda liberal, que não tem nenhum representante, a bancada de extrema-direita pode inclusive, dependendo de como os trabalhadores e as

trabalhadoras reajam, propor a revogação do decreto que criou a RESEX Chico Mendes.

Quando o PT ascendeu ao poder no Estado, desde a primeira gestão, o governador Jorge Viana passou a estimular e fortalecer a feira do agro, a denominada Exposição Agropecuária do Acre (EXPOACRE).

No outro ponto, quando o mesmo senhor Jorge Viana foi prefeito de Rio Branco incentivou a criação de uma Feira da Agricultura Familiar, a FLORA. Quando ele chegou ao governo do Estado ainda incentivou umas duas temporadas da FLORA, mas elas foram sendo desvalorizadas, com o governo aportando cada vez menos apoio para a sua realização, até que deixou de incentivá-la totalmente e passou a investir milhões na EXPOACRE.

Nas primeiras gestões do Governo da Floresta o apoio a EXPOACRE era insignificante, mas ao longo das gestões petistas ela se transformou numa vitrine do Agronegócio do Acre. Atualmente este setor hegemoniza a economia do Estado e propaga a implantação da sojicultura. O argumento alegado é o de que o Acre é um dos melhores Estados para desenvolver essa cultura devido à sua proximidade com o porto graneleiro do rio Madeira, no vizinho Estado de Rondônia e a partir do ano de 2023 os empresários acreanos estão exultantes com a construção de um porto no litoral peruano, na sua capital Lima.

Pelos movimentos que se observam atualmente em torno do incentivo ao cultivo de soja, haverá uma nova corrida pela disputa das terras do Acre para a implantação da cultura dessa *commoditie*, embora até o presente não tenha se realizado nenhum estudo científico que comprove a viabilidade técnica para justificar a implantação dessa cultura no Estado.

O agronegócio que passa a alimentar a economia acreana nos últimos quatro anos prescinde de formas críticas de educação, aliás, essa modalidade de educação é reputada como inimiga do Agronegócio, conforme demonstramos nesta tese, pela sua tentativa de controlar os materiais e os conteúdos escolares. Então não convém ao atual governo, como não convinha ao governo anterior fortalecer ou apoiar experiências como as que eram desenvolvidas pelo CTA/Projeto Seringueiro.

O atual governo do Estado desprestigia inclusive a modalidade de educação rural que é vigente nos ambientes camponeses, depreciando-a cada vez mais e incluindo de maneira totalmente improvisada, embora por enquanto apenas durante a



vigência da epidemia de COVID, a modalidade de escola domiciliar nos ambientes extrativistas conforme demonstrei quando me referi a escola da Semitumba.

Tentamos demonstrar nesta tese que o Projeto Seringueiro embora tenha aportado grandes contribuições aos movimentos, também apresentava contradições. Todavia, nos momentos em que o Projeto manteve suas atividades estreitamente vinculadas ao conjunto dos movimentos populares e sindical ligados aos extrativistas, estratégias para enfrentar os desafios. Hoje não há esses espaços educativos e os adversários e inimigos dos movimentos sociais reinam quase absolutos.



Figura 120 – Máquina para uso na cultura de soja, exposta na Exposição Agropecuária do Acre (EXPOACRE) de 2022.

Os técnicos do CTA/Projeto Seringueiro não faziam militância isolada do conjunto dos movimentos, sobretudo do STRX e do CNS, que davam o tom às lutas dos extrativistas. Havia verdadeira simbiose entre o CTA/Projeto Seringueiro e esses movimentos, de tal forma que os técnicos auxiliavam em todos os campos da militância e prestavam inclusive solidariedade financeira aos líderes, como descreve o professor Pingo em sua entrevista. Ele falou o seguinte:

A equipe do Projeto Seringueiro estava intimamente associada ao STRX e juntamente com o CNS apoiava as ações do movimento de seringueiros nos momentos mais críticos. Naquelas ocasiões fornecia auxílio financeiro que ajudava a pagar o salário do presidente da entidade. Prestava orientações relativas a aspectos jurídicos por ocasião dos embates travados contra os latifundiários. Cedia veículo para ajudar na mobilização para as lutas. Fazia a impressão de panfletos e cartazes na pequena gráfica do CTA, para a divulgação das lutas dos extrativistas fora e dentro do Estado.



Figuras 121 e 122 – Máquinas para uso na cultura de soja, expostas na Exposição Agropecuária do Acre (EXPOACRE) de 2022.

Uma das grandes contradições que o Projeto Seringueiro apresentou, sobretudo na fase em que o PT assumiu o poder, primeiro no município de Xapuri, depois no Estado do Acre e finalmente no governo central, foi se isolar das atividades políticas por considerar que o partido estava contaminado com elementos alheios aos movimentos populares e sindical, isso, aliás, foi exposto por alguns entrevistados que reputaram os “desvios” do PT à influência e ações desses elementos estranhos. Os senhores Sabá Marinho e Raimundão falaram sobre isso, dizendo o seguinte:

O problema do PT é que ele iniciou como um PT puro! Todos do partido eram trabalhadores, aí começaram as coligações e aí passou a entrar caboclos que não tinham nada a ver com a luta dos trabalhadores, mas eles queriam se infiltrar na luta e se infiltraram! E aí esse pessoal estranho começou a colocar ideias diferentes nas cabeças dos governantes, dos administradores. Eles diziam que era para fazer o seringueiro evoluir, que era assim que o trabalhador ia melhorar de vida. Mas com isso o movimento fez foi perder a força e hoje está parado. (Sabá Marinho em entrevista)

E nas palavras do Raimundão o que aconteceu foi que

Quem chegou ao governo, apesar de eu ter conhecido toda essa trajetória de luta, no caso o Jorge Viana, o próprio Binho que ficou quatro anos no governo, mas o nosso governo mesmo foi composto por pessoas que não conviveram e nem cresceram com os trabalhadores e que chegaram ao poder não participando das lutas com os extrativistas e quando chegaram ao poder também não souberam olhar para a realidade das bases dos nossos movimentos. (Raimundão em entrevista para a tese)

Na investigação para esta tese constatei que os líderes dos movimentos sociais do Acre iniciaram recebendo uma formação de base carismática e custou muito a aceitarem as mulheres nos quadros a serem formados, e mais ainda para as mulheres

ingressarem como educadoras formadoras. Mesmo a igreja católica por meio da Teologia da Libertação limitava ao campo das formadoras apenas poucas freiras. Isto começa a mudar quando o CTA/Projeto Seringueiro ao fazer formação de monitores/as para atuarem no magistério, constituiu equipe com maior equidade de gênero tendo sempre entre 50% ou mais de seu quadro de formadores constituído por mulheres.

Além de questionar na prática o caráter sexista do movimento, o CTA/Projeto Seringueiro também iniciou um processo de formação de lideranças mais plurais evitando o fortalecimento de líderes carismáticos que tendiam a assumir posturas messiânicas.

O CTA/Projeto Seringueiro desenvolveu uma plataforma diversificada de educação, abrangendo a formação de líderes políticos-sindiciais, de agentes comunitários de saúde, de agentes comunitários para gestão de cooperativas, gestores das Associações de Moradores da RESEX e do PAE, agentes para desenvolver trabalhos com SAF's e açudes. Todavia, pela influência, e pela ascensão político administrativa do PT, o CTA/Projeto Seringueiro encolheu e se recolheu. Em seus anos finais atuou, no campo da educação popular, basicamente em atividades de formação de professores e professoras.

Mas veio o grande golpe, e isso ocorreu quando o CTA criou uma frente de formação para manejadores de madeiras no PAE Porto Dias. Esse golpe consistiu na mudança de uma formação plural que cabia uma formação ampla abrangendo aspectos políticos, sociais, culturais e técnicos, para uma formação tecnicista que não refletia acerca dos conflitos sociais e de classe. O líder máximo do PT no Acre, o governador Jorge Viana chegou a declarar que governava acima dos conflitos políticos, que estes atrapalhavam e o impedia de governar com sabedoria. Que as questões administrativas eram questões técnicas e tinham que ser enfrentadas com competência técnica, sem mistura com a política.

Esse pensamento e a frente de formação técnica que se constituiu em torno dele ganhou muita relevância e canalizou muitos recursos para o seu funcionamento. O Projeto Seringueiro foi perdendo investimentos para o funcionamento das atividades de educação, até que em 2007 a Secretaria de Estado de Educação (SEE) absorveu as escolas do Projeto Seringueiro, pondo fim a uma instituição que cumpria papel relevante na organização e na formação de quadros para os movimentos populares e

sindicais.

O encerramento das atividades do CTA/Projeto Seringueiro se deu de forma muito triste e lamentável. Sua sede social encontra-se abandonada. Isso ocorreu porque a entidade passou a ser totalmente dependente de recursos públicos estatais, pois suas ações tinham se restringido as ações ligadas ao manejo madeireiro, financiados por agências dos governos federal e estadual. Suas ações e atividades no âmbito das políticas sociais com os movimentos populares encerraram em 2017.



Figura 123 – Muro da sede do CTA abandonada em Rio Branco. Fotos tiradas em 2022.

O CTA ainda possui uma sede social imponente para os padrões de uma ONG amazônica, pois conta com escritórios para as equipes de educação,volvimento comunitário, saúde e manejo madeireiro. Possui também biblioteca, centro de treinamento, com auditório, refeitório e copa com capacidade de produzir e fornecer alimentação para até 50 participantes em atividades de formação no local. Por cerca de mais de dez anos a entidade possuiu também uma gráfica, a gráfica Poronga. Toda essa infraestrutura encontra-se em total abandono e se depreciando pela ação do tempo. Mas não obstante esse quadro derrotista que infelizmente marca o presente momento do movimento dos trabalhadores e das trabalhadoras extrativistas de Xapuri, desejo encerrar esta sessão da tese opondo a esse quadro sombrio o pensamento luminoso expresso pela professora Maurícília, a Cila, ex-técnica do CTA/Projeto Seringueiro. Ela chamou a atenção para a relevância do projeto, expressando a seguinte observação acerca dos efeitos que as ações do projeto legaram às populações que atendeu ao longo de sua existência.

Penso que o Projeto Seringueiro poderia existir com outra roupagem. E acho mesmo que o Projeto Seringueiro existe até hoje. Uma proposta política pedagógica não pode ser considerada encerrada quando uma ação institucional deixa de existir, mas a sua existência deve ser avaliada pelos frutos que ela deixou e também pela forma como as ações contagiam a geração atual. É importante ver o projeto Seringueiro como algo que caminha no tempo. Nada seria igual sem ele ter existido, porque o projeto realmente existiu e a história de muitos extrativistas são as provas de que ainda existe. Vejo o resultado das ações do Projeto Seringueiro nas postagens do instagran dos jovens da floresta que aprenderam a ler e escrever nas escolas do Projeto.



Figura 124 – Escritório do CTA em Rio Branco. Está abandonado. Foto tirada em 2022.



Figura 125 – Copa, Refeitório, Biblioteca e Centro de Treinamento do CTA. Localizados em Rio Branco. Estão abandonados. Foto tirada em 2022.



## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço nesta pesquisa foi o de lançar um olhar crítico sobre os episódios que estimularam o nascimento dos movimentos sindicais e populares dos extrativistas de Xapuri, as transformações históricas que esses movimentos protagonizaram, analisando os processos que culminaram com o fim do CTA/Projeto Seringueiro, destacando a história dessa ONG, sua importância e os impactos gerados com o encerramento de suas atividades para as comunidades extrativistas da RESEX Chico Mendes e do PAE Cachoeira.

Como relatado neste trabalho, minha ligação com essa entidade contribuiu para que eu fosse interpelado por militantes remanescentes dos movimentos populares e sindical de Xapuri para ajudar na reflexão do quadro de colapso desses movimentos.

Portanto, o meu lugar de pesquisador é também um lugar de sujeito que participou ativamente da maioria dos episódios analisados, mas tentei ao máximo realizar uma análise imparcial da situação em que se encontram os extrativistas que vivem nas áreas protegidas do PAE e da RESEX Chico Mendes.

Na pesquisa de campo e no estudo do material bibliográfico selecionado, percebemos que a temática escolhida para a investigação era muito pertinente e com ela puxamos o fio de um novelo que esconde uma realidade que não se desvela de maneira fácil e aligeirada.

Buscamos nesta pesquisa demonstrar as contribuições que o CTA/Projeto Seringueiro aportou para o movimento social dos extrativistas da região de Xapuri e dos municípios do seu entorno. Essas contribuições se tornaram legado que passou a favorecer comunidades extrativistas de todo o país. Esse legado foi a sistematização de uma proposta de Reforma Agrária adequada aos coletivos humanos que vivem em ambientes naturais. O legado se traduziu na proposta de criação de Reservas Extrativistas que atualmente foram decretadas em vários ambientes em que existe o interesse de compatibilizar a preservação ambiental com a ocupação humana desses territórios.

O CTA/Projeto Seringueiro além de prestar grandes contribuições no campo da educação escolar, também atuou em outras frentes da educação social e popular, como na saúde, com a capacitação de agentes populares de saúde, a criação de postos comunitários de saúde e a sistematização de uma proposta de saúde popular



para os povos da floresta; o estímulo e organização de centrais de produção e consumo, para viabilizar o comércio justo, promovendo a venda conjunta da borracha e da castanha e a aquisição conjunta dos víveres consumidos pelos seringueiros; a organização de atividades de desenvolvimento comunitário, como a implantação de SAF's e açudes para melhorar a soberania e a segurança alimentar, propiciando a recuperação de áreas degradadas e o aproveitamento de territórios convertidos e mantidos em repouso, como capoeiras. Aliás, um dos grandes problemas da agricultura brasileira, enfrentado principalmente pela agricultura familiar na Amazônia é a prática inadequada da preparação da terra para o plantio, baseada, sobretudo na queimada de florestas. Essa prática tradicional não constitui um problema quando praticada na perspectiva da agricultura familiar, mas passa a ser quando ocorre a transformação dos extrativistas em manejadores florestais (extratores de madeiras) no âmbito do projeto de Capitalismo Verde.

A metamorfose do seringueiro liberto, vivendo do extrativismo para a fase de manejador florestal levou ao aumento da pressão sobre o meio ambiente, o que não ocorreria, conforme escrito acima, numa ocupação de base extrativista, complementada por uma agricultura de baixo impacto. Nessas condições as queimadas tinham um viés sustentável. Mas este não é o caso da Amazônia acreana no contexto atual em que se demandam a introdução de novas técnicas de manejo do solo, o que não foi feito pelo governo que propunha a mudança na forma de exploração econômica no Acre.

Como demonstramos nesta tese, em sua forma tradicional a ocupação humana dos territórios florestais do Acre se baseava em um manejo da floresta que causava baixo impacto ambiental. No modelo de Capitalismo Verde, a relação com a natureza introduz formas de manejo que causam altos impactos pela conversão da floresta em pasto para a criação de gado bovino e pela retirada seletiva de madeiras de lei. Os dados coletados na pesquisa de campo, bem como aqueles constantes na bibliografia consultada, apontaram variadas causas que levaram ao fim do CTA/Projeto Seringueiro. As mais recorrentes foram:

- 1) O abandono das lutas por parte de líderes históricos do movimento popular. Isso ocorreu a partir do ano de 1999 com a ascensão ao poder no Estado do Acre, de um governo de coalisão que tinha o Partido dos Trabalhadores à sua frente;

- 2) A imposição por parte desse governo de um projeto de desenvolvimento

econômico baseado no Capitalismo Verde em contraste com o projeto desenvolvido pelos extrativistas em mais de 20 anos de vivência como seringueiros libertos;

3) O avanço e o fortalecimento do agronegócio com a intensificação e expansão da pecuarização, penetrando nos territórios protegidos, sobretudo na RESEX Chico Mendes e no PAE Cachoeira, a extração madeireira e o plantio de soja. Essas ações do agro geraram a conversão e a perda territorial, com a consequente perda da identidade seringueira construída ao longo de mais de 100 anos de prática do extrativismo.

Usando uma metáfora, no presente trabalho tentamos ir além de um passar de olhos sobre a problemática tratada nesta tese. Tentamos superar um olhar raso, por cima de uma paisagem que exige olhar muito mais atento e acurado.

A paisagem em que se inserem os eventos que analisamos exige exame por muitos vieses. Por isso a nossa intenção é continuar mirando essa paisagem sociocultural, aprofundando-a em nossas posteriores atividades acadêmicas de extensão e de pesquisa.

Como referimos na justificativa desta tese e demonstramos na revisão bibliográfica, o CTA/Projeto Seringueiro como temática específica de pesquisas acadêmicas em nível de pós-graduação é muito pouco pesquisado. Esta é apenas a segunda tese produzida para analisar esta temática. Então ela continua sendo um campo ainda bastante aberto.

Buscamos nesta pesquisa demonstrar as contribuições que o CTA/Projeto Seringueiro aportou para o movimento popular dos extrativistas, não só no campo da educação escolar, mas em outras frentes como a da saúde comunitária; incentivo à criação de centrais comunitárias de compra e venda de produtos extrativistas e aquisição de mercadorias; a criação de programas de formação de quadros políticos sindicais; a organização de atividades de desenvolvimento comunitário para a implantação de SAF's e açudes e a recuperação de áreas degradadas.

Tentamos demonstrar que o CTA/Projeto Seringueiro embora tenha aportado grandes contribuições aos movimentos popular e sindical, também apresentava contradições, como certa dificuldade de se posicionar frente ao governo do PT. Havia dificuldade em tratar de maneira firme, didática e pedagógica essa contradição e ela ou era tangenciada ou omitida como ponto relevante para discussão no âmbito dos fóruns internos da instituição.

No transcurso desta pesquisa foi constatado que o apoio da academia é fundamental para dar vigor e legitimidade ao movimento de luta dos extrativistas, sobretudo para contribuir na formulação e fortalecimento de um modelo de educação libertário e autônomo em relação aos modelos ditados pelo Estado que visam, na presente conjuntura, implantar um modelo pedagógico para facilitar no convencimento de que o desmonte da RESEX e dos PAE's para introduzir a monocultura da soja baseada no modelo do agronegócio é uma alternativa favorável aos extrativistas.

Com a ocorrência da ascensão do governo capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores no Acre e a adesão dos principais líderes dos movimentos popular e sindical ao projeto de desenvolvimento econômico do Estado com base no Capitalismo Verde, houve o arrefecimento das lutas dos movimentos populares dos seringueiros e o fluxo e o interesse dos intelectuais da universidade diminuiu, até cessar completamente. Com base nos relatos das histórias de vida dos sujeitos arrolados nesta pesquisa, concluo que incentivar a retomada do fluxo da universidade em direção aos territórios extrativistas é um elemento indispensável para revigorar o movimento popular dos seringueiros e seringueiras animando-os/as a fazer a retomada das lutas históricas que em passado muito recente eles eram protagonistas.

A presente pesquisa mostrou também que as hipóteses levantadas não estavam totalmente equivocadas, e foram fundamentais na condução dos trabalhos de investigação e análise da problemática que me dispus investigar. Elas foram profícuas para abrir portas e desvelar outras hipóteses que orientarão investigações futuras.

Levantamos hipóteses para testar se houve uma investida deliberada dos governos do PT e se elas foram determinantes para anular as ações que foram estruturadas em mais de 20 anos de embates dos seringueiros e seringueiras contra os latifundiários e governos de direita contrários aos anseios dos trabalhadores e trabalhadoras extrativistas.

Concluimos que as hipóteses levantadas estavam parcialmente corretas. Vimos que o movimento não estava suficientemente amadurecido para resistir às investidas externas, por isso o intento pleiteado pelo Governo da Floresta foi relativamente fácil de alcançar, porque o movimento popular e sindical não havia alcançado maturidade suficiente para manter a autonomia frente ao poder público estatal em relação aos novos desafios que se descortinaram a partir da estabilidade

fundiária conseguida com a decretação das RESEX's e dos PAE's e, sobretudo, com a ascensão ao poder central, estadual e municipal em Xapuri, Brasiléia, Assis Brasil e Sena Madureira de forças políticas que tinham o PT à sua frente, partido que a imensa maioria dos líderes sindicais e dos movimentos populares estava ligada como militantes ou dirigentes.

Percebemos que um dos grandes problemas que contribuíram para o colapso do movimento foi o seu isolamento, ele só existia no Acre, e numa fração pequena do Estado.

Examinei outros fatores que contribuíram para o enfraquecimento dos movimentos populares. Um deles foi o modelo de liderança formado ao longo dos anos. Vimos que esses líderes tinham perfis carismáticos e centralizavam decisões. Quando muitos desses líderes se transferiram para atuar no âmbito do poder estatal em suas três estâncias: Federal, estadual e municipal, o movimento não conseguiu formar novos líderes, e os que se formaram não conseguiram mais realizar mobilizações e nem formular alternativas autônomas em relação as propostas governamentais. Com isso, os líderes dos movimentos se tornaram meros extensionistas, mas num viés distorcido, conforme a crítica formulada por Paulo Freire em *Extensão e Comunicação*, atuando para convencer os extrativistas a aderirem às propostas governamentais, mesmo esses líderes sabendo que tais propostas eram incompatíveis com os modelos desenvolvidos pelos seringueiros e seringueiras ao longo de 30 anos de embates contra os projetos impostos pelos governos da ditadura empresarial-militar.

O movimento formou ao longo de 30 anos um quadro constituído por cerca de 50 sujeitos com capacidade de formular argumentos e propostas capazes de fazer frente aos desmandos dos latifundiários e dos governantes representantes dos fazendeiros e das demais classes dominantes. Mas esses sujeitos foram formados numa perspectiva bastante centralizadora e carismática. Os novos líderes estavam subsumidos ao guarda-chuva dos antigos que os lideravam de maneira carismática e vanguardista, não no sentido do termo vanguarda empregado por Lênin, mas num sentido do líder populista que tem um séquito para cortejá-lo e afirmá-lo como grande e infalível sujeito das lutas. O número de novos líderes formados, além de não ter tido o tempo adequado para amadurecimento, também não foi formado em número suficiente para substituir os antigos que foram atuar na esfera estatal.

Com o assassinato do líder mais importante do movimento dos extrativistas de Xapuri, Chico Mendes, o movimento se viu abalado e os líderes que transitavam no seu entorno se dividiram na disputa por seu espólio e não se formaram mais novas lideranças a altura da competência e do desempenho do grande Chico Mendes.

Dado o momento recessivo porque passa o movimento dos extrativistas, ainda não houve uma avaliação com vistas a repensar o novo momento e se preparar para novos embates, mas há muito o que se revisar no quesito da formação de quadros políticos dirigentes. Muitas críticas e autocríticas tem que ser empreendidas, e das mais urgentes é a que deve ser feita acerca da forma como serão e como se comportarão os novos líderes neste momento histórico diferente que se inaugurou no início dos anos de 2000, a partir da chegada do PT ao poder. Em nossa interação com os sujeitos entrevistados discutimos que este tema deverá ser objeto de futuros projetos de pesquisa e extensão, e já assumimos este compromisso, pois ele garantirá a continuidade dos trabalhos iniciados com esta tese.

Outro fator que contribuiu para o enfraquecimento do movimento popular e sindical foi o aparecimento de instituições com perfis técnicos, que negavam a pertinência da formação política, e a captura e adaptação do CTA a este perfil, que com isso passou a priorizar o Manejo Madeireiro em detrimento dos trabalhos de educação política/popular.

Essas mudanças contribuíram muito para o enfraquecimento do movimento popular e sindical. E a captura do CTA também só foi possível em razão da ascensão ao poder federal e estadual de forças políticas ligadas ao campo popular, no caso o PT. Com a ascensão dessa força política, muitas demandas que antes eram objeto de formulação e ação desenvolvidas pelos movimentos populares, passaram a ser formuladas e apresentadas pelo governo, que passou a ditar as regras e as prioridades no campo do desenvolvimento político, econômico, social, comunitário e educacional. Examinamos e concluímos que a agenda socioeconômica do governo era claramente divergente da pauta histórica defendida pelo movimento dos extrativistas. Mas como o governo tinha uma poderosa máquina publicitária, conseguiu atrair para o campo da administração estatal muitas lideranças históricas do movimento, pois conseguiu passar a versão de que o governo colocava em prática os ideais do movimento e, sobretudo os ideais do líder Chico Mendes.

Com a ascensão do PT ao governo do Acre e a transferência dos quadros

formados nos movimentos populares e sindical para o âmbito da administração pública oficial, eles foram ficando escassos para a direção das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras e o movimento não apresentava condições de formar novos líderes dirigentes. Esse processo aos poucos foi enfraquecendo a resistência desses coletivos de forma que no presente seus remanescentes encontram dificuldades para retomar a organização para resistirem às investidas que sofrem do governo de extrema-direita que defende e impõe o agronegócio como alternativa de desenvolvimento socioeconômico. Este governo atua de forma dura, tanto no campo da disputa ideológica quanto no emprego de medidas repressivas contra qualquer forma de resistência.

Constatamos que a formação política dos quadros dirigentes que é fundamental para dar vigor às lutas deixou de ser realizada. Nunca é demais lembrar que sem estudo, sem teoria não há resistência organizada, no máximo se dão lutas isoladas, o que se denomina no campo do marxismo-leninismo de ativismo facilmente desmontadas e reprimidas pelos inimigos de classe trabalhadora.

A pesquisa concluiu que as bandeiras históricas que os movimentos populares e sindical formularam ao longo do processo de lutas contra os latifundiários e seus governos, foram abandonadas e aquelas que os governos do PT colocou no lugar não se mostraram viáveis para responder as demandas para viabilizar um desenvolvimento econômico e social adequado às populações extrativistas.

Apuramos que houve uma interação entre o Estado e organizações não-estatais, sendo que essas tornaram-se extensões daquele. As alternativas governamentais defendidas pelas administrações do PT, além de ter desmobilizado os movimentos, também contribuíram para a penetração de alternativas totalmente alheias e adversas aos territórios florestais, como a extração madeireira e a criação de gado. E o mais grave é que as ações na área do desenvolvimento que davam um mínimo de resposta às demandas dos movimentos populares foram abandonadas, desincentivadas ou permutadas por outras inadequadas ao ambiente extrativista. Esses eventos protagonizados pelos governos do PT, facilitaram a introdução de ideias totalmente contrárias aos interesses reais dos extrativistas, às vezes até de forma truculenta por parte dos atuais governantes de extrema-direita, como ocorre com a tramitação de um Projeto de Lei que propõe a subtração de uma fração de mais de 28.000 (vinte e oito mil) hectares do território da RESEX Chico Mendes, permitindo



o avanço e implantação de ações que o movimento sempre reputou como deletérias ao ser humano e ao ambiente florestal.

Em seus embates contra os fazendeiros, seus jagunços e o braço repressivo oficial, constituído pelas forças policiais civil e militar, juntamente com outros órgãos dos governos que sempre lhes deram suporte, as populações extrativistas sempre foram cientes que deveriam lutar muito para defender os territórios dos seringais, pois segundo palavras de ordem cunhadas no fervor das lutas “sem ambiente conservado não há possibilidade de sobrevivência humana na perspectiva do extrativismo”. Essa palavra de ordem na atual conjuntura encontra-se em *standby*, haja vista que muitos habitantes dos territórios florestais aderiram as práticas que comprometem a conservação ambiental e, conseqüentemente, a permanência de uma cultura econômica de base extrativista. No entanto permanece viva, em estado de latência, a convicção plasmada nessa palavra de ordem. E os sujeitos que são portadores dessa convicção trabalham quase clandestinidade para propagá-la às novas gerações.

Uma conclusão valiosa que a pesquisa de campo revelou é que há um núcleo de resistência que se manteve aceso, como aquela centelha que fica sob as cinzas. Quem vê a cinza tem a impressão que não há mais fogo naquilo que já fora um poderoso braseiro. Mas a centelha reacende se for soprada e o fogo anima e se transforma novamente em poderosa labareda. Acerca dessa perspectiva é muito animadora a declaração da professora Mauricília, a Cila, dada em entrevista para esta tese e que reproduzimos cima. Sua fala, como muitas falas dos agentes que militaram nos movimentos populares do Acre, foi um sopro de otimismo, já que em algumas partes desta tese me referi ao movimento dos seringueiros e das seringueiras de Xapuri com um certo pessimismo, como ele tendo sido findado, e parecendo que esse fim foi irremediável.

As palavras da professora Cila, bem como as de outras e outros entrevistados e entrevistadas revelaram que diferentemente do que se registrava nos anos de 1970 e 1980, no que concerne às deficiências no campo da escolarização, a atuação do CTA/Projeto Seringueiro funcionou, rendeu frutos e atualmente a carência por escolarização está bastante atenuada nos ambientes extrativistas em razão da oferta de ensino em quase todos os ambientes de extrativismo nos territórios em que realizamos a presente pesquisa. Esse fato é uma condição favorável para a retomada das lutas, conforme muitos e muitas lutadoras e lutadores expressaram desejos em

fazê-lo.

Quem conheceu as lutas dos extrativistas e das extrativistas do Acre durante os idos anos de 1970 até os meados dos anos de 1990, olhando de fora para o momento atual, não consegue perceber que sob as cinzas daquelas potentes labaredas que foram as lutas daqueles sujeitos em movimento que já foi tão vigoroso, ainda pulsam centelhas que caso sejam animadas pelo sopro de novas lutas e embates poderão fazer ressurgir de forma pujante todo o vigor expresso no enfrentamento que os seringueiros e seringueiras devotaram na luta de classes contra seus opressores. Hoje estes opressores reinam soberanos quase sem oposição ou com uma oposição que não lhes impõem as derrotas que seus antecessores tiveram que amargar em um período pretérito não muito distante.

Mas, para além do legado traduzido na consciência crítica dos que participaram dos eventos de formação política proporcionados pelo CTA/Projeto Seringueiro, conforme a professora Cila expressou em sua fala, o estoque material que o movimento construiu e que agora se encontra sem uso, como os Centros de Treinamento do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Xapuri, localizado na colocação Pimenteira e a sede do CTA em Rio Branco, os armazéns da CAEX em vários pontos da RESEX e do PAE, assim como as pequenas escolas abandonadas, a infraestrutura da exploração madeireira instalada no PAE Porto Dias e, sobretudo, os quadros insatisfeitos com a atual situação sinalizam para a real possibilidade de se reacender a chama daquele movimento que já foi tão vigoroso, e num movimento dialético da história ressurgir mais forte, mais maduro e vigoroso do que antes. Aliás, o que a pesquisa demonstrou é que este movimento histórico dialético é a marca da luta de classes no capitalismo e que foi assim na breve história do Acre, desde a sua primeira ocupação por etnias indígenas advindas do *Cerro de La Sal* na selva Central Peruana.

## 7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N y VISALBERGHI, A, Historia de la pedagogia, Traducción de aJorge Hernández Campos. México: Fondo de Cultura Económica, S. A, 1992.

ACOSTA, Alberto O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos; tradução de Tadeu Breda. – São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AGUIAR, Sidney Barata de. Arigós, jabá e o caso da carne verde: vivências populares na cidade de Manaus (1939 – 1949) Manaus: UFAM, 2012. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, 2012. Orientador: Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira 1. História do Amazonas 2. Batalha da Borracha – Manaus (Am) 3. Práticas sociais – Manaus (Am) I. Silveira, Marcos César Borges da (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título CDU 981.13:304.4(043.3)

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p. ISBN 85-85676-84-1. Available from SciELO Books.

ALLEGRETTI, Mary Helena. A Construção Social de Políticas Ambientais – Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, (Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: 2002).

\_\_\_\_\_. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALMEIDA, Flávio Aparecido de e MOREIRA, Reinaldo Cardoso. Neopentecostalismo e teologia da prosperidade: história e implicações no Brasil contemporâneo. Ciências das Religiões: uma análise transdisciplinar - Volume 3. Disponível em:

<https://www.editoracientifica.com.br/artigos/neopentecostalismo-e-teologia-da-prosperidade-historia-e-implicacoes-no-brasil-contemporaneo> Consultado em: 09/12/2022.

ALMEIDA, Jeferson Leis e práticas de regularização fundiária no Estado do Acre/Jeferson Almeida; Roberta Amaral de Andrade; Brenda Brito; Pedro Gomes. – Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2021.

*ALTHUSSER, Louis.* Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Título original IDEOLOGIE ET APAREILS IDEOLOGIQUES D'ETAT. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos Reservados todos os direitos para a língua portuguesa à Editorial Presença, L. da Rua Augusto Gil, 35-A – 1000, LISBOA: 1970.

APARÍCIO, Pedro Maior e BODMER, Ichard E. Pueblos indigenas de lá Amazonia peruana. Centro de Estudos Teológicos de la Amazonia (CETA), Iquitos: 2009.

Arquivo Nacional (Brasil) Repertório Temático de Fontes: Soldados da Borracha - 2ª. ed. rev. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

AQUINO, Romerito. No Acre, grileiros avançam em ameaças à extrativistas na Reserva Chico Mendes. Disponível em: [https://maisbrasil.news/2022/05/28/no-acre-grileiros-avancam-em-ameacas-a-extrativistasnareservachicomendes/?fbclid=IwAR1B1P2ZWgsLj0dPjTa c572bmBlwpu3to0TD6ZJ\\_2DnJEdTcuNcau29xz0>](https://maisbrasil.news/2022/05/28/no-acre-grileiros-avancam-em-ameacas-a-extrativistasnareservachicomendes/?fbclid=IwAR1B1P2ZWgsLj0dPjTa c572bmBlwpu3to0TD6ZJ_2DnJEdTcuNcau29xz0>)

Consultado em 23/01/2022.

ARROYO, Miguel González; FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília: UnB, 1999.

\_\_\_\_\_. O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? Currículo sem Fronteiras, v. 3, n.º 1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.

\_\_\_\_\_. Ofício de mestre. Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Barão de Rothschild e a questão do Acre. Rev. Bras. Polít. Int. 43 (2): 150-169 [2000].

*BARONNET*, Bruno. El movimiento Zapatista y la Educación para la Autonomía, en: Medina Melgarejo Patricia, coordinadora, Pedagogías Insumisas. Movimientos políticos pedagógicos y memorias colectivas de educaciones otras en América Latina. México: Juan Pablos Editor, 2015.

BARROS, Glimes Rego. Nos confins do Extremo Oeste – V. I, - A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1913-1915), Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

BASILIO, Sandra Teresa Cadiolli. A luta pela terra e a igreja católica nos vales do Acre e Purus (1970-1980). Rio Branco: Edufac, 2019.

BASSO, Jaqueline Daniela. Escola Ativa: As escolas no campo e as salas multisseriadas em São Paulo. In: NETO, Luiz Bezerra e BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Org.) Educação para o campo em discussão: Reflexões sobre o programa Escola Ativa. Edição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo - GEPEC, sediado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. A edição que consultamos não tem indicativo de data.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. Ensaios 85. São Paulo: Ática, 1982.

BELARMINO, Keully Maria da Costa e CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Um diagnóstico do agronegócio no Estado do Acre. UÁQUIRI: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. PPGGEO, v. 04, n.º 01, p. 156-170, ano 2022.

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: A guerra na floresta. 2.<sup>a</sup> ed, Manaus: EDUA/Banco da Amazônia, 2011.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos, NETO Luiz Bezerra e LIMA, Elianeide Nascimento. Programa escola ativa: De que educação para o trabalhador do campo estamos falando? In.: Educação para o campo: Reflexões sobre o Programa Escola Ativa. Grupo de Estudo e pesquisas sobre Educação do Campo. Luiz Bezerra Neto e Maria Cristina dos Santos Bezerra (Org.) Edição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo - GEPEC, sediado na Universidade Federal de São Carlos

- UFSCar. A edição que consultamos não tem indicativo de data.

Bíblia de Jerusalém. 5.<sup>a</sup> Impressão, São Paulo: Editora Paulus, 2005.

BOOF, Clodovis. A originalidade histórica de Medellin. Disponível em  
<http://servicioskoinonia.org/relat/203p.htm> Consultado em 16 de julho de 2019.

BRAGA, Ana Carolina e MAZZEU, Francisco José Carvalho. O Analfabetismo no Brasil: Lições da história. Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 21, n.º 1, p. 24-46. 2017. ISSN n.º 1519-9029. Disponível em:  
<file:///C:/Users/Manoel%20Est%C3%A9bio/Downloads/2-9986-mazzeu.pdf>.  
Consultado em 29/06/2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é o método Paulo Freire. Editora Brasiliense, São Paulo: 1981.

Brasil, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Plano de Utilização da RESEX Chico Mendes, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: IBAMA, 1995.

BRITO, Lucelmo Lacerda. Medellin e Puebla: epicentro do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. Artigo publicado na Revista Espaço Acadêmico, n.º 111, agosto de 2010.

BUJARIN, Nicolai I. Teoria del materialismo histórico. Ensayo popular de sociologia. Primera edición en español, agosto 1972 (Argentina). Ediciones de pasado y presente. SIGLO XXI DE ESPAÑA EDITORES, S. A. Madrid: 1994.

CABRAL, Ana Cristina. História dos Tremembé: memórias dos próprios índios. Organizador: José Mendes Fonteles Filho. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

Caderno do CEDI 13 – Educação Popular: Alfabetização e Primeiras Contas, Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo: 1984.



Caderno Povos da Floresta – Chico Mendes Vive. Ministério do Meio Ambiente/Comitê Chico Mendes. Brasília/DF/Rio Branco: 2003.

CALDAR, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: Cadernos temáticos: Educação do Campo/Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. - Curitiba: SEED-PR, 2005.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Movimento Sem Terra 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.), Dicionário da Educação do Campo/Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, LEI Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964, 143º da Independência e 76º da República.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. Teologia da Libertação no Brasil: Das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. Artigo apresentado no II Seminários de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizado em 13 e 14 de novembro de 2011.

CAMPBELL, *Constance Elaine*. O Perfil do Projeto Seringueiro de Educação Popular na Mobilização de uma Comunidade Rural: Um Estudo de Caso com Seringueiros do Acre, Brasil. Tese Apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade da Flórida como Requisito Parcial para Obtenção do Grau de Mestre em Artes. Flórida: 1990.

CAMPOS, Cauê Vieira. As relações entre o movimento sindical e os governos petistas (2003-2016). *Temáticas*, Campinas, 27, (53): 185-224, fev./jun. 2019

CAMPOS, Geniberto Paiva, Paulo Freire: o homem e o método – um ensaio in *Em Aberto*, Brasília, v. 26, n.º 90, jul./dez. 2013.

CAMURÇA, Marcelo. Artigo Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos. *ComCiência* n.º 146 Campinas mar/2013.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. Teologias das Igrejas Neopentecostais e a Questão do Abuso de Poder Religioso. *Revista Jurídica Unicuritiba*. Curitiba.V.03, n.º 60, p.272-295, Jul-Set. 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (Org.) Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Carta de Maputo - V Conferência Internacional da Via Campesina/Maputo, Moçambique, 19-22 de Outubro, Maputo: 2008.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de e RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *História Oral na Educação: memórias e identidades – Temas Transversais*. São Paulo: disponível em:

<<http://www.cpscetec.com.br/memorias/historiaoral.pdf>> Consultado em 27/01/2023.

CARVAJAL, Gaspar de, ROJAS, Alonso de e ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimientos do Rio das Amazonas Traduzidos e anotados por C. de Melo- Leitão* COMPANHIA EDITORA NACIONAL. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Pôrto Alegre: 1941.

CASTELO BRANCO, José Maria Brandão. O gentio acreano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Volume 207, abril/junho, Rio de Janeiro: 1950.

\_\_\_\_\_. *Descobrimento das Terras Acreanas*. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1960.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. Experiência de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias. Tese Apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014.

\_\_\_\_\_. Revista Tropos, ISSN: 2358-212X, volume 8, n.º 1, edição de julho de 2019.

CASTRO, Ferreira. A Selva. Lisboa: Livraria Editora Guimarães & C.<sup>a</sup>, 1960.

CHAGAS, Eduardo F. O pensamento de Marx sobre a subjetividade Trans/Form/Ação, Marília, v. 36, n.º 2, p. 63-84, Maio/Ago, 2013.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência pesquisas de antropologia política. Prefácio de Bento Prado Jr. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.

COELHO, Geraldo Mártires, Na Belém da belle époque da borracha (1890-1910): dirigindo os olhares, Revista Escritos V – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, ano 5, nº. 5/2011.

Comitê Chico Mendes. Caderno Povos da Floresta, Rio Branco: 2003.

Conclusões da III<sup>a</sup>. Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Texto Oficial Puebla de los Angeles, México. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

Conferência Episcopal Portuguesa. Código de direito canónico, 4.<sup>a</sup> ed. Barcelos/Portugal: Editorial A. O. – Braga, 2007.

CORREIA, Ana Elisa Cruz. Movimentos Sociais e Estado: o governo do PT e o apassivamento do MST. Grupo de Estudos de Políticas da América Latina (GEPAL). Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. “Revoluções nas

Américas: passado, presente e futuro” ISSN 2177-9503 10 a 13/09/2013 COSTA, Craveiro. A conquista do deserto ocidental. São Paulo: Compamhia Editora Nacional, 1974.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. Capital e trabalho na Amazônia: Contribuição à história social e lutas sindicais no Acre. São Paulo: Cortez, Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1992.

CUNHA, Euclides da. O Rio Purus. SPVEA – Coleção Pedro Teixeira. Rio de Janeiro: 1960.

\_\_\_\_\_. Um paraíso perdido, reunião de ensaios amazônicos, Coordenação de Hildon Rocha – Brasília: Senado Federal, 2000.

COUTINHO, Joana. As ONGs: origense (des)caminhos. Recherches Internationales n.º 73 3-2004.

DE ALCÂNTARA, Silva, MIRTES, Virgínia et al. O desastre da seca no Nordeste brasileiro. Polêmica, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 284-293, jun. 2013. ISSN 1676-0727. Disponível em:

<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/6431/4867>

Consultado em 20 maio 2019.

Documento de Puebla - Texto Oficial Puebla de los Angeles, México: Evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões da III.<sup>a</sup> Conferência geral do episcopado latino-americano. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

Documento especial para a Cúpula dos Povos. Conselho Indigenista Missionário Regional Acre - Rio Branco: 2012.

Documento Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação da CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ LIBERTATIS NUNTIUS.

Disponível em:

<https://www.icatolica.com/2013/09/instrucao-sobre-algunsaspectos-da.html>

Consultado em: 15/03/2020.

*DOMINGO, Alfonso*. La Estrella Solitaria. Sevilla: Algaida Editores, 2003.

Dossiê ACRE – O Acre que os mercadores da natureza escondem – Documento especial para a Cúpula dos Povos. Conselho Indigenista Missionário Regional Acre – Rio Branco: 2012.

DÓRIA, Palmério. O Príncipe da Privataria. -- 1.<sup>a</sup> ed. -- São Paulo: Geração Editorial, 2013.

*DREIFUSS, Rene Armand*. 1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Traduzido pelo Laboratório de Letras da Faculdade de Letras da UFMG. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

*DRUCK, Graça*. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. Observatório Social de América Latina. AÑO VII N.º 19 ENERO-ABRIL 2006.

DRUMMOND, José Augusto e SOUZA, Claudia de. A extração da flora e fauna nativas na Amazônia brasileira – uma segunda apreciação. Desenvolvimento e Meio Ambiente v. 36, p. 9-53, abr. 2016.

DUARTE, Durango. RUBBER - Apogeu e Declínio da borracha na Amazônia. E- BOOK Disponível em:

<https://idd.org.br/livros-durango-duarte/RUBBER-APOGEU-E-DECLINIO-DA-BORRACHA-NO-AMAZONAS.pdf>. Consultado em 27/11/2021.

DUARTE, Regina Horta “Turn to pollute”: poluição atmosférica e modelo de desenvolvimento no “milagre” brasileiro (1967-1973) . Revista Tempo | Vol. 21 n.º 37, 19 de junho de 2015.

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Manual técnico cultura da seringueira; Norte. Brasília, 1983 218p. (Manuais, 9) 1 Seringueira - Manual I Série II Título. CDU 633.91 (02)

*ENGELS, Federigo*. Dialectica de la naturaliza: Traducción directa del alemán por Wenceslao Roces. México: Editorial Grijalbo, 1961.

\_\_\_\_\_. El origen de la familia, la propiedad privada y el estado Marx-Engels de la Sección en Español del Marxists Internet Archive [www.marxists.org](http://www.marxists.org), 2017.

*ENGUITA, Mariano Fernandez*. Marxismo y sociologia de la educación. Akal universitaria - Serie Educación Dirigida por Ediciones Akal, S. A. Impreso en GREFOL, S. A. Madrid: 1986.

Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Disponível em <http://www.ital.al.gov.br/legislacao/lei%204.504%20estatudo%20da%20terra.docx/view>. Consultado em 18/09/2019.

*ENLOW, Johnny*. A Profecia das Sete Montanhas. Tradução de Ângela Turin, Revisão de Andréia Teixeira. Editora Shofar, São José dos Campos: 2008.

FAUSTINO, Cristiane e FURTADO, Fabrina. RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE. Economia verde, povos das florestas e territórios: Violações de direitos no Estado do Acre. Rio Branco: 2015.

FÁVERO, Osmar. Paulo Freire: primeiros tempos in Em Aberto, Brasília, v. 26, n.º 90, jul./dez. 2013.

*FELDENS, Leopoldo*. O homem, a agricultura e a história - Lajeado: Ed. Univates, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO,



Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez; (Org.) Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas. v. 1 e 2. São Paulo: UNESP, 2009.

FERREIRA, Alessandro. Crime organizado manda no Estado do Acre: Disponível em: <https://www.agenciatocantins.com.br/noticia/9538/a-epoca-em-que-o-crime-organizado-silenciou-as-instituicoes-do-acre>. Consultado em 23/05/2020.

FERREIRA, Marieta de M. (Coord.). Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1994.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra in: FREIRE, Paulo. A pedagogia do oprimido. 17.º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRANÇA, Joan Frederick Baudet Ferreira. A Política Externa Brasileira Para o Meio Ambiente: De Estocolmo a Joanesburgo. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, PUCRIO, v. 3, n.º 1, 2010.

FRANZON, Sadi – Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968 – as garras da águia e a legislação de ensino brasileira. EDUCARE – XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR 26 a 29/10/2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Manoel%20Est%C3%A9bio/Documents/DOCTORADO%20ESPEC%C3%8DFICO/MEC\\_USAID.pdf](file:///C:/Users/Manoel%20Est%C3%A9bio/Documents/DOCTORADO%20ESPEC%C3%8DFICO/MEC_USAID.pdf). Consultado em 03/04/2021.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. Educação Como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

\_\_\_\_\_. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra]. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

\_\_\_\_\_. Ação cultural para a liberdade. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

\_\_\_\_\_. Extensão ou comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. Pedagogia do Oprimido. 17.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTO, G. A formação do cidadão produtivo a cultura de mercado no ensino médio técnico (Organizado por: Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta) Brasília: Inep, 2006.

\_\_\_\_\_. Educação e a crise do capitalismo real – 6.ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeto Societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma em PDF. In: MUNARIM, Antonio et al. (Org.). Educação do campo: reflexões e perspectivas. Florianópolis: 2010.

Fundação Itaú para Educação e Cultura. Disponível em:

<https://educacaoeparticipacao.org.br/premio-itaunicef/> Consultado em: 20 de maio 2019.

GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens: Um estudo da vida religiosa de Itá; Amazonas. Biblioteca Pedagógica Coleção Brasileira. 5.ª Série – Vol. 284. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GATTAZ, André Gattaz; MEIHY, José Carlos Sebe Bom Meihy; SEAWRIGHT, Leandro Seawright (organizadores) História oral: a democracia das vozes. São Paulo: Pontocom, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira

de Educação v. 16 n.º 47 Maio-Ago. 2011.

GOMES, Laurentino - Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares, volume 1. 1.ª ed. - Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GOMES, Paulo César. Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971- 1980): a visão da espionagem – 1.ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2014.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A territorialização Seringueira: Geografia e Movimentos Sociais, in GEO-Graphia n.º 2, Revista da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1999.

GOYCOCHÊA, Castílios. Fronteiras e fronteiros. Série 3.ª - Brasileira. Vol. 230, Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

GRAMSCI, Antônio Sebastiano Francesco. Cuadernos de la cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci. Traducción de Ana Maria Palos – Revisada por José Luis Edición. Cidade do México/DF: Edições Era S.A, 1986.

GRANERO, Fernando Santos. Epidemias y sublevaciones en el desarrollo demografico de las misiones Amuesha del Cerro de la Sal. Siglo XVIII - Historica. Vol. XI. N.º 1. Julio de 1987.

GUERRA, Marcos. Sobre as 40 horas de Angicos Marcos Guerra in Em Aberto, Brasília, v. 26, n.º 90, jul./dez. 2013.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HERBERT, Sérgio Pedro in: STRECK, Danilo R., REDIN, Euclides e ZITKOSKI, Jaime José (orgs.) Dicionário Paulo Freire. – 2.ª ed., Revista e ampliada. 1.ª reimpressão – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.

HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando, GRIJP, Klaus van der e BROD, Benno.

HISTÓRIA DA IGREJA NO BRASIL - Ensaio de interpretação a partir do povo. Primeira época. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977.

*HVALKOF, Søren.* Victoria Ashéninka: espacio, territorio y economía en el Gran Pajonal de la Amazonía peruana in VERESE, Stefano; APFFEL-MARGLIN; Frédérique; Róger RUMRRILL (coordinadores) Selva Vida: de la destrucción de la Amazonía al paradigma de la regeneración. América Latina Editorial: IWGIA. Lima: 2013.

IBGE: Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>>

Jornal O Rio Branco, Rio Branco: 14/10/1980.

JÚNIOR, Paulo Marreiro dos Santos. Glamour e agonia na prostituição da Manaus da borracha. Mulheres na história, v. 2, Cordis, São Paulo: n.º 13, p. 17-31, jul./dez. 2014. ISSN 2176-4174.

KONDER, Leandro. A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LANDIM, Leilah. «Experiência militante»: histórias das assim chamadas ONGs. In: Lusotopie, n.º 9, 1.ª ed semestre 2002. Les organisations non gouvernementales en Lusophonie. Terrains et débats.

Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966.

Disponível Em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5173.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm)>.

Consulta em 25/07/2019.

Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em

<<https://www.scielo.br/j/reben/a/JQHzhXKqbSH7PYPNJDjnTTR/?format=pdf&lang=pt>>. Consultado em 25/07/2019.

LEI n.º 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 - Presidência da República Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm#:~:text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.%20225%2C%20%C2%A7,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20pro%20vid%C3%AAs](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm#:~:text=LEI%20No%209.985%2C%20DE%2018%20DE%20JULHO%20DE%202000.&text=Regulamenta%20o%20art.%20225%2C%20%C2%A7,Natureza%20e%20d%C3%A1%20outras%20pro%20vid%C3%AAs) Consultado em 27/08/2020.

*LAPLANTINE, François.* A descrição etnográfica [tradução João Manuel Ribeiro Coelho e Sérgio Coelho]. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LE MOS, Carolyne Santos. Teologia da Prosperidade e sua Expansão pelo Mundo. Revista Eletrônica Espaço Teológico ISSN 2177-952X. Vol. 11, n.º 20, jul/dez, 2017, p. 80-96.

*LÊNIN, Vladimir Illitch.* ¿Que hacer? in Colección Claves para el socialismo, Caracas: Ministério del Poder Popular para la Comunicación y la Información, 2010.

\_\_\_\_\_. Uma grande iniciativa, in obras completas - Obras Escolhidas. Volume 3. São Paulo: Alfa Ômega, 1980 - pp.139- 160 Transcrição para a web: amavelmente cedida por "O Vermelho" HTML por José Braz para o Marxist Internet Archive.

*LERNER, Gerda.* A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens; tradução Luiza Sella. – São Paulo: Cultrix, 2019.

*LEVIN, Alexandre.* Reserva Legal como Instrumento de Política Ambiental. Enciclopédia Jurídica PUCSP. Tomo Direito Administrativo e Constitucional, Edição 2, São Paulo: Abril de 2022.

*LEVY, Charmain.* Influência e contribuição: A igreja católica progressista brasileira e o Fórum social mundial. Revista Religião e Sociedade, Iser Cap 8 n.º 29 Vol 2 pp.177-197, Rio de Janeiro: 2009.

LIMA, Claudio de Araújo. Um Caudilho contra o Imperialismo. Biblioteca pedagógica.

Coleção Brasileira vol. 272. Companhia Editora Nacional. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: 1952.

LIMA, José Francisco de Araújo. Amazônia – A terra e o homem. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

LÖWY, *Michael*. O que é cristianismo da libertação? Religião e política na América Latina. 2.<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT/Maria Simone Utida dos Santos Amadeu... [et. al.] – Curitiba: Ed. UFPR, 2015.

Manual de normalização de trabalhos acadêmicos/Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; organizado pelos bibliotecários da Rede de Bibliotecas do IFMG. – Belo Horizonte: IFMG, 2020.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. NOVOS ESTUDOS n.º 44. MARÇO DE 1996.

MARINS, Francisco. Território de Bravos – Uma epópeia na Amazônia. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

MARTINS, José de Sousa. O Cativo da Terra. 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. Uma jornada pela América Meridional e de volta à Europa: Charles Marie de La Condamine e o relato de sua expedição pelo Amazonas. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 38, n.º 2, p. 303-324, jul./dez. 2012.

MARTINS, Maria Lúcia/FERREIRA, Djalcir/Pingo (colaboração). A Lição da Samaúma Formação de Professores da Floresta: Didática e Educação Matemática do Saber a Construção do Conhecimento. Rio Branco: Poronga Comunicações e



editoração, 1994.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte; [tradução e notas Nélío Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. Crítica do Programa de Gotha; seleção, tradução e notas Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl/ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã [introdução Jacob Gorender] Tradução: Luís Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. O manifesto do partido comunista - 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Sobre a questão judaica. Apresentação [e posfácio] de Daniel Bensaïd; tradução de Nélío Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAUÉS, Márcia Mota... (et. Al). A castanheira-do-brasil: avanços no conhecimento das práticas amigáveis à polinização – Rio de Janeiro: Funbio, 2015.

MEC Parecer da Faculdade Betel: Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2019/130661-pces826-19-2/file>.

Consultado em 25/11/2021.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo História Oral e Memória in: Cadernos CERU n.º 5, Série 2 – 1994. Disponível em:

<file:///C:/Users/Manoel%20Est%C3%A9bio/Downloads/386549052-Definindo-Historia-Oral-e-Memoria.pdf> Consultado em 28 de março de 2022.

MEIRA, Márcio. A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico – São Carlos: EdUFSCar, 2018.

MELO, Arquilau de Castro. Quando a onça resolve beber água. In Caderno Povos da Floresta. Responsabilidade do Comitê Chico Mendes. Rio Branco: 2003.

MELLO, Marco O Programa Escola Ativa no contexto da Educação do Campo: impasses e contradições - PPGEDUC/UFRGS. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2006/Marco%20Mello.pdf>. Consultado em: 25/11/2021.

MORAIS, Maria de Jesus. “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana / Maria de Jesus Moraes. – Rio Branco: Edufac, 2016.

MOREIRA, Roberto José. Terra, poder e território. 1.<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NETO, Luiz Bezerra, BEZERRA, Maria Cristina dos Santos e CAIADO Kátia Regina Moreno. Escola Ativa: Qual sua contribuição para a educação do trabalhador do campo? In: NETO, Luiz Bezerra e BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Org.) Educação para o campo em discussão: Reflexões sobre o programa Escola Ativa. Edição do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo - GEPEC, sediado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. A edição que consultamos não tem indicativo de data.

NOVAK, *Fabián* As relações entre Peru e Brasil, 1826-2012/Fabián Novak e Sandra Namihas. – Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2013.

O Estado de São Paulo. Vereador é indiciado por assassinato de índio no Acre. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-e-indiciado-por-assassinato-de-indio-no-acre,20011104p34058>. Consultado em 30 de agosto de 2022.

OLIVEIRA, Anna Cynthia e HADDAD, Sérgio. As Organizações da Sociedade Civil e as Ong`s de Educação. Cadernos de Pesquisa, nº. 112, p. 61-83, março/2001.

OLIVEIRA, Francisco de. O avesso do avesso. Revista Piauí Edição 37, Outubro

2009.

OLIVEIRA, Lauro Roberto Ferreira. Educar pela pesquisa: O uso da história oral no ensino de história. Mestrado Profissional de Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Universidade Federal de Sergipe - Pró-reitoria de Pós-graduação (POSGRAP). Orientador – Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição. Formato digital – Cartilha: 2022.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o inundo dos brancos, 4.<sup>a</sup> ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

OLIVEIRA, Wesley Pereira, TRINDADE, José Raimundo Barreto e MACHADO, Nathalia Menezes. Borracha, nordestino e floresta: A economia e a sociedade amazônica nos dois ciclos gomíferos. CADERNOS CEPEC Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará Periodicidade Mensal – Volume 1 – n.º 1 – fevereiro de 2012.

OSMO, Carla, TELES, Edson e CALAZANS, Marília. *Relatório final do Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura, Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras*. Centro de Antropologia e Arqueologia Forense – CAAF/Universidade Federal de São Paulo, 2023.

PARENTE, Izabel Cavalcanti Ibiapina. O Amazonismo e as Representações sobre os Seringueiros e a Natureza Amazônica. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia - Orientador: Prof. Dr. José Antônio Vieira Pimenta, Brasília: 2015.

*PARRISSIER, Jean-Batiste*. Seis Meses no País da Borracha, ou Excursão Apostólica ao Rio Juruá, 1898. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da. Tastevin, Parrissier: Fontes sobre os índios e os seringueiros do Alto Juruá. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.

PAULA, Elder Andrade de. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e a Luta

Pela Terra no Acre: conquistas e retrocessos. REVISTA NERA – ANO 7, n.º 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004 – ISSN 1806-6755.

\_\_\_\_\_. Capitalismo Verde e transgressão – A Amazônia no Espelho de Caliban. Dourados: Editora da Universidade Federal do Grande Dourados, 2013.

\_\_\_\_\_. (Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

PAULA, João Antônio de. Notas sobre a economia da borracha no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980.

PEIXOTO, Marcus. A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas Orientador: Ana Célia Castro. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2019.

PELLICCIOLI, Luiz Henrique Tessari. A Educação Libertária: A experiência do Movimento Zapatista. Disponível em:

<<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/comunicacao-marketing/a-educacao-libertaria-experiencia-movimento-zapatista.htm>>. Consultado em 09/07/2022.

POMAR, Wladimir. Os latifundiários / São Paulo: Editora Página 13, 2009. PONCE, Aníbal. ARATA, Nicolás, GENTILI, Pablo. Educación y lucha de clases y otros escritos - 1ª. ed. – Buenos Aires: Gonnet: UNIPE: Editorial Universitaria, 2015. PONTES, Beatriz Maria Soares. O movimento social dos povos da floresta amazônica. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n.º 1, 2012.

PONTES, Carlos José de Farias Pontes. O primeiro Ciclo da borracha no Acre: Da formação dos seringais ao grande colapso. South American Journal of Basic Educación, Technical and Technological. Colégio de Aplicação da Universidade

Federal do Acre Vol 1, n.º 1, p. 107-123, 2014.

Portal Grabois, O governo da florestania Edição 83, FEV/MAR, 2006.

PORTARIA INCRA/P/Nº. 627 DE 30 DE JULHO DE 1987 DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Presidência da República – Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos. Decreto nº. 99.133, de 12 de março de 1990. Publicado no Diário Oficial da União de 13.05.1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RAFAEL, Carlos Eduardo Silva Simões et all. Fronteira Brasil-Bolívia: formação, demarcações, conflitos e linha férrea. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, Vol. 31, n.º 1, Jun. de 2022, pp. 21-37 | ISSN 0121-215X.

RAKOTOMALALA, *Pierre* e KHOI, Le Thnh. A educação no meio rural. Lisboa: Moraes, 1976.

RATTNER, Henrique. Aspectos econômicos e tecnológicos da indústria de alimentos brasileira. Revista de Administração de Empresas I. 18(3): p. 17-36. Jul./set. 1978. Rio de Janeiro.

REICHENBACH, Vanessa. Fechamento das escolas do campo no estado do Paraná (1997 – 2017): Violação do direito a educação. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Pós-Graduação em Educação diversidade Diferença e Desigualdade Social, Setor de educação, da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Sonia Fátima Schwendler.

REIS, Artur César Ferreira. Euclides e o paraíso perdido, in.: Euclides da Cunha. Um paraíso perdido, reunião de ensaios amazônicos, Coordenação de Hildon Rocha – Brasília: Senado Federal, 2000.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de (Org.). *Mundos nativos: culturas e história dos povos indígenas*. 1.<sup>a</sup> ed. - Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural, in *Dicionário da educação do campo*. /Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

*RICI*, Rudá. A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64 In: *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.2: A diversidade das formas das lutas no campo/Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ROBLES, Angélica Jiménez. (2013). "Las voces de la alfabetización en preescolar". (Tesis de Doctorado). Universidad Nacional Autónoma de México, México. Recuperado de <https://repositorio.unam.mx/contenidos/94547> Consultado em: 23/03/2023.

SANTAMARÍA, Daniel J. La rebelión de Jjuan Santos Atahualpa en la selva central peruana (1742-1756). ¿Movimiento religioso o insurrección política? *Boletín Americanista*, Año LVII, n.º 57, Barcelona, 2007, pp. 233-256, ISSN: 0520-4100

SANTOS, Clarice Aparecida dos [et al. Organização] *Dossiê Educação do campo: Documentos 1998-2018*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2020.

SANTOS, Ramofly Bicalho. *História da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais*. Teias: Micropolítica, democracia e educação v. 18, n.º 51, (Out./Dez.) 2017.

SANTOS, Vanessa Costa dos e GARCIA, Fátima Moraes. *O fechamento de escolas do campo no Brasil: da totalidade social a materialização das diretrizes neoliberais*.



Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.º 4, Vol. 1, out. 2020.

SAVIANI, Dermeval Escola e democracia/Dermeval Saviani. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. Principais problemas e desafios da educação do campo no Brasil e no Paraná. In.: Cadernos Temáticos Educação do Campo, SEED/PR, Curitiba: 2008.

\_\_\_\_\_. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. in: FERNANDES, Bernardo Mançano, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULINO, Maria Ignez (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 2: A diversidade das formas das lutas no campo – São Paulo: Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, Brasília: 2009.

\_\_\_\_\_. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais in: Educar em Revista, Editora UFPR n.º 55, p. 87-109. Curitiba: 2015.

\_\_\_\_\_. Políticas de Educação do Campo na atualidade: avanços e contrações. in: SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (Org.) Uma face da hidra capitalista: Crítica às políticas educacionais para a classe trabalhadora. 1.ª ed. Editora Prismas, Curitiba: 2017.

SECRETO, Maria Verônica. Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

SILVA, Antônio dos Santos e NETO Antonio Carvalho. Uma contribuição ao estudo da liderança sob a ótica weberiana de dominação. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 13, n.º 6, Ed. Especial, SÃO PAULO, NOV/DEZ 2012.

SILVA, Fabrício Valentim da. A Origem da cartilha de alfabetização de adultos “O Ribeirinho”. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/a-origem-da-cartilha-de->

[alfabetizacao-de-adultos-o-ribeirinho/](#) Consultado em 01/09/2022.

SILVA, Francisca das Chagas Souza da. Uma escola da Floresta: O lugar da Tecnologia Educacional na Proposta pedagógica do CTA. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal da Paraíba, orientada pelo Dr. Timothy Denis Ireland, João Pessoa: 1998.

SILVA, José Alexandre da. O Ensino de História a Partir do Cinema Documentário: Possibilidades com “O dia que durou 21 anos”. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UEPG. Ponta Grossa: 2021.

SILVA, Simione da. In.: DIAS, Alexandre Pessoa [et al.]. Dicionário de Agroecologia e educação 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

SILVA Virgínia Mirtes de Alcântara (et al.). O desastre da seca no Nordeste brasileiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro Laboratório de Estudos Contemporâneos. Revista Eletrônica Polêmica, v. 12, n.º 2, abril/junho de 2013.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza da. Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo. Revista Outubro, n.º 7, 2002.

Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wpcontent/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-7-Artigo-08.pdf>>. Consultado em 01/09/2022.

Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRODF) Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/> Consultado em 23/02/2020.

SOLLANO, Marcela Gómez. Prológo in.: Pedagogías insumisas: movimientos político-pedagógicos y memorias colectivas de educaciones otras en América Latina. MELGRADO, Patricia Medina, coordinadora. – México: Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas-Centro de Estudios Superiores de México y Centroamérica: Educación para las Ciencias en Chiapas: Juan Pablos Editor, 2015.

*SOUTHEY*, Roberto. Historia do Brazil. Tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro e anotada pelo conego J. C. Fernandes Pinheiro. Tomo quarto. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

SOUZA, José Dourado de, Entre lutas, porongas e letras: a escola vai ao seringal – (re) colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/Acre – 1981/1990) Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2011.

SOUZA, Maria Antônia de. O movimento da educação do campo – As tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. EccoS – Rev. Cient., São Paulo, v. 11, n.º 1, p. 39-56, jan./jun. 2009.

SOUZA, Melissa Caldeira Brant de Lima. Políticas sociais e voto: bolsa família, avaliação de Lula da Silva e a eleição de Dilma Rousseff. Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: 2012.

STASSART, Joachim, TORSIANO, Richard, CARDOSO, Dário e Flávia M. de A. COLLAÇO. Governança fundiária frágil, fraude e corrupção: um terreno fértil para a grilagem de terras. Transparência internacional – Brasil, 2021.

TAPIA, Roberto Chauca. El “império fluvial” franciscano en la Amazonia Occidental entre los siglos XVII y XVIII. Departamento de historia, facultad de ciencias sociales. Universidad de los Andes. Huancayo: 2019.

Texto Base para discussão da Conferência Nacional: Por uma Educação Básica para o Campo. Organizadores: CMBB, MST, UNICEF, UNESCO e UNB. Brasília, 1998.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia, natureza, homem e tempo. Coleção Temas Brasileiros volume 2, Editora Conquista. Rio de Janeiro: 1960.

TREMEMBÉ, Mbo’esera Esãñã. Poromonguetá: A língua dos Tremembé. Disponível em: [www.xembae.blogspot.com](http://www.xembae.blogspot.com) Consultado em 25/03/2020

UCHÔA, Cristina e FARIA, Glauco. Conflitos fundiários no Acre podem voltar ao nível da década de 80. In.: Observatório do agronegócio no Brasil - De olho nos ruralistas (09/01/2019). Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/01/09/conflitos-fundiarios-no-acre-podem-voltar-ao-nivel-da-decada-de-80/> Consulto em 18/07/2021.

VARGAS, Fábio Aristimunho. Formação das fronteiras latino-americanas. Brasília: FUNAG, 2017.

VELHO, Otávio Guilherme. Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIEIRA, Rafaela. Transformações do Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula como Elementos de Manutenção da Hegemonia Burguesa. TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.º 19, p. 47-61. Rio de Janeiro: 2012.

\_\_\_\_\_. O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Memórias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe. Memórias n.º 17 Barranquilla Dec: On-line version ISSN 1794-8, 2012.

WAGLEY, *Charles*. Uma comunidade amazônica – Estudo do homem nos trópicos. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

WISNIEWSKI, *Alfonso*. Borracha Extrativa. Diário Carioca, Rio de Janeiro: 1962.

WOORTMANN, *Ellen Fensterseifer*. Família, mulher e meio ambiente no seringal in.: NIEMEYER, Ana Maria de e GODOI, Emília Pietrafesa de (orgs). Além dos territórios: para um diálogo entre a etnografia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

YIN, *Robert K*. Estudo de caso: planejamento e métodos; trad. Daniel Grassi – 2.<sup>a</sup> ed.

Porto Alegre: Bookman, 2001.

*ZETKIN*, Clara in *LENIN*, Vladimir Ilitch. Recopilación de artículos sobre "La emancipación de la mujer". Versión de la Editorial Progreso, Moscú. Madrid: AKAL EDITOR, 1975.

## 8 – APÊNDICES

### 8.1. Tabelas resumos dos trabalhos analisados na revisão da bibliografia.

Tabela 8.1.1 – Trabalhos selecionados e fonte de pesquisa.

| Descritor                                                  | Fonte                                                      | Quantidade                               |
|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Centro dos Trabalhadores da Amazônia e Projeto Seringueiro | Google Acadêmico e Portal de Dissertações e Teses da Capes | 04 Teses<br>05 Artigos<br>01 Dissertação |
| <b>Total de trabalhos selecionados</b>                     |                                                            | <b>10</b>                                |

Tabela 8.1. 2 – Veículos responsáveis pela publicação dos trabalhos

| Trabalho                                                                                                                                         | Autor/Veículo                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Tese – Entre lutas, porongas e letras a escola vai ao seringal (re)colocações do projeto seringueiro(Xapuri/Acre – 1981 / 1990)                  | José Dourado de Souza – UFMG – 2011.                                                                                |
| Tese – Literatura de cordel, educação e formação da consciência crítica,                                                                         | José Cláudio Mota Porfiro – Unicamp – 1999.                                                                         |
| Tese – As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999                                               | Maria Clara Di Pierro – PUC/SP, 2000.                                                                               |
| Tese – A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros.                                                 | Mary Helena Allegretti, Universidade de Brasília (UNB) no ano de 2002.                                              |
| Dissertação – O papel do Projeto de Educação Popular na mobilização de uma comunidade rural: Um estudo de caso com seringueiros do Acre, Brasil. | Constance Elaine Campebell, Universidade da Flórida, 1990.                                                          |
| Dissertação – Uma escola da Floresta: O lugar da Tecnologia Educacional na Proposta pedagógica do CTA.                                           | Francisca das Chagas Souza da Silva, Universidade Federal da Paraíba, 1998.                                         |
| Artigo – Diversidade cultural e cidadania na educação de jovens e adultos                                                                        | Evandro Araújo de Aquino - UFAC                                                                                     |
| Artigo – Reservas Extrativistas uma proposta de desenvolvimento para a floresta amazônica                                                        | Mary Helena Allegretti São Paulo em Perspectiva – 1989                                                              |
| Artigo – A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros                                                  | Mary Helena Allegretti – Desenvolvimento e meio ambiente nº 18, p 39-59, jul-dez, 2008, editor da UFPR              |
| Artigo – O movimento social dos povos da floresta amazônica                                                                                      | Beatriz Maria Soares Pontes – Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais – Recife UFPE/MSEU V.01,nº. 1, 2012- |
| Artigo – Educação e sustentabilidade socioambiental no Estado do Acre na Amazônia brasileira                                                     | Heitor Queiroz Medeiros e Michèle Sato – Questões, Sorocaba, São Paulo, – nº 1, p. 139 -161,maio, 2014              |



Tabela 8.1.3 Identificação dos trabalhos por títulos, autores e abordagens.

| <b>Título</b>                                                                             | <b>Autor(a)</b>                        | <b>Abordagem</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros    | Mary Allegretti                        | Nesse artigo a autora analisa a trajetória peculiar dos seringueiros do Acre que, ao buscarem solução para conflitos fundiários, formularam políticas públicas inovadoras de conciliação entre reforma agrária e proteção do meio ambiente. Nessa formulação a autora destaca que em 1981, se cria um projeto de alfabetização de adultos e de organização de uma cooperativa com seringueiros envolvidos em empates contra um frigorífico paulista que planejava realizar um grande desmatamento para implantar uma área de pecuária. O Projeto Seringueiro rompeu uma tradição que consistia na ausência de políticas sociais na região dos seringais e foi o embrião de mudanças mais profundas surgidas posteriormente. Deu origem também a uma Organização Não Governamental, o Centro dos Trabalhadores da Amazônia que desenvolvia projetos educativos também nas áreas de saúde e desenvolvimento comunitário com foco no manejo florestal de uso múltiplo. O Projeto Seringueiro foi, também, a primeira iniciativa de um Sindicato de Trabalhadores Rurais realizada em parceria com agentes externos, que não eram ligados diretamente às causas sindicais e nem da igreja católica. |
| A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros, |                                        | Esse trabalho é a tese da autora. Sua pesquisa não tem o foco especificamente no Projeto Seringueiro. Mas ao analisar a contribuição dos trabalhadores extrativistas para a elaboração e implantação de uma política inovadora de acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia, apresenta um capítulo sobre o Projeto e escreve que este pretendia contribuir para o fim do analfabetismo, cuja vigência quase total no universo dos seringueiros, ajudava a incutir em suas mentes a ideia de que o mundo se organizava em patrões e fregueses, reproduzindo uma estrutura social desigual e injusta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| Literatura de Cordel, Educação e Formação da Consciência Crítica                          | José Cláudio Mota Porfiro              | A tese analisa a importância da literatura de cordel e a pouca importância devotada a essa modalidade pela academia. Há um capítulo em que o autor analisa a importância da formação dada pelo PS na formação crítica de alunos extrativistas estimulando a leitura e a produção de tetos em Literatura de Cordel.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Educação e sustentabilidade socioambiental no Estado do Acre na Amazônia                  | Heitor Queiroz Medeiros e Michèle Sato | O artigo analisa a educação sócio ambiental no Acre de um ponto de vista da sustentabilidade e identifica o PS, como uma das experiências mais bem-sucedidas no estado, podendo sem dúvida ser considerado modelo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

|                                                                                                |                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| brasileira                                                                                     |                          | para uma educação ambiental que se pretenda ensinar e aprender a partir dos conhecimentos da floresta.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999    | Maria Clara Di Pierro    | A pesquisa desenvolvida nessa tese tem caráter histórico e o seu objeto são as políticas públicas de educação básica de jovens e adultos do período de redemocratização da sociedade e das instituições políticas brasileiras. Na análise a autora faz referência ao Projeto Seringueiro, pontuando que este constituiu uma rede de escolas comunitárias no interior dos seringais, produziu materiais didáticos e formou educadores das próprias comunidades para desenvolverem uma proposta pedagógica de alfabetização de jovens e adultos, referenciada na cultura e nas lutas dos povos da floresta. Salienta que sem abrir mão da autonomia pedagógica de base freiriana, os responsáveis pelo Projeto Seringueiro lutaram para que as escolas fossem reconhecidas e mantidas pelo setor público e que os educadores fossem integrados ao corpo docente do Estado. |
| Diversidade cultural e cidadania na educação de jovens e adultos                               | Evandro Araújo de Aquino | A partir da análise da contribuição do PS para a educação de jovens e adultos o autor conclui que essa prática contribui com novos elementos que mostram a relevância da educação escolar para a emancipação social e a conquista dos direitos de cidadania pelas pessoas e grupos socioculturais, sem que os seringueiros tenham que renunciar a seus saberes e valores culturais próprios.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| O movimento social dos povos da floresta amazônica                                             | Beatriz Soares Pontes    | O artigo tem um tópico intitulado O Projeto Seringueiro: a ação educativa como estratégia de fortalecimento do movimento, e nele caracteriza o modelo escolar do PS como sendo uma proposta emanada dos princípios pedagógicos de Paulo Freire. Analisa que o Projeto Seringueiro tem por objetivo mostrar o significado e o valor da floresta a partir da discussão da própria realidade dos extrativistas e conclui que em consequência dessa estratégia pedagógica, os jovens seringueiros passam a participar mais intensamente das lutas, em razão de lograrem uma maior consciência política.                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Entre Lutas, Porongas e Letras a Escola vai ao Seringal (Re) Colocações do Projeto Seringueiro | José Dourado de Souza    | A tese analisa as circunstâncias e contextos sócio históricos da emergência e realização do Projeto Seringueiro, focalizando o período entre 1981-1990, O autor busca desvendar os elementos e dinâmicas dos processos construídos pela ação dos atores sociais, atentando para a ação cultural e o dinamismo das práticas transformadoras dos homens como agentes históricos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| O papel do Projeto de Educação Popular na mobilização de uma comunidade rural: Um              |                          | Na dissertação a autora faz uma análise comparativa de quatro comunidades de seringueiros atendidos com as iniciativas do trabalho de educação do Projeto Seringueiro.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

|                                                                                          |                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| estudo de caso com seringueiros do Acre, Brasil.                                         | Constance Elaine Campebell           | Ela escreve que as famílias dessas comunidades apresentam um histórico de participação mais ativa nas associações, em eleições de lideranças locais e conseguiram melhores preços pela produção de borracha. Diz que tinham maiores condições de ler, escrever e fazer contas. Outro dado interessante que a autora revela em seu estudo, é o de que as famílias atendidas pela educação rural não demonstravam níveis de escolaridade mais elevada em relação aos seringueiros que não tinham acesso a educação formal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Uma escola da Floresta: O lugar da Tecnologia Educacional na Proposta pedagógica do CTA. | Francisca das Chagas Souza da Silva. | A dissertação de Francisca das Chagas Souza da Silva, tem por objeto de análise, as tecnologias educacionais utilizadas pelo Projeto Seringueiro. Ela define tecnologia educacional como sendo a própria educação, enquanto incorpora inteligente e politicamente os resultados da inventividade humana. Dentre as tecnologias utilizadas pelo Projeto Seringueiro, ela analisa o uso do quadro-de-giz, e escreve que é por meio deste que muitos extrativistas tem os primeiros contatos com o mundo da escrita por meio dessa tecnologia, pois é ali que são registrados, dentre outras coisas as pautas das reuniões – principalmente as sindicais – realizadas nas escolas, assim como as decisões ali tomadas. Uma das considerações que a autora expõe acerca do Projeto Seringueiro, é que os cursos de capacitação oferecidos anualmente pelo CTA aos professores seringueiros se constituem em verdadeiros laboratórios vivos de como deve ser a prática nas escolas. |

## 8. 2. Escolas do Projeto Seringueiro existentes até o ano de 2005.

| Nome da escola               | Colocação     | Seringal            | Município    | Alunos | Sexo |     |
|------------------------------|---------------|---------------------|--------------|--------|------|-----|
|                              |               |                     |              |        | Mas  | Fem |
| Sandoval Batista de Araújo   | Divisão       | Icuiã               | Assis Brasil | 35     | 10   | 25  |
| Nova Esperança               | Mato Grosso   | Nova Esperança      | Xapuri       | 30     | 17   | 13  |
| Esperança do Povo            | Fazendinha    | Cachoeira           | Xapuri       | 34     | 16   | 14  |
| Escola Cumaru                | São João      | São Miguel          | Xapuri       | 32     | 22   | 10  |
| Leda Batista                 | Castelo       | Ramal da Sumaúma    | Assis Brasil | 38     | 22   | 16  |
| João Eduardo                 | Itapissuma    | São Pedro           | Xapuri       | 24     | 15   | 09  |
| Escola Remanso               | São Francisco | São Luís do Remanso | Rio Branco   | 28     | 19   | 09  |
| 5 de Dezembro                | Jarinal       | São Luís do Remanso | Capixaba     | 18     | 12   | 06  |
| Maria Nilda                  | Maranguapei   | Ramal do Humaitá    | Assis Brasil | 13     | 07   | 06  |
| Fortaleza                    | Fortaleza     | Santa Quitéria      | Brasiléia    | 26     | 16   | 10  |
| Henrique Pascoal             | Mulungu       | Ramal Jacarecica    | Xapuri       | 34     | 23   | 11  |
| Nova Esperança               | Terra Alta    | Filipinas           | Assis Brasil | 14     | 08   | 05  |
| Chico Mendes                 | Encruzilhada  | São Luís do Remanso | Capixaba     | 13     | 04   | 09  |
| Idelzuite Ribeiro            | Jacu          | Santa Quitéria      | Brasiléia    | 30     | 21   | 09  |
| Organização dos Seringueiros | Vinte         | São João do Iracema | Xapuri       | 16     | 08   | 08  |
| Central do Espalha           | Samaúma       | São Fco. do Espalha | Rio Branco   | 24     | 18   | 06  |
| Limeira                      | Limeira       | São Luís do Remanso | Capixaba     | 23     | 11   | 12  |
| Napoleão Pardo I             | Pau Furado    | Ramal do Km 84      | Assis Brasil | 14     | 05   | 09  |
| 1º de Maio                   | Japão         | Albrácia            | Xapuri       | 31     | 18   | 13  |
| Belohorizonte                | Semitumba     | Sibéria             | Xapuri       | 45     | 23   | 22  |
| Sombra da Jurema             | Duas Nações   | São Luís do Remanso | Capixaba     | 21     | 13   | 08  |
| Escola São José              | Caatinga      | São José            | Xapuri       | 20     | 09   | 11  |
| Escola Limoeiro              | Limoeiro      | Antimarí            | Bujari       | 29     | 18   | 11  |
| Escola Santa Rita            | Novo Ina      | Nova Esperança      | Xapuri       | 12     | 05   | 07  |
| Nossa Sra. das Dores         | Chora Menino  | Cachoeira           | Xapuri       | 09     | 05   | 04  |
| Bom Jardim                   | Bom Jardim    | Porto Dias          | Acrelândia   | 10     | 07   | 03  |
| União Chico Mendes           | Vai quem quer | São José            | Xapuri       | 11     | 07   | 04  |
| Ivair Higino                 | Já Começa     | Dois Irmãos         | Xapuri       | 36     | 15   | 21  |
| Júlio Martins                | Bom Levar     | São Pedro           | Xapuri       | 16     | 09   | 07  |
| 5 de Dezembro                | Nova Vida     | Nazaré              | Xapuri       | 18     | 10   | 08  |
| Escola Santa Rita            | Espera Aí     | Cachoeira           | Xapuri       | 29     | 16   | 13  |

|                       |                |               |                |             |            |            |
|-----------------------|----------------|---------------|----------------|-------------|------------|------------|
| Escola Mapinguari     | Mapinguari     | Antimarí      | Bujari         | 29          | 11         | 18         |
| Escola Cajueiro       | Horizonte      | Antimari      | Bujari         | 27          | 15         | 12         |
| Escola União          | Rio Branco     | Floresta      | Xapuri         | 28          | 15         | 13         |
| Escola 2 de Junho     | Guajará        | Santa Fé      | Epitaciolândia | 14          | 08         | 06         |
| Jesus Matias          | Pimenteira     | Boa Vista     | Xapuri         | 18          | 12         | 06         |
| Fé em Deus            | Caboré         | Boa Vista     | Rio Branco     | 29          | 18         | 11         |
| São Fco. de Assis     | As Latas       | Vila Nova     | Xapuri         | 16          | 09         | 07         |
| Padre Jósimo          | Guarani        | Boa Vista     | Xapuri         | 36          | 27         | 09         |
| Escola São José       | Boa Viagem     | São José      | Xapuri         | 12          | 07         | 05         |
| Escola Porongaba      | Santa Maria    | Porongaba     | Brasiléia      | 19          | 09         | 10         |
| Olho D'água           | Olho D'água    | Boa Esperança | Acrelândia     | 14          | 09         | 05         |
| Santa Rosa            | Sede da Flona  | Flona Macauã  | Sena Madureira | 34          | 12         | 20         |
| São Sebastião         | São Sebastião  | Flona Macauã  | Sena Madureira | 28          | 15         | 13         |
| Escola Nova Esperança | Nova Esperança | Flona Macauã  | Sena Madureira | 30          | 11         | 19         |
| São Francisco         | São Francisco  | Flona Macauã  | Sena Madureira | 19          | 10         | 09         |
| <b>46</b>             | <b>46</b>      | <b>26</b>     | <b>09</b>      | <b>1100</b> | <b>586</b> | <b>514</b> |